

COLEÇÃO CLAUSTRO

ENSAIOS DA IMAGINAÇÃO COM A PAISAGEM
O ALENTEJO DE ANTUNES DA SILVA

Maria João Pereira Marques

**ENSAIOS DA IMAGINAÇÃO COM A PAISAGEM
O ALENTEJO DE ANTUNES DA SILVA**

Maria João Pereira Marques

Universidade de Évora

Ficha Técnica

Título _ Ensaios da Imaginação com a Paisagem. O Alentejo de Antunes da Silva

Autora _ Maria João Pereira Marques

© A autora

Editor _ Imprensa da Universidade de Évora

Coleção _ Claustro

Paginação _ Divisão de Comunicação da Universidade de Évora

ISBN 978-972-778-443-1

Évora 2025

Aos construtores da Liberdade e aos seus filhos.

Siglas usadas no corpo do texto

AGB – *Alqueva a Grande Barragem*

AS – *Alentejo É Sangue*

BAP – *Breve Antologia Poética*

CV – *Canções do Vento*

ETN – *Esta Terra que É nossa*

F – *A Fábrica*

G – *Gaimirra*

JI e II – *Jornal I e Jornal II*

MRA – *Memórias da Reforma Agrária*

NM – *Novelas do Minho*

NS – *Notícias do Sul*

PC – *Mário Beirão Poesia Completa*

PH – *Planície Heróica*

PU – *O País das Uvas*

RD – *Rio Degebe*

SV – *Senhor Vento*

S – *Suão*

SEV – *Sete Espigas Vazias*

TVSN – *Terras Velhas Semeadas de Novo*

Para evitarmos a repetição permanente e exaustiva da data de publicação das obras em leitura nas indicações bibliográficas presentes no corpo do nosso texto, optamos por referir apenas a sigla (sem qualquer ponto) e a página. Esclarecemos também que devido ao elevado número de citações decidimos restringi-las em muitos casos o mais possível e por isso muitas não correspondem a frases completas. Ainda por este motivo e para não sobrecarregar visualmente o texto, ao longo de todo o trabalho, não usamos nas citações mais pequenas os parênteses com reticências dentro, indicadores de incompletude frásica. No capítulo «Unidade e Diversidade» destacamos a negrito por vezes alguns elementos para se facilitar a compreensão do que se diz e não empregamos quase nunca o «sic» porque constantemente o teríamos de fazer, visto o escritor imitar em muitas passagens o falar do Alentejo.

ÍNDICE

PROPOSIÇÃO	11

I

SUÃO

1. Courelas e Enxovais	15
1.1. Comunicação/Desentendimento	20
2. Sentidos do Corpo e da Casa	28
3. Imprevisibilidades no Discurso Previsível	35
4. Síntese Conclusiva	40
5. Os Sete Suões	43
6. O Neorrealismo	48
6.1. Leitura de <i>Gaimirra</i> (1945)	48
6.2. De 1945 a 1960	54
6.3. Na Década de 80	61

II

JORNAL I E II

1. Chuvas de Abril	65
1.1. O Jornal <i>Notícias do Sul</i>	65
1.2. O Partido MDP/CDE	68
1.3. Sintonia do <i>Notícias do Sul</i> com o MDP/CDE	76
1.3.1. As Preocupações Socioculturais do <i>Notícias do Sul</i>	76
1.3.2. A Ideologia Político-Económica do <i>Notícias do Sul</i>	80
1.3.2.1. A Crítica às Atuações Governativas no Setor Primário	80
a) A Lei de Vasco Gonçalves e <i>Terras Velhas Semeadas de Novo</i>	82
b) A Lei de António Barreto e <i>Memórias da Reforma Agrária</i>	85

1.3.2.2. A Crítica às Atuações Governativas no Setor Secundário	92
a) A Eucaliptização	92
b) <i>A Fábrica</i>	94
c) O Projeto e <i>Alqueva a Grande Barragem</i>	98
1.4. Conclusões	106
2. Lugar à Democracia Portuguesa	108
2.1. A Exploração Económica	108
2.2. Patriotismo e Valor Social	111
2.3. Reforma Agrária e Alqueva	112
2.4. Trabalho e Proteção Social	114
2.5. Cuidados Ambientais	116
2.6. Vivências Culturais	118
2.7. Os <i>Media</i> e a Crítica	120
2.8. Leituras e Amizades	121
2.9. A Redação dos Diários	125
3. Riscar Fronteiras	128
3.1. Oriente	128
3.2. Lisboa	131
3.3. Évora	133
3.4. Alentejo Humano	135
3.5. Açores	137
3.6. Paris	139
3.7. Canadá	140
4. Trilhos Poéticos do Campo Chão	144
4.1. Saudade, Silêncio e Solidão	144
a) <i>Esta Terra que É nossa</i>	144
b) <i>Canções do Vento</i>	147
c) <i>Rio Degebe</i>	152
d) <i>Senhor Vento</i>	156
e) <i>Breve Antologia Poética</i>	163

4.1.1. Síntese Conclusiva	168
4.2. Regressar à Terra	169
4.2.1. <i>Alentejo É Sangue</i>	174
4.2.1.1. Conclusões	178

III

UNIDADE e DIVERSIDADE

1. Pontuação	185
2. Frase	196
2.1. Modo	199
2.2. Tipos e Intenções Comunicativas	202
3. Repetições	204
3.1. Contrastes	207
4. A Natureza em Comunhão	213
5. Variedade Lexical	217
5.1. Linguagem Regional e Popular	220
5.1.1. A Singularidade Ortográfica	231

IV

PALAVRA (S) EM VOLTA

1. Tradição	238
2. Contemporaneidade	253

Apêndices

1. Entrevista sobre o MDP/CDE	270
2. Leituras e Amizades	280

Anexos

Anexo I

1. Capas e Conteúdo	286
2. Os Ilustradores	294

Anexo II

1. Sinopse da Vida de Antunes da Silva	299
2. Fotografia de Antunes da Silva	302

BIBLIOGRAFIA

1. De Antunes da Silva	303
2. Sobre a Obra de Antunes da Silva	324

OUTRA BIBLIOGRAFIA	335

«Querido amigo e companheiro dos anos malvados, dos dias consumidos no fervilhar do cérebro e na audácia do coração. [...] Relembrar o que fomos capazes de construir desde a juventude em prol da comunidade emancipadora não é saudosismo, é exemplo. E nós ganhámos esse direito na luta contra a opressão resistindo à ditadura e acumulando um insuficiente mas honrado património moral e cívico».¹

Domingos Carvalho

¹ «O País Alentejano de Antunes da Silva», *Diário do Alentejo*, Beja, 9 de Janeiro, 1998, p.23.

PROPOSIÇÃO

Quando há uns anos procurávamos um tema de interesse para um trabalho de mestrado, apenas uma vontade nos guiava: realizar um estudo que acrescentasse ao espólio cultural da nossa cidade de Évora alguma valia, retribuindo-lhe assim por aquilo que ela é e nos faz feliz. Foi então que, no meio de uma pequena, mas surpreendente pesquisa, no Núcleo de Documentação da CME, o nome de Antunes da Silva nos foi apresentado, como o de alguém mais conhecido do que os restantes da lista que levávamos.

Admirados, pois nunca o ouvíamos, logo decidimos ler alguns livros seus que para casa trouxemos num saco cheio de literatura transtagana. A escolha do caminho que nos fez aportar a estes *Ensaio da Imaginação com a Paisagem* aconteceu nessa tarde. Aquele Alentejo que desde a infância também era nosso, sem nunca o termos visto, ali estava, à espera, enchendo a sala de luz. Reunidos os frutos da primeira colheita crítica sobre a obra de Antunes da Silva – tão-só uns artigos de jornal – e já convictos de que muitos outros em redor também o ignoravam, tomámos a decisão de contribuir para o reconhecimento do seu valor.

A tentativa de apurar a singularidade antunina no panorama das Letras nacionais começou com as ideias que em 2007 defendemos, através das quais apresentámos de modo breve todos os livros do autor e, com maior desenvolvimento, o *Gaimirra*, de 1983.² Entre os objectivos maiores, o trabalho que se segue continua a perseguir este desafio, a que soma o conhecimento do Alentejo do século XX e, em terceiro lugar, a valorização de outras personalidades da cultura da planície.

Com as obras que elegemos para estudo – *Suão* (1960) e *Jornal I e II* (1987-90) – queremos registar os progressos da escrita em foco e em simultâneo completar o quadro paisagístico regional que *Gaimirra* abre pelos anos 40. Fica desta forma abrangido por completo e em momentos-chave históricos, razões que justificam antes de mais aquela selecção, o meio século contemplado pela produção antunina, o qual por compreender a mudança do Estado Novo para a democracia estreada em 1974, consideramos ser tempo de grande pertinência para as gerações da actualidade. Porque o *Gaimirra* (1983) analisado anteriormente é a 2.^a edição do livro publicado em 1945, com adaptações à realidade portuguesa

² Em 2007, apresentámos na Universidade de Évora *Paisagens do Interior Ibérico*.

de então, decidimos acrescentar à leitura daqueles textos o primeiro *Gaimirra*, onde cremos encontrar-se uma imagem mais autêntica do Alentejo da época, mesmo com as sujeições da censura (cap. I, 6.1). Trocamos por isso a leitura efectuada da 2.^a edição pela da *princeps*, deixando assim de fazer sentido conservar neste novo exercício académico aquela, conforme chegámos a ponderar no seu plano.

Para além da data de publicação, a escolha de *Suão*, lido aqui no capítulo I, deve-se ao facto de ser o romance de Antunes da Silva que consideramos melhor e a obra que mais sucesso tem junto do público. As suas sete edições (cap.I, 5), reescritas como tantas outras, vão acompanhando com certeza em cada momento as respectivas preocupações coetâneas de cidadania que sempre norteiam a acção do autor. Serve ainda a mesma escolha para diversificar o leque de tipos textuais abordados neste livro, visto *Gaimirra* ser uma colectânea de contos e *Jornal I e II* dois diários repletos de apontamentos do mais distinto cariz. Estes dois últimos livros não só continuam e encerram o discurso ficcional do passado, como o completam com textos que se debruçam sobre os diferentes sectores da política (cap.II, 2 e 3), os quais introduzem neste estudo uma importante vertente transdisciplinar. Por causa destes registos políticos e do neo-realismo do autor, tratado em I-6, impõe-se esclarecer a sua ideologia. O semanário eborense *Notícias do Sul* cujo director é Antunes da Silva, dois livros de reportagens e o romance *A Fábrica*, todos vistos em «Chuvas de Abril» (cap.II, 1), ajudam-nos nesse intuito, na medida em que contextualizam e explicam boa parte do que se diz nos *diários*, ao caracterizarem a primeira década democrática.

Na dimensão literária de *Jornal I e II* contam-se os pontos «Riscar Fronteiras» e «Trilhos Poéticos do Campo Chão» (cap.II, 3 e 4). Descreve o inicial a relação entre o interior antunino e os lugares exteriores que povoam os seus textos, enquanto se avaliam os efeitos dos três espaços – psicológico, físico e social – na sua escrita e até o inverso. Privilegia, portanto, esta parte a categoria espacial da narrativa, a qual polariza igualmente as nossas atenções ao longo da presente investigação e por isso recebe ela no título o esclarecimento «O Alentejo de Antunes da Silva». Naquele segundo ponto, antes de efectuarmos a leitura dos restantes registos literários dos diários, os quais respeitam essencialmente à Natureza (4.2), torna-se imprescindível contactar com toda a poesia antunina, pois só a partir de uma visão de conjunto se alcança uma apreciação correcta da literatura final. Nasce assim «Saudade, Silêncio e Solidão» (4.1) para falar dos cinco livros de versos do autor.

Pede também esta necessidade de olhar o todo que no capítulo do estilo, «Unidade e Diversidade», se examinem passagens de 1945, 1960 e da década de 80. Para que isso suceda, aos excertos para comprovação das características estilísticas, oriundos de trabalho anterior, somamos, sempre que possível, exemplos da edição original de *Gaimirra* e outros de *Suão* e diarísticos. Conquanto no plano da presente investigação só nos termos comprometido a acrescentar provas dos três últimos livros, entendemos, pelo motivo apontado, ser melhor estendê-las à obra que Antunes da Silva considerou como a sua primeira.³ Este capítulo III sofre ainda uma reordenação e ganha duas alíneas na «Frase» (Modo; Tipos e Intenções Comunicativas).

³ A primeira obra intitula-se *Vidas* (1941), mas Antunes da Silva indica sempre *Gaimirra* (1945) como o seu primeiro livro.

Ao desenrolar destes dois fios diacrónicos que permitem observar, por um lado, a evolução semântica e estilística de Antunes da Silva e, por outro, o avanço da planície e do país em geral, nos aspectos socioculturais e político-económicos, sobrepõem-se dois outros fios no IV capítulo. No início de «Palavra (s) Em Volta» procuramos as raízes da literatura antunina no passado nacional, interceptando este ponto sobre a tradição os laços do escritor à contemporaneidade. É assim que figuras da literatura alentejana (Fialho de Almeida, Mário Beirão, Manuel Ribeiro e Garibaldino de Andrade), apreciadas por Antunes da Silva, se lhe reúnem, na companhia do ilustrador e amigo Manuel Ribeiro de Pavia (anexo I), para todos juntos reforçarem o traçado do seu perfil único e sublinharem a grandeza do património artístico da região. Sem estar previsto no momento de planear este estudo, «Palavra (s) Em Volta» encerra-o com mais algumas conclusões, que se conectam às que para trás vamos pontualmente deixando sempre que for oportuno fazer um balanço do que antes dizemos. Um espaço no fim para ilações parece pois redundante, depois de tantas páginas destinadas exclusivamente para esse efeito.

Por ser a autora destas folhas professora de Língua Portuguesa no ensino secundário, achamos relevante que elas facultem a si e aos pares o máximo de proveito para a respectiva realidade profissional. Justifica-se desta maneira as referências a certos autores e obras que o capítulo IV compreende, as quais se tentam circunscrever quer aos visados pelos programas escolares, quer aos referentes ao Alentejo, local onde exercemos. Os anexos enquadram-se também nesta preocupação prática.

Porque acreditamos que conhecer o passado comunitário aumenta a nossa gratidão no presente e a harmonia com os outros, sendo a educação fundamental na transmissão e cuidado dessa herança, pensamos poderem estes ensaios da nossa imaginação e esforço contribuir nesse sentido.

SUÃO

1. COURELAS E ENXOVAIS

O universo social de *Suão* (1960) afasta-se da tradicional dicotomia de ricos e pobres, associada ao Alentejo de meados do século XX. No romance – que em 1954 Antunes da Silva já tem «em preparação», conforme se lê no interior da *princeps* de *O Aprendiz de Ladrão* – encontramos uma representatividade das diferentes classes da ruralidade transtagana que se adequa à proposta de Renato Miguel do Carmo, seja na respectiva divisão ou nas actividades próprias de cada uma.⁴

Entre o estrato dos grandes proprietários rurais e o dos trabalhadores assalariados, situa-se o dos rendeiros, pólo de irradiação de questões prementes na obra. Sem que se consiga apontar um herói único, em S destacam-se várias personagens, cabendo ao seareiro Simplício Varandas a honra de abertura da diegese com os seus tormentos: a dificuldade em saldar a renda ao Dr. Maldirro Real e, sobretudo, o relacionamento com a mulher. De feitio caprichoso e a querer um filho, Olímpia das Dores faz do homem com quem casa o ser desorientado e pensativo que logo de início conhecemos na sua desgraça. Longe da ambição olímpica da filha do agulheiro do caminho de ferro, a restrição da vontade de Simplício a uma existência desafoçada com um ou outro mimo, juntamente com a sua esterilidade levam aquela a fugir com o senhorio. Em sofrimento por causa dos rumores que correm na vila de Sam Jacinto e apanhado de surpresa com a notícia da traição por Crispim Barradas, o infeliz acaba por esfaquear este amigo, sendo depois preso e cometendo suicídio.

Ao lado do triste compadre, Crispim reafirma as inquietações dos seareiros numa época em que a mecanização da agricultura reduz consideravelmente no Alentejo todos os grupos sociais que ao sector se dedicam. Através de referências àquele facto e a uma das suas implicações – a deslocação da mão-de-obra do proletariado rural para a indústria e construção civil de Lisboa e arredores – o presente da narrativa faz-se assim corresponder à actualidade da sua redacção. Todavia, a funcionalidade da convocatória deste assunto não é a de mera datação. O diálogo travado na feira entre o seareiro Barradas e um comerciante de máquinas e agricultor visa levar o leitor a avaliar esclarecidamente a mecanização agrícola, na medida em que se informa das suas vantagens e contras. Enquanto o vendedor propagandeia a debulha mecânica pela rapidez e aumento da produtividade, por um lado, e pela redução de empregados e de atritos com os mesmos, por outro, Crispim Barradas defende a agricultura tradicional e reitera a ideia de que as máquinas só beneficiam os endinheirados e prejudicam os pobres. Segundo ele «a debulha a sangue ou a pé de gado [...]» (S, p.35) é menos poluente, mais barata e sadia e até mais humana, porque ao prolongar o trabalho evita o desemprego e as carências que daí advêm.⁵

⁴ De Renato Miguel do Carmo leia-se «As Desigualdades Sociais nos Campos: o Alentejo entre as Décadas de 30 e 60 do Século XX», *Análise Social*, Lisboa, vol. XLII, n.º 184, 2007, pp. 811-835.

A obra de José Cutileiro *Ricos e Pobres no Alentejo*, publicada pela primeira vez em Portugal em 1977, contribui para a mencionada visão dualista da ruralidade transtagana, a qual, aliás, corresponde à forma como as pessoas implicadas no estudo se classificam socialmente.

⁵ Lemos e citamos a segunda edição de S, a qual é publicada em 1961.

Embora seja este um tempo de mudanças, a dependência dos rendeiros preserva-se desde o passado até ao momento e, por isso, vemos Crispim preocupar-se com a manutenção de boas relações com o Dr. Maldirro Real, que é também o dono das terras que trabalha. A sua ida à feira para vender os porcos criados exemplifica o recurso à pluriactividade da sua classe que constantemente busca soluções do género para suprir a baixa rentabilidade das plantações cerealíferas. Do mesmo modo, o latifundiário tipifica o fino topo da pirâmide social da planície, seja pela imponência e dureza – atente-se nos nomes das personagens – ou pela formação escolar e origem vária da fortuna, herdada, mas também provinda da agricultura e dos negócios.

Consequência de uma acção política pouco fértil e causa da lenta evolução documentada na planície, o tradicionalismo rural de pequenos rendeiros e grandes proprietários qualifica os comportamentos dos respectivos representantes literários. Ressalva-se desta observação Osório Puga, personagem de quem falamos um pouco mais adiante.

A Simplicio, Crispim e Maldirro vemo-los pensarem os três no lucro que obtêm com as terras. Que, por ser pequeno para os primeiros, gera neles a extenuante preocupação em pagar a renda e o sustento familiar e o repúdio da mecanização. Porque as suas poupanças não conseguem chegar à compra das modernas alfaias e por estarem elas a esvaziar os agros de braços que poderiam contratar, em períodos de maior azáfama, assistimos à defesa de Crispim das antigas práticas de lavoura. Esta posição conservadora favorece obviamente a subsistência da exploração laboral dos patamares sociais mais elevados para os mais baixos e vítima o próprio Crispim e tantos ganhões que recorda, só que sem meios financeiros, de nada lhe serve a consciência que manifesta do funcionamento do todo colectivo. Se o compadre Barradas crispa a testa à modernização agrária, tem Antunes da Silva que o apoia o cuidado de deixar claras as suas razões. Pela conversa entre ele e o feirante de alfaias intenta o escritor arrefecer o entusiasmo público face à novidade, com o apontamento dos seus efeitos negativos. Este apoio indirecto à injusta hierarquia do Alentejo, que o salazarismo fomenta, estranha-se num escritor empenhado, como bem observa Albert-Alain Bourdon (1986:194).⁶ Contudo, e numa hipótese explicativa que reconhecemos frágil, pode o escritor alentejano achar preferível a permanência dos trabalhadores rurais na região natal, mesmo que em condições agrestes, a enfrentarem um novo tipo de exploração nas urbes que então procuram. Dos problemas que afligem os que partem para Lisboa – cidade para onde Antunes da Silva vai contrariado morar por questões profissionais e, por isso, propícia à observação de quem aí chega em situação idêntica – nos dá conta logo em 1964, em *Terra do nosso Pão*. Além desta justificação, devemos atentar no projecto que anima todos os livros do escritor desterrado. Para que os alentejanos alcancem a paz social e a qualidade de vida desejada, têm de permanecer na sua terra e entenderem-se todos dentro dela, requisito primeiro para a construírem e se dignificarem.⁷

⁶ Bourdon faz uma pequena comunicação, bem fundamentada e arguta, sobre o Alentejo de quatro escritores neo-realistas, entre eles Antunes da Silva, e tem o mérito académico raro de salientar o interesse literário deste autor, a partir da leitura de algumas das suas obras.

⁷ Neste sentido parecem ir as afirmações seguintes, ao falar da partida dos camponeses para a cidade: «Por via destes enredos, vai-se estiolando o amor pela terra na alma dos homens do Sul. E em seu lugar desabrocha o tédio uma grande mágoa, ou uma raiva explosiva, que lhes enche os dias de solidão» (S, p.13).

Claro que o capitalismo de Maldirro não tem comparação com o dos seareiros. Os altos lucros que persegue pouco o ralam. Quer no contexto agrícola anterior, em que a mão de obra assalariada é tanta que mendiga ganhar o pão a baixas jornas, quer no actual, onde as debulhadoras realizam as tarefas sem grande precisão humana, a sua conta bancária está sempre bem. O conservadorismo de Maldirro prende-se mais com os relacionamentos que estabelece dentro da comunidade agrária do que com as inovações do sector, embora se mostre pouco interessado no Plano de Irrigação da época. Sendo formado em ciências e estando desde o berço ligado à agricultura, só alguma avareza e limitação de horizontes, segundo diz o narrador, podem explicar a hesitante receptividade às barragens, geral de resto na sua classe. É pela prepotência e desumanidade de muitas das suas acções que Antunes da Silva evoca uma colectividade ainda sujeita ao feudalismo.

As mulheres são tratadas em S como nunca antes ou depois o foram por Antunes da Silva e aparecem aqui, mais até do que os homens, como responsáveis por um certo tipo de evolução dentro da comunidade. Olímpia das Dores assume uma postura que devemos considerar emancipada se tivermos em conta o meio onde nasce e mora. De origem humilde, mas munida do trunfo da beleza e acostumada à satisfação das próprias vontades pelo pai e depois pelos dois maridos, Olímpia não se contenta com o dia-a-dia pacato e parado que Simplício tem para lhe oferecer. Na balança da coragem tanto pesa o desejo de maternidade, que atenua a sua falta, quanto as promessas materiais que o mundo do latifundiário comporta, ambição que a condena. Contrariamente ao hesitante Simplício, o seu carácter decidido fá-la enfrentar o falatório de Sam Jacinto para alcançar os objectivos.⁸ A imagem da mãe de Francisquinho Real constrói-se do princípio ao fim da obra e vai consolidando a respectiva humanidade, aspecto que divide com as personagens masculinas mais importantes. Senhora de grande força interior, é Olímpia quem traça o seu percurso existencial, implicando nele quatro homens. O pai viúvo sente-se desamparado ao entregá-la ao pobre seareiro; este vive em função dela e até o poderoso Dr. Maldirro, embora por vezes a contrarie, se lhe submete. O filho, porém, único até à idade de se casar, é motivo de preocupações por se sentir Olímpia incapaz de lhe controlar a paixão por Maria Pompina, a herdeira de Crispim e Isabel, não só seus rendeiros, mas também seus antigos compadres.

Igualmente bonita e moça ajuizada, Maria Pompina, ainda que sem qualquer intenção provocatória, nem com direito ao investimento que o autor faz na personagem da sua futura sogra, também subverte a ordem social estabelecida com o seu amor por Francisquinho, atitude que obriga as duas famílias, tão distintas, a um reajuste mútuo. Comparativamente à escolha amorosa de Olímpia, que com o tempo acaba por ser aceite na comunidade, também o casamento de Pompina e Francisquinho ignora preconceitos de terceiros e ambas as situações ajudam na transformação das mentalidades.

No meio dos representantes da base comunitária da planície que se destaca, contam-se três assalariados rurais e a criada Anastásia, uma segunda mãe para Maldirro e o amparo de Olímpia. Em harmonia com a sua posição subalterna, a discrição da velha governanta alia-se à sua perspicácia e à afectividade que a envolve na casa Real e, por meio das suas

⁸ Veja-se como o narrador fala dela: «Olímpia fugira de manhãzinha, pouco depois do nascer do Sol, sem casaco e sem lenço, de corpo bem feito, desprezando as leis da vila» (S, p.18).

conversas com os patrões, dá um contributo para a aceitação destes do casamento do filho. O poder das palavras de Anastásia comprova-se assim, mas também o explora o autor ao fazê-la contar histórias acerca das intempéries meteorológicas, ocorridas tempos antes por aquelas bandas do Baixo Alentejo.

As memórias de Anastásia juntamente com as de Maria Pompina trazem para a diegese a geração anterior. Pela criada conhecemos Zé Moiral, pastor de «respostas prontas» para o patrão e que «foi à guerra dos alemães» (S, p.121), sendo este dado o mais preciso e recuado para delimitarmos o tempo diegético. Já com as lembranças da jovem sobre a avó Marcela, acedemos às histórias que esta lhe conta sobre a juventude da sua mãe Isabel e da tia Generosa, nora daquele pastor e esposa de «Pouca Lã».

Com esta alcunha e a de «Patalarga» conhecemos dois dos criados do Dr. Maldirro. A importância do segundo reside na má opinião que os companheiros têm dele devido às mentiras que prega e às denúncias feitas ao patrão. Deficiente desde a tropa, o retrato do ajuda carrega-se ainda mais quando sabemos açular os cães lobeiros a mendigos e criados a mando daquele. Se com Anastásia percebemos ser possível uma convivência amistosa entre as diferentes classes, através da figura de «Patalarga» fica o leitor a entender que a conflitualidade social na planície não se verifica apenas em linha vertical, também existe dentro da mesma classe.⁹

Devendo-se muito a razões de competitividade no trabalho sempre escasso, não se esgotam aí os atritos. «Patalarga» surpreende na comoção que suscita ao partilhar connosco a dor da humilhação a que o sujeitam por causa do seu problema físico, a qual abriu um processo de exclusão pessoal que as suas vinganças mesquinhas aguçam. À semelhança do que sucede com outras personagens, Antunes da Silva dota o velho criado realisticamente de uma personalidade dupla e foge desta forma ao estereótipo da caracterização maniqueísta, ao mesmo tempo que lhe dá consistência. Simplício Varandas tem bom íntimo, mas é limitado; Olímpia, prestes a traí-lo, pensa já com remorsos em ajudá-lo sempre, e até Maldirro, apavorado com a ideia de morrer, se esforça por remediar o mal que durante a vida faz.

Familiar dos Barradas, Chico Moiral, o «Pouca Lã», transporta nos nomes uma indicação acerca do ofício do pai que era, recordemos, guardador de gado. Se a permanência de «Moiral» pode significar que do progenitor para o filho não se regista mobilidade social, indica ainda a liderança do nomeado no grupo em que se insere. Chico é efectivamente uma voz inconformada com as injustiças entre a sua gente. Figura em destaque no começo da segunda parte do livro e no final, chega ao monte do Dr. Maldirro todo molhado da chuva que cai, enquanto anda na apanha da azeitona. De nada lhe serve dizer ao patrão que não se sente bem de saúde, porque este, numa pequena demonstração de autoritarismo, manda-lhe dizer umas décimas para distrair os caçadores amigos. Apresenta-o então como «[...] o maior poeta popular das redondezas»; «homem franco e destemido» (S, p.88). Incomodado, o ganhão prova tudo isso aos ricos senhores que ali se encontram com uns versos contra o latifundiário, atrevimento que lhe custa a prisão.

⁹ Na obra mencionam-se ainda brigas de assalariados com companheiros ratinhos e algarvios (cf. S, pp.121 e 157) e quando Tóino Valentim foge de Maldirro, ao pedir esmola a um seareiro, este manda-o ir roubar porque teme aborrecimentos com o latifundiário. Contam-se igualmente situações de solidariedade entre os populares.

Quando sai em liberdade, Chico já sabe ler e, com o sonho de ser seareiro, decide arrendar um farrageal ao Sr. Osório Puga, proprietário que na opinião de Generosa «[...] não tem o feitio explorador dos outros. É um homem liberal!» (S, p.194). A confirmação de uma mentalidade diferente conclui-se do desfiar de críticas da parte do elogiado «[...] numa oposição total e apaixonada contra o Sistema...» (S, p.165) que responsabiliza pelo atraso do Alentejo. No penúltimo capítulo assiste-se à conversa de Chico, prestes a ser pai, com o latifundiário, o qual aconselha o afilhado a ter esperança no futuro e a continuar a sonhar, veiculando assim, por palavras, a mensagem principal de S, dramatizada pelas restantes personagens. Para além de ser «Pouca Lã» uma das figuras com maior carga ideológica, facto que se observa no que diz e faz, é também uma das que merece maior evolução, visto ascender, contrariando as expectativas, de ganhão a rendeiro, enquanto se realiza como homem pela escolarização e paternidade.¹⁰

Sorte idêntica não cabe a Tóino Valentim cuja vida fora da lei se torna lenda no poetar do companheiro. Antunes da Silva dá aos três assalariados três destinos diferentes, estratégia de diversidade que, com o confronto de perspectivas e de posturas, propicia ao leitor um conhecimento alargado da realidade equacionada e lhe facilita uma reflexão mais justa. Tóino é ainda um miúdo quando se inicia como zagal em casa do pai de Francisquinho, pequeno de «estranho carácter» (S, p.134) que retribui uma brincadeira daquele com uma agressão. Surpreendido por Maldirro a bater-lhe, Tóino Valentim é violentamente castigado e jura vingar-se, iniciando então uma existência marcada por crimes e fugas à autoridade. Num gesto de purificação e renascimento, atiza fogo aos Picotos, casa do antigo patrão e carrasco, valendo-lhe isso a última detenção. A saída antecipada deste lugar serve, por sua vez, para regenerar a imagem do Dr. Maldirro que, arrependido, intercede a seu favor. Frente ao latifundiário protagoniza o valente desordeiro o conflito mais aceso de toda a história, fazendo o autor da injustiça que incorpora explicação para a sua marginalidade e violência. A mitificação que os versos de Chico Moiral fazem dos seus comportamentos não chega a Antunes da Silva para lhe homenagear a rebeldia, pois cria um narrador que se entusiasma com o fogo por si posto e dá voz de subversão ao foragido: «Mexam-se! Não queiram trabalhar para os donos das terras que andam nas capitais a governar-se à custa da nossa miséria! Façam greve!» (S, p.153).¹¹

¹⁰ Da boca revolucionária de «Pouca Lã» escutamos: «Com o tempo, as terras, hão-de ser de quem as trabalha!» (S, p.194).

¹¹ Tóino incendeia com o seu bando os Picotos durante a noite e o narrador descreve com demora o «espectáculo do fogo». O momento em que a acção ocorre deve entender-se metaforicamente, pois a «noite» significa por vezes na poesia de Antunes da Silva o período da ditadura salazarista. Entendida assim, descortina-se a parcialidade do narrador que comenta: «Na largueza da planície, no meio da noite incendiária, o espectáculo do fogo, Deus nos perdoe, era uma coisa linda, maravilhosa» (S, p.158). Note-se aqui a passagem «noite incendiária» porque se atribui à noite, ou seja, à ditadura, a culpa do incêndio. Descubra-se ainda em «Deus nos perdoe» a proximidade do autor com o narrador, contida na pluralidade do pronome.

(*traquitana*; *engenho* e *geringonça* S, p.31-32), bem como a sua reacção: «Os camponeses e os seareiros, que não tinham a mínima ideia de como aquela traquitana era feita, e donde vinha – das cidades ao pé do mar, seria? – punham-se de olhos abertos, cogitando sabe-se lá em que ideias parvas e fitando os desenhos com uma admiração silenciosa» (S, p.31).

Ao progresso material, representado por elementos deste género, justapõe-se com outros dados a dimensão de outrora. A figura mais jovem da história, Maria Pompina, ainda prepara o «enxoval» (S, p.255) numa imitação de tantas raparigas que a antecedem, mas é por ela que assistimos a uma pequena, mas importante, mudança no acto de namorar. Pelas suas memórias do que a avó Marcela lhe conta em vida, conhece-se o desenrolar do namoro dos pais e tios. As «cartas cheirosas» (S, p.196) dos pretendentes e os bailes ao domingo na Sociedade Recreativa ao som da «orquestra Monumental» deliciam a mocidade de Isabel e Generosa que, na companhia da mãe, a qual por sua vez gosta «de recordar antigas festas e folias» (S, p.196), frequentam também o «animatógrafo», cujas ousadias das actrizes escandalizam Marcela, enquanto animam as raparigas. Se o cenário dos divertimentos de Maria Pompina e Francisquinho não se distancia muito do descrito para as duas juventudes contíguas, a deles e a anterior, contém, no entanto, um ponto em que o faz. Seguindo uma linha de uniões afectivas um pouco fora do comum, pois Generosa já casa «[...] sem padre nem estola, que o tipo (*Chico Moiral*) era contrário a cerimónias de igreja» (S, p.199), Maria Pompina e Francisquinho colocam na sua hierarquia de valores o amor acima das opiniões da sociedade. Que a atitude perturbe a mãe da moça, da boca da qual escutamos a perspectiva de muitos, isso não espanta o leitor precisamente por consistir ela na opinião geral e ser veiculada por uma mulher cuja mocidade, ao invés da usufruída pela irmã, é pouco impetuosa.¹² Todavia, que Olímpia das Dores coloque entraves ao casamento por serem os noivos de classes diferentes já nos choca, alertando-nos para o seu egoísmo, porque se vê antes sonhar com a ascensão de estatuto que depois obtém. Mesmo com a percepção clara da incompatibilidade de feitios entre ela e Simplício Varandas e a admirar-lhe as iniciativas no namoro com este e até na noite de núpcias, a sua rebeldia decepçiona um pouco ao inseri-la no grupo de personagens cuja acção encontra no dinheiro a força principal.¹³

Olímpia e Pompina corporizam nesta história dois dos motores das transformações materiais, de comportamento e mentalidade, a que assistimos: o dinheiro e o amor, sentimento que nas relações menos favorecidas cede lugar ao ódio.

Mais do que o desentendimento entre sucessivas gerações quanto à correcção moral dos procedimentos, o que até confere naturalidade ao discurso, a falha de comunicação abordada no romance explora um entrelaçado de episódios que evidencia conflitos entre os grupos coetâneos da comunidade rural da planície, marcados quase sempre pelo autoritarismo de uma das alas.

Estruturado o livro em três partes e compostas as duas últimas de doze capítulos cada, dedicam-se os seis da primeira à relação de Simplício e de Olímpia. Desde os contactos na

¹² Quando Isabel descobre o namoro da filha Pompina diz-lhe: « – Não quero, filha, ele não é rapaz para ti. Nós somos pobres e a família dele é muito rica...» (S, p.185), veiculando uma ideia corrente acerca dos namoros.

¹³ Para provar o seu materialismo recordemos ainda o problema que arranja entre o ajuda «Patalarga» e o maioral das vacas, por suspeitar estar a perder dinheiro com o leite destas, o qual era para as suas despesas pessoais.

venda do Zé da Luz, que resultam no namoro à porta de casa e no repentino casamento, aos pensamentos de ambas as personagens sobre o presente conjugal e ainda aos diálogos delas ou entre o pequeno rendeiro e o amigo Crispim, todo o percurso do casal serve para evidenciar a inviabilidade da união descrita. Em simultâneo, compõe com minúcia os caracteres dos envolvidos e fá-los justificar pela ausência de sintonia não só o desmoronamento afectivo, mas também a fuga da mulher com Maldirro, na madrugada de 16 de Agosto.

A partir de tudo isto, captamos o domínio de Olímpia sobre o marido e a incapacidade deste em responder aos seus comportamentos, que sente imprevisíveis e humilhantes. Perante uma esposa que «[...] o tratava de alto, soberba, mandona, arremedando a voz sacudida dos maiores [...]» (S, p.12), o pacato Simplício desorienta-se. Atribui a postura com que se debate às vivências daquela em casa do pai, as quais pensa, na sua simplicidade, terem sido privilegiadas. Vê Olímpia, portanto, como alguém superior, facto que os atributos do seu corpo desejável ajudam a cimentar. Em contrapartida, ela olha-o com desdém e repugnância física, quando ele chega suado e sujo do campo, e não se coaduna com o quotidiano de pasmaceira que dividem. Também na perspectiva de cada uma das figuras acerca delas próprias o par se afasta, pois enquanto Olímpia se coloca acima dos demais, o seareiro, por não conseguir gerar filhos, sente-se diminuído na virilidade frente aos outros homens. A contabilização das posses a que procede a fim de atenuar a mágoa, só a acentua.¹⁴ Durante a briga do casal, o poder que Olímpia exerce sobre Simplício torna-se óbvio, bem como a acumulação de mal-estar no interior do camponês, que alinha motivos para lhe bater, numa tentativa de se encorajar a agir. Sem nada de original, visto ser prática corrente, a ideia de assim a castigar é avivada por Crispim, figura que se apresenta novamente conservadora, tal como já antes vimos face à mecanização agrícola.

Em S, a violência doméstica surge com um duplo papel: mostrar que, em termos gerais, os dois sexos não se encontram em situação de equivalência social, apesar da lenta afirmação feminina; e constituírem Simplício e Olímpia um par de excepção nesta hierarquia, pois em casa deles é a mulher quem domina. O homem, ao não conseguir agredi-la, comprova ser de facto diferente dos outros. Perpassadas de indignação e fúria, todas as palavras do seu longo monólogo interior se reduzem no final da discussão a uma única pergunta, sem resposta: «– Ó Olímpia, quem é que tu julgas que eu sou?!...Hã?» (S, p.26). A constante desvalorização a que ela o sujeita, somada aos efeitos dos comentários de Sam Jacinto sobre a sua ligação com Maldirro, levam-no a esfaquear o amigo, pesando este acumular de vergonhas e desonras certamente muito no suicídio.

Encerrada a primeira parte da história de onde sai uma nova etapa na existência de Olímpia, cria-lhe curiosamente o autor um segundo marido à altura do seu mau génio. A questão das agressões físicas e do desprezo dos mais fracos está também bastante associada à

¹⁴ Olímpia enumera as razões que a fazem considerar-se superior: «Por aqueles montes não havia ninguém que a merecesse. [...] Lavava os dentes com pasta dentífrica, punha verniz nas unhas nos dias de festa. E os camponeses? Sujos da poeira [...]» (S, p.78-79).

Por sua vez, Simplício faz contas às suas valias: «Tinha a herdade arrendada ao terço, punha corrente de oiro no colete de saragoça, em dias de festa, comia e bebia como qualquer pessoa, sabia apreciar e gozar uma mulher, rir-se, beliscar-lhe os braços, de boca aberta, olhos gulosos. Mas não podia fazer filhos...Era uma desconsolação ou não era?» (S, p.23).

personagem de Maldirro pelos castigos que ordena. A brutalidade com que o latifundiário trata os caçadores pobres e os malteses que se atrevem a entrar nas suas terras encontra-se com o drama de Tóino Valentim, mas apenas no começo, visto desenvolver-se este para expor as consequências dos maus-tratos para os dois lados, agressores e agredidos. Maldito para quase todos à sua volta, concretiza a crueldade ao prender os homens surpreendidos «[...] na casa dos porcos, sem pão nem água, durante dois dias» (S, p.135); quando manda os criados vergastá-los e lançar-lhes os cães. Quanto aos resultados destas decisões, ao criminoso nada sucede, mas os «desgraçados com braços e pernas partidas» (S, p.137) podem considerar-se afortunados por comparação com o que cabe a Tóino Valentim e até aos dois fugitivos da guerra de Espanha (1936-39), que acabam por morrer. Se exagero existe no delinear violento do latifundiário, certamente tem Antunes da Silva a intenção de frisar a subsistência de gestos extemporâneos de origem feudal.

Já próximo da encruzilhada dos conflitos suscitados pelo antagonismo de interesses económicos, o aborrecimento de Maldirro com «Pouca Lã» diferencia-se pela intensidade dos que acabamos de ver e também do de Olímpia/Simplício, mais pessoal do que de classe. Com uma atitude igualmente apoiada na autoridade que sente sobre o empregado, o latifundiário despoleta o atrito ao insistir para que ele diga uns versos no convívio de caçadores. Contudo, é o conteúdo revoltado das quadras, contra a exploração dos trabalhadores rurais e o seu trato desumano pelos grandes proprietários, que leva Rui da Penha, entre os ouvintes ricos, a apresentar a queixa que o faz deter. Se do lado dos poderosos existe violência na pressão do dono dos Picotos e no escárnio do ganhão da parte de alguns dos convidados, Chico Moiral desafia-os inesperadamente. O silêncio dos caçadores patenteia a estupefacção perante as rimas que consideram ofensivas, distinguindo-se do de Olímpia apontado atrás, que significa a ignorância de Simplício, enquanto o dele um matutar angustiante. Num tempo em que a expressão do proletariado rural é reprimida com bastonadas e sangue pela Guarda ou então se abafa, devido à dependência laboral dos grandes proprietários, a diegese imita os excessos da realidade. O desconforto físico, psicológico e social de Chico Moiral é tanto que a imaginação do analfabeto o esgrime com a arma da palavra.

Dentro da caixa axiológica que as páginas em análise metaforizam descobrimos, à mistura com o lucro capitalista da minoria proprietária (rural ou comerciante) jóias prezadas pela massa camponesa – respeito, amizade, amor – que acalentam uma «existência simples e honrada» (S, p.198), onde saber ler e escrever importa. Por alturas em que o analfabetismo ronda os 40% da população em Portugal, a vontade de adquirir estes saberes escolares essenciais faz a personagem de Chico Moiral exprimir o valor das primeiras letras, sem gastar aí o seu papel literário. O neo-realismo de Antunes da Silva elege-o para veículo de uma consciência contestatária da ordem colectiva em que o grosso da riqueza pertence a meia dúzia de indivíduos. Avançado assim para o meio, constitui por isso mesmo um perigo que é necessário encarcerar. Chico, ao ser capaz de verbalizar as injustiças que vitimam os da sua condição, aumenta as probabilidades dos companheiros de trabalho se lhe juntarem ou, dito de outro modo, fortalece a oposição dos desfavorecidos da comunidade aos abastados, pondo-os em risco. Em terceiro lugar, e numa estratégia exploratória das capacidades metaliterária e fática da escrita, serve-se o autor da poesia revolucionária do tractoris-

ta para, no fundo, justificar o próprio relato acerca do povo e os alheios de estética afim. Confundindo-se o poeta Chico Moiral com o escritor Antunes da Silva numa interrogativa (– *Os seus versos serviriam para alguma coisa?* S, p.212) – tipo frásico muito empregue em S e que remete ao público um convite para intervir nas situações reais paralelas às ficcionadas – a voz narrativa expõe a razão de ser deste género de discurso: «Porque a miséria se mantém, assolando as glebas [...]» (S, p.212). Finalmente é ainda «Pouca Lã», intermediário entre o interior e o exterior do texto, quem nos elucida das etapas do projecto socioeducativo que o escritor tem em mente: «Os homens serão todos irmãos uns dos outros! Educam-se os homens como se faz uma casa, ao princípio só chão...» (S, p.213). Aprendido o básico às suas custas, o poeta transmite-o aos seus. A rebeldia que varre os campos de S ensina-nos que, embora a afirmação da liberdade individual tenha um elevado preço, dela não devemos prescindir por ser condição fundamental para um tempo novo, onde qualquer ser humano tem oportunidade de se realizar na sua plenitude. O bom entendimento da palavra partilhada aponta-se como a via para pôr termo à violência existente e processar a evolução social pretendida até um estágio de igualdade que Portugal, a meio do século XX, ainda pensa futuro: «Os homens serão todos irmãos uns dos outros!».

A mudança que irrompe ao longo do tecido colectivo alcança também os que se situam no topo. Olhado agora menos negativamente, o Dr. Maldirro Real, ao obter o seu título académico em ciências, comprova o distanciamento de alguns membros da sua elite dela própria, cujo poder assenta muitas vezes na fortuna recebida dos antepassados. Conquanto goze em adulto de um período de vida mundana na capital, aspecto que o insere na extravagância dita habitual nos agrários ricos, sabemos ter demonstrado na juventude um recato social e um empenho no trabalho similar aos que enriquecem os progenitores. Com Olímpia e o filho, nascido cerca de um ano depois a união, encerra a época de «[...] estúrdias, pelos cabarés, em passeatas nas praias e na jogatina» (S, p.179) e abre, em concomitância com a mulher, uma fase diferente na sua existência que, só com as concessões derradeiras a uma benevolência até então desconhecida (aceita Pompina como nora; perdoa dívidas; ajuda a libertar Tóino...), se engrandece. Note-se que pelos comportamentos da mocidade e velhice, o latifundiário alivia a veste de rico cruel, modelando-se a sua figura pelo equilíbrio de posturas contraditórias. Já o estudante Francisquinho não segue as pisadas juvenis do pai, mas as de muitos colegas do tempo. A crítica às atrações culturais destes estudantes sublinha-lhes o desinteresse, pela apetência por leituras escabrosas e no alarde que fazem em torno do futebol. Da arrogância que lhes vê o povo humilde, queixa-se Crispim, ao verificar que até o Berto da venda, seu conhecido desde meninos, se emproa por o filho estar quase formado. A importância dada aos doutores pela generalidade das pessoas apresenta-se na obra como inversa à que valoriza o uso crítico da palavra, vista com «Pouca Lã». Com efeito, destrói o autor aquela admiração, assim como o mencionado entusiasmo desportivo. As alusões ao desvio de dinheiros destinados a obras públicas para os clubes ou a denúncia da ocupação desastrosa de cargos por licenciados, seja porque s suas decisões só favorecem os ricos, seja por não passarem de «[...] figurantes sem qualquer valia administrativa [...]» (S, p.178), avisa o leitor de um conhecimento

distorcido da realidade idolatrada. O poder da palavra deve ser, portanto, usado para construir – a esperança, a liberdade, a dignidade, o país – e não para os atrasar.

A principal oposição a que se assiste em S verifica-se entre senhorios e rendeiros de terras. A inflexibilidade de Maldirro com os atrasos no pagamento das rendas emparceira-o com a maioria dos proprietários nas exigências desmesuradas feitas àqueles, as quais explicam na cabeça de Crispim Barradas, personagem que significativamente pensa muito e fala pouco, a tendência para o desaparecimento da pequena lavoura.¹⁵ Na adição dos abusos dos latifundiários que afectam o grupo em que labora, descobre os que tocam aos ganhões: jornas baixas, nem sempre saldadas a horas, que em boa parcela ficam: «[...] na cantina do monte, para comprar géneros, botas, onças de tabaco e riscados» (S, p.234). Ao fazer o balanço das agruras da labuta nas courelas, o camponês revela consciência do alcance do poder dos proprietários, que em posições-chave observa (*Eram os directores dos grémios, das caixas agrícolas* [...] S, p.234) e da sua interferência na legislação. Sentindo-se assim lesado com os vícios do sistema da colectividade, o seareiro manifesta a vontade da sua classe ser ouvida na elaboração das leis agrícolas.

Com excepção do encontro na feira entre o seareiro Crispim Barradas e o vendedor de máquinas agrícolas, o grupo de comerciantes não usufrui de grande atenção textual, à imagem do que sucede no espaço rural não ficcional. Encontramos apenas três lojas, a de Marcela e a possuída por Zé da Luz, ambas de antigamente, e a venda do Berto na actualidade. Enquanto sinédoque comunitária, o frente a frente na feira daqueles dois homens, por causa da mecanização, alarga-se até ao embate dos interesses da actividade comercial com os da labuta agrícola, exercida em pequena e média escala. A venda de animais criados pelo seareiro serve de pretexto ao narrador para um comentário acerca da exploração que os intermediários fazem dos produtores. Por saberem que têm rendas a pagar, oferecem os feirantes menos dinheiro pelos produtos, conseguindo desta forma ter mais lucro do que os criadores.

Antes desta denúncia dá o leitor conta da revolta interior do rendeiro com as consequências da mecanização. Sem que consiga produzir um enunciado com nexo para argumentar contra o vendedor de alfaias, Crispim revê, a propósito do desemprego na região, casos de extrema miséria, evocados mais tarde por Pompina.¹⁶ Entre estas narrativas encaixadas, perturba particularmente a que se desenvolve. Trata-se de uma camponesa que, em companhia dos filhos que lhe restam (um morrera nas vésperas), pede ajuda à mulher

¹⁵ Os pensamentos do rendeiro acerca das exigências dos senhorios: «Bem que os senhorios abusavam e não havia uma lei que se lhes atravessasse no caminho. Exigiam fianças, terços, maquias, pagavam miseravelmente (*sic*) aos ganhões, um ror de encomendas que o trabalho de um homem, durante um ano inteiro, a maioria das vezes, não era capaz de satisfazer» (S, p.229).

¹⁶ Quando Pompina mais tarde recorda estas histórias de miséria, para além de dar nome às personagens da tragédia desenvolvida, aumentando isso a sensibilização do leitor que deixa de as pensar abstractamente, o seu acto indicia a dimensão das desgraças, que só por serem tamanhas perduram no tempo. Recordá-las pode significar também que a miséria persiste, apesar das mudanças.

A repetição é um recurso muito empregue na obra para frisar a desgraça em que é preciso atentar. No diálogo sobre a mecanização evidencia-se várias vezes com a ideia de que uma debulhadora executa o trabalho de cinco ou dez homens. Em seguida, o mesmo acontece com a preocupação de Crispim quanto ao futuro dos filhos dos ganhões, para quem não vê outra alternativa laboral a não ser seguir a profissão dos progenitores.

do antigo patrão. Depois desta a despachar com uma esmola de frieza, os cães do monte atacam a família. Já no limite das forças, ocorre-lhe vingar-se roubando mas, ao ver um poço, decide afogar-se nele com os filhos. O desespero aqui demonstrado perpassa por outras passagens da obra onde igualmente se liga às dificuldades laborais do proletariado e à sua conduta imoral. Em actos reprováveis do género e pelas razões indicadas, Tóino Valentim acompanha esta pobre mãe que, sem qualquer outra solução, pensa no roubo e comete homicídio. Outro exemplo é o de «Patalarga», que se torna bufo do patrão, à custa da sua deficiência, a qual não lhe permite competir com os préstimos dos respectivos pares. Quando despedido por embirração de Olímpia, o ajuda reage de modo idêntico ao da infeliz pedinte. Ao invés do suposto, a vingança que mentalmente arquitecta dirige-a não à patroa, mas a Maldirro oportunista, o verdadeiro culpado em parte da sua traição aos companheiros. Com a ideia de se matar a escurecer-lhe o juízo, a perturbação sentida desvia-o por sorte para a venda: «Havia de esquecer a porca da vida com uma bebedeira das grandes» (S, p.116). Uma vez em contexto positivo, a acompanhar alegrias, outras como alienante de sofrimentos, o álcool embebeda pobres e ricos.¹⁷ E como investida máxima do cerco galopante do desespero, o suicídio, comportamento usual no Alentejo real, efectiva-se em S por duas personagens com problemas laborais, se bem que, já o dissemos, em Simplício Varandas a vertente afectiva seja o factor principal. Da imoralidade consequente da problemática do sustento, nos informa de novo Crispim quando, incrédulo com a ingenuidade do amigo na relação de Olímpia com o amante, equaciona a hipótese de ele permitir a traição devido às dificuldades financeiras. Caso isso acontecesse, Simplício seria igual a outros rendeiros, conforme pensa Crispim: «As rendas, as colheitas más, as glebas cansadas, para alguma gente eram um sarilho... Vendiam tudo, esganados de medo, vendiam até as mulheres...» (S, p.53). No entanto, nem todos solucionam com os excessos vistos os tormentos que a planície produz. Dos que aqui ficam, uns «[...] concertam-se em cabouqueiros de estradas novas [...]» (S, p.56), outros voltam a ser ganhões. Pelo exposto, percebemos então que o romance analisa o tema da mecanização da agricultura sobretudo em torno dos grupos mais baixos da escala social, registando-se neles um efeito descendente, constatável ora na degradação material ora moral.

Outras questões próprias do sector primário são ainda abordadas. Se o acesso à terra, seja através do trabalho assalariado ou próprio, seja pela posse, implica tantos dos desentendimentos vistos, a secura natural da região e o plano político de construir várias barragens para a combater não harmonizam os alentejanos.

De um lado, desabafam os pobres que a água só favorecerá os poderosos, que em contrapartida parecem em parte pouco entusiasmados com ela. Sem que o autor aprofunde os motivos da resistência à novidade, Maldirro esboça as reticências dos conservadores da sua classe: gastar demasiado dinheiro com as infra-estruturas necessárias às propriedades para serem irrigadas, facto que logo se desmente, pois, «só a água, em determinados casos, se pagava» (S, p.163). Perante esta reacção das personagens, a defesa da irrigação acaba por ser feita pelo narrador, o qual nos dá o parecer dos «mais ilustrados» (S, p.160),

¹⁷ O vinho em S é referido várias vezes. Simplício e Crispim bebem e comem momentaneamente contentes na feira. O pai de Olímpia embebeda-se muito, tal como um colega do caminho de ferro. Maldirro, na sua fase de borgia, também protagoniza uma cena de bebedeira.

receptivo não só ao Plano de Rega Agrícola, como às máquinas e adubos ou a uma orientação especializada da agricultura.¹⁸ Entre os benefícios da rega nomeia-se a diversidade de culturas e o apaziguamento dos espíritos pela riqueza obtida: «Além disso, os camponeses teriam melhores mantenças, tornar-se-iam mais dóceis com o tratamento de hortas, arrozais, pomares e almargens» (S, p.161). Nem só de amor e palavras se alimenta o futuro de S.

A completar a auscultação ao ambiente da planície, a seca que assola a agricultura alentejana concilia-se no texto com questões de ecologia, tradutoras por sua vez de um diálogo estranho entre os homens e a terra. Fruto maldito de práticas culturais inadequadas, o cansaço dos solos nem com os períodos de pousio parece sarar, ilação que se tira das palavras do experiente Crispim ao dizer que «só com carradas de adubo» (S, p.229) reagem. Ao processo erosivo que logo se adivinha, reúnem-se as «[...] mondas químicas, que matavam a caça, os catacus, os espargos» (S, p.189) numa paisagem já riscada por eucaliptos e pássaros, tão vitimados por pesticidas como pela fome dos mais pobres: «Os camponeses de há uns tempos para cá, deram dois pontapés na rigidez das leis e infestavam os campos de ratoeiras, e as calhandras, as alvéolas, os pintassilgos e os pardais morriam, apanhados à traição nos plainos» (S, p.31).

¹⁸ Esta ideia de uma agricultura orientada por especialistas chega através de Osório Puga que diz: «Afloram os problemas da agricultura, não os aprofundam. Temos uma agricultura sem agrónomos a dirigir as glebas...» (S, p.166).

2. SENTIDOS DO CORPO E DA CASA

Os nomes de povoações e acidentes geográficos do livro em estudo tanto consolidam a verosimilhança do relato, quanto ajudam a situar dentro da vastidão da planície a vila inventada de Sam Jacinto, lugar de quase toda a acção, tal como em textos anteriores.¹⁹ Entende-se ficar o povoado na transição do Baixo para o Alto Alentejo, lá «para as bandas do Degebe» (S, p.131), a cerca de oito léguas de «Casevel» (S, p.75), mas perto da «serra de Portel» (S, p.17), entre as cidades de Beja e Évora, onde respectivamente Francisquinho estuda no liceu e Maldirro negoceia. Não é, todavia, por este apontamento no mapa que a importância do espaço físico de S se faz notar. Porque o corpo das personagens e até a própria habitação se sintonizam com a sua extensão psicológica e social, a par da Natureza próxima, sobrepõem-se deste modo em significado estes três lugares àquela informação.

Duas são as casas em que nos demoramos, a de Maldirro situada na vila, perto do rossio, e a de Simplício, no campo, próxima da estrada de alcatrão, a seis ou sete quilómetros do comboio. Em volta, desiludida com a monotonia, Olímpia constata que «[...] só se olha céu e terra, terra e céu e mais nada...» (S, p.80), contrariamente à animação que conhece na juventude em «[...] Sam Jacinto, vila de muito movimento, com larguinhos e fontes e ruas de muita sombra» (S, p.81). Se a localização das casas já comporta este contraste, o interior mais o acentua, mesmo que descrito com contenção. Serve ele para avaliar as posses dos moradores e o respectivo significado.

Os objectos que reunimos na habitação do seareiro são essencialmente de uso doméstico diário – dois púcaros, um de lata e outro de esmalte; taleigo; cadeira de palha; cómoda de castanho; dois retratos de familiares; redoma de vidro a cobrir um Cristo na cruz; castiçais brilhantes e candeeiro a petróleo – e alguns dividem o mesmo compartimento que os do labor agrícola (três charruas; aivecas e arados; grades, gadanhas e foices). O único supérfluo consiste numa miniatura «a lembrar um pastor dos antigos» (S, p.14), escultura de osso e cobre que agrada bastante ao gosto tradicional de Simplício, para o qual aliás as ferramentas de lavoura já remetem, bem como para o seu pequeno pecúlio. Por aquela comparação do narrador e pela indumentária que o *bibelot* enverga num leve registo etnográfico, depreende-se também uma evolução na paisagem pastorícia do tempo.

A todos estes «trastes» (S, p.101), palavra com que o dono os designa na carta a Crispim e demonstrativa da estima que tem por eles, ao invés do seu sentido actual, se soma uma parrelha de mulas e as roupas que veste. Nos dias de festa, Simplício «[...] punha corrente de oiro no colete de saragoça [...]» (S, p.23) e calça as botas ou, em alternativa mais fina, o par de sapatos, enquanto nos dias ordinários usa as «calças de cotim» (S, p.24) com «a camisa de riscado» (S, p.27). Do guarda-roupa de Olímpia cobiçamos uns «vestidos de seda», «um xaile espanhol», «[...] frasquinhos de perfume e caixas de pó de arroz [...]» (S, p.26), mimos tão expressivos do amor de Simplício, quanto dos luxos que um homem simples como ele

¹⁹ *Vila Adormecida* é um livro de contos, publicado em 1947, cuja maioria das diegeses se localiza em Sam Jacinto, terra que dá título a uma outra colectânea de 1950. No primeiro texto já encontramos a herdade dos Picotos e a figura do Dr. Maldirro.

pode pagar. Os objectos e as roupas, principalmente os tecidos, encarregam-se assim da comunicação entre a história e a vida fora dela, funcionando como indicadores espaço-temporais capazes de, em simultâneo, transmitirem a substituição de usos e costumes numa sociedade e retratar os seres.²⁰

Apreciada de fora para dentro, à casa de Maldirro Real (cf. S, pp.118-119), cheia de divisões, chama-se também «prédio», «pousada» ou «casarão», tal é o seu tamanho. Proporcional ao apelido do dono, descobre-se também o luxo que ombreia com o conforto. Para além de «[...] um jardim cheio de árvores de fruto» à frente, conta nas traseiras com um «desafogado quintal», lugar certamente de estacionamento do carro com que vai buscar Olímpia no dia da fuga. Ali guardam-se, em local próprio, a lenha para a braseira, carros de mula e instrumentos agrícolas, bem como as quatro debulhadoras que ficam perto das cocheiras. Transportes não faltam, portanto aqui, por oposição às dificuldades de acesso e consequente isolamento da morada do rendeiro.

A nobreza dos materiais que encontramos nas «aldrabas de bronze» ou na «[...] bonita mesa de mogno com incrustações de cobre [...]» extrema-se no pormenor da salinha de Olímpia, «fornada a veludo roxo» e divisão específica da sua pessoa, tal como o escritório é do marido. As antiguidades que o latifundiário possui através de compra revelam um gosto conservador que o aproxima de Simplício, mas mais importante do que isso é significarem uma tentativa dele se impor pelo dinheiro a uma aristocracia de sangue a que não pertence.²¹ Dos pais do Dr. Maldirro sabemos terem chegado ao Alentejo vindos das Beiras «metidos num rancho de ratinhos [...]» (S, p.169), ou seja, terem-se iniciado nas lides agrárias com o estatuto de meros assalariados, conquanto o seu trabalho e astúcia os tenham enriquecido.

Quando na velhice Maldirro «[...] começa a descrever da resistência e da força» (S, p. 218), devido à debilidade da sua saúde e a decepções de convívio (Rui da Penha engana-o; o clube não lhe agradece o investimento) enche-se de remorsos perante os abusos cometidos outrora sobre os pobres, entre eles as tarefas e o açular dos cães no terreiro do monte.

Arrependido, decide então enterrar com os exemplares lobeiros, mortos por desconhecidos «com vidros na comida» (S, p.218), o recinto de tortura, transformando-o num alpendre, ou seja, num lugar mais acolhedor. Em síntese, a alteração no interior do latifundiário antes maldoso faz-se acompanhar de uma mudança na sua casa, no seu corpo físico e ser social.

²⁰ Da indumentária típica da província rural em foco, nos anos 50 do século XX, deixa Antunes da Silva espalhadas pelas páginas de S as peças seguintes: «safões» (p.32); «peliça» e «cajado» (p.33); «alforge» (p.35); «botas grossas, cardadas, samarras» (p.79) e um «capote de gola de raposa» (p.67).

Ao interesse etnográfico que hoje estes dados têm juntam-se as designações adequadas à hierarquia dos agros alentejanos: «feitor» (p.108); «manajeiros» (p.36); «pastor de ovelhas» (p.131); «maiorais» (p.12); «ajuda» (p.108); «zagal» (p.133); «roupeiro» (p.231); «gleba» (p.12); «ganhões» (p.78). Nos campos há ainda quem seja «eguariço» (p.231) ou «carreiro de herdades» (p. 231).

Olímpia é «comadre» (p.227) de Crispim e Chico Moiral é «afilhado» (p. 251) de Osório Puga. Dentro de casa, Anastásia é a «criada» da «senhora» Olímpia (p.104).

²¹ Embora a modernidade agrícola seja visível nas debulhadoras não encontra, a maior parte do tempo, correspondência nos relacionamentos de Maldirro dentro da comunidade rústica.

Similarmente o mesmo acontece no episódio em que Tóino Valentim entra com o seu bando na herdade dos Picotos para a incendiar e matar «Patalarga», por ter sido ele o executante daquelas barbaridades do patrão. Prestes a agredi-lo, informa o narrador que o eguariço está «[...] tremendo ao rés da cantareira» (S, p.157). O pormenor da descrição e localização físicas do deficiente trazem de imediato à nossa mente a expressão popular «partir a cantareira», significativa de que algo corre mal. Facto sugerido que reitera a iminência do perigo em que a personagem incorre, já captada pelo leitor através do que antecede este momento crítico, e entendido ali assim porque ao tremer o criado ao rés da cantareira, facilmente ela se parte. Verificamos, pois, que a fragilidade percepcionada na situação que ele vive, bem como o medo que o assalta, se transpõem para o seu corpo e para o ponto da casa onde a agressão acontece.

O pai de Maria Pompina também protagoniza a ligação interior/exterior. Chamado por Maldirro, seu senhorio e provável compadre, Crispim fica apreensivo ao imaginar o assunto da conversa: o matrimónio dos filhos de ambos. O embate psicológico que patenteia face à ideia de hipotecar a filha num casamento desigual confunde-se com a violência do som ao bater a aldraba na porta do proprietário: «*Pum! Pum!* Ouviu-se lá dentro como que o som de uma pedra, o cair duma árvore num charco, o eco dum trovão a ferir um vale» (S, p.235). Respeitante à casa, a gradação aqui presente traduz também o crescendo de desconforto no íntimo do rendeiro e sobrecarrega-o ainda com o contrastante «silêncio de cemitério» da rua, o qual representa a comum inquietude suscitada por uniões afectivas do género.

Em S, a exploração dos elementos naturais e sonoros deste excerto é usual e nela se destaca em particular o espaço aéreo, visto viajarem aí aves e vozes várias. Sempre que algo corre mal, escuta-se o ladrar dos cães, a fúria da chuva ou do vento que senhoreiam este Sul. Assustador dos bichos que se acoitam, o ribombar de uma trovoada descreve -se logo nas primeiras linhas da segunda parte da obra e escurece o acontecimento que se lhe segue: o almoço de caçadores onde «Pouca Lã» verseja ofensivamente. No meio dos bichos que se escondem, imagem dos homens que temem a voz grossa dos que estão por cima, «[...] encolhem as aves os bicos nas ramagens» (S, p.87), percebendo-se pelos arredores simbólicos quanto o canto atrevido daquele ganhão destoa do habitual.²²

Num leque alargado de belas formulações poéticas, a fusão de pessoas com animais e elementos meteorológicos emprega-se, como aqui vemos, ideologicamente; noutras ocasiões mostra a personalidade de certas figuras ou o respectivo julgamento. Nas palavras revolucionárias de Tóino Valentim aos camponeses, as aves repetem o voo da expressividade, pois, segundo o salteador que pensa no parasitismo dos proprietários, estes são comparáveis ao cuco, espécie que deposita os ovos nos ninhos dos outros pássaros para que lhos choquem. Sem dar descanso ao jovem revoltado, regressemos à noite do incêndio dos Picotos. Aí vemo-lo falar «[...] com voz de suão, asfixiada e trágica» (S, p.155)

²² As expressões metafóricas «encolher o bico» e «não piar» significam calar-se. Em ambas se esconde um certo receio da parte de quem age e eventualmente algum poder do lado de quem inibe o outro assim. As duas expressões parecem estar subjacentes à imagem antunina da trovoada.

Atente-se, em segundo lugar, na coincidência entre a morte de Zé Moiral, fulminado por um raio, e a prisão do filho, durante a trovoada, também ele atingido por algo que visa anulá-lo.

e sabemos que «trovejou» (S, p.156) junto de «Patalarga», a quem chama «cão». E enquanto um outro companheiro de desgraças lhe bate, «um cão preso ladrava furiosamente» (S, p.157). Anos atrás, quando «Patalarga» é despedido por Maldirro, damos com o próprio a definir-se como «uma espécie de perdigueiro do patrão» (S, p.114) e a confirmar desta triste maneira a assimilação da injúria que antes lemos terem-lhe posto os colegas: «cão de guarda». O criado não distingue a apreciação da sua pessoa feita por si mesmo da alheia. Recordemos agora o pressuposto à partida: o espaço psicológico de cada personagem e o colectivo que todas formam manifestam-se os dois por via do corpo dos diferentes seres (humanos ou naturais), o qual se torna mais expressivo ao agir. Na substância das personagens e na respectiva acção deparamo-nos com o peso da individualidade ou o contrário, a ofuscação desta parcela do ser pelo social. Pelas aproximações entre o Homem e a Natureza que acabamos de analisar, constata-se uma certa desumanização das personagens devido aos comportamentos reprováveis que têm. Exceptua-se nesta ilação o «rouxinol» Chico Moiral.

Libertador, moralista e moralizador, e por tudo isto valorizado no romance, o canto humano aparece quase sempre ligado a emoções negativas em torno do campo amoroso ou laboral. A maledicência dos «boatos e cantigas» da vila (S, p.22) fere Simplício, a quem antecipa que Olímpia lhe «cantasse uma loa» (S, p.18) com Maldirro. A traidora explica comportar-se desta forma porque o marido é um homem «sem jeito para cantar uma moda» (S, pp.22-23) capaz de a livrar do tédio da vida conjugal.

Embora por vezes seja «[...] mensagem de saudade a suavizar o coração da malta» (S, p.189), noutras ocasiões os ranchos de camponeses «são vozes de vento e de sol a espantar a fome e o medo» (S, p.257), a desabafar a esperança. A revolta, generalizada nesta citação, especifica-se, na situação em que a mãe afoga os filhos, cuja agonia entoa à tona da água «[...] uma vaga cantilena, um protesto qualquer contra a morte [...]» (S, p.46).

Por todo o Sul romanceado a negatividade da cantilena do suão sopra, fazendo jus à prosa do narrador, que conclui criar ele «*loucos, poetas e desgraçados...*» (S, p.247). Dada primeiramente com os adjectivos depreciativos que se aplicam ao(s) vento(s) (*largos e ruinosos*, S, p.12; *pardo e ruim*, S, p.212; *larápio e selvagem*, S, p.247), completam-na a angústia das personagens ou as situações que vivem.

A preocupação de Isabel Barradas com o namoro da filha Pompina resulta num grande choro que, depois de controlado, a faz encostar «[...] a cabeça na parede, como se estivesse afrontada com o vento suão» (S, p.203). Por sua vez, a Olímpia [...] faltava-lhe o ar, sentia-se cercada como num dia de vento espanhol...» (S, p.104), ao saber do suicídio de Simplício. A mesma, quando na noite de núpcias o questiona sobre ter filhos, apoquenta-o, e logo soa na rua «o vento, quente e zunidor» (S, p.77), espelho natural da agressividade da mulher na materialidade punitiva do seu próprio som e força maior que conta com a quietude alheia para se fortalecer. Na narrativa da mãe homicida, prestes ela a consumir o acto, em volta ninguém lhe acode «e os azinhais quietos [...] como se estivessem a morrer com as lufadas do suão...» (S, p.44). Quando os cães atacantes se aproximam de novo a ladrar, de imediato se sente a «aragem do Inferno» (S, p.45). Chegado o instante fatal «perto de duas

árvores assombradas» (S, p.46), tudo se silencia. Como vemos, aos picos de tensão narrativa corresponde a intensidade e timbre das vozes naturais.

Centrada na economia, a acepção de cariz malévol de suão, a «doença do espaço» (S, p.206), responsabiliza-o pela seca e, por extensão, pelo desânimo e solidão do povo deste Sul. A par dos maus efeitos na Natureza e na agricultura, a inércia dos trabalhadores alentejanos, tantas vezes alvode uma chacota ignorante da realidade que a origina, justifica-se repetidamente com o vento africano: «Perdem-se as forças a lutar, respirando, contra a maré da aragem podre» (S, p.213). Logo, o suão culpabiliza-se pelo apoio substancial aos baixos proventos laborais dos rústicos da planície e torna-se parceiro da força capitalista dos seus Maldirros. Da desigualdade que causa nos campos que mirra nos fala o excerto seguinte: «Por causa da avareza africana do clima, os ganhões arrastam o seu ofício de viver e não têm culpa de que a vida se lhes negue em pão e trabalho. Não têm carros para fugir à fartura do sol. Não têm água nas bilhas para encharcar o corpo de frescura» (S, p.213).

A referência ao acesso desequilibrado à riqueza leva a que se salguarde noutro momento textual a modéstia do carácter do alentejano, que «não se asoberba com os bens materiais. Dêem-lhe Paz!» (S, p.63). Pacato e despretensioso, como Simplício Varandas o representa, se «[...] dominado pelo clima destemperado, pelo suão [...]» (S, p.63) acaba por se revoltar.

Dedicado por inteiro a um remate ideológico da obra através do vento, o antepenúltimo capítulo aprofunda a conotação comunitária que se descortina já nesta última transcrição. Perante o constatar de que no Alentejo o tempo passa e o ambiente opressivo se mantém, numa leitura da quietude da sufocante aragem, ou de que certas mudanças – lembremos a mecanização agrícola – ainda pioram mais a existência dos pobres, clama-se simbolicamente por uma força da oposição: «Que venha uma aragem do Norte acabar com tantas agonias!» (S, p.249).²³

Logo em «Courelas e Enxovais» damos a entender não ser indiferente a abertura das três partes do romance: a inicial com o drama de Simplício Varandas; a do meio com o conflito de Chico Moiral e a última com o namoro de Pompina. Perspectivada desta forma simples a divisão do livro, nela pode ler-se o passado, o presente e o futuro e, no dorso desta linha temporal, um aumento gradual de esperança nas condutas corporizadas pelas três personagens. Repetindo o começo da obra um cenário natural, de acordo com a segunda parte, e tendo ela a designação de um «vento quente e abafado que sopra do Sul»²⁴, devemos prestar àquele o máximo de atenção no contexto de análise em que estamos. Abra-se então de novo o livro na primeira página.

²³ No capítulo X da parte final, depois da quietude da aragem descrita no primeiro parágrafo, diz-se: «Mas aos poucos, uma aragem vem. Vem dos confins dos desertos do Sara, impregnada agora pela radioactividade das experiências nucleares francesas. Respira-se um vento novo, e a que sabe o vento?» (S, p.245).

A inserção deste dado histórico baseia-se nas similitudes que existem entre o Alentejo e o Sara, espaços unidos por duas adversidades: uma natural, a desertificação; outra política, o aproveitamento que os poderosos (latifundiários e franceses) fazem dos bens (mão-de-obra e solo) dos mais pobres. Que os ventos novos nem sempre sabem bem é a resposta que se deixa em suspenso para aquela questão.

²⁴ A definição de «suão» dada aqui lê-se no *Dicionário Universal de Língua Portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Texto Editora, 1995.

Do Sol que nos aquece de imediato no topo do texto, baixamos para o segundo parágrafo com um milhafre a caçar um pinto. O homem que nele também se encontra e presencia a cena é Simplício Varandas, mas só lhe conhecemos o nome no parágrafo seguinte, onde começamos a percorrer o seu corpo para, a meio da segunda página, acedermos finalmente ao seu íntimo. Portanto, a informação diegética arruma-se concomitantemente nos planos horizontal (estrutura externa) e vertical (estrutura interna) e, neste preciso momento, também do geral para o particular, conforme o conhecimento do protagonista comprova.

Já avisados pelas conexões dos homens aos pássaros, o «assalto» (S, p.9) da ave de rapina à criação do seareiro e a ineficácia da sua reacção deixam-nos alerta. Com efeito, reside nesta cena ínfima a essência da matéria a desenvolver na primeira parte do romance, visto constituir um indício do que se passa na vida do rendeiro ali contada, tão incapaz de guardar a mulher das investidas do poderoso Maldirro, quanto o pinto das garras fortes do milhafre. Se pensarmos assim, no momento da história em leitura, a informação organiza-se igualmente do particular para o geral pois refere-se à usurpação dos poderosos do pouco que têm os outros.

Descodificados os símbolos do principal suplício da personagem pensativa (a perda da mulher), logo o seguinte se descortina. A preocupação com o baixo rendimento agrícola emerge no terceiro parágrafo, quando Simplício «[...] se volta subitamente para o celeiro» e dá um grande suspiro. Antes de chegarmos aos seus pensamentos, já o corpo nos comunica o que aí vamos encontrar. Por último, o zumbir das moscas que o importunam significa obviamente as enervantes conversas da vila sobre o triângulo amoroso. Assim, no ponto de partida, pouco mais de uma página, o escritor condensa com engenho e arte uma espacialidade multidimensional, feita da sobreposição de emoções, corpos e sociedade, amálgama que sintetiza parte considerável da narrativa.

Após o episódio do pinto e do milhafre, Simplício Varandas mergulha no seu íntimo alternando-o o texto com o que se passa à volta. Sem lhe esquadrinharmos a mente, vejamos agora o que dela nos diz a sua postura física. A introversão da personagem fá-la procurar refúgio dentro da própria casa e dirigir-se para o «fundo» (S, p.11) de uma divisão pouco iluminada. Assistimos, pois, à procura de um lugar aprazível a uma reflexão que a leva também até ao fundo de si. Este grau maior de ensimesmamento atesta-se no rosto rígido, «um bloco granítico» (S, p.10), e sobretudo pela abstracção que já evidencia quando, minutos antes à porta de casa, passa uma camioneta e levanta grande poeira. Então Simplício está «[...] quieto e indiferente, fitando a estrada real» (S, p.11). No interior da casa, a ténue movimentação que o seu corpo regista conecta-se à inquietude paralisadora das dúvidas que o absorvem. As mãos, que ora entram ora saem dos bolsos das calças, substituem-se pelos «pés vacilantes» (S, p.13) ou as tremuras dos dedos ao acender o cigarro, no nervosismo que o caracteriza sempre que pensa ou interage com Olímpia. Por mero acaso, ou talvez não, Crispim aconselha-o a não se deixar «ir abaixo das pernas» (S, p.15), ao avisá-lo da traição da mulher com o senhorio. A fraca firmeza do seareiro reitera-a de novo o amigo que o lembra «envergonhado» e «encolhido na sua humildade» (S, p.16) em conversa com o rival.

Nas vésperas da fuga, durante a discussão do casal, Simplício apresenta-se também nervoso, acanhado e intimidado com a «loba» (S, p.23) Olímpia e chega «[...] a tremer, como um pássaro apanhado no meio de um vendaval» (S, p.25). Não estilhaça só o candeeiro por ficar sem jeito ao ver na parceira um súbito relampejar amoroso. Ela assusta-o continuamente, ao ponto de ele ficar «[...] parado, pálido, como uma árvore morta» (S, p.24) porque estraga um objecto banal. De reacções físicas idênticas do seareiro à intimidação feminina nos informam ainda a sua «[...] mão suspensa, o peito encolhido, a arfar» (S, p.25) durante a tentativa de lhe bater ou o seu «coração aos pulos» (S, p.27) na madrugada a seguir à briga.

Através do exposto, compreendemos agora melhor que os olhos do seareiro, a primeira parte do corpo a descrever-se, acusem «fadiga» e «sobressalto» (S, p.10). A emotividade que exteriorizam nele é dimensão partilhada com os seus pares. Escuros, os olhos de Olímpia são perseguidos constantemente pelo narrador, que os vê ficarem «acesos» (S, p.69) durante as conversas picantes com a filha do Zé da Luz, confidente no começo do seu namoro; ou estarem tempos depois «muito distantes» (S, p.23) como se averiguasse a mulher a razão da esterilidade do marido; serem «olhos de cobra, olhos de bruxa» (S, p.28) que o dominam na briga e logo «olhos novos» (S, p.29), porque escondem a notícia da fuga. Por fim vêem-se «abertos de susto» (S, p.102) com os remorsos que nutre pelo suicídio de Simplício. O percurso de leitura empreendido pelos olhos de Olímpia esquematiza o relacionamento do casal, visto nas diferentes fases pelo juízo da óptica feminina.

Para remate deste ponto dedicado ao espaço físico aplauda-se o investimento do autor no filão das potencialidades criativas e ideológicas da imagem e da metonímia, comprovadas aqui quer pelo título S e pela trovoada que apanha «Pouca Lã», quer pela abertura do enunciado.

3. IMPREVISIBILIDADES NO DISCURSO PREVISÍVEL

Um simples esboço de uma linha representativa do tempo do discurso basta para nos apercebermos de nela se inscreverem bastantes anacronias. Logo na página dezassete de *Suão* o espaçamento maior no corpo do texto introduz a única prolepse – o anúncio da fuga de Olímpia com Maldirro – e, entendendo o «Portanto...» de abertura, apresenta-se este anúncio como a conclusão lógica do relato que o precede. Já as analepses contatamos satisfazerem dois outros objectivos: contrapor a geração anterior da história à contemporânea, num sublinhado da evolução social, e aprofundar o retrato dos envolvidos na acção. É sobretudo pela última funcionalidade que conhecemos a dimensão psicológica das personagens que agora vamos espreitar. Claro que nem todas as reflexões e sentimentos saem do presente da narrativa, nem todas são analepses. Em segundo lugar, acrescenta-se que o espaço emotivo e o óptico não têm residência exclusiva na psique. Apreendemo-los também nos actos e sucessos narrativos. Por estarmos particularmente interessados no jogo de perspectivas e sentimentos que Antunes da Silva monta no romance, dirigimo-nos já para o íntimo das personagens e de novo para o exterior, onde também temos de observar o narrador, visto ser ele aí igualmente entidade avaliadora de gentes e assuntos e veículo de pontos de vista alheios.

A proximidade do narrador das personagens efectua-se em graus diversos, conforme o seu intuito último: criar aceitação ou rejeição daquelas. Frequentemente a sua omnisciência restringe-se à focalização interna ou externa e condiciona bastante o teor e a forma da enunciação. Através dos diferentes tipos de discurso, das perspectivas e emoções, a voz narrativa intromete a das personagens no meio da sua reflexão, descrição e narração, tornando difícil separá-las. Quando faz perguntas ao leitor, coloca-se num nível acima da diegese e confunde-se com o autor no desejo de diálogo sobre a problemática abordada.

Nem todas as personagens de relevo têm direito a monólogos interiores. Por esta via, ignora o público os porquês em que se baseiam as suas condutas ou, se os conhece, não se mostra tão compreensivo. Conquanto tal tratamento parcial se verifique, ficam ainda mais desprotegidas se o olhar dos companheiros cria delas uma imagem antipática. O caso de Maldirro Real é o mais flagrante. Consagrada a totalidade do capítulo doze da segunda parte ao percurso vital da sua pessoa, o qual se começa a traçar desde a chegada dos pais ao Alentejo (analepse), quem trata do resumo é o narrador que, só por breves instantes, deixa que se capte uma das perspectivas do latifundiário. Mesmo assim o deslumbramento dele com o corpo de Olímpia transmite-se com a voz heterodiegética colada à da personagem. No domínio do narrador abre-se uma fissura ou outra por onde as palavras de Maldirro escapam²⁵.

²⁵ As palavras de Maldirro no meio das do narrador que fornece o pensamento dele:

Ao fim de dois dedos de conversa, mandara-os embora, a renda ficava na mesma, *descansassem, iria visitá-los à propriedade...* Mal sabia ele que nessa noite o sono não vinha, a pensar na mulher, no corpo de mulher e no seu andar de veludo. E no outro dia, a mesma cisma a persegui-lo, a pensar e a repensar na magana da rendeira... «*Que bocado, senhores! [...]*» (S, p.183).

Ao cerco da expressão da individualidade que esta atitude do narrador patenteia em direcção a Maldirro, reúnem-se a escassez de focalizações, emitidas por ele em reduzidas linhas e sob igual vigilância; os raros diálogos em que participa e os vários juízos alheios sobre si. Assiste-se, pois, a uma censura da verbalização da figura. Na manhã da fuga ouvimo-lo trocar umas frases com a amante e de novo lhe aprecia a beleza, bem como pensa ser Simplício um «pobre sementeiro de trigo...» (S, p.85). Fora isto, só escutamos um comentário seu sobre os caçadores furtivos e os malteses que assaltam as herdades: «Uma corja!» (S, p.184). Em contrapartida, as primeiras cogitações de Crispim sobre o senhorio (cf. S, p.15) e a maioria das avaliações a que o narrador procede acerca de si, às vezes escondendo-se atrás de terceiros, reduzem-no ao tipo «rico cruel». Embora o parecer de ambos acompanhe as correcções que o latifundiário leva a cabo na velhice (cf. S, p.242), o que mais vale à regeneração da respectiva figura é a má impressão que o narrador causa de Tóino Valentim no incêndio dos Picotos, tal como o afecto da criada Anastásia, que «por isso não acreditava nas patranhas do povo, não acreditava no que diziam na vila acerca do *seu menino*» (S, p.217). Querida do leitor, Anastásia encarrega-se, pela descrição dos laços que aperta com o patrão, de nos convencer que o maldito, capaz de mostrar a Tóino Valentim uns «olhos de faca» (S, p.134), também tem afinal coração.

A estereotipia, que acabamos de desmontar no processo construtivo de Maldirro, elabora-se também para o guerrilheiro adversário sem recurso ao espaço psicológico. No entanto, sobre ele chegam-nos duas perspectivas, através do narrador. A formulada durante a descrição do incêndio dos Picotos, assalto que encerra a existência aventureira de perseguições e fugas de Tóino, e a do mito popular que «Pouca Lã» converte nuns «[...] versos impregnados de feitos heróicos, assaltos e tiros, amores e navalhadas, por feiras, chavascais e terreirinhos, e que ainda hoje cegos e pobres de pedir cantam pelas estradas e nos largos das vilas» (S, p.130).

O arrebatamento e cumplicidade que o leitor vive ao longo de páginas e páginas da referida narração do povo de Sam Jacinto e arredores e a pena que alimenta pelo desgraçado começam, estranhamente, aos poucos a ruir, ao constatar pelo incêndio a sua violência: «Organizou uma quadrilha com gente vingadora, bêbados e ladrões, revoltados e moinantes, pessoal fugido do mundo por casos de estupro, facadas, fogo posto» (S, p.154).

Com a má estirpe do bando nasce a repulsa, que logo aumenta, quando os membros anunciam ironicamente querer enforcar «Patalarga» e agridem o seu corpo deficiente com «uma cacetada nas costas» até quase o desfazerem «à paulada» (S, p.157). Em terra de pão sagrado, a decisão de queimar o trigo do latifundiário repudia-se, mas a perplexidade atinge-a o público com o entusiasmo da voz narrativa ao referir o encanto do fogo posto. Já antes deste acto de vingança e desvario, desagrada ver Tóino intimidar uma mãe para escapar à Guarda: «Tirou a criança à camponesa e segredou-lhe uma ameaça terrível, se despertasse a suspeita dos soldados» (S, p.152).

Destacamos em itálico os dois discursos da personagem. Assim, e por ordem de surgimento, temos o indirecto livre e o directo. É no primeiro que o narrador se confunde com a personagem.

Sem frustrar o horizonte de expectativas do público, Antunes da Silva garante no romance elementos de intertextualidade que lhe geram um sentimento de orientação, um certo à-vontade e interesse perante a leitura da história, assegurando o seu prosseguimento. A tipificação de personagens (o trabalhador pobre; o rico cruel; os pobres diabos; a mal comportada) e acções, como o conflito de classes e o triângulo amoroso, ou até a abertura de partes do livro com um enquadramento natural a anteceder a personagem que depois se evidencia, aliam-se a uma linguagem sem estranhezas, feita de provérbios, expressões conhecidas e cantigas, onde os sentidos figurados facilmente se compreendem, e que se adequa muito ao nível cultural e à bolsa das personagens.²⁶

Atente-se, contudo, que toda esta previsibilidade no discurso só se torna válida literariamente no momento em que se danifica. Com a decepção a crescer no peito com o bandoleiro Valentim, urge na mente em alerta do leitor reavaliar os dados que a história lhe fornece: primeiro, Tóino vítima do malvado patrão; depois, Tóino criminoso desmesurado. As razões que antes o perdoam em certas faltas, já não bastam no final. Tóino ateia naquela noite fogo aos limites do bom senso geral. Depois de lhe observar o lado negro, distancia-se o público do herói popular e, sublinhe-se, da falsa consciência da realidade, própria de quem ignora parte da mesma. Com o repto de formar um leitor crítico e ciente da pluralidade da verdade, Antunes da Silva constrói o universo diegético de S.

Por meio desta iniciativa de liberdade, dirigida à consciência agrilhoadada dos portugueses, livra também o escritor Maldirro do fardo de crueldade tamanha, visto que no final já o consideramos um pouco vítima de Tóino. Logo, os tipos «rico cruel» e «pobre diabo» que nascem para dar sustento um ao outro, em simultâneo, sucumbem, progredindo com eles a arte da diegese do previsível para o imprevisível. A originalidade textual espregueia sempre que há imprevisibilidade.

No livro em estudo, a dimensão atribuída ao amor combate a ideia de que os textos neo-realistas ou do género se reduzem ao esquema da oposição das classes sociais com miséria a rodos. É verdade que Crispim pensa em quatro histórias que a convocam, que Pompina não nos autoriza a esquecer-las, mas esta não é uma obra de ricos e rotos, tem também uns remediados bem no centro das atenções. Simplício e Crispim, este mais através da filha, não são só corpos para uma engrenagem económica voraz, trazem consigo a família e com ela o plano dos afectos. A humanidade que engrandece tantas figuras de S não se coaduna

²⁶ A personagem de Tóino fala de acordo com o seu estatuto socioeconómico para os pares: «Já viram um cuco e uma milheirinha? Pois o cuco é um pássaro de maus costumes. Deixa os ovos nos ninhos dos outros pássaros. O cuco é parecido com os donos das terras e as outras aves somos a gente!...»

Tóino Valentim correu a Marateca [...]» (S, p.154).

A aproximação de homens e bichos repete-se na canção que canta: «Fizeram de mim um tigre/ai quem me dera ser rei...» (S, p.154) e é, como já demonstrámos no ponto anterior, actualizada poeticamente pelo escritor que assim assegura um potencial mínimo de entendimento com um processo linguístico familiar ao grande público. Veja-se ainda na última oração da primeira citação como o narrador não corta abruptamente com o registo popular, que em «somos a gente» até contém um erro vulgar.

O emprego de provérbios no romance para orientação da sua leitura comprova-se, quando Simplício ganha dois prémios nas rifas da feira. Então Crispim pensa: «Sorte ao jogo, pouca sorte nos amores [...]» (S, p.52).

A todo este mimetismo linguístico da realidade popular contrapõem-se falas de carácter formativo, como a de Generosa que emprega um termo cuidado (*liberal*), depois de o ter explicado (*não ter o feitio explorador* S, p.194), sem quebrar a naturalidade.

com a estereotipia. A casa, os dramas, o lado bom e o mau vão cimentando individualidades díspares que erguem a riqueza da paisagem social alentejana. Mesmo com defeitos e fraquezas, as figuras conquistam-nos como pessoas que tantas vezes parecem ser.

Causadora de dores maiúsculas como o apelido com que assina, Olímpia desfaz um homem terno que a ama, persegue o coxo «Patalarga» e desgosta de Pompina para nora. Se o amante só a avalia por fora e assim se junta aos velhos que murmuram nos poiais (cf. S, p.107), Anastásia tenta desvendar a razão do seu comportamento instável, sobre o qual Simplício tanto pensa²⁷. Acusada pelo povoado de imoralidade e soberba e, pouco depois, de ganância pelo narrador no episódio em que presenciamos a embirração com «Patalarga», por causa do dinheiro do leite das vacas, a defesa da ré começa na sua reflexão acerca do marido seareiro e termina-a o narrador naquele atrito.

No capítulo V da primeira parte, ainda antes de visitarmos a memória da traidora, já a descobrimos arrependida da fuga que está prestes a realizar. Ao falar consigo mesma, confronta a perspectiva comum, no seu comodismo (*sempre é o meu marido à face da lei.[...] Não vás, Olímpia, fica na tua casa, orgulha-te da tua pobreza* S, p.66), com os seus sentimentos (*pode ter muitos defeitos, mas é um homem que me faz todas as vontades...[...] Mas o filho?* S, p.66). Receia os comentários da vila, que Maldirro a abandone, mas deseja a maternidade e o seu ser não se conforma com o que a vila lhe permite e proíbe. Assim dividida, inicia a avaliação de Simplício desde os primeiros contactos até ao momento em que se começam a abrir brechas no casamento. Compara-o a outros homens com quem namoriscou. Nenhum ganha ao marido parado que agora tem, mas que está disposta a trocar por «melhor trato» (S, p.82). As promessas materiais de Maldirro chegam-lhe então ao lóbulo da orelha sob a forma de um «par de brincos de ouro» (S, p.82), para a levarem de carro naquela manhã em que tudo isto lhe ocorre.

A Olímpia dão-se, assim, duas oportunidades valiosas para se defender. Cede-lhe o autor não só um cantinho textual para desabafar o turbilhão de sentimentos que a fragiliza e fortalece, arrastando nele o juízo do leitor que se procura equilibrar, como também revela a sua perspectiva de Simplício e com isso se percebem as razões da traidora e a incompatibilidade dos feitios de ambos. Depois de compreendido que afinal o comportamento da adúltera até faz sentido, contrariamente ao que diz o veredicto popular, volta a personagem a incorrer em falta quando briga com o ajuda inválido. Aí o hábito maniqueísta que nos faz tender por uma das facções em atrito, leva-nos a querer apoiar «Patalarga» perante a ganância da mulher. Porque nesse preciso momento o narrador trata de o retratar negativamente, a adesão que o leitor tenta frustra-se. Mais uma vez baralhado dentro do *puzzle* óptico da história – soma de focalizações, ora transmitidas pelo relato dos actos ao cuidado do narrador, ora pelo espaço emotivo das personagens – aprende a exigir na apreciação de pessoas e assuntos o máximo de informação (causas, consequências, contexto...).

²⁷ Anastásia pensa: «Dum momento para o outro, a patroa mudava o rumo dos pensamentos como quem muda de traje e aparecia na rua virada do avesso [...]» (S, p.106). Porém, logo a seguir afirma o contrário: «Não restava a menor dúvida: só um acontecimento muito importante poderia motivar a súbita transformação da patroa» (S, p.107). Afinal não se sabe se Anastásia acha Olímpia mesmo inconstante ou não.

Se o final feliz e o apelo à luta são esperados pelo público comum, quase a terminar a narrativa, não o decepciona o escritor, mas surpreende-o de novo. Pela mudança a que sujeita as personagens ao longo do texto, resultado de alterações comportamentais e do jogo de pontos de vista e emoções, Antunes da Silva prepara o fecho de S com uma mensagem contra qualquer género de agressões. A luta que todos os homens e mulheres têm de travar é em prol do bom entendimento, a que só a palavra e o amor podem conduzir.

4. SÍNTESE CONCLUSIVA

Em S os temas do namoro e da modernização da agricultura no Alentejo rural dos anos 50 ilustram a contraposição passado/presente diegéticos e fazem-no pelo registo das alterações materiais, de comportamento e mentalidade. O dinamismo comunitário assim transmitido auxilia-se da diferença entre os grupos sociais convocados para a acção – velhos e novos; homens e mulheres; proprietários, rendeiros e assalariados – e nas emoções que os ligam. Negativas, a maioria por assentarem num grande desequilíbrio económico; amorosas, de admiração e companheirismo, as que se enaltecem. Apreendida esta divisão na rede de sentimentos, percebe-se que a evolução colectiva se efectua com dificuldade devido aos avanços e recuos que a boa e a má comunicação daqueles grupos suscita. Concentremo-nos nas dificuldades de diálogo.

Seja nos relacionamentos afectivos ou laborais, a violência emerge quando há desentendimento entre as personagens, em cujos comportamentos se descobre o domínio de um dos lados. O desprezo e o autoritarismo que caracterizam os agressores derivam em actos que afectam profundamente o corpo e o espírito dos mais fracos. Entre estes, a fome tem lugar especial pois, por vezes, é infligida de propósito, como castigo, outras resulta da situação de desemprego. Problemas regionais maiores, a fome e o desemprego apontam não só o grupo dos agressores económicos (os latifundiários), como ainda a razão de tal serem: o poder que têm para os minorar ou aumentar, visto decidirem o destino das terras. Quem não possui capacidade de sustento (físico e emocional) incorre no perigo de desesperar ao ponto de dirigir a revolta sentida para si próprio, punindo-se com alcoolismo, prostituição ou suicídio. Aos que ainda lhes restam forças, vemo-los rebelarem-se contra os abusos com actos criminosos (roubos, fogo posto, homicídios) ou arrufos de coragem. Menos frequente, a libertação da palavra dos submetidos, laboral ou amorosa, incentiva-se em direcção ao grupo de pertença e, inesperadamente, a outros. Porque a união das vozes pressiona os poderosos a alterar a sua conduta, significando isso um passo em frente para alcançar a igualdade de todos, a verbalização apresenta-se como o meio válido para resolver os desentendimentos sociais, numa história que recorda a lição sumariada na sentença popular «a falar é que a gente se entende».

O sentido literal dos componentes da Natureza tem em S lugar restrito. Às courelas que Simplício e Crispim cultivam nunca o autor nos leva em passeio. Na nossa memória, um torrão ou outro agrícola permanece, colhido de passagem pela retina da imaginação. O que guardamos deste Alentejo de Antunes da Silva é o som, a ventania constante, o estrondo das trovoadas. Sobressalto apenas. Apesar de povoado por passarinhos, este campo não convida a refúgios sentimentais, bem pelo contrário. Quando afecta os seres na sua individualidade, acentua-lhes os tormentos. Que o digam Olímpia e Simplício ou a comadre Isabel.

A partir das características verdadeiras dos inúmeros corpos naturais (o bico das aves; o latido dos cães...), Antunes da Silva transforma-os em cenário simbólico da comunidade humana que entre eles habita. É no momento em que se revela a acção daqueles, também

dada com realismo, que transitamos de súbito para o plano figurado dos homens. A semelhança e a contiguidade verificadas entre o seu agir e o dos pares da Natureza explicam que o escritor, em época de censura, a tenha aproveitado enquanto reflexo das atitudes típicas dos grupos sociais do Alentejo.

De um lado, encontramos azinheiras quietas, pássaros encolhidos, a representarem os que temem manifestar as injustiças que lhes tocam: assalariados vários e pequenos rendeiros. No extremo oposto, o domínio latifundiário das condições de trabalho agrícola, tão extenso e assustador quanto o trovão, economicamente asfixiante como o vento berbere.

Confundidos assim – fenómenos meteorológicos, árvores e bichos – com a comunidade, tornam-se personagens, cujo interesse maior reside no comportamento que faz deles aliados dos poderosos e adversários dos restantes. Ao funcionar a Natureza como reforço de situações emergentes de um quadro de opressão capitalista (conflito de Tóino com Maldirro; deste com «Pouca Lã»; afogamento de mãe e filhos) apoia os ricos, ora pela quietude e silêncio, símbolos do medo popular de represálias, ora no prejuízo real dos resultados agrícolas. Hostil aos trabalhadores rurais, a Natureza prende-os ao seu baixo estatuto, inviabilizando a sua libertação do jugo bicéfalo. Neste contexto baseia-se o autor que nos sensibiliza com o esforço contínuo que os camponeses pobres empreendem, os quais faz ascender à heroicidade pela primazia que lhes concede no relato.

Subjacente à narrativa, o questionar da História que Portugal então escreve deve-se à observação da injustiça que enferma a planície. S nasce para que a estrutura social desta se equilibre e persuade o leitor a querer também corrigi-la desta forma com o apelo poético e ideológico que da Natureza extrai Antunes da Silva. O encorajamento da prossecução da luta dos desfavorecidos que no livro descobrimos acena com a palavra e o amor, como forças revolucionárias capazes de criar uma realidade mais justa, fruto da melhoria das condições existenciais dos menos abastados e da consequente aproximação das classes.

Nos campos em volta e na casa, no corpo e no espírito humano, os três espaços – social, físico e psicológico – fundem-se. E com eles os três tempos que o relógio marca. Nos gestos, posturas, vozes e decisões se encontra o «eu» com «o outro», coabita o «nós» com o «eles». Os acontecimentos proporcionam este convívio, que a projecção polifónica de emoções e pontos de vista para o exterior também testemunha e a linguagem se esforça por copiar em uniões vocabulares inéditas e felizes.

Por outro lado, enquanto a sua função fática assegura, com a convencionalidade literária, a ligação do público ao texto, a informativa combate a alienação da sua consciência social, evidenciando-lhe um conhecimento superficial da realidade. Ao desconstruir mitos (maldade dos poderosos; bondade dos pobres; superioridade dos que estudam), o escritor destrói estereótipos ou então recicla-os (temática alargada; apelo à luta) a partir da sua repetição inicial. Na dimensão emotiva da diegese, lugar onde a contradição e multiplicidade de opiniões e sentimentos visam alicerçar uma sociabilidade maior, ensaia-se com os leitores o espírito crítico. A individualidade aplaude-se com o consequente questionamento de códigos sociais. Em S, a literatura testa o próprio potencial comunicativo, o humanismo.

A mensagem de esperança com que S encerra prevê um futuro breve e curiosamente tangente à revolução de 1974, momento em que os portugueses, sem excepção, podem ensaiar na nova paisagem democrática a franqueza do diálogo antes só imaginada. Ao cuidado do leitor do século XXI deixamos a avaliação da actualidade textual.

5. OS SETE SUÕES

A 7.^a e última edição de S sai para o mercado em 1985 e é a partir dela que em seguida procedemos a uma comparação das várias publicações do livro. Efectuamo-la em especial com a 2.^a edição que lemos atrás e se iguala à *princeps*, salvo uma ou outra substituição no léxico. Todas as edições são revistas e todas as citações ou referências deste ponto respeitam à 7.^a.

As sete publicações do livro são as seguintes: 1.^a e 2.^a da Portugália, em 1960 e 1961; 3.^a e 4.^a da Dom Quixote, em 1970 e 1974; 5.^a do Círculo de Leitores, em 1974; 6.^a da Bertrand, em 1978 e 7.^a dos Livros Horizonte.

No corpo textual da última vêem-se alguns acrescentos e a supressão de quase todos os espaçamentos maiores que se observam dentro dos capítulos da publicação de 1961, estratégia gráfica para separar o passado do presente diegéticos. Os versos que «Pouca Lã» dedica a Tóino Valentim (cf. S, pp.108 e 129) e um diálogo entre Osório Puga e Bartolomeu da Luz, figura praticamente imperceptível nos anos 60 (cf. S, pp.135-141), constituem as inserções responsáveis pelo crescimento da narrativa, que não sofre, todavia, mexidas na estrutura e preserva sempre o conteúdo essencial. Desde a 3.^a edição que se acrescentam linhas às duas quintilhas de homenagem popular àquele salteador.

A tendência que abrange as alterações a que o autor procede é a de clarificar a ideologia discursiva. Dão-se agora mais detalhes sobre o corpo idoso de Maldirro a fim de acentuar a respectiva debilidade e, por outro lado, o seu autoritarismo de outrora, bem como se sublinha o desprezo dos amigos pelos pobres: «Queriam rir-se, gozar à brava o espectáculo, divertir-se de um insignificante trabalhador do campo» (S, pp.77-78), sentimento que Chico Moiral tem perante os caçadores no monte. Francisquinho também piora a imagem na cabeça do futuro sogro (cf. S, pp. 192 e 202), enquanto este lembra o pai como «[...] o messias dos ricos, o salafrário do concelho, explorador de pobres, perseguidor de cristão» (S, p.191). Olímpia ganha o estatuto de insaciável sexual, apontamento pouco simpático que substitui a fogosidade de outrora, adivinhada com interesse na veleidade linguística (cf. S, pp. 28 e 61).

Embora continue imprecisa, a cronologia da história acolhe com assiduidade trechos que aparentam desejar marcá-la (*já correram alguns anos; Era, então, vésperas de Natal* S, p.75 e 124). O dia «trinta de Julho de um ano ruim...» (S, p.208) recorda agora a História do Estado Novo com um dado que se alia a outras datas: vinte e oito de Maio e 1969, ano de eleições (cf. S, pp.208; 134 e 173).²⁸

²⁸ No dia 28 de Maio de 1926 dá-se o golpe militar que derruba o regime republicano. A este acontecimento segue-se em Portugal um período de ditadura que vai até 1974.

A 30 de Julho de 1930, Salazar funda a União Nacional para apoiar a ditadura do Estado Novo, estabelecida na Constituição de 1933.

A referência à primeira data já está presente na 2.^a edição; a segunda data aparece na 6.^a e a fraude eleitoral é mencionada desde a 3.^a publicação.

Quando Anastásia conta a Olímpia os receios que teve ao ir morar para a casa da vila, damos conta que o espaço físico continua a transmitir as mudanças de antigamente para a actualidade e a diferenciar as posses dos proprietários. As ligeiras alterações que o escritor faz no início do capítulo VII (II parte) bastam para que as duas funções se exerçam em 1985 com mais eficácia. A criada diz para a patroa: «Nem calcula, minha senhora, os sustos que passei, já lá vão uma quantidade de anos, cinquenta?, nem sei!, ainda não havia aqui casas a não ser esta, e, lá ao fundo, a do pai do Crispim Barradas» (S, p.100).²⁹ Ora, poucas linhas depois, estreia-se o termo «casota» para contrastar a habitação da família do seareiro com o «casarão» (S, p.99) vizinho e até com o «casebre» (S, p.120) de Tóino Valentim, dois vocábulos anteriormente empregues e que se repetem. Em seguida, pela analepse que relata o enriquecimento dos pais de Maldirro precisa-se um pouco mais a localização de Sam Jacinto. Ficamos então a saber que uma das propriedades que adquirem se situa «[...] mesmo do lado debaixo de Selmes, na estrada que vai direitinha a Beja» (S, p.144).

A comparação da mesma passagem nas duas edições mostra que o quadro natural da planície se enriquece com a solicitação de elementos novos para a descrição, os quais respeitam ao subsolo alentejano e à vegetação espontânea e agrícola. A par de uns «[...] terrenos lavrados, silvedos e estevais [...]» (S, p.112), «eis o vento e as aves, o sol, a terra imensa de vinhedos, xistos, medronhais, minérios, grandes lavouras» (S, p.110).

Através da substituição da simbologia do vento e dos pássaros por uma comparação, confirmamos a leitura política da Natureza realizada atrás. De Tóino afirma-se: «Desesperadamente, o seu coração tentava tecer o esquema de um mundo novo, onde o vento e as aves fossem como ele, rebeldes e sadias, só aragem, só voo preso nos céus, mas a realidade sobrepunha-se [...]» (S, p.119). O abandono da simbologia aqui anunciada, na redução do significado do vento a mera aragem ou das aves a simples voos, irá ocorrer em breve no discurso poético de Antunes da Silva, como veremos mais à frente neste estudo.

O narrador persiste no aproveitamento das múltiplas vozes populares que alternam com as suas reflexões, ora deixando-as enganosamente assumir o controlo da narração, através do manusear dos três tipos de discurso, ora expondo as contradições que os seus juízos encerram.

Uma certa agressividade vocabular conecta-se à forma directa que o 25 de Abril autoriza e estimula na denúncia do mal-estar social de antigamente, mas compensa-se com o prazer poético que se desvenda no refazer do capítulo do sonho, o antepenúltimo. Entre o desafogo verbal na manifestação do que desagrada, temos os insultos dos poderosos (*tartufos* e *cacaruças* S, p.22; ou *trastes* e *alarves* S, p.79); a aproximação do retrato dos adversários a um clero pouco respeitável (cf. S, p.25 e 36); as dúvidas acerca de Deus e dos santos que não se compadecem com o sofrimento humano (cf. S, pp.42; 105 e 110) e referências explícitas à «extrema-direita» e ao «fascismo» (S, pp.132-133) ou então às perseguições à propaganda comunista (cf. S, pp.94 e 96).

²⁹ Um outro exemplo de como as referências às casas servem para evidenciar o evoluir dos tempos é a passagem onde Crispim pensa ser cinquenta mil réis demasiado dinheiro para pagar por umas canetas, visto que «antigamente, por cinquenta mil réis comprava-se uma casa de taipa. Ou um ferragal de barro» (S, p.53).

Ao acréscimo das sonoridades típicas do dialecto alentejano reúne-se algum calão para compor melhor a oralidade que do real se copia com autenticidade e, por outro lado, acautela-se o que se afirma. Crispim insiste com Simplício para que ele bata na mulher, mas diz: «Eu nunca precisei de usar semelhantes expedientes [...]» (S, p.28). Noutro momento dobram-se os cuidados com a injustiça das generalizações. A má opinião dos estudantes ressalva-se com «nem todos, claro» (S, p.23) e com um outro excerto igualmente cauteloso: «Uma juventude, aqui e ali, assaz desorientada, em minoria, que a maioria dos moços são corajosos e bons, gratos, progressistas e leais, esperança de um país que tende ingloriamente para a distracção cívica...» (S, p.24). Aqui, começamos a encontrar as ideias que Antunes da Silva repete nos livros novos e nos reeditados em tempo democrático, as quais enumera na conversa entre Bartolomeu da Luz e Osório Puga. A toda esta explicitação, formal e semântica, que facilita a apreensão do cariz político da mensagem, devemos adicionar uma passagem onde se explica o significado de «alienação» (S, p.210), já que o romance se escreve contra ela, e em meados de 80 persiste ainda uma certa necessidade de a combater. Por contribuir o conteúdo daquela conversa para a consciencialização do cidadão comum da perspectiva antunina do estado da nação, ganha o capítulo XI (II parte) o maior interesse na edição em análise.

Porque na parte seguinte deste estudo tencionamos contextualizar o trabalho do autor após o 25 de Abril de 1974, antes da leitura de JI e II onde também se reiteram todas as ideias do diálogo entre Osório Puga e Bartolomeu da Luz, limitamo-nos para já a apontá-las de forma sucinta. Embora esta segunda personagem defenda em parte o regime do Estado Novo, Antunes da Silva gera a discórdia de ambos os interlocutores para aprofundar as suas ideias pessoais. Assim, enquanto Bartolomeu se mostra confiante na preservação da independência nacional, a qual sabe ser cobiçada por causa do potencial económico do país, Osório, o progressista, denuncia o actual controlo da riqueza lusa pelos estrangeiros, em troca de empréstimos monetários e armamento. Condena o imperialismo norte-americano por assentar na exploração de outros povos, posição que concorda com o repúdio da Guerra de Ultramar. Em vez daqueles auxílios externos, Osório pugna a favor do incremento da produção portuguesa. Acusa os Governos de abandonarem o Alentejo ao não investirem nele e permitirem que as terras permaneçam por cultivar ou se transformem em coutos de caça. Com a poluição do porto de Sines a indignar-lhe o pensamento, diz ter esta vila a praia «estragada», inviabilizando-se assim a hipótese de o litoral transtagano beneficiar de boas receitas turísticas.

Desconsolado com a situação actual da sociedade, Bartolomeu, o conservador, convoca para o debate a questão do mau uso da liberdade conquistada. Muitos não cumprem os deveres, mas exigem os seus direitos. A atitude de alguns funcionários públicos e as greves sistemáticas desagradam-lhe. Teme a anarquia e o comunismo, mas constata que pela firmeza da palavra se pode orientar um povo.

Por a liberdade incentivar a imaginação para a prática do bem colectivo, o lavrador Osório, que reconhece alguns abusos, declara ser preciso treinar a vivência do sentimento até há pouco desconhecido. Algumas greves provam que o próprio Estado e os patrões ainda actuam com autoritarismo, ou seja, ainda não aprenderam a dosear devidamente a quota

de liberdade das facções envolvidas. Quanto ao partido comunista, visto deter alguma expressividade política, há que o solicitar para a resolução dos problemas nacionais. Acredita Osório que uma educação sustentada nos pilares da solidariedade e amor à terra e realizada através da arte e da Natureza pode ajudar Portugal no novo período. Bartolomeu, porém, menos positivo encerra a conversa, confessando descrer do voluntariado dos cidadãos para erguer a sociedade desejada.³⁰

Completam este resumo ideológico outras passagens do romance, das quais destacamos uma para finalizar esta dimensão. De novo, o lavrador Osório/autor aí se manifesta ao pedir ao afilhado «Pouca Lã» para ter esperança no futuro e nunca indignar o seu povo. Segundo ele, já basta ao Alentejo lesarem-no com entraves ao ensino superior e à construção da barragem de Alqueva, com a ausência de apoios ao surgimento de indústrias benéficas – as companhias de celulose aqui implantadas repudiam-se – e novas vias de comunicação.³¹

Estas últimas ideias, tal como a persistência da necessidade de uma Reforma Agrária acertada, mesmo tendo passado uma década sobre a contígua à Revolução dos Cravos, anunciam-se já no pórtico que o autor assina, com ligeiras alterações, desde a 3.^a série de exemplares. Face à constatação de que quase se extinguiram os seareiros da planície, Antunes da Silva, através das palavras do amigo Luís Godinho, relata neste texto de abertura a evolução da agricultura na região desde 1920 até meio do século, momento a partir do qual S toma as rédeas do discurso. Em Setembro de 1974 (5.^a ed.), um *Post Scriptum* a seguir ao pórtico manifesta a alegria antunina e ainda alguma perplexidade com a mudança de regime político.

Para além do pórtico e ainda na 3.^a série, a obra acrescenta à dedicatória que se lê desde o início (*Para: Aníbal Queiroga, Raul Veríssimo e Manuel Ferreira*) o seguinte: «e agora, também, a toda a Juventude defensora dos grandes ideais humanos – esperança do meu País», enquanto na capa de trás se dá uma ajuda ao leitor, explicando-se ser o verdadeiro suão a engrenagem económica e social que explora o povo alentejano. Com aquele acrescento, Antunes da Silva parece pressentir a chegada de um tempo novo.

Na 6.^a edição, entre umas notas iniciais ao romance a cargo de José Tengarrinha, ressalta «[...] a original relação que nele se estabelece entre *realidade, autor e leitor* [...]». Segundo o crítico, a visibilidade do escritor no discurso literário favorece a aproximação esclarecida do público da realidade equacionada. Com efeito, à medida que o momento de leitura se distanciadopresentediégeticopelasucessividadedasedições,verificamosqueopensamento político do autor se declara com maior abertura. Facto que não se alheia das condições históricas – primeiro o afrouxar da repressão verbal salazarista, depois a liberdade de expressão democrática – mas que seguramente se deve também às experiências jornalística e oposicionista de Antunes da Silva, na CDE e em seguida no MDP/CDE. Através de contactos

³⁰ O diálogo em foco surge pela primeira vez na edição de 1970 e apresenta algumas diferenças. Sugere-se então que Évora e Beja acolham o ensino da Agronomia e Medicina Veterinária e Portalegre o das Belas-Artes, cursos relacionados com as actividades económicas da região. A questão da Reforma Agrária aflora-se, mas a atenção maior é cedida às eleições de 1969. Ambos os interlocutores indicam uma série de razões para o fracasso da oposição ao regime.

³¹ As críticas à falta de investimento no Alentejo lêem-se já em 1970, mas a albufeira de Alqueva só se menciona no último S.

directos com a população, reconhece o escritor a incapacidade de apreensão de discursos menos óbvios pelo grosso dos portugueses quase sem noção de cidadania. Por todas as mudanças que Portugal vive entre os anos 60-80, Antunes da Silva, que acredita na educação, almeja com certeza alcançar um número alargado de leitores e, por isso, apaga o subtexto ideológico. Continua, portanto, a ajustar o romance ao repto comunicativo e de correcção social que lhe é inerente.

Antes de encerrarmos este ponto, acrescente-se que a presença antunina no livro em estudo ultrapassa a dimensão política. Descobrimos o coleccionador de moedas entusiasmado que Antunes da Silva é ao reunir às antiguidades de Maldirro também este género de aquisições, vendidas por ciganos, conforme diz noutra evocação da numismática e do prazer que ela lhe dá. Devemos, pois, entender nesta curiosidade um gesto para a promoção da paz entre a figura de Maldirro e o seu criador que, de resto, até usa o latifundiário para defender a sua própria pessoa, confundindo com o seu parecer o dele sobre «[...] um pavão que proibira que se lessem os versos dos poetas democráticos na cidade, vereador sem competência [...]» (S, p.133), visto ter sido um dos escritores silenciados a quem alude. A proibição de que fala, os problemas da Universidade de Évora e a morte de dois jovens no rio Degebe (cf. S, p.66) são motivo de poesia no livro que em 1973 recebe como título precisamente *Rio Degebe*. A estas intertextualidades de S com outras obras do criador, juntemos JI que por a mesma altura começa a ser escrito, conforme Osório Puga nos informa num trecho onde, mais do que isso, nos dá a certeza de ser a figura mais inspirada no respectivo autor (cf. S, p.142).

6. O NEO-REALISMO

Tendo por base a inserção de Antunes da Silva na estética neo-realista que fizemos durante a leitura de G, livro de contos estudado na 2.^a edição (1983), em *Paisagens do Interior Ibérico*, propomos agora o confronto de S, na edição de 1961 que antes analisamos com a *princeps* daquela obra e, no momento final, alongar essa comparação às publicações definitivas dos dois textos: G (1983) e S (1985). Quer -se demonstrar com este labor que o tratamento das categorias da narrativa obedece também no romance à fidelidade do escritor ao neo-realismo português. Em concomitância e recorrendo às quatro edições seleccionadas para este ponto, pretende-se apurar os seus progressos técnico-narrativos e de manifestação ideológica, ao longo de um período de quatro décadas que, apesar da cisão no panorama político nacional, Antunes da Silva marca quase por inteiro com uma práxis sintonizada com aquele movimento literário. As citações que de imediato fazemos são do livro G da Editorial Inquérito, de 1945, o qual começamos por espreitar.³²

6.1. LEITURA DE GAIMIRRA (1945)

O Alentejo que G apresenta é uma região predominantemente rural e pobre. A sequência quase ininterrupta de lugares nas poucas páginas de cada história produz no leitor a sensação da grandeza física própria da sua paisagem, pontuada aqui e ali por vilas cujos habitantes se diferenciam sobretudo pela idade e ocupação profissional. Como em S (1961) não temos só pobres e ricos. Há crianças e velhos, homens e mulheres. Ladino e os avós de Zé Boi são coureiros; Ramalho é o maltês que Matoi, o cigano, defende; Rata e Fradique operam na fábrica de cortiça. Encontramos ainda um bruxo e um velho sineiro, padres e presidentes de Câmara; lavradores simpáticos e moças casadoiras. O maniqueísmo não lhes dita o comportamento. Deparamo-nos com gente que procede com naturalidade, oscilando entre atitudes mais ou menos correctas. Em «Último Dia» o lavrador aparece indisposto a ralar com os empregados mas, perante a chuva que cai, alegra-se ao ponto de oferecer «um chibo para a malta» (G, p.226). Mana Maria, a irmã da louca Rosária, conquanto a afaste da família «asseava-a lindamente» (G, p.44) e procura-a sempre que ela foge. Uns apresentam-se solidários mesmo se carenciados, outros revelam-se indiferentes ao sofrimento alheio, como o tenente da Guarda que ignora o pedido de asilo para Rosária. A diversidade humana continuar-se-ia a escrever em linhas e linhas, tantas quantas as acções deste povo. Ao quadro da procissão (*Regresso*), segue-se o da tourada na feira de Beja (*O Maltês*), entre bailes, cantos e jogadas de «solo», distrações comuns que atenuam as canseiras que o trabalho desperta. O quotidiano de uma barbearia formula-se com as típicas conversas

³² Os dezoito contos deste livro são os seguintes: «Gaimirra»; «Quando a Planície Fala»; «A Rosária»; «Regresso»; «O Segrêdo»; «História Antiga»; «Lareira Alentejana»; «O Aprendiz»; «Ceifeiro»; «Vento Suão»; «O Maltês»; «Milagre da Terra»; «Seca»; «Sol a Pino»; «Terra Agradecida»; «A Voz do Sino»; «Último Dia»; «A Paga».

de futebol e a leitura atenta do jornal pelo intrigante senhor Romão, funcionário público e detentor de «O Segredo». Em maior azáfama, conhecemos Ladino e a família que se debatem com uma enxurrada que lhes leva a criação, a burra e os pertences agrícolas. Boialvo traz o sofrimento da ceifa juntamente com Vítor, que sucumbe ao sol a pino, à voz rude do capataz e, acima de tudo, à dor da morte da mãe cancerosa.

Os grupos humanos (os almocreves, as criaditas, os operários, as lavadeiras e homens da Câmara, cf. G, p.213) que ilustram esta planície animam-na e preenche-lhe o fundo, mas não se destacam na acção de nenhuma das dezoito diegeses. À frente de cada texto, um único ser assume o protagonismo, com excepção da meia dúzia de narrativas, dedicadas aos caprichos climáticos, e das três onde um acontecimento se sobrepõe a tudo em volta, seja ele a narração de uma história (*História Antiga; Lareira Alentejana*) ou a ausência de «AVozdoSino». As restantes centram-se numa vida pessoal: «Gaimirra»; «ARosaria»; «Regresso»; «O Segredo»; «O Aprendiz»; «Ceifeiro»; «O Maltês»; «Sol a Pino» e «A Paga». No livro só três mulheres se destacam e apenas a deficiente Rosária consegue ser a responsável maior por uma história. Contudo, Flora e Elisa contribuem para a importância dos namorados não só dentro do conto que habitam, como no conjunto de narrativas de que fazem parte. A primeira torna-se membro de um trio amoroso que anuncia o enredo futuro de S (*Regresso*). Zé Boi, rapaz que desde menino progride nas lides rústicas, tem de disputar Flora ao menino João, o filho do senhor Coutinho, lavrador de quem gosta e que o recebe em pequeno das mãos chorosas do avô. Agredido por aquele num baile, indignado com a sujeição da mãe de Flora à vontade dos patrões (o pai da rapariga também trabalha para os Coutinho), Zé Boi toma as rédeas do seu destino. Depois de se desferrar da agressão, com uma surra no rival, decide regressar à sua terra para junto dos avós e levar Flora como esposa. Ao lado de Simplício Varandas de S, Zé Boi personifica pela via emotiva a opressão que os detentores da terra e, directa ou indirectamente, do trabalho exercem sobre os mais desfavorecidos. Em G descortinam-se outros atritos de classe – o manajheiro ofende o ceifeiro Boialvo que lhe responde; um janota embirra com o maltês por entender que gente assim não deve assistir à tourada e o bruxo Bitó afronta o menino Alvarito – mas, frise-se, a crítica social que se capta não acentua este tópico, sendo em «Regresso» a concessão do primeiro plano ao amor prova disso, a par do facto dos ricos destes contos serem na maioria bem considerados. O que aqui incomoda e se evidencia é um leque de indivíduos muito desprotegidos. Gaimirra passa fome em criança; o senhor Tristão, lojista remediado no meio, mostra os dentes podres; no Verão falta água nas povoações que nem sempre têm esgotos. Vemos a ignorância dos crentes e o consequente proveito de bruxos e intriguistas; a piedade do médico ao dar esmola aos sábados, salvo à louca e com «medrosa condescendência» (G, p.45). Na penumbra da casa da malta onde Boialvo chega uma noite apavorado, depois de o tio o vender, descobre os futuros companheiros a dormir, sentados numa esteira com a cabeça pendente. Por sua vez, Rosária é colocada pela irmã numa «casinhola» (G, p.44) à parte dos nove sobrinhos.

Em contraponto destes dois sítios, pousadas, um clube e uma Casa Grande asseguram companhia à altura a abastados como Ricardo, Félix ou o patrão Balseiro. O estatuto que a mera menção das habitações deixa adivinhar reforça-se com a indumentária e a onomástica. Basta olhar para os pés destes homens e logo subimos os degraus da estratificada

colectividade transtagana. Em novo, Boialvo calcorreia descalço os caminhos; o maltês Ramalho possui umas «chancas» e Zé Boi usa um par de «botifarras», bem diferente dos «botins de Marialva» do menino João (G, pp.165,84 e 85). Porém, pior do que não possuir sapatos, é ser destituído de nome próprio. A alguns a alcunha aproxima-os de uma condição animal e significa a respectiva pequenez: comunitária, a de Boialvo, Zé Boi ou de Rata, o má-língua; etária e também social, a do criadito Pinguim e Gaimirra. Este último «baptizara-se, mas ninguém lhe dissera o nome [...]» (G, p.11). Palavras para quê?!

Na escrita antunina, a individualidade física dos seres (nome, roupa e casa) já em 1945 se reveste, portanto, do colectivo em que se insere. A confirmar a fusão dos três espaços diegéticos, vemos o meio físico e social a interferir no interior humano. Os camponeses que atrás ouvem os ralhos do patrão rejubilam de igual modo com umas pingas de chuva: «Os homens, há tanto tempo retraídos, atiram beijos ao céu, dão cabeçadas nas paredes das casas, dançam e falam do Mundo» (G, p.226). O maltês ainda mais do que os outros alentejanos absorve a solidão da paisagem: «De maneira que o Ramalho caiu em si quando se lembrou da vida que levava. Só. Sem uma sombra de afecto. Sòmente (*sic*) com a terra imensa a fabricar-lhe a imaginação». E Zé Boi partilha com ele idêntica situação: «Crescera ao pé dos mentrastos, entre piçarras e entre paveias de tojo sêco. Muitas vezes, sozinho na pastorícia, ensaiava imaginações com a paisagem dos trigais e dos montados» (G, p. 80).

Sem incidir sobre alguém em particular, a reprovação do autor aloja-se em G na ideia que gradualmente emerge no espírito do leitor: um Alentejo esquecido ou abandonado que tem por isso acrescida a luta pela sobrevivência para os mais pobres. O alvo que sub-repticiamente se tenta, ainda não é, como mais tarde acontece, o comportamento dos poderosos da região mas, em recuada análise, o Governo de Oliveira Salazar cujo apertado controlo dos cidadãos não permite a Antunes Silva reparos mais directos.

Para além da falta de cuidados básicos na alimentação e na saúde e dos sofrimentos a que se sujeitam os trabalhadores rurais, a violência do ambiente constata-se nas constantes brigas corpo a corpo e até na perturbação que se sente por vezes no ar. O medo e o silêncio forçado que a alusão a umas prisões e mortes não permite desvanecer vaporizam de inquietude a barbearia de «O Segredo». Na tourada de «O Maltês» Matoi cigano esfaqueia com uma navalhinha o irritante janota, enquanto «A Paga» que Fradique dá ao Rata pela difamação é um tiro. Todavia, para reequilíbrio das circunstâncias pouco pedem os pobres para se reanimarem.

Umagotasdeágua chegam aos camponeses para que o fruto do seu empenho e a tenacidade que os caracteriza não definham. A preocupação maior do sector agrícola faz lavradores, manajeiros e ganhões olharem o céu em busca do líquido da fertilidade que castiga a planície pela demora. Todos os contos que abordam a singularidade meteorológica da província se debruçam sobre o tema da seca. Em «Quando a Planície Fala» e «Sol a Pino» alude-se também ao esgotamento do solo e aos calores insuportáveis.³³ Mesmo da par-

³³ Em «Quando a Planície Fala» as figuras dissolvem-se no espaço para que a planície/terra fale pelas respectivas gentes. Nesta diegese ocorre o inverso do habitual: não captamos as particularidades do espaço social em foco a partir das personagens individualizadas, mas é através de um todo físico, o solo arável, que caracterizamos indirectamente o povo que o explora.

te daqueles que quebram o vínculo com a organização agrária, à semelhança do maltês Ramalho, que prossegue estrada fora a confessar aos ventos o amor à terra, a ligação das gentes à Natureza avalia-se forte. Não obstante o laço, representa esta entidade um factor de opressão, determinante para a fraca qualidade de vida auferida pelos que dela dependem. Logo na abertura do livro encontramos uma passagem que circunscreve de forma digna de atenção os responsáveis pelos tormentos da gleba: «Searas boas ou más, como as pessoas, e conforme o senhor Tempo azevasse ter das suas» (G, p.16). Note-se na expressão «senhor Tempo» a junção dos dois culpados pela voz do narrador, embebida do juízo dos trabalhadores agrários: senhores, isto é, proprietários e clima.

Fora esta funcionalidade, fio de um tule crítico que cobre o discurso, a Natureza serve ainda em G para enquadrar o que pontualmente sobressai nas histórias. Assim lê-se: «Mana Maria entrou a perguntar (*sic*) pela Rosária. [...] Desaparecera. Veio a tarde afogada em suão, caiu a noite na moleza dos seus ventinhos brandos e a Mana Maria correu à casinhota a espreitar» (G, p.49). Aqui o vento acompanha apenas a acção, dando o passar do tempo. No excerto que se segue semelhante limitação se verifica, só que os elementos naturais criam um cenário para colocar a personagem: «No curso do Rio Roxo, entre sargaceiras de cor violácea há uma grande e velha azenha onde têm caído à água homens embriagados e crianças desprevenidas. Passou uma tarde por lá o Galhoz [...]» (G, p.50).

Este emprego, que nos exemplos vistos restringe o significado da Natureza ao âmbito da denotação, começa, porém, nesta obra a aventurar-se até à esfera conotativa. Logo de início em «O Ceifeiro» diz Boialvo matar a fome em pequeno «[...] a comer pasto como os dois borregos do homem que era meu tio» (G, p.139). Pouco depois começamos a desconfiar da indiferenciação do rapazinho daqueles animais, quando um lavrador o adquire conjuntamente com o gado. Por fim confirmamos a suspeita ao sermos informados pelo protagonista que só os borregos respondem aos seus gritos de aflição. O regime de quase escravatura a que o tio e o lavrador submetem Boialvo ecoa, em simultâneo, na planície e dentro da imaginação deste, conforme recorda: ([...] *enquanto nas traseiras do meu pensamento a terra gemia na sua humildade de escrava* G, p.140) e leva-o a compará-los a eucaliptos, espécie arbórea que lhe mata o pai à traição. De tudo isto se depreende que gente, bichos, árvores e terra são encarados já neste discurso com intimidade suficiente para se representarem alternadamente. Na narrativa de Boialvo, a Natureza prossegue na contextualização do que realça – uma vida de miséria e sofrimento – mas avança em termos significativos até à transformação dos seres em símbolos. O gemido da planície na sua humildade de escrava estreita-se em sinédoque até à dor de cada filho e o inverso também se verifica, alcançando-se também assim a tipificação das personagens.

Da mesma maneira que os homens se assemelham a outros entes naturais, estes assumem com regularidade os comportamentos daqueles: «Os homens não futuravam nada bom. Pelas extremas, pelos cerros, os cães respondiam aos silêncios fundos da vida com uivos de dor. As árvores punham-se a chorar de madrugada [...]» (G, p.222). Para apontamento derradeiro da atitude exploratória pela literatura antunina das potencialidades expressivas da Natureza, acrescente-se uma outra situação um pouco diferente. O desassossego da

Já no conto «Vento Suão», o vento não tem sentido figurado, consistindo apenas numa força de opressão natural.

população onde o sino da igreja excepcionalmente não toca anda a par, nos picos de intensidade, com uma trovoada que nasce no começo de «A Voz do Sino», cresce no seu desenvolvimento até amainar no fim. A simbologia do neo-realista Antunes da Silva surge pois aqui, no G de 1945. Tímida, por enquanto, é procela que engrossará em breve os veios de água.

Embora em geral o comportamento do narrador adopte a onisciência, focalização que lhe permitiria manipular inteiramente a narrativa se o desejasse, reserva para a personagem parte generosa do pendor crítico da obra. Antes de desvendarmos por que vias esse privilégio se concretiza, vejamos como é que o narrador, quando assume o discurso, efectiva a parte que lhe compete.

Para criticar toma quatro atitudes, que enumeramos num crescendo de frequência: isolado, fornece indícios e reitera situações; encostado às personagens, deixa que a voz anónima do povo perpassa a sua ou restringe a onisciência à focalização interna. Depois de aludir em «O Segredo» às detenções de «criaturas honestas» (G, p.103), o *suspense* que cria em volta do senhor Romão serve para que o leitor repare no «medo» que lhe trava a comunicação, sugestivo de que uma parcela da realidade portuguesa de então permanece oculta (cf. G, p.105). Ao lado deste indício da repressão de ideias e opiniões, bem mais assídua apresenta-se a iteratividade discursiva. A personagem principal de «O Aprendiz» é Pinguim, criado de tenra idade a quem o filho do patrão trata de martirizar diariamente, num gesto que declara com convicção a infantilidade de ambos e remete para o perpetuar dos abusos dos poderosos sobre os mais fracos³⁴. Sem recorrer ao imperfeito do indicativo contido neste exemplo de frequência iterativa, o narrador exprime a reiteração de eventos negativos através de outras soluções igualmente económicas. Veja-se esta passagem onde as consequências destrutivas do suão não só se expandem no tempo, como por toda a província: «Outra vez, outro ano. Desde Ficalho até Moura, desde Serpa até Beja. O suão vem de África a comer o mundo... Tudo perdido...» (G, p.155).

Com o encargo de apresentar as personagens a meias com as próprias, o narrador permite, por causa disso, que os termos populares e a perspectiva anónima e colectiva se instalem na sua voz. Frases do género: «Baixo e gaiatote, enganava papalvos na altura dos *gambozinos*» (G, p.11); ou «chamavam-lhe pató, por mor do olhar sem cor, aparvalhado e insistente que tinha para as pessoas que não conhecia» (G, p.13) justificam-no. Apesar da cedência do seu espaço crítico ao povo, o discurso indirecto que neste segundo excerto se vê revela no narrador um certo sentido de posse sobre as figuras.³⁵ No livro em observação a proximidade do narrador da voz popular verifica-se de outro modo em «História Antiga».

³⁴ O discurso iterativo no conto «Pinguim»: «Começava o calvário. Tôdas (*sic*) as tardes aquilo. Às vezes chorava, outras vezes gritava. O menino então batia-lhe, fazia-lhe caretas e ia dizer à mamã que o pinguim era mau. Todas as tardes aquilo. E a criança pensava na avó que antigamente cosia e engomava para umas senhoras da cidade...» (G, p.132). Logo na página de abertura de «Gaimirra» a apresentação deste realiza-se assim: «[...] noites ao léu [...] Manhãs sem leite [...]». Aqui encontramos um terceiro processo de construção do discurso iterativo, obtido pelo simples plural dos nomes que se reportam às partes do dia e tradutor da ausência de tecto e de alimentos essenciais ao crescimento da criança.

³⁵ Mesmo quando o narrador atribui espaço psicológico às personagens nem sempre o transmite de forma directa. Formas verbais como «pensou» ou «sonhou» (G, pp.16 e 155) exemplificam o controlo do discurso alheio.

Logo nas primeiras linhas a autobiografia do autor apodera-se do relato e faz com que o primeiro narrador se confunda com ele. Em seguida, o criado da avó de Antunes da Silva, tio Manel, passa a contar-lhe uma história, transformando o menino que ele então é em narratário de um conto popular.

De aplaudir pela juventude do autor em 1945 é certamente a atribuição de trechos mais ou menos longos de espaço psicológico dado directamente. A tentação do discurso indirecto para veicular pensamentos individuais e alheios ainda é grande neste ponto, mas experimenta-se o interior do outro em diversas ocasiões, sobrepondo-se às memórias, reflexões e sonhos dos povoadores deste Alentejo rural a resistência do autor à manutenção da sociedade vigente. Da leitura das memórias mais elaboradas (analepses) emergem ideias como a desunião dos mais pobres ou o animador contrário e a opressão dos poderosos a diferentes níveis³⁶. Contudo, na narrativa «Regresso», Zé Boi, quem mais usufrui de espaço psicológico, mostra que a memória pode constituir motor para se planear um futuro melhor. As lembranças dos afectos dos avós que ficaram no Redondo quando em criança o deixam na Vidigueira e dos aplausos que recebe na Casa do Alentejo por cantar «modas de paixão» (G, p.91), somadas às desavenças do presente, levam-no a não se acomodar à existência que aparentemente lhe estava traçada. Enquanto a consciência do velho ceifeiro Boialvo sobre o seu passado o faz afirmar a sua dependência total de terceiros e até uma auto-estima subumana, num momento textual em que o propósito de denunciar os abusos se torna óbvio, o jovem Zé Boi opõe-se interiormente a este patamar de aceitação subserviente da ordem comunitária.³⁷ Da sua indignação brotam projectos e iniciativas para se afastar da sujeição abusiva dos patrões (cf. G, pp.92-93). O confronto de visões e posturas entre gente do mesmo estrato social, estratégia ideológica a dar os primeiros passos, pretende aqui encorajar o apoio das mais avançadas. Ao contraste evidente entre Boialvo e Zé Boi, alia-se o choque entre este namorado de Flora e a mãe dela, portadora de uma mentalidade comum de aceitação passiva da ordem colectiva estabelecida.

Em G o discurso iterativo e especialmente as anacronias constituem meios da categoria temporal que favorecem um tratamento dialéctico desta. Com uma certa regularidade, o passado, o presente e o futuro, e com eles a dinâmica da vida, percorrem as pequenas narrativas, privilegiando elas quer o antigamente, quer uma actualidade onde o devir já se inscreve. Em «O Aprendiz» conhecemos a causa da presente situação do protagonista: a avó de Pinguim falecera e isso torna-o criado naquela casa. Embora não haja nesta diegese

³⁶ Pela memória de Gaimirra sabemos que os pais de Elisa não querem que ela namore com ele, testemunhando divisões entre os mais desfavorecidos.

Do mesmo modo Boialvo recorda o desamparo do tio, mas pouco depois já ele conquista companheiros que se encarregam de o fazer progredir como homem. Ensinam-no a ler, a dançar e a sentir positivamente.

Por sua vez, Zé Boi lembra-se do que sucedeu na procissão. Aos avanços físicos do menino João em direcção à amada correspondem os recuos do rapaz (*chegara-se para trás. Vira o lavrador a debruçar-se para diante [...]*) que então se baixa «[...] à humildade da sua condição», ao pensar no quanto deve ao pai do rival (cf. G, pp.12; 140 e 68 respectivamente).

³⁷ Boialvo recorda a sua vida assim: «Seguia conforme a vontade dos homens, sem valor – ia para onde me mandavam, sem saber resistir àquela violência» (G, pp.140-141).

No conto «Sol a Pino» temos de novo uma passagem onde a ideologia de resistência do autor impregna o discurso. Não se percebe bem a quem o juízo pertence, se a Vítor, ao narrador onisciente ou a Boialvo, mas parece ser deste último. Comenta-se: «Homem do campo é quasi (*sic*) um traste. O feitor manda mais que um Deus. O manajheiro levanta a voz como um chicote» (G, pp.197-198).

demora no antigamente, como em «Regresso» onde Zé Boi lembra as alegrias familiares, a memória da falecida pelo rapazinho, em tardes de aflição, chega para acentuar o seu actual desamparo perante as torturas do Rogerinho. Porém, a importância desta infantil implicância reside mais no empurrão que dá a Pinguim na tentativa de um emprego na Metalúrgica do que em fazer dele uma vítima das diferenças de classe. A reconquista do nome «Mário. Mário da Conceição, que era o seu nome verdadeiro» (G, p.136), através da iniciativa laboral que o próprio toma, vê-se reforçada mais tarde no sucesso que assinala, quando ele se torna «aprendiz de caldeireiro» (prolepse) e o antigo patrão, o senhor Daniel, lhe oferece «[...] uns sapatos castanhos com fivelas de cordelinho» (G, p.133). A adopção de uma postura activa no delinear da própria existência e o empenho na aprendizagem indicam-se como vias para o progresso individual e colectivo.³⁸ Embora se debatam com dificuldades, Pinguim e Zé Boi, Gaimirra e Elisa defendem com mérito e distinção o lema de que uma vida melhor é sempre possível. Em antítese à positividade que os enobrece, situam-se todos os que por receio ou outro género de incapacidade não alicerçam nos horizontes da paisagem um dia novo. Em nome de um devir popular mais aprazível se escrevem estas histórias, cabendo aos jovens espíritos inconformados materializá-lo.

6.2. DE 1945 A 1960

Sob o título «Uma Geografia da Ficção Neo-Realista», Alfredo Margarido assinala no mapa nacional os lugares em branco e ocupados pelas respectivas produções. Deste exercício resulta constatar que, salvo o contributo de dois ou três nomes da literatura anterior, «o neo-realismo opera uma modificação importante ao plano da ficção, pois o Centro e o Sul irrompem de maneira definitiva no campo da ficção portuguesa» (1978: XVI). Quem para isso contribui são escritores que, por razões profissionais – Fernando Namora – ou de nascimento – Garibaldi de Andrade, Manuel da Fonseca e evidentemente Antunes da Silva – transformam o Alentejo em objecto artístico.

Com uma obra dedicada quase na totalidade à região berço, entre G (1945) e o romance de estreia, o nosso autor publica em prosa quatro livros.³⁹ À data da primeira edição de S (1960) já se detecta no conjunto desta obra um feixe de características que não só delineia a singularidade literária de Antunes da Silva, como o insere no neo-realismo luso. Assim obser-

³⁸ Apesar de Gaimirra parecer pouco promissor a muitos, consegue através da mudança de patrão e da união com Elisa, uma «sanona» segundo diziam, melhorar a sua vida. À mulher, também ela cheia de iniciativas – laborais e afectivas – o deve em boa parte. Também Zé Boi progride no trabalho: «De ajuda viera a pastor e daqui a roupeiro. Mais tarde passara a fazer todos os serviços concernentes à arte rústica, granjeando famas de sabido e ligeiro» (G, p.69).

³⁹ Alfredo Margarido nota que o proletariado industrial e as áreas onde as fábricas se situam não foram tratados pelos neo-realistas, salvo poucas excepções. Antunes da Silva publica logo em seguida a este reparo, em 1979, o romance *A Fábrica*, cuja acção se passa em Lisboa e reúne trabalhadores de diferentes escalões. Os quatro livros em prosa são *Vila Adormecida* (1947); *Sam Jacinto* (1950); *O Aprendiz de Ladrão* (1955) e *O Amigo das Tempestades* (1958). Para além destes, em poesia, Antunes da Silva edita *Esta Terra que É nossa* (1952) e *Canções do Vento* (1957), obras cuja problemática e simbologia se cruzam com as dos textos narrativos.

vamos a localização da maioria das acções no espaço rural transtagano, seja em pequenos povoados (Sam Jacinto repete-se) ou no meio campestre, pretexto constante para convocar para as histórias a riqueza dos componentes da Natureza. O literal tormento climático e a conotação dos fenómenos meteorológicos (repare-se no título *O Amigo das Tempestades*) são presença assídua neste discurso predominantemente narrativo que, a pouco e pouco, apura técnicas literárias com alguma sofisticação. Sistemático, o polimento estilístico abrilhanta o emaranhado de relações humanas, fruto de múltiplas personagens, mais ou menos modeladas, que pertencem em maioria ao campesinato e à pequena e média burguesia. Com frequência giram elas na roda do tempo em volta de situações que abordam uma problemática laboral e emotiva, onde o atrito de classes e de gerações se inscreve. Deixando de lado o esperado em qualquer escritor, a intromissão antunina nas diegeses verifica-se nos traços da biografia pessoal que incute às figuras criadas e nas críticas de sentido construtivo que dirige às estruturas sociais existentes, aspecto que afecta todas as categorias da narrativa.

Realizada no ponto anterior uma sucinta apresentação de G (1945), é chegado o momento de confrontar este livro com a edição de S (1961) lida atrás. Pensemos, pois, agora nas estratégias empregues por Antunes da Silva para manifestar uma ideologia que se enquadra no neo-realismo português, enquanto tomamos nota da sua evolução narrativa.

O contributo antunino para a teoria neo-realista, fornecido no artigo «Breve Apontamento sobre uma Nova Literatura Regional» auxilia-nos na compreensão do seu discurso prático e, em particular, no que concerne ao intuito regionalista que dirige a sua produção, à semelhança de muitos dos seus pares. De acordo com Antunes da Silva, os regionalistas neo-realistas, estética onde se reconhece, distanciam-se de outros por visarem o interesse dos leitores pelos problemas que afectam as «camadas rurais», nomeadamente «[...] as condições em que se desenvolve a vida dos que trabalham» e quererem com isso conduzir ao seu progresso moral e material. Repare-se ali no primeiro excerto a contemplação de vários estratos sociais ligados ao campo, porque de novo eles surgem numa passagem deste artigo de 1948, que de imediato nos lembra os conflitos de S: «Que se mecanizasse a agricultura, que se harmonizassem, enfim, em bases mais justas, os grandes interesses que a terra dá».

Embora em G ainda se ceife com a foice (cf. *Regresso*), dado etnográfico que quando comparado à mecanização agrícola documentada no romance nos permite dar conta da mudança na paisagem agrária da região, aquele desejo de equilíbrio na distribuição dos lucros da gleba pelos diferentes patamares comunitários é o condutor semântico maior de ambos os livros. Para o alcançar propõe o inicial o desenvolvimento do indivíduo pela aquisição de saberes diversos, desafio que já contém em si a recusa defendida – a sujeição à injusta hierarquia que enriquece quem não trabalha a terra e reprime e apouca os que aí laboram – a qual se continua a exaltar no segundo livro. Se bem que de repente a proposta de S de melhorar a comunicação por todo o universo transtagano pareça distinta daquela, no fundo tenta o mesmo resultado: o progresso pessoal e consequentemente colectivo, proclamado no artigo supracitado. Coloquemos lado a lado o percurso evolutivo dos assalariados Zé Boi (G) e Chico Moiral (S) e logo percebemos que ambos enformam

em pleno a mensagem de esperança no futuro com que o neo-realismo anima Portugal. Todavia, enquanto Antunes da Silva aposta em 1945 na exposição de uma planície pontuada a negro por uma infinidade de casos de pobreza e desamparo, os quais de resto chegam a S, neste texto a tónica incide na desarmonia entre os detentores do solo arável e dos meios de produção e os que da agricultura carecem para subsistir sem a capacidade de competir com as máquinas agrárias. Se aqui é fácil apontar no território em foco vítimas e culpados (Chico e Crispim/Maldirro ou Crispim/vendedor de máquinas), só por detrás da totalidade dos contos um agressor, ainda mais poderoso, se sussurra na incriminação: Salazar. Bem evidente, a perseguição ao humanismo defendido pela arte neo-realista vê-o escapar nestas duas obras em situações de injustiça gritante e falta de dignidade extrema, através de gente como Tóino Valentim (S) ou Boialvo (G), figuras que assim sensibilizam para que se copie a solidariedade de alguns dos seus companheiros e, em simultâneo, se repudie aquele género de testemunhos. Pelos propósitos da prosa em estudo compreende-se ter o autor em mente dois públicos-alvo distintos: o que desconhece a realidade rural transtagana e, num momento histórico mais avançado, as próprias gentes que a compõem (cf. Silva, 1948: 313).

Segundo a filosofia materialista que subjaz à estética de resistência adoptada por Antunes da Silva, na base de qualquer transformação colectiva residem necessidades e interesses económicos de várias classes. A partir deste pressuposto, a faceta social do Homem sobrepõe-se às restantes e não raro faz empregar em circunstâncias típicas a personagem tipo, a qual concentra os traços comuns a um conjunto de indivíduos. Em segundo lugar e devido à referida transformação colectiva, a categoria do tempo da narrativa sujeita-se a um tratamento dialéctico.

Recordemos que em S, apesar de se centrarem as atenções na época contemporânea à sua redacção, de acordo com o preceito da conveniência da actualidade do tema, a justaposição desta com o passado, feita através de analepses, é sistemática.⁴⁰ Serve ela para evidenciar as mudanças a nível material, nas mentalidades e condutas, ocorridas desde a geração anterior até à presente, a qual também enfrenta a voragem evolutiva que já prediz o futuro. O tradicionalismo de Crispim Barradas estremece perante duas mudanças que lhe afectam a vida: o casamento da filha com o herdeiro do dono das courelas que aluga e a mecanização da agricultura.⁴¹ O conflito que os dois acontecimentos geram dentro de si acentua-se pela sua inevitabilidade e cabe dentro da «Lei da unidade e luta dos contrários» formulada por Engels. Para este filósofo as forças antagónicas que existem no seio de todos os elementos da Natureza produzem mudanças, explicando a imparável transformação da realidade. Este tratamento dialéctico da temporalidade e da personagem, estratégia de

⁴⁰ Cf. Vergílio Ferreira, citado em *Textos Teóricos do Neo-Realismo Português* [org. e notas de Carlos Reis], Lisboa, Seara Nova ed. Comunicação, 1981, p.112.

⁴¹ *Ibid.* Em «Do Real na Literatura», Júlio Filipe, ao explicar a razão do carácter social do humanismo neo-realista, diz que este encara o indivíduo dialecticamente, depois de afirmar o seguinte:

No indivíduo todas estas realidades colectivas se reflectem de uma maneira dominante. É que a pessoa humana, por força da sua natureza social, não pode deixar de estar sob constante influência, num processo de acções e reacções é certo, do meio, do ambiente exterior. Não será paradoxal afirmar-se, pois, que as contradições, as necessidades, os anseios, os conflitos psíquicos e morais que constituem o drama de um indivíduo, tenham a sua raiz mais funda no drama colectivo (p.137).

crítica que alerta os alheados da conjuntura política dos custos de uma evolução social dependente do lucro capitalista, já se exercita nos anos 40 com Pinguim e Zé Boi. Embora a brevidade própria do conto prejudique a clareza no delinear da dinâmica em questão, favorece, no entanto, a iteratividade do discurso, a qual vinca a denúncia relatada num momento alargado. Ao invés da economia de meios que esta frequência temporal proporciona, a repetição por Crispim e Pompina no romance dos mesmos casos de miséria, sem poupar palavras, persegue idêntico reforço crítico. O facto destes casos tristes serem recordações, faz com que as analepses também desempenhem em S uma das funcionalidades indicadas nos contos: expor a opressão social.

A importância do espaço psicológico que demonstramos no ponto «Imprevisibilidades no Discurso Previsível» por ajudar nesta obra à formação do espírito crítico do leitor, através do caleidoscópio de focalizações e sentimentos, reitera-se nas analepses de Zé Boi ou do companheiro Gaimirra, pois informam estas o leitor acerca dos obstáculos que se erguem ao bem-estar destes no presente (submissão aos poderosos e divisão entre os pobres) e, em paralelo, descortinam incentivos à mudança (afectos e capacidades laborais), que depois se vê efectuar. Porque o pensamento resulta «[...] das condições materiais da vida e da realidade», na reflexão de António Ramos de Almeida⁴², e por aquelas duas personagens tipificarem o assalariado rural, o acesso aos seus pensamentos ilustra as potencialidades de afirmação positiva do grosso da comunidade rural transtagana. A exploração do espaço psicológico em G ainda não atinge a complexidade que o jogo de opiniões romanceado exemplifica, mas alcança já objectivos valiosos para a construção de um discurso que quer combater a alienação e convencer o grande público. Por causa destes intuitos, a província ficcionada deve parecer verdadeira, condição que obriga o escritor a transformar esteticamente e com consistência convincente a matéria viva que bem conhece. A complexidade própria da realidade representa-a Antunes da Silva com verosimilhança através das personagens e da miscelânea espaço-temporal que estas ostentam.

A subir os escalões sociais, mas também a criar dentro do mesmo figuras díspares pelo carácter, postura ou posses, e cujo elo mais evidente entre si é no grupo a que pertencem a idade e a ocupação, a pluralidade da planície humana escreve-se. Se pensarmos nas personagens mais trabalhadas em 1945, ligamos Vítor, Zé Boi e Gaimirra por causa da juventude e da profissão no campo, razões que também reúnem os atrevidos Tóino Valentim e Chico Moiral (S). Já no universo feminino, a Elisa (G) e Olímpia das Dores (S) une-as uma coragem suficiente para decidirem elas próprias o rumo das suas vidas. Afastam-se todos, porém, uns dos outros porque a determinação de Zé Boi e os carinhos recebidos na infância chocam com a fragilidade de Vítor ou o «corpo sem arrimo de amores» (G, p.11) de Gaimirra e por se contrapor ao progresso existencial de Chico a degradação da vida de Tóino. Similarmente, Elisa distancia-se da companheira porque, apesar de pertencerem ambas a famílias remediadas, aquela impede a intromissão dos bens materiais no seu amor.

⁴² *Ibid*, p.120.

Nítidas, as figuras afirmam-se graças a uma individualidade que o relevo na acção lhes confere e maiormente ao pormenor realista com que Antunes da Silva as desenha por dentro e por fora, o qual ora as tipifica ora as singulariza. O cuidado descritivo decide-lhes o tipo de habitação, a indumentária ou o nome, para serem estes dados extensões sociais do patamar que ocupam no meio onde circulam, directamente conectadas aos comportamentos, à linguagem corporal e aos sociolectos que empregam. Por sua vez, todos estes dados físicos e sociais se combinam nas personagens com a consciência e os sentimentos que acusam devido às circunstâncias que as cercam.⁴³

O entendimento das histórias quase se resume à observação atenta destes aspectos espaciais e só não se esgota aí porque ao leitor se reclama uma perspectiva de conjunto, onde tudo se articule. Para o seu alcance em nada prejudica a infinitude dos povoadores de G pois é do seu retrato de família que recolhemos uma ideia do Alentejo da época, por comparação com o que sucede na pátria de S. Contudo, a extensão textual desta história faculta uma maior elaboração das personagens, facto que acaba por facilitar a apreensão da trama geral, visto elas tornarem-se assim menos numerosas mas mais significativas. Quanto ao jogo de perspectivas e emoções, lembremos a sua importância precisamente no contributo para esta apreensão. C. Teixeira de Aragão em «O Romance – Documentário da Vida»⁴⁴ aconselha ao romancista «[...] a síntese do complexo de factores que interferem na Vida transplantada para o livro». É esta síntese que o leitor deve ser capaz de assimilar.

Do préstimo literário primeiro que o neo-realismo encontra para a Natureza – factor antagónico ao rendimento do trabalho dos mais pobres – este lugar evolui rapidamente para recurso capaz de envolver com um brilho poético a mensagem política e encandear com essa luz os olhos do censor.

Mesmo em obras que encetam o movimento, como *Gaibéus* (1939) ou *Esteiros* (1941), verificamos esta evolução semântica, a qual não faz cair em desuso o emprego do natural que a antecede. Com o pressentimento da trovada que impede os gaibéus de ganhar o dia, as rãs param de coaxar, acto que acinzentava ainda mais o desânimo dos alugados. Por sua vez, Soeiro Pereira Gomes reveste também as habituais cheias do Tejo de um significado social dependente de quem as olha. Para os curiosos da cidade que de binóculos apreciam a corrente, ela é um espectáculo digno de entusiasmo, sentimento que choca com o daqueles que vêem as águas levar-lhes o sustento.⁴⁵

⁴³ *Ibid.* Em «Realidade e Verosimilhança», Fernando Lopes Graça ensina o romancista a criar personagens realistas:

É-o se os seus personagens, pelo jogo das suas acções, dos seus gestos e das suas palavras e, até, pela concordância destes com o seu físico, nos convencerem não só da possibilidade da sua existência como *casos* ou *tipos* humanos vulgares, como, sobretudo [...] se de reproduções ou imitações da vida passarem a ser criações artísticas. Ao contrário, o escritor nunca será romancista ou dramaturgo se os seus personagens, muito embora extraídos da vida, não adquiram, no drama ou na novela, verosimilhança artística, valor representativo humano (p.133).

⁴⁴ *Ibid.*, p.216.

⁴⁵ Maria Graciete Besse observa a propósito do emprego do coaxar das rãs em *Gaibéus*: «Mas, pouco a pouco, as rãs semeiam, com a sua voz, a inquietação, o mistério, a ameaça da doença e da morte. [...] Outras vezes, o seu silêncio acentua um clima de expectativa que torna ainda mais angustiante a espera da chuva [...] O coaxar das rãs pontua o texto, seguindo-lhe os movimentos» (in *Alves Redol. O Espaço e o Discurso*, Lisboa, Ulmeiro, 1997, p. 62). De modo similar em *Esteiros* o rio ganha um sentido social: «As cheias cobriram de água os olhos dos camponeses. Perdidas as margens, o rio fez-se mar – mar de aflições» (p.78).

Vimos em G que os elementos da Natureza desempenham dois papéis elementares: acentuar as dificuldades que a falta de água ou o excesso dela causam aos camponeses; compor o quadro onde algo ou alguém sobressai, imprimindo por vezes aí o ritmo cronológico. Na abertura da primeira e segunda parte do romance, um cenário natural serve de igual modo para enquadrar Simplício e «Pouca Lã» respectivamente mas, em ambas as ocasiões, constitui um indício simbólico do que em seguida acontece. Antunes da Silva marca, portanto, um ponto neste progresso pessoal, visto que nos anos 40, mesmo quando o contexto natural é metafórico não acumula, em simultâneo, a capacidade de indício diegético.

A dimensão simbólica e ideológica que a Natureza estreia nos contos autoriza já em 1945 que todos os seus filhos (animados ou não) se representem uns aos outros, principalmente em horas de aflição, contudo, em S, requinta-se, pelo uso frequente da imagem e da metonímia.

Conquanto na época da sua escrita se projectem barragens no Alentejo para atenuar a secura, entendemos também servirem elas, bem como outras soluções para o desenvolvimento agrário, para aumentar a discórdia entre as gentes. As particularidades naturais da região prosseguem pois aqui sem remédio à vista a acentuar o desconforto da comunidade. O maldito vento, amigo da seca, da erosão e do calor, acaba por isso a exprimir os malefícios aos mais pobres das forças do céu e da terra. O destaque do suor no romance, fenómeno já presente nos contos e que atravessa a década compreendida entre os dois livros, mostra que a opressão persiste.

Numa outra faceta da estratégia em síntese, a proximidade ou fusão de pessoas e bichos visa quase sempre condenar alguém e leva à perda de humanidade, mesmo quando incute aos homens a astúcia animal. Rata, o intriguista de G, e «Patalarga», o «rafeiro» de Maldirro (S), encarnam figurativamente um corpo animal para castigo dos seus comportamentos dissonantes do bem dos companheiros. Já a comunhão do pequeno Boialvo (G) com os borregos é de outra espécie, porque repudia no fundo a desprotecção total do Governo aos mais frágeis. Enquanto o cuco (os proprietários) e a milheiriça (os trabalhadores) da história de Tóino Valentim (S) ou os pássaros que encolhem o bico na tempestade (S), reflexo de quem teme falar, julgam com negatividade as condutas dos responsáveis pelo mau ambiente partilhado. Ao exposto acresce ainda relembrar o efeito das sonoridades textuais: fazer percepcionar a tensão maior ou menor de um dado ponto da diegese. Os trovões e a chuva que a povoação sem sino escuta em «A Voz do Sino» exercitam o expressivo apelo fónico que percorre toda a acção romanceada, através do zunir da ventania e do ladrar dos cães nos piores momentos. Conclusão: em S os corpos naturais fazem uma crítica mais específica do que em G, visto que a direccionam para certos grupos da comunidade; e reflectem com mais segurança e complexidade o Homem nas suas três dimensões (física, emotiva e social).

A vontade de contestação política dos narradores antuninos leva-os a interferir no desenrolar das narrativas, nos aspectos vistos até ao momento e nos modos de representação e expressão que as compõem. A descritiva associação «personagem/Natureza» (ex. Boialvo/planície no sentimento de escravatura, em G) ou a sequência descritiva e narrativa

«quadro natural – acção humana» (ex. trovoadas – almoço de caçadores, em S) constituem pequenos passos no progresso semântico da diegese e destinam-se a facilitar a apreensão do sentido figurado deles próprios e da unidade a que pertencem. Desde G que o auxílio ao público na generalização do que lê acontece quer através das personagens ou do narrador cujo discurso anda constantemente enleado no daquelas⁴⁶. Fazendo de conta que reflecte exclusivamente em nome do seareiro Crispim, o narrador aproveita o ponto de vista dele para o estender a outros: «As máquinas são precisas, mas, numa terra abandonada como a dele, *como a de todos os alentejanos* [...]» S, p.38). Orações afins à destacada em itálico por nós encarregam-se de fazer de modo explícito e com regularidade a tipificação (cf. G, pp. 79 e 126). Nos contos, a multiplicação de figuras, situações e sítios faz o leitor distanciar-se das particularidades de cada texto e formar uma imagem a partir do conjunto. Composta assim de inúmeros fios significativos que aquele tem de entretecer para a formar, esta imagem, que ainda é uma generalização, prepara-o para a polifonia judicativa e emocional que vê amadurecida em S. Só por esta elaborada estratégia narrativa é que o leitor compreende abstractamente a teia de condutas e de perfis psicológicos que sustenta a ruralidade alentejana. Só assim conhece verdadeiramente a planície antunina.

Para que mais facilmente se transite da primeira etapa de significação (sentido figurado – generalização ou tipificação) para a final (traços individuais e típicos – abstracção do conjunto), o narrador coloca de lado a ajuda das personagens (focalização interna) e assume assim sem máscara a sua onisciência. O melhor testemunho desta encontra-se nos últimos capítulos X e XII do romance, lugar onde a voz da enunciação melhor cumpre o empenho combativo do autor. Por causa da precariedade das condições de vida dos trabalhadores rurais, damos ali com um narrador/autor que comenta e esclarece, interroga, faz reparos e sugestões. Enfim, é uma voz cuja reflexão se situa num patamar de conhecimento cimeiro ao do público comum e por isso o guia. Caso o leitor chegue até ao encerro da história sem perceber os significados das intempéries climáticas, mais uma vez é ajudado, através da proximidade permanente entre sentido literal e metafórico. Mesmo no fim diz-se: «Cantam ranchos de camponeses [...] São vozes de vento e de sol a espantar a fome e o medo» (S, p.257).

Resumindo: dentro das histórias de G (1945) e S (1961), o narrador trata de disseminar na linha do tempo – através do método dialéctico e das frequências iterativa ou repetitiva – e no espaço – por meio da fusão e contiguidade das suas três dimensões – as ideias antuninas de reprovação da ditadura do Estado Novo. Com a intenção de que o público passe esclarecidamente da ficção à realidade, para sobre ela agir, melhorando-a, o narrador faz com que estas sofisticadas estratégias ideológicas se infiltrem nos modos de representação e expressão do discurso que formula as personagens, as acções e relações entre elas.

Para efectivar todo este processo, a onisciência torna-se, pois, inevitável, se bem que se reduza ao mínimo, numa tática sábia que aposta na credibilidade textual. Ainda assim,

⁴⁶ No diálogo entre o lavrador Osório Puga e o seu afilhado Chico Moiral, protótipo de um possível entendimento entre ricos e pobres, o tom sentencioso das afirmações do proprietário e o plural dos envolvidos indicam claramente ao público o seu sentido geral: «Eu sou um sonhador. Tu e milhares de homens como tu, são sonhadores! E *eles* não gostam das pessoas que sonham...» (S, p.252). Atente-se na passagem do «Eu» para o «Tu» e sobretudo deste para «milhares de homens como tu», contrários ao «*eles*». Este género de generalizações surge muito.

quando sem subterfúgios alheios sabemos escutar o narrador/autor, ele compensa-nos corroborando a crítica que se descortina nas restantes categorias da narrativa.

6.3. NA DÉCADA DE 80

Todas estas estratégias de ficção literária e repúdio político permanecem quase intactas nos anos 80, quando dos dois livros saem as últimas edições, a dividir aspectos comuns entre si e até com outras obras do autor, a que entretanto a editora Livros Horizonte dá idêntico destino.⁴⁷ A reescrita da totalidade destes textos não se contenta aqui e ali com a substituição de umas palavras por outras. A colectânea de G (1983) testemunha a profundidade desse labor que nalguns contos deixa do original pouco mais do que a estrutura para a cobrir com uma roupagem ideológica mais adequada à época. Esta actualização que Antunes da Silva faz da sua escrita não apaga a realidade portuguesa que a origina, mas sujeita-a a um processo de clarificação que leva a que se esqueçam os símbolos naturais. Deve-se este ajuste ao público de então, que ou ignora o Alentejo da ditadura ou dele tem ténues reminiscências, além de fraca capacidade de leitura. Na verdade, parece haver a necessidade de conservar a representação desse triste excerto da História do país que Salazar governa nas reedições destas narrativas que, conquanto já não prestem para contestar a situação social por este criada, continuam ainda a partir dela a contribuir para a construção de uma melhor. Fazem-no não só através da divulgação das dificuldades vividas outrora na região, as quais levam ao entendimento dos valores da actualidade como ponto de superação delas próprias, valorizando assim a democracia, mas também por procurarem afinar este inexperiente regime político. G e S ganham, pois, nos anos 80 novas tarefas dentro da dimensão da cidadania que desde o princípio os compõe. Ambos ombreiam ainda o espaço Alentejo no passado com o presente, tal como antes acontece no romance, mas agora o último tempo só mora na realidade exterior à obra.

A única nota menos positiva que a literatura de Antunes da Silva nos suscita respeita ao aspecto estrutural dos seus textos. Por vezes, apresentam eles ligações entre as partes (capítulos ou parágrafos) a que falta alguma naturalidade, se bem que no final todo o conjunto (romance ou conto) funcione na perfeição em termos de sentido. Deve-se esta falha à decisão do discurso não seguir normalmente a ordem cronológica e sofrer com isso alterações bruscas e até a alguma dificuldade momentânea do autor em se afastar do original no acto de o reescrever. Sublinhe-se, no entanto, que a sensação mais frequente que nos suscita a leitura paralela do original e da edição definitiva do mesmo conto é a de que o escritor elabora esta segunda quase sem olhar para a anterior, tais são as transformações a que a submete.⁴⁸

⁴⁷ Para se compreender melhor esta extensão da comparação de G e S aos anos 80, deve reler-se antes o ponto «Sete Suões» desta investigação e o que escrevemos acerca de G, edição de 1983, (parte semântica) em *Paisagens do Interior Ibérico*.

⁴⁸ Por *Suão* ter sido seis vezes refundido, a 7.ª edição não nos causa tanto esta impressão de profunda reelaboração, quanto G (1983).

Com sacrifício da agradável celeridade rítmica da *princeps*, no G de 1983 a frase estende-se e o enredo de algumas narrativas aprofunda-se, harmonizando-se por estas duas vias a colectânea com o crescimento em tamanho que a 7.^a publicação do romance patenteia. Perdem-se alguns versos populares, mas em seu lugar logo se colocam outros, bem como mais provérbios e um pouco de calão, acompanhando o linguístico da modernidade tentada. Por comparação com o cómico que as publicações iniciais estreiam e mais tarde se torna presença mais ou menos assídua, as associações estranhas de ideias tendem a conquistar espaço nesta escrita em momentos onde a imaginação desarruma a ordem habitual das coisas⁴⁹. A sistemática fusão de espaços e seres deve ser pensada como um prelúdio da lírica divagação pelo Universo que em *Jornal I* e *Jornal II* (1984-90) Antunes da Silva assume em pleno. Quanto ao investimento no realismo fónico, talvez por G preceder nesta fase a maioria das restantes refundições do autor, alcança neste traço estilístico o lugar de topo, devido à quantidade de termos imitativos da pronúncia alentejana. Nos anos 80, a acentuação do popular e do típico do Alentejo deve-se talvez ao distanciamento (linguístico e etnográfico) que o autor sabe existir entre parte do seu público e esta região.

A clareza que perseguem e o coetâneo objectivo cívico que os anima aproximam muito G e S. É nas ideias políticas, que ora censuram ora reclamam, que o cruzamento entre os dois textos mais se consolida. No cimo da lista de prioridades regionais de 1983, o insistente pedido para se construir a barragem de Alqueva reitera no fundo os problemas naturais de sempre: a seca e a erosão dos solos, preocupações da planície agravadas pela gula dos lucros rápidos providos do eucalipto, tão repudiado pelo autor (cf. G, p.13). Fazem estes registos económicos parte de uma série crítica onde o absentismo dos latifundiários e o desaproveitamento dos terrenos agrícolas também se lêem, sumariando-se aquela na acusação aos Governos conservadores de desprezo pelo Alentejo, juízo que é eco do mais atrevido comentário realizado em 1945, no conto «Milagre da Terra» (cf. G, p.180).

A tentativa de puxar o conteúdo das histórias para o presente não se obtém apenas com o chamamento de certos assuntos. Enquanto em «Terra Agradecida» dos anos 40 se diz circularem poucos carros na vila, dado que em nada espanta pela concordância com a realidade da época, posteriormente estes passam a circular menos do que seria de esperar «[...] devido ao aumento do preço da gasolina [...]» (G, 1983:86), censurando assim o texto a subida do custo de vida pós-25 de Abril. A vontade do autor de que Portugal aumente a sua produção leva-o nas últimas edições dos dois livros a acrescentar exemplos da riqueza do campo transtagano. Se em 1985 descemos até ao subsolo, conforme demonstrámos em «Os Sete Suões», dois anos antes filas de pássaros, peixes vários e inúmeros produtos agrícolas evidenciam o potencial económico que se teima em desprezar (cf. G, 1983:85 e 93).

Por outro lado, no conto «O Segredo», cujas alterações sofridas efectivam um considerável desvio no contexto histórico da narrativa, deparamo-nos com um senhor Romão que passa a ser um dos cabecilhas na província da revolução de 1974. Se só o medo, as prisões e as mortes, nos fazem pensar décadas antes que o seu segredo se relaciona com a actividade

⁴⁹ Para ver exemplos de cómico: cf. G, 1945, p.216; associações estranhas: cf. G, 1983, p.96 ou S, 1961, p.247. No S de 1961 temos a situação seguinte: depois da briga e antes da fuga, Olímpia despede-se do marido com um beijo na testa. A ingenuidade deste leva-o a pensar se «teria febre?» (p.29).

política, em 1983 esta afirma-se sem rodeios, tal como o S contemporâneo refere as várias forças políticas. Parece haver na 2.^a edição deste conto uma intenção de prender a atenção dos leitores com um evento histórico que pela data os afecta mais do que a ditadura do Estado Novo.

A frustração dos camponeses com um Deus que não os protege das calamidades (cf. G, 1983:10) e o afastamento do povo alentejano da Igreja, postura que no novo «Gaimirra» se acrescenta nas figuras – Gaimirra é herege; Elisa não vai à missa e o pai nem sabe rezar – carregam de certa forma o retrato das personagens, juntamente com menções à sua sexualidade, e sobretudo com o aumento da violência entre elas.⁵⁰ À imagem de Olímpia das Dores que em tempo de liberdade é transformada numa mulher de libido extenuante, a Elisa cabe uma sorte parecida. Passagens do género «[...] nuzinho como um querubim, com o sexo empinado, grosso, guloso, uma delícia de sexo...» (G, 1983:36) ou «[...] ventre liso, pentelhos mouriscos, uma chamada para o céu antes da morte vir...» (G, 1983:76) abrem agora nos contos uma janela indiscreta no lugar onde antes é só sugestão ou nada existe, numa tentativa diferente de espezinhar a curiosidade do público. Mais do que estes recursos de explicitação do quotidiano (religião e sexo), é a opressão dos mais fortes sobre os fracos que contrasta a contemporaneidade com o pretérito transtagano. Vemos que em 1983, Rogério bate mais em Pinguim e, como se isso não chegasse, agora até Zita, uma jovem criada, dele abusa com tarefas. Contudo, o pior encontra-se na conclusão da história, quando ficamos na dúvida perante a bondade do senhor Daniel. A protecção deste ao criado já vem de trás e mantém-se aqui mas, segundo um familiar do rapazinho, o comportamento deve-se ao facto do senhor Daniel ser o pai dele. Assistimos pois nesta narrativa à injunção do confronto de perspectivas que analisámos em S. Antes de encerrar, comporta ainda esta pequena história uma alusão aos abusos sexuais dos patrões sobre as mulheres do povo, os quais «Gaimirra» e «Um Trabalhador» (antes *Cefeiro*) repetem e que consistem numa demonstração de poder não muito diferente da que o pedófilo Lourenço exerce sobre Boialvo em menino, disfarçada pelo autor em 1945 com a ajuda que lhe dá na aprendizagem das primeiras letras. Em «Sol a Pino» tudo piora: o calor; o manajeiro, através de uma comparação com o lavrador que manda tratar bem o jovem ceifeiro; o maioral que acolhe este, em 1945 um amigo encorajador, depois «um bruto, o Renato» (G, 1983:75); a assistência médica à mãe e o final, onde não restam dúvidas de que o protagonista morre, ao contrário do que acontece na 1.^a edição.

A atenuar esta negatividade, certos pormenores injectam nas narrativas de 1983 a esperança que aquece os corações de S. Britanços (*O Ceifeiro*, de 1945) consegue agora não só enfrentar o capataz que o importuna, por causa do patrão que lhe assedia a filha, mas também este último, e o protagonista de «Ladino» (antes *Milagre da Terra*), apesar de sofrer mais prejuízos com a cheia, ainda lhe restam forças para animar a mulher: «Deixa, rapariga...Amanhã também é dia!» (G, p.10). Por sua vez, Pinguim, o aprendiz, teima em dedicar-se a uma vida melhor. Tanto quanto o emprego e a roupa novos, entusiasmo-o agora a ideia de ir estudar à noite.

⁵⁰ Em «Terra Agradecida» o conflito entre o bruxo Bitó e o menino Alvarito agrava-se na 2.^a edição. Entre as ofensas trocadas, escutamos da parte do último: «– Você, por acaso, é alguma senhora-de-fátima (*sic*) cá do sítio?!» (G, 1983:88). Atente-se no desrespeito pela santa até da parte do jovem rico.

JORNAL I e II

1. CHUVAS DE ABRIL

Por se compor maioritariamente de poemas oriundos de obras anteriores, incluindo os diários, a *Breve Antologia Poética* (1991) perde importância enquanto publicação final de Antunes da Silva e, por isso, lugar esperado de registo das últimas ideias do escritor, em favor de *Jornal I* (1987) e *Jornal II* (1990), onde efectivamente estas se encontram. Com o propósito de completar uma linha de pensamento que atravessa o Alentejo do século XX, abrindo-se na década de 40 com G e terminando nos anos 90 com JI e II, observámos, entretanto, os contos daquele livro e S e, em seguida, iremos ver em geral o trabalho de Antunes da Silva após o 25 de Abril de 1974, visto este contribuir para uma compreensão alargada das suas ideias finais.

A bipartição da leitura de JI e II que faremos justifica-se por se detectarem duas dimensões no seio dos respectivos textos. Para uma segunda parte da abordagem, reservamos uma reflexão dirigida à dimensão literária, antecedendo-se a mesma pela análise de uma outra de carácter predominantemente cívico. Assim, numa introdução preparatória para esta primeira parte da leitura de JI e II debruçar-nos-emos sobre assuntos pertencentes ao foro da política social, económica, ambiental e cultural e ligados à vida quotidiana e democrática dos portugueses. Esta fase preparatória obriga-nos a ter em conta os livros antuninos saídos pela primeira vez depois da Revolução dos Cravos – *Terras Velhas Semeadas de Novo* (1976); *A Fábrica* (1979) e *Alqueva a Grande Barragem* (1982) – e artigos de imprensa contemporâneos, os quais têm em comum com os livros o conteúdo e também a expressão jornalística.

1.1. O JORNAL NOTÍCIAS DO SUL

Depois da revolução de Abril, a imprensa do distrito de Évora tem para oferecer ao leitor os jornais *Notícias de Évora*, um diário regenerador-liberal nascido em 1900, mas assumindo-se independente a partir da implantação da República; o *Diário do Sul*, que conhece a luz do dia em 1969 e afirma idêntica autonomia partidária; o semanário católico *A Defesa* (n.1923), o qual até ao presente partilha com o anterior o acto de publicação; e dois outros semanários representativos de linhas políticas diferenciadas: *Jornal d'Évora* (n.1863), inscrevendo-se no centrismo democrático, aquando da sua terceira ressurreição em 1976, e *Notícias do Sul*, cujo primeiro número elege a data simbólica de 5 de Outubro de 1976 e tem por director Antunes da Silva.

Folhear alguns exemplares deste último periódico regional permite-nos dizer que habitualmente se compõe de oito páginas, escritas a preto, branco e vermelho, onde rubricas, mais ou menos fixas, misturam assuntos vários. Todas as quintas-feiras, o leitor pode encontrar, além do «Editorial», de Silva Godinho; «Comentário», de Leandro Vale; «Eu,

Consciente, à Esquerda», de Eduardo Olímpio; «O que É isto?», de repórter V; ou «O que nos Espanta», de Antunes da Silva. O público redige «O Leitor Pronuncia-se» e outros colaboradores – Maria Silveira; Jerónimo Lagartixo; Justo Lopes; Flório J. Oliveira; Afonso Cautela; Fernando Vidazinha; Matos Silva; Avicena – assinam «Registo»; «O Sul Há 50 anos» ou «Nota do Dia». Surge um ou outro artigo oriundo da *Interpress*, assinado geralmente por russos ou até sem assinatura. A rubrica «A Cidade em Notícia» reporta-se a Évora e inclui, à semelhança de «Notícias de Montemor», pequenas notícias culturais, desportivas, mas também receitas de cozinha, óbitos, casamentos e acidentes. No espaço «Arco-Íris» verifica-se uma paleta textual do género acabado de referir, cabendo aqui algumas curiosidades e anedotas entre conselhos de saúde. No semanário NS não é visível uma divisão em secções, embora a predominância da política seja óbvia. As rubricas maiores, e que por isso se parecem mais com secções, são a já mencionada «A Cidade em Notícia» e «Sul Desportivo». Uma vez por mês tenta-se a saída de uma página sobre literatura e artes. Sob a coordenação de Eduardo Olímpio inicia-se «Chaparro das Letras, das Artes», posteriormente substituído por «Suplemento de Letras e Artes», o qual tem a orientação de Pedro Martins. Conquanto a existência desta página de área específica, surge com regularidade informação de cariz cultural (edição de livros novos; biografias; teatros; festas populares) a par da publicação de poemas e de um «Folhetim do *Notícias do Sul*». A leitura ao acaso de alguns títulos, normalmente grandes, elucida acerca da variedade temática dos artigos, comprovando até alguns deles um propósito redaccional ora crítico e formativo, ora directivo. Vejamos: «Vamos Começar a Pensar nas Assembleias de Freguesia?» (política local); «Aumenta a Venda de Armas Americanas ao Estrangeiro» (política internacional); «A Mulher» (sociedade); «Florestas Substituem Pedreiras» (economia); «Escolaridade Obrigatória» (educação).

Do cabeçalho da primeira página consta apenas o título a vermelho; o ano, número do exemplar, local e data de edição; um anúncio; e o nome do director: Antunes da Silva. Sem lugar próprio, uma ficha indica o proprietário (Silva Godinho); o endereço em Évora da redacção e administração, que se disseram sempre provisórias; o custo avulso e mensal «para Évora» e «fora de Évora»; o local de composição e impressão (Cacilhas) e a tiragem. Esta começa por ser de 3000 exemplares, quantidade requerida para que o jornal passe a bissemanário (aspiração confessada), baixa pouco depois para 2000 e no último número conhecido (30 de Julho de 1981) é de 1500 exemplares. A subsistência deste órgão da comunicação social processa-se à custa da publicidade ao pequeno comércio eborense e das assinaturas, nem sempre pagas, conforme percebemos nos sucessivos e delicados apelos para actualização das mesmas. Os leitores de NS vivem em Évora e arredores, havendo também alguns assinantes de Lisboa. O primeiro exemplar do periódico em foco merece atenção especial da nossa parte por nele encontrarmos textos orientadores de uma análise mais profunda ao respectivo conteúdo, a qual nos guiará para já numa linha imaginária em direcção a Jlell. Os textos sobre os quais nos vamos de imediato debruçar são o «Editorial», de Silva Godinho; as «Primeiras Palavras», de Antunes da Silva; os «Estatutos»; e ainda «O 5 de Outubro e o 25 de Abril», da autoria de Jerónimo Lagartixo.

Silva Godinho justifica no «Editorial» o nascimento do jornal de que é proprietário com a ausência no Alentejo de algum outro do género, ideia que implica uma auscultação prévia

da imprensa em circulação e a descoberta de um nicho de mercado por explorar, tarefas com certeza fáceis para homens experimentados no jornalismo regional e nacional.⁵¹ A demarcação do NS dos restantes órgãos locais de comunicação escrita faz-se antes de mais por este ser «[...] um jornal informativo e combativo do trabalhador alentejano [...]». O público aqui indicado é-o novamente na definição de «[...] jornal de trabalhadores para trabalhadores [...]» e indirectamente em «verdadeiro eco do Povo [...]», passagens que causam dúvidas acerca da sua consistência exacta. Reparamos depois que os trabalhadores/ Povo nomeados se restringem logo no primeiro parágrafo, quando se fala em «[...] trabalhadores sulistas na sua heróica luta pela democracia com rumo ao socialismo», ou seja, entre todos os que trabalham, são só os do Sul e destes aqueles a quem agrada a democracia e concomitantemente o socialismo.⁵² A ideia de oposição ao Estado Novo ali contida reitera-se na crítica a parte da imprensa regional, visto permanecer «[...] voltada ao saudosismo de um passado de triste memória [...]», e na acusação de tomar até atitudes reaccionárias afrontosas da democracia.

Importa agora sublinhar o elo estabelecido na primeira transcrição ([...] *um jornal informativo e combativo do trabalhador alentejano* [...]) entre a combatividade do jornal e o destinatário. Os termos «combativo» e «combatividade» lêem-se três vezes no «Editorial» e espera-se que o semanário constitua uma «barricada antifascista». Desconfiamos, pois, que a independência e o apartidarismo que se referem, quer aqui, quer nos «Estatutos», não sejam inteiramente verdadeiros, porque uma posição política de esquerda é desde logo assumida. Se a vontade de «[...] diminuir a distância entre a cidade e o campo [...]» se conecta ao teor necessariamente informativo deste trabalho e construtor de bem-estar social, já o objectivo da união dos trabalhadores «rumo ao socialismo» aumenta aquela desconfiança. Resta saber se NS se fica apenas pelo esquerdismo ou se, dentro deste, se vai moldar a uma via partidária específica. O envolvimento de alguns membros da equipa redactorial com uma actividade partidária, nomeadamente Antunes da Silva, que se candidata em 1969 pela CDE na Oposição Democrática, pelo distrito de Évora, e em 1979 pelo MDP/CDE às eleições intercalares para a Assembleia da República, pela coligação APU; a quantidade de títulos do NS respeitantes ao Movimento Democrático Português e ainda o conturbado período que Portugal vive aquando do nascimento do semanário em questão, levam-nos a levantar a hipótese, quase certa, deste ser um veículo da ideologia daquele partido político.⁵³ A fim de testar esta hipótese, procuraremos demonstrar em breve coincidências consideráveis entre as ideias do MDP/CDE e as de alguns artigos, cruzando o programa partidário com os textos, mas para já prossigamos mais um pouco na análise do exemplar de estreia.

⁵¹ António Silva Godinho (n. 1927; m. 1997) foi colaborador nos jornais *Democracia do Sul*, *Notícias de Évora*, *Jornal d'Évora* e *Notícias do Sul* e na revista *A Cidade de Évora*.

Joaquim do Carmo Jerónimo Lagartixo (n 1933; m 2004) foi poeta e colaborou no *Democracia do Sul* e no *Diário do Sul*. Armando Antunes da Silva (n.1921; m. 1997) também se estreou na imprensa no *Democracia do Sul*.

⁵² Antunes da Silva em «Primeiras Palavras» também contribui para o esclarecimento deste público de «trabalhadores», particularizando-o: «[...] rurais, médicos, engenheiros, construtores, comerciantes, metalúrgicos, empregados de escritório, funcionários públicos, reformados, etc».

⁵³ Antunes da Silva pertence à Comissão Nacional do MDP/CDE.

Nos três pontos dos «Estatutos» repete-se a renúncia ao fascismo e a promessa feita no «Editorial» de «[...] defesa das classes desfavorecidas, tendo em conta os interesses do Alentejo e do País», enquanto as «Primeiras Palavras», de Antunes da Silva, esclarecem sobre um outro compromisso assumido nos «Estatutos» editoriais: «[...] defender intransigentemente os problemas da terra transtagana e, particularmente, da cidade de Évora». O director por sua vez informa-nos da intenção de NS «[...] registar as grandes carências sócio-económicas da cidade [...]» e do resto da região, chegando mesmo a adiantar algumas: conclusão do Hospital do Patrocínio e da barragem do Alqueva.

Um apontamento nas «Primeiras Palavras» sobre o estilo de redacção do periódico garante «um critério de crítica aguda e essencial» para a defesa acima prometida. A postura redaccional que Antunes da Silva acha eficaz parece estar para si garantida, porque apresenta ao leitor os redactores de NS como «[...] pessoas de absoluta confiança, moral e ideológica, antigos e indefectáveis democratas e competentes profissionais». Num pequeno exercício da proclamada crítica aguda e essencial, Antunes da Silva confessa em seguida a suspeita de que os alentejanos estejam «[...] novamente a ser tratados como filhos bastardos da Nação [...]». Lembremos que o poder governativo está então entregue ao partido socialista, após a vitória nas primeiras eleições. Para consolidar a ideia do jornal ser um órgão não oficial do MDP/CDE, importa também ver o destaque dado aos outros partidos e a imagem que deles transmite.

A aproximação que Jerónimo Lagartixo faz no artigo da sua autoria entre as revoluções do 25 de Abril de 1974 e a de 5 de Outubro de 1910, tendo a data republicana sido comemorada mesmo durante o regime salazarista como símbolo da fé democrática, evidencia ao público de NS a erupção em ambos os momentos de uma nova ideologia pronta a concretizar-se no levantamento de uma sociedade diferente da anterior e onde o povo participe. Esta chamada à evidência tem por intuito desafiar de mansinho o leitor à colaboração neste projecto social e democrático, o qual é também do jornal, e de o fazer ver na data de estreia deste (5 de Outubro de 1976) o início da concretização daquela grandiosa tarefa colectiva. Por meio das palavras-chave «trabalhadores», «unidade», «antifascismo» e «socialismo», NS chama desde a abertura o seu público para a construção de um ideal social. Évora e o Alentejo são os lugares escolhidos.

1.2. O PARTIDO MDP/CDE

Do esforço de José Magalhães Godinho, Manuel Mendes e Bento de Jesus Caraça para a junção dos opositores ao Estado Novo nasce, em 1943, o MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista) que conta com a participação da Maçonaria, da *Seara Nova* e da União Socialista, do Partido Comunista Português e do Partido Republicano Português. A diversidade ideológica caracteriza, portanto, desde o início a oposição ao salazarismo, unindo-se em torno do desejo de democracia. A maior parte dos membros do MUNAF opta

em 1945 por aderir ao MUD (Movimento de Unidade Democrática), organização começada de forma legal, ao contrário da anterior, por uma dúzia de socialistas e republicanos que quer, entre outras reivindicações, a legalização dos partidos políticos e a liberdade de expressão, enquanto a respectiva componente jovem (MUD-Juvenil) apela com vigor a que soltem os estudantes detidos ou à democratização do ensino. O apoio daqueles partidos políticos repete-se no Movimento que se expande rápido pelo país inteiro, agora ajudados pela adesão de monárquicos independentes, católicos progressistas e anarquistas. Ainda que incomodados pela Polícia política e ludibriados por Oliveira Salazar que não cede às suas vontades e faz retirar os seus candidatos às eleições legislativas (Novembro de 1945), os elementos do MUD subsistem até às urnas para as presidenciais (Fevereiro de 1949). O general Norton de Matos, que presidira ao Conselho Nacional do MUNAF, é o proposto para o cargo de Presidente da República mas, mesmo com todo o entusiasmo popular, acaba por cumprir destino idêntico aos que lhe vão suceder: desistir da candidatura. A saída de textos contra a política em vigor ou a incorporação de Portugal nas Nações Unidas, juntamente com os festejos de dias significativos (31 de Janeiro ou o 5 de Outubro) constituem acções de resistência à ditadura assumidas publicamente pelo MUD. As divergências internas levam a que os comunistas criem depois, sem grande fulgor, o MND (Movimento Nacional Democrático), com o objectivo de dar continuação à unidade alcançada, apesar de tudo, pelo MUD, chegando a apresentar em 1951 a candidatura do seu líder, Rui Luís Gomes, às eleições presidenciais. Quer este, quer o congénere liberal-democrata, o almirante Quintão Meireles, não chegam ao final do processo eleitoral, cabendo ao general Humberto Delgado alterar a situação apenas na votação de 1958, depois de receber o apoio do seareiro António Sérgio e de Arlindo Vicente, o candidato comunista que desiste a seu favor. Apesar de novamente se alcançar a união das forças resistentes, o almirante Américo Tomás vence as eleições e com ele a União Nacional. À reclamação comunista para a independência das colónias e contra a guerra em Angola, no ano de 1961, reúnem-se Jaime Cortesão e Mário de Azevedo Gomes no atrevimento de apontar na Presidência da República os erros governativos e propor em simultâneo alternativas no «Programa para a Democratização da República». A aparente abertura marcelista revigora as forças à oposição que, pela segunda vez em Aveiro, faz um Congresso Republicano numa demonstração consentida de poder. A união das diferentes forças surge sob a forma de CDEs distritais (Comissões Democráticas Eleitorais), sem que, contudo, seja total. Depois da assinatura pelos representantes dos distritos, em São Pedro de Moel, da «Plataforma de Acção do Movimento Democrático Português», forma-se a CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), ou seja, daquele lado estão os comunistas, os socialistas de esquerda e os católicos progressistas e deste os republicanos, os socialistas e os católicos moderados. Segunda a contagem oficial, nas eleições legislativas de Outubro de 1969 a CDE atinge apenas os 10,5% dos votos e a CEUD uma votação inexpressiva. Já sob a designação «Movimento Democrático Português» os opositores ao Estado Novo voltam a reunir-se naquela cidade em Abril de 1973 para daí a um ano registarem na História de Portugal o Dia da Liberdade. Acerca do III Congresso da Oposição Democrática fala, em 2005, José Manuel Tengarrinha à revista *Seara Nova*:

Desde as freguesias, as concelhias e distritais, realizaram-se reuniões muito amplas de preparação, que levaram a que o Congresso fosse organizado com a mesma filosofia da CDE:

das bases para o topo. A própria composição social dos delegados dos distritos, a Comissão Nacional Preparatória do Congresso alterou-se profundamente. Agora, eram agricultores, operários, pequenos comerciantes, intelectuais, profissionais liberais. Foi uma coisa única que contrastou grandemente com os congressos republicanos, até ao nível das decisões, da estratégia. Tudo foi discutido pelo representante de cada distrito, eleito pelas comissões concelhias, e com uma irrepreensível característica democrática: nunca houve a imposição de qualquer centralismo, de qualquer grupo de dirigentes que assumisse ou quisesse assumir a direcção do que quer fosse (p.12).

O historial de resistência antifascista que fica para trás leva a que o MDP/CDE sublinhe a importância da união das diferentes forças que pugnam pelo levantamento de um Estado democrático em Portugal. Como o demonstra o dia dos cravos, a união alcança-se com mais facilidade se as forças armadas e populares a ajudarem a consolidar. Depois da revolução do 25 de Abril de 1974, o MDP/CDE assiste à integração de muitos dos seus membros noutros partidos, não sendo por isso de estranhar que no seu interior o imperativo de manter a coesão assumia lugar primordial. No *Programa e Estatutos...* (1974) do partido, redigido com a colaboração das bases, apela-se à acção e organização populares na luta contra o monopolismo e respectivos defensores, por se achar serem estes os principais responsáveis pela opressão económica, social e política suportada no país até então. Ao estabelecimento do grande alvo a atingir, segue-se num segundo momento a proposta de objectivos e vias antimonopolistas, que se alcançam por uma actividade popular direccionada para fins imediatos que ponha termo a problemas do quotidiano da população. Negando a imitação de qualquer modelo de Estado capitalista, por isso fazer perigar a independência e o desenvolvimento nacionais, a democracia que o MDP/CDE pretende construir é, pois, antimonopolista, participada pelo povo, defensora da sua liberdade e bem-estar, enfim, socialista. Regina Marques⁵⁴, antiga candidata do Movimento às eleições para a Assembleia Constituinte, testemunha a prática da teoria partidária exposta:

Teve (*fala do MDP*) um papel fundamental na dinamização das populações do distrito. Mobilizámos as pessoas para a criação das comissões de moradores, das cooperativas de habitação, para as movimentações de construção de escolas e tudo o que se relacionasse com o bem estar (*sic*) das pessoas. No concelho de Setúbal, o grande exemplo foi o das cooperativas de habitação que não perderam tempo e fizeram logo imensas habitações sociais. Ainda hoje, algumas pessoas que vieram do MDP continuam dirigentes dessas cooperativas.

Ao nível organizacional, o partido hierarquiza-se em diversos órgãos, que repartem o poder por três escalões (nacional, distrital e local), reflectindo de forma semelhante cada um deles

⁵⁴ À data da entrevista (17-4-2000) dada ao *Setúbal na Rede*, Regina Marques é vereadora do PCP na Câmara Municipal de Setúbal.

a estrutura dos outros dois. Teoricamente verifica-se uma certa descentralização que as palavras atrás de Tengarrinha corroboram.

As deliberações cabem ao Plenário Nacional de Delegados e ao Encontro Nacional. Enquanto no primeiro órgão máximo se elege a Comissão Central, se determina a orientação geral do partido, se avalia a sua actividade, programa e estatutos, podendo-se aqui corrigi-los, e até dissolver ou coligar esta entidade política, o Encontro Nacional, composto por representantes das comissões distritais, cumpre as tarefas daquele no espaço compreendido entre as suas realizações bienais, ainda que não possa mexer no programa nem nos estatutos. Além desta função, pode o Encontro alterar a composição da Comissão Central que o convoca, deve avaliar o trabalho desta e analisar ainda o relatório dos fundos partidários. Por sua vez, a Comissão Central, sendo um órgão com poder executivo, promove e orienta as acções partidárias, cumprindo as deliberações dos dois órgãos máximos e zelando pela aplicação destas nos restantes. Cria grupos de trabalho e órgãos com atribuições políticas, com vista à prática das orientações partidárias, gere os dinheiros que provêm dos membros e da venda de materiais editados, representando sempre que necessário o partido.

Todos os membros do MDP/CDE de um determinado distrito fazem parte do Plenário Distrital, o qual é marcado pela Comissão Distrital. Tendo ambos funções deliberativas, traça aquele primeiro as orientações locais de acordo com o estabelecido no plenário maior, sendo responsabilidade da Comissão Distrital substituí-lo nesta tarefa. O repto de fortalecer o partido que os estatutos lhe incumbem implica o controlo da sua situação em cada distrito, onde deve aplicar o programa e proceder à eleição dos representantes distritais para qualquer órgão regional ou nacional e também da Comissão Executiva Distrital. Este último órgão põe em marcha as acções globais do MDP/CDE, assim como auxilia as comissões de base nas suas actividades específicas. Entre outros labores, faz a representação partidária distrital e contacta com as outras comissões para orientar e promover a actividade partidária.

Finalmente chegamos às Bases, cujas Comissões têm por missão divulgar a ideologia partidária pela população em geral. A importância deste trabalho premeia-se com papel activo nas decisões e orientação geral do MDP/CDE. Constituídas por membros geograficamente próximos ou que partilham entre si interesses afins, laborais ou outros, concretizam-se nas comissões de freguesia ou socioprofissionais. Partindo de um conhecimento prévio da realidade, as Comissões de Base estimulam a actividade popular na resolução dos problemas e organizam-na, ao mesmo tempo que motivam a população para se envolver directamente na política local.

Os estatutos sofrem algumas alterações em Junho de 1978 no III Congresso do MDP/CDE, tendo as eleições de Outubro e Dezembro de 1980 levado a adequar a organização central e local ao momento. O lugar conquistado na Assembleia da República pelo MDP/CDE, após a obtenção de uma votação surpreendente com a Aliança Povo Unido nas intercalares de Dezembro de 1979, reacende-lhe a esperança de ter maior influência na política pátria. Sequentemente esforça-se por se consolidar através da captação de novos membros, com um envolvimento maior de militantes em associações de cariz popular e com a promoção de acções de esclarecimento local para divulgar as ideias e posições defendidas no Parlamento.

As adequações organizativas que, entretanto, experimenta não se registam no Congresso seguinte, aguardando-se o seu acerto. Só nos estatutos aprovados no V Congresso, em Junho de 1984, se define esta nova estrutura orgânica.⁵⁵

Já que o programa do MDP/CDE que a seguir cruzamos com o NS mostra a ideologia do partido em 1974 e porque estendemos este cruzamento até ao final da publicação do periódico (1981), achamos conveniente uma referência ao IV Congresso do MDP/CDE, ocorrido a 4 e 5 de Abril de 1981, na Voz do Operário em Lisboa, para que a informação deste trabalho sobre a instituição política em foco abranja o tempo de duração do semanário e também para que se detectem alguns dos aspectos evolutivos daquela, em particular no ideário. Antes, porém, de passarmos a constatações do género anunciado, saibamos qual o perfil dos delegados do MDP/CDE resultante de um estudo da autoria de Stock e Rosa⁵⁶. Esclareça-se que o retrato traçado é feito em termos comparativos com o dos pares do CDS, PSD e PS, que em 1981 realizaram igualmente os respectivos congressos, e que se defende ser representativo dos restantes activistas do partido.

Por último, entre os delegados do MDP deparou-se com: uma considerável presença feminina; a idade média mais elevada; um baixo nível de instrução; fraca frequência do ensino particular; o predomínio dos engenheiros, entre os licenciados, contra a dominância dos juristas nos outros partidos; a classe social subjectiva mais baixa; os valores mais elevados de empregados de escritório e trabalhadores da indústria, embora as profissões liberais sejam as mais representadas; as maiores percentagens no sector terciário e secundário; um fraco rendimento mensal; más condições económicas na família de origem; discussões políticas em casa, na juventude, um pouco mais frequente que nos outros partidos (salvo no que se refere ao PPM que apresentou os valores mais altos neste domínio) e a maior longevidade no partido (p.93).

Com base ainda no estudo apontado, completamos este perfil, afirmando que mais de metade dos delegados se diz agnóstico e que a quantidade dos que se qualificam como católicos não praticantes se sobrepõe aos que prestam culto. O significado político destes dados deve ser pensado tendo em conta a situação geográfica e social dos membros partidários, sabendo-se que estes progressistas, ainda que espalhados por todo o país, predominam no Sul, que é menos católico.

Durante a realização do III Congresso, orientado sob o lema «Reforçar o MDP/CDE – Fortalecer a Democracia», encontram-se as causas do declínio da relevância partidária no contexto político até 1978: a proliferação de partidos; a derrota sofrida nas eleições para a Assembleia Constituinte; a ausência do acto eleitoral de 1976 e posteriormente da Assembleia da República. Por esta última lacuna e com o propósito de chegar ao poder central, decide-se a intervenção nas eleições para aquela assembleia, mas tenta-se a não divisão dos votos da esquerda e a expressão plural desta. A vontade original de congregar democratas vários permanece como traço distintivo. Uma união com o PCP na Aliança Povo

⁵⁵ Em complemento desta informação sobre o MDP/CDE leia-se em apêndice a entrevista a um antigo militante que foi também amigo de Antunes da Silva.

⁵⁶ *Os Partidos em Congresso 1981* [sep. de *Economia e Sociologia*, n.º 38/39], Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico e Social, 1985.

Unido (APU) é aprovada, a qual origina o acesso parlamentar antes referido. A afirmação pública que o MDP/CDE sente em 1981, advinda do seu grupo de deputados e também das autarquias sob a sua égide, supre um pouco a falta de definição explícita do partido detectada no Congresso de 1978.

A satisfação pelo reconhecimento não impede, todavia, o assumir das dificuldades em estabelecer uma ligação plena quer entre os deputados e a organização, quer entre os órgãos centrais e locais e a administração do MDP/CDE. Ouvem-se por isso críticas no interior do partido, igualmente atento aos obstáculos na cooperação entre as respectivas organizações locais e as do PCP. Sabe-se ser fundamental, mas difícil, a posse de um quadro de funcionários políticos do partido que assegure o bom funcionamento dos diferentes patamares organizativos.

A imagem partidária reforça-se a nível nacional em encontros políticos distintos (Activistas do Poder Local, Activistas Sindicais...) ou em festas, de que a da Alegria do Porto e a de Sines são testemunhas. Os emigrantes já aderentes voltam a contactar-se e as relações políticas internacionais alcançam os países de expressão oficial portuguesa, a Europa de Leste e até mesmo Cuba ou a Coreia. Por cá circula o jornal *Unidade* ou a folha *Informação do MDP* a par dos *Cadernos* do partido ou de *O Movimento Sindical*. Com outras forças democráticas afins e a título individual promovem-se acções como as Jornadas Democráticas, o Movimento para a Defesa da Constituição ou um outro para Defesa do Património Cultural.

Encarada como fruto da união dos democratas, a vitória do General Ramalho Eanes a 7 de Dezembro de 1980 para a Presidência da República traça uma outra estratégia ao partido que continua no encalço de uma democracia socialista participada. Sem jamais abdicar da força da união, a nova linha política do MDP/CDE definida em 1981, no IV Congresso, inscrito no lema «Pela Democracia para o Socialismo» pede aos democratas o abandono da postura meramente defensiva tida até então e a intervenção cívica e política tão profunda quanto as circunstâncias o permitam a partir de agora, para que a Aliança Democrática, coligação de direita no Governo, recue na sua acção classificada de «fascista».

Em síntese, ponderado o percurso decrescente do poder político do MDP/CDE desde as eleições para a Assembleia Constituinte até ao Congresso de 1978, decide-se neste o seu robustecimento. Na tentativa de dar mais um passo em frente no poder, recorre-se à junção das forças de esquerda (APU), estratégia e objectivo altamente prezados no seu seio, os quais parecem, porém, encerrar um efeito de sistemática contradição para a vida do próprio partido. Se por um lado, este género de união (um traço identitário digno de admiração, pensamos) é a essência do partido ou, por outras palavras, se o forma, por outro, fragiliza-o, fá-lo estremecer, na medida em que é difícil agrupar componentes com algum desajuste e satisfazê-los o suficiente para os fazer permanecer. A existência da APU prova até certo ponto isto mesmo. O assento em São Bento paga-se com dissonâncias internas que repassam por algumas entrevistas a militantes lidas no *Notícias do Sul*. A transição do estado de barreira democrática de defesa para o da participação activa numa governação de direita (AD) prova que se avança, mas também se sabe que pouco e penosamente. Para além da sua composição interina mesclada, uma singularidade notável, mas com os seus

custos, tem ainda o MDP/CDE de saber lidar com a diversidade dos pares, às vezes muito distantes daquilo a que nele se chama de «Democracia», noutras apostando em vias surpreendentemente estranhas.

Entre duas dezenas de questões prementes na política portuguesa e colocadas aos delegados no Congresso de 1981 para avaliação da sua importância, destacam os representantes do MDP/CDE o controlo das actividades das multinacionais e a preocupação com o equilíbrio do meio ambiental.⁵⁷ Seguem-se a igualdade de oportunidades para os dois sexos e o respeito pela colectivização dos meios produtivos na próxima revisão constitucional. Grande atenção é ainda dada ao aumento do crédito concedido às unidades colectivas de produção (UCPs), ao abandono da Nato por Portugal para preservação da nossa autonomia e ao reforço das finanças municipais mais carenciadas. No extremo oposto, vê-se uma vontade nula na adesão do país à Comunidade Económica Europeia (CEE) e um apoio bastante débil ao referendo para a revisão constitucional, caso seja preciso.

A comparação dos programas do partido de 1974 e 1981 mostra de imediato duas diferenças significativas. Se no inicial o leitor acede a uma exposição sintética das vias e objectivos propostos, no programa do MDP/CDE de 1981 a enunciação de cada um dos itens faz-se preceder de uma parte informativa sobre o assunto onde se incide. Vamos espreitar um exemplo e usar para isso um ponto inexistente em 1974: debate nacional sobre adesão à CEE. Determina a nossa escolha a posição negativa dos delegados presentes no IV Congresso perante a entrada de Portugal na Comunidade. Conhecido este facto, resta saber agora quais as razões a ele subjacentes. Opina-se no programa de 1981 ser Portugal uma nação privilegiada em termos de localização geográfica e pelas relações que mantém com o estrangeiro, valias que lhe podem assegurar a independência nas relações económicas. As ligações desejáveis a construir com os países europeus do Mercado Comum e socialistas, com as antigas colónias e os do chamado Terceiro Mundo, incluem basicamente acordos e trocas. A sugestão feita tem em consideração os prováveis prejuízos que a adesão à CEE trará à agricultura e às pequenas e médias empresas nacionais, apesar da entrada de subsídios e do crescimento da área de mercado. O papel secundário a desempenhar por quantidade assinalável das empresas nacionalizadas que se antevê, visto a CEE favorecer as multinacionais e os grandes grupos económicos, atitude que não se coaduna com a Constituição em vigor, sabe-se agradar às forças conservadoras que, segundo se acha, aproveitarão o acto de adesão para proceder a alterações no texto constitucional e assim fazerem retroceder mais uma das «conquistas de Abril». O reparo na invisibilidade de medidas preparatórias da nossa entrada no Mercado Europeu e até a ignorância do que se deve alterar e das consequências que daí advirão pretendem evidenciar uma ligeireza na reflexão sobre este assunto da parte dos seus defensores políticos.⁵⁸ Apela-se, portanto, a que Portugal prossiga uma política económica externa que garanta o bom estado do mercado nacional, o aproveitamento dos recursos endógenos e a respectiva soberania e

⁵⁷ *Ibid*, p.141.

⁵⁸ Mário Soares é quem inicia as negociações para a entrada de Portugal na CEE, a qual sucede a 1 de Janeiro de 1986. Os delegados do PSD são os que valorizam mais a «aceleração do processo de intervenção europeia», atribuindo apenas um valor mediano à questão. São seguidos nesta avaliação pelos representantes do CDS, enquanto os do PS, por estranho que pareça, lhe atribuem pouca importância. A protecção ambiental é a questão que reúne mais consenso.

independência.⁵⁹ Por fim, ao colocar-se a hipótese de adesão, aconselha-se a exigência de um estudo sério e anterior sobre os benefícios e inconvenientes do acto e ainda a promoção de um debate nacional com representantes da população das mais variadas áreas (políticas, sociais, profissionais...) para que se forme uma consciência geral acerca da questão. Todavia, aquilo que se acaba por defender para a actualidade é a interrupção das negociações para a integração. Na base desta medida estão as razões internas nomeadas e também a detecção de um funcionamento a melhorar da parte da própria CEE. Da observação deste texto, protótipo de outros do programa do IV Congresso MDP/CDE (1981), inferimos ter tido a organização o cuidado de preparar minimamente o leitor, seja ele militante ou não, acerca dos inúmeros assuntos abordados, antes de tomar as posições preconizadas, munindo-o não só de uma estrutura de pensamento lógica onde as causas destas se inserem, como tornando-o apto para avançar por outros caminhos.

Já em 1974 se defende o fim da dependência nacional nos relacionamentos comerciais externos e a fixação preferencial de trocas mercantis com as antigas colónias e os países socialistas. A nível internacional a descolonização centra então os cuidados do partido que pugna pela aceitação do «[...] direito à autodeterminação e independência dos povos coloniais [...]» e pela sua completa integridade. Apesar destas pequenas notas de política e economia externas, em perfeita sintonia com as ideias do programa de 1981, aqui estas matérias desenvolvem-se e escrevem-se numa parte intitulada «Pela independência nacional e por uma nova ordem internacional», a qual constitui o segundo aspecto programático de relevo. Caracteriza-se resumidamente a política externa então defendida por ser independente, progressista e pacificadora. A questão da independência exprime-se na vontade de criar laços com todos os povos, atitude que faz condenar o colonialismo e as interferências não gratuitas de alguns líderes políticos que podem obstaculizar a emancipação de alguns países. Deseja-se o desanuviamiento internacional através do diálogo e o desarmamento geral. Que as nossas tropas não se envolvam em qualquer acção nefasta da Nato, nem que Portugal permita armamento nuclear no seu território por este pôr em perigo a segurança do povo.

Da comparação que acabamos de expor, conclui-se uma concessão maior de interesse da parte do MDP/CDE às relações com o exterior no início dos anos 80, a qual se prende com a defesa da nossa economia e da nossa paz, ensombrada pela hipótese de construção de bases nucleares no país. Acusam-se as pressões do capitalismo (europeu e norte-americano) de uma maneira diferente da de 1974, embora as ideias básicas sejam as iniciais. Apesar da insistência em muitos dos aspectos que vêm desde a formação do partido, significativa da frustração na consecução das metas pretendidas e do desagrado pelos Governos democráticos, os quais se culpabilizam no retrocesso da nação na caminhada para o Estado democrático, faz-se no *Programa...* do IV Congresso do MDP/CDE um balanço positivo dos sete anos do novo regime político português: «Não se terá estruturado de forma acabada ou mesmo minimamente estabilizada uma **nova sociedade** (*sic*), mas foram substituídos

⁵⁹ Estas três ideias reforçam-se com a vontade partidária de acelerar alguns projectos económicos já em curso – Complexo de Sines; aproveitamento das pirites alentejanas e de ferro de Moncorvo; Plano Energético Nacional; Empreendimento de Alqueva; Plano de Fomento Agrícola – dos quais seleccionamos os que acabamos de enumerar por serem caros a Antunes da Silva e terem neste livro algum estudo.

totalmente muitos valores, abaladas as relações de produção e muitas das relações sociais que balizavam o regime fascista» (1981:111).

1.3. SINTONIA DO NOTÍCIAS DO SUL COM O MDP/CDE

1.3.1. AS PREOCUPAÇÕES SOCIOCULTURAIS DO MDP/CDE

No programa do MDP/CDE, aprovado no Porto, a 1 de Dezembro de 1974, encontramos um capítulo central dedicado aos objectivos (políticos, económicos e sociais) e aos caminhos a trilhar para a consecução de um estado democrático em Portugal.⁶⁰ Neste momento propomos registar o contacto entre textos diversos do NS e alguns desses objectivos e caminhos propostos pelo partido, assim como perceber o grau de aceitação dos pares políticos pelos redactores do periódico. A proximidade do MDP/CDE dos outros partidos de esquerda, principalmente do PCP, deve ser tida em conta, para evitar o erro de se pensar que o que abaixo se lê é exclusivo daquele. Começamos por espreitar artigos respeitantes às áreas social e cultural e redigidos durante a governação nacional de diferentes forças políticas, sem a preocupação de conterem apreciações a estas. Queremos para já ver a insistência ou não em certos assuntos e observar a escrita que os torna públicos.

À mulher e à criança dedicam-se alguns pontos programáticos, para a dignificação e protecção, que respeitam à saúde, educação e labor profissional. O artigo intitulado «A criança», de Casimiro Mourato (10 de Janeiro 1980, p.1), enumera princípios da Declaração dos Direitos da Criança para logo denunciar os seus atropelos em várias partes do globo. No último parágrafo lê-se:

Tudo isto concorre para que se evidencie a necessidade absoluta do cumprimento da Declaração dos Direitos da Criança, melhorando as condições de vida dos pais, criando assistência médica, facilidade de instrução, moradias higiénicas, creches, internatos, cantinas, etc. E também que seja prestada assistência à mãe durante a gravidez e a criação da criança.

Apontamentos não assinados acerca de «A Luta da Mulher» (13 de Março 1980, pp.1 e 2) expõem as discriminações exercidas sobre o sexo feminino – desemprego; salários inferiores aos do homem; fraca formação profissional; baixas representatividade política e elegibilidade – e embatem, juntamente com o artigo anterior, nos pontos do programa partidário seguintes:

⁶⁰ Sempre que fizermos citações do programa ou estatutos do partido são retiradas de *Programa e Estatutos do Movimento Democrático Português*, MDP/CDE, 1974.

Criação de infraestruturas (creches e educação pré-primária, cantinas, lavandarias, etc.) que possibilitem a participação da mulher em todos os domínios de actividade da sociedade portuguesa (p.65); Criação de condições que proporcionem à mulher plena igualdade de oportunidades e acesso ao trabalho e à cultura (p.66).

Em ambos os artigos a estratégia redactorial consiste em apontar o que está errado noutros países numa tentativa de que o leitor estabeleça um paralelo com a situação portuguesa e assim ganhe consciência dos seus direitos, chegando mesmo o primeiro texto a enumerá-los como universais e a apoiá-los na Declaração dos Direitos da Criança. Passados seis anos após o Dia da Liberdade NS sabe que o povo português por ter sido sujeito à repressão salazarista durante tantas décadas ainda não conhece os seus direitos humanos e cívicos por muito básicos que sejam. Precisa de educação.

Sintonizando-se com a «Mobilização dos Portugueses para a Promoção Socio-económica e Cultural do País» (p.55), que o partido de Antunes da Silva acha necessária, NS esforça-se em sentido educativo em textos do tipo que acabamos de analisar, mas também de outros géneros. Jerónimo Lagartixo divide com Flório J. Oliveira o exemplar de 4 de Maio de 1978, onde publicam respectivamente dois trabalhos de intuito formativo: «Alcoolismo-Degradação Humana e Flagelo Social» (p.8) e «A Bastilha» (pp.1 e 8). A pertinência do primeiro reside no facto de incidir sobre um problema de saúde pública que afecta particularmente os alentejanos (o alcoolismo) e no remate que indica a proximidade da realização de sessões de esclarecimento e prevenção daquele vício pela Sociedade Anti-Alcoólica Portuguesa. No âmbito da História e, num discurso adequado ao tema, sem ser maçador, Flório J Oliveira explica o significado da tomada da Bastilha, destacando o papel do povo e a injustiça realizada pelo poder monárquico até então. Do mesmo tipo, lemos «31 de Janeiro de 1891» (31 de Janeiro de 1980, pp.1 e 5) e três meses depois encontramos «A *Civilização do Sul* na Primeira Idade do Ferro», a informar da realização de uma conferência sobre este período histórico em Portugal no Museu de Évora, ou de uma outra comunicação acerca da Constituição e das Forças Armadas, ocorrida na Universidade da cidade (ambos de 24 de Abril de 1980, p.2). Explorando o exemplar de 27 de Março de 1980, na coluna «Arco-Íris», onde duas ou três linhas são uma estratégia eficaz na preparação cultural do público menos instruído, temos uma pequena biografia de Dom Francisco de Almeida e, na página inicial, «Dia do Teatro de Amadores» que promove não só a arte dramática, como a valoriza por «[...] inserir-se nas lutas do povo português pela liberdade e pela democracia [...]». No campo desportivo na página dois, ainda do mesmo jornal anuncia-se a abertura de inscrições para rapazes que queiram praticar hóquei em patins no Grupo Desportivo Diana, efectuando a iniciativa o objectivo do partido: «Utilização do desporto como terreno fundamental da luta pela democratização do País» (p.59). O texto intitulado «Escolaridade Obrigatória» (3 de Julho de 1980, p.3), depois de expor os benefícios da obtenção da escolaridade mínima e os entraves que surgem a quem não a tem, apela à colaboração do leitor no sentido de ajudar a divulgar a mensagem para que um número maior de crianças cumpra os seis anos ambicionados pelo MDP/CDE (cf. p.57). O colaborador João José Louro fala, por sua vez, da experiência educativa com as «Crianças do Samouco» (6 de Março de 1980, pp.1 e 2). Destaca

o papel positivo da Câmara Municipal perante as iniciativas culturais das associações colectivas locais e a felicidade das crianças por elas atingidas. Dá voz directa ao autarca para que este afirme o combate ao analfabetismo, a auscultação da população envolvida nas iniciativas e a ajuda material aos meninos desfavorecidos, oferecendo-se toda a situação noticiada como exemplo de concretização de aspirações daquele partido.

As técnicas usadas para educar cativando passam pela escolha, sem frivolidades, de temas mais ao gosto popular e relacionados com o lazer, como é o caso de «O Fenómeno das Telenovelas»; «Reservas de Caça nas Zonas menos Cultiváveis» ou «O Novo Teatro» e «Jornal Literário a Surgir em Beja» (todos de 12 de Junho de 1980, pp.1 e 2). Os dois finais fazem parte da oferta cultural, a qual juntamente com o resultado das várias modalidades desportivas visam despertar o prazer da leitura num grupo diferenciado de pessoas. O registo linguístico empregue não oferece obstáculos à compreensão na maior parte dos casos, porém, a abordagem de temas mais específicos conduz ao uso de uma terminologia nem sempre verdadeiramente conhecida. Então o jornalista confunde-se com um professor. No artigo «Democracia e Socialismo» (6 de Dezembro de 1979, p.1), Jerónimo Lagartixo dá uma pequena lição de matéria política onde elabora o percurso histórico da democracia desde a antiga Grécia à actualidade, passando pelo socialismo de Saint Simon, Marx e Engels, e define por fim: «[...] Socialismo (ideia duma dinâmica e orgânica social comunitária) e Democracia (ideia de expressão popular na governação ou comando social) devem andar a par». Antunes da Silva marca o seu discurso jornalístico pelo processo da denúncia/sugestão de correcção e demonstra em simultâneo um conhecimento profundo dos temas que aborda, à imagem de outros membros da redacção do jornal. O texto da sua autoria «Peixes, Rios e Barragens» (10 de Março de 1977, pp.1 e 2) e o já mencionado «Reservas de Caça nas Zonas menos Cultiváveis», assinado por J.L., são exemplos do que falamos e de educação ambiental. Concentremo-nos agora em textos que criticam a actuação do poder local, do I e II Governos socialistas e do primeiro da Aliança Democrática.

O perigo do uso de substâncias nocivas para a saúde é reiterado constantemente por diversos colaboradores, à semelhança da crítica pela demora na construção no Hospital do Patrocínio em Évora.⁶¹ O direito ao serviço de saúde reclamado no programa (cf. p.61) para todos os portugueses e ainda a sua estruturação em benefício dos trabalhadores e do povo conjugam-se com «E o Hospital do Patrocínio?» (10 de Março de 1977, p.1) e «O Centro de Medicina Desportiva não Interessa a Évora?» (29 de Novembro de 1979, p.4). No primeiro artigo os elogios à Câmara Municipal não impedem a contestação da demora em se concluir aquele hospital público da capital alentejana, nem a chamada de atenção, sem rodeios, dos responsáveis políticos locais e centrais. Recordemos que em 1977 é o PS que está no governo liderado por Mário Soares. Aparentemente numa referência positiva rara aos membros da governação de direita, noticia-se a 17 de Abril de 1980, p.1, a nomeação de uma comissão técnica a fim de oficializar a integração da desejada unidade sanitária, destinada a tratamentos de oncologia, no Hospital Distrital de Évora. Semanas depois (8 de Maio de 1980, pp.1 e 2) o jornalista Zé do Campo desfaz esta boa impressão da

⁶¹ Exemplos do que afirmamos são os textos seguintes: «Droga, a Maldita», de 31 de Janeiro de 1980, pp. 1 e 2, de Casimiro de Brito; «Álcool e Tabaco – Factores de Degenescência Humana», de Jerónimo Lagartixo, de 15 de Maio de 1980, pp. 1 e 2.

coligação Sá Carneiro-Freitas do Amaral ao atribuir a oficialização aos esforços dos democratas da cidade junto da Assembleia da República.

A relação de NS com a autarquia eborense é bastante positiva. Baseada nalguma tolerância, fruto da compreensão das dificuldades de gestão, é capaz, ao mesmo tempo, da crítica franca, a qual se apresenta construtiva ou elogiosa. A entrevista ao autarca comunista Abílio Fernandes (13 de Dezembro de 1979, pp.1 e 2) e «A Câmara de Évora Avança para o Futuro» (15 de Setembro de 1977, pp. 1 e 2) são apenas duas provas de harmonia entre os projectos municipais e os do MDP/CDE.⁶² No texto mais antigo o leitor toma conhecimento das obras em curso ou a efectuar na cidade, incidindo boa parte delas na questão habitacional. A regularização da construção clandestina; a entrega de terrenos às associações de moradores e cooperativas para construção de habitação económica; o melhoramento de casa, ruas e caminhos e a aposta no desenvolvimento de zonas verdes e desportivas, surgem nesta conversa.

Folhear os exemplares de NS do ano de 1980, período em que a governação está entregue à Aliança Democrática (3/1/80 a 15/1/81), formada pela primeira coligação do PPD, CDS e PPM, faz-nos ver que as preocupações de carácter social presentes desde o início se mantêm as mesmas. Significa isto, portanto, que os seis governos que Portugal conhece desde a aprovação da Constituição em Abril de 1976 não solucionam na totalidade, ou pelo menos de forma satisfatória, os problemas detectados e cuja solução está prevista nos respectivos programas. Os temas dos artigos repetem-se e o estilo de abordagem também.

O repto «Batalha da educação; batalha cultural» a que o MDP/CDE se propõe continua a travar-se no âmbito da História, mas também no da literatura ou da distração colectiva. Em «Cultura Alentejana Decapitada» (27 de Março de 1980, pp.1 e 5), Pires Campaniço afirma os entraves ao nascimento de uma associação de escritores naturais ou radicados na região sul, os quais passam pelo combate ao «[...] apertadíssimo cerco que nos vem fazendo o senil, rancoroso e ciumento clã agro-literário [...]» e ao «[...] desinteresse (?) (sic) das estruturas centrais e de quem de direito [...]», numa acusação clara ao Governo. Já A. Teixeira, ao assinar na mesma data «Os Canais e a Crítica», enumera os programas da RTP com falta de qualidade, patente no desinteresse que causam, na subserviência à cultura americana (entenda-se capitalista) ou no facciosismo político. A propósito da exibição de «ABC da Economia» diz: «Basta, senhores democratas, já chega de tanta publicidade ao vosso sujo sistema capitalista...».⁶³

Ao encontro da vontade do MDP/CDE de «intensificação das relações com estudantes, estabelecimentos de ensino, organismos científicos e culturais de países progressistas» (p.58), o NS de 31 de Janeiro de 1980, p.6, dá a possibilidade ao público de receber grátis

⁶² «Apoio às iniciativas populares voltadas para a construção de habitações, incluindo a cedência de terrenos e meios técnicos, com especial relevo para as populações organizadas em sindicatos, cooperativas de habitação, comissões de moradores, etc» ou «Política de espaços verdes nos aglomerados urbanos, concebidos e aproveitados como centros de convívio, cultura e desporto das populações» (in *Programa e Estatutos do Movimento Democrático Português*, MDP/CDE, 1974, pp. 60 e 61).

⁶³ De acordo com a crítica de A. Teixeira o programa do MDP/CDE diz: «Transformação da rádio e da televisão em autênticos serviços de utilidade e formação democráticas, subordinados aos objectivos de uma política cultural não sectária e verdadeiramente popular» (p.59).

uma obra editada pela Novosti do russo Valentim Korovikov, jornalista que, através do exercício da sua actividade profissional em África, redige *Revolução na Etiópia*, livro onde explica a mudança do feudalismo para o socialismo ocorrida neste país. Trata-se, portanto, de uma leitura cujo conteúdo descreve um processo político que se entende como um modelo a copiar. Já o actor Rogério Paulo em «A Juventude de Tchekov» (6 de Março de 1980, pp.1 e 2) dá a conhecer os seus contactos em palco com o escritor russo e aproveita o elogio que lhe tece para associar o autor ao seu próprio combate à censura salazarista. Termina com uma ponte entre o mau ambiente cultural do passado e o do presente da AD: «Os imbecis condecorados, os preopinantes ministeriais e outros, atacam de novo».

Não obstante termos escolhido certos textos, para estes apontamentos sobre a questão educativa em NS, deve dizer-se que tudo no jornal, exceptuando a publicidade, tem um intuito pedagógico, mesmo com a parcialidade que possui. Defensor acérrimo e sincero das terras e gentes alentejanas, cultiva nelas a estima pela sua identidade, magoada tantas vezes durante o Estado Novo e até na infância da democracia, e concomitantemente fortalece aquele sentimento com sementes da via política que pensa ser a melhor.

1.3.2. A IDEOLOGIA POLÍTICO-ECONÓMICA DO NOTÍCIAS DO SUL

1.3.2.1. A CRÍTICA ÀS ACTUAÇÕES GOVERNATIVAS NO SECTOR PRIMÁRIO

Além dos assuntos respeitantes à área sociocultural, as grandes questões políticas e económicas dos sucessivos Governos Constitucionais provocam eco no semanário em estudo. Prossigamos agora no cruzamento de artigos com o programa do MDP/CDE, observando em simultâneo a imagem dada dos partidos no poder e juntemos ainda comentários aos livros de Antunes da Silva cujo conteúdo é uma extensão das ideias veiculadas por si e outros companheiros na imprensa.

A crítica negativa do NS à actuação socialista do I Governo Constitucional (23/7/1976 a 23/1/1978) incide na vivência oligárquica da democracia pelo PS; na via escolhida para a construção do socialismo e na política económica adoptada perante a crise. Portugal começa a debater-se com problemas económicos ainda antes do 25 de Abril de 1974 com o aumento do preço do petróleo, tendo-se acentuado a gravidade da situação pelo difícil equilíbrio dos Governos provisórios posteriores.

Caetano Pereira no «Registo» de 10 de Março de 1977, pp.1 e 2, face à medida governativa de desvalorização do escudo, indigna-se pela consumação do facto sem qualquer consulta pública. A citação da recente Constituição pretende recordar a Mário Soares o dever de assegurar a participação popular na resolução dos problemas do país, no meio dos quais se apontam a inflação, o congelamento dos contratos colectivos de trabalho, o desemprego e a baixa produção nacional. A adopção das políticas praticadas na Europa socialista, em vez da imitação dos países capitalistas da CEE, é a solução defendida por este colaborador.

Meses depois, Jerónimo Lagartixo em «A Charneira da Revolução» (15 de Setembro de 1977, p.8) exprime desagrado pela «maneira progressiva» como se caminha para o socialismo «[...] evitando o mais possível a luta de classes, apenas com imposições do Estado nalguns

sectores». Sublinhando a origem burguesa dos dirigentes do partido socialista, acusa-os de se aproximarem da direita e do capitalismo, visto não respeitarem o programa estabelecido nem envolverem os militantes de base no exercício de elaboração da democracia.⁶⁴ Apela por esta razão às bases socialistas para que se aliem aos outros trabalhadores de esquerda e pugnem contra as cedências ao sector privado e a favor das colectivizações e nacionalizações.⁶⁵

No exemplar de NS de 4 de Maio de 1978, em «A Cidade em Notícia» (pp.5 e 6) informa-se sobre as comemorações do 1 de Maio, na capital alentejana. Ao longo dos anos no semanário é sempre dada grande relevância às datas do 25 de Abril e de 1 de Maio, devido obviamente à conotação democrática e popular. Quase toda a reportagem reúne as intervenções feitas nesse dia pelos representantes sindicais presentes (União dos Sindicatos do Distrito de Évora; CGTP-IN; Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, entre outros), as quais manifestam desagrado pelo segundo Governo soarista agora em coligação com o CDS (23/1/1978 a 29/8/1978) e fazem a apologia de valores distintos dos então praticados.

Entre outras contestações do orador da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul lêem-se: «[...] a manipulação reaccionária dos principais órgãos de comunicação social, a proliferação dos pasquins fascistas [...]». Os protestos deste membro do FSAS reclamam as «medidas severas contra qualquer comportamento reaccionário ou obscurantista da imprensa e rádio regionais, que poderão incluir a sua expropriação em favor do Estado e autarquias» (p.27), pensadas pelo partido.

O operário representante da USDE, ao recordar as conquistas do 25 de Abril, menciona as nacionalizações; a Reforma Agrária; o controlo de gestão; e num elogio à luta e unidade dos trabalhadores diz terem estas travado a recuperação capitalista da direita reaccionária (despedimentos; desemprego; aumento do custo de vida).

As palavras proferidas enlaçam-se por sua vez com as vias e objectivos económicos e políticos do MDP/CDE:

Planeamento agrário do País para o fomento a curto prazo das culturas essenciais ao abastecimento interno e à exploração. [...] Larga participação popular na execução e controle do plano agrário, designadamente através das associações de agricultores, das cooperativas, dos sindicatos de assalariados agrícolas e das autarquias locais (p. 48).

⁶⁴ Maria José Stock afirma: «Se até ao Congresso de 1979, Mário Soares se apresentou como um Secretário-Geral conciliador, árbitro por excelência, não se comprometendo nunca com qualquer das tendências apontadas, no Congresso de 1981 consagrar-se-ia fundamentalmente como leader de uma maioria dentro do partido» (in *Os Partidos do Poder Dez Anos depois do «25 de Abril»*, Évora, Universidade de Évora, 1986, p.21).

E ainda diz: «Pode-se concluir que, na fase inicial da vida do partido, o Programa foi determinante, a partir do II Congresso, se assistiu à crescente desadequação entre aquele documento e a prática seguida pelo PS, expressa na sua actuação política diária (vede estratégia de alianças, actuais tendências centrípetas, etc) [...]» (*Ibid*, p.58).

⁶⁵ Ao encontro destas ideias lê-se no programa do MDP/CDE o seguinte: «Desenvolvimento em formas adequadas da cooperação e organização dos diferentes sectores populares, para defesa e prossecução dos seus interesses. Fomento da sua permanente entreaajuda. Sua aproximação da organização do Estado» (p.25) como objectivo político. Enquanto, como via e objectivo económicos, se defende: «Expansão da actividade económica do Estado com o lançamento de empresas públicas e semi-públicas, sobretudo nos sectores – chave da economia portuguesa» (p.42).

O papel do associativismo e da gestão populares na agricultura são aqui enaltecidos, enquanto o excerto programático subsequente constitui um ataque ao capitalismo e uma estratégia para a tão apregoada união e organização populares: «Rigorous cumprimento e projecção activa em todas as direcções democráticas e populares do programa do MFA, base constitucional da actual estratégia unitária antifascista, antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiária» (p.25).

Se bem que na opinião do representante da USDE a luta dos trabalhadores tenha dificultado a recuperação dos antigos privilégios da direita, o dirigente da Delegação do Sindicato dos Profissionais de Seguros não possui uma visão tão positiva da acção daqueles a quem se dirigem. Ao enumerar as medidas do II Governo Constitucional para controlar o défice, no seguimento da mencionada recuperação capitalista pelo CDS, refere os ataques às nacionalizações e à Reforma Agrária.

Por ser uma referência constante na obra de Antunes da Silva publicada após a Revolução dos Cravos e o assunto central do NS, o tema da Reforma Agrária merece aqui um pouco mais de atenção e por isso fazemos de imediato com ele um parêntesis de algumas páginas no ponto em que estamos.

a) A Lei de Vasco Gonçalves e *Terras Velhas Semeadas de Novo*

Entre Maio e Julho de 1975, um conjunto de decretos-lei é publicado com vista a melhorar a situação agrícola. O desaparecimento das coutadas, a instituição dos Conselhos Regionais de Reforma Agrária e a atribuição de crédito de emergência aos agricultores ou às cooperativas compõem o quadro de medidas que o IV Governo Provisório, sob a chefia de Vasco Gonçalves, elabora em defesa dos operários agrícolas e pequenos agricultores. A par destas iniciativas promulga-se também o decreto-lei n.º 406-A/75, de 29 de Julho, sobre a Reforma Agrária. Através deste diploma expropriam-se os detentores de prédios rústicos por cultivar ou cuja produção seja considerada insuficiente, e também os que detêm uma área superior a 700 hectares, podendo neste último caso, contudo, os proprietários reservar para si parte da terra na condição de a explorarem e de ela subsistirem. Além da área considerada excedentária, as máquinas, animais ou outros bens que aí se encontrem podem também ser requisitados. Finda a expropriação, a propriedade é imediatamente nacionalizada, prevendo-se mais tarde a atribuição de indemnizações aos afectados e a instalação de unidades de produção, as quais devem receber apoio monetário e técnico do Instituto de Reorganização Agrária. A lei em foco, que se apresenta como um elemento de «[...] um quadro geral de ataque à grande propriedade e à grande exploração capitalista da terra», justifica-se por encarar o regime de propriedade latifundiária e a respectiva forma de funcionamento, onde um número reduzido de grandes proprietários explora uma vasta mão-de-obra camponesa, como um dos pilares do fascismo a combater.

O livro de Antunes da Silva *Terras Velhas Semeadas de Novo* (1976) testemunha o impacto desta lei nos campos alentejanos, zona do país onde predominam os latifúndios, e reflecte o consenso entre a perspectiva do autor acerca das expropriações e do que se lhes segue e a

de alguns dos envolvidos. Incumbido pelo ministro da Comunicação Social, o comandante Correia Jesuíno, de redigir as reportagens que formam o livro, (como se lê na Nota Final) para dar conhecimento público do desenrolar da Reforma Agrária no Alentejo, Antunes da Silva procede à execução da tarefa estruturando os textos escritos com uma pequena entrevista central, cujas perguntas variam, e uma introdução e conclusão onde tece comentários pessoais. A subjectividade do trabalho jornalístico em análise desnuda a ideologia marxista partilhada pelo escritor e os entrevistados: dirigentes dos sindicatos agrícolas, responsáveis pelas unidades de produção e cooperativas, e outros participantes na exploração da terra. Já que não escuta os grandes agrários, nem sequer os rendeiros, a escolha dos entrevistados, a qual desconhecemos se é feita pelo autor, se estabelecida pelo ministro, apresenta-se, portanto, parcial. O subtítulo da obra em questão – *Uma Realidade Portuguesa: os Trabalhadores nas Cooperativas* – confirma o que acabamos de constatar.

As palavras do escritor e dos entrevistados informam acerca da situação da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, se bem que vagamente, e no momento mais turbulento da Reforma Agrária. As entrevistas são realizadas entre Agosto de 1975 e Março de 1976, altura em que ocorrem as expropriações previstas no decreto atrás descrito. Nos retratos dos antigos proprietários das terras transtaganas predominam homens com negócios na banca, em fábricas ou companhias, a viver na cidade, e que por isso estão desinteressados e ausentes dos agros agora expropriados. Neste grupo, caracterizado pelos ocupantes das terras, exceptuam-se um ou outro agrário pelo bom trato aos trabalhadores e alguns que estes dizem investir bastante nas herdades por quererem a modernização da agricultura. A indiferença no tratamento ou o autoritarismo, o pagamento de baixos salários, nem sempre efectuado a tempo, e a facilidade com que os despedem, contam-se entre os motivos dos proletários para não gostarem dos antigos patrões.

Na situação presente vêem os membros das unidades colectivas de produção (UCPs) e cooperativas vantagens animadoras: aumento considerável da produção, essencialmente de cereais, mas também de azeitona, de maquinaria agrícola, do número de cabeças de gado, e ainda a experimentação de novas culturas ou o aperfeiçoamento das praticadas. A nível pessoal, sentem uma melhoria no nível de vida, fruto do ordenado certo e maior e da segurança de mais postos de trabalho. No que respeita ao solo, observam um melhor aproveitamento deste, visto a extensão trabalhada ser agora muito superior, travar-se a erosão e receber-se orientação técnica no cultivo, a qual com a organizativa é facultada pelos Sindicatos e outras entidades agrícolas, também responsáveis pela ajuda monetária, a par das Câmaras Municipais. O sucesso obtido é de tal ordem que já se sonha com a exportação futura de produtos locais cuja qualidade é gabada. Um sentimento de contributo válido para a economia nacional empolga-os em simultâneo com o emergir de uma nova perspectiva de vida pessoal. Diga-se num aparte que para todo este ânimo contribuiu também certamente uma série de medidas legislativas na área laboral (novo salário mínimo; actualização das pensões por acidente; Previdência para os desempregados; melhoria da Previdência dos rurais e criação do subsídio de desemprego) tomadas em 1975 e reforçadas pela lei do Serviço Nacional de Saúde posterior, assinada pelo ministro soarista dos Assuntos Sociais, António Arnaut.

Não obstante todos estes benefícios decorrentes da Reforma Agrária e em particular da expropriação dos antigos agrários, vivem-se alguns problemas. A nível organizativo algumas cooperativas têm dificuldades, embora funcionem bem em geral, e em certos locais falta água para as culturas. A dependência climática ensombra com frequência os projectos rurais alentejanos. Afirma-se o incumprimento da lei, quer da parte dos ocupantes da terra, quer dos expropriados. Os primeiros admitem a instalação em propriedades com superfície inferior à decretada e acusam os antigos proprietários de terem retirado e destruído bens que deveriam deixar nas herdades. O problema mais grave parece ser a violência que passa por incêndios, intimidação aos trabalhadores pelas forças da ordem, ameaças e agressões pelos lesados.⁶⁶

Quanto às partes textuais da responsabilidade de Antunes da Silva, logo nas linhas introdutórias justifica o autor a expropriação dos latifundiários com o subaproveitamento das terras, assumindo assim uma posição defensora da decretada intervenção estatal na economia com o objectivo de reduzir a propriedade privada e socializar os meios de produção. O empenho na divulgação das benesses da Reforma Agrária, resultantes da nova organização da terra, a qual se concretiza nas colectividades agrícolas de que temos falado e onde a gestão cabe ao proletariado, significa a orientação pelo ideário marxista. De acordo com a teoria deste, o proletariado em larga maioria deve empreender, pela força, a luta de classes, para retirar o domínio dos meios produtivos à burguesia que o explora. Não espanta, por isso, que a extrema-esquerda, talvez saturada das permanentes tentativas de conciliação dos interesses das diferentes facções políticas existentes dentro das Forças Armadas, aja agressivamente sobretudo no «Verão quente de 75» e que a direita responda no mesmo tom. O conflito menciona-se aqui, mas denunciam-se sobretudo as reacções da direita, apontando grupos e acções.⁶⁷ A oposição ao Estado Novo e ao capitalismo em especial aponta a guerra colonial, causa do golpe do 25 de Abril juntamente com a crise económica, como motivo do esvaziamento dos cofres estatais. Salazar é ainda responsabilizado pela situação de miséria nos campos e até por não motivar os actuais expropriados para a produção, visto pagar-lhes preços inferiores ao devido. Incriminam-se os EUA e algumas potências da Europa social-democrata de boicotarem a economia nacional durante a governação provisória e de se terem aproveitado do regime anterior para fazerem negócios favoráveis em Portugal e nas províncias ultramarinas. O modelo socialista a alcançar pela democracia lusa que as forças políticas de esquerda defendem é o dos países da

⁶⁶ Em sintonia com estas queixas dos trabalhadores, o NS denuncia, a 15 de Setembro de 1977, no «Editorial» da p.1 ataques bombistas a instituições ligadas à Reforma Agrária, na capital e por todo o Alentejo, e o artigo ao lado «30 de Agosto uma Data que não Esqueçamos!» fala também de atitudes contra o proletariado rural, à semelhança do seguinte: «De como a GNR Está ao Serviço do Povo» (6 de Julho de 1978, p.6).

⁶⁷ Os ataques da direita:

Há uma autêntica *caça às bruxas* em Portugal. Cónegos e elpistas confraternizam nos lugares públicos ou casas de *gente bem* e não os incomodam... Aparece a droga nas escolas. Proliferam os jornais fascistas todos os dias. Inventam-se golpes, preparam-se intentonas, nascem calúnias, toma-se a defesa de miseráveis, ataca-se por tudo e por nada os homens progressistas e os fachos, arrogantes, andam por aí à vontade... Uma praga. [...] Três homens do VI Governo eram execrados por boa parte do povo trabalhador: Magalhães Mota, Tomás Rosa e Almeida Santos. Os incendiários, os oportunistas e os pulhas têm caminho aberto para a prática criminosa dos seus delitos. São processados jornais progressistas... (in Silva, Antunes da, *Terras Velhas Semeadas de Novo*, Amadora, Bertrand, 1976, p.12).

Europa socialista, baseado no marxismo-leninismo, enquanto os Governos Constitucionais soaristas e seguintes pugnam por uma aproximação ao capitalismo dos países europeus social-democratas e americano.

Antunes da Silva, não se limitando a registar com uma satisfação sem disfarces o lado proletário da Reforma Agrária, critica aberta e directamente os que reagem de modo negativo aos acontecimentos aqui elogiados e assume ter incentivado os entrevistados a prosseguirem na sua acção revolucionária. Pelo resumo do diploma da Reforma Agrária que antes fazemos e através da intersecção do programa do MDP/CDE com os artigos do NS referentes ao I e II Governos socialistas, facilmente se depreende a harmonia entre TVSN, a lei gonçalvista e as ideias do partido de Antunes da Silva, assim como se reconhece nos três a concepção marxista.

Ainda que o comunismo, parente próximo da filosofia do MDP/CDE, provenha do socialismo científico formulado por Marx e Engels, a filiação não evita no caso português o afastamento do partido socialista, sobretudo em assunto tão caro quanto o da Reforma Agrária. A apresentação que em seguida fazemos da «lei Barreto» e do livro *Memórias da Reforma Agrária*, orientado pelo ministro socialista António Barreto (o mesmo da lei), pretende fazer compreender melhor as críticas negativas do NS à governação de Mário Soares vistas atrás, completar a imagem do Alentejo agrícola que Antunes da Silva transmite em TVSN e captar a evolução da Reforma Agrária até à abertura da década de oitenta do século XX.

b) A Lei de António Barreto e *Memórias da Reforma Agrária*

No dia 29 de Setembro de 1977 sai no *Diário da República* uma nova legislação sobre a Reforma Agrária assinada pelo ministro socialista da Agricultura e Pescas António Barreto. Aprovada com o aplauso do PS, CDS e PPM e contra a vontade do PCP e da UDP, a Lei n.º 77/77 pretende – segundo a interpretação que fazemos das palavras do autor veiculadas numa entrevista ao *Diário de Notícias* de 5 de Agosto de 2007 – ordenar a distribuição de solo para fins agrícolas, conforme se idealiza e que a prática após Vasco Gonçalves desvirtuara. António Barreto mostra rejeitar então a passagem da posse dos latifúndios das mãos dos grandes senhores para as das UCPs e haver uma necessidade de legalizar o processo de redistribuição das terras. As reacções negativas que as suas medidas suscitam na época são por ele compreendidas no que respeita aos assalariados rurais, porque sabe que as suas alternativas de sobrevivência se limitavam à adesão às cooperativas e unidades de produção ou à emigração. Posição contrária toma perante o papel do PCP, dos sindicatos e dirigentes daquelas associações, o qual motiva a sua repreensão por explicar no passado o encaminhamento da Reforma Agrária por um rumo diferente do que entendeu correcto.

A leitura da lei aponta antes de mais para a consecução de reptos agrícolas que passam pela intensificação, diversificação e modernização culturais, processos que intentam por sua vez melhorar o abastecimento interno em termos de quantidade e qualidade e pensar no incremento das exportações. Com ligação a tudo isto, o respeito pelas características ecológicas de cada região, o qual se pede na protecção dos respectivos recursos naturais,

é digno de menção repetida em vários artigos. Do mesmo modo, o escalão social em que primeiramente se atenta é o mais desfavorecido da hierarquia rural (trabalhadores rurais, pequenos e médios agricultores), querendo-se não só garantir a «liberdade individual» dos mesmos, como elevar o seu nível de vida, ascensão que os deve colocar a par dos restantes trabalhadores e se pretende nas vertentes económica, social e cultural. O envolvimento que então se deseja dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores na Reforma Agrária implica que estes ajudem a defini-la e a executá-la, acções populares ambicionadas pela inexperiente democracia no poder que não serão possíveis pela discórdia provocada por algumas das medidas da lei.

No centro da insatisfação residem dois direitos concedidos aos grandes proprietários: o de reserva de uma parcela dentro da propriedade que se expropria e o de indemnização pela parte expropriada. Estabelecidos os limites máximos das reservas, os quais oscilam entre os 350 hectares e os 700 hectares, o excedente fica sujeito a nacionalização, mas para que isto suceda os donos têm de ter a terra ao abandono, isto é, não a cultivar há já algum tempo. Dá-se o direito de reservar uma parte do latifúndio no caso de se explorar uma área equivalente à reservada, dois anos antes da expropriação (ou ocupação), no ano em que isso acontece ou no presente. Abrem-se excepções a esta regra que contemplam os titulares das explorações cujo rendimento médio anual não atinja o salário mínimo nacional; os menores de dezoito anos e maiores de sessenta e cinco; viúvas e incapacitados. O ponto 5 a) do artigo 26 encerra certamente o motivo de indisposição maior com a lei da parte das cooperativas e unidades de produção, pois determina a entrega de terras aos proprietários que as trabalhavam directamente e foram obrigados à força a cedê-las às associações agrícolas ou ao IRA (Instituto de Reorganização Agrária). Contudo, a absorção pelo reservatório dos trabalhadores permanentes de uma empresa exploradora da área afectada pela reserva por um lado e o direito a uma indemnização por esta, constituem apenas duas das normas que procuram equilibrar os interesses dos diferentes envolvidos. A limitação das grandes propriedades que também se impõe aqui, com a invalidação dos contratos celebrados depois da revolução com o fim de reduzir a área expropriável, constitui uma estratégia socialista para controlo dos latifundiários. Em sentido contrário, motivam-se os pequenos proprietários à expansão dos minifúndios e ao associativismo para um maior aproveitamento do solo. A protecção de todos os que se dedicam e subsistem da agricultura ensaia-se desta forma e ainda com uma série de medidas que promovem o fomento agrícola. Aos incentivos (crédito; subsídios não reembolsáveis; garantia de escoamento de produtos; benefícios fiscais; etc.) só acede, porém, quem proceda à exploração da terra cumprindo o regime do seu uso e de forma legal. Os prédios expropriados destinam-se a pequenos agricultores, às cooperativas e às unidades de produção, as quais assinam um contrato (por exemplo: arrendamento rural; exploração de campanha) sujeito a regras detalhadas. O Estado pode também beneficiar deles, pondo-os ao serviço da investigação científica e da formação profissional, actividades que constam da lista de «medidas e iniciativas integradoras» para o ambicionado fomento agrícola português.

As entrevistas que compõem MRA efectuem-se entre 1979-1980 e fornecem informações que abrangem um período que se inicia com as expropriações ocorridas ainda antes da publicação do decreto de Vasco Gonçalves e se prolonga até ao presente do livro, contendo

as reacções à lei de António Barreto, o entrevistador. O livro sobre a temática da Reforma Agrária é o 1.º volume de uma série dirigida por este antigo ministro socialista do I Governo Constitucional e documenta as posições de três grupos sociais afectados: os assalariados das UCPs e cooperativas; os pequenos e médios agricultores e os proprietários. Nos relatos encontram-se pontos de concordância no interior de cada um dos grupos e entre os três, os quais constituem maioritariamente os apontamentos que extraímos das entrevistas e agora aqui deixamos.

A maior parte dos pequenos e médios agricultores é aqui composta por rendeiros que consideram ser preciso uma reforma agrária, mas discordam da realizada. Trabalham arduamente a terra, falam dela com emotividade e prontificam-se a deixar aí a vida quando ameaçam tirar-lha. Há nas suas palavras indignação e revolta, mas também determinação. Contam situações vividas de grande tensão por causa das ocupações. Parece mínima, e como tal desprezível, a possibilidade de se adulterar o que se diz. Dão-se pormenores, tudo faz sentido. Vê-se que falam com um conhecimento profundo da realidade agrícola no Alentejo. Calejados, sabem do assunto por experiência e possuem um nível de informação espantoso para a escolaridade que têm. Numa perspectiva firme sobre a Reforma Agrária, queixam-se das UCPs e dos comunistas. Reconhecendo haver terras ao abandono ou cujos proprietários lhes retiram apenas a cortiça ou a caça, dizem que as UCPs ocupam as terras que lhes agradam e relegam algumas das abandonadas. Instalam-se nas fazendas de dimensão inferior à legislada ou nas que estão trabalhadas, apoderando-se de todo o recheio em víveres, alfaias e outras benfeitorias, sem se importarem com a expulsão dos rendeiros que delas vivem.

Falam da enorme área que as UCPs ocupam e da formação de latifúndios ainda maiores do que os expropriados, os quais dizem não serem rentáveis pela dimensão. Reconhecem que a agricultura dá lucro, mas reclama a entrega a tempo inteiro. Não têm horários, nem folgas ou férias. Acusam os membros das UCPs de má gestão e de só procurarem ou um posto mais leve, ou um ordenado fixo, e de não lutarem pelo rendimento máximo da terra, como eles fazem com os familiares e os poucos empregados que os ajudam. Nomeiam as dívidas ao Estado que ninguém obriga os ocupantes a saldar, os estragos nas herdades ocupadas e, por oposição a eles rendeiros, todas as facilidades de que usufruem (crédito, não pagamento de impostos, nem de Previdência). Dizem serem aqueles movidos não pela falta de terra, porque esta existe, mas pelo desejo de gestão, que exercem com pouca eficiência. Sabem que as cooperativas e as UCPs se escudam nos sindicatos, no PCP e no exército. As situações que descrevem para não serem expulsos da terra onde há anos labutam são tão assustadoras que estremecem o leitor. Só uns nervos de aço aguentam o achincalhar de centenas de pessoas acompanhadas das forças militares. Nos nomes das Forças Armadas que indicam repete-se o de Pezarat Correia, o comandante da região sul. A caçadeira, os seus empregados e a GNR protegem-nos e, mesmo só com a instrução primária, aventuram-se nos desgastantes caminhos da burocracia para se defenderem. No Ministério da Agricultura, nos Centros da Reforma Agrária, nos Grémios e até na Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, cujos membros do MDP/CDE a torna, no início, um apoio às ocupações, ocultam-se inimigos. Como consequência da lei de António Barreto, a qual tem dado azo a inúmeras deturpações por a publicação de diplomas previstos ter sido até ao momento

escassa, devolvem-lhes, durante o I Governo Constitucional, as terras ocupadas sem muitos dos bens que lá deixam antes.

Embora todos tenham evoluído financeira e materialmente, desaprovam a Reforma Agrária em curso porque, para além das ocupações de que são vítimas, as UCPs também lhes fazem concorrência. No presente da entrevista sentem dificuldade em equilibrar os custos de produção com os lucros e confessam que os intermediários lhes pagam um pouco melhor do que a EPAC, num exemplo da falta de incentivo governamental. A propósito da relação com os outros que em torno de si agem, nota-se que possuem de muitos assalariados boa opinião, ainda que alguns tenham participado de forma manipulada, segundo crêem, nas acções que tanto criticam. Visto trabalharem para si próprios e isso lhes exigir grandes sacrifícios, não encaram com bons olhos os que não se esforçam, mas compensam os merecedores dentro das suas posses. Aos proprietários de que dependem manifestam gratidão por não lhes aumentarem muito as rendas, apesar de acharem que também estes têm mais proveito do que se passa do que eles e, como reiteram, a terra ter uma função: o cultivo.

A maioria dos depoimentos dos assalariados de MRA coincide com os de TVSN. Dizem que a existência dos camponeses a laborar por conta de outrem melhora com a Reforma Agrária, não obstante as dificuldades de direcção e de dinheiro por que passam as UCPs e as cooperativas. Estas associações agrícolas pagam o salário conforme a lei e regularmente, quase extinguem o desemprego, recebem auxílios inerentes à actividade e asseguram outros de cariz social (creches; centros recreativos). Repetem-se as histórias em que os grandes proprietários retiram pertences das propriedades ou os estragam de propósito aquando das expropriações. A sabotagem à Reforma em curso leva os donos a vender ao desbarato as cabeças de gado aos intermediários, a queimar searas já adultas ou até a não retirar a cortiça, atitudes que têm como objectivo a formação de uma opinião pública negativa acerca do 25 de Abril de 1974. Contudo, alguns dos entrevistados falam de bons patrões. Os exemplos desenham grandes ou médios proprietários que desde sempre trabalham a terra e a fazem produzir com sabedoria, ou então, que chegam a propor aos próprios empregados a ocupação para que a mesma não aconteça por desconhecidos. Embora na profissão e no local de residência se insira perfeitamente no grupo dos agrários, talvez um construtor civil residente em Lisboa seja um caso excepcional por nada entender de agricultura, mas estar determinado a rentabilizar a herdade adquirida. Confiando nas decisões e conselhos dos empregados, recompensa-os depois com a cedência de pequenas fracções do seu terreno para horta deles, a qual constitui mais um amparo ao ordenado superior à média que lhes paga. Importante é o conhecimento de que há ocupações por assalariados que se processam de forma espontânea, ou seja, sem qualquer interferência das Câmaras Municipais ou acção de planeamento realizada pelos sindicatos ou partidos políticos. Quanto ao envolvimento militar, não aparece negado, mas nalgumas situações regista-se espanto nos trabalhadores pelo aparecimento de dezenas de tropas e pelas respectivas buscas. Um dirigente de cooperativa confessa que a esquerda (PCP, UDP e PS) domina as preferências partidárias do grupo em foco, ainda que o funcionamento da associação ocorra autonomamente face à política. As decisões tomadas pelos cooperantes defendem os seus interesses, não são ditadas por nenhum partido. Ao sindicato cabe orientá-los na contabilidade, na

componente técnica e na legalização. A urgência de uma modificação técnica na agricultura é reconhecida a par do empenho de muitos camponeses, se bem que se saiba da incapacidade para se organizarem entre si em colectividade, num esclarecimento para certo desânimo que em 1979 abate alguns dos membros e os faz sair da cooperativa. Assume-se a injustiça inerente a algumas expropriações por afectarem os seareiros e diz-se ter havido desocupações ou acordos quer com estes, quer com os antigos donos no momento de entrega das reservas, o que significa uma restrição óbvia da área possuída pelas associações e sobretudo das terras de qualidade superior. Apesar desta restrição, as tarefas a concretizar permanecem bastantes e o pessoal disponível sem ser em demasia, implicando isso uma diminuição do lucro, factor a que as intempéries se aliam na construção do seu insucesso.

Dos proprietários contactados nenhum se caracteriza pelo tão criticado absentismo, faltando-nos assim o testemunho desse subgrupo dentro do que agora escutamos. Em MRA todos administram e laboram as terras que possuem, e que nem sempre são latifúndios. Sofrem a expropriação com um mal-estar idêntico ao dos seareiros mas, ao contrário destes, não oferecem resistência física, pois temem os militares e percebem que as entidades oficiais defendem sempre os assalariados. Afirmam uma produtividade agrícola superior nos privados, donos ou arrendatários, à alcançada pelas UCPs e a atribuição aqui de um ordenado menor. Não desmentem o desperdício da terra antes do golpe de Abril, mas acham que no presente a situação está pior e culpam por isso as associações populares. A pressão e o medo a que alguns elementos das UCPs e cooperativas estão sujeitos por quererem sair destas associações não lhes escapa. Face às ocupações das propriedades, as quais incluem por vezes as próprias casas e as dos empregados, o pouco consolo que sentem chega-lhes da atitude dos antigos assalariados que, apanhados também de surpresa, tomam o seu partido, ora fazendo desmentidos nos jornais de calúnias, ora desprezando a inserção na colectividade que expropria por acharem injusto o acto, ou ainda regressando mais tarde ao serviço na reserva. Descrevem alguns dos fazendeiros as boas condições das propriedades possuídas onde se encontram casas para os empregados permanentes, com água canalizada e casa de banho, e referem-se à amizade e respeito cimentados ao longo de gerações entre as diferentes famílias que nas propriedades vivem.

Durante as desocupações mencionam os já tão repetidos insultos e emboscadas de centenas de pessoas, a presença assídua da GNR que, para os defender, chega a fazer fogo sobre os cooperantes, um rol de estragos e roubos. Queixam-se de inúmeras exposições escritas sem resposta e da parcialidade militar testemunhada nos quartéis (o de Elvas é o exemplo) onde Pezarat Correia ou o tenente Andrade e Silva, de Vendas Novas, incentivam a Reforma Agrária de Vasco Gonçalves. Culpam o PCP mas apercebem-se do envolvimento também do PS nas ocupações e nas comissões de moradores. Se bem que responsabilizem os empresários da década de 50-60 pela despreocupação em criar trabalho agrícola permanente e pela facilidade com que despedem os proletários, dizem que nas vésperas da revolução de 1974 não existe desemprego nos campos da planície. Os sindicatos começam, porém, nessa altura a enviar desempregados da cidade e das fábricas para as herdades, iniciando deste modo as ocupações e antecipando-se a qualquer resultado das medidas governamentais que em Novembro-Dezembro de 1974 se tentam, para intensificar as culturas nas terras estatais a sul do Tejo. Queixam-se de ter de ocupar esta mão-de-obra, sempre excessiva

e que por vezes lhes cria problemas, com tarefas que as máquinas devem realizar. Há um engenheiro que diz ter alterado o programa de cultivo para empregar os recém-chegados mesmo sabendo que as culturas não seriam rentáveis.

Opinam ser organizada a execução de inventários agrícolas, expropriações e liquidação de indemnizações, ainda que discordem da reestruturação fundiária da região alentejana. Em vez desta, defendem o estabelecimento de índices de produção a atingir para que o aproveitamento máximo das terras seja alcançado. Em caso de se falhar o índice estabelecido, pensam dever-se entregar ao Estado a propriedade para uma correcta utilização. No presente das entrevistas (1979-80) conclui-se a existência de uma maior coesão social entre os grupos afectados pela Reforma Agrária, notando-se uma divisão destes em dois grandes blocos de peso proporcional: o das UCPs e cooperativas e, no lado oposto, os que discordam das directrizes comunistas.

Em suma, um enorme *puzzle* de situações, onde numa base de coincidências se ergue uma quantidade considerável de particularidades, define a Reforma Agrária do Alentejo democrático. O grito proletário «a terra a quem a trabalha» não parece agora exprimir uma verdade, a menos que se interprete tão-só como um pedido de emprego. Porque entre os que trabalham a terra e arrancam dela o sustento, encontramos alguns proprietários, bastantes rendeiros e um número superior de assalariados, os *loganes* querdistas, direccionado apenas para os últimos, exclui injustamente importantes fracções da componente laboral agrícola alentejana. Além deste motivo, é ponto firme que o proletariado agradece uma horta, mas não ambiciona a posse de grandes áreas, nem o mando. No grito alguém lhe usa a voz, sem que exprima, por palavras, o desejo do próprio. Já a fúria libertada naquele grito parece genuína e com um significado merecedor de atenção.

Cultivar mais e melhor é a ideia que acalenta os espíritos em 1974, desde o do pobre camponês ao do Secretário de Estado da Agricultura, com as Comissões de Intensificação Cultural. Analfabetos, engenheiros agrónomos ou políticos projectam contribuir de forma positiva com a agricultura para a riqueza nacional, mas não sabem que modelo agrícola seguir. A partidarização da Reforma Agrária apresenta-se no contexto governamental imediato à revolução quase inevitável, porque o PCP, fundado em 1921 e sedimentado na clandestinidade a que o Estado Novo obriga, prima pela organização, qualidade que só não lhe permitiria ultrapassar a acção estatal no sector primário, caso esta tivesse sido prévia e devidamente programada. O modelo marxista experimentado nos campos do Sul pelo partido cujo Secretário-Geral é Álvaro Cunhal, com o apoio de certas alas das Forças Armadas, não corre bem. Talvez nem tanto pelo rumo político da nação após o 25 de Novembro de 1975 ou pela correcção da lei de António Barreto à congénere gonçalvista, mas pela incapacidade das associações populares se autogerirem com eficácia, a qual implicaria uma aprendizagem técnica que não dispõe de tempo suficiente para ocorrer.

Finalmente duas ou três notas sobre o panorama emotivo que envolve a questão. No meio do sentimento de afecto para com a terra descortinado nos diferentes colaboradores dos dois trabalhos jornalísticos, capta-se uma convivência tolerante e até certo ponto harmoniosa entre as classes sociais da ruralidade transtagana, não obstante uma fricção

de interesses já secular e portadora de mágoas e dramas, onde as quatro décadas de autoritarismo salazarista saem com certeza responsabilizadas. Todos os entrevistados têm razões válidas e no fim todos partilham uma certa perda com a Reforma Agrária vivida. Os rendeiros são provavelmente os mais lesados e os assalariados os que obtêm um benefício que não entusiasma nem surpreende ninguém, porque se à partida nada possuem, logo, nada podem perder. Outro reflexo da organização colectiva deste Sul português com reminiscências árabes é a ausência de testemunhos femininos. Às mulheres continua-se a tapar a voz mesmo sabendo que estão sempre lá, na história agrária da planície, e contribuem activamente para o seu desenrolar. Sejam ceifeiras a braços com a seara ou donas a ordená-la, a democracia plena para elas ainda tarda.

Depois da rápida incursão de Maria de Lurdes Pintassilgo pelo Governo, a única Primeira-Ministra que os portugueses conhecem, e já passaram mais de três décadas de vivência democrática, nos meses finais de 1979 começam a sair no NS entrevistas a militantes do MDP/CDE devido à aproximação das eleições onde vencerá a coligação AD.⁶⁸ No meio das avaliações feitas pelo jornal à primeira actuação desta Aliança, contam-se as de alguns membros daquele partido. Na reportagem «Encontro Nacional dos Activistas do MDP/CDE...» (15 de Maio de 1980, pp.1 e 2), o Secretário-Geral José Manuel Tengarrinha salienta o ataque dos políticos no poder à Reforma Agrária e às empresas estatais e o servilismo à política externa dos EUA. Na página inicial daquele mesmo número, o texto «No Ano das Vacas Gordas» informa sobre os bons resultados agrícolas para repetir a ofensiva da AD à Reforma Agrária, a qual consiste na oferta da terra aos privados, assim como dos lucros da produção. Ainda na página de abertura, o jornalista Pedro Martins em «Alentejo em Leilão» acusa Francisco Sá Carneiro de «vender o país às postas», queixando-se deste motivar a compra por estrangeiros de terrenos no Alentejo e de devolver as propriedades aos antigos donos absentistas. Todavia, ficamos a saber por V. Cavaco (3 de Julho, de 1980, pp.1 e 2) em «A política AD e a sua *Reforma Agrária*» que o Estado faz a concessão de «[...] pequenas parcelas de terras a trabalhadores [...]». Atitude classificada de negativa, porque «ficarão ainda mais escravizados», segundo a perspectiva do autor, que defende a posse colectiva da terra sob o modelo de unidades de produção, que considera fundamental na organização laboral.

Se anos antes Portugal escuta «a terra a quem a trabalha», os anos 80 abrem na Zona de Intervenção da Reforma Agrária com «as terras roubadas serão recuperadas». Ouvem-se os operários rurais mais uma vez na planície e no Ribatejo a 26 e 27 de Março, momento de paralisação geral das UCPs e das cooperativas, partilhado por uma centena de empresas do distrito de Lisboa. Em concentrações, comícios e manifestações, onde os deputados

⁶⁸ Veja-se o destaque dado ao partido em «Eleições à vista», entrevista a Celestino Garcia, dono do monte do Sobral onde se reuniram os capitães de Abril para preparar a revolução do dia 25 (15 de Novembro de 1979, p.1); «Eleições à vista», entrevista a Albino Braguês (22 de Novembro de 1979, p.1); «Eleições à vista», entrevista a Acácio Alferes, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE (29 de Novembro de 1979, pp.1 e 2); «Foi o Povo Português...», entrevista a José Madeira e «Tenho a Noção...» entrevista a Catarina Ferreira (ambos de 6 de Dezembro de 1979, pp.1, 2 e 6). Outras notícias sobre o partido são «Postal Viva o MDP/CDE», de Antunes da Silva e «Comissão Nacional do MDP/CDE», texto não assinado (ambos de 6 de Julho de 1978, pp.1 e 6); «Os Vencidos de Março...», entrevista de Pedro Martins ao coronel Varela Gomes, militante; (3 de Abril de 1980, pp.1 e 3); «MDP/CDE os Autarcas do Distrito...», n/a (17 de Abril de 1980, p.4).

comunistas Carlos Brito, Zita Seabra e Jerónimo de Sousa tomam a palavra, exige-se a queda do Governo («O Alentejo é a Primeira Trincheira de Luta...», de 3 de Abril 1980, pp.1 e 3).

O economista Eugénio Rosa na obra *O Fracasso dos Governos de Direita em Portugal* ajuda a esclarecer algumas das críticas do NS à política agrária da AD, através da indicação de determinados dados sobre a economia em geral. A retirada de 324 000 hectares de terra às UCPs em 1980, quando comparada com os 245 000 hectares ao longo dos quatro anos anteriores, enegrece o cenário já negativo pela destruição de sessenta daquelas associações agrícolas acompanhada de um prejuízo calculado em oito milhões de contos em gado e máquinas. Ponto em consonância com um comentário de Lino de Carvalho naqueles dias de luta (último artigo do NS consultado), é o de que apenas 6,3% das terras retiradas se destinam aos pequenos e médios agricultores, para os quais a acção governativa da AD se apresenta prejudicial, porque favorece a importação de alguns produtos agrícolas (cereais, carne de porco), quando os mesmos existem em quantidade suficiente no país. A falta de planeamento para se escoarem certos víveres (batata), o entrave às exportações de outros (vinho) e os baixos preços que se oferecem por todos, contribuem para a ruína dos produtores juntamente com o aumento do preço do gasóleo necessário às alfaías. Em oposição, lucram os intermediários e até os falsificadores de alimentos habituais (vinho, azeite) que escapam sucessivamente à Justiça. O texto «O Azeite, Artigo de Luxo?!», assinado por Justo Lopes (31 de Janeiro de 1980, pp.1 e 2), corrobora claramente boa parte dos dados indicados por Eugénio Rosa, mas ao elogiar os produtos agrícolas do Alentejo, harmoniza-se com «A Vinha no Alentejo», de António Silva (7 de Fevereiro de 1980, p. 6).⁶⁹

1.3.2.2. A CRÍTICA ÀS ACTUAÇÕES GOVERNATIVAS NO SECTOR SECUNDÁRIO

a) A Eucaliptização

Assunto relacionado com o tecido fabril e também com a preservação do meio ambiente, a eucaliptização causa sistemáticos protestos nos livros rubricados por Antunes da Silva⁷⁰. Nos anos noventa, o limite temporal nos diários antuninos e por isso também o nosso neste estudo, já passaram mais de cinco décadas desde a publicação da primeira lei (Lei n.º 1951, de 9 de Março de 1937) que proíbe a plantação de acácias e eucaliptos, mas cerca de 250 000 hectares da floresta portuguesa pertencem, por compra ou aluguer, às empresas de celulose a operarem no país (Portucel, Caima, Ceibi e Soporcel), contra os 48 000 hectares de matas nacionais do Estado. O apontamento destes números faz-nos entender que a árvore fina e longa oriunda da Austrália se impõe na paisagem lusitana, da qual uma parcela considerável já não é nossa, visto ser enorme a soma de capital estrangeiro investido naquelas empresas.

⁶⁹ A assinatura do artigo com o nome António Silva é certamente uma gralha tipográfica. O texto em questão associa-se a um conjunto da autoria de Antunes da Silva publicado nos jornais *Notícias d'Évora* e *Diário de Lisboa*, sobre a qualidade do vinho, entre outros assuntos, e que lhe vale em Maio de 1987 o «Prémio Alentejo de Jornalismo». O título «Reconversão da Vinha» faz parte da *Revista Alentejana* (Agosto-Outubro 1980, p.4) e comprova no ano que observamos o interesse do nosso autor pela temática.

⁷⁰ Menções à eucaliptização desregrada são visíveis em *Alqueva a Grande Barragem* (1982), *Gaimirra* (1983), *Suão* (1985), *Jornal I e II* (1987-90).

Entre as cerca de seiscentas espécies de eucalipto, elege-se o *Eucalyptus Globulus* para se estender pelo território nacional, localizando-se fortemente em todo o litoral, no Ribatejo e Alentejo. Se bem que haja estudos que demonstram que outras espécies de eucaliptos, produtoras de madeira de qualidade e de óleos essenciais, seriam bem-sucedidas no seu plantio em Portugal, não se investe nelas, provavelmente porque o corte da madeira só deve ocorrer aos 25-30 anos, enquanto o lenho, a matéria-prima para o fabrico da pasta de papel, apenas necessita de um terço deste tempo. O rápido crescimento da árvore, a precisão que os países membros da CEE têm de pasta de papel e a produção a baixo preço, derivada ao custo dos terrenos e à pouca mão-de-obra que exigem, justificam o investimento desmesurado no eucaliptal. O cultivo da árvore australiana não se tem processado, porém, de forma a assegurar a preservação do equilíbrio ambiental.

A riqueza arqueológica e megalítica e a variedade arbórea da paisagem tradicional portuguesa têm sido subtraídas por vastas e uniformes manchas de eucaliptos. A par do desinteresse pelas árvores endógenas (carvalho, sobreiro, azinheira), as quais chegam a ter de se proteger por decreto, a grande capacidade de absorção dos recursos hídricos do solo pelo eucalipto e o impedimento da chegada da luz ao chão pela respectiva copa levam ao desaparecimento do bosque rasteiro, juntamente com outros elementos maiores e típicos da flora mediterrânica (zambujeiro e medronheiro). Numa triste sucessão em cadeia, a fauna é afectada pela ausência de alimento já que o eucalipto também não lho proporciona. Certas espécies em perigo como a cegonha-negra, a abetarda ou o gato-bravo podem mesmo sucumbir definitivamente. As operações inerentes ao cultivo de eucaliptos com fins industriais (ripagem, gradagem, corte raso) contribuem para a erosão dos solos e a movimentação de máquinas pesadas, para se proceder à extracção e transporte da madeira, compacta-o, dificultando mais tarde o labor agrícola. Apesar da rapidez do crescimento, ao fim de três ou quatro cortes a produção de lenho esgota-se. Díficeis e caros na remoção, os cepos e raízes ficam por vezes nos terrenos a inviabilizá-los para qualquer outro uso e os detritos lenhosos facilitam os incêndios e as pragas. Nas fábricas, o branqueamento das pastas expõe para a atmosfera poluentes cancerígenos.

O investimento desmesurado e pouco correcto na eucaliptização interfere ainda na economia local e nacional. Aliciados pelo dinheiro, aos proprietários absentistas nada custa vender ou alugar as terras. No caso do Alentejo, onde predomina o latifúndio, a situação é mais gravosa para os operários rurais, porque a terra, antes de esgotada, fica ocupada por uma actividade que pouco trabalho lhes dá, visto as plantações de eucaliptos se socorrerem de equipas especializadas que vêm de outros lugares. Quanto ao processo de transformação, ocorre em fábricas que, por se situarem sobretudo na costa, não atenuam o desemprego nas regiões do interior, embora a façam noutros sítios e contribuam para equilibrar as contas com o exterior. Contudo, os lucros e mesmo o produto final (a pasta de papel) encaminham-se para o estrangeiro, sem que este pague os custos ambientais da exploração aqui empreendida, e geram aí o grosso da riqueza proporcionada por esta indústria. A usurpação do nosso território pela eucaliptização implica o enfraquecimento das actividades cuja base são os recursos endógenos. A redução da caça, das possibilidades de pastoreio ou da produção de cortiça constituem apenas exemplos. Para além de se roubar a muitos habitantes a imagem que reconhecem como a do seu espaço e o conforto

psicológico inerente à mesma, retira-se-lhes a oportunidade de uma vida com mais qualidade. Conquanto se legisle continuamente sobre o assunto, na abertura da década de 90, Portugal ainda não se impôs ao exterior e, em particular, aos parceiros da CEE a quem vende a pasta de papel, travando-lhes as produções industriais que destruam os recursos naturais da nação. Em relação à indústria no programa partidário do MDP/CDE consta: «Estabelecimento de medidas de defesa do meio ambiente face às actividades industriais, fazendo-as suportar os custos sociais inerentes, designadamente no que se refere à acção antipoluição» (p.47).

Recuemos até 4 de Maio de 1978 para comentarmos a rubrica «O que nos Espanta» (p.8), uma lista frequente de pequenas notas. Antunes da Silva lamenta aqui a contaminação do pesqueiro de Sines com a resultante morte dos peixes que aí se abrigam e responsabiliza os «[...] tecnocratas, os agentes do dinheiro e os inimigos do ambiente [...]» pelo desastre ecológico, rematando o lamento com o comentário: «Julgamos que esta gente que nos governa despreza o peixe, o trigo e a lã». Atente-se na preocupação ambiental e na valorização do que no país se produz, porque ambos são motivos recorrentes na escrita jornalística e literária do autor.⁷¹

b) A Fábrica

Iniciado também em Maio de 1978 e concluído em Julho de 1979, o romance *A Fábrica*, de Antunes da Silva, soma mais algumas ideias do autor acerca da indústria nacional. A acção narrativa, baseada na experiência laboral antunina na empresa de condutores eléctricos CEL-CAT, decorre em Lisboa, numa multinacional inglesa que se apresenta como emblemática do sector industrial português, e é protagonizada por um número considerável de empregados desta unidade fabril, o qual se subdivide de acordo com a hierarquia estabelecida. A permanente fricção originada neste espaço entre as chefias e entre estas e parte dos subordinados assenta na discórdia política e conduz o autor a uma redacção azeda, marcada pela revolta e, por vezes, pouco clara. Característica esta última resultante da fuga a uma orientação narrativa cronológica e sobretudo do recurso a subentendidos que parecem destinados apenas à compreensão de um hipotético público que tenha vivido de perto semelhante enredo. O envolvimento pessoal de Antunes da Silva em situações que inspiram a acção e a inevitável proximidade com o seque (des)agrado pelos colegas de

⁷¹ Data de 23 de Junho de 1971 uma carta enviada pela Câmara Municipal de Sines ao nosso escritor a agradecer-lhe as intervenções públicas a favor da construção do porto de Sines. Mesmo com este sentido voto, Antunes da Silva redige novos textos onde denuncia a injustiça das expropriações de terrenos perpetradas pelo Gabinete da Área de Sines; a apreensão dos pescadores pela provável contaminação das águas onde pescam e ainda pela mudança errada da paisagem. Veja-se esta passagem retirada de «Sines, em Setembro», do *Diário Popular* de 1 de Outubro de 1973:

Sines está a transformar-se de vila pacata que foi num bruaá de barulho e estrondos de tiros de dinamite, mais suja e menos saudável, com pequenas estradas a romper a sua configuração física e a dar-nos o modelar exemplo de que o progresso tecnológico não se compadece com poesias e logo começa quando os esgotos mais longos e mais largos são postos à beira dos rios e do mar, a anteceder futuros e poluentes empreendimentos industriais (p.7).

Os artigos da imprensa a que nos referimos são anteriores a «O que nos Espanta», servindo este para provar que o interesse pelo evoluir do meio económico e ecológico de Sines se mantém, fazendo o escritor apelar com insistência às empresas para que invistam em mecanismos antipoluentes, entre outras iniciativas.

trabalho, aqui obviamente presentes sob a forma de personagens, ajudam a explicar o tom desagradável com que se escreve *F* do princípio ao fim. A divisão que mais pesa no seio da fábrica em questão é a que coloca de um lado os operários ditos «progressistas», ou seja, de esquerda, e do oposto os chamados «fascistas». A segunda ala encontra representação nos detentores do poder (Lino Lopes, Barros Baptista, Farinha Tadeu...), aos quais se aliam por diversas razões outros funcionários em posições menos cómodas, enquanto o primeiro grupo é encabeçado pelo comunista Abel Lemos e pelo apoiante do MDP/CDE Carlos Lança, personagem que se compõe de aspectos biográficos do seu criador. A partir desta oposição política gera-se uma história cujo objectivo não se esgota na constante denúncia de comportamentos que se classificam de lesivos para a economia nacional ou no alívio sentido por se darem a conhecer publicamente. A denúncia dos erros da gestão fabril de direita aproveita-se para se indicar formas alternativas de a chefiar, depois de se prestarem esclarecimentos de carácter partidário que desejam influenciar o público com as ideias dos representantes narrativos da esquerda. A leitura de *F* coincide pois com a recepção de ensinamentos políticos, onde não só é possível distinguir com clareza as apostas económicas da direita e da esquerda, como também apreender a ténue linha separadora entre o PCP e o MDP/CDE. Aos directores da fábrica apontam-se, para além do favorecimento dos interesses comerciais ingleses, a má administração dos lucros e a absorção em benefício próprio e indevido de parcela considerável dos mesmos, dinheiro que se não escondem em bancos estrangeiros, empregam em bens ostensivos que reflectem os roubos na empresa.⁷² Em contrapartida, violam o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), subtraindo direitos aos funcionários pouco apreciados ou até perseguidos por questões ideológicas. Ao retrato dos dirigentes feito com estas observações, reúnem-se outras que os atacam ainda mais. A atribuição de hábitos pouco recomendáveis como beber em excesso, a descrição de passados profissionais manchados em postos importantes, ou a ridicularização das figuras com tiques e complexos, sublinham o antagonismo face àqueles. Todavia, o comentário negativo não se contenta com a existência no plano da ficção e por isso salta para a realidade, mencionando os nomes dos Primeiros-Ministros Nobre da Costa e Mota Pinto, de momento na governação, e de outros políticos (Proença de Carvalho, Galvão de Melo, Helena Roseta). Acerca do período anterior refere ainda o efeito nefasto do seguimento pelo PS de uma orientação monopolista e das coordenadas do FMI em Portugal.⁷³

Os ideais sociais defendidos pelo autor esclarecem-se no livro através do entusiasmo com a revolução do 25 de Abril de 1974, com Vasco Gonçalves e com os princípios orientadores

⁷² Em *A Fábrica* conta-se: «Na mesma altura, os proprietários entregavam a contabilidade a homens da sua inteira confiança, apresentando saldos inferiores aos que na realidade obtinham, com relevo para as despesas de representação e compras sumptuárias ou equipamento supérfluo» (p.205).
Conforme a estas declarações encontramos no NS «A Evasão Fiscal e os Apátridas da Finança», de Flório J. Oliveira (15 de Maio de 1980, pp.1 e 2).

⁷³ Citamos em seguida um excerto da crítica ao livro *F* de Antunes da Silva, feita por Pires Campaniço em «A Fábrica dos Cravos Murchos» (NS, 10 de Janeiro de 1980, pp.2 e 5) para que se atente na decepção, partilhada por ambos os autores, com o evoluir da democracia em Portugal e com os que responsabilizam por isso. Assim encontramos: «Ao atribuir ao pessoal dos escritórios (serviços não – produtivos e secundários) o estrangulamento da fábrica (versus revolução messiânica), é bem possível que, para além de incriminar a pequena burguesia e os quadros retrógrados, o autor pretenda também culpabilizar os dirigentes revolucionários militares e civis por terem (de facto) manietado a revolução nos seus gabinetes e, contrariando a doutrina marxista-leninista, impediram (*sic*) sempre o povo de lhe jogar os ganhos».

do partido a que pertence. Os comentários contra a guerra de Ultramar, a exploração que alguns compatriotas fizeram dos indígenas das riquezas das antigas colónias e o apontamento das discriminações que continuam a vitimar estes negros agora em Portugal com o estatuto de imigrantes, sintonizam-se com desejos que levam à revolta de 1974, perpetrada pelo Movimento das Forças Armadas. As referências a estes militares em particular são sempre positivas e, na mesma linha sequencial, a defesa de Vasco Gonçalves sistemática, porque apesar dos entraves à sua governação provisória pelas forças adversárias, a vida dos trabalhadores melhora na altura.⁷⁴ A memória no diário de Carlos Lança da sua detenção pela polícia por pertencer ao MUD (Movimento de Unidade Democrática), episódio efectivamente vivido em Évora por Antunes da Silva pouco antes de ser obrigado a ir morar para Lisboa e de novo contado sem os subterfúgios literários no NS (15 de Setembro de 1977, pp.1 e 2), comprova o condicionamento autoritário da liberdade individual durante o Estado Novo, o valor atribuído a esta e serve para afirmar, no período após o 25 de Abril, a subsistência de resquícios deste tormento nalguns espíritos. A reflexão acerca da liberdade que Abel Lemos faz com Sofia nas páginas iniciais do romance é pretexto para defender a ordem e o tipo de liberdade dos países socialistas e enumerar uma série de males sociais típicos dos EUA e da Europa social-democrata. Quanto ao nosso país, uma pergunta afirma outros problemas originados pelo mau uso da conquista de Abril: «– Pode haver liberdade para um jornalista que difama, para um espião que trai a sua terra, para um bombista que destrói fazendas, ou incendiário que inutiliza fábricas e casas alheias e desafia as leis do Estado?» (F, p.33). Como neste excerto se lê, a questão da violência ligada às ocupações, seja dos meios de produção, seja de casas particulares, já antes abordada no trabalho em curso, volta a ser mencionada à semelhança da falta de ética informativa nos meios de comunicação social. Apesar de se advogar a exploração da terra pelos assalariados rurais, condena-se a invasão de casas, acção que se atribui à extrema-esquerda.

Outros pontos igualmente comuns aos textos de NS e confirmados pelo programa do MDP/CDE surgem aqui, facto que não invalida observarmos o romance em causa, já que o periódico não concede grande atenção ao sector secundário, provavelmente por a agricultura ser a actividade mais importante no Alentejo. Quando ficamos a saber que o tiro aos pombos é o divertimento de fim-de-semana de dois chefes da empresa em couro próximo de Espanha, confirmamos a ligação destes senhores aos latifundiários absentistas do Alentejo. O clima pesado que nestes anos se suporta na região por causa da Reforma Agrária e o apoio fundamental que a barragem do Alqueva representa para o desenvolvimento da agricultura na província reiteram-se, assim como se afirmam mais uma vez os impedimentos mal-intencionados da parte da direita à respectiva construção. As referências às desanexações de propriedades na posse das cooperativas agrícolas com a injusta devolução aos antigos donos vão ao encontro do aplauso de Lino Lopes à «lei Barreto», mostrando-se desta forma a quem agrada socialmente tais medidas.⁷⁵ Por fim e para

⁷⁴ O apoio a Vasco Gonçalves: «Todos sabem que os ministros progressistas que fizeram parte dos governos de Vasco Gonçalves nos deram melhores condições de vida, nos deram o direito de viver uma existência mais digna e agora já nos querem tirar tudo» (in Silva, Antunes da, *A Fábrica*, Lisboa, Estampa, col. *Novas Direcções*, n.º 36, 1979, p.225).

⁷⁵ Lino Lopes comenta as medidas agrícolas tomadas: «O Barreto traçou, no seu bom tempo, as tarefas da agricultura; o Vaz de Portugal seguiu-lhe as pisadas e o regresso às nossas tradições nacionais foi logo outro» (*Ibid*, p.200).

encerrarmos a lista de aspectos da obra já conhecidos de outros textos, diga-se apenas que o aproximar das eleições intercalares de 1979 aqui referido leva à clarificação das diferenças entre os partidos de Abel Lemos (PCP) e o de Carlos Lança (MDP/CDE), achando o último que a independência do seu não se deve sacrificar por causa da união das forças de esquerda a que tanto se apela.⁷⁶

No respeitante à indústria, a obra de Antunes da Silva opõe-se à intromissão abusiva de negócios estrangeiros na economia nacional, a qual se traduz, entre outros aspectos, no caso específico de F no desrespeito pelo ACT e no aproveitamento excessivo do esforço de determinados funcionários.⁷⁷ Aos abusos externos adicionam-se ainda os que são da responsabilidade dos directores da multinacional, portugueses na maioria em conluio com o repugnante inglês Smith. As falcatuas dos directores e a má condução da empresa prejudicam o produto final e a componente proletária da mesma, defendendo-se por esta razão que o controlo da companhia passe para a mão dos operários. A ideia principal que sustenta a ideologia económica do livro encarna na personagem de Chico Bomba. O serralheiro, cujos conhecimentos técnicos podem solucionar uma avaria numa máquina que o engenheiro Gonçalo não consegue arranjar, é o protótipo do líder operário pela competente formação empírica e pela ideologia que exprime com fluência e assertividade. Por assistir à deterioração da saúde dos colegas devido aos excessos de trabalho e por não dispor de tempo suficiente para dar atenção à família, apontamentos que expõem a desumanização do sistema capitalista, Chico Bomba nega-se a fazer horas extraordinárias quando pressionado por Smith, ousadia que lhe custa mais tarde o emprego.

O NS tem conhecimento deste tipo de pressão laboral e denuncia-a em «A Suspensão Discricionária de um Trabalhador da Empresa de Moagens Martins da Silva, Lda» (n/a, 28 de Fevereiro 1980, pp.1 e 5) e o programa do MDP/CDE, familiarizado com situações análogas às descritas, preconiza medidas que as corrijam: «Impedimento de empreendimentos estrangeiros que tenham por móbil a exploração abusiva de mão-de-obra nacional [...] Vigilância do cumprimento das leis portuguesas, nomeadamente as referentes ao trabalho, por parte das empresas estrangeiras» (pp.54-55).

O repto de se alcançar uma economia patriótica e anti-imperialista fortalece-se com a procura de transparência no erário público português:

⁷⁶ Em «Eleições à vista», numa entrevista a Acácio Alferes, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE (29 de Novembro de 1979, pp. 1 e 2), aborda-se questão semelhante: a subalternização dos elementos do MDP/CDE aos do PCP na coligação APU. Outro aspecto de interesse neste depoimento respeita à vontade de se criarem indústrias no distrito de Évora de «[...] conservação e transformação de produtos agrícolas e pecuários [...]» em breve.

⁷⁷ A intromissão abusiva de negócios estrangeiros na economia nacional:

Os ingleses distanciavam-se um pouco das lutas internas, sem nunca perderem de vista as grandes opções. Transferiam parte do material especializado construído no Cacém para Plymouth, com o acréscimo de câmbios, aproveitando a descida do escudo, que começou a verificar-se logo que os Governos de direita se instalaram no Poder. Ao mesmo tempo, impunham a compra de novos camiões, instrumentos de precisão, máquinas diversas que convinha exportar de Inglaterra, negociando peças e maquinaria ultrapassadas pelo uso, ocasionando importantes quebras no acabamento tecnológico e custos mais onerosos» (in Silva, Antunes da, *A Fábrica*, Lisboa, Estampa, col. *Novas Direcções*, n.º 36, 1979, p.205).

Divulgação pormenorizada, regular e esclarecedora dos seus (*das empresas*) balanços e contas. Normas particularmente severas em relação às empresas multinacionais (p.40); Reforço da vigilância das operações entre empresas pertencentes aos mesmos grupos económicos e medidas severas contra todas as formas fraudulentas de evasão de divisas (p.45).

c) O Projecto e *Alqueva a Grande Barragem*

Com uma superfície de quase um terço da área continental do país, sabe-se há muito ser o Alentejo uma região onde o clima seco condiciona a vida dos que nela habitam. Nos solos da vasta planície, cuja altitude média atinge os 200 m, excedendo os 300 m nas pequenas serras, a permeabilidade encontra-se dificultada pela presença de rochas duras como o xisto, o mármore ou o granito. A chuva que, durante cinco ou seis meses, habitualmente não cai, quando o faz é de modo fraco e irregular. O Sol reina forte. Não obstante, por estas razões, existir um défice de água no subsolo, o qual explica a rarefacção vegetal, acentuada como vimos pela plantação de eucaliptos, atravessam o Alentejo os rios Mira, Sado e Guadiana. Falar em «Alqueva» significa muito mais do que referir uma grande barragem. É antes de tudo tocar uma questão complexa que consiste no aproveitamento da água do rio Guadiana para variados fins. Dada a vastidão do assunto, neste livro fazemos-lhe apenas menção no período compreendido entre o 25 de Abril de 1974 e o início da década de 80, visto ser só a partir daquela data que a prosa de Antunes da Silva defende publicamente o projecto.⁷⁸ O término da nossa atenção sobre este explica-se por o NS finalizar entretanto e também por os diários *Jornal I* e *II* nada de relevante acrescentarem às crónicas de *Alqueva a Grande Barragem* (1982).

A complexidade do assunto «Alqueva» prende-se com os múltiplos propósitos do empreendimento (hidroagrícola, energético, abastecimento de água às populações, industrial e outros), os quais têm implicado ao longo de anos uma infinidade de estudos. Pela grandiosidade e custo da obra e pela imprescindível articulação de dados oriundos de diversas áreas do saber, o projecto arrasta-se no tempo. A alternância de Governos com ideias e prioridades diferentes uns dos outros constitui outro factor de demora. Contudo, avencemos desde já que em quase todos os quadrantes políticos, independentemente de terem ou não tido acesso ao poder, se escutam vozes a favor de um projecto que se acredita então poder revolucionar o Alentejo e mudar para melhor a economia nacional, garantindo desta forma a independência do país, sob ameaça crescente por causa da dívida externa.⁷⁹

A consciência desta situação delicada para Portugal é visível no programa do MDP/CDE que no ponto «comércio externo para o progresso interno» preconiza: «Libertação do País da situação de dependência que caracteriza as suas relações comerciais externas, lançando os fundamentos de uma política de exportação assente numa agricultura e indústrias revitalizadas» (p.45).

⁷⁸ A informação aqui apresentada relativa a «Alqueva» não ambiciona tomar qualquer posição sobre o assunto. Visa simplesmente informar o leitor das ideias que prevalecem acerca dele, no período acima estabelecido.

⁷⁹ Nomes de políticos defensores de Alqueva: António Barreto e Mário Soares, ambos do PS; Ramalho Eanes (PRD); Álvaro Barreto, Sá Carneiro e Cavaco Silva, os três do PSD; e Manuel Amaro da Costa (CDS).

E antes propõe aquele partido: «Elaboração de planos regionais de desenvolvimento económico e social integrados em planos mais gerais» (p.37), devendo pensar-se em «Alqueva» como um exemplo desses planos.

No «Encontro Nacional dos Activistas do MDP/CDE no Poder Local em Lisboa» (NS, 15 de Maio de 1980, pp.1 e 2) José Manuel Tengarrinha opina: «[...] a actuação deste governo não passa de um verdadeiro servilismo à Política Externa dos Estados Unidos da América, procurando mesmo apresentar-se como autêntico pioneiro dessa política»⁸⁰. Desta análise à acção económica externa da AD, pelo Secretário-Geral do partido, e por tanto que já fica para trás, evidenciando a sintonia desta força política com o NS, torna-se fácil adivinhar a simpatia da equipa redactorial por «Alqueva». Testemunhos directos a seu favor surgem no jornal com regularidade, sendo a prosa de Antunes da Silva a mais dedicada. F. Fialho concede honras ao assunto logo no primeiro exemplar e Abílio Fernandes, o edil eborense da APU, reitera a mesma posição, sem abdicar de uma apreciação depreciativo à actuação de Mota Pinto por obstaculizar o empreendimento («Entrevista com o Dr. Abílio Fernandes», 13 de Dezembro de 1979, pp.1 e 2).

A ideia de o construir remonta a meados do século XX, altura em que nasce o Plano de Rega do Alentejo (1955-56) e se inicia a respectiva concretização com o levantamento de algumas barragens (Roxo, Divor, Alvito, *Lucefecit* e Vigia, entre outras). Já na altura se pensa na ligação destas albufeiras a uma outra com maior capacidade de armazenamento e que regularize as águas do Guadiana, o único dos rios que corre pela planície sulina com caudal e capacidade de armazenamento suficientes para fazer frente à irregularidade climática. Em harmonia com o PRA e com o objectivo de elevar o número de beneficiados com as obras hidroagrícolas, os Planos de Fomento (1953-58; 1959-64; 1968-73) defendem o parcelamento do latifúndio. A pressão política dos grandes proprietários não se faz esperar e entrava o sucesso da medida, originando em parte a imigração dos camponeses alentejanos para a capital e arredores industriais ou mesmo para o estrangeiro. Até à Revolução dos Cravos, nos campos alentejanos a estrutura fundiária permanece igual, o que acarreta a continuidade da agricultura de sequeiro com o protecção ao preço do trigo, cultura que também desgasta os solos e por isso os obriga ao pousio.

Da responsabilidade do PRA é ainda a apresentação de um projecto para «Aproveitamento Hidráulico do Guadiana» que, depois de apreciado favoravelmente por um conjunto de entendidos em diferentes áreas, merece a 1 de Outubro de 1970 um despacho ministerial assinado por Marcelo Caetano, onde se aprova a construção do empreendimento. Composto então pela barragem, central hidroeléctrica e estação elevatória, custaria 1,6 milhões de contos. Segue-se um extenso período de avanços e recuos relativamente à construção que, numa visão optimista, pode ser pensado como sinal de cautela governativa, mas que também pode representar as dificuldades de planeamento, gestão e execução estatais.

As obras começadas em 1977 com Mário Soares suspendem-se por ordem deste em Novembro do ano seguinte, para precisamente dois anos depois se reiniciarem na barragem

⁸⁰ A atitude partidária contra o capitalismo industrializado, eixo directório da política económica da CEE e no qual os EUA ocupam posição cimeira, encontra igualmente eco em textos presentes no NS: «Países em Desenvolvimento...», datado de 27 de Março de 1980, p. 2; e «Anos Oitenta: que Perspectivas para o Ocidente?» (20 de Maio, pp.1 e 2) ou em «CEE: um Círculo Vicioso de Problemas» (8 de Maio de 1980, p. 2).

e na central hidroeléctrica, após a decisão do Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro. O acidente que o vitimou em Camarate (4 de Dezembro de 1980) e a burocracia habitual levam a que só em Janeiro de 1984, estando já o IX Governo Constitucional em actuação, haja um novo relançamento da obra. Fiquemos por aqui porque um parágrafo basta para que se entenda, ou melhor, se veja o lento desenrolar do projecto. Dos opositores de «Alqueva» falamos mais à frente. Por agora conheçamos o sonho nos anos 70.

No sector económico encontramos antes de mais o desejo de mudar a face agrícola da região percorrida em 260 Km pelo Guadiana luso. O panorama rude dos agros alentejanos descrito atrás no período anterior à Reforma Agrária subjaz a esta vontade. Quer se pense no desprezo pelos trabalhadores rurais, quer pela terra – corroída pelas culturas erradas, transformada em coutos de caça ou abandonada – a dureza da vida popular rural reclama o aproveitamento da água do rio. Desde 1968 que Portugal o pode fazer, visto ter assinado um Convénio com Espanha para regular o uso e o aproveitamento hidráulicos dos troços internacionais dos rios Minho, Lima, Tejo Guadiana, Chança e afluentes, porém, no início dos anos 90 ainda nada executou, ao contrário do país vizinho.

Embora demore mais de duas décadas a ficar pronta, a irrigação permitida por «Alqueva» ultrapassa os 200 000 hectares de terra fértil e crê-se aumentar em seis vezes mais a produção de legumes, fruta, cereais, carne, leite e lã, o que significa, segundo se calcula na época, o surgimento de 21 000 postos de trabalho directos no sector primário. Caso estes deixem um dia de fazer falta aqui, podem os seus detentores ocupar lugares nas indústrias de transformação que, por consequência, se imagina então que surgirão. Acredita-se que as obras hidráulicas do Guadiana, apesar de demoradas e caras, se paguem a si próprias com os lucros delas resultantes. A aposta em culturas de regadio deve-se à baixa aptidão agrícola dos solos transtaganos e ao facto de aquela permitir a intensificação cultural. A tentativa falhada de irrigar o Alentejo nos anos 50-70 ensina que não bastam as barragens e os canais de distribuição de água para se passar de uma agricultura extensiva de sequeiro para uma intensiva de regadio. Para além de uma reflexão sobre a adequação das culturas, tecnologias e sistemas de rega, requer-se ainda uma preparação técnica dos agricultores (a escassear, envelhecidos e com baixa escolaridade) e o seu apoio no escoamento dos víveres produzidos, assim como a cedência de crédito que seja verdadeira e eficazmente empregue na agricultura. Erguer «Alqueva» significa para muitos, portanto, reforçar a Reforma Agrária empreendida, na medida em que se ajuda as UCPs, mas também os particulares, a implementar um uso da terra mais correcto e a aceitar uma configuração mais equilibrada da propriedade.

A diversidade e intensificação culturais previstas contribuem para diminuir a compra a outros países de produtos agrícolas essenciais, logo atenuam o défice da balança de pagamentos. A hipótese de utilizar a albufeira para a prática da aquicultura entusiasma, por outro lado, os seus adeptos que encontram assim mais um meio de fornecer aos portugueses um alimento saudável e que ajuda a suprimir a falta de proteínas que então ainda temos. Projecta-se que de «Alqueva» saia cerca de um terço do peixe que comeremos no final do século XX.

Para o abatimento da dívida externa prevê-se que contribua ainda, enquanto centro petroquímico, o Complexo de Sines, cuja insuficiência hídrica fica solucionada, à semelhança

da das minas de Neves Corvo. Espera-se que a tendência para o consumo crescente de petróleo e carvão em Portugal se inverta assim de forma significativa.

Os benefícios no sector industrial não se ficam, todavia, pelo apontado, pois durante uma década, o bastante para levantar «Alqueva» e «Rocha da Galé», pensa-se que entre 1500 e 3500 homens se ocupem só na construção destas albufeiras e as metalúrgicas, as cimenteiras e as seguradoras conheçam um pico de actividade. A dinamização da economia nacional inicia-se antes de mais por o empreendimento se efectuar quase na totalidade com mão-de-obra, produtos e serviços portugueses. Embora todos os postos de trabalho gerados não se esgotem pelo recurso aos 30 0000 desempregados (1984) da região alentejana, já que muitos trabalhadores vêm de outros pontos do país, «Alqueva» representa a curto, médio e longo prazos, uma solução para o grave problema social do desemprego. Outro alívio para as populações locais é, com certeza, a disponibilidade da água sem restrições para uso doméstico. Carreira Marques, Presidente da Câmara Municipal de Beja, explica no *Encontro Prosseguir Alqueva...*, que a carência do precioso líquido leva ao endividamento das autarquias. Na tentativa de remediar esta insuficiência, vêm-se forçadas à abertura de poços e furos, aquisição de equipamento próprio para as captações e de autotanques para transportar a água.⁸¹

O apoio do autarca a «Alqueva» surge como uma conclusão lógica, depois de ter enumerado os nove períodos longos de seca no Alentejo, no último meio século, e de esclarecer, com base na experiência, que a captação de águas subterrâneas não soluciona em definitivo a carência hídrica. Entre outras consequências, preocupam-no a falta de água para as populações, o perigo de erosão da terra, os fogos e as pragas de insectos e, em termos sociais, a diminuição da higiene e a inevitável deslocação da pouca população residente.

O desenvolvimento agrícola e industrial gerado pelo maior lago artificial da Europa, o qual tem capacidade para 4 150 milhões de metros cúbicos de água e ocupa uma extensão de 25 000 hectares de terra pouco produtiva, pode ser ainda acompanhado de um investimento nos sectores turístico e desportivo. A localização de «Alqueva» numa área de forte luminosidade onde o contacto com a natureza está facilitado favorece a prática de actividade desportivas como o remo, a canoagem ou a vela, que se podem realizar dentro da própria albufeira, ou de outras como caminhadas e passeios de bicicleta que, para além de promoverem o envolvimento com o campo, sensibilizando para a protecção às espécies animais e vegetais, motivam para o contacto entre as gentes locais e os visitantes e entre estes e o património cultural regional. No prelúdio dos anos 80, ideias certamente não faltam para explorar «Alqueva» nesta perspectiva, mas urge planear as estruturas de apoio, para alcançar um público nacional e estrangeiro que encontre aqui uma alternativa sã e repousante ao litoral buliçoso. Assim, há que pensar no alojamento para várias bolsas (parques de campismo – hotéis), na viabilidade dos transportes terrestres, mas também na construção de marinas

⁸¹ No mesmo sentido encontramos no NS «A Falta de Água em Évora um Problema com Solução», de F. Fialho (5 de Outubro de 1976, pp.1 e 4). Nos exemplares de 8, 15 e 29 de Maio de 1980, as câmaras de Mora, Montemor e Évora, respectivamente, manifestam a sua indignação pelo corte financeiro que o Governo AD decidiu para estes municípios, dificultando-lhes ainda mais a sempre difícil tarefa de combater estes problemas básicos.

e cais de atracagem, por exemplo. A promoção da pesca e caça desportivas implica a (re) introdução de peixes seleccionados no lago e a preparação de reservas naturais.⁸²

Na lista dos aspectos positivos de «Alqueva» falta referir o que desde início tem sido mencionado como o maior, o aproveitamento energético. Nas barragens dos Álamos, Rocha da Galé e Pomarão pode fazer-se o aproveitamento hidráulico e hidroeléctrico. O valor eléctrico do empreendimento é, a preços de 1979, quase de 50%, passando a ser em 1984 de 72,2% e com tendência sempre para subir.

Apesar de tantos estudiosos defenderem com explicações detalhadas «Alqueva» por acharem as benesses superiores aos possíveis efeitos negativos, os argumentos dos que se lhe opõem causam parte da hesitação permanente face ao projecto. Com excepção de um ou outro nome individual, a oposição a «Alqueva» liga-se sobretudo ao PPM (Partido Popular Monárquico), entidade política que integra a coligação AD no VI Governo Constitucional.⁸³ Note-se que Sá Carneiro com a resolução de 27 de Novembro de 1980 em prosseguir as obras no complexo não parece ter concordado com as críticas negativas dirigidas a este e expostas por elementos do PPM no *Livro Negro*, o qual é dado a conhecer um mês antes de aquela resolução ser tomada, ainda que só tenha sido publicado pelas edições *Amanhã* na Primavera seguinte.

De acordo com os autores da publicação, liderados pelo arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, a falta de água no Alentejo corrige-se com mais barragens de pequena e média capacidade, não fazendo sentido despender-se tanto capital em «Alqueva». Segundo os mesmos críticos, corre-se o risco de os espanhóis reterem as águas do Guadiana nas albufeiras, que construíram depois do Convénio de 1968, e Portugal não aceder a caudais suficientes. A estas duas ideias, acrescentam outras: a carência hídrica da indústria de Sines pode ser suprimida pelo recurso ao rio Sado; a valia eléctrica de «Alqueva» não é compensatória e os alentejanos rejeitam o sistema de regadio.

Em resposta aos principais argumentos do *Livro Negro*, afirma o Gabinete Coordenador de «Alqueva» que o funcionamento pleno das barragens feitas apenas se alcança com uma barragem-mãe prevista desde o início do Plano de Rega do Alentejo. Relativamente à probabilidade da vizinha Espanha reter a água precisa ao território nacional, já em 1979 nas conclusões do *Simpósio sobre o Aproveitamento de Alqueva*⁸⁴ se afirma o contrário e Renano Henriques, que estudou aquele Plano e o de Badajoz esclarece:

⁸² Jerónimo Lagartixo publica no NS três artigos na rubrica «Temas Cinegéticos». Com a preocupação de poupar as espécies cinegéticas indígenas, redige «Caça Adventícia aos Pombos» (13 de Dezembro de 1979, p.1) e entusiasma o leitor para a caça ao pombo bravo. Meses depois escreve «Reservas da (sic) Caça nas Zonas menos Cultiváveis» (12 de Junho de 1980 pp.1 e 2), onde sugere em terras de baixa capacidade agrícola a criação de reservas naturais, com o fim de evitar a extinção de espécies já raras. Quanto às reservas associativas, merecem a sua reprovação por ver neste tipo de associações um espaço de privilegiados («Reservas Associativas ou o Regresso aos Contos (sic) Privados?...», artigo de 3 de Julho de 1980, pp.1 e 3). Defende a publicação de uma lei da caça «para a salvaguarda do Património cinegético nacional, tão ameaçado por irregularidades e delapidações, as mais diversas». Estes textos testemunham os cuidados ecológicos da equipa responsável pelo jornal.

⁸³ Individualmente surgem nomes como o do engenheiro agrónomo Jerónimo Dias Leitão, técnico do Ministério da Agricultura, e o de Francisco de Sousa Tavares. O grupo «Amigos da Terra» também se opõe à construção.

⁸⁴ No *Simpósio* garante-se a água necessária a Portugal: «Entre as vantagens contam-se a possível utilização, em Portugal, dos caudais específicos originados na parte espanhola da bacia e a sua regularização através dos aproveitamentos hidráulicos existentes em Espanha, cuja capacidade de armazenamento poderá melhorar o regime de afluências pré-existentes» (pp.361-362).

E quanto à garantia de caudais regularizados no Guadiana espanhol até à entrada da fronteira portuguesa é precisamente a turbinagem das águas nas referidas barragens (*Cijara, Garcia de Sola e Orellana*) que os garante, pois os canais de rega de Orellana, de Zújar e de Montijo não são, por si só, suficientes para os «absorver», tendo obrigatoriamente de os deixar correr para Portugal, no leito do Guadiana (1992:185).

Ao contrário do Guadiana português, afirma-se ali, o rio Sado não possui o mínimo de capacidade para auxiliar a médio prazo o complexo sineense com uma necessidade crescente de água. Mesmo que auxiliado pelos rios Mira e Tejo neste propósito, em conformidade com a sugestão do PPM, para além de isso implicar dispendiosos canais, essa solução seria pouco duradoura.

Ainda nas conclusões daquele Simpósio diz-se da valia eléctrica: «[...] tem-se como certo que as restantes finalidades do empreendimento terão de justificar grande parte dos custos da barragem e da albufeira» (1979:364), em concordância com a Comunicação Oito, da autoria do engenheiro do sector de equipamento hidráulico da EDP C. Madureira, e outros especialistas, que falam no «[...] carácter marginal da finalidade energética [...]» (1979:109).

Passados quatro meses e no seguimento de um relatório da autoria do Gabinete Coordenador de Alqueva, novos estudos são efectuados sobre o valor energético do empreendimento. Daqui surge a decisão a que nos temos referido de Sá Carneiro em recomençar as obras na albufeira e na central hidroeléctrica e projecta-se um acordo com a EDP, o qual só é assinado em 1984 (resolução do Conselho de Ministros n.º 5/84, de 12 de Janeiro).

A falta de experiência em Portugal na realização de estudos sobre os impactos de empreendimentos deste género e dimensão e certamente a sobreposição dos lucros económicos a outros valores levam a que no período em observação se verifique um vazio profundo no conhecimento dos impactos de «Alqueva» no ambiente natural e cultural. A comprovar o que afirmamos uma equipa multidisciplinar de docentes da Universidade de Évora propõe no Simpósio de 1979 (Comunicação treze) a efectivação de uma série de estudos nesse sentido. Observamos infelizmente que cinco anos depois no *Encontro Prosseguir Alqueva...*, entre as numerosas comunicações no local, efectuadas poucas se reportam àquelas áreas de reflexão que continuam relegadas para segundo plano.

Pela leitura dos textos agora referidos somos alertados para a hipótese de surgirem problemas vários, aspecto de que os detractores de «Alqueva» também se servem para refutar as suas opiniões. Corre-se o risco de a qualidade da água da albufeira ficar comprometida, debilitando a saúde pública e causando a morte aos peixes aí residentes. Mexer nos caudais do rio Guadiana pode inviabilizar a eliminação eficaz das descargas poluentes, favorecer o aparecimento prejudicial de algas e perturbar os movimentos migratórios das espécies.

Dos estudos realizados por Renano Henriques resulta a obra: *Plano de Rega de Badajoz – Alguns Aspectos Estruturais, Organizacionais e Funcionais*, de 1983, e o artigo «Plano de Rega do Alentejo, Barragem de Alqueva os Dois Guadianas», *Expresso*, de 24 de Setembro de 1983.

A preparação do fundo da barragem com plantas aquáticas e outros organismos evitará o desequilíbrio da vida no lago. Também as margens precisam de um tratamento específico para não sofrerem a erosão. A nível climático, o plantio de vegetação deve realizar-se para diminuir as perdas por evaporação previstas.

A proposta de submergir a Aldeia da Luz e deslocar os seus habitantes para uma réplica da mesma carece de sensibilidade apurada, assim como a solução para a igual submersão da fábrica da Portucel, situada perto de Mourão e local de emprego de muitos moradores desta terra e de Reguengos de Monsaraz. No campo da arqueologia, embora haja ainda muito trabalho por fazer, sabe-se já que vão ocorrer com grandes probabilidades as perdas seguintes: o povoado Pré-histórico da cidade de Cuncos (Mourão); alguns dólmens da Ribeira do Álamo e do rio Guadiana; a estação romana de Vila Velha e o castelo de Lousa. Apela-se por isso ao urgente e merecido tratamento do vasto património arqueológico da região.

Ainda que sob pena de não se conseguir obter mais do que previsões, a necessidade de conhecer os impactos da barragem nos ecossistemas terrestres e aquáticos, no clima, no legado histórico e na vida humana, parece ser ponto de concordância entre os que se interessam pela obra. A fim de que se evitem prováveis malefícios, optimizem os bons resultados e, acima de tudo, «Alqueva» seja modelo de desenvolvimento equilibrado, urge fazer um esforço para alcançar esse conhecimento. Quanto ao Alentejo, neste momento vai ter ainda de aguardar mais uns anos para conhecer a forma real deste sonho que tanto o empolga.⁸⁵

Desde o primeiro número do NS que o apoio à construção da barragem de Alqueva se afirma, lendo-se de novo a 10 de Março de 1977, pp.1 e 2 e a 9 de Julho de 1981, pp.1 e 5. Encerrado o jornal pouco depois, a questão continua importante no vespertino *Diário de Lisboa* no Verão de 1982 e dá ainda neste mesmo ano origem a um livro de nove crónicas – *Alqueva a Grande Barragem* – dedicado a Fernando Piteira Santos, Pedro Martins e Vítor Paquete. Na introdução da obra, o nosso escritor diz querer contribuir para uma «[...] definitiva reflexão sobre o importantíssimo problema [...]», meta que o levou a obter alguns dados «objectivos» que então divulga.

A demora na execução da obra é olhada como um «erro histórico» atribuído aos Governos da AD, agora encabeçada por Freitas do Amaral. Segundo se opina, o adiamento na concretização do projecto destina-se a preservar os laços comerciais e políticos com os EUA, os quais lesam a pátria, e também a agradar aos amantes da caça no Alentejo, ou seja, ao

⁸⁵ A barragem só é inaugurada em Fevereiro de 2002. No dia 3 de Janeiro de 2009, o canal televisivo SIC exhibe cerca das 21 horas uma «Grande Reportagem» onde se avaliam alguns dos impactos da megaconstrução no quotidiano dos alentejanos. Pela voz da jornalista Sofia Pinto Coelho e dos seus entrevistados fica-se a saber que na Amieira foi construída uma marina; a fábrica da Portucel não reabriu; a taxa de desemprego na povoação de Alqueva subiu de 10% em 2002 para 50% em 2008; onze projectos turísticos estão em via de concretização, o que representa milhares de empregos. Segundo um agricultor de Moura, a política agrícola de CEE impede que se aproveite bem a área irrigada, a qual se estima que em 2013 chegue aos 110 hectares. Considera este alentejano que a barragem é uma construção feita na época errada. Para que se tirassem todos os rendimentos possíveis dela, dever-se-ia tê-la construído antes da entrada no Mercado Comum. Por sua vez, o biólogo Joaquim Pedro Ferreira exprime a sua tristeza ante a constatação daquilo que antes temeu e o fez insurgir-se contra o enchimento da albufeira à quota 152: o desaparecimento de certas espécies.

grupo identificado com o proteccionismo de Salazar. Enquanto o interesse comercial americano consiste na manutenção do fornecimento de bens alimentares, que aqui poderiam ser produzidos caso a Reforma Agrária e «Alqueva» vingassem, a nível político, acredita-se que o Alentejo se apresenta para aquela potência como um lugar geoestratégico adequado a experiências belígeras: «[...] onde se treinassem corpos expedicionários de *elite* e se ampliasse o predomínio de sofisticados exercícios de carácter nuclear» (AGB, p.13). A ideia surge por causa da Base de Beja e do Complexo de Sines. Receia Antunes da Silva que se dê guarida a materiais tóxicos e a esquemas bélicos ameaçadores da paz na povoação costeira onde tem uma segunda residência. A menção a Sines é oportunidade para exprimir mais uma vez preocupações ambientais, à imagem do que faz com a referência à plantação de milhares de eucaliptos na Serra d'Ossa. Critica o polo industrial que ali se implantou e, em particular, a central térmica de carvão, que afugenta as aves marítimas e mata os peixes, a Petroquímica e a Refinaria responsáveis pela contaminação do pescado e por um acréscimo de dificuldades aos homens do mar. Denuncia também o facto de se ter já adquirido um sistema antipoluição que custou uma fortuna e não se usar. Além dos ataques ao Governo em actuação, a rejeição da demora no erguer da barragem, leva-o a indignar-se com as intromissões do FMI e do Banco Mundial no assunto, as quais já conduziram antes à formulação do despacho normativo de 18 de Novembro de 1978 que trava as obras. A incompetência governativa resume-se na protecção a negócios e interesses pessoais e no desincentivo à produção interna. Retrata-se o típico latifundiário, desinteressado em produzir, e nomeiam-se políticos – Barreto; Vaz de Portugal; Cardoso e Cunha e Basílio Horta – prejudiciais à Reforma Agrária. As interrogações dirigidas ao leitor acerca da carência nacional de energia eléctrica, água, gado e cereais, querem obter o assentimento deste ao mesmo tempo que o informam do que se alterará no futuro em que a barragem existir. Vê-se o investimento agrícola como a única forma de diminuir as importações e até pagar parte da dívida externa. O desprezo pelo Alentejo da parte das forças conservadoras é um tópico frequente na prosa antunina que se reitera neste livro. A enumeração de investimentos urgentes na planície – Hospital do Patrocínio; Universidade de Évora; Matadouro Industrial de Beja e pirites de Aljustrel e Castro Verde – faz-se para indicar o fraco investimento sulino da governação AD. Pergunta-se por isso a esta se pretende desviar o dinheiro destinado ao empreendimento para a construção da central nuclear da Sayago ou se não investe no sector primário para agradar aos países da CEE. Exemplos desta sujeição aos desígnios capitalistas é o que as empresas de celulose fazem no nosso território, por comparação com a aceitação das exigências da multinacional *Ford* para aqui se instalar. Conhecedor profundo dos argumentos dos defensores e dos detractores da barragem, Antunes da Silva apoia-se em Vasco Valdez da Universidade de Évora para expor a ambiguidade do PPM face à questão. Observa o docente que, depois deste partido contestar o projecto com base nos impactos negativos no ambiente, se calou porque ao aceder ao poder, na coligação AD, ganhou a esperança de reduzir os benefícios de Alqueva ao campo energético. Completando este ataque, Antunes da Silva avança com a demonstração da ambivalência da postura «ecologista» do PPM, que não fala no perigo evidente de erosão dos solos dos proprietários absentistas. Quanto aos argumentos de que os espanhóis reteriam a água do Guadiana, Antunes da Silva responde acrescentando que se há desperdício de rega é porque alguns latifundiários não semeiam e também porque as barragens construídas que

a proporcionam carecem de uma barragem-mãe para que o seu rendimento seja total. A lista dos benefícios de «Alqueva» é sobejamente conhecida e demonstrada pelo escritor, o qual prova um conhecimento seguro do assunto com referências à legislação, aos seus apoiantes e contestatários. «Alqueva» apresenta-se como um pretexto, conectado a outros (Reforma Agrária, perigo dos monopólios e da segurança nacional) para se pôr em xeque as ideias da direita. A ideologia do MDP/CDE transparece também aqui e já se coaduna com a perspectiva da fragilidade da independência de Portugal, adoptada a partir do programa partidário de 1981.

1.4. CONCLUSÕES

Damos aqui por encerrada uma contextualização que achamos adequada para um maior entendimento da leitura de JI e II que se vai seguir. Incidiu esta contextualização na escolha de artigos do NS, da autoria de diversos colaboradores e na selecção de pontos do programa do MDP/CDE (1974), a fim de se apurar o grau de tangência entre as ideias de uns e de outros. Começou-se a aproximação dos textos jornalísticos aos políticos sem qualquer preocupação em concluir acerca da boa ou má imagem dos Governos abrangidos pelo período de publicação do semanário eborense (5 de Outubro de 1976-30 de Julho de 1981). Posteriormente passou-se a atentar neste género de ilações e, num terceiro momento, reuniram-se estas a observações judicativas sobre alguns livros de Antunes da Silva que abordam assuntos comuns. Efectuou-se assim uma abordagem no sentido de, a pouco e pouco, se cruzar cada vez mais linhas de pensamento oriundas de fontes várias, mas que acreditámos desde o início assentarem numa origem comum. A intercepção progressiva pretendeu facilitar a realização da tarefa e a compreensão dos elos entre os textos usados.

Chegados a este momento, resta, pois, sintetizar as conclusões que para trás ficam: o jornal NS é um veículo da ideologia do MDP/CDE; Antunes da Silva marca clara e intencionalmente a sua produção escrita posterior ao 25 de Abril de 1974 com os valores democráticos do partido onde milita. Concluimos também ser a actividade política e jornalística fonte de cultura relevantes na vida do nosso escritor cuja escolaridade se limita à aquisição de um curso industrial.

Comprova-se a primeira ilação com a convergência de preocupações socioculturais e político-económicas entre a ideologia do MDP/CDE e os artigos do NS, sendo ainda a expressão destas acompanhada aqui por propostas de resolução igualmente coincidentes com as vias e objectivos daquela organização. Acresce a estes factos um terceiro, a postura de crítica combativa do periódico alentejano à política em vigor. Durante os anos de edição do jornal, o país conhece um comprido e diversificado rol de Governos Constitucionais que se iniciam com o PS e terminam com a AD, depois de uma passagem inesperada pela coligação PS/CDS, isto para mencionarmos apenas os que escolhemos por representarem as maiores oposições governativas de então. Ainda que a proximidade do MDP/CDE do

PCP seja indiscutível, nunca encontrámos no jornal qualquer manifestação de vontade em implantar o comunismo em Portugal, nem o NS prefere o proletariado aos restantes destinatários, por oposição à valorização que o PCP cede a esta classe no respectivo programa de 1974. Cremos, portanto, serem estes motivos válidos e suficientes para anular qualquer hipótese de se tratar de um jornal comunista, se bem que se deva admitir que alguns dos seus colaboradores o possam ser. Porque não é fácil descortinar as simpatias políticas de cada um, nem é intento primeiro deste texto fazer uma reflexão pormenorizada sobre o jornal em causa, limitamo-nos a assinalar a actividade partidária de Antunes da Silva, o seu director, e a abertura da publicação aos simpatizantes e militantes do MDP/CDE, cedendo-lhes espaço generoso nas suas páginas para entrevistas e outras comunicações relacionadas com o partido, decisão que não se toma com nenhuma outra organização política regularmente. Abrir um exemplar do NS denuncia agora com certeza a evidência da comprovação que efectuámos, a qual, lembramos, demos como quase certa logo no início do capítulo «Chuvas de Abril» e nunca qualificámos de difícil, embora na verdade se tenha revelado bastante trabalhosa pelo vasto universo informativo em que toca. A decisão de provar ser o NS um jornal não oficial do MDP/CDE tomou-se sob o pretexto maior de explorar a faceta política, cívica e jornalística de Antunes da Silva, merecedora no passado de um reconhecimento grato de muitos conterrâneos pela defesa da planície e digna no presente de novo agradecimento. Conquanto esta dimensão antunina seja visível na maioria das suas obras, sobretudo nas posteriores à revolução, está esquecida tal como a literária, incorrendo-se hoje na pena de se perder uma perspectiva valiosa do Alentejo do século XX. Independentemente da aceitação ou discórdia dos valores políticos e das ideias expressas, Antunes da Silva oferece, através da vasta colaboração na imprensa local e nacional e dos livros que escreveu, um panorama abrangente da região amada, onde certos assuntos ainda importantes nos nossos dias encontram lugar. A propósito de Alqueva, disse: «Guardemos a água!» (AGB, p.18). E nós, pensando nele, pedimos: guardemos as «chuvas de Abril».

2. LUGAR À DEMOCRACIA PORTUGUESA

A experiência de grupo e democrática que o NS representa falece em 1981, sem que Antunes da Silva a dê por concluída em termos pessoais. Passado um período de reescrita de algumas obras anteriores e onde as composições poéticas de *Senhor Vento* (1982) vêm a público, no dia 1 de Janeiro de 1984 inicia a redacção de um diário que se estende até 8 de Fevereiro de 1990 e prolonga a tarefa cívica encetada no periódico eborense que dirigiu.⁸⁶ O título escolhido para os dois volumes – *Jornal I* e *Jornal II* – confirma esta ideia e simultaneamente aponta para a tipologia textual destas publicações, visto uma das acepções da palavra «jornal» ser, segundo o IV tomo do *Dicionário Houaiss*: «escrito em que é feito um relato quotidiano dos acontecimentos; diário» (2002:2187).

Demonstrar a adequação do título dos diários ao respectivo interior é o que nos ocupa em seguida, na medida em que vamos estabelecer a ligação entre os valores, o conteúdo e a atitude de NS e parte de JI e II. A dimensão jornalística destes livros, que de momento aparece como a oportuna para tratar, faz esperar um pouco mais a literária com que se envolve. A oportunidade de conhecer melhor o pensamento político do autor a título individual chega agora. A multiplicidade de vertentes que a política engloba (social, laboral, económica, ambiental e cultural) traz o quotidiano que Antunes da Silva vive com milhares de portugueses e enlaça-se por força, nos diários, com a dimensão pessoal, que se lhe impõe e se espartilha no lado íntimo e familiar do escritor.

Pelo ponto anterior, o «Chuvas de Abril», deduzimos os seus assuntos predilectos, através da apresentação aí feita de três obras (*Terras Velhas...*; *A Fábrica* e *Alqueva a Grande Barragem*). Entre as alterações a que procede na 2.^a edição revista de *Gaimirra*, contam-se apelos constantes à construção do empreendimento de Alqueva, críticas abertas às forças do poder, incentivos à Reforma Agrária e um minar permanente da eucaliptização. Nesta edição de 1983 repetem-se, portanto, os assuntos que lhe dão mais luta, os quais prosseguem no desassossego do escritor até ao ponto final da sua prosa colocado nos diários.

2.1. A EXPLORAÇÃO ECONÓMICA

A redacção de JI efectua-se praticamente toda durante o IX Governo Constitucional de Mário Soares, tendo este realizado uma coligação pós-eleitoral entre o PS e o PSD. Nos últimos dias deste livro o Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva (PSD) entra em funções (6/11/1985) para cumprir três mandatos sem interrupção. JII acaba ainda com o segundo praticamente a meio. Logo, enquanto Antunes da Silva escreve os seus diários, Portugal vive sob as directivas da direita, o que explica até certo ponto a decepção que exprime face ao percurso que segue a nossa democracia e um certo desalento com que vive o dia-a-

⁸⁶ As segundas edições revistas publicadas no intervalo entre o NS e o primeiro diário são as seguintes: *Gaimirra* (1983); *Vila Adormecida* (1984) e *Alentejo É Sangue* (1984). A tarefa de revisão continua em 1985 com o *Aprendiz de Ladrão* e *Suão*. Muitos dos textos poéticos inseridos em *Senhor Vento* são igualmente reescritos.

-dia. Os sessenta e dois anos que conta, tendo só depois dos cinquenta gozado a liberdade abrilina, justificam por outro lado a impaciência com as imaturidades e demoras do novo sistema político. Dez anos após a revolução do 25 de Abril de 1974, em JI e II Antunes da Silva faz contas, e ajusta-as dentro do possível, com os Governos da nação. Desengane-se, todavia, quem pensar que apenas os conservadores⁸⁷ são alvo de comentários depreciativos. Adivinha-se nestas páginas um mal-estar pessoal face ao partido onde continua a militar até à extinção e que se prende com a atitude invasiva da «esquerda organizada» (entenda-se PCP) face aos membros do MDP/CDE, levando alguns a «manobras» que ofendem a sua moral (JI, p.113). Contudo, reconhece ser o comportamento de José Tengarrinha, António Galhordas e Helena Cidade Moura favorecedores da participação popular no estado democrático (JI, p.186).

Confirmada a vitória pressentida do PPD nas legislativas de 6 de Outubro de 1985, logo imagina uma coligação deste com o CDS e encara o dia com desânimo por achar que os seis anos de exercício governativo daquele partido já bastam para se conhecer a sua incapacidade. Sobre o Norte do país «[...] dominado por alguns caciques, madeireiros, e clérigos apostados na missa política [...]» recai a culpa da vitória, cabendo também esta à juventude que com aqueles grupos partilha a indiferença quanto à formação de «[...] um juízo correcto do que mais interessa ao país [...]» (JI, p.169). Na dúvida que remata o depoimento deste dia perpassa um sentimento de angústia face ao futuro de Portugal.

O desagrado pela junção do PS com o PSD (Mota Pinto tornara-se, entretanto, Vice-Primeiro-Ministro) vem a propósito da visão numa janela de uma dupla bandeira com os respectivos símbolos. No dia a seguir a este encontro, a 28 de Dezembro de 1985 e por causa das eleições presidenciais, um debate televisivo entre Freitas do Amaral e Maria de Lurdes Pintassilgo é pretextado para enaltecer a antiga Chefe de Governo e depreciar o convidado opositor. Meses antes, a 20 de Maio, o boato deste advogado ser candidato ao acto eleitoral de Janeiro de 1986 suscita um desabafo ao autor que vê nessa hipótese um retrocesso nas conquistas da revolução.

Desfeito por Cavaco Silva, o sucessor de Mota Pinto na presidência do PSD, o acordo com Mário Soares, as maiores formações de direita são objecto de apreciação, declarando-se ser evidente que o PPD e o CDS nutrem a respectiva força num eleitorado comum que se encanta com discursos eloquentes, mas que na prática resultam em disparates económicos (JI, p.41).

Meritório de atenção sistemática, o avanço das forças de direita regista-se também a 19 de Julho de 1987, por causa da vitória nas eleições legislativas antecipadas, atribuída ao voto de eleitores descontentes com a desunião da esquerda. Refere-se antes e a nível local um número crescente de municípios a apoiarem-na. A excepção da região Alentejo neste processo é classificada de positiva porque aqui «[...] se enxerga melhor as leis da vida que mais interessam à Nação Portuguesa» (JI, p.86). A divisão Norte/Sul ganha, pois, sentido na prosa em análise por corresponder, do ponto de vista do escritor, a uma postura patriótica

⁸⁷ Frequentemente o termo «conservador» é aplicado por Antunes da Silva para designar todos os que se enquadram na direita. Por oposição, há o grupo dos «progressistas».

distinta, sendo a nortenha encarada como lesiva dos interesses nacionais contrariamente à sulina. Conquanto a imagem do Norte do país contemple maioritariamente aspectos naturais, sem que se lhe subtraíam aí louvores, os apontamentos de índole humana que a compõem são quase sempre de teor negativo. Reconhece-se que «se trabalha muito», mas não se deixa de repetir «a sujeição ao padre e ao cacique» (JII, p.43). A supremacia do dinheiro para um jovem de Entre-os-Rios encara-se por extensão como «[...] a filosofia prática desta gente do Norte [...]» (JII, p.47). As generalizações e as ideias feitas parecem nortear neste ponto o prosador.

Triviais à primeira vista, os dados quotidianos apontados, longe de o serem, afirmam-se um meio de crítica e uma óbvia assunção de posições, transmitindo ainda ao leitor impressões acerca do temperamento do escritor, dado não menos relevante para conhecermos o homem atrás da obra.

Contra a vontade lida na direita política de uma sociedade com exploradores e explorados reage, recriminando a exploração laboral. Se Março de 1986 abre alvoraçado com a probabilidade de uma lei em prol dos patrões, no primeiro diário o foco ilumina a terra transtagana para incidir na aldeia de São Domingos, perto de Aljustrel. Na rua do povoado, mulheres fazem tapetes de Arraiolos para um intermediário que os exporta para os EUA, auferindo o proveito maior (JI, p.52), enquanto noutro sítio da planície, os quarenta graus de 3 de Agosto de 1985 duplicam o suplício dos tiradores de cortiça, os quais, para conseguirem realizar a tarefa que gera lucros enormes aos proprietários, castigam o corpo sob grossas vestes que os protegem das picadas dos insectos. A delinear a facção social exploradora, declara-se também o incumprimento do pagamento salarial notempodevido, por empresários com dívidas à Segurança Social e a quem até sobra pecúlio para depósitos gordos, no estrangeiro, depois da compra de bens supérfluos (JI, p.29). O livro *A Fábrica* vem-nos agora à memória e JII confirma estar certa a direcção do nosso pensamento, quando Antunes da Silva, ao recordar o sofrimento na empresa CEL-CAT, descreve em moldes já desenhados atrás um dos administradores (JII, p.31). A ligação a Salazar e as perseguições aos subordinados que no chefe encontramos reiteram-se noutras passagens em termos gerais, mas reclamam estas últimas o reconhecimento do tributo do autor à conquista da liberdade (JII, p.16). A afirmação na escrita diarística de um passado empenhado no nascimento da democracia parece querer desculpar uma separação cada vez maior da política no presente. A transição do primeiro para o segundo diário mostra o desaparecimento quase completo de nomes e acções específicas em JII e o incómodo do escritor pela censura de alguns que para si não passam de democratas de oportunidade.⁸⁸

A saída de divisas para o exterior motiva em particular comentários indignados porque não favorece o investimento no país nem cria riqueza, considerando-se «um acto de lesa-pátria!» (JI, p.138). Com significado idêntico, mas de âmbito regional, narra-se uma ida até Estremoz e Borba. A viagem é pretexto para reunir algumas das matérias-primas do

⁸⁸ Os novos democratas: «Antes do 25 de Abril não se metiam em nada, viviam acomodados no seu fojo, os outros que sofressem os vexames e as devassas, mas agora ultrapassam toda a gente, transformaram-se em democratas. Fizeram-se humanos camaleões, finos apóstolos de um sistema que antes tinham abjurado» (JII, p.103).

Alentejo – mármore, cortiça, madeira de eucalipto, carne de porco, minério de Neves Corvo e vinho – que são transformadas fora da região ou até no estrangeiro, oferecendo-se o grosso do rendimento a esses países. Através do compadre Pinela, o acompanhante de Antunes da Silva, noticia-se que o Governo desviou para a Beira Baixa capital externo destinado ao desenvolvimento do Baixo Alentejo (JII, p.175). A facilidade de «tráfego de influências» e a «criminalidade», escondidas naquele tipo de investimento, fazem estremecer a independência nacional, porque o mesmo se vai apoderando de parte do território e da indústria e determina, com o dinheiro emprestado, o rumo da nossa economia (JII, pp.183-184). O prejuízo económico de Portugal deve-se, portanto, a desavenças políticas, resultantes por vezes da junção de forças contrárias que só parecem ambicionar o poder e a posturas exploratórias como as que vimos.

2.2. PATRIOTISMO E VALOR SOCIAL

O tópico do patriotismo chega de braço dado com a questão da valorização social dos indivíduos e vêm ambos à superfície em textos com assuntos distintos. O amigo Cassiano, que espicaça insistentemente Antunes da Silva a escolher entre Carlos Lopes e Fernando Mamede, leva-o à recordação das proezas atléticas do segundo e a notar a injustiça que os compatriotas cometeram na desconsideração a que o votaram após os Jogos Olímpicos de Los Angeles (JI, p.16). Ao virar-se a página, o patriotismo, o tema central do dia, confirma a função introdutória da anterior conversa desportiva. Depois de questionar o grau de patriotismo contido em ofícios de vários géneros (agrícola, financeiro, religioso...) e deseparar a (des)valorização social da efectiva importância daqueles, diz o escritor não prescindir naquela definição ensaiada de «[...] um sentimento de dupla afeição e dignidade públicas à terra e às gentes que a povoam [...]» (JI, p.18). A palavra «fidelidade», remetida com destino primeiro ao Alentejo, sumaria aquele sentimento, nutriente essencial do patriotismo de Antunes da Silva, reflectido no seu labor de homem de letras, espelhado na sua vida de cidadão exemplar.

Uma reflexão sobre o modo como a língua indicia o estatuto social das pessoas patenteia a injustiça e crueldade que a visão dos outros faz recair sobre os menos favorecidos e ilustra-se com afirmações do género: «[...] se o pobre rouba, o rico desvia; se o pobre é tagarela, o rico é loquaz [...]» (JII, p.22). A fila de exemplos, os quais balançam entre o cómico e o mordaz, encontra paralelo estilístico na anedota de «o homem (*que*) tem hoje uma boa posição social», o mesmo que na guerra da Guiné está disposto a matar todos os «pântanos» (JII, p.40). O bravo soldado coroa-se com o sucesso social dos imbecis.

No seguimento do exposto, o significado da expressão «pátria alentejana» (JII, p.38), tão cara à sua pessoa, fundamenta-se no abandono a que as forças conservadoras sempre votaram a província, fazendo com que esta fique à parte do resto da nação. Frases como

«passam-se os anos e o Orçamento Geral do Estado continua a desfavorecer o Alentejo» (JII, p.165) atestam o que se declara.⁸⁹

A imersão na realidade portuguesa inerente aos cargos de escritor, jornalista e membro partidário, formula uma óptica condenatória das medidas políticas que afectam a planície-mãe e faz este cidadão transmitir o sonho de «[...] um Alentejo com total autonomia administrativa e decisória [...]» (JI, p.68), capaz de afrontar com a sua emancipação as humilhações governativas de décadas aos seus habitantes mais pobres. Decorridos quatro anos após a sua tomada de posição pró-regionalização, impacienta-se o autor com o silêncio governativo da questão (JII, p.239).

2.3. REFORMA AGRÁRIA E ALQUEVA

Embora a pouco e pouco se esboroem as esperanças e o entusiasmo que Abril de 1974 originou em batalhas que começam já a estar perdidas ou noutras que se arrastam esgotantemente, resiste alguma força para insistir na defesa do que se crê benéfico para a «pátria» Alentejo. O semear de novos rumos para a província, uma das estratégias do NS em sintonia com a divulgação colectiva das questões regionais prementes, transporta-se para JI e II, mesmo sabendo-se que o grupo de leitores deste *Jornal* é mais restrito do que o daquele primeiro e não ser por isso comparável a eficácia dos resultados. Contudo, e por enquanto, uma réstia de tenacidade continua a produzir linhas e linhas em torno de dois dos pilares da prosa democrática antunina: Reforma Agrária e «Alqueva».⁹⁰

A descoberta da atribuição de créditos altamente bonificados pelo IFADAP⁹¹ a latifundiários alentejanos, quando se sabe que na actualidade a produção agrícola decaiu, condena os ministros da Agricultura Soares da Costa e Álvaro Barreto no activo entre 1981 e 1984, mas culpa igualmente «a aristocracia do dinheiro» por afundar o sector primário e até «alguns antigos servos da gleba» que, com propriedades e subsídios oferecidos, imitam aquela classe abastada, no esquecimento de trabalhar a terra (JI, p.149). A desolação face ao baixo índice de produção agrícola vê-se com frequência e atribui-se ou à preguiça humana ou às contrariedades climáticas (JII, p.164). Em 1988, depois de um novo regalo de dinheiros da CEE à classe inerte, diz: «Durante momentos ficámos à conversa. Sobre os indivíduos que recebem subsídios estatais e não os empregam na agricultura, mas sim em carros e outros negócios menos exigentes de trabalho [...]» (JII, p.193).

As herdades retiradas às cooperativas que também se encontram ao abandono são outro dado negativo a descontar no teste da democracia, defendendo-se o arrendamento ou a

⁸⁹ A mesma ideia de abandono político do Alentejo surge outra vez em JII, nas pp. 129 e 151.

⁹⁰ Encontramos nos diários inúmeras referências a «Alqueva». Assim no JI existem nas pp. 10, 23, 54, 87, 88, 91, 124, 129, 151, 154, 174, 179, 181 e 191, entre outras. Em JII encontramos-las nas pp. 15, 75, 81, 86, 105 e 106.

⁹¹ Instituto de Fomento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas.

entrega a quem as explore (JI, p.9). Em reforço desta contestação, destaca-se a capacidade laboral de um grupo de camponeses da raia a quem foram retiradas as cooperativas (JII, p.168). No Outono de 1985, admite-se que no processo da Reforma Agrária «[...] indivíduos *invadiram* as herdades [...]» com o intuito único de as delapidar, sem que este facto desvirtue aquela ou signifique a sua dissociação de um comportamento patriótico, razão que entronca na ideia final: «É necessário projectar a Reforma Agrária como meio de aumentar os nossos aprovisionamentos agrícolas, sob a custódia dos poderes públicos interessados no progresso do País» (JI, p.173).

A 18 de Dezembro de 1986 outra pretensão ministerial de novos estudos para se prosseguir com a barragem de Alqueva interpreta-se como um estratagema governativo para pôr fim à Reforma Agrária e conduzir ao ressurgimento do latifúndio. Antes já se percebeu que o apoio de Antunes da Silva ao projecto da gigantesca albufeira se relaciona com o valor elevado da água para a planície, tópico assaz empregue nos diários. O desperdício deste recurso natural, fomentador de progressos, continua a causar em JI e II a recusa veemente das teses derrotistas do empreendimento e chega a ser pensado como plano governativo para deixar desertificar o Alentejo e nele proceder à «[...] instalação de unidades estratégicas de guerra» (JII, p.86), duas ideias que vêm do MDP/CDE. Perseguem-se os passos que «Alqueva» vai dando nos meandros da elite política ou no plano público, como a deslocação do escritor ao Congresso sobre o Alentejo prova (JI, pp.176-177).⁹² Na Universidade de Évora, as opiniões dos congressistas inserem-se parcialmente em JI (p.181) e solidificam o conhecimento do autor das diferentes posições individuais ou de grupo face à construção da albufeira, conhecimento que aqui se verifica de novo assentar na leitura da respectiva legislação, do famoso *Livro Negro* e em periódicos especializados e generalistas.

A importância da água para o Alentejo é visível em textos que se reportam aos fracassos agrícolas devidos à seca (JI, p.174) ou noutros onde se expõem os prejuízos do seu mau aproveitamento.⁹³ A associação da água à megabarragem e ao fomento económico faz-se de forma directa ou implícita. Na redacção de 13 de Novembro de 1985, onde perpassa o carácter literário do assunto, convoca-se com subtileza «Alqueva» e em simultâneo leva-se o leitor a pular com prazer em diferentes pontos de água da região. Em JII uma prosa poética idêntica não se inibe em pedir «[...] uma cintura de cimento a barrar-lhe (*ao Guadiana*) a saga da corrida» (p.75) na descrição dos perigos do rio Degebe. Os versos para o Guadiana, o receptor das suas águas, conseguem mostrar a divisão gerada quanto à albufeira. Numa facção está «quem lhe quer domar a corrida», na outra «[...] as hostes negras (*que*) sepultaram/ o pregão de Alqueva viva» (JII, p.81).

O ponto de honra que o assunto constitui no imaginário de Antunes da Silva, o qual vê sempre a construção como motor de engrandecimento de Portugal, incorpora uma das

⁹² A atenção de Antunes da Silva às várias fases que o projecto atravessa verifica-se, por exemplo, em JI quando dá conta do compromisso efectuado em Setembro de 1985 entre o Estado e a EDP em continuar a obra (p.165) ou regista o boato que corre em Dezembro desse ano de que o Primeiro-Ministro Cavaco Silva irá mandar prosseguir a construção (p.194).

⁹³ Consequências do não aproveitamento da água do rio Guadiana: «Nem se poderá pensar a sério na criação eficaz de novas indústrias, nem promover o plantio de novas florestas que não as de eucalipto, nem intensificar a produção agro-pecuária, nem imprimir outro cunho mais sadio à paisagem e ao ordenamento do território» (JI, pp.124-125); «E as terras gretam, perde-se muito gado, a terra envelhece, de húmus abafada, quase estéril» (JII, p.15).

temáticas maiores do escritor, o clima. Desde G que anotamos a imponentia dos elementos climáticos na prosa em passeio pelo Alentejo e, na leitura da edição de 1983, estabelecemos até uma divisão entre os contos que emparelha os do clima com os de personagem. Entre a ventania do suão e a força fustigadora do Sol que sulcam o solo transtagano, o elemento água, escondido durante os habituais períodos de seca ou presente nas chuvadas que de vez em quando impregnam a planície, emerge. Nos diários, para além de se considerar a grande salvação para as dificuldades quotidianas, «Alqueva» puxa com frequência o leitor para fora dos paredões de betão, sacode-lhe os sentidos e fá-lo caminhar campos fora. O acto redentor consegue-o o vate através da água e de uma escrita embebida de vitalidade, cuja competência sabe aproveitar os virtuosismos económico-sociais do desejado líquido e sobretudo os poéticos que este estimula, em compadrio feliz com outros elementos que abençoam a paisagem natural do Sul.

2.4. TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL

O trabalho, enquanto solução válida para o crescimento pátrio, é enaltecido pelo escritor reiteradamente, condenando todos os que não o fazem ou o executam mal, desde os políticos no Governo aos funcionários públicos ou outros incumbidos de tarefas pouco especializadas. Exemplo do que dizemos choca o autor numa empresa de Torres Novas onde dois homens substituem com descontração a montagem de «aparelhos electrónicos» por uma animada conversa futebolística entre fumaças de cigarro e idas à casa de banho (JI, p.37). A burocracia, morosidade e ineficácia da Justiça centram-se a 27 de Junho de 1985 no relato de uma queixa feita por Antunes da Silva oito anos antes contra um serralheiro que o enganou e atribui-se a inoperância do sistema judicial a «[...] leis tão teóricas e benignas para com os criminosos [...]» (JII, p.99). Bastante solicitado nos dois livros, o tema da insegurança conta com frequência assaltos que vitimam o próprio autor e terceiros na capital e arredores.⁹⁴

No mesmo desvario enervante, os funcionários de uma repartição pública a que se dirige chegam atrasados e atendem com incorrecção, atitude que contrasta com a dos trabalhadores dos Correios de Benfica, a zona de Lisboa onde habita (JI, pp.134 e 187). Apesar de diariamente enfrentarem a casa cheia e «a variedade das naturezas humanas» agem com simpatia e competência. As deslocações de comboio entre Lisboa e o interior servem para alertar para a degradação dos serviços da CP, que oferece ao utente carruagens desconfortáveis e tempo perdido em apeadeiros inúteis (JII, p.139). A valorização das tarefas rurais paga-se por sua vez com uma escrita mimosa que vê no labor tenaz de um velho hortelão prova de estima pela terra, como no corte cuidadoso da árvore o trato amigo da Natureza da parte de um lenhador (JII, pp.81 e 188).

Ao mau funcionamento geral dos serviços que afecta a qualidade de vida de cada cidadão somam-se mais histórias do quotidiano demonstrativas de outros problemas que, por sua

⁹⁴ Contam-se assaltos e actos violentos nas pp.37, 41, 91 e 113 de JI; e nas pp. 26, 82, 98, 99, 109, 126, 144 e 148 de JII.

vez, diagnosticam a fragilidade da protecção social portuguesa. Dona Raimunda, uma antiga professora primária, protagoniza o drama de alguns idosos. Mesmo tendo dinheiro para os remédios de que carece, decide não os comprar, porque sabe que em casa da sobrinha que a ampara há outras precisões (JI, p.14). Denúncias que abrangem o desemprego, o atraso salarial ou a insuficiência das reformas encaixam-se no quadro do elevado custo de vida, o qual trava o consumo de bens essenciais e subtrai conforto e dignidade à existência. A tia Antónia, outra velhota vizinha do autor como Dona Raimunda e ambas figuras que todos já vimos algures, vive numa casa alugada sem condições sanitárias. A proprietária recusa fazer obras de melhoramento, ela não pode pagar os arranjos e a Câmara Municipal de Lisboa também não lhe dá esperanças. Porque tem de despejar a imundice na rua, alguém faz queixa dela à Polícia (JI, p.45). A falta de educação e de humanismo, que ataca sobretudo os mais velhos e não poupa os fragilizados, é perpetrada pelas pessoas em geral, mas também pelas entidades cujas decisões por vezes ainda complicam mais os assuntos. Falecida a porteira de um prédio, «os condóminos querem à viva força pôr no olho da rua o viúvo e os dois filhos menores» (JI, p.49). Antunes da Silva tenta ajudar a família escrevendo uma carta à edilidade e outra ao Sindicato das Domésticas. Um mês depois, estas nada solucionaram e o coração do viúvo cardíaco palpita agora descompassadamente com receio de ir a tribunal por causa dos vizinhos. O envolvimento directo do escritor nesta questão deve-se com certeza às dissonâncias do próprio com a senhoria da casa de Lisboa, lugar de lamentos pela degradação ou pela atitude pouco acolhedora da proprietária para com os inquilinos (JI, p.41). A questão habitacional fá-lo ainda insurgir-se contra a recuperação de prédios velhos e sem interesse histórico em Évora (JII, p.80) ou a especulação imobiliária que impede os jovens de possuírem casa própria e, por vezes, de se tornarem independentes dos pais (JII, p.239). Mais essencial ainda do que a habitação é a saúde. Os parques rabiscos que dela tratam revoltam-se contra a longa demora das consultas hospitalares (JII, p.44) e até com a má qualidade dos serviços privados. As termas de Entre-os-Rios são a instituição atingida (JII, p.144). Por outro lado, a atitude educada de um jovem que cede o assento no autocarro a alguém mais velho parece tão excepcional que merece ser o registo de 9 de Outubro de 1986 e o caso do professor que diz adorar a profissão que cumpre há três décadas, tão surpreendente, que se comenta: «Se houvesse muitos professores como ele, decerto que o ensino não se encontraria tão degradado» (JII, p.196).

Pergunte-se por que são ainda hoje, no momento de redacção do nosso texto, estas crónicas tão banais e qual o interesse da banalidade, para facilmente respondermos que a banalidade se deve à subsistência das situações descritas e espelha a ineficácia das políticas em vigor todo este tempo. Logo, não reflecte fraca imaginação no narrador, mas exprime o prolongamento de uma concretização errada das deliberações governativas ou o desacerto das mesmas. Portugal mudou bastante e positivamente desde o 25 de Abril de 1974, mas a permanência de certas falhas força o leitor a questionar-se acerca do destino dos dinheiros públicos e da adequação do seu emprego. Se no fim dos anos oitenta os escritos antuninos sobre o quotidiano do país lhe fazem uma avaliação que fica aquém das expectativas existenciais de milhares de portugueses depois da revolução, en esta perspectiva Antunes da Silva é um homem como os outros, as mudanças ocorridas até à primeira

década do século XXI são insuficientes para limpar a frustração que repassa o panorama democrático dado em JI e II.

A decepção com o presente capta-se na disparidade das notas ou em balanços do período após 25 de Abril de 1974 feitos em dias precisos. Logo na abertura do ano de 1984, a familiar crise nacional faz o autor desfiar as suas causas: a violência; a baixa na agricultura; o desamparo da cultura; o sucesso dos medíocres; o mau uso da liberdade. Para desanuviar o tom com que procede à triste soma, remata-a com uma piada:

«– E agora (*que estamos na crise*) seguimos prá donde? – perguntei ao Calcinhas.

– Pró Céu, meu menino, que no Inferno estamos (*sic*) a gente há muito tempo!» (JI, p.16). O exagero que leva a confundir a sociedade com o Inferno exprime bem o desconforto interior dos amigos face ao que os rodeia.

2.5. CUIDADOS AMBIENTAIS

Numa outra reflexão sobre a evolução histórica, aproveita Antunes para enumerar pontos positivos e negativos da contemporaneidade. À parte da humanidade que beneficia dos avanços científicos, aprecia as artes e sabe agora valorizar melhor as diferenças culturais, contrapõe uma outra, desorientada pelos vícios da moda (droga, álcool e jogo), liberalidades sexuais e «músicas de ritmos vertiginosos», que custa a distinguir a ética do desleixo cívico e paga os erros ecológicos (JI, p.146).

A ensurdecadora correria de automóveis e aviões e a poluição aérea emitida, que incomodam o autor numa avenida de Lisboa, levam-no a associar a «preservação dos bons costumes» a «uma Natureza mais escarolada» e a manifestar um choque entre as suas «opções morais» e o «[...] mecanismo envenenado da atmosfera, dos mares [...]» (JI, p.10). A «ruína física» do Homem prevista ali e pensada como fruto da falta de civismo surge também em JII. Depois de apontar o incumprimento da legislação protectora do meio ambiente e algumas das suas consequências (chuvas envenenadas; modificação das culturas; morte de peixes e aves), conclui: «É o desmoronamento das nossas consciências de seres civilizados» (JII, p.33). Em síntese, o termo «poluição» significa para Antunes da Silva falta de saúde e má cidadania.

No âmbito ambiental, a interpelação dos políticos vinculados ao Alentejo faz-se para que travem a «delapidação dos solos e das espécies cinegéticas [...]» (JI, p.198). Informa que a «passividade» governativa face a estes «abusos» tem permitido a substituição dos labores agrícolas e espécies tradicionais (oliveiras, sobreiros) pelo aparecimento de eucaliptos e celulosos onde os indígenas poucos empregos conseguem (JI, pp.58 e 198). As falhas que incriminam ministros e deputados repartem-se com os administradores daquelas empresas e os latifundiários que, apenas pensando no dinheiro a receber, vendem as propriedades e permitem que se transformem «[...] terrenos aráveis e húmidos em clássicas terras incultas

e secas» (JI, p.27). A rarefacção de perdizes, lebres, raposas ou a extinção de certos pássaros e plantas na Serra d'Ossa, juntamente com a necessidade das populações residentes serem abastecidas de água por autotanques, quando isso antes não sucedia, comprovam os malefícios da nova indústria (JI, p.26).

A caça, para além de ser prejudicada pela escassez de alimento que a secura dos solos provocada pelos eucaliptos origina, vê-se de igual modo em tormentos com os novos caçadores. Na ideia dada dos desportistas «[...] doutores, homens de letras, donos de empresas [...]» (JII, p.109), salienta-se o poderio económico e o saber escolar dos envolvidos mas, como dado mais importante, adivinha-se-lhes um distanciamento da vida nos agros. Entre eles encontram-se muitos que não são da província, mas que aqui vêm caçar com «equipamentos sofisticados», diminuindo as hipóteses de escapar à morte às espécies em fuga. A destoar dos caçadores encontrados pelos campos de G e S, os quais atenuam as carências alimentares da família com uma peça ou outra de caça, a nova classe de perseguidores forma uma elite socioeconómica que se dedica à tarefa sobretudo por lazer. Pelo afastamento existencial do campo que marca muitos destes, não se admira o leitor que confundam cegonhas com abetardas ou que tentem liquidar tudo o que em torno de si mexe, incluindo «galinhas e leitões» (JII, pp.76 e 188). Certos cafés não se inibem mesmo de servir acepipes de pardais fritos, «[...] mãos de cágado e de rã, de tomatada, e mesmo cobras» (JII, p.146), dando assim uma achega pouco ecológica à delapidação do património florestal. O abandono de cães de caça após o período estipulado para a actividade é outro acto exercido pelos novos caçadores, mas já perpetrado pelos antecessores, que merece repúdio. O escritor gosta, porém, de oferecer uma alternativa correcta e a isso se prestam as celebrações do Dia Mundial da Floresta, destinadas essencialmente às escolas. Ao propósito formativo destas festividades alia-se o autor que incentiva o empenho dos professores na educação ambiental das crianças ao enaltecê-los (JII, p.32). No mesmo timbre, prossegue quando conta uma história sobre um fogo no bosque (JI, p.44). A narrativa dá direito ao ensinamento do guarda-florestal, que avisa ser o tempo morno e seco favorável aos incêndios, e ao conhecimento da tragédia que resulta do descuido das suas palavras (morte de pessoas e animais; destruição de uma casa e do bosque). Quer seja referente à fauna, quer relativa à flora, a incúria florestal é, por vezes, entendida como sinónimo de um desapego à Natureza, o qual afronta a sensibilidade de Antunes da Silva e o leva a divulgar posturas menos dignas. O relato de um outro incêndio corta-se com um poema sobre a floresta em labaredas e termina a denunciar a orientação materialista do dono (*ninguém lá foi. O senhor novo que tinha ocupado as terras não se importou. Ficara o sobreiral, de muita cortiça* JII, p.70). A intrusão de gente estranha na terra-mãe não gera pois grande aplauso. Antunes da Silva sabe ainda que a maioria dos fogos em zonas verdes são «nefandos crimes» dos incendiários ou de «[...] quem a soldo os manda proceder [...]» (JI, p.69) e não se conforma por isso com a ausência da punição prevista na lei (JI, p.70).

O gozo de vagares sem fim pela planície preenche o tempo livre do escritor que, em barragens da região, se dedica com amigos à arte da pesca. Na descrição das pequenas excursões saltitam nomes de espécies piscícolas que nas águas habitam: verdemã, achigã, lagostim de água doce (JII, p.145). O encontro com um pastor num dos dias em que se busca o prazer serve para tornar público o crime presenciado por este: a explosão de

bombas na albufeira por um bando de malfeitores com o fim de obter todo o peixe desejado. Asomar à extorsão de uma quantidade enorme de peixe, a acção destes indivíduos faz surgir muitos exemplares mortos à tona da água (JI, p.57). Semelhante a esta história, uma outra, que suspeitamos inventada, critica negativamente um velho que lança peixe podre ao mar (JI, p.91). Os cuidados com a poluição marítima ganham, todavia, consistência real na menção dos poluentes expelidos pela central térmica a carvão de São Torpes (JI, p.156) ou até na pequena nota que ensombra a alegria de umas crianças nesta praia da costa alentejana, tão conhecida do autor. Delas diz: «E lá partiram outra vez, como estorninhos contentes. Estacaram à borda do charco, ao pé do mar, sujo dos despejos dos canteiros de arroz de uma herdade próxima» (JI, p.69). A visita ao Canadá em 1985, e mais especificamente ao Lago Ontário, produz uma sugestão indirecta para resolver alguns dos problemas ambientais observados em Portugal, a deslocação das indústrias para locais de escassa população (JI, p.95).

2.6. VIVÊNCIAS CULTURAIS

Nos dois livros em estudo os assuntos de índole cultural abrangem uma larga área onde pontuam nomes de instituições modelo e de artistas de mérito reconhecido ou ainda ignorados pelo público. A Fundação Calouste Gulbenkian é por duas vezes digna de nota, graças ao apoio prestado à Semana Cultural Alentejana, a decorrer no Canadá em Fevereiro de 1985, e à valia do trabalho desenvolvido pelos funcionários das bibliotecas itinerantes que dão a conhecer os autores e fomentam o gosto pela leitura, numa odisseia cultural pelos lugares mais esquecidos de Portugal (JI, pp.13 e 102).

Ligados à música, o fadista Francisco José, primo do escritor, e Linda de Suza elogiam-se na qualidade vocal, sem se deixar de salientar aspectos menos positivos nas suas actuações. Se no primeiro «[...] a impulsão de sons, dantes tão nítida e maviosa, afrouxou [...]» (JI, p.159), a cantora «[...] cai em repetições de modas já cantadas por outros artistas quase sempre de menor gabarito [...]» (JI, p.28). Tão popular noutros tempos quanto Linda de Suza, a banda de música amadora retrata-se para a posteridade (JII, p.9). Numa versão mais erudita, o encanto do som da viola em concerto ofusca a pessoa que a executa, enquanto a suavidade do toque da harpa desencadeia a vontade de reunir à perfeição do momento um poema de amor (JII, pp.32 e 146).

O enaltecimento do património artístico continua através de passagens imaginativas que o ofício de escultor estimula e o fascínio pela pintura da mesma forma anima (JII, pp.11 e 172). A eleição de certos representantes – António Galvão, Armando Alves, Dordio Gomes, Manuel Ribeiro de Pavia e Rogério Ribeiro – produz um «álbum artístico do Alentejo» (JI, p.139), fazendo o leitor adivinhar que também o gosto pictórico antunino é fortemente condicionado pela terra-mãe.⁹⁵ Testemunho da riqueza do legado histórico, uma praça

⁹⁵ No livro *100 Cartas a Ferreira de Castro* [selecção, transcrição, comentários e notas de Ricardo António Alves], 2.ª ed.,

mourisca transtagana serve para que se apele ao restauro de todos os «museus públicos» do género (JII, p.68). Repare-se que assiduamente se associa uma actividade cultural (leitura, pintura, recuperação de monumentos) ao Alentejo, parecendo ser esta condição fundamental para deter a curiosidade do escritor. Não achamos, todavia, que os interesses culturais antuninos se restrinjam à província, mas que aquele está determinado em dá-la a conhecer melhor aos estranhos para que a respeitem e apreciem mais.⁹⁶

A perpetuar o efeito expressivo do cancionero popular (*e de uma tão singela alegoria se gera a fonte de angústias, ausências e amores de raiz que fazem explodir o sentimento da saudade* JI, p.53), os ensaios de teatro e dos corais nas sociedades recreativas aquecem o Inverno de 1986 (JII, p.96). Uma quadra ao gosto de Antunes da Silva vale uma pequena homenagem ao poeta popular José Fachadas Godinho e a outros congéneres a quem anima «uma vida interior riquíssima» (JI, p.190). Já a indústria turística que invade o Algarve se critica pela negativa por permitir que as línguas estrangeiras ofusquem a nacional. Na parte da nossa publicação dedicada aos aspectos estilísticos mostra-se em várias obras o registo do falar próprio do Alentejo, depreendo-se do mesmo a respectiva valorização, implícita na vontade de assim o conservar. A vergonha sentida com o comportamento dos algarvios deve-se à negligência destes e dos portugueses em geral com tudo o que consubstancia a nação portuguesa, seja oriundo de tempos remotos ou diga respeito à construção desta no presente. Porque verifica que «vamos vivendo a imitar os outros, privados de espírito criativo, cheios de sono, presos às arrelias que inventamos», conclui: «A raça mumificou-se» (JII, p.13). O desapontamento com a postura dos actuais lusitanos que não se esforçam por criar novos elementos de identidade, nem preservam a preciosa herança histórica, é óbvio. Quanto às comemorações que assinalam sucessos bélicos, aventuras marítimas e figuras da realeza, para além de lhe parecerem em quantidade exagerada, descortina nelas uma certa intenção paliativa dos problemas do quotidiano português: «[...] talvez para colmatar os dias de incerteza e estupefacção em que se debate o povo» (JII, p.48).

A constatação de que o número de leitores está a reduzir-se, reflexo da «decadência espiritual de um povo» (JII, p.47), provém da importância dada à leitura. Aparentemente sem a pretensão de ser um modelo a imitar, o próprio diz querer «saborear as boas leituras» da biblioteca (JII, p.166) e evoca, com o objectivo de influenciar o leitor, o fundador da livraria mais emblemática de Évora. Para o epitáfio do senhor Nazareth, concorre a sua actividade enquanto editor de livros de qualidade sobre a urbe de Geraldo e a dinâmica por si impressa à divulgação destes. Considera-se que «amava as artes. Era um esteta» ou que «o velho senhor era um mecenas nestes ofícios, um espírito empreendedor» (JI, p.159). Dentro do coração de Antunes da Silva, o ilustre eborense figura assim numa galeria cultural

Sintra, CMS, 2007, o conteúdo principal da missiva de Antunes da Silva ao grande romancista é a sua admiração por um quadro que viu na morada daquele. A pintura apreciada retrata, na aldeia de Salgueiros, no concelho de Oliveira de Azemeis, a casa onde o autor de *A Selva* nasce e a paisagem envolvente, agradando esta em particular ao nosso escritor pela recordação que lhe provoca da região natal. Acrescente-se que pensamos tratar-se de um quadro que se pode actualmente ver na Casa-Museu Ferreira de Castro, em Sintra.

⁹⁶ Os relatos das viagens aos Açores, Canadá e Oriente comprovam o seu interesse e entusiasmo com a descoberta de outras culturas.

onde só têm o privilégio de entrar os que desempenham de alguma maneira uma acção cívica a favor da pátria, quer se entenda esta na acepção regional do autor ou na nacional. Já para trás deixamos perceber que cidadania e patriotismo são inseparáveis da política social, económica e ambiental, sendo agora o momento de somar a este enlace a cultura. Antunes da Silva procura nos outros aquilo que quer para si mesmo. Tonifica-se com os bons exemplos para prosseguir a sua caminhada de exigências, enquanto encoraja os companheiros de viagem, dando-lhes alento em JI e II com a publicação de méritos que não raro são esquecidos.

2.7. OS MÍDIA E A CRÍTICA

O efeito lesivo da televisão sobre os portugueses, que por sua causa esquecem o cinema, o teatro e a literatura domina os textos acerca deste órgão de comunicação social (JII, p.138). O comportamento parcial de alguns funcionários da RTP e a submissão do tempo de antena a conteúdos americanos (informativos, cinematográficos e musicais) que impedem a «[...] promoção dos valores culturais do País e da Língua Portuguesa [...]» são as principais razões de queixa (JI, pp.29, 139 e 170).

A diferença entre o bom e o mau jornalismo reside na escolha entre a crítica fundamentada, a qual «[...] contribui para evitar desvios ou erros alheios», e a maledicência, que visa «[...] convencer o público de qualquer maneira [...]» (JI, p.173). Quatro páginas a seguir, a coluna «Política de A a Z», do *Diário de Lisboa*, prova a realização de um «jornalismo sério e pedagógico» com a atitude do historiador Fernando Piteira Santos. Pouco antes, de Madeira Piçarra, o director do *Diário do Sul*, jornal eborense que coexiste com o NS, diz-se: «Nunca foi do meu quadrante ideológico, mas estimo-o. Ou por outra, estimamo-nos» (JI, p.140). Salienta-se então ser possível às diferentes vias políticas que compõem o sistema democrático encontrarem expressão correcta no jornalismo. Na imprensa local, que continua a constar nas observações de Julho de 1987, detectam-se «[...] certos escribas que à viva força, só por escreverem artigos de jornal da região onde pontificam, se ufanam de si próprios, como modelo de um virtuosismo que não têm e de um prestígio e uma vocação frustrante bem patente» (JII, p.155). O contacto ao longo de décadas na comunicação social escrita com pessoas que admira aumenta-lhe o incómodo provocado pelas posturas descritas, marcando estas apenas um ponto no desconforto interior que sente na urbe de nascimento a que há pouco regressara. Saudoso do tempo em que as artes originavam «edições especiais de gazetas e revistas», lamenta o rumo sensacionalista tomado na actualidade, onde só «[...] a bulha das nações, os atentados, os crimes, os torneios de futebol, a hegemonia de uns povos sobre os outros, a zombaria política» vendem (JII, p.110).

Desviada do percurso tomado por aqueles que tem em consideração, a via empreendida por certos críticos literários merece repúdio, porque acusa neles uma preparação insuficiente. Além de ignorarem autores maiores, como José Rodrigues Miguéis (JI, p.120), gostam de

«[...] espenicar a honra alheia e lançam suspeitas infundadas, disparates sem sentido ético» (JI, p.117). Não bastando tais atitudes, são capazes de denegrir a imagem de autores que não leram (ou que leram e publicamente não o assumem) e por quem nutrem «antipatia ideológica ou regional» (JI, p.157). A pouca qualidade encontrada nos suplementos literários nacionais explica-se pois com a tendenciosidade que enferma muitas apreciações, a qual chega também a prejudicar os escritores apreciados. A insegurança do comentário judicativo troca-se então por um silêncio momentâneo perante a literatura daqueles, enquanto se aguarda a manifestação dos pares. A estratégia do tempo de espera permite aos inseguros «não se comprometerem sem lucro» (JI, p.157). Resumindo, aos olhos do nosso poeta a crítica literária em Portugal peca por uma certa baixeza de espírito, cultural e ética, opinião que de resto é refutada por alguns dos amigos que lhe escrevem. Embora não o declare em termos pessoais, descortina-se no incómodo antunino com o assunto o provável menosprezo pela sua própria produção da parte dos comentadores. Quando apelida alguns deles de «mercenários das letras» e clarifica em seguida a feia designação (*os que delas se aviam sem construir algo de eminentemente criador* JII, p.160), relembra mais uma vez a importância de um trabalho bem feito e o valor da criatividade individual.

2.8. LEITURAS E AMIZADES

Os comentários do próprio escritor acerca da literatura portuguesa vão-se encontrando com assiduidade e servem para reconstituir a rede de relações tecida por si com os companheiros de ofício, tarefa que as cartas e outros documentos presentes no espólio completam, dentro do possível, e para se perceber o grau de imersão da sua pessoa nas letras do século XX. A constatação de que ao longo da vida Antunes da Silva é um leitor aplicado e perspicaz confirma-se em JI e II e capta-se desde as produções iniciais, dada a improbabilidade de um estilo logo tão destemido e afirmativo ser então mero fruto do seu engenho nato. Se recuarmos no tempo, artigos da sua lavra no *Democracia do Sul*, onde aponta nomes de escritores a quem reconhece talento, remetem já para um gosto realista que em breve se consubstancia⁹⁷. Ao centrarmos agora a nossa observação nas publicações que contêm as suas ideias derradeiras, acedemos ao conhecimento da biblioteca lida nos anos oitenta.

Os nomes João de Araújo Correia e Miguel Torga escolhem-se para atribuição do prémio antunino «os nossos melhores escritores vivos», porque «[...] exprimem ambos pelas palavras

⁹⁷ No artigo «O Livro», presente no *Democracia do Sul*, de 24 de Novembro, 1940, lê-se:

Dos escritores como Herculano, Eça de Queiroz, Camilo C. Branco, Fialho d'Almeida, Brito Camacho, Ferreira de Castro, Alves Redol, Afonso Ribeiro e outros, que, na feitura dos seus trabalhos são, colocam o humano e o real acima de todas as frivolidades sentimentalistas, são, por isso mesmo, menos queridos do público [...]; e *mais à frente acrescenta*: As obras dos génios, como Victor Hugo, Máximo Gorki, Emilio Zola, Tolstoi, etc., devem ser preferidas e lidas pelas multidões! (p.1).

A breve visita a Paris leva Antunes da Silva a confessar a admiração pela França desde jovem, a qual pensa ser uma consequência das leituras dos seus escritores, admitindo a hipótese de estes terem influenciado a sua formação.

mais simples e límpidas que se possam imaginar, as teias complexas da nossa consciência terrena» (JI, p.15). Numa comparação com Vergílio Ferreira o segundo ali eleito é novamente tema a 13 de Agosto de 1984. O afastamento do modo de escrever de cada um dos autores reside no recurso do romancista de *Aparição* a «mogigangas filosóficas» e «[...] travessuras de linguagem, fosquinhas de conceitos questionáveis [...]», os quais destoam da «fluidez» de Torga e do seu pensamento «límpido, acessível e fresco».

A influência de geração de 70 exerce-se no nosso poeta através de Ramalho Ortigão e de Eça de Queirós, distinguindo-se este pela argúcia da reflexão, psicologismo suave e «[...] pela impressionante articulação das palavras» (JI, p.52), enquanto no companheiro se vê «um dos mais lúcidos e profundos espíritos da sua época, escritor de insuperáveis dotes descritivos». Na obra *A Holanda* comprovam-se «a ironia, o bom-gosto oficial» (JI, p.129).

Uma leitura recente de *A Casa Grande de Romarigães* faz assinalar «[...] tanta beleza formal, tanta inteligência selectiva e perspicácia [...]» em Aquilino Ribeiro (JI, p.62) mas, se a facção literária que se envolve com a política predomina, os que com ela nada querem também são aceites. Prova disso é o facto das honras de abertura de uma imaginária secção de «crítica literária antunina» em JI caberem ao presencista José Régio, elogiando-se-lhe a lírica e *O Jogo da Cabra Cega*.

A meditação numa lembrança «[...] de Fernando Lopes Graça, de Mário Donísio, de Joaquim Namorado e seu irmão Egídio, de José Gomes Ferreira a sorrir de mágoa à mesa de um café de bairro» que pretende deixar no primeiro diário é interrompida pela voz na rádio que anuncia o falecimento do último. Abalado, Antunes da Silva define o poeta militante: «[...] um português-poeta de rara grandeza, um incomparável pioneiro moral, um dos mais cotados cidadãos que conheci em toda a minha vida». As qualidades nele encontradas são também características dos neo-realistas a seu lado e todos juntos formam um grupo composto por homens «[...] que sempre olhei com um respeito incomum, embora tímido, porventura polido, desligado de qualquer espírito subserviente, como se tivesse receio de alguma vez me desiludir deles». Confessa por fim serem aqueles «[...] os meus bons ídolos secretos, os meus implacáveis mestres de civismo, no dealbar dos meus trinta anos» (JI, pp.114-116).

A relação descrita evidencia constituírem os nomeados uma espécie de estrela-guia de Antunes da Silva sem que a distância entre si e os mestres se esbata, factor que deve valorizar um trilha literário que não se limita a ajustar-se ao modelo admirado, mas que dele se desvia precisamente com o que tem de mais original, a dimensão lírica. O espaço que medeia entre o nosso escritor e os que reconhece como os seus pares genuínos resulta em parte de um desencontro temporal, visto ser mais novo do que todos eles e não ter frequentado a universidade onde estudaram, em Lisboa ou Coimbra, o que acaba por fornecer por sua vez uma justificação, ainda que secundária, para alguma desatenção dos críticos à sua personalidade artística e consequentemente para o seu apagamento no brilho intelectual da época.⁹⁸ Volvidas mais de três décadas sobre a atracção à distância dos neo-realistas,

⁹⁸ Segundo se lê em *Portugal Século XX. Portugueses Célebres* [coordenação de Leonel de Oliveira, textos de vários autores], Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, Fernando Lopes Graça (n. 1906 - m. 1994); Mário Dionísio (n. 1916 - m. 1993); Joaquim Namorado (n. 1914 - m. 1986); José Gomes Ferreira (n. 1900 - m. 1985).

constata-se que aquela deu lugar entretanto a amizades. O relato de 10 de Janeiro de 1987, porque posterior ao falecimento de Joaquim Namorado, é com certeza uma memória antunina com saudades do «abraço longo, de companheiro fiel» recebido em Coimbra do poeta de *Incomodidade*. Antunes da Silva tenta atenuar a ausência sentida, pagando-lhe assim o gesto: «[...] cidadão do mais fino quilate dos mortais da política e da literatura, quiçá dos melhores que encontrei na vida. Um parceiro duma dignidade e estoicismo pouco comuns». Quem nada conhecer acerca do matemático de Alter do Chão, fica então a saber que deu orientações literárias ao nosso eborense e até ao fim «foi um exemplo e uma atracção» para ele, pesando neste remate o seu empenho num futuro melhor para Portugal, sem nunca obliterar «a sua ascendência e lugar».

A consciência de quanto o modesto grau de preparação literária, conferido pelo curto trajecto escolar, influencia na separação daqueles mostra-a numa reflexão sobre a arte produzida por «[...] os escritores de boa craveira cultural e os que a não têm». Os trabalhos dos que tiveram acesso a estudos superiores são pensados em geral como fruto dos conhecimentos académicos, da reflexão segura, porque assente em provas, e de «[...] o talento, se o tiverem», enquanto os escritores «com um curso técnico» «[...] produzem obras de carácter realista ou popular [...]», cujo substrato é «um humanismo criador» (JI, p.70). Noutro momento, depois de se queixar de lhe faltarem as oportunidades que gostaria de ter para absorver a lição dos clássicos através da respectiva leitura, compara-se modestamente a um camponês analfabeto que faz versos «toscos e originais» (JII, p.77).

A atracção exercida pelos modelos acima descobertos prende-se, já o sabemos, com uma noção de literatura que apela ao posicionamento político e, por isso, nos diários, as referências a obras artísticas onde o Alentejo se engrandeça também se enquadram nessa mesma noção, quer se insiram ou não na esfera neo-realista. O livro que Gil do Monte lhe oferece é olhado pelo nosso romancista nesta perspectiva, na medida em que o conteúdo não ficcional atesta «[...] o zelo patricio deste meu confrade a dar o seu legítimo contributo às letras alentejanas [...]» (JI, p.49). Ainda mais claramente se diz sobre *Alentejo Marginal*, de Manuel Geraldo, que «o livrinho vem eivado de fervor patricio [...]» e que o jornalista da planície «[...] se vale da sua genuína cidadania para apontar um mal longo e desesperante: a teimosa *colonização* alentejana [...]», perpetrada por estranhos à região (JI, p.133). Apesar da dedicação literária e cívica ao Alentejo, constata com mágoa que os livreiros eborenses actuais não o incorporam na Feira do Livro (JII, p.58). O desinteresse da cidade pelos valores da cultura local fere-o de novo, quando o companheiro António Monginho publica *Palavras Antropófagas*, o que acentua a desilusão do regresso à terra transtagana (JII, p.194).

Sentir-se secundarizado no panorama das letras, as quais tanto estima, faz certamente com que pense noutros que em tempo algum foram alvo de observação adequada e que busque no próprio comportamento uma justificação para isso. Por diversas vezes, fala do feitio reservado que não lhe concede entusiasmos com a participação em actos sociais (palestras, colóquios, idas a escolas), os quais o deixam «com os nervos em ebulição e desajeitado [...]» (JII, p.107). As homenagens aos escritores são o mote de 8 de Abril de 1986 que leva à ponderação dos malefícios dos elogios públicos na postura e na qualidade dos trabalhos daqueles. Associa o esquecimento da sua pessoa da parte de «antologistas

ou apresentadores» ao facto de ser arredio e sente-se por isso «um cidadão solitário» (JII, p.49).

Acerca da obra de Garibaldino de Andrade constata que nenhum estudo detalhado foi até à data empreendido, reparo que de acordo com a nossa rápida pesquisa receamos permanecer actual. Em sentido idêntico pode entender-se o final da nota sobre a morte de Gil do Monte, «[...] autor de livros sobre figuras típicas, efemérides, história [...]» de Évora, onde se menciona o interesse do espólio legado, parecendo fazer-se também um convite à investigação desta obra. Se é a amizade antunina que retira do vaso dos invisíveis o nome de Jorge Ferreira da Silva, ainda que se enalteça o valor dos textos dramáticos produzidos para a rádio (JII, p.40), já o de José Loureiro Botas parece surgir apenas por ser «um admirável contista ignorado pelas novas gerações» (JII, p.61).

É a descrição social de João Rui de Sousa e o carácter afável de Sebastião da Gama, o qual «andava todos os dias a espalhar confiança e bondade à sua volta [...]» (JI, p.140), mais do que a poesia legada acerca da qual Antunes não nos informa, que merecem lugar nos diários. Do círculo antunino de afectos literários onde João Rui e Sebastião se encontram também Matilde Rosa Araújo faz parte. Sobre o comportamento desta escritora que se destaca na literatura infantil, escreve: «É comovente e salutar a ternura que ela demonstra pelas pessoas que estima e pela vida que leva, que muito bem traduz um humanismo praticante» (JI, p.39).

A pretexto de pedir uns autógrafos, dirige-se a Vergílio Ferreira, com o propósito que nos confessa: «ia buscar um pouco da vaga amizade, já de si empalidecida pelo rigor dos anos sem nos avistarmos [...]». Para a recepção fria só encontra explicação política ou ter o beirão pensado tratar-se «dalguma pedincha enraizada num oportunismo relapso». A situação piora quando Vergílio Ferreira se refere a esta visita em *Conta-Corrente* 3 num modo que o ofende e até magoa. Por essa razão, decide Antunes da Silva dar a 14 de Maio de 1985 a sua versão da história, acrescentando um episódio, ocorrido anos antes num café de Évora, onde os maus resultados obtidos no jogo do bilhar levam Vergílio Ferreira a descontrolar-se à frente de todos e a mostrar como uma derrota irrisória o afecta. A caricatura vergiliana não impede ali, porém, que passagens como «[...] cordial, progressista, assaz modesto e criterioso cidadão» ou «mestre apumado no Liceu da minha terra [...]» esbatam o ridículo na figura do existencialista. Já em JII a conduta do referido escritor se volta a repudiar por «[...] zurzir ou mesmo minimizar autores de envergadura como Camilo e Torga». Passagens do tipo «na minha opinião, tomara V.F. comparar-se a quem tanto menospreza!» mostram que o mal-estar entre ambos fica instalado. Antunes da Silva interpreta aquela atitude como uma demonstração de «ciúme» e auto-elogio (JII, p.107).

A propósito do «algarvio de boa têmpera» António Ramos Rosa, com quem anos antes vai «[...] na companhia do Raul Carvalho, do Vasco Granja, do Américo Diniz e do João Rasquinho [...]» à Serra da Arrábida em visita a Sebastião da Gama, avaliações igualmente favoráveis (*jovial, cavalheiresco; olhar plácido; sério pensador; evidentíssima humildade; recato provisório e provinciano*) constam no seu registo humano. Contudo, a delonga e o empenho na redacção do comentário literário que acompanha as notas de carácter, o maior de todos em JI, devem-se à necessidade de destrinçar o homem da respectiva obra. Sem

temer ir contra juízos de terceiros, Antunes da Silva clarifica as razões do desapeço pela poesia do companheiro de Sol, versos e petiscos, mostrando ter feito dela uma análise minuciosa. Nem a musicalidade com «[...] sons que ressoam como legendas aritméticas de uma esperança malcabida [...]», nem o conteúdo com «diabruras semânticas», símbolos pouco apelativos, ou «[...] sucessivas imagens que se atropelam numa toada que dir-se-ia cataléptica», o convencem, o que o leva a dizer: «Considero-o um esquisito homem de letras a lavrar vocábulos para o seu próprio consumo» (JI, p.80). Mesmo com a pretensão de «escrever escorreito e diferente», António Mega Ferreira ou Casimiro de Brito frustram as expectativas do nosso crítico, que exclama: «Que complicadas tramas formais para escrever coisas simples!» (JII, p.162) e provavelmente os inserem no grupo dos que «[...] dominam bem a língua mas se tornam difíceis de entender com a pecha de uma originalidade forçada» (JII, p.77). Do ponto de vista antunino, contrastam com os prosadores João de Melo e Américo Guerreiro de Sousa, cujo estilo os coloca como nomes cimeiros da nova geração (JII, p.239). A limpidez estilística é, pois, para Antunes da Silva condição essencial para uma boa redacção em qualquer género textual, onde o gosto pelo concreto também prevalece, aspectos que se harmonizam com o critério da veracidade que deve imperar nos escritos com menor investimento literário.

A par dos sentimentos de admiração, respeito e amizade, que a interacção com os pares do mundo da literatura e até das artes plásticas promove, outras emoções suscitadas pela entrega à arte do verbo (*angústia, frustrações, insónias, alegrias breves mas profundas*) conectam-se mais a aspectos práticos do seu exercício (JI, p.121). Opina-se que a escassez de incentivos dos diferentes Governos, que pouco dos orçamentos gerais destinam à cultura, atinge os que directamente se envolvem com os livros (autores, editores e livreiros) e também a restante colectividade, porque o elevado custo daqueles não promove a sua aquisição e acaba por desfavorecer a leitura (JI, p.38).⁹⁹

2.9. A REDACÇÃO DOS DIÁRIOS

Os trechos sobre a redacção dos dois diários abundam, depreendendo-se aí as agruras pessoais do ofício literário. A dactilografia cansa o corpo já idoso que desnuda aos olhos do leitor alguns dos passos da arte de escrever: «Uma manhã toda a lavrar retoques na prosa e nos versos, abolir uma simples vírgula, anular uma palavra desapropriada ou uma frase que redigi recentemente» (JII, p.127). Apesar de sabê-la necessária, a correcção textual desagradava a Antunes da Silva pelas dores que lhe provoca no pescoço e nas costas e também por a achar ingrata. A comparação que faz dela com o serviço da empregada doméstica, quase sempre mal remunerado, exprime o sentimento da ingratidão, o qual assenta na ideia de que o receptor da mensagem ignora, e assim não gratifica, esta tarefa.

A saturação com a escrita dos livros aqui em leitura torna-se evidente logo no início de JII, sem que se iniba o seu criador em a partilhar com o público. Explique-se agora que o facto

⁹⁹ Veja-se agora o apêndice «Leituras e Amizades».

de neste livro poucas citações surgirem dos apontamentos de 1989-90 deve-se à escassez crescente com que por essa altura são efectuados e ao conteúdo em redução. Um vazio no entusiasmo com o mundo da literatura portuguesa e o tédio que de si toma conta, dificultam-lhe o labor.¹⁰⁰ O desabafo de 11 de Fevereiro de 1986 vem ao encontro das nossas afirmações: «Mas não arranjo facilmente um método seguro de o ir avançando (*ao diário*) como queria, de mostrar um interesse maior por ele ou por mais delicadas e trabalhosas facetas romanescas». Decide, porém, prosseguir e encher o diário de poesia. Sabe que «[...] se não quiser frustrar uma acção dialogante e inserir -me num mundo destes [...]» assim tem de ser.

Esta última transcrição indica já uma das funções que JI e II desempenham: manter o contacto do escritor com o Portugal contemporâneo. Embora ali não seja dito abertamente, sabemos estar a referir-se à literatura portuguesa em especial e a todas as vertentes da política. Pelo que foi dito por nós até ao momento, fica demonstrada a constância antunina na exposição do que crê (in)correcto, atitude combativa em prol da educação cívica do povo luso, que estando cercado numa «democracia malparida e assaltada», tanto dela carece (JI, p.30). A pedagogia assim entrevista é às vezes directamente proclamada (JI, p.120), outras exemplificada. O generoso acolhimento da comunidade portuguesa no Canadá à comitiva que pôs em prática a Semana Cultural Alentejana naquelas paragens escreve-se para que os filhos dos emigrantes sigam o comportamento dos progenitores cuja «lição de portuguesismo» foi «[...] espelho da nossa identidade nacional no estrangeiro» (JI, p.104).

Quem carece maiormente dos ensinamentos de cidadania e de espírito pátrio é a juventude, grupo desprotegido na sociedade actual, tal como os idosos. A restrição de afectos que a contempla conduz a uma certa imoralidade (JII, p.178), explícita no respectivo retrato delineado com «[...] as músicas desabridas, os namoros licenciosos, a marginalidade estouvada, a droga e a criminalidade» (JII, p.90). A constatação de não se lhe encontrar vontade de trabalhar, nem sequer promissoras capacidades cognitivas (JI, p.133), acaba por colocar o ensino no banco dos réus. O desempenho de alguns docentes, que peca pela ignorância ou descuido, e a atracção exercida pela rádio ou pela televisão, que difundem em demasia a cultura americana, explicam o baixo nível de formação dos jovens desinteressados pela história recente do país e sem domínio da língua materna.

As reprimendas a certas acções ou o incentivo de outras devem orientar-se, segundo nos faz crer, pelo critério da verdade. Com este fundamento Antunes da Silva define «diário» como «[...] registo cautelar, estético ou íntimo de ocorrências que mais ou menos nos impressionaram [...]» (JI, pp.91-92). A palavra «cautelar», que apela a cuidados para não ferir a sensibilidade alheia, atesta a consciência da pluralidade da verdade. No respeitante ao livro do amigo e companheiro político Mário Ventura, *Outro Tempo, outra Cidade*, Antunes da Silva gostaria de «corrigir asserções deturpantes» (JI, p.41), que a lembrança de factos de 1969 produziu acerca de si.¹⁰¹ Talvez por pensar então nos dolos da memória,

¹⁰⁰ Perante a constatação da pobreza cultural em Évora, reage: «Sem refúgio aparente, medito na feitura de um naco de prosa ou na flor de um verso [...]», contudo, isso «não resolve a minha instabilidade» (JII, p.89).

¹⁰¹ No livro referido Mário Ventura, candidato da Oposição Democrática de Évora às eleições, tal como Antunes da Silva, Manuel Bagulho e Victor Hugo, relata o decorrer atribulado do processo legislativo e denuncia a falsa liberdade marcelista

a qual nem sempre fecha a porta à imaginação e por isso distorce os dados reais e gera certezas falsas, o nosso autor se acautele e designe JI no referido texto por «caderno de memórias», salvaguardando-se desta maneira caso cometa imprecisões idênticas às do companheiro.

O eixo orientador da verdade quer-se ainda no contributo para a História da democracia lusa que os diários pretendem ser.¹⁰² Harmonizando-se com a crítica construtiva, o propósito de «[...] acarrear subsídios para a história do nosso tempo, a ver se outras gerações aprendem alguma coisa com as repetidas experiências que vamos tendo» (JI, p.141) é enfrentado como «obrigação». Percebe-se agora que a origem da escrita de JI e II não se esgota no desejo de Antunes da Silva se sentir integrado no que o rodeia, pretende agir sobre o tempo presente e até estender essa acção aos portugueses do futuro. Conquanto tenha presenciado um rol de mutações sociais depois do 25 de Abril de 1974, o desvio das suas metas revolucionárias pela rota democrática faz com que continue a perseguir nos diários, espelho dos respectivos valores, os ideais que o animam. A redacção histórica antunina nem se confina à contemporaneidade, nem às individualidades lusas das décadas iniciais da democracia, havendo nela lugar para o cidadão comum que com a pátria interaja. Em JI e II, os textos onde a dimensão cívica se impõe, distribuídos sobretudo entre um género noticioso e cronístico, escrevem-se, portanto, com a intenção de fazer História democrática, quotidiana e popular, na medida em que a tudo e a todos podem ceder atenção.

A mensagem de 19 de Outubro de 1986 reitera a ideia de a escrita diarística ser o cumprimento de um «[...] dever formal perante a sociedade consumista que o atola», mas declara sem rodeios o resultado catártico que daí advém. Depois de efectuada a «obrigação», comenta: «[...] sinto uma calma levíssima, uma paz serena, o espírito remoçado das trancas da vida [...]» (JII, p.88). A paz proporcionada pela expulsão dos demónios políticos engrandece-se ainda mais com o regresso ao seio da Natureza no berço pátrio. O lado mais estético dos diários fica reservado para este tópico. Segue-se para já o tratamento individual e anacrónico dos lugares marcantes na vida do escritor.

que o envolveu. As «asserções deturpantes» de que fala Antunes reportam-se ao choque de personalidades entre Mário Ventura e Victor Hugo, o qual acaba por perturbar a união dos candidatos.

¹⁰² Uma passagem de onde se infere este desejo de registo histórico é a seguinte: «[...] para se saber o que se passou em determinada época aziaga [...]» (JI, p.30). Este objectivo surge como explicação para a referência a certos factos políticos que possam parecer triviais e sem grande importância pública.

3. RISCAR FRONTEIRAS

Em *JI* e *II* o interesse de Antunes da Silva pela democracia ensaiada no território português (espaço social) é acompanhado por retalhos do seu íntimo (espaço psicológico). Quanto aos lugares da geografia física, são sempre o ponto de partida daqueles dois e devem visualizar-se por isso no vértice de um triângulo espacial equilátero que sustenta os diários. Da igualdade de forças dos lados que o compõem e da impossibilidade de os separar advém uma interferência constante dos três tipos de espaço uns nos outros. Todavia, esta espacialização discursiva não atinge apenas o nível semântico e estrutural, alcança ainda a componente estilística e até a material. O desinteresse progressivo do escritor pela vida traduz-se na redução em número e tamanho dos textos nos últimos anos dos diários e na inviabilização do projecto de *Jornal III*.¹⁰³

A fragmentação própria do *corpus* diarístico corresponde a uma multiplicidade de temas cujo sentido procuramos entender no seu todo. A arrumação cronológica que a data de abertura dos sucessivos registos faculta perde relevância em detrimento da reunião daqueles por uma ordem aleatória, que tem o fim de encontrar as linhas de significado maior que atravessam o texto completo. Sempre numa metodologia que atenta no pormenor para depreender o geral e animados pela vontade de preparar uma carta do espaço antunino, vamos em breve por outros trilhos, não tanto políticos, mas mais pessoais. Estamos quase a entrar em definitivo no Alentejo de Antunes da Silva, mas antes façamos uma pausa para ir até ao Oriente, que o autor conhece na companhia da segunda esposa, Gisela, dois anos após o casamento e o imediato regresso a Évora.¹⁰⁴ Esta saída do território nacional surge neste momento para que observemos o comportamento daquele fora do meio habitual. Procuramos demonstrar que os interesses são os mesmos e que a atitude analítica se conserva, tentando avaliar o seu grau de receptividade à diferença e em que medida ela o afecta. Os restantes passeios para o exterior de Portugal continental (Açores, Canadá e Paris) proporcionam ainda a este estudo um tratamento alargado da nossa sociedade, visto somarem-lhe o tópico da emigração.

3.1. ORIENTE

Maria e Vergílio, a filha e o genro de Gisela, emprestam um pouco de familiaridade ao exotismo que a visão ocidental encontra em Macau, a 3 de Julho de 1988. O primeiro lugar a ser descrito localiza-se perto «do rio das Pérolas» e trata-se de um restaurante com uma decoração típica da qual uma infinidade de notas menciona o garrido das cores e a nobreza dos materiais (jade, marfim) do mobiliário. No ar quente e húmido que faz transpirar os que nas ruas apinhadas circulam misturam-se «odores de baunilha e de cimento fresco dos

¹⁰³ Existe correspondência no espólio do escritor onde se fala de um possível *Jornal III*.

¹⁰⁴ O casamento foi no dia 26 de Julho de 1986.

novos edifícios [...]» (JII, p.215). O choque entre o luxo e a miséria das edificações do bairro da Areia Preta e a riqueza comercial que por lá abunda solicitam a caneta sempre pronta do escritor, que nos nauseia com a ementa que se consome nas tascas pobres e incomoda com os «[...] choros de crianças, o estrondo de cargas caindo no solo, gritos isolados, cantigas de mulheres». A saturação espacial de cheiros pouco agradáveis, ruídos e gente, tal como o evidente desequilíbrio na distribuição da riqueza explicam «[...] semblantes, ora doces e delicados, ora duros e cruéis» (JII, p.217). No meio destas caras, muitas pertencem a viciados no jogo, algumas são de clandestinos que ali chegam para trabalhar, depois de uma travessia perigosa a nado pelo rio Amarelo. À minúcia do relato que acentua os contrastes e a diversidade locais que faz nos dois primeiros dias, segue-se a síntese de 5 de Julho de 1988. Da sua prosa sai a afirmação da grande diferença entre a civilização visitada e a portuguesa e as reticências do escritor relativamente à manutenção do percurso evolutivo que a China conhece desde os anos quarenta.

Na cidade chinesa de Zuhai fazem-se compras, sendo o mercado motivo de descrição igualmente sensorial na lista de produtos à venda e nela se destacando a honestidade e dinamismo popular dos vendedores, energia que logo depois se constata ter desaparecido «[...] numa zona de comércio especial aberto à iniciativa privada» (JII, p.220). O ar abatido dos funcionários desta faz o autor suspeitar de ordenados baixos. Depois de tecer considerações que incluam «boa expansão habitacional», «diversas fábricas» e os «benefícios de um porto de mar», regressamos à pobreza detectada no tecido humano que cobre a cidade cheia de pedintes de várias idades. Conquanto a imagem conjunta destes ser «algo grotesco» a adesão interior do visitante não fica inviabilizada: «No fundo, gostei de Zuhai, do seu povo ordeiro nas aparências gerais que tive dele» (JII, p.220).

Entre Hong-Kong e Kowloon, uma cidade satélite da metrópole de expressão arquitectónica e comercial gigantescas, se passa o dia 17 de Julho. Por estas bandas, o que mais prende a atenção do escritor são as mulheres, cuja beleza vem sublinhando desde Zuhai, mas que nos diários não é um aspecto destacado no género feminino. O vaguear urbano arrasta o pensamento antunino que parece confundi-las com o espaço físico onde todos se encontram.¹⁰⁵ As filipinas, que procuram serviços de limpeza ou se sujeitam à prostituição, magnetizam-lhe a atenção em particular e acaba por reprovar a «paisagem humana assaz deprimente» e própria das sociedades capitalistas, conforme opina. Só o gesto dos habitantes passearem na rua os pássaros domésticos se contrapõe à nota global negativa deste sítio.

Devem-se às «plantações de chá», «culturas de arroz», «[...] bem como cortinas de bananeiras, manguais (*sic*) e moitas de bambus [...]» o verde e o castanho que pintam a China a 13 de Agosto de 1988. A paragem numa aldeia comunitária a caminho de Zhong-Shan

¹⁰⁵ Prova do que dizemos é a citação seguinte: «Continuam a passar por nós formosíssimas mulheres, aconchegadas aos seus maridos ou aos seus amantes, vagueando *nestas longínquas paragens de sorriso solto, arbatadoras, felizes, zombadoras*, gozando os paroxismos duma abençoada existência com as suas incríveis e chocantes aberrações sociais e eróticas» (JII, p.223). Sublinhamos de propósito o enunciado para que se veja a transferência do «sorriso solto» (e adjectivos posteriores) das mulheres para aquelas «longínquas paragens» e a facilidade com que se elabora a hipálage, através de uma simples deslocação do complemento circunstancial de lugar para o meio da frase.

leva-o mais uma vez a fixar-se nos extremos de desenvolvimento que por ali abundam e a diagnosticar «[...] a falta de coordenação estrutural para o conjunto do país» (JII, p.229). De retorno à estrada, o autocarro pára para se ver a casa-museu de Sun Yat Sem, o primeiro Presidente da República chinês, a qual o encanta bem mais do que o Palácio dos Artistas de Cantão. Prestes a chegar a esta urbe também enorme, os vinte e quatro quilómetros que o distanciam tornam-se um «calvário» que dura a manhã inteira a ser percorrido num caminho repleto de buracos. Saturado, estende a toda a China um «[...] extremo limite de falta de planeamento de obras públicas [...]» (JII, p.231) a partir da avaliação desta jornada. Em Cantão é o rio Amarelo com o seu frenesim «de pessoas e mercadorias entre as margens» que se enaltece com um belo poema, mas o ataque ao comunismo chinês por este se entender «com nações de governos de extrema-direita» (JII, p.232) reitera-se aqui, para se acentuar no retorno a Hong-Kong. A desigualdade e a exploração humana enfermam a colónia inglesa, cuja «insegurança» se evidencia na «[...] instabilidade permanente, estabelecida em regras de cariz quase feudal» (JII, p.235) que castiga tantos homens e mulheres. O controlo destes crê-se difícil pela variedade étnica e cultural que encarnam e porque a «corrupção» impera. Não obstante o progresso tecnológico e artístico da actualidade, o autor não perdoa a protecção do regime chinês ao capitalismo crescente. A influência de Inglaterra equilibra-se no fim porque se de um lado explora os nativos através das multinacionais, por outro defende-os com eficácia da violência. As vivências pessoais na empresa CEL-CAT e a experiência colonizadora de Portugal levam à redacção de algumas das linhas de 20 de Agosto onde se lê um balanço do período pós-colonial, respeitante aos países colonizados por nós e por outros. A conclusão que se tira é que os povos que se libertaram da colonização «[...] não souberam ainda encontrar o caminho ideal para viver melhor e consolidar a sua independência [...]» e, por essa razão, os EUA têm-se implantado cada vez mais a nível cultural, financeiro e militar.

Na narração das viagens pelo Oriente o predomínio do descritivo, repleto de pormenores, atesta o treino do observador cuidadoso que antes nos mostra uma parcela de Portugal, mas também o efeito que outras civilizações bem distintas têm em si. Um misto de fascínio e desaprovação sumaria o relatado, explicando-se aquele primeiro sentimento pela componente cultural das visitas empreendidas e resultando o desagrado da leitura política dos lugares. Lado a lado com a narrativa de viagens corre um discurso de reflexão, que se baseia, tal como a lírica suscitada no período, no conhecimento das realidades exteriores que experimenta durante a existência e no próprio «eu». A comparação, clara está, é a guia mais poderosa de todos os percursos e anda sempre na comitiva da subjectividade.

É ainda com fraco entusiasmo pela nova geografia que há dois dias aprecia que se escreve o primeiro poema de uma série de oito que aparentam ter nascido da visita ao Oriente. A diferença entre a civilização lusa e a macaense que resume a apreciação feita a 5 de Julho não basta então ao escritor para o distrair do «tédio», «angústias» e «ânsias» (JII, p.218) que habitam o seu íntimo, incomodado também pela temperatura, uma «fornalha», e com certeza pelo assalto sofrido logo à chegada. Pouco depois, a semana em que fica sozinho na casa de Macau, em troca de um passeio à Tailândia em família, permite-lhe voltar um pouco à normalidade, com a realização de tarefas frequentes no dia-a-dia em Évora, e familiarizar-se assim com o espaço fora de portas. As três estrofes onde enverga um

«quimono grená e fulgente» (JII, p.221) que esteticamente lhe agrada, conforme a última das quadras mostra e aqueles adjectivos indiciam, revelam precisamente a progressiva adesão interior do sujeito poético à nova paisagem. Para que esta seja plena, tem de lhe estimular o sonho, preço também pago pela realidade portuguesa, segundo fazem entender os versos «na parte do mundo onde estou vivendo/sonhando me cumprio, a tudo me rendo» (JII, p.221). Por causa da intrusão do onírico na poesia do Oriente contrasta ela com a prosa materialista e sensitiva que o trata. O espaço físico e social do Leste em foco mais não é do que ponto de partida desta lírica, a qual recolhe dele elementos da paisagem natural, entre indivíduos e saberes, mas do mesmo se desvia para dar refúgio às emoções do sujeito poético. A atracção pelo Oriente começa-se a descobrir no conforto com aquele «quimono» e explana-se na fotografia do rosto e das vestes de uma bela chinesa (JII, p. 222), que talvez ajude a despertar a erotização verbal do poema seguinte. A 26 de Julho de 1988, deixa-se fugir a impressão da receptividade sexual do género feminino, após se saber de um medicamento que «recupera forças retraídas», e é preparado a partir da bÍlis das jibóias. Fora estes desvios por outros campos, a mente do autor repousa na superfície agrícola cuja brancura quente o chama (*ao brilhar do linho na paisagem* JII, p.226) e o embala com a música conveniente (*e um chinês tocou num tamborim/uma toada fina, descansada*), segundo parece imaginar. No quadro bucólico que o vai conquistando descobre a conhecida «papoila» na vizinhança de estranhos (*urubu; soja e bambu*). A estância de oito versos em que residem dá albergue a um «tufão» oriundo das «Filipinas» e em travessia do território até «Burma» (JII, p.225). Os substantivos deste texto, na medida em que respeitam a lugares e elementos naturais da região, comprovam o meio linguístico encontrado para dar às composições do Leste o tom próprio. As saudades da pátria que confessa passado um mês deslocam-se para o texto com data de 11 de Agosto e combatem-se com a atenção prestada por essa altura às margens do rio das Pérolas, onde «as serras» e «os vales em verbenas de água e chá» se descobrem, estando «no topo, a velha cidade de Cantão» (JII, p.234). A par dos acidentes do relevo físico, a imaginação ajuda-o mais uma vez a superar as dificuldades de integração do momento, criando para isso «um mágico chinês» (JII, p.237) que, apesar da capacidade de magia, não deixa de lhe entregar o que na Terra e no céu há de corpóreo e ele tanto procura.

3.2. LISBOA

Conhecedores do fascínio de Antunes da Silva pelo Alentejo e do facto de ter sido pressionado, por questões políticas, a deixar Évora e ir viver para Lisboa, onde permanece até Julho de 1986, somos tentados a pensar que o retorno à capital transtagana é fonte de regozijo. JII desengana-nos ao elucidar bem quanto Évora constitui uma decepção. Antes, porém, de entrarmos no vasto espaço da planície, anotemos as impressões mais íntimas acerca de Lisboa, lugar de representação (ainda que grosseira) de toda a nação.

Mais do que indicar a separação corporal do Alentejo, a palavra «desterro» é aplicada à urbe alfacinha para marcar a distância interior do autor face a ela. A redacção de excertos como «quando estou em Lisboa, há certos momentos em que pressinto ir ser devorado por hipopótamos» (JII, p.172) exprime a hostilidade entendida nos outros com que se cruza. O desencontro humano agrava-se em confissões onde o isolamento se explica por ali se sentir um ambiente de falsidade geral que coarcta a sua liberdade pessoal: «Quanto mais Lisboa, mais solidão, a tentar mumificar-me os gestos num teatro que não me conquista» (JI, p.22). No texto a que pertence esta citação a ideia de uma bruma «apreensiva» que molda a cidade apoia a interpretação acabada de fazer. Às vezes, tem-se a certeza de que a distância emocional do romancista não se confina a um mero desapego que se poderia supor, sendo algo mais profundo, uma incompatibilidade genuína. Com clareza afirma: «Estou num cerco. Fui condenado a viver num sítio tão longe e hostil da minha matriz e à minha maneira de ser, que todos os dias me sinto enfastiado [...]» (JI, p.117). A reacção ao pedido de um leitor para que escreva um livro de assunto citadino confirma-a: «Não se intrometam na gruta da minha intimidade, porque amo tudo que é simples e natural e por isso me afasto do que é complicado e sujo». Note-se a dureza dos últimos epítetos que têm a cidade em mira, o espaço que é «[...] um charco donde às vezes emanam cheiros tão nauseabundos [...]» (JI, p.23). Mesmo metafórica a repulsa pela urbe capital é evidente.

Vinte anos passados sobre a publicação do romance *Terra do nosso Pão* os olhos do jovem protagonista Manuel confundem-se com os do seu criador na contemplação de uma terra que parece pouco fiável e que emite uma sensação de estranheza, embora o camponês aí tivesse acabado de chegar e Antunes da Silva já viva nela há cerca de quatro décadas.¹⁰⁶ Nos rostos dos transeuntes adivinham-se «sobressaltos e desgostos» (JI, p.112), que talvez espelhem o íntimo do próprio escritor, talvez uma empatia que se alimenta de muitos daqueles partilharem consigo a condição de deslocados da terra natal.

A curiosidade que o faz cirandar entre o aeroporto e as estações de comboio, passar rente às igrejas, «[...] ver o Tejo sujo da caca das gaivotas [...]» (JII, p.130) ou conhecer os subúrbios onde «não há um fio de ternura humana na altura dos seus telhados» (JII, p.182) tem de se compensar com o «o enfeite das estátuas» (JI, p.51) na rua ou a leitura de poesia, como nos diz a 13 de Março de 1987. O reequilíbrio faz-se assim com o belo, junto da família no lar ou no convívio com os amigos na Casa do Alentejo (JI, p.34). Em Lisboa o desconforto atenua-se ainda por momentos através de um elemento da Natureza (tomateiro da varanda, pombos da rua...) em que põe os olhos e que lhe permite chegar mentalmente às hortas e azinhais da planície (JI, p.22). As deslocações frequentes ao litoral alentejano e ao interior são outra compensação que o revigora.

¹⁰⁶ Sobre a cidade de Lisboa nesta obra, leia-se o que foi escrito em *Paisagens do Interior Ibérico*, pp. 32-34.

3.3. ÉVORA

Vir em segredo a Évora de autocarro sabe a «aventura», porque chega quando «davam as duas da madrugada em Santo Antão» para permanecer pouco mais de uma hora. O tempo despendido perto do Templo Romano a olhar em volta, a orientar-se interiormente (*que pesquisas tentava eu levar a cabo aquela (sic) hora anormal?*) levam-no à abstracção e à época «[...] de maometanos loucos prestes a entrar às portas da cidade [...]» (JI, pp.51-52). Mais do que o encontro com os que lhe são caros parece ser do espaço físico que Antunes da Silva sente falta.¹⁰⁷ As razões que o trazem à terra natal não estão claras para si, mas afirmações do género: «[...] sei que é no intervalo deste reboiço mental que sinto mais perto palpar o coração da minha pátria raiz» (JI, pp.123-124), fazem pensar que busca uma parte de si meio adormecida através do reencontro com o sítio que sente ser o seu. Procura avivar a identidade pessoal, sentir-se mais vivo (*é nos campos do Sul que sinto a minha verdadeira identidade* JI, p.8). No testemunho escrito destas duas fugas a Évora, Antunes da Silva parece pensar em voz alta e sem freios para o papel, posto que se intercalam aqui dados do exterior e psicológicos, tradutores da teia que tece o seu pensamento. A leitura do segundo texto salta do «oxigénio» que se respira, para «as cores antigas e próximas» e «os santos anónimos» ou uma infinitude de outros dados que, quando entendidos na plenitude, geram no destinatário a sensação de «vestir a pele» do autor.

Nestas introspecções a partir da materialidade de Évora perpassa a saudade, com a qual Antunes da Silva se acautela, visto saber que «[...] tece espectros, desenha ilusões, sublima a inteligência» (JI, p.13), num pressentimento do que o futuro breve lhe reserva. Com este juízo e porque «[...] flutuam ameaças desconhecidas à minha volta [...]» arrefece-lhe o entusiasmo, no dia 16 de Abril de 1985, e em Janeiro seguinte, surgem já «[...] tantas expectativas defraudadas» (JII, p.18). Conquanto o retorno aguardado durante quarenta anos ser então uma certeza, o que Évora tem para oferecer agora não chega para apagar a solidão de Lisboa que o desaparecimento brusco de Arlete deixa maior. Um mês passado após o casamento com Gisela, acontecimento que o traz de vez a Évora, dá conta das mudanças na cidade (JII, p.70). Confirma-se a decepção aqui adivinhada com «quase sempre o mesmo laconismo das manhãs [...]» (JII, p.85) do «[...] burgo esfaimado de iniciativas [...]» (JII, p.104). Sob as arcadas da Praça do Geraldo, as conversas com os amigos, juntamente com a redacção dos diários, tentam combater o tédio oriundo da falta de ocupação nesta fase nova da existência. A pobreza cultural que logo descortina na cidade acentua-se por as pessoas serem «mansas de espírito» e viverem «[...] agarradas a uma mediocridade espantosa [...]» (JII, p.104). Confissões como «sinto-me estiolar» ou «vai-me custando cada vez mais suportar esta superdose de fastio» (JII, p.89) são bem significativas do desagrado. A 14 de Janeiro de 1987, a depressão que dele toma posse fá-lo dizer: «Mas sinto a nostalgia do que era há poucos meses, longe da minha

¹⁰⁷ Outra passagem que comprova o que afirmamos é a seguinte: «Uma dupla apoteose me transfigura, mas eu não sei exprimir bem neste momento a força magnética que me atira para cá. A fresquidão destes pátios (*sic*), o cheiro a rosmarinho que extravasa das paredes velhíssimas da velha Universidade [...]» (JI, p.152).

pátria. Neste instante de artificial desapego, não pertença aqui nem a lugar nenhum». Antunes da Silva tem saudades da saudade que antes tinha de Évora, tal é o vazio que mora em si. Este lugar fá-lo empreender uma viagem existencial com partida demorada no desejo e chegada final à desorientação, sem deixar de fazer escala em sucessivas decepções. A metamorfose da saudade sucede de acordo com a estação onde desce para apreciar a paisagem. O fantasma da morte que o assombra desde a partida do único filho em 1981 aparece demasiado. Ainda antes de regressar, demonstra consciência de que a vivência hedonista da paixão por Évora está comprometida (*é em Évora o sítio do mundo onde mais me entristece viver, e no entanto é onde mais me apetece estar!* JI, p.124). Voltar a casa, contudo, é preferível à vida em Lisboa, mesmo quando a monotonia enferma os dias. A composição de 28 de Novembro de 1986 tem um poema no meio de umas linhas em prosa e versa sobre a «[...] calma paixão pela terra onde nasci», não ficando claro se o autor se refere ao Alentejo, se à urbe natal. Gerada por causa das estrofes que parecem reportar-se à região, ao invés da prosa, a indistinção serve para afirmar a relação dolorosa deste filho com a terra-mãe. Perante uma terra que «seduz» mas também é «cruz», o escritor reage com «ralhos» e «afagos» (JII, p.100). A indiferenciação (cidade/região) mostra em segundo lugar que não separa a realidade urbana do espaço em volta, ou seja, a atracção exercida pelo campo transtagano sujeita o amante à aceitação da cidade-berço no presente, ainda que esta não lhe cause júbilo e evasão como outrora, quando nela se refugiava da agressividade lisboeta. Constatamos, portanto, que a distância física de Évora tem na mente do autor o efeito de valorizar certos aspectos, que ele próprio selecciona e que desenham uma cidade-miragem, prometedora de afectos e outras emoções agradáveis, que crê Lisboa negar-lhe, e que a sua memória e criatividade produzem. Ainda que nunca o verbalize também a Lisboa deve a adoração pela planície.

Antunes da Silva sabe que idealizou o Alentejo e que precisa da distância para alcançar esse ideal: «Dá-me vontade de partir, para poder inventar um céu só meu e da planície, mais os homens que a povoam neste recanto peninsular» (JII, p.172). Depois de um período da sua vida onde uma série de perdas ocorrem – frustração política; falência do NS; morte de entes queridos e até a reforma – a chegada ao sítio por que há tanto anseia e o confronto chocante com a sua pequenez sociocultural rapidamente o desenganam, deixando-o sem nada a que se agarrar. A verificação *in loco* de que o combate contra a direita partidária, através do MDP/CDE e da imprensa, poucos ou frágeis resultados deu, revolta-o. Logo, a força anímica que o caracteriza ao longo das décadas em que se entrega à luta política e à literatura provém do conhecimento profunda da realidade do Alentejo, mas também da sua idealização. Sendo Évora uma micro-representação da província, desiludir-se profundamente com ela significa a destruição de um sonho que é parte bastante importante de si. Antes de voltar em definitivo podia concentrar o pensamento na materialidade da urbe para viajar no tempo e no espaço e construir universos paralelos aos exteriores onde todo o tipo de associações tem cabimento, mas estas «levitações de espírito» (JII, p.172), como lhe chama, tornam-se inviáveis quando imerge no quotidiano da cidade. Então a «naturalidade» com que a olha, rouba-lhe o encantamento.

Por esta razão, muitos dos apontamentos acerca do rosto físico da capital do Alto Alentejo nada têm a ver com a graciosidade que a marca. Queixa-se das calçadas por onde a custo

anda (JII, p.206) e com a inexistência de edifícios de grande dimensão, vendo nisso uma dependência pouco saudável do passado histórico e temor do progresso. A ideia de um certo atraso reforça-a com «[...] arrabaldes nem sempre de boa fisionomia arquitectónica [...]», «[...] um comércio modesto e poucas indústrias» (JII, p.96), aspectos que diz partilhar com Portalegre. Devido às elevadas temperaturas estivais e provavelmente por se contarem entre as poucas distrações, as piscinas municipais mencionam-se sem a negatividade que a crítica ao encerramento dos cafés merece, porque estes promovem um contacto propício «[...] para a troca de ideias, repouso do corpo, amena cavaqueira, recordações dos tempos idos» (JII, p.78), convívio salutar que experimenta em estabelecimentos de Lisboa.

Conquanto a dor local o abata, os espaços Évora e o restante Alentejo são sem qualquer dúvida os privilegiados nos diários, quer pela qualidade estilística, quer pela quantidade de textos a que dão assunto. A diminuição dos enunciados a partir de 1989, ano em que só inicia a escrita a 14 de Março, está certamente relacionada com o estado de espírito do criador. Se a velhice anda na cidade a passo lento e sem rumo, muitos são felizmente os anos em que, enérgico, a calcorreia cheio de vontades e regozijo. A sensibilidade e a afeição que sempre manifesta pela planície fazem-no encontrar e legar às gerações futuras o que de melhor e mais genuíno nela vê em pleno século XX. O tempo afecta assim o discurso espacial de JI e II em duas vertentes: a histórica e a pessoal. Deixemo-nos seduzir agora com o lado feliz da questão.

3.4. ALENTEJO HUMANO

Entre os dias de animação que a urbe de Geraldo conhece contam-se as características terças-feiras na Praça que recebe o nome do conquistador. Então «A cidade zumbe, na sua orla central» repleta de homens que «desde manhã até ao meio da tarde, negoceiam fardos de palha, sacos de feijão, grão, cevada, peças de gado, curtumes, ferramentas, trocam-se mantimentos, removem-se antigas contendias» (JII, p.25). Ombro a ombro com os «negociantes» e «contratadores», peças de uma agricultura transtagana que ainda tem nos anos 80 alguma visibilidade, «tendeiros e ciganos» agitam um pouco mais o ruidoso ambiente. Três vezes pelo menos se evoca a tradicional Feira de São João, evento que alegra a cidade branca. Numa voltinha no carrossel da infância, a magia da feira, causada pelo «circo», juntamente com as «luzes» e o «papagaio», exprime-se assim: «Sou hóspede de mim enquanto andava» (JII, p.53). Em adulto, a festa faz-se à volta de uma sardinhada com os amigos.

Recordemos que a mudança para um outro lugar, ainda que tão estranho quanto o Oriente, centra os reparos do escritor nos mesmos pontos. Não admira, pois, que em Beja, as atenções de novo se fixem na poesia das lides ciganas (*elas afagam crinas [...] elas lêem as sinas [...] falam duma boda*). Quatro quadras e uma sextilha pagam a atracção dos que «cumprem a infância/noutro caminhar» (JII, pp.161-162). Um cigano «vestido de preto,

de barba hirsuta e suado» (JII, p.59), captado no gesto quotidiano de beber água entra no álbum deste povo, que vai sendo construído com notas esparsas pelos livros do autor. Também em deambulações pelo Alentejo, os malteses, «calcorreadores de matos e distritos» (JII, pp.27-28), recebem do criador idêntico tratamento literário. A comparação entre os novos e os de antigamente deixa aqueles a perder em sabedoria e amparo. O magnetismo projectado pelos nómadas repete-se nos encontros imaginários com os mouros, sejam eles «belas senhoras» (JII, p.19) e «guerreiros encarniçados» (JII, p.143) a representar a história peninsular do Sul ou os seus descendentes actuais com outras conquistas.

A aproximação de épocas distintas é vector assíduo na escrita em leitura, a qual o põe em prática pelo recurso à memória e à imaginação e a pretexto de acontecimentos e figuras da actualidade. É o anúncio da Feira de São João em 1987 que traz a recordação da felicidade do menino, assim como a avaliação dos malteses contemporâneos se tece a partir da consideração anterior. Por sua vez, o espaço acompanha o tempo na tropelia das aproximações, convocando realidades separadas para nesta redacção as colocar lado a lado e não raro desdobrá-las em testemunhos (i)materiais da nossa identidade colectiva, para além de reflectirem a identidade antunina. Nestas sobreposições, o «eu» ocupa uma posição tão ou mais destacada quanto os espaços ou tempos, os quais o completam. Escrever serve para se permanecer. Este sincronismo feito de vivências diacrónicas e diatópicas lembra ao cidadão do presente a dívida que tem para com os antepassados, ao iniciar um processo que passa pelo reconhecimento das origens e deve culminar na protecção/valorização patrimonial. Antunes guarda nos seus livros uma herança cultural que é pertença de todos nós, cabendo-nos descobri-la e passá-la às gerações vindouras. O tempo ganha aqui importância devido às mazelas que vai fazendo no autor e pelas respostas que este lhe dá: uma permanente acção cívica e um crescente lirismo. Reverter a sua passagem a favor da comunidade é tarefa da ciência etnográfica ao serviço da cidadania antunina. Logo na abertura do ponto «Riscar Fronteiras» apontamos a imagem do triângulo de lados iguais para se fixar o equilíbrio de forças dos vários espaços que se apoderam dos diários. Dando continuação à descoberta da geometria literária de Antunes da Silva, a forma da espiral ocorre agora a propósito da desejada incorporação do património passado na arca dos tesouros do presente a deixar aos portugueses futuros. As fronteiras do tempo desaparecem assim. Quando interiorizarmos o Alentejo humano que Antunes nos deixa, reconhecemos parte do valor autoral, faltando depois descobrir o resto da sua personalidade literária.¹⁰⁸

A recolha etnográfica prossegue na composição do tecido social transtagano, solicitando outras personagens, a fim de homenagear factos e actividades que se relacionam com o contexto agrícola. O canto em rancho (JII, p.87) distrai a «canseira» dos camponeses que ainda persistem e que se pensam como os autores de «[...] o mister mais casto e benfazejo de quantos se executam na Terra» (JII, p.168). Antes de fazerem as sementeiras de Novembro, um convite para 23 de Junho de 1987 leva Antunes da Silva a almoçar em

¹⁰⁸ Vejam-se os anexos respeitantes à aplicação escolar da literatura antunina e, em particular, o trabalho preparado numa acção de formação sobre património local e regional.

plena serra de Montemuro. A ementa rega com vinho de Estremoz o «ensopado de borrego» e serve para todos os convidados «recuperarem a memória sensitiva», propósito que também ele tem ao apelar ao nosso repositório pessoal de sons, cheiros e gostos, sem dar folga ao arquivo visual. Em São Brissos, perto de Montemor, a luminosidade da cal confunde-se, na noite de 7 de Julho de 1989, com um luar: «Mal o Sol se põe, por detrás do aroma dos campos, o manto de cal das casas de S. Brissos encandeia a noite» e representa um traço da branca arquitectura local para enfrentar o astro que abrasa os campos. Também os montes se defendem com paredes que «[...] sorvem os lumes calamitosos do Estio, ou tufam com as aguadas persistentes do Inverno». Dentro delas recolhe-se «[...] gente de sóbrios costumes, de carácter inviolável», «alfaias e máquinas agrícolas» e em seu redor «[...] os patos, perus, cães e rebanhos movimentam-se nas proximidades [...]» (JII, p.9), numa pintura expressiva da habitação típica da planície. O ambiente rústico que a impregna chega até às cidades maiores, demonstrámo-lo com os encontros semanais dos homens do campo na Praça do Geraldo, sem deixar de contemplar generosamente as pequenas povoações. Enquanto nas aldeias «o fumo ténue das chaminés dos fornos caseiros sobe lentamente no ar [...]» (JI, p.67), «em Mourão, por cima do castelo, ouve-se ralar os milhafres» (JI, p.158). No preenchimento do quadro que se oferece, as andanças por estes trilhos colocam caracteres individuais que se elogiam e impressões de conjunto que cativam. O conhecido de Milfontes que já no aeroporto desiste de visitar a filha na América porque «podia lá estar um só dia sem ver as suas terras!» (JI, p.55) protagoniza a beleza de um povo que em Vila Viçosa ainda possui raparigas de «riso límpido» e onde «há rostos de mulheres transfigurados por uma beleza céltica» (JII, p.8).

A captação veloz da componente humana de povoações e montes dispersos no mapa, a par do apontamento dos encontros laborais e festivos, tal como a sementeira de dados de cariz diverso (climáticos, arquitectónicos, gastronómicos...), envolvem o leitor no panorama social do Alentejo. Logo, a etnografia afirma-se como um meio discursivo capaz de delinear fronteiras espaciais (geográficas e sociais) e valores antuninos e ainda ajuda a compor o sentido global do enunciado que se reporta à região num tempo específico.

3.5. AÇORES

Meses antes de nos dar conta do que vive no arquipélago durante a geminação de Évora com Angra do Heroísmo, a 8 de Dezembro de 1988, recorda numa outra visita às ilhas a heterogeneidade do clima diário de São Miguel e as actividades a que os indígenas mais se dedicam (agricultura, pesca e arte) (JII, pp.150-151). De novo naquela cidade açoriana visualizamos com Antunes da Silva a antiga prisão dos liberais na sequência de uma visita aos monumentos da cidade património mundial, «[...] onde pontifica o ferro forjado [...]». A companhia do «[...] amigo Emanuel Félix, prestigioso poeta e restaurador de obras de arte» faculta o conhecimento de dois outros açorianos, cuja decoração artística e histórica das suas casas atesta o respectivo zelo do património local. Já na Ilha Terceira, o foco alterna

entre os aspectos urbanísticos de Praia da Vitória e os naturais, que motivam referências às lides agropecuárias e às benesses daí advindas, entusiasmando-se o visitante (talvez com Sines em mente) com os resultados que antecipa do porto de pesca em construção. As apreciações da segunda visita esclarecem o leitor acerca do que diz antes das ocupações dos indígenas e trazem mais uma vez à superfície o interesse que a meteorologia lhe suscita. A humanidade que recolhe a pouco e pouco na geografia açoriana não se esgota de vez no labor económico e cultural insular. Observa nos habitantes traços de carácter (*amáveis e hospitaleiros*) que aprecia, tanto quanto o amor à terra e a religiosidade que lhes serena o espírito perante um solo de ímpeto vulcânico.

Gerada por uma produtividade insuficiente, a emigração para a América faz Antunes da Silva dizer: «Parece ver-se nos olhos das pessoas que se saúdam uma angústia quase frenética, diluída em gestos duma saudade mítica», descobrindo-se nesta impressão, merecedora do nosso cuidado, uma comparação implícita entre estes nativos e os alentejanos que nas décadas de 50-60 procuram uma vida melhor em Lisboa e também a noção do efeito pessoal da dor de partir: «saudade mítica» (JII, pp.242-245). A semelhança emotiva entre estes dois povos consegue-a o autor por um processo, empático ou reflector, que atrás vimos experimentar ao descrever os rostos magoados de Lisboa e que patenteia a sua valorização dos que para ganhar a vida sacrificam o conforto proporcionado pela terra familiar. Assim sucede consigo e com muitos emigrantes que não raro mitificam o que deixam.

Com a sensibilização para a realidade que enforma o «outro» ensaia-se a promoção do respeito alheio, mas não é este o primeiro intuito do viajante. Sobre o carácter informativo dos relatos de viagens não pesa tanto o repto de preservar a memória colectiva, o qual orienta com outros as incursões transtaganas, mas procura-se, através da rica anotação, o deleite alheio e próprio, visto que pelo escrito se revive o agradável momento.¹⁰⁹ Conquanto consegui-lo, estes excertos de JI e II não beneficiam dele no mesmo grau que os que tratam da paisagem natural da planície, porque aqui o investimento estilístico é maior, originando-se assim um segundo prazer de cariz literário.

A narrativa açoriana, à imagem de outras, avalia a conduta das gentes e recolhe o espólio material da terra em foco. No Oriente e no Canadá aprecia-se também a acção governativa. Estranhamente não há referências aos encantos generosos da Natureza do arquipélago, os quais são em qualquer sítio garantia de adesão interior imediata de Antunes da Silva. As ligações mentais que faz desde o exterior à pátria amada tanto podem derrubar barreiras na aceitação do «outro», como erguê-las. Com facilidade aquele cai nas boas graças do escritor, que com assiduidade o reduz à condição de trabalhador ou então lhe descobre a humanidade. Quando a rejeição se verifica, deve-se essencialmente ao desencontro ideológico e centra-se num conjunto de indivíduos (os nortenhos; os padres ou os poderosos) ou no tipo que simboliza o que se menospreza (o capitalista).

¹⁰⁹ A narração das duas viagens aos Açores e da passagem por Paris afasta-se um pouco na primeira parte desta ilação, porque ambas as viagens asseguram na nossa memória um movimento importante da comunidade portuguesa: a emigração (económica e política).

3.6 PARIS

Tão fraco é o entusiasmo nas vésperas da partida para Macau que nem a oportunidade de realizar o velho sonho de ver Paris trava a má disposição que dele dá conta. Por causa de uma escala no voo para Hong-Kong, o casal chega à cidade-luz na tarde chuvosa de 1 de Julho de 1988. Logo confessa Antunes que «[...] sentia um certo arrebatamento de adolescente [...]» (JII, p.211) e é «[...] numa fusão de extrema curiosidade nervosa e de inimaginável alegria» (JII, p.212) que vive o passeio à noite que o guia pelas avenidas. Os monumentos que então nos indica fazem de Paris a «[...] prodigiosa moldura de arte e história [...]» (JII, p.212) que o fascina desde a escola, onde aprende com os escritores franceses, também eles fonte da «estranha paixão» (JII, p.213) pela metrópole e igualmente pensados como uma influência na sua personalidade. Não hesita em partilhar «[...] um enorme apetite de lá morar no resto dos meus dias» (JII, p.213), vontade que manifesta depois de lhe ocorrer ser aquela «talvez um abrigo único para os pensadores, os poetas, os pacifistas» (JII, p.213). Antunes da Silva deseja assim também Paris por sabê-la refúgio de intelectuais portugueses durante a ditadura de Salazar e, por esse motivo, acha-a agora um sítio adequado para si. Todavia, os companheiros de luta encontram-se aí outrora, o que significa que o nosso viajante transporta o amparo hipotético daqueles à sua pessoa para a data em que vive. O presente passa-o até certo ponto com o bem-estar imaginado que os artistas e políticos lhe dariam. Paris divide, portanto, com Évora a invenção antunina fruto da necessidade de encontro humano nas acções e interesses. Pela grande dimensão assemelha-se mais a Lisboa, característica que talvez o faça achar ali «[...] contrastes peculiares à minha sensibilidade [...]» (JII, p.212), mas que não destroem o desejo guardado desde a juventude. A subjectividade com que a olha até o faz notar «um estilo afável» e «[...] talvez mais correcto e natural do que estava habituado» (JII, p.211) numa perspectiva que antagoniza os lisboetas. É certamente a desilusão sociocultural que Évora simboliza que o faz recear que a mesma experiência emotiva se reitere em Paris. Quando declara temer «que tudo não passasse de mais um sonho de afectos emocionais reprimidos» (JII, p.211) está a pensar em Évora e confirma-nos a conclusão de que procura afastar a solidão que o invade em Lisboa com a companhia dos que acredita serem os seus pares. A excitação de estar em Paris quase não o deixa dormir e o poema que entretanto compõe é, pela ausência de nexos entre os elementos que o corporizam, a transposição do seu íntimo: «vinha à janela, deslumbrado, a pensar *estou aqui!*, saber se efectivamente era verdade a madrugada que via, a identificar a minha presença em França» (JII, p.214).

3.7. CANADÁ

A temperatura negativa e a neve que recebem, a 15 de Fevereiro de 1985, o escritor e Arlete, a primeira esposa, à saída do avião em Toronto não lhe passam despercebidos, assim como as casas de outros estilos e o abundante comércio e indústria. Apesar da grandeza da cidade canadiana, onde diferentes comunidades e culturas coabitam, as impressões que começam por ser gerais não deixam escapar logo à chegada o pormenor do baixo índice de ruído ali existente, nem as regras responsáveis pela ordem verificada no trânsito intenso. A manutenção da qualidade de vida passa também aqui, segundo informa, pelos cuidados com os espaços verdes e aquáticos e com os animais. O contacto das pessoas com os esquilos nos parques urbanos promove a protecção destes firmada na lei e conta-se entre as modalidades de lazer que reúnem as diversas etnias em áreas como o desporto, a música ou a literatura. A extensão do Lago Ontário, cuja contaminação motiva esforços governamentais para a sanar, e principalmente as cataratas do Niágara enaltecem-se com exclamações do tipo: «Nunca pensei ver uma coisa destas, tão longe do meu país! Um arremesso de pujança criadora da Natureza!» (JII, p.95). Todavia, é o calor dos emigrantes portugueses que dinamizam a Segunda Semana Cultural Alentejana que justifica o detalhe nos apontamentos desta viagem, os quais se pensam: «Ser uma forma correcta de corresponder às atenções que nos têm dispensado». À amabilidade dos gestos e palavras concedidos aos visitantes juntam aqueles «uma ansiosa curiosidade» acerca de Portugal, atitudes que Antunes sabe serem expressão de grande afecto pela pátria e o levam a afirmar ter ali a saudade «efeitos salutareos» (JI, p.96). As conversas, porém, fazem-no entender que as boas condições materiais das vidas que, entretanto, organizaram não colocam a hipótese do regresso. A escrita destes dias aproveita-se então para estabelecer uma ponte com o nosso país, ao nível da segurança social, equilíbrio ambiental, educação e hábitos e para criticar «[...] a falta de ajuda das entidades oficiais portuguesas aos problemas da emigração, mormente as de natureza cultural [...]» (JI, p.102). Na opinião transmitida, acha que as pessoas nesta «sociedade avançada», onde se labuta «com denodo», mostram «[...] um juízo mais lato das suas responsabilidades, direitos e obrigações» (JI, p.96). A vertente da cidadania democrática não descansa, portanto, nestes dias de evasão.

Da boa hospitalidade faz parte a confecção ao despique de acepipes gastronómicos que constantemente colocam Portugal nos pratos servidos aos convivas, havendo ainda assim uma oportunidade para jantar no «ED», um restaurante local repleto de sabores e outras obras de arte do mundo inteiro, mas cuja cozinha canadiana fica a perder no confronto com a nacional. A reunião à mesa dos dois países através dos respectivos sabores completa-se pouco depois com a nomeação dos trabalhos efectuados outrora no Canadá pelos emigrantes. É com Chico Gomes, «[...] o mais antigo residente da colónia transtagana naquelas paragens» (JI, p.101) que recuamos três décadas na história da emigração lusa no Canadá para sermos informados que ele e outros patrícios andam por aquela altura na «apanha do tabaco» ou «[...] nas obras dos jazigos de petróleo de Alberta e nas linhas férreas do Norte [...]». A junção temporal que o «[...] democrata dos velhos tempos da luta antifascista do nosso país» faculta no Canadá pelos trabalhos memorados faz-se acompanhar

de outras no relato da sua vida. No meio das anedotas contadas em momento próximo ao da actuação do grupo coral de que faz parte, traz do passado uma briga em Aljustrel com o padre conservador nascido nas «montanhas beiroas» (JI, p.102).

Na redacção antunina a aproximação dos espaços físicos desenha para o leitor algumas fronteiras dentro do espaço social português, que se geram, por vezes, devido a uma temporalidade plural (cronológica e/ou histórica) e outras brotam de condições geográficas, mais ou menos coincidentes com os respectivos limites assinalados nos mapas. O contraste social entre Lisboa e o Alentejo deixa-se comandar, nos diários, pelo factor da diferença geográfica, visto ser a região predominantemente rural ao invés da capital. Quanto à mudança notada em Évora, relaciona-se com os tempos que pela cidade o autor vê passar (o antes e o depois do regresso do escritor), ainda que seja o espaço psicológico antunino também responsável pela distinção, e apresentando-se por isso a perspectiva como o terceiro construtor de panoramas sociais.

Para além dos propósitos de crítica à governação portuguesa, a diferença entre o ambiente vivido no seio dos nossos conterrâneos no Canadá e o detectado por cá mostra que as fronteiras sociais lusitanas se expandem para fora do Portugal físico mas, em JI e II, verifica-se igualmente circundarem fracções microscópicas em partes restritas do mapa nacional. O desencontro entre as vivências dos detentores do solo alentejano e as da maioria que o trabalha comprova a existência de espaços sociais distintos na mesma região, juntamente com as antigas desavenças políticas daquele emigrante pioneiro com o pároco da sua terra. Porque Antunes da Silva generaliza os posicionamentos políticos de Chico Gomes e do clérigo beirão ao Sul e ao Norte do país respectivamente, o antagonismo projecta-se em simultâneo nos anos 80 e para fora dos limites físicos do Alentejo. De acordo com este exemplo, episódios ínfimos narrados podem, pois, ter a capacidade da distensão espaço-temporal ou, como os que vimos da feira de São João, concentrarem em si espaços e tempos vários. Cada uma destas categorias da narrativa surge na escrita antunina como uma caixa de onde sai uma outra, que contém uma terceira e assim sucessivamente. Podem-se empilhar ou arrumar umas dentro das outras, mas qualquer que seja a opção, a verdade é que se descobre um novo meio de desenvolvimento textual, facultado não forçosamente pelo acumular de peripécias, porque na poesia não narrativa este processo também se verifica, mas por um sítio, uma data ou algo que os represente. O espaço físico e a materialidade das coisas e dos entes serve a Antunes da Silva para ele viajar em todas as dimensões, viajar em todos os sentidos que a palavra tem. Para fugir de si e para se encontrar. *Suão* e JI e II vão muito além do documento histórico do Alentejo antes e depois da revolução do 25 de Abril de 1974, ultrapassam o Alentejo prosaico e até o poético e alcançam os corredores labirínticos da mente humana. Sem qualquer pretensão de igualar a literatura de Antunes da Silva à criatividade e ao engenho da expressão de Fernando Pessoa, mas porque a heteronímia do modernista é um pensamento recorrente durante a nossa reflexão, afirmamos ser o escritor em estudo criador de uma heterotopia e de uma heterocronia para um universo em que ele próprio e outros adquirirem o estatuto de personagens. É por esta razão, e porque desnuda perante todos a própria fantasia, que as linhas separadoras entre a ficção e a realidade quase se apagam, salvaguardando-as o labor estilístico. Quando os seus olhos abandonam a materialidade exterior e entram

no arquivo da memória ou na oficina da criatividade entregam às emoções os dados interiorizados para que estas os transfigurem.

No discurso diarístico em estudo a alteridade localiza-se em dois conjuntos: o «nós» portugueses e os estrangeiros. Em cada um deles cabe a série de divisões que acabámos de ver. De um lado, lisboetas, alentejanos, nortenhos e açorianos, e do outro orientais e parisienses, ficando os nossos emigrantes no Canadá a meio. Da leitura que fica para trás depreende-se o sentido que a relação com os outros tem para Antunes da Silva, o qual se gera de acordo com a proximidade que os envolve.

Mesmo que o enunciado do dia seja uma narrativa centrada em qualquer outro cidadão, é uma perspectiva em nome de Antunes da Silva que prevalece, condicionando a percepção de qualquer tipo de espaço. No entanto, as figuras secundárias e até os figurantes que enchem JI e II têm uma função de valor. Mais do que informarem acerca do lugar em que Antunes os coloca nas lides da política e da literatura ou até no campo profissional e familiar, deixam perceber que importância este homem reserva para os outros na vida. A sensibilidade demonstrada nalguns textos não permite dizer que o uso que deles faz nos diários se restrinja à ilustração de factos e acontecimentos. A consideração humana patenteia-se na leitura emotiva dos olhos de alguém, na fotografia verbal que tira da multidão e até no (des)conforto que lhe provocam os outros. Se Lisboa, sinédoque da sociedade portuguesa, e o Alentejo torneiam o escritor, este com a sua palavra, ideológica ou poética, também os modela, criando-os e recriando-os em sintonia com o seu ser e sentir e transmitindo-os dessa forma ao leitor. Na sua frequente anacronia, a ordem discursiva indicia o que privilegia, juntamente com a frequência reiterativa com que convoca certos assuntos e a duração que concede ao tratamento dos mesmos. Embora estes desalinhos temporais e até o saltitar entre lugares descontínuos fujam à organização habitual do mundo exterior, fazem pleno sentido quando se trata de lembranças, reflexões ou fantasias. A desordem discursiva que instituem corresponde à ordem verdadeira no íntimo da pessoa, a qual é de carácter associativo ou temático e não cronológico. Certos textos de aparência caótica são desta forma realistas.

As saídas dos locais de eleição servem ao leitor para verificar que as observações antuninas a propósito das realidades alheias incidem nos mesmos aspectos que o marcam no Alentejo e conhecem semelhante tratamento estilístico. O conhecimento do «outro» faz-se a partir do que se tem em casa. A Primavera no Douro faz Antunes da Silva encontrar «uma nação nova», com características vegetais que logo o transportam à sua pátria.¹¹⁰

Nas três vezes em que Antunes da Silva se encontra fora do território nacional, é diferente a atitude que toma perante os outros, sabendo-se logo à partida que estes também são responsáveis pela sociabilidade do visitante. A enunciação da estranheza atenua-se no Canadá e na passagem por Paris, sem que nisso não se adivinhe o peso do acolhimento familiar que os emigrantes portugueses dão ao escritor. No segundo caso, o conhecimento teórico através dos livros e da comunicação social da capital francesa explica um certo

¹¹⁰ A prová-lo temos a passagem seguinte: «É bem certo que no Alto Douro se desfrutam panoramas de urzes irmãs, em agressividade, aos cardos da planície» (JII, p.43).

à-vontade, facto a que se alia ser Paris uma cidade europeia e visitada num tempo onde o funcionamento urbano se assemelha em geral no lado ocidental deste continente.

Ainda que os outros povos não se apaguem no relato de nenhuma das viagens, a presença permanente de muitos compatriotas junto do autor impede-o de ir além de uma visão dicotómica e superficial perante os canadianos. A rapidez da incursão nas ruas da cidade-luz, condicionada pela excitação de a conhecer, nem sequer concebe o detalhe material e político que a imagem do Norte da América contém, mas no polimento que Antunes da Silva vê nos parisienses descobre-se que o escritor os acha superiores aos portugueses, sentimento que o elogio à organização de Toronto também deixa entrever.

Do Oriente chegam, porém, algumas novidades para a avaliação da alteridade antunina. Mesmo com a companhia da família, o discurso revela-se generoso perante um mundo bem diferente. Ao registo exaustivo de aspectos da componente económica, adicionam-se os culturais que normalmente o interessam, mas a garantia de que adesão emocional acontece só a temos com a atenção à Natureza local. Fora estas facetas do exterior, recolhidas num íntimo entrelaçar com a pátria amada, as pessoas surgem aqui menos ao longe do que em qualquer outro sítio do estrangeiro. Se bem que externa – as línguas nativas são certamente um problema – a perspectiva antunina deixa perceber a consideração por macaenses e chineses na delonga redaccional de todos aqueles aspectos civilizacionais, nos contactos humanos estabelecidos e sobretudo nas reflexões que o colorido mosaico de povos lhe proporciona, porque patenteiam elas uma interiorização da alteridade, que nunca se macula com qualquer menção à soberania política nacional sobre Macau. Em sintonia com a informação de Isabel Allegro de Magalhães, de que «até aos anos 80 do século passado, quase não encontramos brasileiros, indianos, africanos, timorenses ou macaenses, nos universos da ficção portuguesa» (2002:214), o comportamento de Antunes da Silva não é, portanto, de menosprezar. A admiração pela diferença é tanta, ou melhor, consuma-se de tal modo com o entretecer de elos entre «eu» e os «outros», que não cede lugar a classificações supérfluas de tipo «superior» ou «inferior». Empenha-se sim a cada passo em tornar o estranho próximo, aceitá-lo na respectiva diferença. Podemos afirmar assim que sem aprovar tudo o que encontra pelas paragens orientais, Antunes da Silva abre a sua mente e o seu coração ao «outro», respeitando-o no que ele é.

4. TRILHOS POÉTICOS DO CAMPO CHÃO

4.1. SAUDADE, SILÊNCIO E SOLIDÃO

Antes de visitarmos a faceta mais íntima dos diários, vamos conhecer agora as cinco obras de poesia de Antunes da Silva por serem indispensáveis para se compreender o derradeiro lirismo do escritor que a Natureza alentejana faz florir com mais pujança.

a) *Esta Terra que É nossa*

É na colecção *Cancioneiro Geral*, cujo logotipo é uma mancha vermelha onde Júlio Pomar desenha uma pomba, que Antunes da Silva lança em 1952 o primeiro livro em verso, ao lado de nomes como Eugénio de Andrade, Teixeira de Pascoaes, Orlando da Costa, José Fernandes Fafe, Egito Gonçalves e Armindo Rodrigues, o director da colecção. Continua então a localizar-se intimamente na planície, embora já resida há cerca de quatro anos em Lisboa. O título ETN assim o faz entender pelo determinante de abertura, frisando também o pronome final um sentido de posse da terra em questão, o Alentejo, a qual o escritor partilha com os que se situam na esfera poética que concebe.

Dos dezoito títulos que preenchem as quarenta e duas páginas «para a Arlete e o Luís Miguel», a mulher e o filho, doze remetem para o espaço transtagano. Alguns fazem-no de forma nítida (*Terra da Saudade*; *Cantiga do Sul*; *Primeira Paisagem do Campo*; *Sul e Sueste*; *Esta Terra que É nossa*; *Segunda Paisagem do Campo*; *A Terra-Mãe que me Chama*), outros são menos directos (*Raízes*; *Esse Mar das Tormentas*; *A Paisagem Só*; *Percurso*; *Poema das Aves Mortas*). Entre aqueles poemas da primeira série note-se a insistência no ponto cardeal «Sul» e nos termos «terra», «paisagem» e «campo», para constataremos que seria possível, quase só pela leitura do índice, antever o relevo dado ao interior da planície.

Da reunião de «*Cantiga do Sul*» ali presente com os seis textos restantes (*Elegia*; *Uma Canção Dolente*; *Canção Cigana*; *Ode*; *Que Está para Acontecer?* e *Relato*) sobressai a presença do canto em quatro composições. Pressupondo à partida ouvinte(s) ou até o apoio de outra(s) voze(s), o canto é pois, para além do «nossa» do título do livro, um indicador mais de que o sujeito poético não se pensa isolado, em sintonia com o carácter dialógico de muitos destes poemas. As apóstrofes, os travessões, e as frases de tipo interrogativo e imperativo interpelam os naturais companheiros de «quem ergueu a primeira voz» (ETN, p.36), o poeta. Para o fazer prefere uma sucessão de quadras, mas não rejeita outras estrofes onde se conta quase sempre um número superior de versos (sextilhas, oitavas...) ou até uma única de tamanho extenso. A estância de «*Percurso*» apresenta trinta e seis versos e a de «*A Paisagem Só*» contém quarenta e um. Na métrica, a redondilha maior impera, embora o decassílabo e outras medidas tenham também a sua oportunidade. O

gosto pelos sistemas de repetição contempla desde as frequentes anáforas e aliterações a versos isolados e em bloco que se escutam como um coro. Conquanto se pronunciar em nome do próprio poeta, o rudimento de esperança do exemplo de «eu espero poder chegar» ecoa em todos os que com ele fazem o «Percurso» num tempo de enganos e «silêncio», no «calvário», «neste monturo de sangue/de coisas acontecidas» (ETN, p.17) que, por durar há muito (*e por noites e por anos* ETN, p.22), origina «tantos destinos forjados /na linguagem destas dores!» (ETN, p.22). Entre estes, conta-se o do poeta que escreve uma «Elegia» para a finada «vida que se ama» (ETN, p.22). O ambiente pesado reitera-se em «Sul e Sueste» com «tantas sujeições»; «ilusões perdidas»; «graves amarguras»; «desgraças», sentimentos dos companheiros que «são homens parados, de braços estendidos». A aproximação do sujeito poético à comunidade rural transtagana acontece assim na convocatória de uma realidade socioeconómica e política por aquela sofrida e bem conhecida de si que lhe empresta a voz. No bilhete social enviado de *Esta Terra que É nossa*, mais do que no panorama material (a fome) investe-se no emotivo, escolha reveladora da sensibilidade antunina que sabe ter em consideração a humanidade do destinatário e a dos figurantes (*pescadores, mães, crianças, mendigo, amigos de outrora, camponês, pastores, ganhões, campinos, ciganos e raparigas*) para uma maior eficácia da mensagem.

Pela exposição do que acabamos de recolher, depreende-se que, ultrapassado o momento prévio de instalação na mente colectiva, à qual procede através de recursos da literatura popular, a intenção comunicativa desta poesia é a consciencialização alheia de um estado social carente de equilíbrio na terra em foco. A variação na tipologia textual continua a atestar o empenho formal na abrangência de definições (*Raízes*); ensinamentos (*Elegia*); reflexões e confissões (*A Terra-Mãe que me Chama*); descrições (*Esta Terra que É nossa*); narrativas (*Esse Mar das Tormentas*). Por detrás da publicação das agruras do Alentejo salazarista esconde-se a razão deste canto (*a vida está toda presa /ao silêncio escondido*) e dela se emana um apelo subtil de liberdade. Se há «aves assassinadas», outras ainda não feneceram e no seu voo deve ver-se «o sonho de todos nós» (ETN, p.38). O atrevimento que faz o poeta qualificar-se de «louco», o grito de «amor» e «coragem» pela terra no tempo histórico descrito que a sua escrita representa, torna-se um pedido de solidariedade para os companheiros cujas vidas talvez um dia alcancem a «paz». Apesar do receio denunciado na repetição de «não sei o que está para acontecer» (ETN, p.40), a ideia de mudar as estruturas sociais subjaz no seu imaginário (*eu rezo um destino livre* ETN, p.18). Conseguir «estes restos de esperança /que falta reconquistar» (ETN, p.32) é o meio que avista nos «ermos» para a libertação.

O vocabulário ajuda o leitor actual, já tão distante daquela época de censura e outros medos, nos trilhos resguardados em que Antunes da Silva se aventura. Com saída para a questão da ideologia temos três grupos de palavras¹¹¹: a) as que salpicam os textos de Alentejo (*trigo; montados; Planície; ganhão; pastores; montes; azinhais; coutadas e courelas*); b) as referentes ao mundo natural (*papoila; sol; noite; vento; cardos; aves; terra*); c) as do sentir pessoal e colectivo (*solidões; silêncio; saudades; sonho; mágoa e sombras*). Não seria, contudo, apenas pela existência deste vocabulário que descobriríamos no discurso o veio

¹¹¹ Escolhemos as palavras mais frequentes.

de resistência e luta contra o regime ditatorial instituído. Antes de admitir a hipótese da simbologia de algumas das palavras levantadas (*aves, noite...*), começa-se a tropeçar na «Fome», nos «crimes civis», em «algemas», «mendigos» e gemidos de crianças e, uns passos depois, sente-se o cerco de um incomodativo imobilismo da paisagem:

Ai destas manhãs de tédio
No silêncio dos sentidos
Que comemoram a vida
Na escuridade perdida
De nossos ais e gemidos (ETN, p.25)

onde também se detecta uma tensão, acentuada pela fraca definição das coisas envolventes: «só oiço a agonia dos vendavais/silenciosos, frios, desabalados, /estes ecos escondidos na bruma» (ETN, p.40). A enumeração deixada antes dos figurantes do espaço alentejano é igualmente elucidativa, pela aposta no plural e na generalização, do suave delinear das personagens, que mais não fazem nesta terra que ajudá-la a recompor com o seu trabalho e o sofrimento (*a agonia dos vendavais; ecos*) que daí lhes advém, mas mal se escuta.

O espectro da morte avassala o território, mesmo frente a uma Natureza que, realisticamente, ora presta tributo à maldita, ora é uma afirmação de vida. Logo na página de abertura lemos: «Raízes: Fome e terra que se abraçam/em sementes e dores sepultadas» (ETN, p.11), na declaração de um problema fulcral para o trabalhador rural alentejano, a baixa produtividade do solo. Em seguida, alude-se de novo ao mesmo, mas explica-se a adoração pela terra, e na explicação de imediato se constata a ambivalência desta, à semelhança dos seus componentes animados e inorgânicos: «A terra e os seus poemas/feitos de coros e algemas /desta nossa condição...» (ETN, p.13). Depois de se desejar o desaparecimento do mar, pede-se: «Terra! Só terra no mundo: chão de trigo, livre, belo,/chão de alegrias e dores» (ETN, p.14). Em parceria com o quadro agrícola débil que esboça, a Natureza brota num segundo que a capta na sua espontaneidade e ambos servem os intuitos do artista que lhes dá diferentes tratamentos. O propósito de sugerir autenticidade alcança-se com o significado denotativo de árvores e flores, animais e fenómenos da meteorologia. Enquanto estes pintam o ecossistema transtagano, a conotação a que se sujeitam gera o panorama social que atrás recolhemos.¹¹² Devido à riqueza conotativa, alguns elementos naturais desdobram-se em significados distintos, posicionando-se face ao escritor e aos seus como inimigos ou aliados, consoante este lhes vista o fato dos opositores políticos ou confunda o seu corpo e acção com os dos homens perseguidos. Da «noite» do poema «A Paisagem Só» diz-se semear as trevas, sendo evidente o símbolo do tempo da repressão vivida, o mesmo onde um fino fio de salvação corre na luz longínqua «da noite estrelada» com que se remata «Percurso». Nesta composição, o vento vem, insolente e adversário no «riso da nortada», e metamorfoseia-se depois em «ciclones frustrados» (ETN, p.39) ou em

¹¹² Note-se a partir daqui como esta Natureza é a mesma de *Suão*.

«[...] a agonia dos vendavais/silenciosos» (ETN, p.40), isto é, no enfraquecer das forças dos revoltados. Pela mobilidade inerente ao seu ser, é força capaz de desafiar a paisagem inerte (ó *azinhais, azinhais,/que trouxe o vento suão?* ETN, p.38), a qual não deixa de assistir à morte das aves (sonho de liberdade). A noite, o vento, as aves e os azinhais indiferenciam-se, portanto, das gentes e é pelo que possuem de apreensível pelos sentidos humanos (a luz, o movimento, as asas) que se exprime essencialmente o sofrimento e a frustração da luta daquelas. Triste, o canto confunde-se com o que o gera, o campo, e faz-se voz dos silenciados, mas, lá bem no fundo, um consolo se encontra no primeiro Alentejo em verso de Antunes da Silva:

Nem sempre o silêncio é grande
Nas altas faias do rio.
Há lágrimas nos valados
E solidões nos montados,
Nos vastos campos lavrados
O enigma de um desafio (ETN, p.15)

Também de esperança e de todas as emoções sofridas que vão no seu encalço fala *Esta Terra que É nossa*.

b) *Canções do Vento*

Poucos dias após o desaparecimento de Manuel Ribeiro de Pavia, a 19 de Março de 1957, data em que precisamente faz cinquenta anos, edita a colecção *Cancioneiro Geral* o n.º 19, *Canções do Vento*. Na memória comovida (e comovente) do «Amigo» que abre o segundo livro de poesia, Antunes da Silva diz contar-se aquele, que conhece «já lá vão mais de quinze anos», entre os que aproximam a poesia das outras artes e ser um dos «[...] mensageiros de uma nova idade que se anuncia». Porque o Alentejo é também o tema glosado por Manuel Ribeiro de Pavia nos inúmeros desenhos de mulheres ceifeiras e pastores ou na revolta e serenidade dos seus corpos, a esperança no devir contempla de novo naquela passagem a província. Aqui escuta-se agora o «roncar dos motores das máquinas modernas», geradoras de um desemprego rural ainda maior do que o habitual e de uma consequente vaga de imigração para a cidade, onde o I Plano de Fomento Industrial (1953-58) aguarda a mão-de-obra dos antigos camponeses nas empresas químicas e metalúrgicas. No meio do «grupo de homens esperançosos» que se despede de Manuel Ribeiro de Pavia, encontra-se, já o sabemos, Antunes da Silva e é também certa a presença de parte daqueles a quem dedica algumas destas *Canções do Vento* – Alves Redol; Armindo Rodrigues; Carlos de Oliveira; Eduardo Teófilo Braga; Fernando Lopes Graça; Fernando Piteira Santos; Garibaldino de Andrade; João José Cochofel; João Tendeiro; José Ferreira Monte; Manuel da Fonseca; Manuel do Nascimento; Mário Braga; Manuel Madeira;

Orlando da Costa; Orlando Gonçalves; Pedro da Silveira; Rogério de Freitas; Vergílio Ferreira.¹¹³

Se iniciarmos a leitura de CV com uma orientação idêntica à empregue em ETN, isto é, olhando para o índice, depressa verificamos a existência de pontos comuns. Sem contar com «à memória de Manuel Ribeiro de Pavia», um verdadeiro poema em prosa, temos trinta títulos que vamos arrumar nos grupos seguintes: a) os dialógicos (*Mensagem*; *Convite*; *Carta ao Patrão*; *Inscrição* e até *Poesia*), dos quais ressaltam b) os do canto, onde o nome do livro se inscreve (*Primeira*; *Segunda* e *Terceira Cantiga*; *Canção*; *Janeiras* e *Rancho Coral*). Temos na série c) os textos da paisagem (*Paisagem*; *Terceira*, *Quarta* e *Quinta Paisagem do Campo*) que se devem aproximar de d) os do espaço distante (*Oásis*; *Miragem*; *Horizonte*). Como este último grupo se cunha pelo sema da boa promessa, liga-se aos do conjunto e) os temporais (*Primavera*; *Queimada*; *Momento*; *Manhãs*; *Instante* e *Nas Belas Noites de Sonho*) e a f) os emotivos (*Preito de Alegria* e *Primeiro Poema de Amor*). De fora destes conjuntos ficam quatro textos (*Elegia dos Muros*; *Nascente*; *A Cigana e o Pastor*; *A Morte do Papagaio*), embora outras conexões que os incluem se apreendam. Recordemos que em ETN também se lê uma «Elegia» e uma «Canção Cigana», havendo, pois, um elo com dois daqueles textos soltos. A morte enlaça, por outro lado, as elegias com «A Morte do Papagaio», mas não é forçada a antecipação de uma carga de positividade em «Nascente», aliando-se este poema aos dos grupos cujos títulos são de bom augúrio.

Conquanto o percurso semântico que vamos empreender e a análise individual das composições nos desarrumem a estante onde acabamos de as distribuir, é a mesma um instrumento válido para retirarmos algumas conclusões a partir da comparação dos dois livros que com aquela distribuição se inicia.

Explorando os malabarismos estilísticos que a diversidade do mundo natural e a arte poética facultam (repetições e simbologia, mas também a anástrofe; personificação; comparação; metáfora, sinestesia...), a ideologia permanece. O poeta continua a ser a voz primeira e próxima daqueles por quem fala. Em «Carta ao Patrão» (CV, pp. 28-29) o sujeito poético assume-se como «ganhão» e «pastor» e apresenta-se. Depois de sublinhar a sua condição social de menosprezado por não ter bens agrícolas, declara-se o rural analfabeto, o que inviabiliza a possibilidade de ter sido ele a escrever a missiva. O gesto que reflecte a intimidade do criador com o remetente por si criado, a redacção desta «Carta ao Patrão», indica simultaneamente a separação (física e emocional) entre os que mandam e os que servem na gleba alentejana. Este dado a par da pobreza dos trabalhadores (*sem courelas e sem gado*. /*Vivo à margem deste mundo/como qualquer vagabundo /que nascesse abandonado*) explica que, mesmo analfabetos, saibam «ler a *Maria da Fonte*», num aviso de que a revolta popular está iminente, apesar dos castigos (*degredo*) e do consequente «medo» de que nos fala a «*Terceira Cantiga*» (CV, p.30). Se em ETN o poeta é o «louco», aqui a marginalidade transforma-o também no «maltês» que conta «a epopeia dos longes» «e os versos novos das auroras e ciclones/de tantas terras irmãs» (CV, pp.36-37), e por isso surge como a pessoa indicada para falar, conforme o insistente pedido (*fala...fala...*) nos dá a entender. Nas estradas da planície surgem, contudo, agora «ao relento» outros

¹¹³ No n.º 164 da revista *Vértice*, de Maio de 1957, muitos destes nomes prestam homenagem a Manuel Ribeiro de Pavia.

«vagabundos nus/a cantar o frio e a cantar o vento» e «de madrugada» – atente-se na simbologia da luz – já «pedem pão e água [...]». Por estas palavras, fica o leitor informado de que em certas ocasiões o poeta encontra outros que o ajudam no combate à opressão e à miséria, ali presentes no «relento» e no facto de estarem os pedintes «nus», sem nada. O ritmo binário que embala as duas quadras da pequena narrativa da coragem dos vagabundos sintoniza-se com a raiz popular das «Janeiras» (CV, p.48), o título da composição. Na evocação deste cântico religioso Antunes da Silva aproveita para retirar ao divino o mérito da atribuição da benesse aguardada e entregá-lo aos vagabundos, a quem chama «deuses novos», incentivando assim o povo a tentar o que pretende com a própria acção e a não contar com o auxílio de nenhum poder.

Porque «em cada veia há um rio» (CV, p.20), o intuito de reunir forças leva-o a insistir na companhia através do diálogo e do canto (atrás contam-se onze títulos), pelos quais cultiva a inquietude nos espíritos que o ouvem. Mesmo que o «Oásis» (CV, p.17) avistado se imagine apenas com as «vozes» encontradas nos caminhos, com o «rumor/duma promessa cumprida» e seja hipotético, visto a «sede» e a «fome» persistirem, não deixa de fornecer a energia emanada da ideia da proximidade de um lugar aprazível para se existir. O tom imperativo ajuda nessa irradiação: «venha a harmonia do sol, /cresça de sonhos a vida». À medida que empreendemos os trilhos deste poetar, os problemas da ruralidade sulina vão assomando. Ainda há pouco vimos o desequilíbrio na distribuição da riqueza e o analfabetismo e já agora encontramos em «Oásis» a falta de emprego que conduz à fome e a insuficiência da água. Na região, «neste inferno de sol» (CV, p.45), o líquido que «anima a vida» (CV, p.26) não deixa de ser com frequência mais do que uma «Miragem» (CV, p.45). No verso do poema «Nascente» (*em cada veia há um rio* CV, p.20), a água do rio deve considerar-se enquanto força e movimento, dois dos atributos precisos ao Homem para concretizar o sonho de uma vida melhor.

Embora às vezes sinta o poeta fraqueza na sua combatividade (*que foi que eu dei?*) e o assaltem dúvidas quanto à eficácia daquela (*que pássaros novos voaram pela manhã?* CV, p.24), não desiste, ou melhor, resiste, talvez por já ter experimentado uma postura diferente num pretérito longínquo (*quisera ter nas mãos a estrela que amansa os vendavais* CV, p.46), conforme confessa a João Cochofel e a Vergílio Ferreira. Por todos estes motivos, chama sem rodeios os companheiros de sempre para a novidade do tempo: «Vinde ver a Primavera/vós que sois da minha terra» (CV, p.18) num «Convite» ousado para «abraçar a ventania». Fá-lo num registo que ainda usa as exclamações e as interrogações reflexivas, mas que está mais destemido e firme. Consolidado o significado revolucionário da palavra «vento», que na actualidade de CV é «amigo» do autor, o seu aparecimento no segundo título, em troca do elemento-chave do livro inicial (*a Terra*), é significativo da crença nos resultados das suas canções junto da sociedade rural transtagana e daí o ânimo que caracteriza o sujeito poético no presente. Quase permanente, este estado interior comprova-se pela contagem dos títulos associados em torno da boa promessa, doze ao todo, e capta-se na sua intensidade em textos como «Preito de Alegria» (CV, p.47). O tributo a pagar deve-se aos «sobreiros» aos quais Antunes da Silva alarga a sua capacidade de identificação geopolítica, deixando aquelas árvores de assinalar em exclusivo as terras alentejanas para serem uma imagem da nação: «Portugal está no rosto angustiado e

bondoso/ dessas árvores presas e exploradas [...]». O vigor do apelo final: «Poetas! Erguei a voz e cantai juntos/ que a Natureza agradece o nosso canto!» reafirma e justifica a sua escolha de militância àqueles dois escritores amigos a quem dedica «Quarta Paisagem do Campo», poema que se encontra na página antes de «Preito de Alegria».

Da duração do «silêncio» e da «noite» sabe acabar por nascer o desejo de um futuro melhor. Na «Segunda Paisagem do Campo» (ETN, p.36) aquele «que molhou os olhos na paisagem» tem a reacção imediata do grito poético e na «Terceira Paisagem do Campo» (p.36), texto presente em CV e onde o sujeito fala de si sob o disfarce de se dirigir a um maltês, diz: «E meditaste nos sonhos férteis/que a própria noite encerra», observando-se uma permanência de figuras, ideias e processos de as veicular entre uma obra e outra. Como vemos neste exemplo, à continuidade dos títulos pode corresponder a repetição parcelar no conteúdo das composições. Para além da comunicação textual entre os livros, a ordem pela qual surgem os poemas no interior de cada uma das obras nem sempre é casual. Enquanto em ETN a perturbação de uma dúvida paralisante transita «das coisas que já passaram» (pp.22-23) para «as coisas que acontecem» (pp.24-25), assombrando o fantasma a obra até ao fim, visto depois da reiteração de um pressentimento ameaçador do futuro (*que está para acontecer?*) se dizer em seguida: «Quando aquilo aconteceu» (p.41) no «Relato» de algo que só se percebe ter sido ruim, em CV um sopro de vida insufla-se na sequência de três títulos temporais. Respiremo-lo então.

A mensagem de renovação de forças, que a «Primavera» (CV, p.24) e a «Queimada» (CV, p.26) trazem dos campos, fortalece-se quando «vivem as searas na morte/de mais um parto de pão» (CV, p.27). Nos dois versos do «Momento», a morte transforma-se ali positivamente e descobre-se também no seu sentido redentor no «sono das plantas» primaveris ou no fogo da «Queimada» que assusta as calmas «corças» e queima os rijos «tojos», «estevas» e «cardos», o elenco que dramatiza o medo que tolhe a dignidade vital ao camponês transtagano. Durante longo tempo, e à contabilização cronológica procede-se como o homem do campo a faz (*quantos ventos, quantos sóis* CV, p.27), a busca de melhores condições leva-o a persistir na azáfama agrícola, a qual o escritor embeleza com o apoio da Natureza – «um cavalo arrasta o vento/para as bandas da Nascente./E o vento cai e levanta-se/transformando-se em semente» (CV, p.15) – mas o abandono dos campos começa então a marcar a «Paisagem» (CV, p.22), calcorreada pelo mendigo que se cruza com o vazio numa «quinta-sem-ninguém» e nas estradas «desertas».

Por meio da concentração de lugares no mesmo texto (*montes e vales; prados*, CV, p.20) mostra-se a planície na sua vasta extensão, característica espacial que acentua a tristeza do despovoamento juntamente com a serenidade natural que embala os ermos por onde se espalham o «sussuro» (CV, p.25), o «murmúrio» e os «ecos» (CV, pp.26-27).

Nos dois livros, o presente histórico, não é, no entanto, a única fonte de onde a poesia brota. A memória de um tempo passado que, mesmo não sendo inteiramente bom, lhe desperta saudades, leva o sujeito em «Ode» (ETN, p.35) a pedir ao vento do Sul os «dias felizes, oásis lembrados», os quais se reportam certamente à antiga «[...] graça bonita/ do silêncio esperançado» das ruas de Évora e à família que ali ama (ETN, p.19). Por o

remeter para a infância, tal como a evocação eborense, o papagaio de nome «Brasil» é igualmente amado pelo poeta que faz da ocasião da sua morte mais um pretexto para voltar à urbe-berço e descrevê-la. Através da sinédoque do Largo da Senhora da Consolação, o desemprego, a violência doméstica e o abandono representam-se desta vez no espaço urbano nos «[...] maridos despedidos da fábrica de cortiça/que batiam nas mulheres», na vida nula dos vadios e idoos «sentados nos bancos do jardim/imitando o Tempo» (CV, pp.40-42), ao som do bandolim do cego Manuel, mas também a amizade, que abre nesta poesia a excepção dos nomes próprios para os companheiros de então (Zé Galhardo, Jaime, Carrageta...).

Sem maturidade suficiente para uma avaliação correcta do real em torno de si, é o menino que Antunes da Silva foi quem parece ditar as linhas de aparência meramente descritiva da cidade de Évora naqueles tempos, ao contrário do que sucede em «Esse Mar das Tormentas» (ETN, p.12). A infância começa por mostrar-se aqui na pureza que a faz crer no mar «verde» e «de água mansa» dos livros, para em seguida se vincar a diferença entre esta visão ingénua e a realidade magoada que o mar produz e o adulto vê. O marco separador entre a fantasia infantil e o sofrimento do presente é um «mas» que permite que numa única mancha de escrita se reúnam dois momentos (passado e actualidade) que só uma criança ingénua distingue na desgraça, sendo este processo também usado no texto «Terra de Saudade» (a evocação de Évora).

Sob a forma de «lembranças doces» dos agros alentejanos, a diferença entre o calor intenso no decurso do dia e a agradável frescura das «Manhãs» (CV, p.34) aparece ao lado do «Primeiro Poema de Amor» que regista o começo do dia como tempo de promessa: «Lúcida, a manhã na tua voz de prata,/meu amor perdido que a saudade aquece», fazendo-se assim a estreia da temática amorosa, a qual Antunes da Silva sacrifica na sua expressão individual em prol do amor à terra, ou seja, da vontade de bem-estar geral.

Depois do que dissemos até ao momento percebe-se ser o factor tempo relevante no poetar antunino que, apesar de centrado nas inquietações do presente, não deixa de visitar o passado nem de pensar no futuro. A infância e a juventude – de lá veio com certeza o amor que vale um poema – chegam pela mão de quem as viveu, mas logo o escritor as larga no meio da praça para encontrarem o Alentejo dos anos 50. É com este no pensamento que delineia «uma nova idade» (CV, p.9), mostrando-nos pelas suas lembranças que na vida há lugar para a continuação e para a ruptura. Porque o canto facilmente entra no ouvido, serve-se dele para combater o que o incomoda e perpetuar o que aprecia. Numa lição aprendida com o desaparecimento de «antigas loas», «modas dolentes», «cantigas» e «madrigais», que recorda saudoso em «Rancho Coral» (CV, p.49) Antunes ensina-nos que é pela palavra partilhada que se começa a construir o futuro por que ansiamos: «Rancho coral que vais aí passando, /pergunta à noite quem é o teu rival»¹¹⁴.

¹¹⁴ Atente-se de novo na proximidade com a prosa de S.

c) *Rio Degebe*

A extensão é a característica formal mais evidente em *Rio Degebe*, livro de Antunes da Silva publicado pela Prelo em 1973, verificando-se nos cinquenta e um textos que ocupam cento e onze páginas, nos respectivos títulos e ainda nas medidas estróficas e métricas utilizadas. Cerca de setenta versos contam-se na estância de «Évora – Cidade de Beirais Romanos» ou na de «Ó Velha Cidade». A redondilha menor usada nestes dois poemas e que tanto se emprega na obra não desmente a afirmação anterior porque os decassílabos e os versos com onze e doze sílabas são também frequentes, como revelam as composições «Que Apelo me Traz aqui?» e «Planície na Água dos Céus». À semelhança dos livros anteriores, a rima, muitas vezes branca ou cruzada, não suscita grandes cuidados ao escritor, que também não se dedica com preceito suficiente aos títulos de RD, pecando alguns no tamanho e na fraca capacidade informativa. Olhemos para dois desses: «Na Terra Arraiana Pedacos de Luz» e «Nos Séquitos se Movem esses Contornos Roxos».

Em verso se escreve a maioria dos textos, mas a prosa também existe, sendo poética em nove deles. As composições «Nos Campos de Sines, Olhando» e «Do Sol Falo outra Vez» comprovam-na e situam-se ao lado de outras que daquele registo se afastam. Exemplos de prosa pura são a caricatura de um feitor alentejano que vem no «Intervalo para Contar uma História» e o comentário político de «Recado». Com idêntico propósito crítico em «Hospital» observa-se um discurso cheio de associações estranhas, as quais aparecem de novo em «O Saco Cor de Feno». Aqui assiste-se, tal como no texto anterior, a um encadeamento quase sem nexo de dados que parece espelhar o seu surgimento na mente do criador, que não se esforça por os tornar mais compreensíveis para o leitor, só capaz de apreender o seu estado de (in)satisfação. Ainda que a vontade de dialogar permaneça soberana, descobre agora o discurso um outro caminho que dificulta a apreensão do conteúdo ideológico. Porém, recupera-se esta nos restantes textos com uma crítica muito mais aberta do que nas primeiras duas obras poéticas, sinal do enfraquecimento da ditadura que em breve chega ao fim.

Quase sempre na primeira pessoa do singular, as palavras antuninas concedem paradoxalmente pouco espaço ao «eu» do sujeito poético que, quando se manifesta, se deixa logo absorver pelos outros que lhe tomam a maior parte da atenção. Após o instante em que se distrai com uma recordação da mocidade, a casa da avó que o criou, retoma de imediato a sua posição de poeta resistente: «Todavia eu sou pastor/dum gado que não é meu...» (RD, p.15), diz na composição que tem por título aquele primeiro verso. A saudade dos apontamentos da Natureza, que no quintal da avó o faz contemplar a «fruta», as «videiras», a «rosa» e até o «eucalipto» (RD, p.14) (a inocência de menino não lhe permitia ver nele um inimigo do Alentejo) é igualmente o sentimento de que resulta «Sinto bem perto a Coragem» e a «Memória» da planície, cuja descrição chega através de uma série de perguntas de um menino (o autor) ao avô e onde irrompem elementos da Terra (*pólen; orvalho ou feno; rosas; asa; espigas* RD, p.34).

Tendo decorrido aproximadamente três décadas desde a ida contrariada para Lisboa, anima-se Antunes da Silva com a fantasia de construir uma «casa» na região natal (*Vou Mandar Fazer uma Casa* RD, pp.64-67). Do seu projecto nada se sabe praticamente do

interior, mas em compensação pormenoriza-se o espaço exterior que o íntimo do arquitecto deseja, pois é «todo o panorama que originou/à planície dar memória à minha infância». No final do passeio à roda da «casa» que ocupa quase todo o terreno textual, isto é, depois de andarmos pelo plano fora, percebemos ser a «casa» um lugar futuro indistinto da «esperança» que o sujeito poético teima em construir «com os meus (*dele*) amigos» desde que o conhecemos.

A necessidade de contacto com o mundo natural e a esperança de se poder habitar um Alentejo mais acolhedor respondem assim à questão que o assalta em vários momentos da existência: «Que apelo me traz aqui?» (RD, p. 32), a qual não se reporta só ao espaço transtagano, conforme o advérbio (*aqui*) indica, mas respeita ainda ao passado, como a sua reiteração mostra: «Que apelo apetece no rasto de outrora».¹¹⁵ Mesmo no tempo em que «a cidade fere as lealdades nuas/dos que, revoltados, se foram embora», fala no presente mas também há ofensas no passado e no futuro que os diários testemunham, o valor da planície é supremo (*mas terra é oiro*) e, por enquanto, compensa todas as batalhas.

Como lugar de esperança, a imagem da «casa» com o seu entorno natural alarga-se até ao campo social pela explicação dada atrás e sobretudo pelo remate (*ser todo o panorama que originou/à planície dar memória à minha infância*), num processo estilístico simbólico e que de novo se socorre da sinédoque. O poema «Campo Mobilado» reafirma-o: «O campo mobilado não é mais que um trajecto/por onde passa a velada voz/da airosa esperança», projectando por sua vez estas palavras a esperança para o resto do país. Recordemos em «Preito de Alegria», de CV, o mesmo efeito.

No presente a mudança sente-se prestes, mas «nem o som dos vendavais que se adivinham além dos cerros sabe ao certo o que irá suceder no primeiro dia das sementeiras» comenta-se em «No Sol me Informo das Notícias do meu País» (RD, pp.30-31). Para que a esperança de um tempo novo se concretize contribui o desgaste do regime político em si próprio e nas suas vítimas: «Cinquenta anos a dobar lodo/põe calos na paciência a um povo» (RD, p.80). Em «Pequeno Romance» aproveita-se o assassinato, em Maio de 1954, da camponesa de Baleizão Catarina Eufémia, morta pela GNR durante uma das muitas greves no Alentejo, para informar de uma realidade diferente. Agora nos anos 70 o confronto entre as forças da autoridade e os assalariados rurais é menos provável porque aquelas «puseram nos olhos a solidão» da planície e estes «vão correr mundo e não olham para as armas dos soldados» diz-se num anúncio da emigração portuguesa para o estrangeiro, tentativa de fuga à crise económica e à guerra colonial, e do abrandar da repressão por haver facções militares defensoras dos trabalhadores.

Embora o quotidiano registre alterações positivas, «na senda da gleba silêncios de fome» (RD, p.92) mantêm-se, assim como a rede socioeconómica que os alimenta. Os «senhores que só aqui chegam de cidades distantes para caçar lebres e receberem rendas elevadas que consertaram com os servos da gleba» (RD, p.31) têm nas suas herdades empregados que os defendem, como o feitor Norberto Revés (RD, p.85) e moram em meios urbanos

¹¹⁵ No dia 5 de Maio de 1984 em JI levanta o escritor questões idênticas. A fuga até Évora que então relata sintoniza-se com o que diz em «Ponho os Olhos na Paisagem» (RD, p.80).

como o descrito em «Évora – Cidade dos Beirais Romanos». Com o pecúlio obtido nas terras que possuem dedicam-se aos «toiros» e «compram em Madrid/doce de caju», restando-lhe algumas moedas para a prática de uma caridade que se acha hipócrita (*e às sextas-feiras dão esmola dão, com unhas de fome/sacudindo a mão...*). A investida contra os frequentadores da Igreja faz-se por causa de comportamentos como estes, mas também por lesarem os valores culturais da cidade. Os poemas «Universidade» e «Cidade Infeliz» testemunham-no, denunciando o último texto a proibição da poesia de «alentejanos marginais» (Antunes estaria entre eles) «nas salas dos clubes» frequentados pelos ricos. O conteúdo dos poemas que respeitam à capital da região mostra, como vemos, que os poderosos continuam nas vésperas da revolução do 25 de Abril de 1974 com um comportamento semelhante ao que anos antes tinham e que «Ó Velha Cidade» esconjura.

Próximos do topo da hierarquia regional situam-se outras figuras ligadas ao poder político e económico da nação que, num contra-ataque de outro género à literatura de resistência, manipulam a palavra para enganar a população (*os tartufos pregam/ao povo a semente/do seu desalento* RD, p.51). Comparadas a «um bando de corvos», as personagens descritas têm «nariz de falcão», trazendo o seu retrato uma novidade para o poeitar antunino, que até CV só conhece as «aves» como símbolo de liberdade. Pelo comportamento dos «tartufos» e pelo termo escolhido para designar esta gente, compreendemos o significado negativo das aves que agora se especificam: a esperteza reconhece-se no corvo e a rapina exerce-se com mais facilidade através do nariz do falcão. Os espertos rapinadores podem bem ser «os deputados» e «os empresários» que o escritor gostaria de substituir no Alentejo futuro, onde de acordo com os planos da oposição ao Governo «vai ser proclamada a reforma agrária e/haverá reservas de caça, mas as coutadas dos senhores/banqueiros e industriais vão desaparecer» (RD, p.74)¹¹⁶.

A crítica à política em vigor desfia-se em questões que respeitam aos alentejanos e ao povo português em geral e envolve as personagens que se consideram culpadas. Na resma de problemas toma-se conhecimento «dos incêndios nos matos, da impiedade fiscal, do descontentamento dos estudantes, das lavouras mortas no ano de mil novecentos e sessenta e nove» (RD, p.81) e ainda da desprotecção aos mais frágeis. As reformas são insuficientes e na confusão de «Hospital» não nos escapa o desamparo dos doentes e dos familiares que deles dependem, descortinando-se a debilidade da Previdência Social em grupos distintos da classe dos assalariados rurais. Portugal vai-se mostrando aos poucos e aproxima-se do país em efervescência que o jornal NS começa em 1976 a espelhar¹¹⁷. Por enquanto, se nele existe «Notícia» de uma coragem que cresce contra «o luto/da noite vigiada» (RD, p.111), uma prosa datada de 1973 das gentes de «Aljustrel», vila de mineiros que tanta luta dão ao regime, duvida da veracidade dos resultados do acto eleitoral que se avizinha, certamente por causa da fraude nas legislativas de 1969: «Eleições? Puh! O chefe tem a escrita bem montada, não abandona a quinta e já se sabe quem lá fica!».

¹¹⁶ É esta a classe de personagens que avisa no início do livro, quando escreve: «Há três coisas que me custa tolerar: os ingratos, os mandriões e os que se envolvem a fundo na política e se esquecem da terra onde nasceram».

¹¹⁷ Alguns dos textos de RD são posteriormente publicados no periódico, conforme se vê rapidamente pela bibliografia de Antunes da Silva.

Disfarçado, o conflito bélico em Ultramar, proeminente para a revolução de 1974, espreita nas dualidades de «Ode» (*guerra/paz; ódio/amor; fogo/sol*), onde a escolha dos segundos termos revela a resistência do sujeito poético ao confronto. Por condenar o colonialismo, defende das armas do invasor americano o «Vietnã», a quem estende um abraço de fraternidade que, inesperadamente, decide partilhar com os trabalhadores da grande potência económica, e daí o título «Gosto da América».

Com uma expressão ainda tímida, a fraca quantidade de água do Alentejo infiltra-se no discurso aqui e ali. Em «Aljustrel» rebentam «[...] ervas novas junto de fios de água quase invisíveis que correm em regueiras de palmo e meio» e no «Postal», onde nos remete alguns dos seus sonhos para a planície, «a barragem de Alqueva», que se estreia agora em ideia, precede o chilrear da passarada nas margens do rio Degebe, componente da paisagem limítrofe de Évora eleito para título do livro em leitura. Ao passar os olhos pelo curso de «Rio Degebe» (poema), entende o leitor o motivo que subjaz à eleição daquele nome: o choque do escritor perante um rio que conheceu «quase azul no seu vestuário de zagal» e vê na actualidade poluído com uma série de imundices (*galinhas naufragadas, cestos de vime desfeitos, /latas, plásticos descorados, restos de comida*) que traduzem o descuido doméstico de uma população com uma consciência quase nula da preciosidade ambiental. Todavia, Antunes da Silva não faz esta interpretação, mesmo que connosco concorde, e descobre nas águas conspurcadas «[...] a sombra de decadência/que invade a minha terra até ao tutano...», ou seja, dirige-se directamente ao responsável último pelo desmazelo cívico em foco, o Governo que não assegura qualquer educação na área. Convocado denotativamente pela incúria ecológica, o vocábulo «rio» acaba assim a apontar o dedo ao erro político que flutua naquele comportamento colectivo. Antunes da Silva militante não despreza a oportunidade de ataque, mas é a sensibilidade maior ao mundo natural que lhe dita o poema e coloca o nome deste na capa do livro, como bandeira de aviso a um tempo e a uma nação que se querem mais harmoniosos com a participação de todos. O escritor está, pois, longe da melancolia pouco combativa que se detecta em ETN mas, como declara na segunda frase de abertura do presente livro, outras emoções (*dor e espanto*), suscitadas por novidades como as do rio Degebe, continuam a sobrepor-se à «alegria» que sente ao cantar.

A função de símbolo social que a arte poética antunina entrega desde o início à Natureza persiste também neste trabalho, mas é nele que a admiração suscitada no escritor pelo encanto da Terra desperta no verso, no seguimento de uma linha semântica que dá cor à prosa desde G (1945). Do prazer que o natural lhe dá vai falando, quando apanha frutos no bosque ou na horta, respira os odores silvestres e do jardim, sente o perigo e a doçura dos bichos. Para se fazer passar por pastor não basta guardar gado, implica saber encontrar no meio campestre utilidades para o quotidiano: «Da macela faço o chá/e da esteva faço a cama,/a hortelã tira o sarro/aos frutos verdes, sem rama» (in *Todavia eu Sou Pastor*). Depois de se afastar de «lagartos e lebrões» (RD, p.15), encontra no *habitat* de «Formiga de Asa» os «pardais», a «rã» e a assustada «perdiz». O deslumbramento entrevisto nestes dois textos atinge a plenitude na composição «Está tão Lindo o Dia». O passeio que então apetece dar no meio de «goivos, papoilas, zíneas, mentrastos» repete as deambulações antecedentes e a felicidade aí obtida, a qual se retribui em RD com o alargar da diversidade dos seres e com a frequência maior do nome específico. Esta mudança, face à carga de hiperonímia nos

livros da década de 50, atenua o efeito de apagamento do sentido geral dos termos, mas a constância nas três publicações em verso dos substantivos no plural volta a reforçá-lo.¹¹⁸ O privilégio da hiponímia concedido a certos animais (*rouxinóis*, *cães*, *abelhas*, *cavalo* e *pomba*) e a alguns povoadores do reino vegetal (*tojos*, *papoilas*, *estevas*, *cardos*, *sobreiros*, *azinheiras*, *trigos* e ainda à *rosa* e ao *cravo*) é do género da atribuição de nomes próprios a personagens e lugares (*Suzana*, *Tóino Marques*, *Portalegre* e *Alter...*) que se vê em RD, ou das indicações temporais claras também ali presentes (vejam-se datas nas pp.58, 70, 81 e 89). A observação destes grupos de dados faz-nos concluir que na terceira obra a especificação dos acontecimentos e dos seres na respectiva situação espaço-temporal se acentua comparativamente à poesia em verso precedente, revelando os detalhes a importância que o sujeito poético dá àqueles. Em simultâneo, o afrouxar do controlo da censura também por ali se desvenda, mas não chega para que a mensagem de resistência se desnude da velha roupagem natural. O sorriso que os «Pigmeus» (os trabalhadores em geral) dirigem às «[...] aves que passam/perseguidas da fome e da guerra» leva o leitor a reconhecer a vivência pelos primeiros de realidade igual, tendo eles, por serem pequenos, pouca força para a combater, tal como as «aves». Confundem-se desta maneira as «aves» com os trabalhadores, os quais também agem e sofrem em todo o poetar antunino sob a forma de «abelhas», «flores», «ervas», «sobreiros», «azinçais» e, consoante a raiva ou a fragilidade, no corpo do «cardo» ou da «rosa». Animados pelo cantar do poeta, «rouxinol» ou «cotovia», enfrentam os «corvos» e o «grifo» (os exploradores), durante a «noite» e no «lodo» (Estado Novo) e aguardam o «Sol» (vida) da «Aurora» ou da «Primavera» (democracia), que em Abril de 1974 oferecerá cravos à rua.

Resumindo o que dissemos, a poesia de Antunes da Silva procura nas memórias da planície uma Natureza que o mima em criança e em adulto, sentindo por este motivo saudades do contacto com ela no quotidiano de Lisboa. Enquadrando-a no conceito de felicidade, acaba por fazer dela o fulcro dos seus cuidados e da sua linguagem. Porque trabalham a terra e gerem a rotina em harmonia com o meio envolvente, os rurais consideram-se parte da Natureza, tão próprios desta quanto outros entes.

As raízes populares e alentejanas, os conhecimentos políticos possuídos e a postura cívica adoptada, juntamente com o lugar que o mundo natural tem cativo no seu coração, levam Antunes da Silva a uma redacção poética onde os erros do Governo ditatorial são inseparáveis das más condições de existência dos que defende. Marcado o discurso acusatório de RD pelos ideais de justiça democrática e de humanidade do autor e salteado, linha a linha, com pássaros e flores, sobre ele pesa o passado, já tão longo, e o futuro diferente logo ali, mas continua a ser na política do momento que se centra. A olhar o campo, Antunes da Silva homem, cidadão e democrata desce este rio de prosas e versos.

d) *Senhor Vento*

Em 1982, a casa Livros Horizonte edita o quarto livro poético de Antunes da Silva, cuja capa Guilherme Parente ilustra agradavelmente com umas árvores agitadas pela força da

¹¹⁸ Exemplos de hiperónimos em ETN: flores, astros, árvores; e em CV: pássaros, frutos, aves.

ventania e de acordo com o nome *Senhor Vento*. No índice lêem-se cento e quatro títulos que, à primeira vista, reúnem os textos de CV e RD, mas na verdade, isso só se verifica em parte. Sem qualquer aviso ao público, o autor põe de lado trabalhos anteriores daqueles livros e dá a conhecer agora vinte e oito composições novas, insere poemas de CV no grupo de RD e vice-versa, e ainda lhes soma seis de ETN, obra que nem sequer menciona. Conclusão, o leitor deve ignorar em SV a divisão dos títulos em CV e RD. Após esta descoberta, decidimos tratar os textos em duas etapas. Numa inicial debruçamo-nos sobre as publicações anteriores para levantar as alterações que a reescrita das mesmas lhes imprime e, num segundo momento, damos atenção às que até aqui estavam inéditas.

O assinalar sucessivo de alterações nos textos já conhecidos coloca a questão dos objectivos da reescrita, os quais não são certamente exclusivos do verso, mas constituem de igual forma os da prosa que por esta altura o autor reformula em várias obras narrativas. Vontade de mero aperfeiçoamento literário? A redacção mais recente adequa-se à realidade democrática portuguesa do momento? Ou a reescrita mostra o criador a desviar-se de qualquer vertente ideológica, cortando assim os trilhos seguidos até à revolução de Abril? E se há afastamento da política, por e para onde segue? Antes de tentarmos responder, partilhemos as alterações de que damos conta no discurso.

Muitas composições crescem em tamanho, outras, em quantidade menor, encurtam e poucas se conservam iguais. A frase «no mar de Sines os homens roubaram à Natureza a sua inocência» (RD, p.30) desenvolve-se (SV, p.81) através da enumeração dos comportamentos humanos reprováveis e reitera o cuidado ecológico que desde RD se exprime. Dentro de uma composição podem excepcionalmente reordenar-se as estrofes (cf. CV, p.49 com SV, p.75), mas mais frequente é a divisão dos versos por um número maior de estâncias do que aquele que à partida existe.

Na pontuação supprime-se finalmente a maioria das reticências que se observam durante a ditadura, ainda que sejam agora novidade num texto ou noutro onde não se viam; desaparecem travessões de diálogo e outros que destacam o que se lhes segue, mas descobrem-se pontos finais e de exclamação novos.

A ortografia quer polir-se no emprego de maiúsculas e letras pequenas, mas umas vezes é bem-sucedida, outras continua a falhar: alguns nomes próprios aparecem com letra pequena («*brasil*», SV, p.144; *filipes de espanha*, SV, p.135). Depois da correcção dos erros ortográficos que mancham a edição de RD, as palavras «Sol» e «Inverno» passam a escrever-se com acerto com maiúscula, à semelhança dos nomes comuns que se empregam no lugar de «Alentejo» (*Várzea e Planície*, SV, p.63) e do vocábulo «Solidão», sentimento que se mostra assim expressivamente tão disperso quanto a gente que o alberga. Embora se empreenda este esforço, acham-se ainda em SV gralhas do género das apontadas.

Há títulos que transitam de livro para livro, mas as mudanças também os afectam. Certos poemas recebem a designação de um dos seus antigos pares e a outros dá-se uma diferente. O «Instante» de SV, que se chama «Está tão Lindo o Dia» em RD, rouba nesta obra o título a uma página alheia (p.61). Oriundos de CV, «Terceira Cantiga» e «Oásis» correspondem aos actuais «Passei no Tejo à Noitinha» e «Prece» respectivamente, prosseguindo a adopção do

verso inicial (exemplificada pelo primeiro dos actuais), ou parte dele, uma prática corrente na formulação dos títulos, que aqui se reduzem. A troca do termo «Oásis» por «Prece» antecipa uma mudança no resto do texto bem mais relevante, pois deixa no leitor a sensação de ter aumentado a distância física que medeia entre o Homem e a esperança, retida naqueles dois nomes. Através da leitura do corpo textual confirmam-se os desvios esperados da interpretação primeira. Enquanto os pedidos feitos na primeira sextilha se destinam na versão original aos portugueses reprimidos, na de «Prece» parecem dirigir-se ao Céu, que pode enviar a chuva em falta, a qual é pela ausência o problema maior do momento, em detrimento da «fome» de antigamente. A mudança no título sintoniza-se, portanto, com esta alteração (a principal) no conteúdo do texto.

Se em certos poemas se coloca no lugar de uma palavra um sinónimo que se prefere ou simplesmente se elege um outro vocábulo pela beleza ou pela tónica, existem versos em que uma leve mexida nos termos altera profundamente o significado. Na «Carta ao Patrão» o quarto verso protagoniza esta afirmação. Inicialmente lê-se «sou um servo e um mendigo» (CV, p.28) e agora «sou servo mas não mendigo» (SV, p.51), ou seja, afirma-se o contrário e com isso retira-se a carga de miséria que outrora incide no servo rural. Tratamento idêntico sofre o segundo verso de «Poema das Aves Mortas», visto nele o Inverno de antigamente ser «sem florestas nem cantigas» (ETN, p.38) e no presente decorar-se «de florestas e cantigas» (SV, p.58). Apesar de permanecer o acento de tristeza em toda esta composição, a pequena mudança apontada no segundo verso a par da que se lhe segue no terceiro desanuviam a abertura do poema.

Em SV encontramos ainda quatro poemas oriundos de livros anteriores – «Xácara de Évora» (*Terra de Saudade*, ETN); «O Mar e a Terra» (*Esse Mar das Tormentas*, ETN); «Sul e Sueste» (*Sul e Sueste*, ETN) e «Um Poema de Amor» (*Primeiro Poema de Amor*, CV) – que por terem sido sujeitos a uma reelaboração profunda merecem tratamento individual. Aqueles dois iniciais têm em SV um grande desenvolvimento, enquanto o último ganha uma estância e «Sul e Sueste» se conserva igual na estrutura.

Das alterações realizadas em «Terra de Saudade», de ETN, resulta uma composição bem mais rica. Alcançando por vezes SV o nível linguístico cuidado, o vocabulário diversifica-se em «Xácara de Évora» para fornecer pormenores sobre a cidade histórica. Conquanto este espaço se sobreponha em importância à saudade que Antunes da Silva manifesta em 1952, a emoção permanece, assim como a sua atitude crítica. Quer em termos físicos, quer humanos, o espaço alarga-se e alterna-se, levando consigo o tempo histórico em processo idêntico. O sujeito poético deixa de falar apenas das emoções pessoais pela cidade familiar e amiga e passa a convocar nela lugares específicos (Sé) e as regiões em volta (*do Alentejo e Andaluzia*). Pelo recurso à enumeração, informa-se da variedade dos habitantes urbanos (*concubinas, ráscoas* (sic), *frades*) e convida-se o leitor para as diferentes épocas e culturas que marcaram Évora, não raramente o surpreendendo com ligações inesperadas (*e três ciganos [...] a lembrar os levantinos/de albernoz e pingalim*). No meio destas, as referências à literatura fazem verso aqui, verso ali, as respectivas aparições. Para ela nos chama de imediato o título com a exótica palavra «Xácara», à semelhança da vontade que conosco Antunes partilha: «de compor um verso azul/do tamanho deste burgo» e de tantas

passagens (*signos, versos; menéstreis* (sic) *e trovadores; bardos, músicos, pastores/ceguinhos; endeixas* (sic) *de folhas mortas/e os versos da Solidão; cantando modas e estrofes*). Se bem que em «Xácara de Évora» se perceba o papel da memória do escritor na produção literária, esta função cognitiva aparece pouco valorizada, tal como já acontece na versão de ETN. Aqui, porém, as formas do verbo «lembrar» avisam-nos do processo por que se gera o poema. Observação próxima se pode fazer perante a comparação de «Esse Mar das Tormentas» com «O Mar e a Terra», pois neste segundo poema o menino que no original vive a decepção posterior com o mar desaparece por completo e com ele o lugar da infância lembrado que ali existe. Quem ler «O Mar e a Terra», de SV, em vez de apreender com nitidez as fases de (i) maturidade do protagonista (menino ingénuo/adulto desenganado), fica com a ideia clara da visão marítima do sujeito poético no passado. A clareza sobre a perspectiva oceânica de outrora adquire-a o leitor porque aquilo que antes é só «o mar dos livros» (ETN, p.12) ganha contornos em SV com termos como «Descobertas», «Camões» e «Adamastor», os quais se enlaçam com o primeiro título (*Esse Mar das Tormentas*) e com a presença referida atrás da arte literária neste poetar. Para além desta mudança e do carácter dialógico do texto inicial se ter em parte atenuado, a conexão do mar à morte e da terra à vida subsiste, assim como o cuidado com os que dependem da riqueza do oceano: «Mas se o Grande-Mar secasse, /que fazer dos pescadores?» (SV, p.24).

Embora as modificações verificadas em «Um Poema de Amor» não sejam tão grandes quanto as dos últimos textos vistos de SV, bastam para que logo nos deixem em dúvida acerca de que fala o poeta. Quando antes reflectimos sobre «Primeiro Poema de Amor», interpretámo-lo como referente a uma rapariga, mas agora as modificações mostram ser possível uma leitura dupla. O poeta tanto pode exprimir o seu afecto por uma mulher que lembra, como estar a referir-se a Évora ou à terra alentejana. Porque o amor individual não é tema em nenhum outro poema de Antunes da Silva, a hipótese de se tratar de uma mulher torna-se pouco sustentável. Contra a mesma acresce ainda o objectivo de o autor clarificar no livro em estudo o que antes escreve, não sendo por essa razão de considerar que tenha sido ambíguo de propósito. Por causa deste repto antunino a versão actualizada acaba por acentuar o sofrimento que resulta do afastamento do amante da amada. Enquanto em CV «a saudade», associada à anáfora verbal «lembro», ofusca a melancolia, no presente de SV fala-se «de um remorso exausto que hoje em mim existe...» e pede-se perdão. A estrofe nova que se adiciona, a terceira, e a reescrita das outras evidenciam também a intimidade plena do escritor com a amada. No caso de se tratar da terra transtagana, o mais provável, sintoniza-se esta composição com o final de «Xácara de Évora» (*oh! Meu país do Alentejo/ que tanto amo e desejo* SV, p.50) e de «Sul e Sueste» (*terra meiga e sã, minha casa vazia,/ meu amor perfeito, quero morrer contigo* SV, p.66). Ao comentar as narrativas de *Alentejo É Sangue*, João de Araújo Correia tem razão, quando diz a Antunes da Silva: «E o seu veio, querido amigo, não é a revolta. O seu veio é a saudade. É a saudade da infância e a saudade da terra».¹¹⁹

Na primeira versão de «Sul e Sueste» a anáfora «agora» indica que o ambiente social negativo do Alentejo descrito data de meados do século XX. Logo, a substituição nos

¹¹⁹ Carta de João Araújo Correia, escrita em Peso da Régua, a 14 de Agosto de 1966, que se encontra no espólio antunino no Museu do Neo-Realismo.

anos 80 daquele advérbio temporal por «aqui» deve alertar-nos para a escolha do autor em desfazer esse dado cronológico. A causa desta mudança no léxico é, segundo se diz no princípio, a estagnação regional (*nada mudou no lume que nos espanta/a voz [...] SV, p.66*) e por isso no acto de reescrita deve o escritor ter achado melhor manter a mensagem sempre actual sem a sinalizar temporalmente. No entanto, a insatisfação pessoal com a realidade transtagana não impede o discurso de se contradizer em seguida, visto acabar por testemunhar a diferença na liberdade de expressão e na economia agrícola entre a ditadura e a democracia. Enquanto aquela é marcada pela fome (*nem já reflorescem os cardos na planura ETN, p.29*), passividade e silêncio, conforme os verbos demonstram (*se calaram; se aquietaram e parados*), no presente democrático escuta-se a voz colectiva (*nos corais se comemora a paz e a dor/neste país do Sul transformado em pão SV, p. 66*) e vêem-se os frutos da agricultura (*vinho, carne e pão*). O poema «Sul e Sueste», de SV, retrata assim uma certa evolução positiva na planície, ao amenizar o ambiente que nos anos 50 recria, mas entende-se na contradição das palavras de Antunes da Silva que do seu ponto de vista político o progresso é ainda insuficiente.

A anáfora ora se conserva (cf. CV, p.45 e SV, p.148) ora se apaga (cf. CV, p.53 e SV, p.88) mas, devido à tendência para alongar as composições, os veículos da reiteração perdem terreno em geral. Apesar disso, em «Carta ao Patrão», o verso que se repete (*senhor dono destes montes SV, pp.51-52*) merece a nossa nota porque explicita o destinatário da mensagem só pressuposto anteriormente, num reflexo da mudança nas relações sociais que Portugal sente depois do 25 de Abril, e porque no poema se clarifica também agora o caminho a seguir. Desde o passado que se afirma saber qual é, mas na actualidade aponta-se o rumo: «sigo o caminho do Sul». O progresso na clarificação estende-se a «Passei no Tejo à Noitinha» onde a passagem «Timor, Bié, Tarrafal» concretiza o «degredo» (p.30) mencionado em CV.

A vontade de explicitar a mensagem assume-se noutras decisões: adicionar palavras e cortá-las quando em excesso; transformar frases (cf. RD, p.37 e SV, p.59) e substituir nomes, adjectivos e tempos verbais. Na linha final de «O Cardo», «onde a flor se fez aço», a correcção do presente do indicativo de origem (*faz*) para aquele pretérito perfeito dá mais sentido à definição da planta resistente. Com intuito igual em «Queimada» (cf. CV, p.26 e SV, p.63) epítetos e substantivos apuram-se também. Depois da acção agrícola referida no título é natural que as papoilas que rebentam sejam «novas», porque «bravas» (CV, p.26) são sempre nos agros, assim como ser a «planície renascida» o desejo dos camponeses e não que ela fique «dolorida». Já durante a queimada os cardos morrem «na terra» (antes lia-se *na fome*).

Embora Portugal viva em democracia há já alguns anos e tenha o autor procedido a tantas correcções no discurso poético anterior, afectando algumas o significado global dos textos, a mensagem ideológica descobre-se neles quase intacta. Prova do que afirmamos encontra-se nos exemplares onde sempre foi óbvia. A estrofe que se acrescenta em SV a «Nos Séquitos se Movem» sublinha até o desconforto antunino perante os inimigos. O tempo de liberdade permite-lhe a condenação directa dos velhos fantasmas e de outros que vêm do passado para a actualidade. A figura de «Salazar» (SV, p.53) e as «comissões de

defesa do ambiente» (SV, p.142) condenam-se sem medo. Os símbolos adoptados permanecem em vigor, apesar de já não se precisar deles. Como pelo título do livro em leitura se adivinha, o vento continua senhor da mudança que a escrita antunina cantou e canta (cf. CV, p.37 e SV, p.83) e as aves perseguem a promessa de algo que ainda se aguarda: «Dá-me notícias [...] das acrobacias de pássaros de arribação dando sinal aos ventos para avançar» (SV, p.82) pede num excerto que acrescenta na composição «No Sol me Informo...». O desenrolar acidentado da democracia e a subsistência de problemas graves no Alentejo que tardam em se resolver explicam esta atitude. A fome e a miséria de que ainda fala cedem agora grande parte do cuidado à carência hídrica da província. O «Maltês» encarrega-se de a trazer em palavras que se estreiam (*era a seca do Inverno, na vaga do frio, /secaram os rios à beira doutro rio* SV, p.85), tal como as da terceira estrofe do poema «No Alentejo, meu País». O vínculo do escritor à classe operária, estabelecido desde a poesia anterior, descobre-se maior no presente na substituição seguinte: «[...] a terra é nossa, /deram-na os nossos avós (*antes lia-se os trabalhadores*) como herança!» (SV, p. 68), ao convocar aquela para o círculo familiar.

Pelo que acabamos de expor se verifica que a reescrita da poesia de outrora pretende sobretudo polir os textos que na actualidade se escolhem. As medidas tomadas para o efeito não se confinam a retoques formais, mas evidenciam a preocupação de clarificar semanticamente o que se escreveu. A precisão na focagem de pessoas e situações antes apenas esboçadas e onde agora o autor investe obriga-o a arranjos nas principais classes morfológicas, na sintaxe e até nas estrofes, que multiplica para que se veja e se apreenda melhor o conteúdo de cada uma.

Sem apagar a opressão social vigente nas décadas do Estado Novo, por não ser certamente capaz, nem querer, deixa Antunes da Silva que a linguagem poética de então continue a denunciá-la para memória dos presentes. Faz, todavia, concessões ligeiras ao bem-estar com que o recente e ainda promissor sistema político acena e desanuvia o discurso de outrora, retirando-lhe em momentos pontuais a carga negativa.

A diversidade lexical, que caracteriza desde sempre a sua prosa e tarda em chegar à poesia, sendo SV o livro que mais dela usufrui, também se repercute positivamente na estética deste trabalho, que colhe com assiduidade vocábulos dos vários ramos da Natureza cujos significados são em geral agradáveis. A palavra «faia» abunda agora a substituir o hiperónimo «árvore» e a cor roxa, que já em RD se destaca, prossegue na posição cimeira, face a uma paleta pobre. Por instantes aparece o azul ou o vermelho, depois de o verde ter sido a única cor de ETN, livro onde a tristeza se resgata com a esperança do canto comum. Prova do que declaramos é o mar de «Esse Mar das Tormentas»/ «O Mar e a Terra». No livro de ETN o mar é «verde», de acordo com a pureza do menino que com ele sonha, mas na versão de SV as águas passam a «azuis». Ora se recordarmos o que dissemos, no segundo texto explicita-se a visão fabulosa do mar na infância e assim se procede para se mostrar a falsa grandiosidade do mar da literatura. A denúncia da verdadeira realidade marítima em que ambas as versões antes de mais se empenham consegue-se pois melhor com a clarificação da imagem fantasiosa do oceano. Devido a este esforço realista, o verde deve ter parecido à sensibilidade antunina demasiado onírico e daí a escolha da cor azul,

igualmente positiva, mas tradutora da vastidão hídrica que por tanta tragédia é responsável.

Depois de Antunes da Silva assumir peremptório dedicar-se à poesia por militância e prazer, no encerramento do «Portal» de SV, define a sua arte como «[...] um género de glossário de ideias e amores que andaram durante um certo período na varanda dos meus cuidados [...]». Quanto à saudade e à solidão que guarda em Lisboa da planície, declara alimentarem estas emoções o seu poetar conjuntamente com a «fraternidade humana» que nutre pelo seu povo.

A partir destas informações que, pela apresentação efectuada dos seus livros, já não constituem novidade alguma, espera-se que os textos que se estreiam em SV sigam uma linha semântica idêntica à percorrida até ao momento, expectativa que confirmamos. Efectivamente, o conteúdo das composições, algumas datadas do ano de 1981, permite agrupá-las em dois núcleos, o político e o pessoal.

O sentimento do exílio que Lisboa lhe provoca atravessa poemas como «Petição» ou «Não É nas Árvores que Penso». Neste, como em «A Rosa», o desejo do campo transmite-se pela falta do «olor do alecrim» ou do corpo apelativo das suas rosas que a capital é incapaz de criar. Parceiro do desencontro do interior antunino com a grande urbe é o frio acolhimento que Évora por vezes lhe dá, o qual não se esquivava a confessar (*voltam-me as costas e rostos alguns que bem conheci,/quando passo sem os ver/ou a fingir que os não vi* SV, p.154), assim como as contradições afectivas de «Rumor» (*se gosto desgosto/desta terra onde nasci ou se aqueço arrefeço* SV, p.103). Ao invés do que sucede com Lisboa, a vida encontra-a no seio campestre, sendo a imersão literária aí uma forma de conforto psicológico. Na pequena composição «Desce nos Prados» anima-se com a promessa solar de criação na terra e o mimo que dá a «O Cavalinho Burguês» mais não é do que uma das muitas expressões de apreço pelos seres da ruralidade e pelo trabalho que nos agros empreendem. Antunes da Silva poeta continua na década de 80 a pensar-se como um camponês/maltês e soldado e a acreditar na luta social. No poema novo «Venho a Cavalinho no Vento» incentiva-a com a própria acção (*e canto o grito do vento: «a terra a quem a trabalha!»* SV, p.60) e considera a produção agrícola a vitória a alcançar sobre os adversários. Com a ideia de garantir a independência pátria através de uma produtividade bastante para não se endividar mais o país, chama de Norte a Sul todos braços do sector primário e apresenta a lista dos alimentos a cultivar (cf. «O que Nasce Vinga»). O abandono das propriedades critica-se com «Casas nos Ermos» onde nas entrelinhas se descortina a condenação do colonialismo e da inércia dos «grandes senhores», num paralelo entre a exploração africana e a empreendida por aqueles no Alentejo. Logo na folha a seguir a «Alegoria» pede a construção da barragem de Alqueva e em simultâneo repudia certas decisões do Governo espanhol que prejudicam Portugal, tal como a postura dos detractores daquele empreendimento e a dos estrangeiros a quem a nossa indústria erradamente se entrega (cf. «Exílio»). O tema da seca aparece nos poemas «Colho a Música Virgem»; «No meu País de Sede»; «Senhor Vento»; e na prosa de «Alqueva» que, entre apelos à não poluição das águas do rio Guadiana e afluentes, desafia os proveitos da abundância da água na região. Para fecharmos a área da política, diga-se que a desonestidade da imprensa se critica também naquele

texto, enquanto a revolta contra as medidas tomadas para pôr freio à Reforma Agrária domina «O Assalto». Como ponto final, reparemos que o título «A Liberdade É Fortuna» sublinha o valor daquela conquista democrática e que os seus quatro versos bastam para dizer que nem todos lhe dão bom uso. Enfim, os textos novos de SV para além de reforçarem todos os trilhos empreendidos na lírica antunina até então, ligam-se igualmente com a prosa anterior das reportagens reunidas em livro, com o romance *A Fábrica*, assim como com a mensagem dos futuros diários¹²⁰.

e) Breve Antologia Poética

Conta Antunes da Silva aproximadamente setenta anos, quando a Câmara Municipal de Évora publica o seu último livro, *Breve Antologia Poética* (1991), o qual oferece quinze textos inéditos, três em prosa e os outros em verso, com aguarelas do ilustrador eborense António Couvinha (filho). As restantes composições provêm de todas as obras poéticas editadas, registando-se um contributo desigual de cada uma delas. Assim de ETN saem apenas dois textos; CV fornece doze; RD contribui com quinze composições; SV cede oito; JI empresta seis trabalhos e JII, o mais generoso, disponibiliza vinte e sete, sobre o conteúdo dos quais neste momento não nos vamos deter, visto fazer mais sentido guardá-los para a leitura conjunta com as outras páginas dos diários. Estes textos antigos sofrem ainda algumas correcções, mas que nos parecem pouco significativas.

Folhear esta antologia chama desde logo a nossa atenção para o facto de se terem reunido pequenas composições de temática diversa oriundas de JII sob um único título (*Caleidoscópio*; *Fragrâncias* e *Aforismos*) ou, no caso particular de «Mar do Alentejo», albergar o mesmo título e tema sete poemas, pertencentes àquele diário e a RD. Nestes textos vê-se em rodapé a localidade do Sudeste alentejano onde certamente foram escritos e noutros conserva-se o ano já presente nos respectivos originais. As dedicatórias também são apelativas porque abundam aqui, por oposição à sobriedade de SV, livro dedicado à memória do filho único do escritor, Luís Miguel, desaparecido pouco tempo antes, e com apenas um outro nome no interior, José, um dos irmãos. A maior parte das dedicatórias conserva-se como no original e lêem-se nas composições de CV, mas outras atribuem-se agora a textos antigos, mostrando todas elas a estima antunina pela pessoa em causa. O único nome feminino é o de Helena Cidade Moura que, à imagem de alguns dos seus pares, convive com Antunes da Silva nas lides partidárias. Desde CV que sabemos haver entre os considerados vários escritores e provavelmente existe também um ou outro amigo que não se inclui nestes círculos.

A intenção de prestigiar o Alentejo que anunciámos a propósito de material visto em JI e II reitera-se nas dedicatórias com a nomeação de conterrâneos de mérito intelectual e fortalece-se com a «Evocação de 4 Artistas Alentejanos», a qual homenageia os escritores «Fialho de Almeida» e «Florbelas Espanca» e os artistas plásticos «Dordio Gomes» e «Manuel Ribeiro

¹²⁰ *Terras Velhas Semeadas de Novo* e *Alqueva a Grande Barragem* são os dois livros de reportagens.

de Pavia».¹²¹ A presença do trabalho de António Couvinha (filho), para além de ilustrar com realismo os textos «Às Portas de Aviz» e «Elegia da Porta Nova», no retrato de dois locais onde Antunes da Silva vive a infância e a juventude, inscreve-se de igual modo naquela intenção, que já em SV se encetou com referências rápidas àquele pintor de Arraiolos. Já o artista beirão Cipriano Dourado entra no poema «Alegoria» possivelmente porque a redacção deste acontece em dia próximo ao da sua morte, tendo Antunes querido assim lembrá-lo num lamento da perda das suas delicadas camponesas.

Circunstâncias de vida comuns aos criadores lembrados e a Antunes da Silva, tal como a ausência demorada da planície e a estima por ela demonstrada sob a forma de arte, constituem outras das razões que a leitura dos quatro poemas fornece para o respectivo título aglutinador «Evocação de 4 Artistas Alentejanos». Durante a mesma detectam-se dados da biografia e da obra literária ou pictórica dos homenageados na alusão a traços da sua personalidade que se reflectem no convívio colectivo ou às figuras emblemáticas dos respectivos trabalhos de pintura. A Dordio Gomes chama-se «semeador feliz» (BAP, p.129) e Manuel Ribeiro de Pavia é definido com acerto no verso «era um mecenas sem dinheiro. Sonhava» (BAP, p.130), depois de se mencionarem as «mulheres» que até à exaustão aperfeiçoa. Quanto à literatura de Fialho de Almeida, a última quadra do poema que recebe por título o seu nome, seguindo os textos restantes esta decisão, aproxima-o do escritor francês Flaubert na delicadeza do trato das palavras, «[...] douradas de sarcasmo e ironia» (BAP, p.126). Parece ser, porém, nos dois versos derradeiros que Antunes da Silva e o companheiro que pouco antes caracteriza (*triste e pagão sofria, por tanto ver sofrer*) se encontram literariamente, na exposição da «causa das coisas» e na sua «fantasia» final.¹²²

¹²¹ Em Abril de 1994 sai na *Colóquio/Letras*, n.º 132/133, p. 227, um poema de Antunes da Silva intitulado «Mário Beirão: Preto Sumário», o qual comprova não só esta vontade de enaltecer os valores culturais do Alentejo, como até a sua capacidade de aceitar nos outros diferenças ideológicas e o seguimento de caminhos diferentes do seu. Natural de Beja, o poeta Mário Beirão aparece ligado à Renascença Portuguesa e, entre muitas outras coisas, é o criador da letra da marcha da Mocidade Portuguesa (1937), organização do Estado Novo que molda a juventude portuguesa aos valores do regime. Pela mesma altura, Manuel Ribeiro de Pavia colabora na publicação para-fascista *Ação*, desenhando soldados a defender o país do comunismo. Mais tarde, entre 1944 e 1947, dá um passo em direcção à ditadura, ao ilustrar a revista *Panorama*, órgão do Secretariado Nacional de Informação. Mesmo assim, vê, ainda em 1947, os trabalhos com que concorre à II Exposição Geral de Artes Plásticas apreendidos pela PIDE. É, pois, neste momento que Pavia se curva ideologicamente, afastando-se da ordem instituída, sem que com isso a amizade com Alberto Franco Nogueira, então já cônsul, se quebre.

Da mesma maneira, em Fialho de Almeida nos deparamos com alguma oscilação política, que ora critica com acidez a monarquia, ora zurze os republicanos. Oscilação que deve ser entendida mais como expressão de autonomia ética, que não compactua com quaisquer interesses partidários, do que com indecisão política.

O próprio Antunes da Silva realiza um percurso partidário sem rigidez, embora sempre pautado pelos princípios democráticos. Depois de anos de militância no MDP/CDE, em 1991, torna-se mandatário do PS por Évora. Os altos e baixos que aparentemente tem na relação com Mário Soares indicam a constância de uma linha democrática na sua pessoa, mas igualmente uma certa disponibilidade para a harmonização com outras perspectivas. Recordemos que Mário Soares é um dos contemplados com a dedicatória de RD (1973), o que não impede que três anos depois o *Notícias do Sul* reprove com fúria a sua governação. Posteriormente, em 1992, Antunes aceita deste antigo companheiro de prisão, o grau de «Comendador da Ordem do Infante D. Henrique».

¹²² Em paralelo a este conteúdo místico e crítico, que Antunes nota aproximá-lo de Fialho de Almeida, Mário Beirão apresenta-lhe em *O Último Lusíada* (1913) uma linha poética semelhante, sendo quase certo ser esse o motivo que leva o nosso escritor a homenageá-lo na *Colóquio/Letras* referida atrás. Sobre a intertextualidade da obra antunina com a destes conterrâneos, falaremos um pouco mais em capítulo próprio, mas para já anotemos o modo como o neo-realista realiza o louvor a Mário Beirão.

Se o esforço realizado na redacção do poema da personalidade de Vila de Frades ambiciona pô-lo à altura do elogiado, achamos que o consegue, mas «Florbela Espanca» rouba-lhe os louros no pódio da dedicação, a qual se inicia no apuro da métrica e culmina na selectividade linguística. Em cada texto o vocabulário procura-se de acordo com o traço mais forte que das quatro personalidades se possui. A graciosidade que se vê nas fotografias de Florbela Espanca e acompanha o seu poetar emotivo e autobiográfico imita-a Antunes da Silva com um timbre discursivo próximo ao da musa de Vila Viçosa. Quem ler o poema «Florbela Espanca» e um pouco da sua poesia, logo detecta termos que dela provêm (*etéreo; abismos; secretos fogos; mágoa...*). Em «Manuel Ribeiro de Pavia» (BAP, p.130), homem de carácter e existência difíceis, segundo a roda de amigos onde Antunes se conta, só se acha uma cor, o preto (*bois negros e bandeira negra*) e as palavras do poema «insurreição», «raiva» e «orgulho» ganham credibilidade nos testemunhos dos que lhe dizem adeus na *Vértice*, de Maio de 1957, por o considerarem «artista exemplar» (BAP, p.130). Em relação a Dordio Gomes, desconhecemos se tem contacto directo com o nosso autor, mas caso isso suceda não deve ser profundo, visto notar-se que o seu texto privilegia a obra face ao homem que a cria. Por oposição ao poema do ilustrador neo-realista, em «Dordio Gomes» reúnem-se os materiais de pintura (*tela; luz; tons castanhos de ouro velho; cores; planos* BAP, p.129), mas também os motivos que nessa arte aquele elege, os quais poderiam ser na perfeição uma estampa para a literatura antunina.

À parte esta intenção de louvar os seus, e mesmo sendo Antunes da Silva em 1991 mandatário do PS por Évora, a poesia inédita de BAP faz uma pausa no empenho político e consubstancia-se nos prazeres que a planície desde sempre lhe provoca. Com a bela prosa de «Elegia da Porta Nova» (BAP, pp.111-114) acedemos aos resquícios que a capacidade de recordação lhe faculta do tempo de criança em que vive ali com a avó Rosalina. Naquele ponto do centro histórico de Évora, o contexto dos transeuntes, vizinhos e até do polícia sinaleiro em serviço anima-se com o rodar sensorial pelas quatro divisórias do calendário, que ora traz o colorido e as sonoridades próprias de cada uma, ora alterna o frio e o calor intensos. Do encanto da Porta Nova diz-nos ser então causa de «devaneios amenos» e instigador de proximidades com a arte poética, as quais são também incentivadas pela paisagem bucólica que do segundo andar alcança e pelo «conforto dos

Procurando um rigor métrico que neste poeta se admira, Antunes da Silva apura o verso, sempre decassilábico, das quatro quadras de rima consoante e cruzada, onde logo no título e através da palavra «preito» (*Mário Beirão: Preito Sumário*) expõe a dívida que tem para com o companheiro. Explicado o surgimento do poema, um trabalho de vassalagem, apontam-se as posses deste senhor das letras, «um rei de sons». Para além da excelência musical que embala a poesia de Mário Beirão, mencionada naquela citação, parte da figuração humana e natural que ela convoca é familiar ao nosso eborense. Tome-se por essa razão como elogioso o retrato que Antunes faz de Mário Beirão, aproximando-o de figuras que pertencem, em parte, à ruralidade popular alentejana. Se de um lado qualquer vem: monge-nómada; cantor-andante; rei; príncipe; da planície surge: pastor; maltês e feitor. Desta forma, diz-nos Antunes confundir, até certo ponto, o elogiado com a paisagem que lhe motiva os versos (*moldava as letras na charneca viva*). Em seguida e no meio desta gente, damos conta que o pastor e o maltês e até eventualmente o monge-nómada vivem na solidão, acidente existencial propício ao gosto de correr os campos, referido no nomadismo do religioso, nas andanças do cantor, do maltês e do pastor, ou mesmo no «príncipe encantado, /descobridor de rios na nascente». Na sequência do movimento de libertação humana no seio campestre a que a solidão conduz, a espiritualidade espregueada, vestida de «monge», no amor ao «busto meigo dos montados», nas rezas às flores ou nas crenças da maltesia. Solidão e liberdade são, convém lembrar, tópicos da poesia antunina a que em breve adicionaremos a espiritualidade.

Num tempo que de ambos se esquece, é este reconhecimento da própria imagem no espelho poético alheio e primeiro que leva o antigo resistente à ditadura a recordar, com respeito e coragem, o criador de um hino salazarista.

meigos sorrisos e olhares» que a visita diária da mãe lhe proporciona. Na actualidade, reflecte o escritor no seu comportamento e logo regista o doloroso, mas produtivo encadear da «nostalgia», «angústia» e criatividade, vivido por si nesta experiência e noutras afins. Meia dúzia de linhas após o resumo do longo período em que do Alentejo se ausenta, a sua perspectiva do largo eborense actualiza-se, enquanto à mente do leitor se assoma uma intertextualidade com o conto «O Largo», de Manuel da Fonseca. A mudança que constata decorridas seis décadas leva-o a fazer reparos e elogios arquitectónicos e urbanísticos, sempre com a sua «janela rendilhada, de traça mourisca» na mira, ponto a partir do qual avalia em menino e na velhice a terra, a História e as gentes à sua frente. O texto «Elegia da Porta Nova» nasce pois de algo aparentemente pouco significativo (uma janela de uma casa particular) como outros que em seguida vemos, mas a que Antunes da Silva reconhece relevância no seu percurso humanista. O travessão do fim, tão típico no seu discurso, destaca esta ilação: «[...] – entretanto lugar (*a janela*) de luxo de memórias que serviram de esteio a impulsos tão desencontrados, habitação solitária de tantas vertigens, vigílias e sonhos que me ensinaram a ser homem» (BAP, p.114).

Enganando-nos, pelo descuido esperado, o título «Retrato à la Minute» tira-se, com aprumo de estilo, também à cidade de Geraldo nos anos 90 e divide com a elegia vista a transição entre espaços e/ou épocas característica da literatura antunina. Mais do que este processo de construção textual, comunicado habitualmente ao leitor pelo verbo «lembrar», que convoca outro tempo/lugar, ou pela figura da comparação, porta aberta ao infinito imaginário, interessa agora sublinhar nos textos novos de BAP a importância da luz e do movimento¹²³.

Da gradação da luminosidade durante o dia ou nas estações do ano dá Antunes da Silva conta em composições como «Elegia da Porta Nova», «Retrato à la Minute» ou «Um Rio». Aqui a descida que os olhos do leitor realizam pelas oito estrofes faz com que se aperceba dos diferentes semblantes do Degebe que «[...] resplandece/ao sol do meio-dia». Porém, de manhã, «solta-se ao vento, a névoa o fermenta/em cinza e rumor», ou seja, escurece o leito fluvial, enquanto à noite se vêem «correndo as águas ao fulgor da lua» (BAP, p.80).

Noutros textos regista-se uma sensibilidade extrema à luz (*O Melro; Névoa; Albufeira; Ronda do Sol...*). Com o «Nascimento do Dia» podemos indicar alguns dos recursos tradutores da luminosidade e comprovar nos motivos da poesia antunina a apetência pelos seres e factos do mundo terrestre que, por serem de algum modo constantes na vida do Homem, este desconsidera. Nas doze linhas daquela prosa descritiva, onde as poucas acções aparentam insignificância como a principal, o nascimento do dia, e chegam paradoxalmente a valer pela inexistência (*não se dá conta da presença de pombos*

¹²³ Na composição «Retrato à la Minute» a transição espacial é exemplificada com a passagem seguinte: «Assim que se avistam os campos no extremo do muro do Jardim Diana, lembram-se as águas mornas dos ribeiros incertos [...]» (BAP, p.82). Veja-se também nesta citação o verbo «lembrar» a fazer a transição entre os campos próximos da cidade e os distantes onde correm ribeiros.

Por outro lado, na composição «Nascimento do Dia» encontramos: «Para lá do orvalho que empalidece tenuamente o corpo da barragem, os corgos espreguiçam-se, parecendo povoados de gnomos a chiar no interior das choças de feno» (BAP, p.36). Aqui atente-se na comparação do barulho dos corgos com o chiar de gnomos, a qual origina um desvio da realidade para o mundo da fantasia.

bravos no surto da manhã BAP, p.36), a valorização da aurora resulta não só da quietude campestre que a envolve, como do que ambas permitem captar: «[...] múltiplas pérolas de vapor que imediatamente se dissipam [...]»; o «[...] orvalho que empalidece tenuemente o corpo da barragem [...]»; ou «outras delicadas cintilações se enovelam à volta dos ulmeiros. Uma poalha breve, aureolada, se vai desvanecendo [...]» (BAP, p.36)¹²⁴. A luz contida nestas transcrições nos nomes (*pérolas* e *cintilações*) e verbos (*empalidece* e *aureolada*) faz-se acompanhar na magia do momento da água preciosa (*vapor*; *orvalho* e *barragem*), afirmando-se as duas num ambiente de suavidade que inúmeros termos formulam (*tenuamente*; *delicadas*; *breve*; *empalidece*; *se vai desvanecendo*; *se enovelam*). Estas três formas verbais da suavidade reportam-se igualmente ao movimento, que no «Nascimento do Dia» é da luz e da água, mas que em «Um Rio» respeita apenas à água em certos versos (*o rio corre corre* [...] BAP, p.80). À composição da fluência, dada de novo pelos verbos, ajudam também os adjectivos que qualificam o Degebe (lento e andante) e nomes que fazem parte de um quadro que o contextualiza. Nos versos «na plaga de aves negras e famintas/o rio segue lento o seu caminho», o substantivo «plaga» (extensão de terreno) tem a capacidade de sugerir um paralelo mental entre o fluir terrestre do rio e o curso celeste das aves. O carácter positivo do movimento das coisas e dos entes já apreensível neste poema, capta-se melhor nas quadras de «Albufeira», visto que através da água desta as possibilidades de vida em volta se reforçam com as acções: «Os laranjais estendem-se, à toa» e «a lebre passa» (BAP, p.70). Sendo o Sol a estrela que permite a vida na Terra, logo o título «Ronda de Sol» (BAP, pp.87-88) promete conciliar-se com os pares antecedentes. Com efeito, ao proceder o astro à sua rotação (à *Ronda*) diária pelo planeta assegura a ordem natural, conforme se vê pelo apontamento dos respectivos efeitos, num processo idêntico ao usado para o elemento primordial de «Albufeira». Embora quando intenso ameaça com estragos (*o sol vibra em combustão,/com as aves ameaçadas*), quase sempre se esmera na tarefa criadora, pois realiza-a também esteticamente: «Dourada sombra que as messes cobre». A dívida de criação e beleza que o campo tem para com o Sol estende-se à zona líquida do planeta. Ao mar concede a «névoa às cores» e ameniza-lhe a temperatura para gáudio das pessoas (*guardando as praias do frio*), enquanto a alegria de «os peixes nas enseadas, saltando» (BAP, p.24) resulta também do «Calor de Água», nome de um outro poema onde a felicidade existencial daqueles seres parece tanta ao escritor que a faz transbordar para terra. Não obstante saber que o astro-rei funciona por vezes como «caloroso arpeu (*sic*)» (BAP, p.87) para a humanidade, sente o poeta a obrigação de lhe agradecer por «a doce cisma de um verso», bem assídua, diga-se num aparte, em todos os seus livros. A criação literária de Antunes da Silva é assim íntima da vida e da Terra, ambas em essência na luz e no movimento, e o prazer que lhe associa é o que provém da diversidade destas e da imersão de si no respectivo seio. Na última «Confissão», que é de amor à Natureza, despede-se do leitor reunindo toda a riqueza de que sempre fala.

¹²⁴ Veja-se como o silêncio e a quietude são agora positivos, contrariamente à conotação opressiva que quase sempre têm nos livros em verso anteriores.

4.1.1. SÍNTESE CONCLUSIVA

Pela apreciação individual dos cinco trabalhos em verso de Antunes da Silva, constatamos ter o autor realizado no acto de feitura de cada um deles um esforço formal e semântico para atingir a qualidade, o qual se acentua com as constantes correcções e resulta no aperfeiçoamento da obra na globalidade.

Acompanhante da linha sociopolítica desenvolvida pelo país entre os anos 50-90, a poesia em verso antunina esboça não só este tipo de evolução como a que ocorre com o próprio criador, a qual respeita ao seu íntimo e também à aprendizagem que faz do saber poético. Em traços largos, a passagem da ditadura do Estado Novo para a democracia em Portugal reflecte-se no trabalho estudado, através da valorização do silêncio do Alentejo, a qual não é sempre igual. No livro ETN o silêncio e o sossego da paisagem são claramente negativos, visto ligarem-se ao medo dos camponeses pobres de sofrer represálias da parte dos poderosos e à paralisia daqueles face à sua situação injusta. Com a mecanização da agricultura e o desaparecimento de boa parte do trabalho manual, os agros transtaganos, já pouco povoados, esvaziam-se ainda mais. A obra desta época, CV (1957), lamenta a ausência dos que antes ali se sustentavam e indirectamente o crescendo de inactividade e silêncio humanos. Contudo, em BAP assistimos ao canto orgulhoso do silêncio e da quietude no ventre da Natureza sulina, porque se sabe serem agora sinónimos de paz social e equilíbrio do meio ambiente. Da mesma maneira, a reformulação de alguns textos revela a necessidade de adaptar o conteúdo às mudanças no processo histórico. A acepção política dos componentes da Natureza vai-se perdendo a favor do emprego denotativo dos nomes daqueles, sinal de reconhecimento do seu valor próprio e deste como poético e ainda da inutilidade de certos subterfúgios verbais no tempo sem censura.

O seguimento da tradição popular observa-se no recurso às várias repetições, em certos elementos básicos de versificação (quodras; redondilhas; rimas cruzadas...), assim como no uso valorativo dos entes do mundo natural, do qual não se destrinçam as actividades agrícolas, pecuárias e lúdicas típicas dos agros, nem os seus agentes. Também o apelo ao diálogo colectivo que este canto incita, através da pontuação e sobretudo da crítica ao poder governativo, ali se inscreve. No início, expõe-se a opressão generalizada e, em particular, a exploradora dos assalariados rurais, e depois a insatisfatória acção democrática. Conquanto o carácter popular permaneça até ao fim como o sacrifício do indivíduo por detrás da voz comum, regista-se nos versos a partir dos anos 70, altura em que o regime salazarista se desfaz, uma propensão para o afastamento por instantes da problemática social em prol do escape do sujeito poético pelo imaginário, que os jogos de distensão do tempo e do espaço facultam. Esta propensão para o surreal afasta-se linguisticamente da simbologia criada pela expressão de protesto neo-realista, que nunca se abandona na totalidade, embora ceda ela gradualmente lugar cada vez maior à diversidade de vocabulário, que quer adequar-se aos seres e às situações convocados. O investimento na explicitação do sentido das mensagens antigas, objectivo maior da reescrita dos textos e par da sua ajudante correcção vocabular, passa por especificar os nomeados com designação geral. A tendência para a hibridez redaccional constata-se no uso persistente de tipologias poéticas distintas (algumas populares) e na poetização da

prosa ou na prosificação dos versos, alternativa marcante de textos que na maioria são literários, sem que alguns não deixem de se abeirar dos géneros jornalísticos. O nível linguístico cuidado que aparece pontual e tardiamente com a diversificação lexical doseia-se com equilíbrio para não lesar o propósito de clareza e, tal como aquela hibridez, enriquece a escrita antunina, que tende igualmente para a extensão formal e semântica.

Ao invés do que o discurso na primeira pessoa do singular indica, as visitas ao «eu» são escassas, dando Antunes da Silva o rosto pelo que diz em nome de muitos numa atitude de corajosa liderança, o que com certeza entende ser dever moral dos mais esclarecidos. Nesta poesia com origem no presente histórico da nação e no passado pessoal, os momentos memorados da vida em Évora até à fase adulta têm por consequência, desde então até à velhice, uma expressão repleta de saudade, assente nas referências aos que lhe são íntimos e à planície pátria. Enquanto espaço de solidão e silêncio (físico e social) o Alentejo perturba Antunes da Silva, que acolhe na escrita estas características da região, e a humaniza ainda mais com a sua revolta e fraternidade, tristeza e alegria. O afago psicológico que a sua gente e a Natureza próxima representam justifica as lembranças no poeta, onde permanece um certo desconforto e que, por isso, quer um futuro melhor. Através do trabalho, intelectual e económico, crê poder mudar Portugal. Na protecção da água de rios e albufeiras, na agitação figurada dos ventos e na amorosa criação do Sol com a terra amada, busca a Vida no seu esplendor.

4.2. REGRESSAR À TERRA

«Eu posso lá morrer
terra florida», Afonso Duarte¹²⁵

Em *Jl* e *Il*, o discurso poético, em prosa e em verso, incide quase todo na Natureza transtagana.¹²⁶ Como acontece nos livros que vimos no ponto atrás, esta entidade serve também aqui de cenário à actividade cívica do escritor e à sua expressão lírica, mas

¹²⁵ Citação presente na abertura de *Jl*.

As afinidades com diferentes grupos literários reveladas na poesia de Afonso Duarte (Ereira, Montemor-o-Velho, 1884-Coimbra, 1958) são uma das razões para o reconhecimento de diferentes gerações na sua obra. Do saudosismo e da colaboração em *A Águia* emerge o sentimento panteísta da Natureza, o patriotismo e até uma certa propulsão científica. Já do grupo da *Presença*, a que também pertence, advém uma leve ironia e um intimismo tranquilo que ameniza a expressão angustiada do envelhecer. Participa ainda na *Vértice* e na colecção *Novo Cancioneiro*, publicações ligadas ao neo-realismo, tendo sido o fundador da revista *Rajada* (1912). A aposta numa imagística simples e rica, o tom simultaneamente profético e familiar e o apreço pelo fragmentário constituem de igual modo características de um poeta que cativa contemporâneos e sucessores. *Cancioneiro das Pedras* (1912) designa o seu primeiro livro, tendo o conjunto dos seus textos sido reunido em *Obra Poética* [introdução e apêndices de José Carlos Seabra Pereira], Lisboa, IN-CM, 2008.

¹²⁶ Aparecem alguns textos sobre outros assuntos. Assim e apenas a título de exemplo, em *JII*, lê-se uma composição sobre o vício do tabaco (p.10) e uma outra descreve uma viagem de táxi (p.14).

igualmente se afirma só por si enquanto paisagem. O destaque de quadros paisagísticos naturais, com o intuito de enaltecer apenas o respectivo valor, demora na expressão antunina. Apenas em alguns textos de *Alentejo É Sangue* (1966) se entrega por completo o protagonismo à paisagem, sem que ela sirva de pretexto para a exploração de temas agrícolas ou à crítica política.

Nos diários, sendo a paisagem natural assunto de várias e variadas composições, efectiva-se o seu destaque pela mostra da diversidade dos elementos que a formam e pelo gozo de os nomear individualmente ou na sua espécie. O saltitar usual de uns para outros conecta-se à vontade do sujeito emissor de deambular pelo espaço terreno e à fruição da liberdade que tal comportamento lhe faculta. Perseguidora do movimento vital mencionado em BAP, a deslocação saltitante no meio alentejano não consente a fixação rígida de um lugar específico nos quadros literários criados. O depoimento de 27 de Fevereiro de 1986 elucida acerca do que declaramos, observando-se logo a seguir ao seu começo fora da região plana (*as colinas são irmãs pobres das montanhas*) a chegada às «aldeias brancas» desta. O passeio, sempre a admirar o género feminino (*colinas; garças; papoilas; ciganas...*), termina com as «deusas» das revistas e o júbilo atrapalhado do autor.

Embora diga que «o mar nunca me inspirou finos labores de palavras» (JI, p.156), desmente-se em textos cujo subtil conteúdo evidencia a delicadeza no trato dos oceanos. A prosa da «impressão marinha», de 8 de Agosto de 1987, limita-se a enrolar e desenrolar o leitor no suave movimento das ondas. As «infinitas bolhas» que estas produzem na areia e as «conchas» que levam às «dunas» convocam para os nossos sentidos uma agradável sensação de contacto directo com o natural, juntamente com um sentimento de liberdade, igualmente resultante da luminosidade da beira-mar.¹²⁷ Esta chega num dos últimos trechos (6 de Fevereiro de 1990), sem que haja qualquer palavra que de forma explícita a indique.¹²⁸ A concentração no movimento, que naquele texto é o inerente às ondas, para a frente e para trás, atravessa quatro quadras sobre o eco do búzio. Porém aqui, o efeito de prolongamento da sonoridade emitida traça o movimento numa linha recta que se estende «na linguagem de um pássaro distante» (JII, p.87) até à colina. É o último adjectivo que informa, no verso em questão, acerca da extensão percorrida pelo som, anunciada já na palavra «eco» e confirmada noutras passagens. Nos versos «ouve-se o búzio chamando as distâncias», o gerúndio alia-se ao substantivo final para dar o efeito de prolongamento, enquanto uma comparação (*na senda do mar o brado ressoa/tal como gaita de giz ou de cana*) o obtém com originalidade, visto ser pela horizontalidade da forma do «giz» e da «cana» que o leitor é levado a pensar no som a percorrer assim o espaço.

No papel de cenário do discurso social, a descrição dos campos agrícolas, fruto de um labor que se sabe difícil, faz parte do elogio da vida rústica. O fascínio cromático com uma vinha e a cautela «*com as chuvas serôdias*» (JII, p.75) dão continuidade ao enlevo ali detectado «[...]»

¹²⁷ A 10 de Dezembro de 1988, ao olhar o mar dos Açores, Antunes da Silva escreve em JII: «O mar, visto da terra, surge quase como uma aparição. Em todas as direcções é mar, apelos do mar, enjoo de mar» Ao contrário do que ocorre no poema do búzio, a imensidão marítima parece sentir-se aqui como uma prisão.

¹²⁸ Recorde-se o que se disse acerca da luz e do movimento na leitura dos textos novos de BAP, os quais são com certeza redigidos em data próxima à dos que agora se analisam.

numa herdade de morangais e amendoins» (JI, pp.56-57), próxima dos «arrozais» de Alcácer do Sal. Porque respeita o equilíbrio dos ecossistemas e, em simultâneo, desenvolve um esforço para transpor os obstáculos que o meio geográfico lhe coloca à subsistência, realizando o milagre da Criação, o trabalhador rural surge como o herói da Natureza da planície. Por estes dois motivos e pela comparação com um certo desequilíbrio que ainda se verifica no espaço social que se lhe justapõe e que directamente com ele se relaciona, é o mundo natural em causa imagem de grande harmonia, ajudando a traçar, com a sua superioridade o carácter único da região que sustenta a ideia de o Alentejo ser uma «pátria».

Enquanto pano de fundo que ampara a expressão do «eu», a Natureza sulina encontra-se em curtos apontamentos realistas que logo abrem caminho à subjectividade. As aves, que abundam nos diários (*tentilhão, cisne, pardais...*), sendo o escritor particularmente atento à sua voz, incitam-no a exteriorizar sensações: «O canto do galo depura o cheiro e a cor da madrugada» (JII, p.247). Como se constata pela citação, a imagística empregue por Antunes da Silva nem sempre afasta por completo o discurso do entendimento, mas a criatividade embrenha-o assiduamente pelo subconsciente, advindo daí textos menos compreensíveis, onde o subjectivo se acentua e indicia o seu humor.

O mar que domina Porto Covo chega no Inverno de 1986 com o seu séquito real de «gaivotas», «ondas altas» e «céus pretos» e acaba por gerar, num remoinho mental de figuras longínquas (*bispos; mouras; cativo/que foi rei e foi corsário*) em território estranho (*entre bosques, num convento*), uma imagem de recolhimento da vila no momento focado (JII, p.94). O caldo psíquico que mistura seres, lugares e tempos extrema-se nos textos em que o delírio surrealista se impõe. Em Sines, «o mar faz-me imaginar estroinas bentos a cavalo em luas de mica» e «[...] dá a ideia de uma nódoa de lava flamejante espalmada no dorso do infinito, da cor roxa do vinho de Pias» (JI, p.58). As comparações fantasiosas que aqui se lêem acompanham outras associações que as águas do mar revolteiam (*o génio das marés masturba-se na areia cerealífera junto ao mar. É um génio feito de lua, humidade e sol* JII, p.173), as quais são um reflexo íntimo do caos criador do Universo. Menos violenta é a metáfora de «os lavradores das águas» de Milfontes que enfrentam «as ondas bravas, soltas, que desferem/espumas velhas vindas do Japão» (JII, p.17), mas o mar, na sua imensidão, não é apenas veículo de divagações aventureiras e paliativas que o transportam para longe. Na poesia que lhe dedica ali afunda Antunes o sofrimento próprio que os naufrágios alheios da costa alentejana lhe despertam. Neste litoral o mote da dureza do trabalho popular cai na rede avassaladora da morte e deposita no fundo a figura do pescador. A sonoridade da violência do mar homicida emite-se pelas aliteraões do «rr», tradutoras da destruição das embarcações piscatórias e pelos «ais e gritos» das vítimas (*e dobra as gáveas dos navios aflitos, /rebenta amarras no pequeno porto,/a tempestade rompe em ais e gritos,/no meio do mais horrível desconforto* JII, p.17). O dinamismo do acidente fornece-se pelas sucessivas acções verbais (elementos de tensão), às quais o presente do indicativo acrescenta tragicidade. Pelo vocabulário náutico empregue no triste episódio e por aquela dinâmica vem-nos à memória a tempestade do canto VI, de

Os Lusíadas, epopeia que desde ETN aparece referida por causa do mar e cuja ideia de heroísmo marítimo é combatida pelo poeta eborense.¹²⁹

Apreciado pela naturalidade dos componentes (*gaivotas; areia; conchas...*) e porque a sua grandeza estimula um mergulho no mistério, o mar serve também para exprimir a desorientação que sente no presente (JII, pp.97 e 117) e é ainda um meio de alcance do interior alentejano que prefere. Nos textos que seleccionámos para falar do mar há sempre algum torrão daquele interior. Constantemente o coração da planície se retoca em textos de índole diversa, visto qualquer um servir para nele se fazer um reparo ou dar um detalhe, captando-se na sua plenitude apenas com a leitura global dos diários. Se Antunes da Silva tem «[...] a arma da escrita sempre em riste» (JII, p.173) para pugnar em termos sociais pelo Alentejo, esta faceta da sua escrita secundariza-se para dar lugar cimeiro à contemplação dos astros, bichos e plantas, pois olhar a paisagem natural é chegar mais perto de si.

O estado depressivo que o acompanha durante meses, devido ao falecimento da primeira mulher, transparece na figuração do horrendo, evocada a propósito do frio que sente a 18 de Janeiro de 1986.¹³⁰ A constância da morte na subtracção quotidiana da família e amigos transporta-se para os níveis semântico e estilístico do discurso, que dela trata em reflexões de carácter religioso acerca dos segredos da Existência ou noutros géneros textuais. Sonhar é, na sua opinião, o meio encontrado para afastar a «Morte» (JII, p. 61), mas para travar a batalha com ela elege também o palco onírico, sendo o contacto inevitável. Anda, pois, em círculos, desorientado.

Ainda trespassado pela tristeza daquela perda, encontra consolo nas flores, porque dá conta que «[...] nem sempre as raízes desfeitas definham o delicado perfume que geram» (JII, p.12) e acredita ocorrer consigo a mesma experiência. Meses depois, de forma idêntica, mas já menos ensimesmado, deixa os pássaros falarem com discrição da recente situação amorosa que vive. O texto que nos apresenta a graça de Gisela começa assim: «As aves vão refazendo os ninhos devagar» (JII, p.56).

Longe de se confinar ao domínio económico, o interesse que nutre pelo mundo orgânico e celeste coloca mesmo certos exemplares deste no patamar religioso, na medida em que lhes presta adoração, com eles se interroga e acalma. A oração ao Sol (JII, p.36) deve-se à determinação sobre a vida em geral (*veio o sol, que sara as feridas da terra ou pode aniquilar as plantas que nela germinam* JII, p.53) e a sua em particular, chegando a predilecção nutrida pelo astro a conceber a possibilidade de aperfeiçoar a ideia comum de Paraíso (JII, p.150). Ao lado da Lua, o Sol e o fulgor das estrelas que o interroga engendram-lhe pensamentos sobre o mistério da vida.¹³¹ Numa atitude de auto-convencimento, o pensador repete para

¹²⁹ No poema de 8 de Novembro de 1986 também a morte marca a sua presença no mar, reforçando a sua imagem um conjunto de palavras que ali se lêem: «chagas», «sepulturas», «mágoa», «pretos» e «morreram».

¹³⁰ O frio e a morte: «O frio cria fantasmas tão sólidos como penedos. Eles vivem esfaimados, cham como vampiros enormes, com olhos abertos de cobras aladas e bicos de sugadores de sangue dos bêbados das cidades meridionais. Um grito soa. Foi mais alguém que morreu» (JII, p.13).

¹³¹ As interrogações que as estrelas causam ao escritor: «Porque sondam elas as estruturas da Terra?» (JII, p.206); (*As estrelas são*) «O instinto criador da vida nas alturas, ou só uma ideia de lume ardendo à sombra do mistério do mundo?» (JII, p.247).

si o conhecimento científico detido (*os astros são o que são: /luz, gelo, lume, oceano/o jeito luminoso da Criação?* JI, p.34), mas termina a enaltecer a magnitude do Universo face à inteligência humana. A incapacidade do Homem em compreendê-lo no seu todo explica o seu deslumbramento e panteísmo, que também resultam de «[...] imaginar que tudo é puro no reino vegetal [...]» (JI, p.164).

A liberdade, que diz conhecer-se melhor no campo, aprende-a com «gaios» (JII, p.81) e «rouxinóis» (JII, p.35), sendo outra das causas do culto pela Natureza. É no seio livre desta que Antunes melhor a entende, integrando-se. A sua literatura testemunha a regularidade com que procede a essa experiência integradora e o modo como a realiza: «Gostaria de estar sozinho no meio dos urtigueirais, porque sozinho tenho outra aptidão para partilhar do odor que as palavras emanam na vizinhança dos cardos, *que são meus irmãos de sangue...*» (JI, p.76). Desde a leitura de *Gaimirra* em *Paisagens do Interior Ibérico* que anotámos a fusão dos elementos da Natureza, contando-se entre eles o camponês, mas só agora com JI e II estamos certos de quanto essa integração humana pode ser profunda para Antunes da Silva, através do seu exemplo pessoal.¹³² Repare-se na última oração que sublinhamos daquele excerto, bem como no papel panteísta da solidão, uma marca do espaço físico do Alentejo que transita para a alma das suas gentes e a leva a encontrar no natural uma companhia divina. Do telurismo da sua prosa nos fala ainda ali, quando menciona a influência aromática da terra de cardos sobre as suas palavras.

Se a memória e a imaginação o libertam para o desconcentrarem do presente e preencherem os vazios que em si vai encontrando, a segunda consegue ainda, aliada à razão e aos sentidos, que ele se dilua no mundo natural. A escrita é uma imagem deste existir. Os textos do domínio material e sensitivo reflectem, ao lado dos pensamentos panteístas sobre o mistério da Existência, os processos de aproximação do ser antunino ao Universo.

Com um prazer que só um olhar primeiro consegue, os diferentes quadros anuais teimam em fornecer os aspectos característicos das quatro estações e são o exemplo natural mais evidente do tópico da mudança, o qual acompanha também em JI e II a sociedade, a alma e o corpo do escritor. A degradação física vai-se anotando no meio de queixas ou de simples constatações (JII, pp.142 e 150) que, às vezes, se enlaçam com a temperatura exterior. Se no frio do Inverno o ensombram certas dores, a luz primaveril provoca-lhe uma reacção positiva. Acerca dela comenta: «É por causa de dias como este que há menos suicídios» (JII, p.201), deixando no leitor a suspeita de ter sido a incandescência da manhã a salvá-lo. Entoadado pela voz da rima, o cântico do cair da chuva de Agosto e o odor africano que da terra se eleva (*cheira a tâmaras*) têm um efeito benéfico no escritor que «remoça e distrai» (JII, pp.68-69) e, que na página anterior, afirma: «A planície é um sanatório de ácidos

¹³² Interrompa-se a leitura deste ponto agora para rapidamente se espreitar o capítulo III, ponto 4, *A Natureza em Comunhão*. Com os múltiplos exemplos aí presentes, entender-se-á melhor o que é a fusão dos elementos.

Outra passagem onde o autor confunde o seu corpo e espírito com o mundo natural:

Por causa destes sinais é que sou capaz de vir um dia a pensar que o meu sangue é também hereditariamente composto do estrume bem cheiroso dos tojos, de visões celestiais que tocam na vontade de não me alugar seja a quem for e que acendem lume ao espírito das minhas andanças místicas. (JI, p.143)

perfumes caligráficos [...]». Depois de, em pensamento, andar a apanhar «negras amoras» e «medronhos» (JII, p.82), colhe o fruto da introspecção de uma «[...] tarde outoniça tão crepuscular, que ao mesmo tempo me (*a ele*) perturba e envolve [...]» (JII, p.83). Embora a «melancolia» outonal seja «pouco operativa» (JII, p.169) ou a letargia o surpreenda neste ponto da vida, jamais descuida a ocasião para verbalizar a beleza terrestre. Num esclarecimento do que é ser poeta explica a comparência de tantos elementos naturais na sua escrita: perturbar-se com «o voo airoso do pássaro» ou «[...] se enternecer pelo belisco da semente quando esta rompe a terra» (JII, pp.194-195).

Semente ou ave, o mistério da Criação arrebatava-o desde há muito para o levar numa viagem pela espiritualidade, que em JI e II se torna mais óbvia do que nos restantes livros por causa do carácter autobiográfico. Porque partilha com os diários estes dois traços compositivos (espiritual e autobiográfico) e os precede vinte anos, *Alentejo É Sangue* merece agora uma referência sem delongas, a fim de reforçar o que neste *Regressar à Terra* para trás fica sobre a poesia panteísta.

4.2.1. ALENTEJO É SANGUE

Atento à variedade da Natureza, detém-se o autor, em particular, nos mesmos elementos de sempre. A selecção de alguns títulos de AS comprova que o Sol e a Lua, o rio e o mar, as estações do ano e os pássaros se encontram entre os protagonistas favoritos.¹³³ Predilecção que leva a voz da enunciação, mais sentida pelo leitor como a antunina do que a de um narrador, a referir-se a eles com palavras de teor religioso. Temos um rio que percorre «[...] as distâncias como um *peregrino* folgazão» (AS, p.47) para elogio à beleza em redor e, na «Faina das Sementeiras», o trigo «[...] é lançado à terra, como um testemunho *branco* de *humildade*, é *prece* e *dádiva*, e é mesmo assim a *vida*!» (AS, p.61). Já em «Quadro Alentejano», uma das composições onde se engrandece o campo e se deprecia a cidade, justifica-se a adoração assim: «Nos campos há horizontes que nos *encantam* e onde ainda é permitido sonhar [...] Há o silêncio das horas, a *magia* da *vida*, o *amor* à Natureza» (AS, p.138; o sublinhado é nosso). Colocando-se os elementos naturais num plano já divino, confessa-se «a nossa *fé* nas aves» (AS, p.258) e enumeram-se «[...] os *deuses* vivos cá da terra, que são os dias, as noites e o seu amigo Sol» (AS, p.231). Em jeito de oração, enumeram-se os poderes e benefícios desta estrela, encontrando-se entre eles o da criação poética.¹³⁴

A preferência campestre assume-se assim com vocabulário da área do culto que os diários não desprezam, mas igualmente de outras formas. Naqueles excertos, encontram-se

¹³³ Das quarenta e uma composições do livro, que lemos e citamos na *princeps* da Portugália editora, cerca de uma dezena dedica-se exclusivamente à notoriedade de certos elementos naturais. Assim temos: «Bom Dia!»; «Os Adoradores da Lua»; «Pequeno Romance de um Rio»; «O Mar Azul»; «Férias no Mar»; «Elogio do Verão»; «Crónica em Louvor do Sol»; «Alocução às Aves» e «Prece».

¹³⁴ A oração ao Sol: «Ó Sol, alma da criação, Deus do Silêncio [...] Tu és a essência, o equilíbrio e a semente. Dardejas os teus raios junto das raízes, transformas o jugo em liberdade, peitas os vendavais, curas os enfermos, rompes a seda dos dias das colheitas». Depois de se indicarem outros benefícios do Sol para a vida, diz-se: «E então aparecem os loucos a recitar versos clandestinos, nascem os visionários com a imaginação em flor, alarga-se de sensualismo o sangue dos berberes na aridez dos desertos» (AS, p.233). Também em S se diz que o vento cria poetas e loucos e em BAP agradece-se de novo ao Sol a vida e a inspiração.

alguns dos condimentos precisos para que o escritor e as suas personagens transitem dentro da morada de Pã do corpóreo para o espiritual. Note-se ali de novo o silêncio do espaço alentejano, vazio que advém de um outro, o populacional, e que juntamente com o tédio (*um tédio gostoso, pensante, que troca a aridez humana das cidades pela quietude grotesca dos ermos* AS, p.208) e a paz (*oliveiras alienadas de paz* AS, p.254) encantam e alienam todos os seus moradores. Logo, por estas bandas do Sul, a vida na sua magnificência desponta por se reunirem tais condições, enfim, por haver «[...] um ambiente que cria espantos na alma – arte por excelência» (dedicatória de AS). Presente na metáfora (sangue) do título – *Alentejo É Sangue* – a vida (física e espiritual) tem no sonho o seu estado embrionário, mas também o seu alimento, conforme Antunes da Silva dá a entender na respectiva dedicatória aos animados companheiros da sua juventude eborense: «O sangue de que vos falo poderá ser esse cortejo de sonhos de um rio abstracto que corre nos anos da nossa memória, e as águas do rio dão calor às plantas e matam a sede dos homens».

Outros responsáveis pelo êxtase descobrem-se em páginas por onde Baco, representante do entusiasmo e do desejo amoroso, passeia.¹³⁵ O amigo «Deus-Sol» (AS, p.165) cria em «Elogio do Verão» uma «lânguida atmosfera» (AS, p.166), onde «cantam os grilos e as cotovias. Cantam as cigarras também, como se no mundo campestre a liberdade fosse uma lei sagrada» (AS, p.165). Este bem-estar de imediato é intensificado pelo cheiro a margaça e alfazema, o qual «[...] penetra voluptuosamente na alma dos caminantes e inebria o coração fértil dos namorados» (AS, p.165). A perturbação dos sentidos, que aqui se detecta no registo olfactivo e sonoro da voz «maravilhosa» (AS, p.261) dos pássaros e se adivinha numa sexualidade que se antevê, atinge outras condutas do ser humano para o transportar a uma dimensão superior.¹³⁶

Presente em «Crónica em Louvor do Sol» e em «Os Adoradores da Lua», textos que apreciam os astros conectados ao masculino e ao feminino implicados no acto criador, o menosprezo pelo discurso científico explica-se pelo enaltecimento dos sentidos. A racionalidade da ciência rouba o encanto dos elementos, sem o qual a poesia ou qualquer outra realização humana da felicidade, alcançada no domínio sensível, não são possíveis. Da capacidade que o campo possui de curar as feridas do conflito humano ou os males da civilização nos fala mais uma vez: «Há quem tenha ódio à paisagem, porque a paisagem nos faz esquecer todos os desvarios da Terra» (AS, p.164).

¹³⁵ Pelo duplo nascimento, o deus Baco ou Dioniso associa-se ao nascimento, morte e renascimento dos entes vivos da Terra. Não raro, aparece a divindade da vegetação e do vinho, bem como do renovar das estações do ano, ligada à fecundidade animal e humana. Devido às festividades em sua honra, cujos exageros representam uma tentativa do Homem para abandonar as limitações terrenas, Baco conecta-se à espiritualização deste e pensa-se como o condutor das almas para a respectiva libertação. Em termos psicanalíticos, o desfazer de recalcamientos e inibições, isto é, a emersão do subconsciente é-lhe atribuída. Permite assim o regresso da criatura ao caos inicial, simbolizando por isso as energias capazes de dissolver a personalidade.

Quando as estranhas associações antuninas atingem o ponto máximo, gerando textos de aspecto caótico, é isso mais um sinal de que esta força reconstrutiva de Baco bafeja o escritor.

¹³⁶ Veja-se esta outra passagem onde a audição e a visão se valorizam: «Há quem feche os olhos e tape os ouvidos ao chilrear dos pássaros e à fogueira atrevida das papoilas, dos fenachos (*sic*) e dos piornos, porque tudo isso nos alimenta a voz interior da esperança!» (AS, p.164). A esperança de que nos fala Antunes da Silva, conseguida através da entrega ao sensível, é a da continuidade da vida. Mais à frente, no corpo do texto, quando nos referirmos à circularidade do tempo existencial, percebemos que o eterno retorno o conforta, ensinando-lhe a virtude de saber esperar.

Especial, o trabalho agrícola pensa-se como «epopeia» (AS, p.213) porque os seus obreiros quase perdem os sentidos, ao ficarem «exaustos» (AS, p.211). A violência da sua acção criadora, porque esgotante, no esforço realizado sob um calor insuportável e igualmente alienante, eleva-os, por isso, a um nível que os situa entre os deuses e a comum humanidade. Torna-os heróis da planície. Em harmonia com o realismo que se infiltra nesta idealização de «As Colheitas», ao alvorecer e antes de os camponeses começarem a faina, assistimos ao mata-bicho, a toma de um copinho de aguardente, hábito popular que serve também para adormecer a consciência de forma que suportem melhor o padecimento causado pela gleba. Chegar ao cume da dor ou do prazer liberta o que no mais fundo de si o Homem esconde, é via para a purificação e consequente ascensão mística. A partir da condição terrena do povo transtagano, Baco com os seus excessos permite-lhe a espiritualização. Não é, porém, o único a auxiliar naturalmente esta gente a despoletar a fecundação.

Ceres, que há séculos no Alentejo com Baco dividiu os louvores do povo romano, continua a auxiliar os seus descendentes na fertilização dos barros. A presidir à agricultura, controla igualmente o ciclo das estações do ano. Só nos três meses (Inverno) em que a sua querida filha Persephone (as sementes) permanece sob a terra, na companhia de Hades que à força a desposou, Ceres recusa ao solo o rebento do cereal. A sucessão nascimento, morte e renascimento aparece na escrita antunina não só na atenção dada a cada uma das estações e ao respectivo girar, como ainda na alternância do dia com a noite (*Bom dia!*) ou até noutras passagens que também validam a vulgar sentença: na Natureza nada se perde, tudo se transforma. No «Pequeno Romance de um Rio», sentindo-se o rio triste porque preso em parte numa barragem, logo junta as águas livres às de outros irmãos até se tornar «herói», ao transformar-se «[...] em húmus, em outras fontes de energia, férteis e redentoras, quebrando o jugo dos homens – e entregando-se, novamente, à Natureza» (AS, p.48).

Frequente nos que não crêem, a ideia do tempo da existência como uma linha horizontal onde se colocam marcos de final absoluto (a morte) anula-se, portanto, com a observação da Natureza que mostra ser Cronos um círculo, enquanto em simultâneo o consolo aparece. Na «Crónica em Louvor do Sol», Antunes da Silva revela-se consciente e feliz por esta constatação, ainda que o segredo da vida sempre o intrigue:

Tenho aqui ao pé um punhado de amoras e um punhado de terra, que se esboroam na polpa dos dedos, quando os acaricio. E sinto que a terra e as amoras destruídas no calor das minhas mãos pertencem à eternidade. O pó também sabe viver nos tombos do ciclone. Cai o pó na gleba, mistura-se com a água das chuvas. Para onde vão ambos? (AS, p.234)

Aqui, tal como em JI e II, o contacto directo com os elementos da Natureza garante ao escritor a integração de si e da sua escrita no Todo.¹³⁷ Encontra assim um escape à morte.

¹³⁷ Acerca de Pã, no *Dicionário dos Símbolos*, de Chevalier e Gheerbrant, lê-se: «O seu nome, Pã, que significa *tudo*, foi-lhe dado pelos deuses, não só porque *todos* se assemelham a ele numa certa medida pela sua avidez; mas porque ele encarna uma tendência própria de todo o universo» (p. 500). Esclareça-se que a referida avidez de Pã é sexual, o que por extensão significa ter fome de vida, desejá-la. Especialmente em JI e II, quando Antunes se vira para o firmamento, damos conta que isso constitui uma maneira de permanecer ligado à vida.

Conquanto em verso a propensão para o surreal seja notada a partir de *Rio Degebe* (1973) já ela se observa em «Férias no Mar» onde a desconfiança autoral perante o oceano, «um gigante torpe, assassino», de imediato faz dele «um monstro» (AS, p.100) que descreve com pormenor. Nas suas ondas «a dez braços da superfície, o ser humano parece um peixe esquisito, retardado de movimentos, envolvido na carapaça das vestes plásticas» (AS, p.102), numa continuação que se abeira da ficção científica.

De AS a RD já se nota, porém, um progresso no estranhamento da mensagem. Como constatamos por estas citações, inicia-se em AS este processo de afastamento do inteligível apenas em momentos rápidos que estabelecem uma ponte para o interior delirante do sujeito, sem que o leitor perca o fio da narrativa. Nas duas composições de RD com propensão para o surreal (*O Saco Cor de Feno* e *Hospital*) continuamos com um pouco mais de custo a dar conta do sentido da mensagem. Temos aí dados coerentes acerca do espaço e das figuras que nele agem e compreendemos o motivo da censura política. Sendo cada vez mais assídua, a incoerência momentânea instala-se de vez em certos textos de JI e II.

Acerca da evolução no processo construtivo do estranhamento textual, registre-se que nem sempre o insólito ocorre totalmente no âmbito do sentido figurado. Por o recurso a figuras de estilo fazer parte do princípio da redacção poética, é até possível não qualificar de «estranhas» a metáfora do mar-monstro ou a comparação do homem ao peixe. Contudo, se tivermos em consideração que estes dois exemplos de AS, à imagem de outros de JI e II, extravasam da realidade comum para uma fantasia que deturpa e aterra, já não hesitamos em reconhecer-lhes a estranheza. A situação agrava-se se perdermos o sentido do discurso. Sem aviso, o autor, como quem desenha constelações, salta de um ponto para o outro, sem que seja possível seguir-lhe a direcção e não raro alterna pontos de fantasia com outros do mundo exterior e em sentido denotativo.¹³⁸

Em segundo lugar, constata-se que o mar é provavelmente a origem mais frutífera destes delírios. Sabendo-se que Antunes não gosta do mar, embora com alguma regularidade contacte com ele, o que pelos vistos não basta para que o deixe seduzi-lo, resta perguntar que significado nefasto tem o gigante para o escritor o rejeitar. Enquanto símbolo do eterno retorno não produz o mesmo efeito apaziguador que outros elementos naturais, até próximos (o rio), conseguem. É provavelmente o seu tamanho, conjugado sobretudo com o seu carácter transitório, vindo da agitação das águas e contido na própria localização do mar em Portugal (a meio da terra conhecida e do mundo desconhecido), que assusta Antunes, por ler nisso o incerto. Os monstros em que transforma o oceano ou que faz sair

¹³⁸ Atente-se nesta passagem de JI, p.51: «Rodeei o templo, afastando-me da claridade que os lampadários dos Lóios faziam na calçada». Até aqui, o autor, que está em Évora, refere-se ao mundo denotativamente. De súbito, após três perguntas a si próprio, deixamos de entender o discurso, ao entrarmos na sua imaginação: «A denúncia que a noite fazia, apontando na semibruma que as formara os suspiros de frades coxos [...]». Não se entende o que o leva a mencionar estes frades, bem como outras figuras que parecem ter vindo do passado da cidade.

Sete páginas depois, num outro texto sobre o mar, escreve o seguinte: «Pequenos barcos deslizam na seda deste oceano glabro que tem tons de platina, ecos de trovoadas amordaçadas que nos fazem pensar em cárceres submersos, de asquerosas humidades fedorentas». Aqui não se compreende a relação entre o som das trovoadas amordaçadas (o som do mar) e os cárceres. Veja-se como este último elemento, contrariamente ao das trovoadas, pertence ao mundo exterior e se apresenta em sentido denotativo.

dele parecem reveladores, se pensarmos que espelham o subconsciente. Também aqui há correntes agitadas e fortes que arrastam certezas e trazem coisas novas à tona e por isso colocam o autor num estado psicológico de indeterminação. O mar antunino será talvez o medo de perder o que no presente sustenta o que é e faz. É o receio de começar na meia-idade ou até na velhice a sua maior obra de sempre: reescrever-se.

4.2.1.1. CONCLUSÕES

Sem ser exclusivamente o que faz, o Homem afirma-se muito pelas obras, as quais significam ainda a possibilidade de ultrapassar o momento derradeiro em que o seu corpo recolhe ao ventre terrestre. O trabalho e a liberdade, enquanto valores centrais na vida e nos livros de Antunes da Silva, modelam-lhe a escrita. No universo antunino escrever e ser são indistintos. Assim, e devido ao carácter autobiográfico de JI e II, apresentam-se estes como as criações do autor que melhor representam esta ilação. Quer a luta política e a cidadania, por um lado, quer a cultura e a Natureza alentejanas, por outro, os quatro eixos do seu discurso, constituem o meio que a pessoa de Armando Antunes da Silva encontra para se completar. O sentimento de si busca-o na relação com os outros, nas acções partilhadas e contrárias, na singularidade de cada um e na do todo. Pela inteligência e com os sentidos alerta apreende a matéria do mundo exterior, procurando em simultâneo nos outros seres (humanos ou não) a respectiva espiritualidade, a qual descobre conjuntamente com a sua. O gosto literário pela dispersão não impede o concomitante concentrar dos entes eleitos por aquele acto. Relacionando-se com a apetência de liberdade, o deambular nasce da necessidade de contacto com a infinitude de existências vivas ou inanimadas, como se desse modo abraçasse a vida no seu conjunto. O prazer de reunir o que lhe apetece ou rever aqueles de quem sente falta emerge no derrube de fronteiras espaço-temporais que as suas fantasias e recordações facultam, para se afastar do presente. A idealização de lugares (democracia e Alentejo) que começa por funcionar como escape a uma vivência opressiva duradoura (salazarismo e Lisboa), acaba por estabelecer as metas que orientam o seu existir. A par das maleitas da velhice e do doloroso desaparecimento constante dos que lhe são queridos, a desilusão embate com violência, quando conclui ter percorrido em vão tantos caminhos difíceis. Embora isso tenha como consequências um abatimento progressivo e um idêntico desapego em relação à comunidade, é ainda a partir do lugar físico mais autêntico, a Natureza, que continua a perseguir a essência vital, assustado com a proximidade da morte. Durante décadas canta a luz, o movimento e a beleza próprios da vida que os seus olhos vêem ali, enveredando longo tempo essa sua adoração pela simbologia dos problemas da pátria ou, ao descansar do desgaste destes, na pintura deleitosa de retratos paisagísticos. Num progresso crescente a sua escrita vai assumindo o entusiasmo que a Terra e o manto celeste lhe geram sob a forma de religiosidade panteísta, a qual parece ser o encontro inevitável de alguém que ama profundamente a Natureza com a morte pressentida. Da dimensão social à

peçoal, do real ao imaginado, o trajecto da escrita antunina mostra assim ter esta no criador um efeito sistemático de catarse, porque expulsa as indisposições causadas pela política e afugenta os receios da morte.

A memória, que surge no trabalho de Antunes da Silva para facilitar a distensão temporal da sua pessoa, tanto a exercita a pensar no passado como no futuro. Perante o povo português, sobre quem e por causa do qual escreve as suas palavras de resistência e os seus registos democráticos, assume em JI e II a intenção de proporcionar uma leitura do quotidiano político da nação nos anos 80-90, e assim contribuir para a História de Portugal. No desejo de se sentir vivo, a vontade de permanecer desta forma na lembrança dos vindouros aproxima-se do que o leva antes a proceder àqueles registos, inserir-se na contemporaneidade.

Para além da aceitação de si, Antunes da Silva espera com os seus *jornais* que os portugueses avaliem as considerações tecidas acerca do estado da nação, que pensem a partir delas, para finalmente reagirem de forma construtiva. Mudar Portugal para melhor é o grande desafio que então lança aos leitores, ideia que a propaganda partidária significativamente tem de actualizar vinte anos depois. Da correcção social que acha urgente faz parte a aposta na produtividade nacional e um equilíbrio, igualmente maior, entre ela e o consumo interno, assim como na distribuição da riqueza pelas diferentes classes. Por outro lado, enquanto lugar onde se protege e enaltece a cultura e o património ambiental alentejanos, os livros antuninos reforçam, no aperto de laços entre diferentes gerações, a identidade da região de que é originário, e logo fortalecem também a sua. Regressar à terra, atitude discursiva permanente em Antunes da Silva, significa procurar as raízes da colectividade, regressar a si, mas também permanecer no tempo.

A educação para a cidadania que nos inculca elogia o processo de ensino/aprendizagem em geral e por essa razão, sendo Antunes da Silva modelo de excelência no auto-didactismo, tem autoridade suficiente para sugerir a salvaguarda do património pátrio. Destaca para o efeito a necessidade de uma postura ecológica, que proteja as espécies florestais, a qualidade do ar e dos solos, os recursos hídricos da nação. Com relevo semelhante na Educação de um povo, que só através dela pode adquirir consciência dos respectivos direitos, liberdades e deveres e participar com responsabilidade nas decisões da comunidade, indica as artes, a leitura e a língua. Instrumento fundamental na apropriação e troca de conhecimentos e ideias, base de uma sociedade democrática e pluralista, a competência linguística acaba também destacada pelo comportamento do próprio escritor, que da escrita e da leitura tem domínio bastante para exprimir um sentimento pátrio ético e estético. A apresentação ao leitor comum dos bastidores da literatura, através da crítica aos autores mais e menos apreciados, e a menção das tricas e companheirismos entre eles, aproximam o criador do público, o qual, se convida a familiarizar-se com a cultura erudita. O descobrir das dificuldades a que se sujeita o processo de escrita em JI e II promove também o reconhecimento do valor do trabalho intelectual, caso isso não tenha ocorrido com os restantes assuntos abordados. Pela cultura, popular e intelectual, acredita o autor poder o país progredir e lembrar-se da sua pessoa.

Clarificadas as expectativas literárias antuninas, resumam-se em seguida as características do discurso dos diários. Na faceta crítica, o registo mostra-se directo e sugestivo, se bem que a assertividade do autor também o faça ser muito directivo. Este tom sério desvanece-se excepcionalmente com alguma anedota que apanha um qualquer flagrante social, aproximando-se pelo jocoso da amenidade típica da expressão lírica. Da sua ligação íntima à terra resultam sentimentos fortes como a saudade e a fraternidade, a alegria, a tristeza e uma certa paz. O gosto pelo concreto liga-se à prevalência dos sentidos e de ambos brota uma linguagem telúrica, que concilia de modo surpreendente coisas e seres e não raro assinala as suas oposições. A exaltação dos quatro elementos essenciais mostra a conexão do sujeito do enunciado à Terra, mas é também através deles que se dirige por vezes para a dimensão metafísica. Radiosas, as suas palavras advêm da felicidade de amar a vida.

A continuidade verificada nos processos redactoriais entre os diários e o resto da literatura de Antunes da Silva reitera-se no plano ideológico e na temática abordada. As categorias do espaço e do tempo influenciam ambas o autor que dá conta da multiplicidade de mudanças que aí ocorre. Provocando alterações na sua emotividade e saber, o fluir temporal arrasta consigo nesta escrita a transição da vivência colectiva da ditadura para a liberdade. Novos conteúdos e distintos tratamentos surgem atentos às mudanças que o calendário assinala. Atrás dos subtemas predilectos da Natureza, o clima e a biodiversidade, chega «Alqueva» e a agricultura com o segundo assunto maior, a democracia. A mesma sensibilidade que é capaz de eleger para mote uma das pequenas obras-primas da Natureza é a que aponta respeitosamente as banalidades do quotidiano de qualquer povo. Levando muito consigo a arrumação lógica dos dados, a linguagem mais referencial dos assuntos de cariz social deixa-se substituir pela poesia, quando se acciona a imaginação e a memória.

Conquanto a presença dos três espaços seja equilibrada, o psicológico só na parte final recupera a vantagem que o físico e o social entretanto detêm. A realidade exterior filtra-se pela subjectividade crescente, a qual desrespeita não só a separação entre aquela e o interior do sujeito, como desdobra na mente dele o tempo e o espaço em fragmentos, alinhavando-os consoante a sua vontade. As fronteiras sociais, ainda que emanem da mudança temporal ou da diferença geográfica, comprovam o efeito do subjectivo, pois a óptica do escritor também as estabelece. Esta tendência geral para apagar as limitações de qualquer género mais não é do que o sujeito poético a espriar-se, procurando a completude da sua identidade.

Na tendência crescente para a interiorização antunina que desde AS se verifica sublinha-se o interesse autoral pelo segredo da Existência. Olhando a Natureza como modelo de perfeição, é aí que Antunes procura a felicidade e a resposta para o mistério vital, enquanto diviniza esta entidade.

Aprendido o vazio da planície erma, na vivência do silêncio e da solidão que a saudade acentua, sente-se desde cedo desafiado a preenchê-lo por esta entidade divina. Então entrega-se à luz maior do Sol transtagano, mas também aos cheiros e cores que do solo rebentam, às formas e sons que em remoinho o levam, para que tudo isso lhe excite os sentidos do corpo, fecundando-lhe a alma. Por comparação com o povo que canta, o labor

poético que daqui nasce aproxima-se das sementeiras que aquele faz, na dedicada entrega amorosa à Terra. Com propósito idêntico, o da dádiva ardente, na sexualidade dos seres acha igual possibilidade de comunicação com o divino. Quer seja entre os filhos vivos da Natureza, quer envolva o solo e o Homem, com as suas sementes ou o verbo, em qualquer acto de amor, para morrer e nascer de novo, há que esgotar as forças. Esquecida a razão, abandonado o corpo, só assim, o espírito se eleva. Protectora e sempre fértil, a mão materna da Natureza, recupera-o, ao trazê-lo de volta em qualquer bago ou chilreio, com a garantia de que a Vida, ao integrar a morte, prevalece sobre ela.

A vontade de Antunes da Silva em fazer renascer a sociedade e a sua pessoa confunde-se com o desejo de evolução, própria e de terceiros, e este, por sua vez, liga-se à dinâmica existencial. O sonho, seiva da Vida, fá-la andar, enquanto vai trazendo o escritor de pé. Sublimar com poesia as misérias da humanidade é uma forma de as combater. A metamorfose que projecta e torna a projectar ao longo de décadas acompanha-lhe de igual modo a caminhada espiritual no nível estilístico do discurso.

Desde o início que Antunes une os seres, ignorando nessa aliança as respectivas diferenças. A comunhão que estabelece entre os filhos da Natureza representa uma ordem nova e bela que procura na Terra. Nesta hibridez imaginária, patente logo em G (1945), residem já indícios do panteísmo formal que se afirma no futuro, os quais se sintonizam com a familiaridade que o bicho homem ali retratado tem com todos os componentes do Universo.

No respeitante às inesperadas associações sintagmáticas de aparência ilógica, que revelam a tendência autoral para pontuais abstrações, quando se constroem com elementos naturais, devemos ver nelas a mesma vontade de união do dispar, só que mais na reformulação pessoal do sujeito, que procura através da libertação do subconsciente um contacto com a essência. As constelações surreais são, portanto, também expressivas do panteísmo antunino.

Timidamente aplica também no G, de 1945, alguns símbolos da Natureza de conotação político-social, que emprega em seguida na poesia de ETN (1952) para reivindicar uma nova distribuição da riqueza. Em finais dos anos 50, momento em que o comunismo soviético e a estética neo-realista começam a decair, CV (1957) e S (1960), que anda em redacção, mostram toda a pujança e criatividade daquela simbologia antitadura. Se bem que o panteísmo já se inscreva como fundo nestes livros, a espiritualidade destes tempos conecta-se mais ao humanismo preconizado pela arte empenhada. Sensível à pobreza alheia, o autor procura poeticamente um remédio, só que a argamassa materialista que ergue a produção literária de então impede que se veja com nitidez a espiritualidade (sobretudo a panteísta) nela infiltrada e que a sustenta.

O emprego dos elementos naturais com uma conotação política faz com que Pã se esconda nos bosques transtaganos de S, sem que, todavia, percamos no estilo as suas pegadas de comunhão essencial detectadas em G. Convém esclarecer que o entendimento da simbologia representativa do estado opressivo da nação portuguesa só se torna possível,

porque os símbolos que para ela se criam não raro assentam na simbologia mitológica conhecida universalmente.¹³⁹

Prossegue o escritor sempre com este género de símbolos políticos até aos arredores da revolução de 1974, altura em que no verso começa a reconhecer como poético o valor próprio dos entes naturais, passando a referir-se-lhes literal e singularmente. Já antes isso se verifica nas crónicas e narrativas de AS (1966), livro contemplado ainda com os primeiros textos antuninos matizados de surreal. O vate que sempre cantara pelo «nós» anda então a afinar a voz em direcção ao «eu». A interiorização em nome próprio que inicia assim já vem em AS acompanhada da ascese panteísta que vemos com clareza em JI e II.

A ligação de termos do culto aos entes do mundo sensível mostra servir a adoração autoral destes pela respectiva magnificência individual, remetendo-os deste modo para uma dimensão divina. Com a simplicidade desta estratégia vocabular, a qual faz descortinar o significado de divindades pagãs entre outras conotações, firma-se a espiritualidade panteísta do autor. Embora familiares e vizinhas no tempo (anos 60), a simbologia sociopolítica e a mítica vivem em casas separadas. Na sociedade de S, repleta de desentendimentos, não há grandes contemplações com o divino, mas em AS, já o respectivo criador, se mostra um pouco mais generoso, ao dar abrigo às duas simbologias, que continuam, no entanto, apartadas de narrativa para narrativa.

Apenas nos diários Antunes da Silva se atreve a escrever abertamente as dores que o conduzem à gruta espiritual. Perdidos os companheiros, abandonada a sociedade, procura nas alturas uma estrela que o guie e leve. É quando baixa as armas, que se ganha, perdendo-se na sua natureza.¹⁴⁰

¹³⁹ Pensemos no exemplo do elemento natural «noite» que aparece frequentemente nos livros em versos anteriores ao 25 de Abril de 1974 e em JI e II já com outro fato. Se a «noite» na poesia empenhada é imagem do salazarismo é porque este obscurece e assusta. À semelhança da interpretação grega da «noite», Antunes da Silva mostra que a «noite» do Estado Novo gera o sono, as angústias, mas também o sonho. Recordemos da leitura daqueles versos a passividade (o sono) inicial dos camponeses alentejanos em sofrimento, estado de angústia que os leva a querer depois um futuro melhor (o sonho). Nos diários, onde já não se verifica esta simbologia social, quando o autor olha o firmamento nocturno e com ele se interroga é porque traz uma «noite» dentro de si. Adormecido para o exterior, porque angustiado com ele, sonha com outros motivos de atenção.

¹⁴⁰ Chegados ao fim da leitura daqueles que consideramos os últimos textos de Antunes, apenas uma curiosidade. Reparemos no significado do seu nome: Armando Antunes da Silva, para notarmos a concordância deste com o percurso realizado pelo escritor durante a vida.

Assim temos antes de mais «Armando» que é provavelmente um nome de origem germânica, composto por «Hard» (duro, forte, indomável) e «man» (homem), ou seja, «Armando» é um ser com capacidade para a luta, um homem de armas, do exército.

Em segundo lugar, surge «Antunes» que quer dizer «filho de António». Na verdade, o pai do escritor chama-se António Antunes da Silva. Entre os Antónios famosos, o santo padroeiro de Lisboa é talvez em Portugal o mais conhecido por ser um excelente pregador e moralizador. Ora o nosso Antunes também tem o dom da palavra que desde sempre emprega contra a pobreza (material, cultural e espiritual). Por fim, na origem, quer dizer, como apelido, aparece «Silva», que em latim significa bosque.

Temos, portanto, alguém que domina a arma da palavra e com ela luta em defesa do campo transtagano. No descanso do guerreiro, o verbo serve-lhe ainda para regressar à origem, ao ventre terrestre, em busca do que em si adormeceu.

Coincidência ou até predestinação, fica à escolha do leitor. Quanto a nós, resta-nos rematar esta graça onomástica, repetindo o que já tantos outros disseram: o que está mesmo debaixo dos nossos olhos é às vezes a última coisa a ser vista.

UNIDADE E DIVERSIDADE

Para ficarmos com uma noção sólida das características do estilo de Antunes da Silva, acrescentamos ao trabalho realizado em *Paisagens do Interior Ibérico*, acerca de G (1983), exemplos das três obras aqui em estudo. Com o intuito de abranger todo o percurso literário do autor, decidimos ainda procurar provas do que afirmamos a partir da 1.^a edição daquele livro, as quais reunimos depois a outras de S (1961) e finalmente a um excerto ou mais dos anos 80-90. Para se apreciar nesta última década o estilo antunino, consideramos suficiente um exemplo. Nem sempre é possível fazê-lo para todos os pontos, nem isso por vezes se justifica, porque alguns exemplos inserem-se na prática habitual. No entanto, tentamos sempre somar aos exemplos oriundos de *Paisagens do Interior Ibérico*, outros provindos de JI e II. Acrescente-se que para além da soma de novas provas, o que nos leva a suprimir algumas de G (1983), toda esta parte sofre um reordenamento e até um pequeno desenvolvimento. Os pontos «Modo»; «Tipos e Intenções Comunicativas» são novos.

1. PONTUAÇÃO

Abrimos este ponto enumerando as várias ocorrências de cada um dos sinais de pontuação. Depois demonstramos o relevo concedido por estes ao adjectivo e ao verbo e, por fim, o seu préstimo na diferenciação dos tipos de discurso: directo, indirecto e indirecto livre.

Começemos pela vírgula, a qual serve no período para isolar e destacar elementos de índole diversa.

Orações:

S, 1961: «– Mais uma rodada, que pago eu!» (p.60);

G, 1983: «Eu vi, percebem?!» (p.22);

JI, 1987: «E voltei, como havia prometido» (p.79).

Complementos circunstanciais:

S, 1961: «Faria uma espera ao galdério, **numa estrada**, e enfiava-lhe a naifa na barriga» (p.116);

G, 1983: «**Ontem**, encresparam-se os matos» (p.139);

JI, 1987: «Ao Sul, tudo me chama, **num soluço breve**» (p.76).

Palavras com a mesma função sintáctica:

G, 1945: «– Gaimirra, **o pastor, o calacêro, o vadio...**» (p.19) (*aposto*);

S, 1961: «Tornou-se **arrogante, agressiva**, uma mulher cheia de toleima» (p.108) (*predicativo do sujeito*);

G, 1983: «[...] e as mantenças que nos tiram **o peixe, o milho, o trigo, o gado** [...]» (p.141) (*complemento directo*).

Explicações (*aposto*):

S, 1961: «Zé Patalarga, **o ajuda**, há tantos anos na casa [...]» (p. 108);

G, 1983: «[...] própria Governadora, **a dona Brites**, que era deles [...]» (p.126);

JII, 1990: «Um dos aqúistas, **tipo fixe**, é proprietário de um armazém de tabacos na Amadora» (p.143).

Chamamentos (vocativos):

- G, 1945: «– Eh, **Joana**, raio de rapariga és tu!» (p.49);
S, 1961: «– Viva o luxo, **compadre**, viva o luxo!» (p.60);
G, 1983: «– Eh, **Britanços**, san horas, anda daí!» (p.17).

Comentários:

- S, 1961: «**Mau**, ainda por cima te parece mal o meu aviso?» (p. 62);
G, 1983: «Agora quanto ao Governo, bef!» (p.126);
« – Andámos léguas, passámos ribêirinhos e chavascais, a chamar, a chamar, **mas tá bem, dêxa**, só o bruto do vento é que respondia à raiz das nossas almas...» (p.50);
JI: 1987: «Aí, seu valentão!» (p.63).

Repetições:

- G, 1945: «– **Mãe, mãe**, diga lá!» (p.42);
S, 1961: «– Atão **ouve, ouve...**» (p.61);
G, 1983: *A mulher agarrou-o*, «**nan te vás embora! , nan te vás embora!**» (p.9);
«Certas faixas **sofrem , isso sofrem**, caídas numa modorra [...]» (p.127).

Pormenores importantes no contexto narrativo:

- S, 1961: «**No íntimo**, sentia a responsabilidade daquela morte. **Duplamente culpada**, pois fora por causa dela que tudo aquilo acontecera... » (p.103);
G, 1983: «[...] e os depósitos, **cheios**, não se fizeram esperar» (p.126);
«[...] chegar uma ajuda substancial à localidade, **o combustível que fosse**, para o efeito [...]» (p.126);
JI, 1987: «Hum, velho amigo como é, **historiógrafo ainda por cima**, aqui há gato, com toda a clareza!...» (p.146).

Onomatopeias:

- S, 1961: «[...] um vento leonino regouga ao rés da terra, **uh!, uh!, uh!** [...]» (p.88);
G, 1983: «Só daí a nada, ouvi um arabesco de sons, **plim, plom**, [...]» (p.51);
«Eles voltaram de madrugada, a espirrar, **atchim**, [...]» (p.49).

Interjeições:

G, 1945: «– Oh, credo!...» (p.43);

S, 1961: «**Ai**, as minhas ricas pernas, **caramba!** (p.115); «**Irra**, era o cúmulo!» (p.26);

JII, 1990: «Tanta água que tem caído, **santo Deus!**» (p.105).

Outra tarefa da vírgula é a indicação de palavras subentendidas:

G, 1945: «O lavrador, êsse, (*estava*) sempre calado, (*estava*) sempre casmurro»;

S, 1961: «Lá pensava, na sua (*mente*), que a patroa ficasse mais aliviada, mas enganou-se» (p.102);

G, 1983: «Ano de seca (*é*), ano de luz!» (p.42); «A ela saiu-lhe o Inferno, a ele (*saiu-lhe*), o Céu» (p.20).

À semelhança da vírgula, os dois pontos usam-se em situações distintas.

Precedem o discurso directo:

G, 1945: «Para afugentar agoiros, uma mulherzinha ciciou: – Oh, credo!...» (p.43);

S, 1961: *A velha disse-lhe, à queima-roupa*: «O Varandas morreu...!» (p.102);

G, 1983: «Para mais, era ouvir o testemunho do Saldanha:

– A minha nora é a maior e a mais pejada das redondezas» (p.126).

A descrição:

G, 1945: «Dêz que o pai morrera que assim acontecia: noites ao léu, ouvindo o miar famélico dos gatos [...] rés-rés a qualquer estrada» (p.11);

S, 1961: «E o homem, tal como se encontrava, assim ficou: quieto e indiferente, fitando a estrada real» (p.11);

G, 1983: «Mas assim, tanta, que matava: alguns pastores iam à flor da enxurrada, pareciam bedéis a correr atrás da caça» (p.7);

JII, 1987: «Que giro: patinam homens e crianças na superfície do lago gelado» (p.107).

A explicação:

G, 1945: «Ele estava contente: aprendiz de caldeireiro!» (p.136);

S, 1961: «Era daqueles que ao princípio encolhia os ombros, num hábito conservador: o que estava feito, é que estava bem» (p.162);

G, 1983: «Quanto às nascentes, é o que se sabe: **evaporou-se o líquido**, como gasolina em tijela destapada» (p.127);

JII, 1990: «Também gosto dos poetas por isto: são capazes de reparar e de se enternecer pelo belisco da semente quando esta rompe da terra» (p.195).

Pospõem-se à confirmação:

S, 1961: «Decifrara-se o mistério. **Não restava a menor dúvida**: só um acontecimento muito importante poderia motivar a súbita transformação da patroa» (p.107);

G, 1983: «**Era**: a nascente da nora secara» (p.125); «**Como de facto**: os bombeiros acudiram ao chamo [...]» (p.126);

JII, 1990: «– É certo: alguns homens, pungidos, não acreditam em loas, mas outros vivem na esperança de um dia poderem transferir a sua residência para Marte ou Vénus» (p.101).

Seguem-se a uma chamada de atenção:

G, 1945: «**Mas veja**: é o fim que todos temos...» (p.59);

S, 1961: «**Vê bem**: o Alentejo não tem sombra porque tardam em dar-lha!» (pp. 253-254).

Ao que se vai definir:

JII, 1990: «O **Carnaval**: um encontro de bobos» (p.195); «Os loureiros floridos: estampas de veludo agitadas pela brisa» (p.200).

As aspas ora aparecem ora desaparecem de acordo com o tipo de discurso.

Abrem e encerram o discurso directo, introduzido no meio da voz do narrador. Realizam esta tarefa auxiliando-se de uma vírgula que imediatamente as precede:

G, 1945: *Riu, chorou, pôs-se a descompor a mulher*, «**sua esta, sua aquela...**» (p.52);

G, 1983: *As crianças principiaram a trautear uma cantiga breve*, «**tlim, tlão, cabeça de cão, tens vista de cobra e andar de ladrão** [...]» (p.144).

Há ainda a hipótese de iniciarem o discurso directo, sem mudança de linha, após um ponto final:

S, 1961: [...] e cospe no chão. «**Maldita vida!**» – geme (p.11);

G, 1983: *Todos desataram a rir às gargalhadas*. «**Que falta de jeito!**» – disse Mateus (p.57).

Destacam alcunhas:

S, 1961: «Pouca Lã» (p.60);

G, 1983: «pinguim» (p.80).

Nomes de animais e comerciais:

G, 1945: *tabaco* «duque» (p.63);

G, 1983: *a parelha* «Janotas» (p.38); «petromaxes» (p.47);

Jl, 1987: «La Rotunda Hall» (p.106); «Concord» (p.195).

Estrangeirismos:

S, 1961: «bâton» (p. 106).

Títulos:

G, 1945: *E os homens cantaram o «Lírio Roxo»; a cantar o «Trevo»* (p.13);

O Galhós trouxe o «Notícias» (p.53);

Jl, 1987: *Assim, no segundo tomo «Semeando Novos Rumos»* (p.182).

Substantivos em sentido figurado:

G, 1945: [...] *foi metendo a mão à algibeira do «macaco»* (p.236); [...] *tinha morrido no «caracol» da torre* (p.218);

S, 1961: «condados» (p.16); «objecto» (p.79);

E a «princesa» usava sapatos de salto alto [...] (p.107).

Onomatopeias:

S, 1961: *Os animais pararam, ao largo, encolhidos de cobardia. «Ão! ão! ão!» – e pareciam ecos de crime, os seus latidos* (p.42);

G, 1983: – *Espirrou, «atchim!» [...]* (p.135).

O travessão vê-se também junto das onomatopeias:

G, 1945: «Em frente de uma estação o comboio [...] – **Bibibiiiii...**» (p.34);

«Ouve o matraquear das rodas, **tre, trrree, trrre,** – e nasce-lhe uma razão nova» (p.93).

Sem surpreender o leitor aparece, no começo do diálogo:

G, 1983: «– Mãe!

– Filha!» (p.52).

Separa o discurso directo da personagem da voz do narrador:

G, 1983: «– Lobo, por estas bandas? – estranhou o Soares» (p.50).

Concede ênfase aos juízos contidos no fim das frases:

G, 1983: «Agora a planície ser castigada com uma morte lenta daquelas [...]
– é uma injustiça que não merece perdão» (p.127);

Jl, 1987: (*Um esquilo*) «Preto retinto, a cauda tesa no ar – **que típica graça boreal!**» (p.107).

Precede a síntese final:

G, 1945: «Crescera como a erva cidreira à beira dos carris – **ao Deus dará**» (p.11);

S, 1961: «O suão foge para a África, está aí a Primavera, tão clara, tu vais fazer mais versos,
os prados estão a florir de novo – **é uma nova vida que desponta, Chico!**» (p.254).

Dá ritmo à frase:

G, 1945: «Homem de uma só palavra – coração de um só parecer» (p.80);

«o mesmo sol de fogo – a mesma gente ordeira» (p.80).

Quanto ao ponto e vírgula, separa orações justapostas:

G, 1945: «Vitor, o mais novo, trabalhava no campo, em companhia do pai; Manuel, o mais velho, trabalhava na aldeia, na loja do senhor Adão, que era ferreiro» (p.121);

S, 1961: «Uns a olharem o feitio do homem [...] ; outros ensaiavam sorrisos [...]» (p.90);

Jl, 1990: «Nos dias pardos, a cor dos muros é de uma leveza metálica ; o ar que passa é fermento de odores paralisantes ; os corpos [...]» (p.187).

As reticências representam graficamente a ideia de espera.

A espera pode ser de carácter cronológico, ou seja, corresponder a um avanço nos ponteiros do relógio:

G, 1945: «– Conte lá...» (p.110);

G, 1983: «Ti Mónica gritou:

– Pst! Pst! Venham cá! ...» (p.51);

«[...] os homens esperavam, olhando o céu de estrelo, que a Lua trouxesse sinais de rápida mudança do tempo... » (p.125).

Significam a interrupção da fala de alguém por outra pessoa que deseja igualmente falar:

G, 1983: «– Coitadinha...

– Ò depois adregou falar em céu de estrelo [...]» (p.51);

JII, 1990: *Para o ouvir, murmurei*: «Nem tanto... Há funcionários que...» *Ih, Deus Nó Senhor! Olhou-me, furibundo, e não me deixou prosseguir, com um «pst! cale-se! [...]»* (p.132).

A expectativa da espera cronológica acompanha outros sentimentos.

G, 1945: «Mataram hoje umas poucas de pessoas...» (p.104) (*apreensão*);

G, 1983: «– Secou? Nan pode ser!...» (p.125) (*dúvida*); «Hum...Nan creio!» (p.50) (*reflexão*);

«Tá sequinha como folha de alfarrobeira no pino do Estio!...» (p.126) (*angústia*);

«– A mãe escusa de falar em mim, qu`isso nan são brincadêras que se tenham com uma desgraçada!...» (p.55) (*indignação*);

JII, 1990: «Tudo mudou: o vento, mais ácido, e a vida – tão difícil...» (p.153) (*tristeza*).

O sinal de pontuação em destaque, na medida em que interrompe o discurso, apela às vezes à imaginação do leitor:

G, 1983: «Assustou-a um raio, veio um homem e fez pouco dela. Ficou assim...» (p.55);

JII, 1987: «Estamos a voltar à era do antigamente, ou crês ou morres... Tá tudo do piorio... Vamos andando, vamos andando!...» (p.128).

As reticências, se associadas ao ponto de interrogação, prolongam a dúvida nele contida. Quando junto do ponto de exclamação, sublinham extensivamente a emoção a ele conectada. Vejamos provas:

G, 1945: «– No mundo, tio Manel?...» (p.111);

G, 1983: «– Uma guitarra? Porquê?...»

– Fala munto e nan diz nada!...» (p.50) (*aborrecimento*);

JII, 1990: «– Deixem o pobrezinho!...» (p.99) (*pena*).

Semelhante efeito de prolongamento têm as reticências junto de palavras fonicamente apelativas:

G, 1945: «– Ah! Ah! Ah!...» (p.18);

G, 1983: «– Rosáááária!...» (p.47);

JI, 1987: «Mais dia menos dia dão-te o catatau!...» (p.63).

Falemos agora da associação da morfologia à pontuação.

Agrupados ou não, os adjectivos impõem na frase a sua presença e os sinais de pontuação auxiliam-nos nisso:

G, 1945: «Todavia, a invertebração caíra no esquecimento. **Ruim. Enganadiça. Malfadada**» (p. 22);

S, 1961: «E o homem, tal como se encontrava, assim ficou : **quieto e indiferente** , fitando a estrada real»(p.11);«Mais**cauteloso**, agarrou nas botas e encaminhou-se para a saída» (p.143);

G, 1983: «[...] aventurou Zé Carlitos, **perturbado**.» (p.42);

JI, 1987: «Vi a biblioteca, **interessante**, a cozinha e outras dependências» (p.106);

JII, 1990: «É um belo livro, para mim essencial. **Excitante, fabuloso**» (p.165).

Do segundo ao quarto excertos, os adjectivos cumprem uma função adverbial e informam-nos do modo como os homens se comportam. Tudo ali é secundário em relação aos atributos. A posição funcional do qualificativo é a central, embora a sua posição material na sentença seja respectivamente a intermédia, a inicial nos excertos do romance e a final em G (1983).

No exemplo de JII, comparativamente à afirmação de JI, os qualificativos exprimem uma opinião do escritor que sentimos mais pessoal do que as transmitidas nos excertos anteriores, porque se trata de um texto de cariz autobiográfico. Aqui, porém, graças à formulação de uma frase só com dois adjectivos e à gradação ascendente com os quatro (*belo, essencial, excitante e fabuloso*) que qualificam o «livro», a avaliação antunina ganha ainda mais importância. Os pontos finais são fundamentais neste processo valorativo, tal como sucede no excerto de 1945 e com as vírgulas e os dois pontos, que encontramos nos anteriores.

O verbo é igualmente destacado com a ajuda de pontos finais e vírgulas, estando algumas destas colocadas em lugares gramaticalmente inaceitáveis:

G, 1945: «Custou-me. Palavra que me custou. (p.145); «Levantei-me, lavei-me, pentei-me [...]» (p.119);

G, 1983: «A face do dia , **tufava.**» (p.7); «Outros , **batiam** com os calcanhares no traseiro, ou, mal os trovões surdiram nos valados ou **a beijar** as margens das albufeiras , **ficavam-se**, tolhidos de um susto virgem» (p.7);

Jl, 1987: «Esta, **foi-se**» (p.15).

Nos excertos da década de 80, o sujeito (*a face do dia; outros e esta*) é separado do respectivo predicado (*tufava; batiam e foi-se*) para que a acção se imponha. No primeiro caso essa acção deve ser afastada das outras palavras para que o leitor se concentre na má cara do dia. Na segunda passagem a manifestação de alegria dos pastores (os *outros*), expressa com o bater dos calcanhares no traseiro, é frisada para que entendamos a importância da chuva na região. Para além desta primeira vírgula, outras duas isolam «ficavam-se» do respectivo predicativo. Sendo este um verbo de estado, dado no pretérito imperfeito do indicativo, quer-se acentuar certamente com isso a reacção de estagnação dos pastores perante a novidade da chuvada.

No último extracto, que se refere à morte repentina de uma velhota, o verbo isola-se pela vírgula por causa da importância do seu sentido na vida humana (*foi-se* significa aqui morreu). Serve também, na sua forma curta, para aumentar ainda mais a sensação que a frase já transmite por ser muito pequena, a de rapidez da acção.

Embora coloque as vírgulas por vezes mal segundo a gramática, ao separar o sujeito do predicado, o escritor emprega-as bem a nível expressivo. Este erro vulgar mais não é do que o resultado de uma entoação dada na realidade, mas que a pontuação não acompanha porque as regras gramaticais não o autorizam.

Avancemos agora para a ligação da pontuação ao verbo e aos diferentes discursos:

G, 1945: «Os homens cresceram para a terra. Nos olhos uma dúvida, nos braços uma certeza!...» (p.81);

S, 1961: «Ela torturava-o como se ele fosse uma criança. Ou menos ainda: como se fosse um zé-ninguém. Irra, era o cúmulo!» (p.26);

G, 1983: «Ladino espreitou os caminhos da planície: tudo pardo, senhor Deus!» (p.7);

«Os homens cresceram ante o despropósito: que culpa tinham eles, dissessem -lhes, das águas [...]» (p.42).

Nestas passagens devemos atentar em três aspectos: a existência apenas de um ponto de exclamação para indicar o tipo de discurso, no excerto inicial; o papel dos dois pontos, nos restantes – separar a voz do narrador do discurso indirecto livre das personagens – e a ausência de verbo declarativo em todos. Se esta é o normal no discurso indirecto livre em cima demonstrado, já não é tão frequente no discurso directo e, todavia, é possível ler:

G, 1945: «– Zéi! É o filho do patrão, Zéi. Temos de querer o que êles querem!...» (cf. p.87);

G, 1983: «Riem. Correm. Dão vivas à vida. – Lua nova! É ouro que cai pra enganar as espigas. A chuva vem aí!» (p.44); «Ambos sorriram, à frente um do outro, adivinhando palpites temporões.

– Eh, Zé Carlitos!...

– Sê lavrador, ca'stamos!» (p.44).

Na última transcrição de 1983, a ausência de um verbo declarativo não é tão chocante como na precedente porque compreendemos, graça aos vocativos isolados pela vírgula (Zé *Carlitos*, sê lavrador), quem está a falar e até há, na voz do narrador, uma preparação para o diálogo que se segue. Em todos estes exemplos é o travessão que nos dá a certeza de se tratar de discurso directo.

Também nos cruzamos com o discurso directo acompanhado de verbo declarativo, dos travessões, dois pontos e aspas habituais:

G, 1945: *No regresso* perguntaram-lhe: «...Mas como vieste cá parar, e porquê...» (p.56);

G, 1983: «– Amanhã, a chuva chega! – **sentenciou**, António Borga, com determinação» (p.42);

Jl, 1987: *A minha mulher ainda* rabujou, *ensonada*, «por onde andaste?...» (p.52).

Até no discurso indirecto, a pontuação se pode aliar ao verbo declarativo:

G, 1945: *Senhor Romão* **disse** «que sim, que estava um dia de vento de Espanha...» (p.104);

S, 1961: «Um criado, com os safões a escorrer, **veio contar** aos ouvidos do patrão que um raio caíra em cima duma azinheira [...]» (p. 88);

Jl, 1987: «**Pensou** que dali até à aldeia demoraria mais de vinte minutos [...]» (p.109).

Como constatamos nem sempre o discurso indirecto é efectuado da mesma forma. Em cima aparece com e sem aspas.

Por último, vejamos trechos com monólogos interiores confirmados ao leitor pelo verbo:

G, 1945: «Querer o que êles querem? Ora essa! [...] **Pensa** que a senhora Francisca tem a maior culpa» (p.87);

S, 1961: *Decrépito, desgrenhado, com os olhos no chão, o desventurado rendeiro ali estava, a matutar na sua desgraça* [...] «O Crispim Barradas! [...]» (p. 94);

G, 1983: «O Condesso assobia, vai ao lavrador e pede-lhe uma audiência. Mas pra quê?, **pensa**, logo a seguir. O que vou lá fazer?» (p.43);

Jl, 1987: «Que vem a ser isto?» – *ainda **pensei*** (p.37).

Veja-se nas duas edições de G que nem sequer existem as aspas, tradutoras do pensamento, sendo o verbo que o indica. No exemplo de S, se não fosse o verbo, as aspas seriam insuficientes para entendermos bem que a exclamação «O Crispim Barradas!» é um pensamento da personagem, tal como no último excerto. Sem o verbo, tratar-se-ia de monólogos exteriores. O verbo tem, pois, aqui um papel excepcionalmente importante: destrinçar o monólogo interior do que se pronuncia em voz alta.

Concluimos destas observações que o escritor, para dinamizar as narrativas, alterna constantemente os vários tipos de discurso, graças a um trabalho conjunto dos verbos declarativos e da pontuação. Acrescentemos ainda que, por vezes, a mistura dos discursos (directo, indirecto e indirecto livre) é de tal ordem que, mesmo olhando para os verbos e para os sinais de pontuação, é difícil diferenciá-los.

2. FRASE

Em relação à sintaxe, começemos por apresentá-la em termos gerais e dizer que o número de frases grandes e pequenas se equilibra. Geralmente as maiores registam o discurso do narrador não participante ou o do escritor, nos diários, e as mais curtas formulam as conversas entre as personagens. Exceptua-se nesta observação a publicação de G de 1945, onde se encontram muitos períodos pequenos na voz do narrador.

Quase sempre o modo de representação do diálogo veicula um discurso emotivo e inquiridor e por este motivo as locuções deste são exclamativas ou interrogativas. Outra particularidade nelas é serem fonicamente atraentes, obtendo-se este efeito através de meios distintos: sufixação; rima; proximidade, contraste ou prolongamento de sons (consonânticos ou vocálicos); repetição de palavras. Eis três exemplos com efeito auditivo:

S, 1961: «– **Eh**, Manel, tem **dó de** mim!...

– Qual **dó**, nem meio **dó**! Toma!» (p.157);

G, 1983: «– **Nan** viram...?

– **Ná...Ninguém**!» (p.49);

JI, 1987: «– Ao enterro do **Plácido**!

– Do **Plácido**? Não me digas...

– **Pois**, do **Plácido**!» (p.37).

Em segundo lugar, as proposições curtas vêm-se também nos resumos, nos excertos narrativos e descritivos feitos pelo narrador e nos esclarecimentos e opiniões do autor, presentes em JI e II. Prescindem quase sempre das conjunções ou de qualquer outro conector e justapõem-se umas às outras.

Vejam-se as destes resumos:

G, 1945: «Começava o calvário. Tôdas as tardes aquilo. Às vezes chorava, outras vezes gritava» (p.132);

G, 1983: «Decorreram alguns anos. O povo cresceu. A aldeia transformou-se» (p.53);

as destas narrações-descrições:

G, 1945: «E a chuva sem parar. E os animais queixando-se. E o cão a ladrar para a Natureza» (p.17);

S, 1961: «As cólicas varavam-na. Já fora chamado o médico. O transe estava por poucas horas» (p.125);

ou as destas opiniões:

Jl, 1987: «Pensando bem, até a leitura dum jornal vai ficando adiada, sem a gente querer. **É pena**» (p.179);

Jll, 1990: «Ainda não percebi bem a razão porque certas pessoas ficam tensas e de olhar torvo (*sic*) quando se fala do Alentejo. **As do Norte e as do Sul**» (p.173).

Contudo, é possível encontrar estruturas sintácticas menores onde a subordinação ou a coordenação se empregam:

S, 1961: «Não acabou a frase e desmaiou» (p.128);

G, 1983: «O Virgolino riu tanto **que se engasgou**» (p.89);

Jl, 1987: «E voltei, como havia prometido» (p.79);

Jll, 1990: «Mal se nota, **de tão pequeno que é**» (p.53).

Na elaboração dos períodos mais longos adicionam-se orações de vários tipos, sendo este o principal factor responsável pela extensão. Vêem-se orações participiais, gerundivas, subordinadas (consecutivas, comparativas, relativas...) e coordenadas, com o predomínio evidente das copulativas.

Com a sucessão de várias orações, o escritor obtém um efectivo prolongamento físico da frase, a qual causa ao leitor a sensação de se prolongar ainda mais porque não raramente incorpora palavras polissilábicas (advérbios de modo; substantivos; onomatopeias; formas verbais no imperfeito do indicativo e no gerúndio) e até o discurso das personagens na voz que conta.

Registam-se igualmente períodos longos com orações justapostas, constituindo assim a construção assindética uma alternativa à habitual coordenada copulativa com e:

G, 1945: «O burro escoicinhava no alpendre, as vacas mugiam no estábulo» (p.176);

G, 1983: «Os campaniços atiram as garruças ao ar, beijos ao céu, dão cabeçadas rijas uns nos outros, pulam, dançam, falam do mundo, saiu-lhes a sorte grande, caneco!» (p.44);

Jl, 1987: «O Ceia suspirou, os nervos acalmaram, riu connosco, não se cansa de passar os dedos na viola [...]» (p.107).

Através da justaposição corta-se o ritmo e valoriza-se cada elemento frásico separado, ou pelo ponto final nas frases curtas, ou pelas vírgulas nas maiores, sendo nestas bastante frequente o ritmo progressivo.

Lêem-se períodos, grandes e pequenos, onde a linha melódica é descendente:

G, 1945: «Cego, sem uma palavra, pôs o filho ao colo da mãe» (p.179);

G, 1983: «Caiu num rego, pés para baixo, mãos ao lado, desmaiava na seara» (p.73);

JI, 1987: «Ofende-se, como se fosse afilhada deles...» (p. 25).

E outros em que é ascendente:

G, 1945: «– Água. Água, abençoada água!...» (p.176);

S, 1961: «– Vou ter um filho, Anastásia!» (p.106);

G, 1983: *Um bocado longe dali, uma mulher grita, «Zabel!»* (p.67).

A ordem dos componentes frásicos costuma ser a lógica e normal, mesmo quando o número de informações inserido na sentença é elevado, ficando com certeza tal a dever-se à vontade de aproximar este discurso literário das falas do quotidiano e de gradualmente o clarificar.

Entre os vários componentes sintácticos possíveis de serem encontrados na sentença, privilegiam-se os referentes ao tempo, lugar e modo. Aparecem sob duas formas no discurso.

Complementos circunstanciais:

G, 1945: «Ladino viu-a (*à água*) crescer **como vagas em convulsão**» (p.176) (*modo*);

S, 1961: «**De mansinho**, caem **sobre uns castiçais rebrilhantes** [...]» (p.13) (*modo e lugar*);

G, 1983: «**Nos primeiros tempos**, o criado rira-se da alcunha que lhe tinham posto» (p.79)
(*tempo*);

JI, 1987: «**Ao Sul**, tudo me chama, **num soluço breve**» (p.76) (*lugar e modo*).

Porque móveis estas informações podem ser vistas em vários lugares do período e, quer se encontrem na abertura, no centro ou no fim, a vírgula limita-se aí a sublinhar-lhes uma importância facilmente reconhecível.

Pequenas frases:

JI, 1987: «**É sábado**. Chegaram os tordos» (p.79) (*tempo*);

JII, 1990: «Talvez para colmatar os dias de incerteza e estupefacção em que se debate o povo. **Com sono. Conformado.**» (p.48) (*modo*).

Não obstante o advérbio constituir uma classe morfológica secundária na escrita do nosso autor, a expressão do modo na frase é digna de um investimento criativo maior da parte deste, justificando-se tal atitude provavelmente pelo papel fundamental que assume na descrição e pela diversidade formal que admite. A riqueza da formulação modal ocupa-nos em seguida.

2.1. MODO

Em primeiro lugar, e nos exemplos que em baixo se dão, temos a comparação oracional a completar a tarefa dos adjectivos (*largos e ruinosos; imóveis; nascidos*), dos advérbios (*muito devagar*) e da respectiva locução (*em redemoinho*), na transmissão do modo como os olhos se fecham, os ventos nasciam, as árvores estavam, ou os meloais amadureceram.

S, 1961: «Por instantes, os olhos fecham-se-lhe muito devagar, cheios de fadiga, para logo se abrirem ainda mais, **como num sobressalto**» (p.10); «Os ventos nasciam largos e ruinosos, **como as águas turvas**, e em redemoinho nos lancis da terra» (p.12);

G, 1983: «As árvores, estavam imóveis, **como estátuas doidas partidas ao meio** [...]» (p.125);

JII, 1990: «**Como gengivas enormes debruçadas na terra**, os meloais, mal nascidos, mudaram de cor, e as águas, nos charcos, não cintilaram toda a manhã» (p.152).

Outras vezes, as construções gerundivas substituem as comparações e aliam-se à adjectivação no auxílio ao advérbio de modo.

S, 1961: «[...] **andando de um lado para o outro**, meditativo, **a mão direita segurando** freneticamente **o queixo**» (p.10); «[...] desde o próprio dia do casamento (*Olímpia*) o tratava de alto, soberba, mandona, **arremedando a voz sacudida dos maiores** [...]» (p.12);

JII, 1990: (*um pardal*) «Debicou rapidamente o que tinha a debicar, e, quando os garotos se aproximaram em corrida, já ele estava novamente no beiral, **saracoteando-se**, bem almoçado» (p.93).

Na primeira citação a ideia de agitação veiculada no início (*andando de um lado para o outro*) é repetida pelo advérbio «freneticamente» (*sic*). Da mesma maneira, o modo «meditativo» (adjectivo) está subentendido (logo há nova reiteração) na atitude manual descrita pela oração gerundiva (*a mão direita segurando...o queixo*). Anote-se também o efeito antitético do advérbio «freneticamente» junto da forma verbal «segurando», fazendo o leitor adivinhar um esforço maior do que o suposto para segurar o queixo. A simples

junção destes dois vocábulos alarga a área significativa do enunciado: Simplicio Varandas, o dono da mão frenética, não está só pensativo, descobre-se também enervado.

Construção similar se verifica na segunda passagem do romance. A arrogância da esposa face ao marido começa por ser mencionada na locução adverbial «de alto», mas é reiterada pelos atributos «soberba, mandona» e pela construção final com gerúndio «arremedando a voz sacudida dos maiores».

No trecho diarístico, a irrequietude do pardal alicia a nossa atenção. Para se obter a sensação de movimento da ave, contribuem antes de mais dois verbos (debicar e saracotear) cujo significado já o implica, mas também, e é isto que aqui interessa, o facto de o primeiro ter junto de si o advérbio «rapidamente» e do segundo se encontrar no gerúndio, forma que prolonga a agitação do animal.

Os infinitivos (perifrásticos ou não) chegam a dispensar qualquer um dos habituais veículos da expressão modal (adjectivo, advérbio, gerúndio ou comparação):

S, 1961: «Daí a nada lá dobra as pernas, põe as mãos **a apoiar** o queixo e assim **fica**, longamente, **a cismar**» (p.13);

G, 1983: «O rancho entrou **a cantar** uma tristeza sem letra» (p.49).

As duas construções infinitivas revelam em S o modo. Enquanto na primeira o respectivo advérbio (assim) se limita a confirmar o que ele descreve, a segunda construção apoia-se no advérbio de tempo «longamente» para que este a ajude a referir a durabilidade da atitude reflexiva da personagem, a qual já está implícita em si enquanto perifrástica realizada com um verbo auxiliar de estado (ficar). Atente-se no facto de o papel do segundo advérbio se circunscrever à indicação da duração da atitude, mas não dar a ideia do modo reflexivo. Este é apenas transmitido pelo verbo.

Todavia, nem sempre os infinitivos são auto-suficientes para sozinhos exprimirem o modo:

G, 1983: «Tremia, mas **voltou** à faina, **a correr** colina abaixo, **frustrada no seu desejo...**» (p.36);

JII, 1990: «Em Monsaraz vê-se **serpentear** o Guadiana, **espelhado numa planície dourada**» (p.95).

Aqui o modo como a personagem voltou (*a correr*) é dado não só pelo infinitivo, como também pela oração participial que se lhe pospõe. No trecho fluvial, o fluir do Guadiana é transmitido pelo termo «serpentear» por duas razões: por invocar a forma de um rio (uma linha com curvas) e por o infinito gerar a ideia de continuidade, necessária para que a nossa mente visualize a água a correr. Para além de vermos através da forma verbal o rio deste

modo, a oração participial ilumina-o ainda de Sol. Em Monsaraz, Antunes da Silva vê assim brilhantemente o Guadiana em movimento. Ao invés do mencionado antes, nestas transcrições as orações com participio não reforçam as ideias modais que as antecedem, mas completam-nas.

O participio passado surge, pois, como parte do elenco modal.

Ou isolado:

S, 1961: «O homem avança até ao saco, senta-se em cima, **abandonado de gestos**» (p.13);

«[...] monologava a velha, **escandalizada** com o silêncio da patroa» (p.106);

JII, 1990: «**Enfadado**, pus os livros de parte» (p.162);

ou acompanhado:

S, 1961: «Dum momento para o outro, a patroa mudava o rumo dos pensamentos, como quem muda de traje e aparecia na rua **virada do avesso** [...]» (p.106).

Nesta passagem do romance, para além de se observar a utilização de um complemento circunstancial de tempo com um modo repentino implicado (*dum momento para o outro*), e de uma comparação (*como quem muda de traje*) a reforçar a ideia da rapidez com que a patroa alterava as suas ideias, a metáfora «virada do avesso», a qual integra um participio passado, reforça a inconstância da patroa e encerra a descrição dos seus bruscos modos.¹⁴¹

Em síntese, o modo na frase antunina pode aparecer com um simples advérbio ou resultar da soma de elementos distintos, entre os quais destacamos: adjectivos, comparações e construções com formas verbais no infinito, no gerúndio e no participio passado. Uma sucessão com alguns destes elementos acarreta por norma um reforço na ideia a veicular, mas este tipo de redundância não constitui o único meio de alargar a significação da mensagem, visto que outros, como no seguimento deste estudo vamos conhecer, viabilizam este alargamento.

¹⁴¹ A propósito da coincidência da metáfora com a expressão do modo, diz-se em S acerca de um pretendente da mulher de quem se fala: «[...] que a olhara **gulosamente** e lhe sorria, baboso» (p.79). O advérbio «gulosamente», nascido de um adjectivo que remete para a boca desloca-se aqui para os olhos e surge, por este motivo, em sentido figurado. Ao juntar-se ao qualificativo «baboso», tem o intuito de indicar o desejo carnal do homem pela mulher.

2. 2. TIPOS E INTENÇÕES COMUNICATIVAS

Na prosa em que o autor se sobrepõe às vozes da enunciação (narrador e personagens), detectamos, a nível sintáctico, o alongamento da frase e dentro daquela, nos textos literários, descobrimos por vezes aí subjacente uma mensagem política, a qual deve, por comparação ao reforço modal, ser igualmente pensada como uma extensão semântica do texto.

Porque nos encontramos no item de reflexão acerca do período e a fim de perceber o funcionamento do discurso antunino socialmente crítico, aproveitemos para ver com que tipos de frase é este efectuado e, principalmente, as intenções comunicativas que presidem a cada acto ilocutório para que o todo por estes formado alcance o efeito pretendido.

Observemos então dois exemplos de cariz literário que contêm uma segunda mensagem e um terceiro, oriundo de um texto não literário de JI, onde as ideias socioeconómicas do autor estão explícitas, para registar alguma diferença entre eles caso exista.

Oiçamos a posição do lavrador Osório Puga¹⁴², quando fala com Chico Moiral, o «Pouca Lã»:

S, 1961: – É gente dessa laia que faz tudo o que lhes apetece sem lhes irem à mão...– E o lavrador Osório ergueu mais o busto: – Mas temos de ter esperança no dia de amanhã, Chico! A esperança é que segura muitos homens à vida. Eu sou um sonhador. Tu e milhares de homens como tu, são sonhadores! [...] Vê bem: o Alentejo não tem sombra porque tardam em dar-lha! (pp. 253-254).

Logo na abertura, a personagem claramente repudia quem perpetrou os abusos a que o afilhado e outros se sujeitam. Depois, as frases sobre a esperança e os sonhadores camuflam o apelo de Antunes da Silva à mudança de atitude face aos abusos antes nomeados (acto de fala assertivo)¹⁴³. E finalmente, temos uma exclamação cujo sentido figurado mascara uma outra censura produzida com assertividade, tal como a precedente.

Anos depois, no conto «Gaimirra», encontramos:

G, 1983: *Cá fora da herdade ainda ouvira o Barbelas dizer: «Nunca mais queira jogar as peras com teu amo... Eles têm o mundo na mão e nós o que temos? Nada, absolutamente nada... Têm os dinheiros e nós os braços pró trabalho!» Mas quem tem uma alma, não se arreceia da vida, pensou* (p.38).

¹⁴² Lembremos que na 7.ª edição de S (1985) é a personagem de Osório Puga que Antunes da Silva escolhe para veicular claramente as suas ideias políticas.

¹⁴³ Frases sobre a esperança e os sonhadores: «Mas temos de ter esperança no dia de amanhã, Chico!» (frase do tipo imperativo-exclamativo e de intenção directiva); «A esperança é que segura muitos homens à vida» (frase do tipo declarativo com intenção assertiva e directiva); «Eu sou um sonhador. Tu e milhares de homens como tu, são sonhadores!» (frases do tipo declarativo e exclamativo respectivamente, com intenção expressiva e directiva). A assertividade e a directividade enformam, portanto, todo o discurso do lavrador.

Através do pensamento do protagonista, o qual se rebela contra as ideias de Barbelas, o companheiro de trabalho disposto a aceitar as injustiças do amo, o narrador/autor veicula na última afirmação o seu pensamento pessoal acerca da situação representada. Para este efeito, emprega previamente uma frase de tipo interrogativo que logo lhe cria a oportunidade de afirmar o desequilíbrio social com «nada, absolutamente nada...», juntamente com a exclamação «têm os dinheiros e nós os braços pró trabalho!». A personagem escolhida para dar nome à obra, e assim simbolizar muitos dos que aí vivem, sugere por fim a correcção da questão vivida, num rasgo assertivo: «Mas quem tem uma alma, não se arreceia da vida, pensou». À semelhança de Osório Puga, Gaimirra ao mostrar com firmeza a sua posição oferece-se como modelo a seguir e incentiva assim outros à acção. A assertividade das personagens transforma-se em directividade.

No primeiro diário, também se levanta uma questão e se dá uma resposta:

Jl, 1987: Pergunta-se: há poucos lavradores a utilizar a água das albufeiras? Se assim for, terá de se empreender com urgência uma acção pedagógica que vise coordenadas informativas aos agricultores, e as terras entrarem num regime de rendas ou entregas a quem delas possa extrair as correspondentes benfeitorias (p. 9).

À pergunta retórica que solicita o interesse do público pela matéria abordada, segue-se uma resposta de intenção também directiva, isto é, o redactor deseja, para além do envolvimento do público no assunto, que as soluções teóricas que propõe sejam conduzidas à prática.

A finalidade destes apontamentos é a de nos levar a concluir que os trechos acabados de analisar, ao exprimirem as posições ideológicas de Antunes da Silva, o fazem, de forma clara ou indirecta, com os quatro tipos de frase. Não se assinala o destaque de nenhum deles, nem a presença de qualquer outro componente frásico (a metáfora do primeiro exemplo foi antes mencionada) que contribua para o alcance das verdadeiras intenções destes momentos textuais. Em segundo lugar, depreende-se que sejam os períodos de que tipo forem – interrogativos ou imperativos, exclamativos ou declarativos - consubstanciam-se com naturalidade num discurso repleto da convicção necessária à directividade que, no fundo, se pretende exercer sobre o comportamento do leitor, levando-o à alteração do *status quo*.

3. REPETIÇÕES

Prazer evidente na escrita em apreço é o suscitado pelos processos repetitivos e pela sua inerente melodia, os quais atingem a morfologia e a sintaxe, a fonética e a semântica.

A nível sintáctico, há orações e frases paralelísticas:

G, 1945: «Mais ninguém...! Mais ninguém...» (p.118);

S, 1961: «– Viva o luxo, compadre, viva o luxo!» (p.60); «**Por muito que pensasse, por muito que quisesse** conformar-se com tal vida, **não podia. Não podia!**» (p.81);

G, 1983: «E porque havia circo, e porque havia tourada [...]» (p.68);

Jl, 1987: *Se uns dizem, «esfola-se!», outros gritam, «mate-se!»* (p.86).

Sujeitos, predicados e complementos entram no jogo dos paralelismos:

G, 1945: «– Ano de nevão, ano de pão!» (p.189);

«Parava, tornava a parar, mordía-me, tornava a morder-me [...]» (p.144);

G, 1983: «**A ela** saiu-lhe **o Inferno, a ele, (saiu-lhe) o Céu**» (p.20).

Morfologicamente as dualidades afectam várias classes.

Nomes:

G, 1945: «– **Rapaz, rapazola**, e depois, seu Zé Ninguém!...» (p.207);

S, 1961: «Ah, cães! Cães!» (p. 42);

Jl, 1990: «o **triquetraque** sereno de alguns bichos» (p.122).

Verbos:

G, 1945: «Quem **veja** com olhos de **ver** [...]» (p.161);

S, 1961: «[...] um homem quando se **abaixa**, ao ponto que ele se **abaixava** [...]» (p.11);

«Iria chorar? Qual chorar!» (p.72);

Jl, 1987: «**Resmungo**, pois claro que **resmungo!**» (p.82).

Adjectivos:

G, 1945: «paragens fartas e desérticas, desérticas e fartas» (p.83);

JI, 1987: «tudo **vago**, indescritivelmente **vago**» (p.75).

Advérbios:

G, 1945: «Quando me apanhei **costas com costas** [...]» (p.143); «O lavrador êsse, **sempre** calado, **sempre** casmurro [...]» (p.142); «**Pouco** frio, **pouca** água» (p.176); «Eu olhei-o então **cara a cara**» (p.142);

G, 1983: «[...] **tanta** água! Uma aventura daquelas a picar-lhes a menina dos olhos: **tanta** água, bendita fosse! Mas assim, **tanta** [...]» (p.7);

JII, 1990: «Quanto **bem** andava **bem** sofria [...]» (p.72).

A frase «Só uma solidão solitária» (JI, 1987:77) sintetiza tudo isto.

Em termos fónicos o ritmo binário, marcado pela pontuação, marca o discurso:

G, 1945: «As mesmas cantigas – o mesmo fadário...» (p.156);

S, 1961: «Quem não tem dinheiro, não tem vícios!» (p.16);

G, 1983: «Quanto ao trabalho... nicles!» (p.67);

JII, 1990: «Horas de calma. Os bichos descansam.»¹⁴⁴ (p.73).

As aliteraões chegam ao ouvido:

G, 1945: «um **fueiro** a **ferir**» (p.145); «**zénito** azulado» (p.14);

S, 1961: «A senhora **professora** **apontava** no **mapa** um **ponto** negro com o **ponteiro** [...]» (p.82);

G, 1983: «**passando** **por** **espessos**» (p.65); «a **saliva** **saindo**» (G, p.22);

JI, 1987: «**fluxo** de **frases** **frenéticas**» (p.81); «**Cabelos** **caídos** ao **colo**» (p.78).

A insistência no som do *p* sugere-nos as pancadinhas que a senhora professora dava no mapa, as quais soam pontualmente, mas fortes, graças à sucessão alternada dos três *pons*.

Nas frases que se seguem, a par do lado musical dos substantivos e verbos, explora-se conjuntamente o seu sentido figurado:

G, 1983: «Apesar de ter bom fundo, o **passageiro** era pássaro de arribação» (p.20);

«A Planície é som de búzio ao amanhecer» (p.138).

¹⁴⁴ Estas duas frases de 27 de Agosto são os únicos elementos do parágrafo.

Além da metáfora contida em «pássaro» e portadora da ideia de movimento do protagonista de «O Maltês», esta mesma ideia também é dada pela aliteração dos ss-ç de «passageiro», «pássaro» e «arribação».

Noutros momentos textuais, a metáfora e as nasalidades reforçam-se mutuamente, quanto ao significado que partilham. Descobre-se agora a participação dos adjectivos neste sistema estilístico:

G, 1945: «– Ano de nevão, ano de pão!» (p.189);

G, 1983: «O Ruço levantou-se, com gestos de mímica a enfarruscar-lhe as fuças verdoengas, bamboleando o corpanzil» (p.22);

JII, 1990: «(As uvas) São vidas sangrando, luzentes bagos/Cobrindo os campos [...]» (p.75).

De acordo com o provérbio do topo, ao rigor climático (*nevão*) corresponde uma boa produção agrícola (*pão*). Embora «nevão» seja o único aumentativo da frase, a grande quantidade que indica é transmitida ao «pão» (metáfora). Tal sucede por causa da sequência das duas partes da sentença e da ligação de «nevão» com «pão», através da rima nasal. Esta continuidade sonora arrasta assim o significado aumentativo.

Recordemos que Ruço é um dos empregados fabris de «A Paga», de G, e o único homem do povo retratado negativamente em 1983. Tal explica-se por ser um intriguista. Feito este parêntesis, prestemos atenção à passagem acima copiada, riquíssima a nível fónico, para observar o único adjectivo que aí existe (*verdoengas*).

Nela, o epíteto causa-nos de imediato, e em compadrio com o nome «fuças», repugnância, sentimento acentuado pelos recursos fónicos. Partilhando os sons nasais (fechados e pesados) com os verbos (*levantou-se*; *enfarruscar-lhe* e *bamboleando*) e com o aumentativo do nome (*corpanzil*), o qualificativo «verdoengas» carrega, em simultâneo, na assonância do *u* (som também fechado e pesado), a qual se escuta cerca de onze vezes na frase. As aliterações do *r* e do *ç*, das quais ainda existe um pouco em «verdoengas», reforçam o efeito dos dois outros recursos, ao ajudarem na construção da ideia de repugnância suscitada pela figura de Ruço. Um qualificativo físico (*verdoengas*) estende, pois, aqui a sua significação até ao psicológico (repugnância).¹⁴⁵

Já nos versos das uvas, o sofrimento chega pelo gerúndio «sanguando», que prolonga no tempo a dor que contém, vincada pelas sucessivas nasalidades que os atravessam. Tudo se acentua ainda mais com a imagem (*são vidas sanguando*), visto haver a hipótese desta figura se referir ao custo físico de quem planta as uvas.

¹⁴⁵ Por este testemunho damos conta que no livro G (1983) o discurso ficcional continua a sintonizar o corpo e o carácter das personagens, tal como já sucede na sua 1.ª edição e em S.

3.1. CONTRASTES

Com um propósito idêntico ao do retrato da Natureza em comunhão, que em breve apreciamos, o autor procura os contrastes para mostrar a unidade dos seres e das coisas e abranger assim a diversidade do real.

A afectar os nomes, os adjectivos e os verbos, reúnem-se as múltiplas faces do Universo.

Concretas e abstractas:

G, 1945: «O Alentejo perdia a alegria e os homens cantavam...» (p.156);

S, 1961: «enfeitada de silêncio» (p.24); «beliscavam-lhe a alma» (p.29); «amolgar o orgulho» (p.28); «E o oficial foi **arranhando no drama** [...]» (p. 98);

G, 1983: «sede e saudade» (p.137); «empapuçados de espanto» (p.7);

JI, 1987: «Iam **trémulas e assustadas**, neste princípio da grande vida!» (p.73); «cair na bruma da indiferença» (p.129); «as luzes da memória» (p.88);

JII, 1990: «com saudade entalada na alma» (p.48).

Positivas e negativas:

G, 1945: «Mesmo ali, entre o sol da planície e a frescura do montado [...]» (p.154);

S, 1961: «Vieram os dias e as noites» (p.77);

G, 1983: «boas ou más colheitas» (p.66); «galfarros brincalhões» (p.66);

Particularizemos a instalação da antítese nas principais classes morfológicas.

Os verbos brincam aos contrários:

G, 1945: «que nunca ri nem nunca chora» (p.161);

S, 1961: «nem aplaudiram, nem censuraram» (p.91);

«ora apareciam, ora desapareciam» (p. 143);

«[...] **morreram** cães, cobras e lagartos, **nasceram** novos pássaros [...]» (p.77);

G, 1983: «Quero-te perguntar se **confirma**s ou **desmentes** [...]» (p.23);

«Quando a vila **dorme**, alguém a tem de **acordar**» (p.19);

JI, 1987: «Fuliginosa quadra esta: nascem ervas e morrem flores [...]» (p.85).

Anotam-se casos de atributos que representam ideias inesperadas e contraditórias:

G, 1945: «paragens fartas e desérticas» (p.83);

S, 1961: «No meio da noite, o espectáculo do fogo era uma coisa fantástica, **diabólica** mas ao mesmo tempo **bela**» (pp.157-158);

G, 1983: «Um cheiro **acre** e **velho** de água **virgem** imprega a solidão dos combros» (p.44);
«A Leopoldina ficou **só** e **casada**» (p.20).

Adjectivos que formam com os verbos e os nomes associações imprevisíveis:

G, 1945: «honestos malteses» (p.162);

S, 1961: «A mulher **benzia** o homem com um olhar **duro** e atravessado» (p.108);

«Num torvelinho, **acodem**-lhe à lembrança todos os planos **errados** [...]» (p.10);

G, 1983: «galfarros brincalhões» (p.66); «honrado maltês» (p.66).

Os contrastes apoderam-se até dos advérbios e locuções adverbiais:

G, 1945: «de cima a baixo, de baixo a cima» (p.163);

G, 1983: «– Comes **munto** e falas **pouco**» (p.67); «Cedo ou tarde» (p.68).

Sempre com a pretensão de enriquecer o âmbito semântico da mensagem, o autor apela aos cinco sentidos:

G, 1945: «Ele corria, bibe **azul às riscas**» (p.132);

S, 1961: «A chuva caía em **grossos cordões** e só um pequeno vento **ululava** agora, na distância **ferrugenta**, **perfumando** as águas e brigando com as nuvens, que se revolviam, raivosas, na imensa **abóbada** celeste» (p.88).

G, 1983: «[...] o céu estava **ardendo** como uma **tocha** às **grades** do Universo» (p.137);

JII, 1990: «As auroras primaveris movem-se em **cores** disfarçadas como o **sussurro** dos bosques, **tépidas** na cortina **alaranjada** do horizonte» (p.200).

Repare-se que visualmente não são só as cores que têm lugar nesta prosa, também as formas e os volumes merecem registo (*às riscas; grosso cordão; abóbada; tocha; grades*), bem como o movimento.

Este apelo aos diferentes sentidos constitui um contraste do tipo físico, assinalando-se, de igual forma, nos excertos que se seguem, uma oposição sensorial de tipo psicológico, pois a agressividade, por um lado, e a doçura e a paz, por outro, aqui se mesclam:

S, 1961: «A buzina estoira o silêncio do campo» (p.83);

G, 1983: «Mal a Planície se desdobra, fecham-se as lâminas dos ventos e os lábios humanos segredam melodias [...]» (p.138).

No segundo trecho, os nomes «lâminas», «lábios» e «melodias» são os primeiros responsáveis pelo choque de sensações, agressiva e doce respectivamente, mas as aliterações do *l*, do *ch* e *s* também dão um contributo para isso. Já no primeiro trecho o contraste é estabelecido pelos significados antagónicos do verbo «estoira» e do nome «silêncio». O físico (o som da *buzina*) e o abstracto (*silêncio*) marcam também aí presença, oposição do género da que se detecta igualmente em partes textuais maiores.

Observemos a descrição de uma forte chuvada presente na página 87 de S (1961). Em alternância com alguns nomes concretos (alandroeiros, trovões, água, nuvens, bichos) novamente aparecem outros abstractos (pensamento, respeitos, horas, mistério, almas), revelando-se deste modo a intercepção constante do (i) material.

Em 1983, na página inicial do conto «Ladino», uma sucessão de verbos tradutores de acções corporais, tal como duas construções perifrásticas e a aposta no aspecto durativo do imperfeito do indicativo, transmitem-nos a ideia do dinamismo da cheia descrita.¹⁴⁶ Este texto leva-nos a concentrar na materialidade das coisas, as quais visualizamos mentalmente a deslocarem-se. Ainda naquela página, mesmo ao lado destes substantivos concretos fornecedores da faceta física do mundo, surgem outros, mas de subclasse abstracta: «imagem», «impressão», «fantasma», «espanto», «consolo», «aventura», «susto», «preces», «instinto» e «horizontes». Por estes nomes damos conta de dimensões habitadas pela fantasia e pelos sentimentos e justapostas às daquele mundo físico, verificando-se assim uma exploração do significado intelectual das palavras e do afectivo-sensorial.

Outras partes põem a imaginação do leitor a funcionar, através de certas palavras (sobretudo nomes abstractos e no plural), e transportam-nos da realidade palpável, de que aquela página é um exemplo, para outra dimensão. De tão imaterial e estranha, esta torna-se irreal. Sentimos aí o vago e o fugidio no espaço e no tempo¹⁴⁷. Um exemplo próximo do que afirmamos pode-se ler no diário final:

¹⁴⁶ Na p.7 do *Gaimirra*, 1983, temos os verbos: «viu»; «**mexia**»; «arrancadas»; «**mugiam**»; «**batiam**»; «surdiram»; «beijar»; «tolhidos»; «**ajoelhavam-se**»; «murmurando»; e as construções perifrásticas: «ir a beijar»; «ia formando». Os verbos destacados a negrito encontram-se no pretérito imperfeito do indicativo.

¹⁴⁷ *Ibid.* Palavras e expressões da p.138 que nos dão a sensação de vago e fugidio: «os longes»; «solidões»; «cacos de sombras»; «tempos»; «tons ariscos»; «melodias»; «eco das silhuetas»; «suspiros»; «espaços»; «som de búzio»; «alegoria»; «saudade»; «aragens»; «léguas seculares».

JII, 1990: «Nesse instante, o crepúsculo corporiza-se em fluidos de sombras astrais, ruborizando o sono dos caminhos» (p.250).

Detecta-se, pois, em determinados momentos narrativos ora um apelo ao concreto, ao material, ora uma chamada à dispersão, à imaterialização, à irreabilidade.

De novo o adjectivo se reúne às tropelias estilísticas do nome e do verbo que temos estado a analisar. Recordemos o que dissemos acerca da fusão das dimensões física e psicológica do ser humano a propósito de S:

S, 1961: «As suas faces, de tão **paradas** e **hirtas**, parecem um bloco granítico, **contorcidas** e **hostis**» (p.10).

Se isolarmos cada um dos quatro adjectivos que adornam o nome concreto «faces», damos conta que só os dois últimos nos indiciam alguma indisposição interior em Simplício Varandas, a personagem cujo rosto vemos. Os outros atributos reportam-se em exclusivo ao aspecto exterior da sua cara e descrevem-na na sua materialidade juntamente com a comparação «parecem um bloco granítico». Contudo, ao lermos a frase por inteiro, a ideia que prevalece do aspecto da face não é tanto física, mas mais psicológica e tal sucede porque os adjectivos finais, e sobretudo o último, fazem prevalecer o seu significado emotivo sobre os primeiros. Mais uma vez, encontramos uma deslocação de sentido do concreto para o abstracto. O adjectivo (*hostis*) contamina semanticamente os outros e até um nome (*faces*).

A intensidade do mal-estar interior do seareiro é dada numa gradação crescente resultante do acumular de adjectivos, precedidos e intensificados pelo advérbio «tão»; da junção da comparação com o granito, pedra muito dura, e ainda da posição de relevo (final) do atributo mais importante (*hostis*), cujo significado é negativo em qualquer contexto.

Logo, quanto ao adjectivo, afirme-se num aparte que não raramente a sua tarefa descritiva é completada por outros recursos estilísticos, para que todos em interacção apreendam melhor a existência na sua maravilhosa completude. Espreitemos outra passagem do romance onde os adjectivos físicos, seleccionados por Olímpia, fazem chocar a perspectiva feminina do respectivo pretendente com a dele acerca daquela.

S, 1961: «Ora, num sábado, descera do expresso do Algarve um lingrinhas de óculos de aros amarelos e bigode **ralo**, um bigode **morto**, que mais parecia **posticho**, as mãos **finas** e **magríssimas**, **muito brancas**, com os olhos **abertos** de pasmo, que olhara gulosamente e lhe sorria, **baboso**» (p.79).

Neste retrato de um pretendente de Olímpia das Dores, atente-se na gradação existente no bigode, símbolo de uma virilidade que se anula pela respectiva adjectivação e pela

comparação «parecia postiço». Depois há uma nova gradação, a falar das mãos, feita também com adjectivos. Nesta, o segundo e terceiro qualificativos surgem no grau superlativo a sublinhar pormenores que desconfiamos serem pouco apreciados pela pretendida. Através dos «olhos abertos» e do olhar «gulosamente», transitamos para a parte psicológica do homem e captamos o seu interesse amoroso. Todavia, o último adjectivo (*baboso*), em destaque pela posição final e pela vírgula, reafirma o desagrado pela figura masculina aos olhos de Olímpia, adivinhado desde o início na escolha de «lingrinhas» para substituir o nome próprio do homem (ou qualquer um dos comuns que o poderiam designar), a qual impossibilita qualquer romantismo entre ambos. Conquanto os dois trechos do romance privilegiem adjectivos físicos, assistimos em ambos a uma sobreposição da parte psicológica, comportamento adjectival afim ao que descobrimos em G:

G, 1983: «Para não fugir à regra, as curvas dos caminhos enfeitaram-se de **compactas** solidões tão **merencórias** e **silvestres** [...]» (p.138).

Nesta passagem o plural lança a sensação do genérico e da dispersão. O nome «solidões», em torno do qual os adjectivos se agregam, é antes de tudo qualificado com um adjectivo indicador de matéria (*compactas*), o qual tem como efeito carregar as solidões e fazer-nos sentir o custo psicológico delas. Tal peso já certamente o leitor captara com a ajuda da sucessão de sons nasais: «[...] **enfeitaram-se de compactas solidões tão merencórias** [...]».

O primeiro qualificativo merece atenção porque sendo, numa primeira interpretação, conectado à face material das coisas, no entanto, numa leitura mais profunda, remete para algo interior, a intensidade do sentimento. Este segundo sentido é fruto da sua ligação com o nome abstracto (*solidões*). Reitera-se assim uma deslocação significativa no adjectivo, do concreto para o psicológico, tal como ocorre no primeiro exemplo de S, mas aqui isso sucede em virtude da atracção que o nome abstracto exerce sobre ele.

Quanto aos outros dois atributos, diga-se apenas que «merencórias» reafirma o custo já indicado das solidões e «silvestres» explica-as em parte, visto que é natural que nas curvas dos caminhos do campo, lugar onde praticamente ninguém passa, haja solidão. «Silvestres» tem, pois, uma função explicativa, causal.¹⁴⁸

Para finalizar só mais uma citação que deve suscitar também o nosso cuidado, porque apresenta o mesmo adjectivo que a anterior:

G, 1983: «[...] as nuvens guincharam a sua presença **compacta** nas alturas, tapando a rama do Sol» (p.43).

¹⁴⁸ Outra passagem do género no G de 1983 é a seguinte: «[...] segundo a disposição da **olímpica** e desgraçada fantasia» (p.19). Sabemos que a palavra «olímpica» remete em primeiro lugar para a actividade física (desporto), porém, aqui, devido à ligação ao nome abstracto «fantasia» passa a significar «enorme», «extensa», não em termos físicos, mas mentais. O segundo atributo (*desgraçada*) insere-se no domínio do psicológico em harmonia com o seu nome. A proximidade destes serve talvez para que o adjectivo «desgraçada» estabeleça uma ponte entre o que sempre haverá de físico em «olímpico» e a abstracção total contida na «fantasia».

Agora vemos que o atributo vem depois do nome que qualifica (*presença*) e este é igualmente abstracto. A atracção que a abstracção do substantivo do exemplo atrás exerce sobre o adjectivo não se verifica aqui e por este motivo a área significativa do qualificativo «compacta» não se alarga, ficando restrita ao mundo material e significando apenas «carregada» em termos físicos.

4. A NATUREZA EM COMUNHÃO

Além do realismo e variedade lexical, das repetições e contrastes, valorizam a escrita antunina os magníficos seres da Natureza que constantemente mistura uns com os outros. Na sua harmoniosa confusão é possível destringir vários grupos.

Pessoas a assimilarem qualidades e posturas do mundo vegetal:

G, 1945: «[...] homens, como o meu tio e o lavrador, eram eucaliptos também» (p.141);
(*Gaimirra*) «Crescera como a erva cidreira» (p.11);

S, 1961: «– E o velho sentiu-se subitamente desamparado, como uma árvore abatida pelo vendaval» (p.72);

G, 1983: «Credo!» – *bradava logo ti Ana, com os olhos de nabiça amarela* [...] (p.101);
«Bia das Mercês gritava, com a voz de salsaparrilha [...]» (p.75).

Gente a corporizar seres, comportamentos e características do reino animal¹⁴⁹:

G, 1945: «ela levava asas.» (p.13); «O Rata [...] grunhiu» (p.238);

S, 1961: «Oiça», *encabritou-se o gajo* (p.20);

«Os médicos [...] Calavam-se, os besouros» (p. 22);

«os seus (*de Olímpia*) olhos leoninos» (p.25);

G, 1983: (*Joel*) «[...] abanava a cabeça grenhuda de javali [...]» (p.101);

«– Tenho dores no corpo, um ombro a ladrar [...]» (p.42);

Jl, 1987: (*Um amigo*) «Ainda estava no choco» (p.84);

JII, 1990: (*Os críticos literários*) «Mesmo quando andam açaimados pela indiferença dos outros [...]» (p.161).

Homens que lembram elementos da geologia:

S, 1961: «as faces de barro» (*de Simplício*) (p.90); «As suas faces, de tão paradas e hirtas, parecem um bloco granítico, contorcidas e hostis» (p.10).

Indivíduos com comportamentos e qualidades meteorológicos:

S, 1961: «Com uma faca nos peitos do eguariço, (*Tóino Valentim*) trovejou [...]» (p.156);

JII, 1990: «olhos enevoados» (p.160).

¹⁴⁹ No elenco narrativo e poético antunino, os zoomorfismos e as personificações dos animais são um reflexo da imagem de Pã, visto o corpo deste ser meio humano, meio animal. Por extensão qualquer outra fusão entre os componentes da Natureza também deve ser considerada um reflexo do corpo deste deus.

Também nos deparamos com o contrário de tudo isto.

Seres inanimados com comportamentos, características ou sentimentos humanos:

G, 1945: «**Céu, terra** e homens, tudo em pasmo» (p.150);

S, 1961: «sítio pasmado de solidão» (p.37); «paisagem morena da planície» (p.9);

G, 1983: (*A terra*) «Pôs-se dura, lívida, suspensa por um medo contensivo [...]» (p.41);

«[...] a Planície suspira ao rés do Sol o seu doce enlevo» (p.137);

«À frente da seara, abarcando todo o distrito, vivia **o Sol e o seu esquadrão** de fogos celestes. Ora o Sol aqui é **rei** absoluto» (p.75);

JII, 1990: «o livor do dia» (p.186); «O **sol dorme** nas velas do moinho» (p.249).

Seres vegetais com acções e atributos humanos ou animais:

G, 1945: «As **árvores** punham-se **a chorar**» (p.222);

S, 1961: «Os **bacelos** que plantara na horta **arrepavam-se de dor** no meio da madrugada» (p.27);

«A **azinheira** põe-se também naquele **pasmo** sereno [...]» (p.12);

JII, 1990: «As **árvores, tosquiadas** e nuas, bebem o fermento da água que cai» (p.172).

Elementos da meteorologia com comportamentos humanos e animais:

G, 1945: «Mas quando o **trovão** assombra a gleba **num bulício de bêbado** [...]» (p.176);

«a procela assobiava» (p.180);

S, 1961: «um **vento** leonardo **regouga**» (p.88);

«[...] só o **vento** vinha e dançava e **lambia** as pessoas como um cão manso» (p.74);

«Só uma pequena **névoa** estival **se debruçava**, ligeira e baloiçante, no horizonte» (p.31);

G, 1983: «as nuvens guincharam» (p.43);

JII, 1990: «O **tempo** está baço e **põe véus de angústia** nos olhos dos que passam por mim» (p.101).

Elementos da meteorologia com partes e características vegetais:

G, 1983: «a rama do Sol» (p.43).

Queremos dizer acerca deste aspecto que ele é, em nossa opinião, o mais atraente da prosa antunina. A mestiçagem textual dos vários entes naturais arrebatam-nos por completo. A par deste sentimento, o texto tem ainda a capacidade de naturalizar o leitor, integrando-o, material e espiritualmente, no mundo campestre descrito.

As figuras de estilo que se encarregam da tarefa de consolidar esta unidade terrestre instalam-se nas principais classes morfológicas (nome, adjetivo e verbo).

A comparação imagina-se nas mais ricas formas¹⁵⁰:

G, 1945: «[...] uma rapariga de olhos mais pretos que a azeitona galega» (p.143);

«A campina parece que enviuvou» (p.180);

S, 1961: «O vento suão grita e passa, como o grifo, como a cobra [...]» (p.250);

G, 1983: «A boca parecia um charco de lama com a saliva saindo dos dentes podres» (p.22);

(*As nuvens*) «[...] andavam, discretas, inteiriças, como espias sondando a coragem da gleba» (p.42).

A metáfora também presenteia a prosa:

G, 1945: «[...] **homens**, como o meu tio e o lavrador, **eram eucaliptos** também» (p.141);

S, 1961: «as faces de barro» (*de Simplício*) (p.90);

G, 1983: «um ombro a ladrar» (p.42);

Jl, 1987: (*Um amigo*) «Ainda estava no choco» (p. 84).

As hipálages transferem características humanas (adjectivos) para as coisas (nomes):

S, 1960: «pessoal que vinha do Norte **condóido**» (p. 90); «Na largueza da planície, no meio da noite **incendiária** [...]» (p.158);

Jl, 1987: «Que aguaceiro **feliz!**» (p.79).

As sinestésias conferem aos seres e às coisas sensações alheias:

G, 1945: «barulho sombrio» (p.11); «barulho mole» (p.156);

G, 1983: «**aragens mornas cheirando** ao fartum dos campos» (p.140); «um arabesco de sons» (p.51);

¹⁵⁰ Outras formas de comparar, embora não reveladoras da Natureza em comunhão: «O céu, por cima dele, estava que nem um poço, escuro, só com uma dedada de estrelas, lá pràs bandas do Degebe» (S, 1961, p.145); «[...] os olhos tinham sombras que semelhavam nódoas negras» (Jl, 1990, p.186).

Jl, 1987: «odor morno dos tojos» (p.68).

Personificações e animismos residem nos verbos:

G, 1945: «[...] via-se a **Lua vadiar** nos céus e a **rir-se** para ele [...]» (p.75); «O Verão morreu afogado em brasa» (p.58);

S, 1961: «o tempo a dobar, a tecer um destino» (p. 103); «vento ululava» (p.88);

«um vento leonardo regouga» (p.88);

G, 1983: «os montes se calaram» (p.138); «os olhos namoram os ferragiais» (p.44);

«as nuvens guincharam» (p.43);

Jll, 1990: «O mar rugiu» (p.237); «Um melro ralha, num freixo» (p.255).

Resultado da variedade dos elementos naturais – vivos, inanimados e sempre únicos – e também da arte de baralhá-los em casamentos imprevisíveis, a harmonia da paisagem alentejana chega ao leitor, que a vê sob uma aura radiosa criada pela mão poética de Antunes da Silva. Este entretecer de novas malhas entre os componentes da Natureza numa intimidade que se procura explicitar, bem como as associações ilógicas e delirantes exprimem o caos interior de Antunes da Silva que reorganiza o seu mundo (exterior e interior) e, por isso, a língua em poesia.

5. VARIEDADE LEXICAL

A riqueza vocabular de Antunes da Silva, já visível nalguns textos publicados, em Évora, no jornal *Democracia do Sul*, no início dos anos 40, acompanha-o até ao fim.

Os diferentes níveis linguísticos usados retalham a prosa em fragmentos onde se demarcam uns dos outros. Os níveis mais elaborados são reservados nas histórias para um narrador, sem receio de empregar termos e expressões do povo.

Nível literário e cuidado com termos populares (*tristura* e *escancaradas*; *aleijadinhas* e *folgado*):

G, 1945: «As curvas dos caminhos enfeitaram-se de tristura: os *montes* ficaram calados com a aparição do Sol. Os homens mais tarde resignaram-se, as *bôcas* (*sic*) escancaradas à Primavera, os olhos transmitidos à altura» (p.24);

S, 1961: «Por veredas e azinhagas bordejadas de silvas, alandroeiros e tufos de cardos reais, por planuras aleijadinhas de solidão, de barro fecundo e criador, avança, lúgubre e pungente, a tempestade» (p.87);

G, 1983: Olhava as terras com desvelada atenção, desde os píncaros do zénite aos recônditos das belgas onde as lousas do cemitério de Orada punham vagalumes de ouro branco no espaço sidério e que, de tão sidério, dir-se-ia parado, absolutamente extático, tão puro e lavado do oxigénio da planície. Assobiava ao rafeiro. Este mal o via era um folgado (pp.35-36).

Nos diários, o autor adopta um comportamento idêntico. Aqui emprega o termo popular «banzé»:

JII, 1990: «Olha as tarambolas! Distanciam-se rapidamente do banzé dos caniçais. Parecem ter seios, quando levantam voo. À volta, o cio das plantas pressente-se na véspera do encantamento da flor» (p.257).

A par destes registos, encontram-se também trechos de nível corrente, familiar e popular, e dentro deste não existe só o falar local, mas igualmente o calão. Há a preocupação de distinguir em termos linguísticos aqueles que não se inserem profissional e culturalmente no grande grupo rural marcado por uma certa ignorância escolar e muitas vezes pelo analfabetismo. Assim vêem-se a empregar a norma o funcionário público Romão Bernardes, o protagonista do conto «O Segredo»; o gerente do casino onde Maldirro de S vai; e também Daniel Caixeiro, personagem de «Pinguim»:

G, 1945: «Eu o que queria era comprar uma casinha e dar de comer a duas crianças que não têm pai...!» (p.106);

S, 1961: «– Pode, se é essa a sua vontade. V. Ex.^a entra quando quiser!...» (p.180);

G, 1983: «Que eu saiba que mais alguma vez lhe bates! Serás castigado!» (p.80).

Em JI, um amigo do autor pergunta-lhe acerca de Carlos Lopes:

«– Aprecia-lo mais como homem de bem ou como atleta?» (p.17).

Nível familiar:

S, 1961: « – Boa noite, senhor doutor! ...

– **Adeus**, Crispim, **senta-te** aí» (p.236);

G, 1983: «**Mana** Maria» (p.62); «– Vamos, **vô!**» (p.109);

Jl, 1987: «Estava escrito que tinha de **fazer uma das minhas**» (p.51);

JII, 1990: «São **giros**, os canários da **Mariazinha**» (p.197).

O registo popular fica guardado para as personagens que são na maioria trabalhadores rurais ou, às vezes, lavradores. De Gaimirra dizem os companheiros:

G, 1945: «– Aquilo é que é. Nan tem talho nem maravalho, o diabo do rapaz!» (p.14).

Na carta que escreve ao amigo Crispim, o seareiro Simplício pede-lhe:

S, 1961: «Mas não lhe deites ódio, a ela, porque ela deu uma cabeçada e eu sinto vergonha de não ser um homem igual aos outros; não posso fazer filhos, vê lá tu a coisa» (pp.100-101).

O bruxo Bitó responde ao menino Alvarito:

G, 1983: «– Rapaz, rapazola, és burro e cagarola!...» (p.88).

E na cidade, um fanfarrão gaba-se no café:

JII, 1990: «Tenho aqui cem contos para o que der e vier!» (p.108).

Calão:

G, 1945: «– É pouco **baril**, é!» (p.76);

S, 1961: «Oiça», **encabritou-se o gajo** (p.20);

G, 1983: *Ou um piparote no cu*, «vai à vida, **canastro**» (p.102);

«[...] haja quem tenha **cornos**, eu não!» (p. 106);

JII, 1990: «**Cambada de malandros!**» (p.35).

Ao concentrarmo-nos nesta separação nítida entre tiradas literárias e cuidadas, por um lado, e populares, por outro, concluímos ser o léxico o principal agente diferenciador dos níveis linguísticos. Em segundo lugar, vemos que o vocabulário antunino se enriquece ao reunir palavras oriundas dos diferentes registos. Como atrás afirmámos, os níveis mais elaborados (literário e cuidado) foram guardados para certas passagens da voz narrativa ou autoral e, acrescente-se agora, destinam-se a leitores cujo domínio da língua materna tem de ser hábil, para acompanhar a complexidade daquela voz. Em compensação do esforço empreendido, há momentos em que escutamos conversas habituais do quotidiano. Estas passagens de nível popular, ainda que preservem vocábulos e expressões próprias da região alentejana, oferecem-se fáceis ao entendimento de qualquer português. Devido à importância deste nível nas obras do autor, reservamos-lhe as próximas alíneas.

Se os excertos mais acessíveis nos deixam, pelo descuido da informalidade, a sensação desconfortável de que qualquer um de nós seria capaz de os redigir, os de maior investimento literário assaltam-nos com a dúvida se os sabemos verdadeiramente ler. As conversas dos homens nas suas lides diárias são bem entendidas pelo leitor comum, mas, paredes meias, com essa realidade correm outras, que a pena de Antunes da Silva entende merecerem tratamento mais poético.¹⁵¹

Para evitar a monotonia vocabular, além dos vários registos do português, Antunes da Silva emprega, em partes reduzidas de texto, duas outras estratégias.

Sinonímia:

G, 1945: «a morrer» e «perecendo»; «levada» e «arrastada» (p.180) – numa única frase;

S, 1961: «terra», «veredas», «azinhagas», «planuras», «terras», «campos», «herdade», «plano», «paisagem» e «encosta» (p.87) – para designar o espaço;

G, 1983: «cheia», «torrente», «águas», «enxurrada» (p.7); «frase», «anúncio», «drama», «descrição», «folhetim» e «tramóia» – como sinónimos de «notícia» (pp. 98-99).

E campos lexicais:

G, 1945: canção – «voz», «cantilena», «madrigal» e «hino» (p.22);

S, 1961: «tempestade» – «faíscas», «trovões», «ecos», «nuvens», «vento», «negrume», «chuva» e «água» (p.87);

JII, 1990: transporte – «viajar», «andar de», «comboio», «carroça», «cavalo», «apeadeiros», «passageiro», «estações», «percurso» (p.139).

¹⁵¹ Vejamos o primeiro parágrafo da p.137 de G (1983) e observe-se nele a selecção de palavras: «saibrosas»; «estreme»; «aduelas»; assim como o animismo da planície na corte amorosa ao Sol. Ambos reclamam do leitor um conhecimento profundo da terminologia linguística e imaginação. Já nos exemplos de nível literário e cuidado (transcritos atrás no corpo do texto) encontramos termos que não são do conhecimento de qualquer leitor: «desvelada»; «píncaros»; «zénite»; «belgas»; «lousas»; «vagalumes»; e «sidério», na primeira citação, e «lúgubre» e «pungente» na segunda.

Apesar de não ter carácter poético, a redacção de 22 de Janeiro de 1986, presente em JII, exige também algum esforço do leitor. Palavras como «salsugem»; «xabouco»; «coralinas»; e «oblongos» dificultam o entendimento.

5.1. LINGUAGEM REGIONAL E POPULAR

A localização das histórias antuninas na província alentejana faz-se com facilidade por surgirem regularmente pistas de vária ordem (geográficas, etnográficas...) que as circunscrevem espacial e até temporalmente e lhes imprimem verosimilhança.

A toponímia confirma de imediato o espaço transtagano das narrativas, referindo não só nomes de povoados, mas também de cursos de água ou de propriedades agrícolas, tendo-se a certeza de que os dois primeiros grupos designam elementos paisagísticos reais:

G, 1945: «Orada» (p.12); «Mértola» (p. 40); «Serra d'Ossa» (p.72);

S, 1961: «Casével» (p.75); «Bencatel» (p.39); «a Évora e a Beja» (p.76);
«feira de Alvito» (p.76);

G, 1983: «Viera povo de Selmes, de Alcária, de S. Pedro de Portel e de outras bandas mais» (p.101); «ao Guadiana.» (p.107); «pegos do Degebe» (p.36); «monte Abraão» (p.39);
«[...] a Montoa, herdade de trigo e cortiça» (p.99);

JII, 1990: «Em Monsaraz, num dia bonito, afogado de azul» (p.132).

Fornecem-se dados relativos à habitação ou à propriedade rústica:

G, 1945: «herdade»; (p.17); «casa da malta» (p.35); «redil» (p.64); «alqueives» (p.24);

S, 1961: «[...] ficar no **monte** a brincar com os bichos, os cães, os pombos, as galinhas [...]» (p.103); «Mas, mesmo assim, os velhos murmuravam, nos **poiais** [...]» (p.107).

Os elementos da vegetação espontânea e agrícola da província singularizam a paisagem:

G, 1945: «seara» (p.15); «montado» (p. 22);

S, 1961: «os favais» (p.108); «trigos e cevadas» (p.38); «azinhais» (p.41); «bacelos» (p.27);
«nitreiras» (p.27); «sobreirais» (p.36); «margaças» (p.38); «cizirão» (p.38); «piorneiras e a restolhagem» e «cardos» (p.31); «cortiça» (p.11);

G, 1983: «chaparro» (p.104); «oliveiras» (p.99);

JII, 1990: «Encho o taleigo de bolotas» (p.180); «Subi a uma azinheira e fustiguei-lhe os troncos com uma vara de bunho» (p.180).

Os seus animais selvagens ou da criação doméstica nomeiam-se:

G, 1945: «borregos» (p.79);

S, 1961: «vara de porcos» (p.12); «Pelos carreiros da herdade, as calhandras e os pintassilgos esvoaçavam [...]» (p.31); «abetarda, lebres, perdizes, narcejas, etc» (p.92);
G, 1983: «[...] os barbos, bogas, achigãs, percas, bordalos e uma ou outra enguia [...]» (p.144);
JI, 1987: «abetardas», «raposa», «abéculas, sisões, pombos bravos, patos marrecos», «besouros e louva-a-deus» (todos p.56).

Actividades típicas do campo transtagano com a sua hierarquia agrícola indicam-se:

G, 1945: «Ceifeiro» (p.137); «seareiro» (p.178); «carreiro» (p.17); «rabadões» (p.51); «abegão» (p.73); «mondava, ceifava» (p.17); «capataz» (p.145);
S, 1961: «zagal» (p.42); «ajuda» (p.108); «ganhões» (p.78); «rendeiro» (p.70); «O maioral contou uma vez ao feitor [...]» (p.108); «as debulhas» (p.33); «rebanhos e pastores» (p.32); «pescarias e caçadas» (p.80);
G, 1983: «[...] campaniço novo, roupeiro, maioral ou mestre-abegão;» (p.33); «manajeiro» (p.75); «mondadeira» (p.103);
JI, 1987: «tiradores de cortiça» (p.152);
JII, 1990: «Apanhadores de azeitona» (p.180); «lavrador» (p.180).

As personagens envergam a indumentária habitual da planície:

G, 1945: «safões» (p.69);
S, 1961: «capote» (p.71); «peliça» (p.33); «botas grossas, cardadas» (p.79);
G, 1983: «samarra» (p.99);
JI, 1987: «[...] com chapéus de feltro enterrados nas cabeças, por cima de lenços tabaqueiros [...]» (p.152).

Fazem-se acompanhar de certos objectos utilitários:

G, 1945: «cântaros» (p.82); «cantil» (p.80); «taleigo» e «apeiragem» (p.92);
S, 1961: «cajado» (p.39); «alforje» (p.35); «garruças» (p.37); «arados, grades, gadanhas, foices» (p.76); «tarro» (p.104);
G, 1983: «corno-de-boi» (p.99).

O povo ingere a dieta tradicional do montado:

G, 1945: «almesse ou requeijão» (p.78); «pão negro com taliscas de toucinho cru» (p.63); «orelha de porco assada» (p.39); «chouriço pingueiro» (p.12);

S, 1961: «Uma açorda sem azeite...» (p.91);

G, 1983: «De manhã, abriu o corno-de-boi, tirou de lá um bocado de pão com azeitonas e principiou a tasquinhar a merenda» (p.99); «[...] oferecendo também um chibo, vinho, farinheiras, linguiças e queijos [...]» (p.44);

Jl, 1987: «Estão em vias de se comer três ouriços postos em vinha-de-alhos, cinco coelhos bravos já esfolados e quatro perdizes também devidamente condimentadas» (p.85).

Um dos efeitos que estes grupos de substantivos têm é o de nos fazer perceber que o relatado ou comentado se passa em determinado meio rural, onde a proximidade da Natureza e o alcance dos seus produtos se processam de modo habitual. Estes mesmos vocábulos induzem-nos a ideia de variedade ligada ao Alentejo, província a que se associam demasiadas vezes a monotonia e a pobreza socioeconómica, contra a qual tantas vezes o escritor se insurge.

O falar do Alentejo faz-se sentir a nível lexical e fónico.

Existem próteses:

G, 1945: «Arreceou-se» (p.176);

S, 1961: «**Ad**onde» (p.83); «**ar**rebenta» (p.92); «**Ar**recue» (p.70); «**a**baixa» (p.11); «**ass**opro» (p.158);

G, 1983: «**a**mostra» (p.106); «**ass**oprava» (p.12); «**avo**ando» (p.12);

Jl, 1987: «**a**donde» (p.37).

E os ditongos fecham-se:

G, 1945: «calacêro» (p.20);

G, 1983: «Diga-lhe que ê **nan** vou lá!» (p.39); «**munt**a» (p.12).

As construções verbais são afectadas pelo lugar onde ocorrem:

G, 1945: «Grandes fezes eu passei» (p.139) (*preocupei-me muito*); «[...] foram à do Larinha encher o bandulho [...]» (p.38) (*foram à casa do Larinha comer*);

Jl, 1990: «anda aprendendo a ler» (p.21).

Já o gosto alentejano pelo emprego do gerúndio, visível neste excerto final, interfere no plano sintático.

O nome revela na região algumas particularidades.

Singulariza-se com o diminutivo «-ita»:

G, 1983: «garrafanita» (p.15).

Diferencia-se com a alteração no género:

G, 1945: «aos janelos» (p.40); «a inverna» (p.22); «teve uns ameaços» (p.16);

S, 1961: «Os braceletes» (p.60);

G, 1983: «escândalas» (p.39); «grita» (p.108); «bálhos» (p.37); «garruças» (p.44);

JI, 1987: «um (*uma*) nonada» (p.129).

A primeira impressão que se tem ao ler as obras de Antunes da Silva é a de que estas estão repletas do falar local, mas quando nos debruçamos atentamente sobre certas passagens textuais que nos parecem de nível mais regionalista, concluímos que afinal elas são predominantemente populares. Por uma questão de rigor, não vamos enumerar mais particularidades como próprias do Alentejo, visto que relativamente a muitos termos encontrados não temos a certeza de pertencerem apenas a esta província ou de serem usados pelo povo português em geral. Assim, e porque os regionalismos constituem uma alínea do registo popular das línguas, vamos, pois, incluir esses termos e outros elementos na parte que trata do registo popular.

Como característico da linguagem popular temos algumas palavras que nos autorizam a colocar os textos em análise, principalmente G e S, no campo e em meio popular.

Nomes próprios¹⁵²:

G, 1945: «Joaquim da Ameixoeira» (p.79); «Rôla» (p.205);

S, 1961: «Zé Alinho» (p.98); «A avó Marcela» (p.192);

G, 1983: «Flora Vinhais» (p.100); «Floripes» (p.101); «Maximiano Pato» (pp.112-113); «Chico Alinho» (p.110); «Tirapicos» (p.100).

Alcunhas:

G, 1945: «Gaimirra» (p.11); «Boialvo» (p.144);

S, 1961: «*Pouca Lã*» (p.60); «Patalarga» (p.108);

G, 1983: «Manel Penico» (p.104); «Quim do Vale Travesso» (p.104).

¹⁵² Atente-se na fusão, patente nos nomes, entre os seres humanos, os animais e as plantas.

Nomes comuns:

G, 1945: «papalvos» (p.11); «pató» (p.13); «cheliques» (p.18); «gorja» (p.140);

S, 1961: «seu zarolho» (p.34); «Eh, rapaia» (p.34); «Riu o jagodes» (p.35); «guerreia» (p.27); «borracheiras» (p.80); «destempero» (p.80); «fantasia» (*desejo*) (p.12); «toleima» (p.108); «uma décima da sua **lavra** (*autoria*)» (p.89);

G, 1983: «solipanta» (p.105).

Formas de tratamento:

G, 1945: «A comadre Mónica, mulher do tio Soares [...]» (p.38);

S, 1961: «– Estou a ver que vossemecê é muito reinadio, ó tiozinho» (p.34); «mano» (p.80); «compadre» (p.32);

G, 1983: «Vossemecês» (p.39), emprega-se como sinal de respeito; «gente» (p.42), a substituir o pronome «nós»;

JII, 1990: «A casa de Lisboa é limpa todas as semanas pela tia Antónia, a quem pago pelo serviço» (p.129).

Designa-se por comadre ou compadre quem, através de laços afectivos, entra de certa forma na família e trata-se alguém mais velho, e não forçosamente irmão ou irmã do pai ou da mãe, por tio ou tia. Pela última transcrição damos conta da presença do campo na grande cidade.

Adjectivos:

G, 1945: «abatidote» (p.91); «gaiatote» (p.11); «sonseiro» (p.19); «enganadiça» (p.22);

S, 1961: «estarola» (p.39); «gabiru» (p.78); «pimpão» (p.79); «zaranza» (p.39); «reinadio» (*brincalhão*) (p.34);

G, 1983: «taranta» (p.34);

JII, 1987: «zuca» (p.155).

Interjeições:

G, 1945: «Caramba!» (p.91); «Que diacho!» (125); «Ora, ora...» (p.71);

S, 1961: «Abóbora! Abóbora!...» (p.106); «homem do diabo!?» (p.34); «Ai Jesus, valha-me Nossa Senhora [...]» (p.158);

G, 1983: «moita» (p.35); «Credo!» (p.101); «Arre Diabo» (p.101).

Particularidades conjuncionais:

S, 1961: «por mor da molha» (p.93); «a modos que a provocar» (p.100);

G, 1983: «dês que» (p.100).

E adverbiais:

G, 1945: «veio de longada» (p.43); «veio contar em grande bulha» (p.98); «leva-que-leva» (p.18) (*para a frente e para trás*);

S, 1961: «vêm de cascos-de-rolha» (p.87); «à queima-roupa» (p.102); «davam abondes (*sic, abonde*) de riqueza» (p.176);

JII, 1990: «dermos de mão-beijada» (p.210).

Verbos e construções verbais:

G, 1945: «viera dar fé» (p.18); «avezasse ter das suas» (p.16); «concertou-o» (p.17) (*efectivou-o num trabalho agrícola*); «tudo se embasbacou» (p.22); «E ria a bandeiras despregadas» (p.76); «tinha seu pé de meia (*sic*)» (p.17); «– Ó Zé, toma lá tineta!» (p.95);

S, 1961: «arrepanhou» (p.73); «aventei» (p.20); «serrazinar-lhe» (p.34); «amanhava» (p. 26); «dá-la ao desprezo» (p.28); «deitou a correr» (p.77); «deu em vir visitá-la» (p.74); «estivera concertado» (p.39); reinar (*brincar*) (p.70); «vai-se estiolando» (*vai-se gastando*) (pp.12-13); «não estou de compreensão» (*não estou inspirado*) (p.89); «assentou arraiais» (p.15); «desafiar-lhe as ganas» (pp. 24-25);

G, 1983: «abalava» (p.39);

JII, 1987: «Magiquei» (p.154).

Frequentemente a proximidade vivida entre os seres humanos e os animais insinua-se no reconhecimento nos primeiros de comportamentos idênticos ou pertencentes aos segundos:

G, 1945: (*Tio Serra*) «De repente grunhiu» (p.75);

S, 1961: «encabritou-se o gajo» (p.20);

G, 1983: «– Ó mana... – guinchou.» (p.62); «Certo dia, arrebitou as orelhas [...]» (p.35); «regougou o pai» (p.39);

JII, 1987: «Certos bisnaus acachaparam-se» (p.128).

As expressões populares demonstram assiduamente tal intimidade:

G, 1945: «ela levava asas» (p.13); «arrastar-lhe a asa» (p.64);

S, 1961: «Hoje, deu-lhe na mosca» (p.106);

G, 1983: «feito lucas» (p.38); «esperto como um cuco» (p.35); «moça janeira» p.36); «De picanço passaste a milhafre?» (p.37);

Jl, 1987: *(na atitude de um amigo)* «aqui há gato» (p.146).

Existem certas terminações nos nomes que parecem ser apreciadas pelo povo pelo seu efeito auditivo¹⁵³.

G, 1945: «gaiat**agem**» (p.26);

S, 1961: «pardal**ada**» (p.31); «mosqu**edo**» (p.10); «bagalh**oça**» (p.171); «viaj**eiro**» (p.207) *(sic, viajante)*;

G, 1983: «ventane**iras**» (p.105);

Jl, 1987: «catata**au**» (p.63); «bisna**us**» (p.128).

Vêem-se substantivos e adjectivos que por um processo de sufixação popular ganham novas «nuances» significativas.

Logo no primeiro livro de Antunes da Silva encontramos umas «cart**inhas** compridas» (G, 1945: 169) com um sentido diferente do habitual, pois o diminutivo deve-se à delicadeza do conteúdo das missivas, destinadas a uma amante. No conto «O Regresso», o afecto que o ajuda e o avô nutrem um pelo outro, assim como a dor que os invade quando se têm de separar, sendo ele uma criança, faz o velhote, em 1945, chamar-lhe «Zèzinho» (p.79). Mais tarde, na 2.^a edição, o sufixo «-inho», tão usado na expressão favorável ou negativa de emoções (*lingrinhas; patrõesinhos* S, 1961:74 e 156) emprega-se com mais originalidade. Escutemos Rui, em menino, sem qualquer vontade de ficar em casa alheia, longe dos seus:

G, 1983: «– Vamos, vô!... – e puxava-lhe pela aba da samarr**inha**» (p.109).

Constata-se, pois, aqui que o escritor desloca o diminutivo, portador da sentimentalidade, da figura para a peça de roupa. Há quase que uma animação da samarra, na medida em que ela está imbuída do carinho que enlaça o homem e o menino.

¹⁵³ Evelina Verdelho diz: *Ao tratar dos principais processos populares de sufixação, Carolina Michäelis refere «o prolongamento regular de vocábulos pelo acrescento de sufixos sonoros». Entre os exemplos, indica «costumeira» (in Linguagem Regional e Linguagem Popular no Romance Regionalista Português, Lisboa, INIC, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1982, p.117).*

Aumentativos depreciativos:

G, 1945: «cabeç**orra** grenh**uda**» (p.67); «mansarr**ão**» (p.68); «à luz morrinh**enta** da candeia» (p.141); «festa**ças**» (p.154); «popula**ça**» (p.213); «panzoe**ira**» (p.144);

S, 1961: «sab**ão**» (p.20) (*sabichão*); «estad**ão**» (p.39);

G, 1983: «maricon**ços**» (p.101); «zanguiz**arra**» (p.76).

Diminutivos desdenhosos:

G, 1945: «casinh**ola**» (p. 44); «gentinh**a**» (p.80);

G, 1983: «padrec**as**» (p.100); «Musicat**as**» (p.100);

JII, 1990: «loj**eca**» (p.47).

Usam-se palavras e expressões muito antigas porque o povo é linguisticamente conservador:

G, 1945: «cousas» (p.41); «veio de longada» (p.43);

S, 1961: «manigâncias» (p.15);

G, 1983: «mandria» (p.100); «bálhos» (p.37).

Outras não vêm no dicionário, fruto provável da imaginação do escritor, capaz de imitar os falares do povo português:

G, 1945: «paílho» (p.19); «sogada» (p.65); «farofando» (p.223); «veio contar em grande bulha» (p.98); «leva-que-leva» (p.18); «sanona» (p.12); «chavasco» (p.177); «sagorro» (p.98);¹⁵⁴

G, 1983: «Arrepinchado» (p.109); «tramouca» (p.105); «enjeitação» (p.34); «gosmilhava» (p.102); «maltagem» (p.42);

JII, 1987: «fazer-umas-flores» (p.42); «discursos-sempre-os-mesmos» (p.130).

O levantamento de arcaísmos e neologismos mostra-nos que o seu número não é excessivo e por tal causador de incompreensão linguística ou de incredibilidade narrativa. Veja-se que certos termos inventados evidenciam proximidade com palavras existentes.

¹⁵⁴ Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, a expressão brasileira «trazer à sogá» significa prender alguém pelo afecto, sentido relacionado com o que «sogada» tem neste texto. Contudo, este termo não é ali indicado. Em 1945, surge a passagem «calorias e invernias» (p.69), onde a palavra inicial foge à sua frequente acepção para significar aqui os calores de Verão. Antunes da Silva opta com certeza por «calorias» em vez de «calores» para gerar harmonia fónica com «invernias». Da mesma forma, lê-se «o levaram em estarola» (p.98), depreendendo-se pelo contexto que o levaram como doidos. Apesar de «estarola» existir, o dicionário não regista nenhuma locução adverbial com este termo. Esta situação repete-se no excerto «em grande bulha» (p.98), o qual deve entender-se com muita agitação ou em grande desassossego. O nome «bulha» é conhecido, mas também não tem nenhuma locução adverbial de modo.

O neologismo «maltragem» aparece na mesma página onde o termo, corrente, mas com apócope, «Malandrage» se encontra.

A linguagem rude revela também os sentimentos negativos do povo:

G, 1945: «–Eh! Boi ralaço. Anda-te!...» (p.86);

S, 1961: «o carneiro tratava-me por você» (p.20);

G, 1983: «Senão, mija no púcaro e bebe, real cabrão!» (p.107).

Oralmente repetem-se palavras ou fazem-se gestos como meio de reforçar a comunicação:

G, 1945: «E, pelo caminho de casa, encolhendo e baixando os ombros, continuava a remorder desabafos: – Com o Gaimirra, o calacêro, vejam lá [...]» (p.20);

S, 1961: «– Atão ouve, ouve...» (p.61); «Posso ou não posso entrar? – ripostou Maldirro, pondo as mãos nas ancas, com um ar arrogante de desafio.» (p.180);

G, 1983: «Desarvore! Desarvore!» (p.102); «[...] repontava sempre torto, com um punho no ar, numa ameaça fingida [...]» (p.107).

Suprimem-se sons:

G, 1945: «**Tá** vossemecê a alanzoar!?» (p.35); «pôr a **c’roa** nalgum rei!» (p.39);

G, 1983: «[...] semos **p’raqui** uns palhaços ou quê?!» (p.39); «**c’ria** milagres? (p.15); «**mui** pias» (p.101).

Contraem-se palavras:

G, 1945: «assustou-se **cas** (*com as*) falas» (p.41);

S, 1961: «**pràs** bandas da Comenda» (p.193);

G, 1983: «os braços **pró** (*para o*) trabalho!» (p.38); «na santa **lidairada** do pão» (p. 59).

Observam-se outros fenómenos fonéticos:

aférese

G, 1945: «le» (p.41) (*lhe*);

S, 1961: «Nhora!» (p.99); «um (*horror*) ror de» (p.82); «Zabel» (p.101);

G, 1983: «– Vamos, vô!» (p.109); «nha mascote!» (p.15);

Jl, 1987: «’bora!» (p.69);

síncope

G, 1945: «chale» (p.13); «Manel» (p.73); «tamén» (p.53);

S, 1961: «À'gusto!» (p.43);

G, 1983: «frida» (p.15); «baxo» (p.12);

apócope

G, 1945: «dês»; (p.64); «ti» (p.39) (*tia*);

JII, 1990: «lh, Deus Nó Senhor!» (p.132);

paragoge

G, 1945: «Zéi!» (p.69);

epêntese

G, 1983: «despois» (p.109); «desgrácias» (p.13);

desnasalação

G, 1945: «ordes» e «homes» (p.38);

G, 1983: – Mas atão» (p.39); «Mas ná» (p.72); «Malandrage!» (p.42); «home» (p.52);

metátese

G, 1945: «– Auga! Auga!...» (p.81); «Preguntavam-lhe» (p.18);

S, 1961: «Tóino» (*António*) (p.193);

substituição do o por e

G, 1945: «prècurei-lhe»¹⁵⁵ (p.41);

G, 1983: «semos» (p.39); «prècurar» (p.12);

¹⁵⁵ Para além do erro na dicção da palavra «procurei-lhe», há ainda a confusão com «perguntei-lhe», verbo que deveria estar no lugar daquele.

substituição do *o* por *a*

G, 1983: «travoadas» (p.59);

substituição do *i* por *e*

G, 1945: «crêdetos» (p.51); «leceças»; (p.164);

G, 1983: «dezer» (p.12); «interiores» (p.12);

substituição do *e* por *a*

G, 1983: «sarôdia» (p.59);

substituição do *e* por *i*

S, 1961 «cinima» (p. 32);

G, 1983: «piquêna» (p.15);

assimilação

G, 1983: «móssegas» (p.107). Esta é uma palavra não dicionarizada criada provavelmente a partir do verbo «morsegar».

Sintacticamente há dificuldade na concordância do colectivo «gente» com a respectiva forma verbal, aplicando-se esta erradamente na primeira pessoa do plural:

G, 1945: «A gente andámos» (p.38);

S, 1961: «É outro mimo, a gente ficamos mais descansados, tudo aquilo parece um milagre» (p.35);

Jl, 1987: «no Inferno estamos a gente» (p.16).

Reconhecemos textos, que são ou poderiam ser, da literatura tradicional.

Poemas:

G, 1945: «Já lá vai aquele tempo/Dos vestidos às rodinhas,/Olha lá, toma cuidado,/Que tenho duas sobrinhas...»/«Vomecê já está velho/P'ra tamanha reinação!/Dê-me uma, fique com outra/Que eu não lhe digo que não... » (pp.153-154);

S, 1961: «Quais! Quais!/Oliveiras e olivais,/Pintassilgos, rouxinóis,/Caracóis, bichos móis/
Cada vez há mais!» (p.45);

G, 1983: «Verde salsa, verde salsa,/És da cor do mê vestido,/Antes que quêra nan posso /
Tirar de ti o sentido!» (p.110);

Jl, 1987: «Assim: Ó grande barragem de Alqueva/Feita com águas furtadas/Com a força que
a água leva/Nem deixas as ervas molhadas...» (p.190).

Ditados:

G, 1945: «– Ano de nevão, ano de pão!» (p.189); «– Nem tanto à terra nem tanto ao mar [...]»
(p.214);¹⁵⁶

S, 1961: «Sorte ao jogo, pouca sorte nos amores, lá diz o ditado...» (p.52);

G, 1983: «– Ano de seca, ano de martírio» (p.41).

Faz-se a medição do tempo pelas tarefas agrícolas da época ou indicam-se datas pessoais pelas festas religiosas:

S, 1961: «Dois dias antes da Páscoa, casaram» (p.74); «Ele já fizera quarenta e três anos pelo
S. Pedro, ela trinta, no mês de Abril gaiato» (p.74);

G, 1983: «Partiu quando as mondas desse ano começaram» (p.20).

5.1.1. A SINGULARIDADE ORTOGRÁFICA

Se por «ortografia» se deve entender a escrita correcta da língua, num determinado momento, fácil é verificar que a obra em estudo, numa tentativa de realismo fónico, ou seja, ao pretender registar a singularidade tímbrica da pronúncia popular, em geral, e transtagana, em particular, se desvia pontualmente da norma ortográfica.¹⁵⁷ Antunes da Silva no seu esforço de representação gráfica da linguagem popular e regional adopta vários comportamentos.

Assim surgem palavras em que a parte respeitante à sonoridade se mantém igual, ou quase, à da pronúncia corrente, mas que são escritas com outras letras:

G, 1983: «*c`ando*» (p.12) (*quando*); «*c`ria*» (p.15) (*queria*).

¹⁵⁶ Já em 1945, dentro de G encontramos o primeiro provérbio, mas renovado pelas personagens, tal como sucede pela terceira vez na 2.ª edição da obra (ver exemplo no corpo do texto). Nas actualizações de então o ditado adequa-se ao clima do Alentejo. Lê-se ali na p. 222: «– Ano de seca, ano de fartura, deixem lá!» e «– Ano de seca, ano de luz!».

¹⁵⁷ No G de 1983, onde o investimento na ortografia da fala regional é bastante maior, em contos como «Seca», «O Maltês», «Gaimirra» e principalmente «Um Trabalhador» encontram-se sem dificuldade provas do que afirmamos. Em S (1961) investe-se pouco no realismo fónico.

Nem sempre as mesmas letras correspondem aos mesmos sons. Temos o caso de *ê*, que serve ao autor para dois ditongos distintos na norma: *eu* e *ei*:

G, 1945: «**ê**» (p.51) (**eu**); «qu**ê**» (p.68) (*que eu*); «Resp**ê**ta» (p.66) (*respeita*); «limp**ê**-lhe» (p.41) (*limpei-lhe*); «d**ê**xar» (p.35) (*deixar*);¹⁵⁸

G, 1983: «**ê**» (p.10) (**eu**); «**ê**caliptro» (p.11) (*eucalipto*); «tras**ê**ras» (p.10) (*traseiras*); «rib**ê**ra» (p.11) (*ribeira*).

Desde a primeira edição que *ê* se usa também para um outro fonema em «Dês» (*desde*) (G, 1945:64 e 1983:33).

Regista-se em duas outras passagens na mesma palavra, mas com significados diferentes:

G, 1983: «Fez bem, **sê** (*se é*) home, fez bem!» (p.52); «– E òs despois, **sê** (*senhor*)
Mané?...» (p.109).

O segundo ditongo (*ei*) representado com *ê* pode também ver-se representado com *i*.

G, 1983: «Andê caminhos que só *ê* sofri, salti (*saltei*) valados [...]» (p.13); «Dêti-me (*deitei* -me) adonde os outros tavam e c'ando m'apanhi (*apanhei*) costas com costas [...]» (p.14).

O facto de não se encontrarem exemplos de certos pontos em 1945 significa que Antunes da Silva experimenta nos anos 80 diferentes grafias para o mesmo som.

Uma situação similar à que ocorre com aqueles ditongos passa-se com o *ou*. Este redige-se pelo menos de duas maneiras no livro em análise, a habitual e uma diferente:

G, 1945: «cur**ô**-a» (p.51) (*curou-a*); «'st**ou**» (p.51) (*estou*);

G, 1983: «– Bem visto, *ê* **sô** (*sou*) pastor e searêro de favas e trem**ou**ços...» (p.52).

À semelhança do que se passa com o *ão*:

G, 1945: «– Que **ná**, **nan** tinham dado m'etícias!...» (p.50);¹⁵⁹

G, 1983: «Mas **ná** (*não*). **Nan** sou desses!» (p.72).

¹⁵⁸ No G de 1945 encontramos na p. 38 «come-o» a significar «comeu-o». Achamos que houve um esquecimento do acento circunflexo no «e» e não que seja uma terceira forma de representar o ditongo «eu».

¹⁵⁹ O «ná» neste exemplo pode significar «não» ou «nada», mas nem sempre assim é.

E com o ditongo *oi* :

G, 1945: «noute» (p.51); «cousas» (p.41);

G, 1983: *Fali*: «b'a **noute!**» e *eles moita* (p.13); « – B'a **noite!**» (p.34).

Também em 1945 se encontra um «ós depois» (p.170) sem os sentidos frequentes de ós (no plural), os quais são «aos» e «os»:

G, 1983: «Andê **ós** (*aos*) baldões, com' **ós** (*como os*) alcatruzes duma nora...» (p.13).

Para representar o «os» da norma, o autor adopta no início duas soluções:

G, 1945: «– Tem campos com' **os** nossos, tem borregos como o teu e tudo...» (p.79);

«mais vadia **còs** (*que os*) hominhos» (p.52).

Se surge *ó*, no singular, adquire dois significados:

G, 1945: «Agarrê-a **ó** (*ao*) colo» (p.41); «**Ó** depois» (p.41) (*palavra de apoio e insignificante*);

G, 1983: «Mas enfim, sempre com' **ó** (*como o*) cogumelo **ao** rés da esteva...» (p.13).

Na última publicação continua a ter o significado de «o» mas perde o de «ao».

Ou então *ó* apresenta-se como o vulgar chamamento:

G, 1945: «**Ó** Pinguim, vai à loja buscar a encomenda do patrão!» (p.131);

S, 1961: «**Ó** seu coiso!» (p.39);

G, 1983: «tás aí **ó** Zé Paulino?» (p.13).

Note-se que nos anos 80, enquanto «aos», no plural, se regista com acento agudo (*ós*) (*andê ós baldões*, p.13), como vemos no excerto atrás, a palavra «ao», no singular, regista-se *ò*, com acento grave:

G, 1983: «comprara **ò** (*ao*) mê tio» (p.11); «pra baxo, **ò** (*ao*) longe» (p.12).

Recorrendo ainda a estas duas passagens, atente-se num outro aspecto da singularidade ortográfica antunina. Ao lado dela existe a escrita corrente, à semelhança do que se passa

na oralidade quotidiana das pessoas. Na página vizinha destes dois últimos exemplos lê-se:
G, 1983: «**ao** rés da esteva...» (p.13).

Esta coexistência já no G de 1945 acontece. Na p.164 temos «Más» (*Mas*) e «Mas» ou então nas pp. 18-19 vemos: «nada», «Não», «Ná» e «nan».

O acento agudo ajuda nas contracções:

G, 1945: «com'á» (*como a*) (p.197);

G, 1983: «prá» (p.12) (*para a*); «pró» (p.2);

na desnasalação

G, 1983: «Mas **ná** (*não*). Nan sou desses!» (p.72);

e até na epêntese

G, 1983: «desgrácias» (p.13) (*desgraças*).

Já o acento grave descobre-se nas contracções anteriores:

G, 1945: «còs» (p.52) (*que os*);

S, 1961: «Pròs (*para os*) pobres, claro» (p.35).

Em situações menos explicáveis:

G, 1945: «prècurei-lhe» (p.41) (*procurei-lhe*); «crèdeto» (p.51) (*crédito*); «À'gusto» (p.43) (*Augusto*);

S, 1961: «frenèticamente» (p.10);

G, 1983: «frida enfètada» (p.15) (*infectada*); «prècurar» (p.12) (*procurar*).

Mencionemos agora o til e o acento circunflexo.

Quanto ao primeiro nada há de relevante a dizer. Porém, o acento circunflexo encontra-se com uma certa estranheza nos vocábulos seguintes:

G, 1983: «piquêna» (p.15); «cômigo» (p.17); «Fez bem, **sê** (*se é*) home, fez bem!» (p.52);
«– E òs despois, **sê** (*senhor*) Mané?...» (p.109).

O hífen regista-se quase sempre na formação de neologismos.

Nomes depreciativos:

G, 1983: «Lourenço-papa-meninos» (p.14) (*homossexual, pedófilo*); «Balha-Meninos» (p. 106);
JI, 1987: «discursos-sempre-os-mesmos» (p.130); «menina-bonita-com-cara-de-nada» (p.135);
«palácio-sem-vintém» (p.124).

Verbos:

S, 1961: «dize-tu-direi-eu» (p.112);
JI, 1987: «fazer-umas-flores» (p.42).

Adjectivos:

G, 1983: «um zé-ninguém» (p.118) (*sem valor, pobre*); «[...] culpa daquele bebe-água!» (p.118) (*pouco homem, maricas*); «homens-de-mal-andar» (p.103) (*ladrões, marginais*);
«[...] a cuspir uma espuma de lençóis-de-banho, ramagens-de-arvoredos -roxos» (p.73) (*seca e amarga; com bolhas e esverdeada*);
JII, 1990: «bem-fazeja» (p.120).

Advérbios:

G, 1945: «leva-que-leva» (p.18) (*para a frente e para trás*).

Pronomes:

S, 1961: «[...] ofende a rapaziada por dá-cá-aquela-palha» (p.20) (*nada*).

Para finalizarmos, falemos do emprego das letras maiúsculas. Com regularidade os nomes são escritos com letra pequena e no plural, para dissolver a individualidade dos seres no meio uns dos outros. A esta consideração no geral opõem-se alguns substantivos comuns, grafados no singular e com letra maiúscula, para que consideremos os seres nomeados na sua unicidade e lhes atribuamos importância:

S, 1961: «[...] respeitos sagrados à **N**atureza, mãe e rainha do **M**undo» (p.87);

G, 1983: *A **P**lanície enclavinha as mãos de terra pura em rochas milenárias e clama:*

«Sou a terra irmã das outras terras, vizinha do **M**ar, irmã da **M**ontanha!» (p.139).

Em certas ocasiões o registo dos nomes comuns com maiúscula é acompanhado de animismo, como nestes exemplos, mas nem sempre isso acontece. Tal facto faz-nos pensar que a consideração demonstrada pelos elementos grafados com letra grande se deve a um valor intrínseco que lhes é atribuído, ao reconhecimento da sua magnanimidade:

G, 1945: «E o cão, como sentinela heróica, ladrando para a **N**atureza» (p.178);

S, 1961: «[...] futuro e glória da **N**ação» (p.19);

G, 1983: «Enquanto isso, os rios desperdiçam os seus caudais e correm pró **M**ar...» (p.139);
«no **L**argo a jogar a malha.» (p.143); «Passara a **S**anta no meio de meninas vestidas de branco [...]» (p.101);

JII, 1990: (*Os rebanhos*) «Vão doirar as terras e servir de símbolo à efígie da **P**az» (p. 194).

Do que acabamos de expor, conclui-se que as letras, os acentos e os outros sinais auxiliam Antunes da Silva na sua preocupação de fidelidade ao real linguístico em foco e depreendemos até do observado um certo prazer daquele na experimentação de novas formas de registo das palavras, o qual pode explicar algumas das irregularidades encontradas. Um terceiro efeito desta maneira peculiar de escrever merece também aqui ser assinalado. Falamos da comicidade inerente a este discurso. Pelo cómico o leitor sente amenizar-se um ou outro conteúdo menos suave. Prova do que dizemos evidencia-se no relato à alentejana da dura vida de Britanços, o protagonista e narrador de «Um Trabalhador», de G (1983).

PALAVRA (S) EM VOLTA

1. TRADIÇÃO

1.1. Em Portugal, o papel que no segundo quartel do século XIX a imaginação da personagem desempenha na história assemelha-se ao que possui nos diários antuninos, pois por ela também se evade o autor da sociedade que reprova. Na ânsia de se libertar do que o incomoda, o ser antunino acaba por buscar a própria plenitude no seio da Natureza, atitude romântica que atribui àquela entidade um estatuto superior ao confundi-la com o divino. A apreensão sensorial dos corpos da Natureza conduz o autor pela magnitude da emoção que lhe suscitam ao âmago do seu ser. Envolvido todo o seu corpo pelo meio natural, é no íntimo, onde o subconsciente pode emergir, que o escritor comunica religiosamente com o mar, a Lua ou as estrelas, acerca do mistério da Criação. Compreendê-lo significaria conhecer a sua própria essência humana.

Mesmo que tenha sido a ideia da morte a levá-lo à assunção pública deste tipo de crença, o seu discurso não dá qualquer ênfase ao mórbido, nem sequer se centra na tristeza. Para o desassossego interior que divide com os românticos recorre Antunes da Silva à solução panteísta daqueles. Contudo, é também através desta resposta que, por outro lado, se afasta dos pares, porque visa antes de mais com o panteísmo sentir a pujança vital dentro e fora de si e, ao invés deles, não deseja a morte, nem mesmo como salvação. Sublinhe-se ainda que o mundo físico é objecto e meio de conhecimento na literatura antunina, embalada por uma filosofia imanente, e por essas duas razões choca de novo o escritor com o imaginário romântico, visto que para este o mundo exterior representa uma falsa realidade e só em nós reside a verdadeira sabedoria.

Ainda que através da Natureza veiculada enalteça, à maneira de Horácio, a vida no campo, demarca-se do latino pela turbulência de uma meteorologia de extremos reais, que procuram equilibrar-se com uma paleta não menos autêntica de luz, cores e sons, encarregue de amenizar a paisagem impressionista. A captação pitoresca da planície alentejana, seja na componente humana ou campestre, inscreve-se na exaltação da riqueza nacional e popular que Almeida Garrett e Alexandre Herculano perpetraram no seu tempo e convoca em I e II as temáticas vistas. A par daquele processo redactorial, a nomeação de objectos de valor etnográfico e de personalidades da literatura, História e artes visuais, concretiza parte do intuito cívico próprio da faceta romântica e realista da literatura antunina.

Já presente nas *Viagens na Minha Terra* (1843) e logo depois reforçada com a discussão pública que as Conferências do Casino tentam promover, a solicitação de assuntos da actualidade e do interesse do cidadão comum por Antunes da Silva alia-se ao objectivo de democratizar a cultura e, em especial, a educação. As conferências de Adolfo Coelho atestam a atenção ao último tema da parte da geração de 70.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Adolfo Coelho pronuncia em 1871 a quinta conferência sobre «O Ensino», tendo uma outra sido anunciada com o título «A Ilustração Primária». Também Eça de Queirós apela à reflexão sobre o assunto em *Os Maias* (1888) ou ele mesmo a faz, em parceria com Ramalho Ortigão, em *As Farpas* (1871-1882).

Sob um fundo ideológico, que para os realistas consiste no socialismo libertário de Proudhon e em Antunes da Silva no marxismo, a obra literária escreve-se em ambos os casos para expor uma problemática social de repercussão nacional. Dos critérios teorizados pelos primeiros para o tratamento do assunto – a verdade e a isenção – é o segundo contornado com originalidade nas narrativas de Eça de Queirós. A crítica à imoralidade portuguesa da época, patente em livros como *Os Maias* (1888), pretende a correcção de costumes e apoia a meta da reforma social, estabelecida desde 1865 nas *Odes Modernas*, de Antero de Quental.

Da mesma maneira o escritor alentejano preocupa-se com a verdade e procede com subjectividade à análise da realidade coetânea, mas centra-se predominantemente nas dificuldades materiais e dos mais desfavorecidos, ao contrário dos realistas e naturalistas que condenam os abastados, mas estão em geral desatentos à luta de classes. Pelos valores que enformam aquelas odes (justiça, igualdade, liberdade...) pensadas pelo criador como revolucionárias, face a um passado político e religioso que se despreza e ao atraso do presente pátrio que se combate, harmoniza-se ainda o discurso antunino com a geração de 70.

1.1.1. Logo pela mesma altura, quem também não fica indiferente à ideia da missão colectiva do escritor, solicitada pelo poeta açoriano e que já provém do romantismo social, é Camilo Castelo Branco, cujas *Novelas do Minho* (1875-77) o tornam o grande precursor do romance neo-realista português, conforme Ana Paula Ferreira bem demonstra com a produção de Alves Redol. Pela leitura daquela obra, considerada uma síntese do percurso camiliano até à data da sua publicação, depara-se o leitor com uma ruralidade coetânea de fraca idealização, onde o antagonismo dos interesses de ricos e humildes se explana nas intrigas.¹⁶¹ Conquanto se verifique algum maniqueísmo na concepção das personagens, votando aquele primeiro grupo ao crime e à crueldade, enquanto aos pobres se atribui uma certa simplicidade de espírito e resignação, aligeira-se a falha com a partilha de actos menos abonatórios por toda a sociedade minhota, em que o clero, melhor do que qualquer outro estrato, contrabalança o bem e o mal no carácter humano. Com este tempero e com o chamamento popular para o centro das histórias experimenta Camilo algum realismo no seu elenco figurativo, o qual encontra correspondência nos tipos neo-realistas (cf. Ferreira, 1992:41).

Abrangendo as novelas o período da Regeneração, pretende o autor mostrar a crescente decepção popular com o novo sistema político, instaurado com as suas forças e em seu nome com a revolução liberal de 1820. Vê-se resultar deste evento histórico a queda da aristocracia apoiante de Dom Miguel e a afirmação de uma burguesia composta de burocratas, comerciantes e lavradores, cuja acção se repudia por se pautar pela gananciosa acumulação monetária e consequentemente de poder. As instituições e decisões políticas

¹⁶¹ Quem considera as NM uma síntese da novelística camiliana é Alexandre Cabral na nota introdutória que assina na publicação destas em 2009 pela Bertrand Editora.

As *Novelas do Minho* têm os títulos seguintes: «Gracejos que Matam»; «O Comendador»; «O Cego de Landim»; «O Morgado de Romariz»; «O Filho Natural»; «Maria Moisés»; «O Degredado»; «A Viúva do Enforcado».

que promovem a desigualdade, como a Justiça ou o expansionismo para a África, também se atacam.¹⁶² A vontade de documentar as repercussões do novo capitalismo sobre o estrato popular, se bem que vitimize este, não o poupa de máculas morais e comunitárias aos olhos do leitor. Ilibam-no, no entanto, as ideias positivistas da influência da hereditariedade, educação e meio: a corrupção alargada do momento criticado explica as incorrecções do ser e do agir dos pobres. Mais do que esta absolvição estética que Camilo lhes arranja, o que protege sobretudo os humildes minhotos é o inconformismo de alguns com o socialmente convencional. Através da recorrência ao seu drama tipo – o amor entre desiguais – Camilo consegue veicular, por meio dos envolvidos, uma mentalidade que põe em xeque a rígida estratificação comunitária que leva à infelicidade dos amantes, estratégia que leva décadas depois os neo-realistas a um aprofundamento do espaço psicológico. Quem normalmente assim procede é o sexo feminino, tradicionalmente mais castigado com as normas da comunidade e que por isso representa todos os oprimidos. A destabilização realizada nas NM pelas mulheres ocorre por uma união afectiva, frequentemente considerada imoral e que as faz descer na escala social, mas que produz sempre o efeito, perigoso porque revolucionário, de a contornar. A gravidez de um homem de posses diferentes ou a caridade cristã que protege um enjeitado até ao dia do casamento, perpetrada por uma pobre viúva tecedeira (*O Comendador*), testemunham um ideário contrário ao conservadorismo transmitido pela Igreja ou os comentários do narrador. Esta oposição permanente entre os actos das personagens e as vozes tradicionais, que «A Viúva do Enforcado» reforça com o apontamento das ideias republicanas, monárquicas e radicais da época, pode sumariar-se numa ambiguidade ideológica em Camilo. Provavelmente deve-se esta ao facto de o escritor ter o seu meio de sustento na imprensa, não sendo por esse motivo conveniente declarar com abertura a sua posição.

Por motivo distinto (a censura salazarista), embora sujeitando também o discurso a certos disfarces, a literatura neo-realista pode igualmente incorporar uma aparente ambivalência. Salvo uma ou outra excepção, no G de 1945, os lavradores retratam-se de forma positiva, o que não impede que a pobreza abunde na população do campo. Já com outro nível de complexidade, o rodar do caleidoscópio de perspectivas em S pode causar à primeira vista a impressão de fraca convicção ideológica do autor.

Entre as figuras alentejanas da prosa antunina e as das novelas minhotas encontram-se algumas parecenças. O relato do triste passado familiar dos ceifeiros Boialvo e Vítor (G) justifica o que eles são no presente, a sua baixa auto-estima e a acomodação às condições opressivas em que laboram e, em simultâneo, ilustra a expressão do determinismo naturalista em meados do século seguinte. Também graças à hostilidade e ao menosprezo do meio que o impede de conseguir sustento, Tóino Valentim de S passa de pastor brincalhão a cabecilha de malfeitores. A personagem de Gaimirra no início partilha com aqueles companheiros dos contos uma passividade parecida e a mesma desconsideração alheia, mas encontra um apoio em Elisa. Moça que ignora as ambições maternais e até o seu

¹⁶² Na decepção com o período após a revolução as NM encontram paralelo em JI e II, que página a página comentam as dificuldades da democracia a seguir ao 25 de Abril de 1974, nomeadamente na Justiça, que já em S se percebe funcionar mal com o julgamento de Simplicio Varandas. Também neste livro a referência às experiências nucleares francesas no Sara (cf. p.254) visa no fundo condenar o colonialismo europeu em África.

pequeno conforto material, para reunir às forças do seu amor a afirmação na lida do campo e assim libertar-se com o namorado do que lhes desagrada. Comportamento copiado em parte por outros pares no romance dos anos 60, que, em desprezo das leis da vila, passam por cima das diferenças de classe. Ainda aqui o lavrador Osório Puga não receia afastar-se do respectivo grupo, a que Maldirro chega à custa da exploração do esforço nas suas terras de ganhões e seareiros. À semelhança do que se passa nas novelas camilianas, através dos antepassados deste proprietário Antunes da Silva mostra como a ascensão da burguesia rural alentejana assenta na posse de bens materiais (terra), causa das divergências comunitárias, não só laborais, mas até de outra ordem relacional. Protagonizado no romance antunino por «Pouca Lã» e nos contos por Zé Boi, o sentimento de desconforto profissional no ambiente vivido conduz a uma rebeldia semelhante à das mulheres de Camilo. Só que no neo-realismo o acento não se coloca tanto no plano emotivo, dirige-se mais para o laboral mas, no fundo, quer aqui quer no drama das uniões camilianas a origem do conflito está no dinheiro.

Todavia, o autor oitocentista, conquanto anote a falta de educação cívica nos eleitores (*O Filho Natural*), encontrando-se neste aspecto até com os diários de Antunes da Silva, ao contrário deste neo-realista não propõe nas NM a aquisição de conhecimentos como forma dos mais carenciados ultrapassarem a sua situação. Recordemos que aquelas figuras e até o pequeno Pinguim apostam na aprendizagem para se libertarem.

Outra lição que a estética neo-realista aprende com o passado literário em foco consiste na inserção textual de dados verosímeis. Já mencionámos o equilíbrio do positivo e do negativo nos caracteres das novelas, o qual Olímpia e «Patalarga» (S) podem ilustrar com densidade, bem como a adequação do registo linguístico, cuidado que em Camilo também se observa. Preocupação maior do oitocentista consiste, contudo, em fazer emergir da acção diegética a mensagem social, pois rejeita colá-la à obra literária, ponto técnico que os sucessores tanto se esforçam por aperfeiçoar e que lhes vale uns reparos presencistas nem sempre merecidos. Na crítica política camiliana o que importa é a acção das personagens e não os lugares onde esta ocorre. As incursões antuninas pela psique das figuras, em proveito do monólogo contestatário, não existem na prosa do precursor do neo-realismo, nem sequer o apontamento geográfico local revela nas novelas alguma pertinência ideológica (*Maria Moisés*). Camilo Castelo Branco interessa-se pelos problemas da classe popular, mas não os do Minho em particular, aspecto que se adiciona a uma toponímia baralhada e sobretudo a uma Natureza vaga e sem expressividade crítica para o distanciar do regionalismo neo-realista de Antunes da Silva. Distante em muitos destes apontamentos acerca das NM, encontra-se o Alentejo de Fialho de Almeida, figura que aborda ficcionalmente uma região de forma diferente da dos seus contemporâneos, inclusive os conectados ao neogarrettismo.

1.1.2. O livro *Os meus Amores* (1891) da autoria de Trindade Coelho testemunha a diferença deste último grupo. Apesar de serem pouco numerosas as pistas que permitem localizar as suas histórias, por elas chegamos às aldeias de Trás-os-Montes. Escutamos as personagens em registo popular sem que o regionalismo linguístico aí se afirme, à semelhança do que

se passa com os topónimos locais. Os nomes de povoações, cursos de água e serranias apagam-se praticamente deste mapa, que apenas se estabelece graças a um panorama de relevo acidentado com pinheirais e montado, souto e vinha, e sobretudo à origem de algumas narrativas: recordações saudosas da infância do escritor, nascido em 1861 em Mogadouro. Aspecto relevante este também para explicar a bonomia da comunidade rural que Trindade Coelho oferece, captada pelos olhos de um menino da pequena burguesia a quem deixam sem preconceitos conviver, liberdade que lhe vale mais tarde um empenho político sincero em defesa do povo¹⁶³. Distinta da de Camilo Castelo Branco e da de Fialho de Almeida, que já em seguida apresentamos, a ruralidade transmontana ainda a consegue ver então o escritor ileso à acidez emocional fruto das diferenças de classe (*Terra Mater*). Mau grado as tricas competitivas e a maledicência da «Comédia de Província», as aradas e sachas, ceifas e apanhas reúnem nos campos e na eira comum os esforços indiscriminados de lavradores e jornaleiros (*Sultão*), que dentro de portas prosseguem o convívio (*Luzia*), enfeixados pelo sentimento de todos precisarem uns dos outros para subsistir, conforme a «Parábola dos Sete Vimes» lhes ensina e outros tesouros da literatura popular que Trindade Coelho valoriza em *Os meus Amores*.

1.1.3. Quando em 1948, na revista *Vértice*, Antunes da Silva aponta discrepâncias entre os regionalismos anteriores e os praticados pela geração neo-realista, acusa os oitocentistas de ignorarem as vivências reais dos camponeses: íntimas e colectivas.¹⁶⁴ Por outro lado, na lista de criticados que estende até à literatura contemporânea é ao prosador de Vila de Frades que reconhece uma maior aproximação do seu conteúdo regional. Partindo do princípio que desde o século XIX a literatura portuguesa tende à apresentação realista de paisagens e tendo em conta aquela avaliação antunina de Fialho de Almeida, debruçemo-nos um pouco sobre a sua prosa transtagana, a qual anunciamos como influência segura e forte na obra de Antunes da Silva. Queremos apurar o que assemelha os dois autores e o que separa o Alentejo de um e outro.

O apreço do estilo fialhesco pela descrição de cariz etnográfico, onde a dieta, o traje, o artesanato encontram menção, a par dos apetrechos da lavoura da época, conduz a uma redacção com vocábulos específicos da província, a que o escritor soma um ou outro termo onde ensaia ortograficamente com realismo a fonética local: «cocharro» (p.156); «rezão» (p.157); «propiatairo» (p.13), são provas recolhidas em *O País das Uvas* (1893).¹⁶⁵

As outras sonoridades da planície, as inumanas, as suas linhas, tintas e cheiros provocam a tempo inteiro os sentidos do leitor, para que assim conheça um cenário, capaz de madrugadas estivais aprazíveis e Primavera encantadoras, mas que se afirma a maior

¹⁶³ Textos posteriores de Trindade Coelho – *A minha «Candidatura» por Mogadouro* (1901); sete *Folhetos para o Povo*, começados a publicar também neste ano e *Manual Político do Cidadão Português* (1906) – mostram bem a sua consciência da situação das massas populares transmontanas e igualmente o desejo de alterar a situação.

¹⁶⁴ De Antunes da Silva, mais uma vez nos auxiliamos do artigo «Breve Apontamento sobre uma Nova Literatura Regional», in *Vértice*, Coimbra, n.º 56-57, 1948, pp. 312-313.

¹⁶⁵ Os textos de Fialho de Almeida em que nos baseamos são «Ceifeiros», de *À Esquina* (1900) e todas as narrativas de *O País das Uvas* (1893) respeitantes ao Alentejo: «Pelos Campos»; «Ao Sol»; «Os Pobres»; «Conto de Natal»; «Idílio Triste». Citamos as edições indicadas na bibliografia.

parte dos dias penoso para o Homem.¹⁶⁶ Quer em «Ceifeiros» ou no último trecho da narrativa «Ao Sol», o autor esforça-se por documentar com rigor e até um certo detalhe médico os efeitos terríveis do calor intenso sobre o corpo daqueles que mais se lhe expõem, chegando a declarar as marcas que o clima imprime no carácter dos alentejanos¹⁶⁷. Da geografia regional com o seu longo território semidesértico, árido e quente, e da solidão daí resultante para os seus moradores, nos falam «Os Pobres» ou «Idílio Triste». Noutros textos, a singularidade paisagística ergue seres como o pilriteiro que «é um arbusto dos valados, peculiar às regiões montanhosas do Alentejo» (PU, p.2). Se bem que a dimensão psicológica das figuras não seja anulada, servindo para lhes injectar um sopro de vitalidade e crédito, a materialidade da paisagem sulina que Fialho nos lega quase a esmaga com a sua rudeza geofísica e popular. O primitivismo diagnosticado nas personagens, em maioria mendigos e assalariados rurais cuja existência pouca dista da animal, sintoniza-se com a hostilidade natural do fundo que as contextualiza. Uma vez adjuvante da maldade humana, noutras ocasiões a Natureza é por si própria indício de tortura: ao miserável de «Os Pobres» até o piorno lhe dá bofetadas, enquanto os ceifeiros da narrativa a que dão nome têm no «[...] zangarreio das cigarras, prenúncio do terrível meio-dia [...]» (p.13).¹⁶⁸ Conquanto a onisciência do narrador acomode por vezes o monólogo desta gente e excepcionalmente abra espaço para algumas memórias e sentimentos, o acesso à mente não tem intuito analítico, isto é, nela não se encontram as causas da problemática que enleia todas as figuras. Espera-se que o público depreenda os seus juízos, valores e emoções a partir dos comportamentos e gestos, mas a crítica também não se impõe muito pela acção, como sucede nas novelas de Camilo. Mais descritiva do que narrativa, é, pois, a exposição de factos e experiências que permite fazer uma denúncia dos males sociais. Em síntese: o realismo regional fialhino reside mais na anotação do panorama natural e etnográfico do que no apontamento das acções e sentimentos dos povoadores locais.

Deixando de parte a geografia madrastra, àquele primitivismo das gentes, que exclui um mínimo de afectos, higiene e alimento, associamos a marginalização social, da qual nem os pobres saem isentos de culpa, visto desconhecem com frequência a entreajuda. Por sua vez, o agir típico dos ricos latifundiários e proprietários remediados recai com desgraça sobre o proletariado rural. Sem miopia, os primeiros são comentados por um narrador de Fialho de Almeida como tendo pouco interesse na produção agrícola e muito na recolha das rendas das propriedades, enquanto faz dos proprietários ociosos exploradores do

¹⁶⁶ Em «Pelos Campos» o narrador extasia-se com a chegada da Primavera, fazendo dos elementos de uma Natureza idílica pretexto para passeatas na memória e na fantasia que nos lembram certas divagações de Antunes da Silva em *JI* e *II*.

¹⁶⁷ Em «Conto de Natal» deparamos com uma anotação semelhante: «Mas como tem as pernas e os braços regelados! Um torpor lhe paralisa os movimentos, anestesia-lhe os dedos, e pesa-lhe nas pálpebras com sonolências de chumbo» (PU, p.97). Fialho regista aqui as sensações causadas pelo frio no corpo desprotegido da velha mendiga Josefa. Os extremos meteorológicos agravam, pois, o custo da ceifa e da pobreza.

¹⁶⁸ Aflita e expectante, como a velha prestes a presenciar o assassinato do recém-nascido pelo próprio pai, a paisagem manifesta-se assim: «Perto, nos choupos, havia gestos d`angústia e imploração; saíam vozes da água, preguiçosas e místicas como trenos, e certas troncagens tinham expressões humanas na noite, que perturbavam de morte o arregaçado» (PU, p.99).

trabalho alheio e alvo da mais assanhada crítica.¹⁶⁹ Em meia dúzia de histórias encontramos todos os grupos da charneca transtagana e todos os que compõem o estrato mais baixo, no meio do qual ratinhos, algarvios e ciganos também circulam, bem como as diferenças que as respectivas existências comportam. Ao denunciar a injusta distribuição da riqueza que a terra produz, e neste ponto «Ao Sol» é exemplar, Fialho encontra-se com os marxistas. Desta opinião socioeconómica veiculada pelo narrador estranhamente nem eco há na classe operária, apesar de generalizada a violência campesina da planície: ganhões escorraçam pedintes; homens batem nas mulheres; enjeitam filhos ou matam-nos como coelhos e sujeitam-se a executar em condições brutais tarefas como a ceifa. Na verdade, nenhuma das figuras parece ter sequer uma leve consciência desta situação e, em sintonia com este ignorar, o conflito entre o operariado rural e os possuidores do solo arável não tem aqui qualquer expressão, postura que se reforça com a «apatia da gente alentejana» e se explica ao de leve em «gente irracionalizada» (PU, pp.13-14). O que Fialho sublinha é a opressão laboral que a burguesia exerce sobre os jornaleiros e até as suas fúrias com os latifundiários. Há, portanto, uma indicação da problemática económica local e das suas causas, mas os enredos não a representam.

Segundo as observações de Antunes da Silva na publicação suprarreferida, o regionalismo fialhesco peca porque «[...] o aspecto doloroso do camponês à procura do seu caminho, não foi preparatòriamente esboçado» (1948:308). Ora, se bem entendemos estas palavras, o neo-realista gostaria que o seu modelo tivesse demonstrado a revolta dos ganhões com o seu trato e apresentasse inclusive a solução que os mesmos engendram para a colmatar. Lembremos que Antunes da Silva consegue não só pôr esta ideia em prática logo no G de 1945 – obra que muito deve a Fialho de Almeida – através das figuras de Zé Boi, Gaimirra e Pinguim, como hasteá-la para incentivo à correcção das injustiças da comunidade. A ténue visita ao íntimo das personagens que Fialho opera restringe-lhe o campo de manobras para aquele efeito, mas o conto antunino de Pinguim (*O Aprendiz*) mostra ao seu autor que o companheiro poderia ter empregado aquela estratégia sem recurso ao espaço psicológico. Para Antunes da Silva não chega expor as questões, é preciso encontrar por via popular uma resolução. O que se deve, no entanto, questionar neste momento não são obviamente as hipóteses literárias de Fialho transmitir este tipo de situação (sentimento de revolta campesina) e o apelo revolucionário, nem sequer a sua vontade de os efectuar, mas antes se este silêncio proletário na sua prosa corresponde à realidade ou se foge dela. Dito de outra forma, importa saber se em finais de oitocentos existe alguma noção de força colectiva entre o proletariado rural transtagano, porque caso haja, sendo Fialho um autor de punho realista, deveria mencioná-la. De acordo com António Dias Lourenço, em *Alentejo Legenda e Esperança*, datam de meados daquele século as primeiras greves dos trabalhadores rurais, que em 1890-92 vêem as condições de vida degradarem-se com a crise profunda que a nação atravessa. Aumenta então o descontentamento e desperta «[...] de modo indefinido e ainda descoordenado, o protesto espontâneo em massa dos pobres do campo» (p.41). Bem informado acerca do quotidiano da região, o qual lhe é familiar, Fialho prefere anotar as suas gentes mais à superfície e, acima de tudo, o que é constante nessa

¹⁶⁹ Fialho de Almeida separa os latifundiários dos proprietários pela proximidade destes dos labores agrários, aspecto que não se verifica nos primeiros, os quais são também mais ricos.

realidade, sendo aliás esta segunda opção digna de elogio da parte de Antunes da Silva, por comparação com a procura do exótico e anedótico na prosa pretensamente regional e popular de outros criadores.

Acrescente-se que este desencontro entre o desejo do neo-realista e a acção do seu antecessor não significa que ele se limite a mostrar o que está errado, sem ter mais do que esse vago propósito. Descobrimos em certas figuras fialhescas um pensamento ou conduta cujo léxico que os formula os faz qualificar de «cristãos» ou pensamento libertário. Qualificativo que denuncia uma pitada de idealização nalgumas personagens principais, a qual faz chegar do romantismo social até ao leitor uma aspiração humanitária, posto depreender ele como exemplar aquele esboço de cristianismo, praticado por gente que além de despertar simpatia, o contagia da piedade manifestada. Com «Os Pobres» caminhamos em noite de temporal com um mendigo que procura abrigar-se nas imediações de Pedrógão. Depois de sabermos do seu passado de desamparo e maus-tratos – técnica determinista que faz entender a actualidade da figura, dá-lhe solidez e sensibiliza o leitor – tempo que constrói a sua resignação com a vida, acolhe-se num lugarejo com um lume quase extinto. Encharcado, faminto e exausto, esse calor ínfimo é quanto basta para renovar as suas forças físicas e fraternais. Esquecido de si, sente então «[...] misericórdia por todos os sofrimentos alheios, perdão por todas as injúrias sofridas [...]» (PU, pp.44-45). Também Josefa, a velha mendiga de «Conto de Natal» e a pastora de «Idílio Triste» enformam a solidariedade. Depois de furtivamente ter assistido no mato a um parto às escondidas e à agressividade do marido da parturiente, a velha «cheia de celestes compaixões» (PU, p.99) deseja socorrer a triste mãe. Embora a vida que leva não lhe permita que a separem do gado que apascenta, a jovem Domingas prontifica-se a acolher um foragido à tropa do rei. Reparte com ele a magra refeição, arranja-lhe um tecto de colmo, no meio de umas ruínas, na tentativa de diminuir a sua solidão, tão extensa quanto a do ermo onde habita sozinha com o pai cego. Excepções num Alentejo pouco terno, estes desgraçados mostram que a rudeza dos seres, por maior que seja, lhes pode deixar um reduto de humanidade. Sem se dever certamente ao acaso, a escolha de três personagens de baixíssima condição social aumenta, por a terem, a esperança que representam, negando-se assim um fatalismo sem saída. São, nesta paisagem, como as brasas quase mortas do lume que acalenta o maltês, as quais só um sopro exterior pode avivar, princípio de salvação colectiva que se afasta totalmente do neo-realista, que brota do seio popular.

Com este apelo romântico e pacífico à união dos homens, com opiniões socioeconómicas agrestes e esclarecedoras e quadros de penúria, a crítica de Fialho de Almeida informa os distantes da realidade da sua gleba transtagana, para que esta não esteja tão só num futuro que se deseja logo, mas que acaba por ser repetidamente adiado. Infelizmente, se pusermos de lado o peso das estéticas literárias de cada época e compararmos o Alentejo do final do século XIX ao representado em G (1945), constatamos que pouco muda, reforçando esta ideia a poesia que Mário Beirão estreia logo após a implantação da República. Ainda assim, Manuel Ribeiro que em breve conheceremos, dá-nos dos anos 20 trantaganos uma perspectiva um pouco mais confortante.

Guardando a pena do lavrador Fialho sempre distâncias do material humano que em qualquer patamar maneja, ao invés da adesão emocional às aspirações do campesinato da parte de Antunes da Silva, regista o potencial da planície para o dar a conhecer, atitude que este seu seguidor retoma por sistema. Da faceira positiva das gentes recolhe a sua grande resistência física e psíquica e captura-lhe os vestígios da sensibilidade atrás vista para a propagar, bem como guarda o precioso património. A banca fialhesca que se monta em «Ceifeiros» com produtos do montado (favas, cevada, trigo, tremoços, uva e cortiça) ou as obras que saem dos «Teares Alentejanos» apregoam o valor económico da sua charneca, que tem ainda para oferecer na capital e noutros lugares um magnífico espólio cultural que o escritor visita e estuda «Em Évora».¹⁷⁰

Dar a conhecer o Alentejo pretende assim em ambos os autores atenuar os seus males e prestigiá-lo, enquanto em simultâneo ensaiam um passo em frente para o bem geral do país, repto que outros filhos da terra perseguem igualmente no verso e na prosa. Avancemos até Beja e 1890, ano em que nasce o poeta Mário Beirão.

1.1.4. Com pouco mais de vinte anos, o poeta Mário Beirão publica o primeiro livro, *O Último Lusíada*, que se divide em oito secções, cujos títulos nos alertam, de imediato, para a hipótese de exercer este poetar alguma influência na obra de Antunes da Silva. Confirmá-la é o que pretendemos agora através do levantamento de pontos de contacto entre os dois escritores alentejanos. Começamos então com a enumeração daqueles títulos – «Pastorais do Sul»; «A Praia Ocidental»; «Paisagens»; «Bronzes»; «Mármore»; «Humana Condição»; «Transfiguração» e «Deus» – a par dos que encimam alguns poemas que compõem essas partes (*As Queimadas*; *Cantos Árabes*; *A Elegia dos Ganhões*; *A Noite*; *o Silêncio*; *Eterno...*) para reforçarmos a suspeita de que esta obra de Mário Beirão tematiza espaços de relevo na poesia antunina: o alentejano e o místico.¹⁷¹

Porque a memória e sobretudo a imaginação conduzem o escritor eborense a uma expressão mais íntima, sendo a segunda meio de acesso ao espiritual, as secções «Transfiguração» e «Deus» chamam particularmente à atenção. Efectuemos, pois, a leitura do soneto «Memória», inserido nesta última parte, para a partir dele e com recurso a outros textos, entrelaçarmos a religiosidade de ambos os autores.

MEMÓRIA

Nos ermos doutro mundo me visiono;
Falo e sou longe: a voz exprime ausência...
Em que remotos céus divaga a essência
Da minha alma perdida, ao abandono?

¹⁷⁰ Lemos ainda, postumamente publicados: «Teares Alentejanos» de *Saibam quantos...* (1912); «Em Évora», texto inserido em *Estâncias de Arte e de Saudade* (1921) e «Uma Herdade Alentejana» de *Aves Migradoras* (1922).

¹⁷¹ Lemos e citamos Mário Beirão *Poesias Completas* [ed. organizada por António Cândido Franco e Luís Amaro e prefaciada por José Carlos Seabra Pereira], Lisboa, IN-CM, col. *Biblioteca Autores Portugueses*, 1996.

A noite quer vencer-me pelo sono,
Mas o Passado rasga a noite, vence-a:
Eis que, a uma luz de estranha refulgência,
A Primavera acorda pelo Outono!

Acordo em mim, revivo, e sou ausente!
Eu me interrogo, aflito: em vão procuro
Ser saudoso de mim pra estar presente!

Sonhando, além da Morte eu me afiguro:
E sou, a um novo sol resplendente (*sic*),
Memória do Passado no Futuro! (PC, p.101)

Em «Memória» o sujeito poético encontra-se dividido entre dois lugares: o corpo situa-se no mundo concreto, mas o seu interior anda à deriva por «remotos céus», «Nos ermos doutro mundo [...]». A migração em direcção a si dá-se no «Outono» ou na «noite», alturas de tristeza que se abeiram da inactividade, porque marcadas por um esmorecer de forças. Por causa deste estado de fragilidade vital, a memória emerge, trazendo do passado «[...] uma luz de estranha refulgência», que o revitaliza, conectando-o ao tempo e ao espaço presentes com mais intensidade. Apesar da reanimação do sujeito, este patamar hesitante entre a vida e a morte onde intimamente se situa repassa para o exterior (*acordo em mim, revivo, e sou ausente!*), agravando-lhe as dúvidas existenciais. Por isso, tenta «em vão» agarrar a energia daquela estranha luz na saudade do que foi, mas só pela imaginação, «sonhando, além da Morte eu me afiguro». Só o sonho lhe garante a vida eterna. O onírico desenha, pois, aqui a curva na espiral do tempo, enquanto «memória do Passado no Futuro!», e torna-se a garantia mais segura da eternidade humana. Se Deus é a Vida eterna, então o sonho participa do divino.

Em JI e II, onde Antunes se desliga com mais frequência do terreno, conquanto se introverta a partir dos corpos naturais, contrariamente ao que presenciamos no poema lido, o papel da memória na conquista do futuro descobre-se também ligada à volição. Quer seja na vontade autoral de contribuir para a História portuguesa, quer seja no desejo de preservação patrimonial ou até nas chamadas repentinas de «maometanos loucos» (JI, p.51) ou de anónimos afins que, do fundo dos tempos, saltam para o quotidiano do enunciador (o devir daqueles). Com estes sonhos antuninos respeitantes à memória, os limites temporais alargam-se consideravelmente para o ser humano, mas é apenas com outro tipo de sonhos, os que têm na imaginação a sua principal fonte de alimento, que o sujeito lírico alcança o infinito e o eterno, visto que as fantasias desconhecem qualquer limite. Na leitura de AS e de JI e II, no ponto «Regressar à Terra», demonstra-se como a contemplação

da beleza e do mistério naturais contribui para a extensão imaginária do «eu» e para a respectiva ascensão mística, ao esperançarem-no com a roda sistemática da vida.

Todavia, o panteísmo antunino difere da religiosidade de Mário Beirão, cuja crença não promove os elementos da Terra e do céu a deuses. Menos luminosa no sentido literal do termo, porque menos solar e mais noctívaga, a religião do poeta de Beja limita-se a ver na Natureza manifestações de Jesus Cristo (*no vento a errar, desperta/ o verbo de Jesus!* PC, p.81) ou então emprega os seus componentes para se referir ao franciscanismo (*naquela fonte que deriva, claramente [...] a voz de S. Francisco se adivinha* PC, p.98). Por outro lado, a diferença entre o panteísmo e o cristianismo não invalida que ambos os escritores reconheçam no natural a capacidade de restituir a essência ao ser e nos sentidos um meio para esse efeito (*certo jardim, onde, uma tarde, errei,/em cor e olor minha alma restitui...* PC, p. 100) ou que os dois reflectam em volta da relação da matéria com o espírito.

Aflora esta reflexão logo no primeiro verso desta «Memória», cuja palavra «ermos», tão empregue por Antunes, se enlaça com o conteúdo de «O Vago», texto que abre da seguinte maneira: «O Vago é a essência que, saudosa, ondeia, /em derredor do cálix duma flor» e encerra assim: «O Vago é o estranho além do que nós somos!» (PC, p.96). Ora esta composição é a inicial da secção «Transfiguração» que está colocada cuidadosamente antes da última do livro, «Deus», porque para se chegar ao divino, há que mudar de forma. Quando na parte respeitante a AS apontamos os responsáveis pelo êxtase humano, indicamos o silêncio e a solidão transtornam-nos e, nos diários, assistimos à viragem do autor para a noite, a Lua e as estrelas. Note-se que para além de «O Vago», a divisória «Transfiguração» comporta um poema chamado «A Noite», um terceiro designado «O Silêncio» e por fim «Rezar». Comparativamente aos veículos de reformulação ou renascimento que vemos Antunes da Silva ensaiar, na entrega à imaginação e à alienação, a noite e o silêncio ajudam de igual modo Mário Beirão a experimentar o divino. Ou incorpora Deus na sua pessoa (*A Noite e Eterno*) ou, no caso do silêncio, usufrui da fantasia que ele favorece, pois «absorto em sua graça, o Pensamento/sonha vida imortal, imagens cria!» (PC, p.97).

Apesar de cada poeta rezar com a sua crença, os dois percebem com essa entrega às alturas o que se afirma, em jeito de síntese, no fim de «Transfiguração»: «rezar é sermos nós!» (PC, p.98). Com a integração que Antunes da Silva realiza no seio da Natureza, espalhando a sua sensibilidade pelos inúmeros corpos, procura ele, lembremos, a libertação necessária ao seu alongamento, passo primeiro para a afirmação de uma parte escondida da sua identidade, a vertente religiosa.

A saudade que lhe impregna a escrita e que com assiduidade o traz de volta aos campos do Alentejo para neles ser, vagueando, encontra-se, portanto, na raiz do artista e do homem que Antunes é. Sentir saudades da Natureza é sentir a falta daquela parte de si que busca a pureza do divino. Porque nascida da castração, saudade é então dor, mas uma dor criadora, em sintonia com o pensamento do saudosismo, conforme se lê no *Dicionário de Literatura*, de Jacinto do Prado Coelho: «na definição de Pascoaes o carácter saudoso português realiza a harmonia mais perfeita entre o paganismo e o cristianismo, a Presença e a Ausência, a Alegria e a Tristeza – mas harmonia instável, dinâmica, sempre a fazer-se, princípio de permanente renovação» (1994:1008). No poema «Humana Condição», a saudade do

que o sujeito foi chega para afligi-lo na noite, como em «Memória». Significa tal facto que no presente a condição existencial daquele se degradou por comparação à do passado. A tristeza que Beirão exprime constantemente deve-se a um presente sem sentido que parece ter como fim exclusivo ligar o antes ao depois (*vivo para chorar minha saudade* diz em *Treno*). Por este motivo, pouco depois, ciente da transitoriedade da condição humana, logo da imperfeição desta, pede mais uma vez: «Senhor! Dá-me a inefável redenção!/ Liberta-me de mim! – Que eu seja eterno, /eterno, e não mortal Recordação!» (PC, p.92).

Ainda nestas duas composições de Mário Beirão outra analogia surge com o escritor eborense no tratamento da relação da matéria com a alma: a ausência de rumo definido para o «eu» na viagem espiritual empreendida. Porém, enquanto o bejense se angustia, sentindo-se «este fantasma vil, que peregrina/pelo seu próprio ser – na treva espessa!» (PC, p.92), Antunes experimenta quase sempre nessa indeterminação o prazer. Apenas o mergulho no labirinto marítimo o atemoriza.

A tendência para espiritualizar a matéria ou vice-versa, observada em *A Nova Poesia Portuguesa* por Fernando Pessoa nos saudosistas, verifica-se no amigo e seguidor de Teixeira de Pascoaes onde «rezam as fontes/rezam os montes» e há «almas diáfanas de rosas» (PC, pp.74 e 62) a compor lugares que prolongam o ensimesmamento e a vontade contemplativa do sujeito: «Serras de fraga viva,/onde floresce a graça do Abandono» (PC, p.77). Também na prosa poética de AS é possível verem-se azinheiras «alienadas de paz» (p.259), partilhando com a humanidade em volta o trânsito para o etéreo, ou então «céu, terra e homens, tudo em pasmo» (G, 1945:150), numa harmonia arrebatadora, mas a propensão maior vai no sentido oposto, isto é, do corpóreo para o psicológico, sem que se alcance a divinização. Assim em S depara-se o leitor com um «sítio pasmado de solidão» (p.37) e no primeiro diário é do autor a felicidade emprestada à chuva (*que aguaceiro feliz!* p.79).

Em *O Último Lusíada* (1913), mais especificamente nas divisões «Pastorais do Sul» e «Bronzes», a valorização que vemos Mário Beirão fazer do Alentejo patenteia-se no apreço das qualidades do espaço físico, na convocatória dos seus elementos de baixa extracção social (malteses, campaniços e maiores), em maioria entre os rústicos da região, e no efeito que a terra e as gentes exercem nele.

Afogueada, seca pelo sonho, em alerta com o som dos «búzios» e dos «brados de maiores», que estalam a estagnação do silêncio, a planície vermelha dos «barros», onde «o Estio sangra. Na campina ruiva» ressentem-se, por vezes, do «olor de febre e morte. Águas enfermas». Arte plástica, a paisagem define-se «nos longes de cobalto» ou em «telas de sóbrios tons: charnecas» (PC, pp.82-83), conforme a encontramos no espaço de «Os Campaniços» ou até no de «As Queimadas», acção de desbravamento da terra que enche de impressivos brilhos os momentos predilectos em que se capta: a tarde e a noite. É nesta altura do escurecer que em homens e reses «há visões de água alucinando o olhar!», «ânsia», «miragens» a sobreporem àquele quadro sensitivo uma imaginação delirante a antecipar o surrealismo: «Vertigens...Obsessões...É tudo sangue em torno!/Águas, nem rasto, e a sede cuida ouvi-las!» (PC, p.82).

Na dolência envolvente, tudo se confunde: «A cor desenha sons!», o ocaso faz dos trigais «[...] mar vermelho em calma» (PC, pp.82-83), o sobrenatural chega num «lusco-fusco de agoiro» (PC, p.58) e os ceifeiros, ante o espanto da própria sombra, «param: temem pisar o vulto de Jesus!» (PC, p.83).

É esta a terra que o sujeito poético em remates de fraternidade para com o seu povo mostra amar¹⁷². Os sentimentos cristãos que no Alentejo Mário Beirão imagina alimentam-se do que observa nas gentes – o trabalho, a cultura e a condição social – mas também da abstracção fugidia que os ermos lhe estimulam (*Os Ermos*) e que com aquelas partilha.

Através do fogo redentor das queimadas, do cansaço das ceifas e da estupefacção saudosa de «Os Maiorais», o labor agrícola embebe-se de religiosidade. Quem, pela exaustão dos braços, vive a suicidar-se, reza depois «em seu fervor de parse» e «com flavo trigo sonha a luz que reverbera» (PC, p.57). Significa isto que de trigo, grão que na hóstia é o corpo de Cristo, se alimenta espiritual e fisicamente este povo, cujo canto árabe é a «[...] Harmonia, a forma eterna em Deus» (PC, p.59). A par do culto sulino do verbo e da semente, Mário Beirão indica em várias composições (*Os Campaniços*; *A Elegia das Grades*; *A Elegia dos Ganhões* e *A Epopeia dos Malteses*) a experimentação duradoura do sofrimento como um terceiro meio de elevação espiritual, tendo em mente a caminhada de Cristo na cruz. Com excepção desta aproximação dos homens ao Senhor, é sobretudo nestes textos que agora indicamos que o neo-realismo se delineia antes do seu próprio tempo, embora a figura física, psicológica e social do alentejano típico espreite também nos outros poemas que para trás referimos. Entre os camponeses e a Natureza a proximidade é grande. Sendo o Alentejo de Beirão um lugar quase sem bichos e poucas plantas, os maiorais de «terrosos cabelos» parece que «crescem do solo» e que «o sol em bronze os funde» (PC, p.80). Para o telurismo do retrato, a ardência charnequenha penetra-lhes no olhar, que é como quem diz, na alma, e o ambiente lânguido prende-lhes o pensamento. São seres que se «demoram a cismar» (PC, p.80), que ficam «atónitos, confusos» e saudosos de «o verbo de Jesus» (PC, p.81). O impulso do regresso à origem que neste último verso se lê, repete-se na cisma dos campaniços (*partir, meu Deus, partir?* PC, p.84) que se arrasta indefinidamente no fecho do poema a que dão nome (*ficam-se a olhar, a olhar...*). Presos à terra, sem grande esperança de libertação, por considerarem tarde, os campaniços acabam assim por se encontrar com os irmãos revoltados que atrás das grades calam as suas epopeias.

Em «A Elegia das Grades» (PC, pp.84-85), escutamos pela primeira vez, em discurso directo, e pela voz de um preso, as razões do desespero dos rurais transtaganos, já que o locutor poético se faz representante do «povo em massa», quando declara: «Canto o mal de todos nós». Num encadeamento infernal, antes de tudo vem uma «Fome» maiúscula que lhe traga a identidade (*sou um bastardo sem nome e sou a lembrança de mim*), o conduz ao crime e à sequente marginalização (*ninguém me quer, sou da vasa*). Consciente da injustiça da sua situação (*os crimes dos que condenam/ nem o inferno os quer julgar*), critica, em tom de revolta, os republicanos no poder por traírem a igualdade apregoada.

¹⁷² Vejam-se as últimas estrofes das pp.57 e 81.

Em complemento desta exposição dos desequilíbrios da realidade social, no poema «A Elegia dos Ganhões» (PC, p.86), ouvimos da boca de um dos assalariados o relato da degradação da sua existência. A perda do sustento próprio (a terra) traz-lhe também a fome e a dependência dos patrões, que logo o despersonalizam. Sem meios materiais para sustentar a família, mostra-se subserviente e humilha-se aos poderosos (*beijo o caminho onde passa/o dono que amaldiçoo! //Àquele que mais me engana, /mais lesto faço as vontades*), situação que alastra pelos companheiros: «Vá! Na roda da Desgraça/todos nós somos irmãos».

Por último e a fechar os dramas dos bronzes, em «A Epopeia dos Malteses» (PC, pp.87-88), um deles define-se confirmando ele mesmo a ruindade que outros lhe atribuem. Numa quadra de magnífica composição mostra o que é naquilo que faz: «De noite, vou pelas eiras,/– alma em fogo – deitar fogo /a searas, medas inteiras:/abrado e assim desafogo!». Incendiária, a sublevação desta alma atíça quem a incendiou, os ricos, ao afirmar não só a sua humanidade, mas também a consciência de que a exploração dos mais pobres no Alentejo dura há muito. A constância de tanto mal dentro de si assusta-o, ao ponto de questionar a própria existência (*sou realidade ou visão?!*). Pelo sofrimento que a vontade de justiça lhe provoca acaba por se confundir com Deus no acto de remissão: troca o seu espírito satânico, pelo castigo dos poderosos.

Por o que aqui se pode ver, o encontro de Mário Beirão com o neo-realismo antunino acontece antes de tudo pela sensibilização daquele à situação dos desfavorecidos da planície rural, a qual não se limita a mostrá-los genericamente como pobrezinhos, mas esmiúça as causas subjacentes à miséria que deles toma conta (a questão da posse da terra; a exploração patronal; o desfavorecimento perante a Justiça) e atreve-se a indicar culpados (o Governo e os poderosos). A coadjuvar à distinção dos seus alentejanos, o autor de «Bronzes» formula-os cuidando de detalhes realistas que respeitam, entre outros aspectos, à pose e psicologia, à indumentária e até à fala com termos locais. No Alentejo humano de Mário Beirão há claramente respeito e afecto pela identidade popular, sentimentos que fazem com que o jovem de Beja seja, segundo António Cândido Franco¹⁷³, o primeiro na poesia portuguesa a atribuir voz aos trabalhadores do campo.

Entre os elementos anunciadores da estética neo-realista, nos três últimos textos mencionados, nota ainda este crítico a tendência narrativa, juntamente com a moderna concessão da perspectiva àqueles camponeses, através do monólogo interior. Somem-se a esta dívida o facto de os protagonistas serem personagens tipo, a expressão de revolta e até a vontade de confronto da parte do maltês, bem como a justificação da marginalidade pelos abusos inerentes à servidão. Estamos, pois, no momento de não só rever as personagens que animam as narrativas de G e S (Gaimirra, Zé Boi, o maltês Ramalho, Tóino Valentim...), como também de folhear de novo CV. O segundo livro antunino de versos para além de apresentar um poema de grandes afinidades com os «Bronzes» (*Carta ao Patrão*) alia-se ainda a esta secção do livro inicial do jovem Mário pelos motivos que elege: as queimadas (*Queimada*); a mendicância (*Paisagem e Terceira Paisagem do Campo*) e o cante alentejano (*Rancho Coral*).

¹⁷³ *Ibid*, p.7.

Fora estas intercepções entre os artistas em destaque, onde se inscreve o sugestivo papel do auditivo e do visual, a quietude, o calor e o silêncio na descrição do ambiente natural da região, registam-se algumas diferenças. Posto que o Alentejo físico de Antunes da Silva irradie uma certa aura, acompanhada da respectiva capa de mistério, em cada passo, tropeça o leitor com agrado na materialidade espacial. Aves, árvores, astros prendem-no à Terra numa promessa de Céu. Já em Mário Beirão isso não acontece, porque no seu Sul estamos em levitação quase permanente, quer na indistinção dos homens de Deus, quer na melodia real do verso ou na sugerida acerca do canto dos seus antigos berberes. Resulta daqui que no artista ligado ao grupo portuense da Renascença Portuguesa o vocabulário abstracto é incomparavelmente mais abundante do que o presente na obra antunina, diferença que se conecta no fundo ao materialismo subjacente à estética que primeiro atrai o eborense e ao saudosismo coetâneo de *O Último Lusíada*.¹⁷⁴ Acerca desta corrente ensinam-nos de novo António Cândido Franco: «Neste sentido, o saudosismo de 1912 foi sobretudo um modo de dizer que aprofundou a poesia como língua sem referentes exteriores, e que o fez tanto ao nível gráfico como ao nível sonoro» (PC, p.12).

Que a separação a que acabamos de aludir não permita que se esqueça o investimento estilístico de Antunes da Silva, nem a permanente procura na sua escrita da essência da Vida, representando esta segunda um nó entre a sua religiosidade e o cristianismo de Beirão. Só não se aperta este com mais vigor porque o primeiro acredita encontrar-se no Homem a solução para os seus conflitos, enquanto o segundo lhe propõe a redenção cristã. Descubra-se em seguida o que espera Manuel Ribeiro da planície que qualifica de heróica.

¹⁷⁴ Coloquem-se lado a lado «As Queimadas» (PC, p.56), de Mário Beirão, e a «Queimada» (CV, p.26) de Antunes para se observar o contraste (abstracto/concreto) lexical. Já entre os «Cantos Árabes» daquele e o «Rancho Coral» de CV existem pareências, fruto da presença de ideias comuns (sensualidade; fraternidade; dorlência) e de palavras e expressões abstractas neste último, as quais se vêem na poesia de *O Último Lusíada*: «pasma ardente»; ausência»; «antiga raça»; «noite» (CV, pp.49-50).

2. CONTEMPORANEIDADE

2.1. Desafio não muito distante do cumprido por Antunes e pelos conterrâneos lidos neste trabalho dirige a escrita de Manuel Ribeiro (n.1878 - m.1941), principalmente nos romances que se abrem ao Alentejo – *A Planície Heróica* (1927), considerado pela crítica o seu melhor texto; *Esplendor mais Alto* (1930) e *Sarça Ardente* (1942). Como logo pelo primeiro título se adivinha, este filho grato de Albernôa elogia a terra-mãe, enquanto no interior do livro a vai definindo com o que a distingue. À imagem dos artistas transtaganos vistos, o regionalismo de *A Planície Heróica* encarrega-se de conferir crédito e graça ao resto da mensagem, através de uma minuciosa e precisa descrição espacial. No plano físico, referem-se conhecidos povoados, pequenas serras, rios e ribeiras reais, em volta dos quais a solenidade do montado descansa e os animais que nele sabemos encontrarem o seu *habitat* natural crescem. As típicas tarefas da lavoura exercem-se nos «moles solões barrentos» (PH, p.31) ou até nos «xistos córneos, sem água» (PH, p.71). Sem surpresa, o casario branco e rente que humaniza a imensidão trigueira da paisagem liga-se, juntamente com o que o povo aí come e traja, à áspera meteorologia transtagana e aos rebentos que da gleba o trabalho agrícola arranca. A maneira de ser ímpar, o português único no timbre e nos termos, bem como a organização das gentes na comunidade campestre somam-se à problemática que o operariado aqui carrega pelos vínculos que o prendem a um chão fecundado com dedicação e sem a respectiva posse, e tudo isto completa, em termos humanos, o quadro regional que Manuel Ribeiro nos oferece.

Pela formulação desta imagem do Alentejo rural e mais propriamente pelo material com que a realiza, o qual se repete nalguns autores do neo-realismo, Manuel Ribeiro deve considerar-se outro dos antecipadores deste movimento. Não menos importante para esta consideração é o modo heróico como apresenta o trabalho agrário alentejano, um dos pólos de atenção do romance que coloca em contraponto a espiritualidade igualmente épica do padre Dionísio da Cruz.

O trabalho, naquela dignificante e bela função de lavrar, semear e colhêr as messes sagradas de onde saía o verdadeiro oiro da terra, o sangue da vida, adquiria ali na terra charnequenha tal grandeza, tal relêvo de superioridade, e edificava tanto, que dentro daquela rudeza brava dos povos charnequinhos e coureleiros êle via mundos novos, focos de beleza moral que nas sociedades mais polidas e civilizadas, estava certo, não encontraria (PH, pp.117-118).

Ao contrário dos diferentes géneros de desentendimento (laborais; amorosos...) estruturantes de S, que nunca saem do plano terreno e humano, visto deverem-se a uma falha na comunicação entre as pessoas, o conflito central de PH gera-se entre o amor à terra da maioria dos camponeses alentejanos e também do jovem padre e o amor a Deus da parte deste. A intriga de PH não se fica, pois, por este mundo, encaminha-se assim para o patamar celeste. Nas páginas daquele romance de Antunes da Silva e também dos restantes livros,

a Igreja quase não tem assento. Visitam-nas sem relevância um ou outro padre, organiza-se em G uma procissão a pretexto de descrever os habitantes da vila, escapam acerca dela alguns comentários rápidos e depreciativos em *A Fábrica*. Quanto ao Deus cristão, se algum reparo se faz é o de que não auxilia os homens quando estes necessitam. Por oposição a esta postura que ignora mais do que provoca, a totalidade da produção literária de Manuel Ribeiro, para além de comportar uma dimensão cristã, secundariza face a ela tudo o resto em cada livro. Em Antunes da Silva não há fé católica, mas não se pode afirmar que se verifique a ausência de princípios cristãos nem de espiritualidade. No entanto, a escrita antunina centra-se a maior parte do tempo na dimensão terrena da existência e aí encontra as suas divindades, sendo este facto o elemento mais distintivo entre dois autores que, entre outros aspectos comuns, sempre pugnaram ao longo das suas vidas por uma sociedade mais justa. Antunes da Silva pensa consegui-la de baixo para cima, Manuel Ribeiro crê pelo céu poder alcançá-la.

Depois de um percurso de vida polémico e incómodo que se inicia no anarquismo e no sindicalismo revolucionário, passa pela criação do PCP, sorri ao nacionalismo dos reaccionários integralistas lusitanos, enquanto adere em plenitude ao catolicismo, o alentejano Manuel Ribeiro, o escritor mais lido nos anos 20 em Portugal, anda na defesa da democracia cristã por alturas em que redige PH. Embora neste texto se solidarize com o sentimento de injustiça que revolta o operariado rural alentejano por não possuir a terra que cultiva e admire o empenho tremendo deste nessa labuta diária, ao ponto de comparar a bravura das acções agrícolas e dos respectivos obreiros à de um exército e de associar a sua beleza às histórias e personagens puras da Bíblia, Manuel Ribeiro através do protagonismo do padre indica a solução que defende no momento para o progresso de uma sociedade pouco devota – a fé em Jesus Cristo – e em simultâneo mostra considerar esta aposta superior a qualquer outra. O jovem pároco que chega ao Alentejo determinado a semear a palavra e o amor ao Criador sente-se desde ao início posto à prova pelas forças grandiosas da Natureza local de aparência indomável ao seu olhar tenro de minhoto. É não só a terra que o faz vacilar, no exemplo sistemático que tanto o cativa da sua fecundação, como a amoruda Conceitanita. Com a filha do sacristão, a tentação da carne, e mais uma vez a do acto criador, chama o homem que antes de mais é. Na melhor das intenções todos o pressionam para que cultive um torrão e aceite o amor dedicado da rapariga, mas o sacerdote resiste, isto é, sofre o carregamento dessa cruz (a do nome) que quase o mata, até encontrar na continuação do trabalho do Senhor a sua razão de viver. Afirma-se, pois, no que verdadeiramente é, um servo divino, tornando-se por isso capaz de dar ao povo da planície um exemplo de moral católica. As mesmas forças naturais que antes atrapalham o seu agir sacerdotal são as que afinal lhe fortalecem o espírito. Manuel Ribeiro catequiza assim o leitor sobre o valor do lugar ocupado por cada ser humano dentro da sociedade, fazendo notar que todos podem contribuir para a sua harmonia. Já distante da época revolucionária em que chega a admitir a violência física para a correcção dos males colectivos, o escritor parece agora propor aos injustiçados que atenuem os incómodos do seu viver com meios mais pacíficos.

Não obstante o antagonismo no carácter (mundano/espiritual) das propostas de progresso, a paz, valor maior do cristianismo, é a meta almejada por ambos os escritores no epílogo

dos dois romances em destaque. Antunes da Silva, recordemos, fecha *S* apaziguando as personagens mais perturbadas (Maldirro, «Pouca Lã»...) ante um casamento que concilia membros de diferentes classes sociais, o que obviamente significa uma aliança de interesses distintos. Compreendendo múltiplas formas (fraternidade, solidariedade, caridade...), o amor humano é sublinhado pelo eborense na respectiva capacidade redentora e, a seu lado, o dom da palavra obra no mesmo sentido. O esforço comunicativo entre os vários degraus da hierarquia transtagana e também no interior de cada grupo aponta-se em *S* como necessário. Pela aspiração à paz e pelos meios defendidos para a alcançar – o amor e a palavra – assim como pela exploração da temática geral do desentendimento humano, os dois autores alentejanos alargam a significação dos respectivos textos ao universal.¹⁷⁵ O optimismo dos finais, fruto das uniões dos distintos grupos sociais, através não só de casamentos (Pompina e Francisquinho em *S*; Conceiçanita e João Manuel em *PH*), mas ainda de actos de outra espécie («Pouca Lã» torna-se rendeiro de um senhorio generoso em *S* e, no fim de *PH*, os rurais reconhecem e acolhem Dionísio na exclusiva condição de padre) acalenta o leitor com a segunda virtude teologal, a esperança na possibilidade de um futuro melhor.

Num apanhado do que foi dito até agora, sumarie-se que em *PH* Manuel Ribeiro, com a atenção cedida a uma região desfavorecida (Alentejo) devido a lacunas de ordem material (camponeses sem terra), geradoras de alguma fricção colectiva, desbrava caminho para a chegada do neo-realismo.¹⁷⁶ Ainda que o secundarize, convoca, pois, o tema do conflito de classes, promovendo nele o trabalho agrário e os seus executantes ao estatuto de heróis, o qual uma Natureza adversa à acção humana ajuda a consolidar.

Num parágrafo à parte a esta síntese, acrescenta-se que o autor, via o lavrador Joaquim Castilho e o filho João Manuel, regista para a região algumas ideias de desenvolvimento económico onde ecoam as teorias políticas da época, nomeadamente as de Ezequiel de Campos. Pela voz do narrador escutamos também a recriminação do absentismo latifundiário e das razões da imutabilidade secular da posse da terra.

A focalização espacial não se limita, todavia, a cuidar da problemática socioeconómica, valoriza o povo da região com um abundante manancial de elementos de cariz essencialmente etnográfico, garantindo estes a verosimilhança imprescindível a um discurso ficcional convincente, princípio primeiro da futura acção pública que se deseja. O final feliz coaduna-se com o objectivo da mudança ambicionada nas estruturas sociais, na medida em que incita os receptores da mensagem para a sua promoção. Porque se aspira a que a mudança aconteça a nível global, a universalidade dos temas e das propostas para resolver

¹⁷⁵ Atrás dizemos que Manuel Ribeiro propõe a fé para a salvação social, agora falamos no amor a Deus que esta implica. Esclareça-se ainda que este autor não defende no desenvolvimento da acção de *PH* o bom uso da palavra como meio de alcance da paz comunitária, mas, ao servir-se dela para esse mesmo fim, enquanto escritor, mostra acreditar na sua capacidade transformadora.

¹⁷⁶ No último romance de Manuel Ribeiro, *Sarça Ardente* (1942), de igual modo se adicionam muitos dos ingredientes que fazem de *PH* um texto precursor da corrente neo-realista: a etnografia na marca regionalista; a disputa pela terra; o enaltecimento do trabalho rural; a solução amorosa do matrimónio entre pessoas de classes sociais distintas para pôr fim ao conflito; a valorização da paz social, permitindo a intriga uma leitura de alcance global que o mundo então em guerra urgia entender.

os conflitos parece a escolha mais eficaz. Quanto às personagens, resta dizer que a habitual tipificação neo-realista encontra no lavrador Joaquim Castilho de PH um representante do homem rural alentejano a preceder todos os rurais que inventou. Verificado nalguns textos de cunho marxista, o maniqueísmo figurativo não tem lugar no simpático elenco de Manuel Ribeiro de Albernôa, numa outra concessão ao realismo que humaniza este belo romance.

Como bem nota e analisa Gabriel Rui de Oliveira e Silva¹⁷⁷, ao mencionar o protagonismo da Natureza em PH, o medo do desconhecido apodera-se do jovem prior logo que sai do comboio no Alentejo e vê a planície enorme e erma, cujo povo reza sem «nenhum temor» (PH, p.47). Gradualmente o medo vai ocupando nele lugar até atingir a dimensão maior de pânico, quando contrariado aceita casar com Conceiçanita e se vê desfigurado em consequência dessa violência que inflige a si mesmo. Ser tomado pelo «pânico» significa na origem deixar o sujeito que Pã, encarnação da energia e da tendência criadora presente em todo o Universo, se aposse de si. Ora sendo o jovem alguém incumbido de um cargo espiritual em favor de um Deus único, em síntese, um padre católico, não deve permitir que as forças divinas da Natureza, entidade governada por Pã, na sua propulsão genésica, o conquistem. Teme paganizar-se como as gentes que logo o entusiasma com as suas culturas agrárias e amorosamente a elas se devotam.

Na sequência destas ideias, o nome próprio do sacerdote, Dionísio, reafirma uma ligação embrionária à Terra-mãe, visto que o deus Dioniso ou Baco é um dos seus filhos, representando por essa razão «[...] a vida surgida das entranhas do solo...»¹⁷⁸. Chamar-se «Dionísio» quer dizer antes de mais ter de assumir a sua condição humana, porque o Homem é uma das formas de vida que emerge na Terra. Porém, segundo o *Dicionário dos Símbolos*, de Chevalier e Gheerbrant, «no sentido mais profundamente religioso, o culto dionisíaco, apesar das suas perversões, e até por elas, testemunha do violento esforço da humanidade para eliminar a barreira que a separa do divino, e para libertar a sua alma dos seus limites terrestres» (p.266). Já sabemos que é esta a luta que coloca de um lado a atracção terrena e do outro o mundo espiritual que o simpático pároco trava e vence em PH, mas não sem antes vacilar:

Assim se via êle estranho e deslocado naquele povo de lutadores, envergonhado, quási, do contraste entre a sua mansa prêgação e a violência do ferro revolvendo os solos. E tanta sugestão lhe vinha já da beleza deste esforço e da grandeza desta faina, que o empolgava às vezes o desejo de juntar os braços a esses e de se abraçar também à terra, para a romper e fecundar... (PH, p.47).

Posto a Natureza ocupar um espaço privilegiado no conjunto da literatura de Antunes da Silva (razão por que a grafamos sempre com maiúscula), quer a nível temático ou declarando-se mesmo como personagem principal, e seja pela relação especial tida com

¹⁷⁷ Veja-se o trabalho notável em torno da complexidade desta figura literária injustamente esquecida desenvolvido em *Manuel Ribeiro e o Romance da Fé*, Lisboa, Universidade Aberta, 2008.

¹⁷⁸ In *Dicionário dos Símbolos*, de Jean Chevalier e Alain de Gheerbrant, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, p.266.

ela que o escritor em JI e II desnuda em público as próprias fragilidades, a observação desta entidade em PH conduz a alguns esclarecimentos conclusivos. Primeiramente afirma-se, para não perdermos de vista a última citação de PH, que Antunes da Silva não usa no tratamento estilístico da Natureza metáforas de cariz sexual como as que ali encontramos, se bem que o elo entre o clima e a sexualidade envolva alguns textos¹⁷⁹. Em segundo lugar, Antunes da Silva, fazendo jus às observações do antecessor acerca da religiosidade transtagana, também reza sem medo, acompanhando a sua gente. A sua imersão na Natureza e entrega, entrevista na vertente religiosa desde G (1945), mas só claramente assumida em AS (1966), acalmam-lhe as dores. A dedicação antunina a Pã é, pois, confortante, pacificadora, ajudando até o seguidor a construir novos caminhos dentro de si, a abrir publicamente o ser ao Universo. Este carácter reconstrutivo que o panteísmo de Antunes da Silva manifesta, revitalizando-o, encontra-se com o percurso espiritual visto atrás do padre Dionísio. Só que a personagem de PH sente a tentação panteísta como uma queda e por isso sofre e acaba por fazer dessa tentação trampolim para algo ainda mais poderoso, Deus. Ascende assim de uma morte figurada à vida que considera verdadeira¹⁸⁰. No sexagenário Antunes da Silva, o tombo do sonho democrático e de outros degraus que bem o ferem é também padecimento, expresso no desejo de partir, na obsessão com a morte, acabando por o conduzir ao seu interior. No fim, ambos chegam a uma espiritualidade mais profunda, mas enquanto o pastor Dionísio deixa para trás Pã, ao acreditar na sua própria capacidade de conduzir as almas até Jesus Cristo, Antunes coloca-o definitivamente no altar porque descrê dos homens.

2.2. Ao contarmos com a sincronia do olhar de Antunes da Silva e Garibaldino de Andrade sobre o quotidiano rural da província, de imediato nos deparamos com um pequeno obstáculo: saber, com rigor, a que contexto histórico o autor de *Sete Espigas Vazias* se refere neste romance que publica em 1955. Partindo do princípio de que as datas presentes no fim de SEV indicam os momentos de redacção – «Galveias (Ponte de Sor) Janeiro/Março de 1946; Palanca/Humpata/Angola 7 de Janeiro/15 de Novembro de 1954» – cremos ser aquele primeiro período de escrita posterior à sua experiência de professor primário em Vila Ruiva. Na base do romance, está com certeza o tempo da docência, logo depois da conclusão do Magistério e provavelmente antes do escritor substituir o pai, em 1937, no jornal *A Mocidade*, de Ponte de Sor, terra onde nasce em 1914. Garibaldino terá assim composto parte de SEV em 1946 a partir do que o inspira cerca de uma década antes no Baixo Alentejo. Por outro lado, os meses que dedica ao romance em 1954 parecem ter contribuído para inserir no seu conteúdo elementos do panorama agrícola português de então. Verifica-se, pois, uma certa hibridéz contextual na história. A debulhadora que na eira descascaria o cereal dos seareiros de Vila Branca e a saída temporária desta pequena povoação de assalariados

¹⁷⁹ Cf. JI, pp. 59 e 153.

Naquela transcrição de PH presente em cima, atente-se no sentido fálico da «violência do ferro revolvendo os solos», logo clarificado um pouco com a vontade do padre «se abraçar também à terra, para a romper e fecundar». Para consolidar esta ideia da conotação sexual, acrescente-se que também Manuel Ribeiro, tal como Antunes, apresenta os quadros naturais como extensões do próprio Homem.

¹⁸⁰ Cf. a desfiguração em PH, p.282.

que só regressam para as grandes labutas do campo, apontamentos dos capítulos finais, concordam com o último período de redacção, o da mecanização agrícola. Tempo que é a continuação, diegética e real, do enfraquecimento progressivo da actividade seareira, representado logo no início pelas angústias do protagonista Manuel Faleiro. Segundo a informação estatística recolhida por Renato Miguel do Carmo, na análise a que recorremos já para fundamentar o que dizemos acerca de S, o Baixo Alentejo conhece desde os anos 30 até à década de 60, uma diminuição no número de trabalhadores agrícolas por conta própria e, em simultâneo, um aumento considerável de assalariados¹⁸¹. Em SEV, esta mistura de dois momentos da História agrícola, contíguos, mas diferentes, não prejudica, contudo, a apreensão num determinado período de uma imagem do Alentejo mais ou menos coincidente a partir dos dois escritores, porque G (1945) e S (1961) abrangem a mesma faixa temporal, a qual grosso modo podemos delimitar entre 1935-55. Se bem que no romance antunino o calendário avance em direcção à posteridade, aborda-se uma problemática socioeconómica (mecanização e irrigação agrícolas) que ainda se insere no final daqueles vinte anos, iniciados também pela primeira geração de personagens.

A evolução social que os pais do Dr. Maldirro, ti Zé Moiral e Marcela ajudam a esboçar no Alentejo de S, por semelhança e contraste com as vivências dos respectivos descendentes, encontra paralelo em SEV, obra que igualmente se escreve em torno dos seareiros. Tendo brotado em força da Campanha do Trigo de 1929, este grupo de pequenos agricultores, rendeiros e/ou proprietários, chega por si só para traçar com firmeza uma linha separadora entre o espaço regional dos romances neo-realistas e o de Fialho de Almeida, repleto de primitivismo e extrema pobreza, não obstante se fixarem os três autores exactamente no mesmo ponto do Alentejo. Garibaldino e Antunes não só retratam o grupo em apuros como o fazem de maneira afim: recorrendo à evocação do passado. Assim em SEV damos conta do depauperamento de Vila Branca num presente com ruas despovoadas que cria problemas financeiros aos que ali permanecem, sejam eles lojistas, velhos ou camponeses. A par dos novos contratos de exploração das terras, cada vez mais desfavoráveis ao pequeno agricultor, sete anos de espigas vazias, isto é, de baixa produção, duplicam o castigo dos que dependem do cultivo. Embora referida muito ao de leve a chegada da maquinaria rural, na medida em que rouba o trabalho aos ganhões e os obriga a partir para outros destinos, também lesa a actividade seareira, que pontualmente os emprega. É dentro deste quadro negativo que vemos o sonho de Manuel Faleiro desmoronar-se. Entusiasmado com a possibilidade de arrendar os Luzeiros, propriedade fértil que anos antes desbravara e preparara com o arado, indigna-se com o preço a pagar na actualidade pelo aluguer: um terço da colheita e todas as despesas da produção. Desmotivado, recorda-se de quando as rendas das terras pouco custavam, dos tempos em que podia socorrer a bolsa vazia do vizinho e sobretudo de 1934, o ano da seara grande. Marco a partir do qual parece iniciar-se o processo de definhamento de Vila Branca, visto Joaquim, o filho do Agostinho da Loja, ter de se arriscar no contrabando para salvar o negócio da família desde a guerra civil espanhola (1936-39). Conquanto por estas duas referências históricas entendamos centrar-se a acção romanceada por Garibaldino de Andrade predominantemente na segunda metade da década de 30, inclui já ela a sugestão do aproveitamento das águas dos rios em

¹⁸¹ Cf. Carmo, 2007, pp. 823, 826 e 828.

represas, o plano de irrigação que em S está prestes a concretizar-se. Há, pois, no autor de Ponte de Sôr também a vontade de alongar o discurso até um futuro próximo, de forma a poder plantar nele uma ideia para benefício da comunidade transtagana, quer ao nível das práticas agrícolas, quer das condições sanitárias dos pequenos aglomerados rurais, onde por vezes falha o abastecimento de água. Ainda que ambos os romances enalteçam um passado recente face às difíceis condições de labor agrícola no presente, deve entender-se por isso apenas uma denúncia dos crescentes abusos de exploração dos proprietários. Discordamos assim de Albert-Alain Bourdon que a partir deste procedimento ficcional desconfia do conservadorismo dos autores e até do protesto de um grupo de privilegiados que teme perder o que tem. A leitura destas obras mostra bem a proximidade do modo de vida seareiro do assalariado, não fazendo por isso sentido pensar-se em favorecidos neste patamar popular.¹⁸² Se através do seareiro Crispim Barradas, Antunes da Silva informa dos malefícios da mecanização, tal não significa que esteja contra ela, mas tão-só que pretende que a evolução económica com o seu anseio capitalista não engula as forças agrárias de produção. Prova maior de que os dois neo-realistas são receptivos à modernização do sector primário é o apoio à construção de barragens.

Factor diegético de realismo, a actualidade do assunto de SEV (as dificuldades dos seareiros) emparceira com um conjunto de elementos igualmente realistas respeitantes ao espaço regional, o qual dividimos aqui nas componentes geofísica e humana.

Garibaldino relata a história de uma família de seareiros ao longo de nove meses, o período de gravidez de Mavilde, a qual casa em Fevereiro com António Francisco, o sucessor de Manuel Faleiro. Toda a acção, com incursões à meninice do jovem casal e até do pai e da tia Gracinda do rapaz, decorre em Vila Branca e nos campos em volta. É, pois, a partir da família e destes lugares que o autor nos dá exemplarmente o seu testemunho do Alentejo rural. Através dos Faleiro e das relações sociais que encetam, o leitor contempla parte do funcionamento de uma qualquer comunidade transtagana. Dentro de portas, apercebemo-nos das tarefas de cada membro da casa, seja no dia-a-dia ou em ocasiões especiais como uma boda, onde as mulheres ainda ficam mais sobrecarregadas com a preparação de refeições e roupas. A Antónia, a filha de Manuel e Maria Faleiro, cabe ainda ajudar o pai na monda e noutras lides rústicas, ao lado do pessoal contratado por ele, enquanto o irmão alterna a lavra dos Loureiros com o carregamento de cortiça e lenha para a estação de Alvito, a solução arranjada para remendar as finanças da família que tanto custa ao chefe.

A união de António Francisco com Mavilde e as idas à mercearia e taberna do Agostinho servem de pretexto para admirarmos a colectividade local nas suas diferenças. Logo na abertura damos com o protagonista a pensar na ascensão social do compadre João

¹⁸² Em «L'Alentejo sous le Regard de quelques Romanciers Néo-Réalistes» Albert-Alain Bourdon diz:

Enfin chez lui (*fala de Garibaldino de Andrade*), comme chez Antunes da Silva, domine une vision nettement passéiste de la réalité. Ce que regrettent les *seareiros*, ce sont les conditions économiques du passé qui ont fondé leur rôle économique et assuré leur position sociale. Ce qu'ils redoutent, ce sont les difficultés croissantes nées d'un monde en pleine mutation, où la technique transforme totalement (précisément à partir des années 50) l'agriculture alentejana. Leur attitude est donc nettement conservatrice, voire réactionnaire. Et souvent le lecteur a l'impression que les romanciers néo-réalistes partagent ce point de vue, assez paradoxal pour des écrivains engagés (p.194).

Amorim, o pai da noiva, que deixa de ser seareiro e se torna feitor no Azinhal, graças ao agrado ao Dr. Álvaro. Este advogado e a esposa, a Dona Aninhas, representam juntamente com o velho Nogueira e o Dr. Eusébio os poderosos da povoação, individualizados pelo escritor com diferentes retratos. Por causa de apadrinharem o matrimónio, o primeiro casal, que inicialmente nada percebe de agricultura e só vem à herdade pelas antiguidades que os ganhões recolhem nas terras, acaba por se aproximar das famílias seareiras e de outros trabalhadores convidados devido ao convívio, ao ponto de mais tarde querer mudar a residência de Lisboa para ali. Quanto a Maximino Alves Nogueira, o amante do teatro e o antigo dono da Filada, herdade modelo responsável pelos tempos áureos de Vila Branca, a reacção de tristeza à notícia da sua morte evidencia bem a paga popular pela generosidade do velho latifundiário.¹⁸³ Por sua vez, o Dr. Eusébio encarna outro perfil de proprietário. Trata-se de um médico nortenho que enriquece através do casamento com uma rica proprietária alentejana, embora ele próprio tenha querido a separação de bens. Entre os abastados, é a figura retratada com mais equilíbrio. Sabemos ter relações tremidas com certas pessoas da vila, mas auxilia sem reservas Manuel Faleiro com um empréstimo de dinheiro a juros, bem como trata doentes de graça e ainda lhes deixa esmola. Já no cerne da enorme camada popular, descobrimos que tal como os proprietários também muitos outros têm vários meios de sustento. Zefa Catafoa, a quem o marido deixa por se desentender com o Dr. Eusébio, socorre-se de todas as oportunidades que lhe aparecem para matar a fome aos seis filhos: lava roupa, monda, faz recados e amassaduras de pão para o forno de ti Jacinta Dioga. Pelas mãos desta veio metade de Vila Branca ao mundo, mas no final dos seus dias a velha parteira nem tem de comer, sorte idêntica à do gasto pastor Naguiça a quem os patrões negam na velhice qualquer préstimo. Meros exemplos estes últimos da enorme desprotecção social que afecta igualmente as crianças e, note-se, de uma diversidade comunitária bastante completa que alberga ainda por estas paragens do Baixo Alentejo dois amantes, padres, comerciantes e ganadeiros e couteiros e um carteiro importantíssimo. Retalha-se a pirâmide colectiva não só verticalmente em classes como em cada plano horizontal. O que serve de base compõe-se de múltiplos grupos e indivíduos ligados a trabalhos temporários e diversos para os quais não é necessária grande preparação. A pluriactividade e o plurirrendimento a que os latifundiários também se dedicam, muitos com estudos e a exercerem profissões liberais, reforçam o realismo do variado elenco de personagens. Apesar de ricos e pobres usufruírem em SEV de bens materiais e culturais bem diferentes, a distinção social assenta essencialmente em toda a comunidade transtagana no capital possuído, ou seja, conecta-se à posse da terra e ao estatuto perante a sua laboração manual, dado que pode dar jeito ao materialismo histórico que subjaz à estética neo-realista, mas que antes de mais está de acordo com a realidade (cf. Carmo, 2007:820).

¹⁸³ A descrição desta herdade modelo constitui a proposta de solução autoral para a problemática socioeconómica exposta em SEV. Dela diz-se:

águas bem aproveitadas, arvoredos cuidados a primor, solos bem arroteados e explorados de acordo com as mais modernas ideias de cultura do agro. Durante muitos anos, Maximino Alves Nogueira foi a providência daquele povo. Numa larga faixa da sua herdade, reservada para o efeito, cultivava um sem número de seareiros da região, em condições verdadeiramente excepcionais. [...] inventava tarefas nos seus terrenos, como abertura de caminhos, plantação de novos arvoredos, etc (pp.245-246).

Para além do funcionamento da colectividade que acabamos de descrever ser próprio do Alentejo, de modo similar a família Faleiro tipifica um estrato social específico da planície, só que não o faz exclusivamente por razões laborais, à semelhança das restantes figuras. Garibaldino imprime no texto a região de diversas maneiras. O ajuste da oralidade ao grau cultural das personagens conduz quer a uma redacção concordante com a pronúncia local, quer ao emprego de termos populares e até de umas frases em castelhano, pois por momentos a acção desenrola-se do outro lado da fronteira com alguns «hermanos».¹⁸⁴ Pelo nome de algumas ruas da ficcional Vila Branca – designação certamente preferida pelo autor por se poder aplicar a qualquer povoado transtagano e por isso se confundir com todos eles – alcançamos Vila Ruiva, visto no mapa contemporâneo desta última constar a Rua da Lagoa e a do Castelo, enquanto o texto menciona a «Rua da Alagoa» e a «Travessa do Castelo» (SEV, p.35). Percebemos estar nas imediações do rio «Odivelas» (SEV, p.39), de «Cuba» (SEV, p.49) e «Beja» (SEV, p.163), e a uma distância razoável de «Serpa» (SEV, p.104), terra para onde Joaquim se dirige a fim de fazer contrabando. Por estas pistas, caso o leitor pense erradamente que Vila Branca corresponde à verdadeira Vila Alva, desengana-se quando se depara com tia Jacinta Dioga e a irmã ao fresco: «sentadas no alto, elas dominavam a vila e os campos de restolho para as bandas de Vilalva» (SEV, p.321). Vila Alva é, portanto, no texto e na realidade, uma povoação vizinha de Vila Branca (Vila Ruiva). Some-se a estas indicações geográficas um rol de montes e herdades, a forma de propriedade agrária local. O casamento de Mavilde e António Francisco ocorre no monte do Azinhal, onde entramos e vemos um «mocho», «vasos de cobre e estanho», «cântaros de água», «barranhões para a açorda» e uma «panela de ferro» (SEV, p.25). Já em casa dos pais da rapariga há um «capacho de bunho» (SEV, p.33; tapete) e na dos compadres «candeeiros de latão de três e quatro bicos» (SEV, p.139) e «[...] cadeiras de bunho, pintadas de castanho, com espigas peludas e rosas ingénuas nos espaldares», entre outros pequenos luxos que compõem «as paredes caiadas» (SEV, p.140). Atente-se neste mobiliário nos pormenores reveladores da sua origem. Pelas refeições confeccionadas também não nos enganamos na localização. Em dias especiais saboreia-se «[...] a moleja, iguaria rara de sangue e miudezas, o ensopado de borrego [...]»; «arroz doce» e «farófias» (SEV, p.140), mas habitualmente ingerem-se umas sopas perfumadas com «poejo e hortelã silvestre» (SEV, p.234). Excepto, se a paixão mimar o repasto, como sucede com o almoço que Mavilde leva ao marido no campo: «[...] pão alvo, azeitonas e peixe frito, do rio» (SEV, p.237). Quando o calor aperta, sabe bem um «gaspacho» (SEV, p.314) e para combater o frio come-se «açorda» (SEV, p.185). Se o leitor desconhecer estes dois últimos pratos, mestre Garibaldino dá as receitas. Quanto às roupas que estes camponeses envergam são as normais na região: «capote» (SEV, p.29), «cardas» (SEV, p.40) para as «botas de atanado», «calças de cotim», «safões», «pelico» (SEV, pp.172-173) e, claro está, «chapéu» (SEV, p.282), tudo para homem. Na monda, as mulheres trazem: «Os braços protegidos pelas mangueiras e as pernas pelas *antiparas*. Saias apanhadas, a formar calça, e chapéus velhos nas cabeças, sobre os lenços desbotados pelo uso [...]» (SEV, p.218). Na ceifa, os dedos protegem-se da foice com

¹⁸⁴ Palavras cuja redacção em SEV concorda com a pronúncia local: «boí-o» (p.18), bebi-o; «ti» (p.18), tia; «nina» (p.66), menina; «bordanito» (p.88); «nha» (p.93), minha; «trícia» (p.93), icterícia; «potechinho» (p.105); «diabalma» (p.146); etc. Termos populares: «abalaram» (p.20); «falazar» (p.24); «povoléu» (p.36); «ladridos» (p.40); «parvajola» (p.110); «olharadas» (p.144); etc.

«canudinhos» ou «dedeiras» (SEV, pp.308-309) e as pernas masculinas com «pedaços de saca» (SEV, p.310). O canto distrai do esforço exigido por estas lides agrárias e a «atada» (SEV, p.308) de que o próprio Manuel Faleiro trata, bem como o conto do boi barrabão o distraía na infância (cf. SEV, p.167). E ambos, o canto e o conto, ilustram a diversidade textual da literatura popular que em SEV se evidencia com as rezas a Santa Bárbara e a S. Jerónimo para afugentar a trovoada (cf. SEV, pp.271 e 273), mezinhas (SEV, p.94), superstições (SEV, p.286) e provérbios (SEV, p.80). Apesar das orações e das «festas na Senhora da Represa e na Senhora d'Aires» (SEV, p.300), esta última ainda hoje com grande brilho, o escritor declara a fraca religiosidade do povo alentejano, o qual tem em João Amorim um representante à altura «[...] verdadeiro homem da planície: severo, de poucas falas, todo ele feito de secura» (SEV, p.50). Aparentemente pouco sociável, feitio para o qual a solidão requerida por trabalhos como o da pastorícia contribui, conforme se explica a propósito do velho Naguiça, o alentejano não esquece os amigos. Por isso vemos Manuel Faleiro em madrugada fria de Fevereiro caminhar pela charneca, para no alto de um cerro chamar com um búzio os outros companheiros de trabalho para a boda do filho; por isso vemos este pelos Santos dirigir-se ao mesmo sítio, para anunciar com um búzio a festa do nascimento da sua pequena Margarida. Costume popular do género de outros que o matrimónio implica: a oferta do almoço aos progenitores pelos jovens casados no dia a seguir à cerimónia; uma visita a quem se estima para comunicar o acontecimento, em sintonia com a ida de Manuel Faleiro a casa da velha parteira dos filhos.

À imagem do que sucede com tanto do que até aqui seleccionámos de SEV, para comprovar o regionalismo neo-realista de Garibaldino de Andrade, o panorama geofísico dado por ele assinala-se por muitos elementos presentes na obra antunina. O suão e o travessio, «o bom vento de noroeste» (SEV, p.43), compõem um clima onde o calor e a falta de chuva geram as preocupações dos agricultores, que só com muita persistência extraem do «barro generoso» (SEV, pp.133-134) proveito suficiente. A terra vermelha que por vezes ostenta «belas searas», outras pede «pousio» (SEV, p.165), esconde no seu interior galerias e uma riqueza mineral que espreita à superfície em coloridos «pedaços de mica» (SEV, p.162). Rodeiam estes «tramagas e tojeiras» (SEV, p.162), «sobreiros», «alecrim e rosmaninho» (SEV, p.45), «piteiras altas» (SEV, p.214), «abróteas de folha longa e margaças de cheiro ruim [...]» (SEV, p.219), já para não falar do «cizirão», «ervilhaca», «orelha-de-lebre e o pampilho», ervas que morrem ao avançar das mondadeiras, que trazem, entalada no chapéu ou caída no lenço uma «papoila vaidosa» (SEV, p.223).

Independentemente de S e SEV focarem a realidade de uma determinada óptica, o que de resto não é estranho mesmo nas publicações da História oficial, as coincidências verificadas entre si na formulação da imagem do Alentejo devem considerar-se de suma importância para validar o quotidiano documentado.

À parte estas afinidades, acrescente-se para finalizar o que mais distingue as duas obras. O texto de Garibaldino faculta um contacto muito directo com a terra, isto é, por via de uma descrição minuciosa e reveladora de um seguro conhecimento prático do autor, convivemos em profundidade com as actividades agropecuárias. Diz-se por exemplo que Maria Faleiro dá «farelos e restos de couve» (SEV, p.179) às galinhas, enquanto o seu homem alimenta a

mula com palha, «[...] um punhado ralo de cevada e uma amostra de favas» (SEV, p.181). E chegada a Primavera, sabe bem Garibaldino o que um seareiro deve fazer: «Era necessário preparar os barros para a próxima sementeira de Outono: fazer o alqueive e o atalho. Eram as mondas. Eram as voltas no campo, olho na seara, olho no céu» (SEV, p.214). Constata-se, portanto, que por vezes não ficamos só à superfície das coisas, no que é observável. Este grau de informação não se regista em Antunes da Silva, mas o que S oferece em troca é precioso. Trata-se, recordemos as conversas sobre o PRA e entre Crispim e o vendedor de alfaías, de reflexões sobre a problemática exposta a partir da enumeração das suas vantagens e prejuízos. Ao repto de desenvolver no público a capacidade crítica não chega, todavia, a incorporação textual de excertos de argumentação concentrada deste tipo. Numa estratégia mais complexa, o baralhar de perspectivas e emoções procura destruir preconceitos e mitos para que o leitor, com alguma independência de raciocínio, possa ele próprio reformular a realidade. Por isso as relações entre as personagens de S estão muito mais marcadas (via agressividade) do que as entretecidas em SEV, onde uns inexpressivos arrufos de classe não bastam para nos explorados se atear a vontade de alterar a situação, acabando até dois seareiros por se matarem. Enquanto Garibaldino revela um envolvimento muito próximo com a realidade abordada, Antunes da Silva, embora também seja grande conhecedor dela, consegue uma certa distância da acção do seu romance, que lhe permite uma análise de conjunto e uma ambiciosa tentativa de solução. Para finalizarmos, passemos agora à relação de JI e II com a literatura coetânea.

2.3. O vínculo do discurso diarístico à História não se esgota na proposta de a incorporar, nem no vector patrimonial que o apoia. Por comparação ao que se observa noutras obras coevas, dá o nosso autor conta das transformações que vão ocorrendo em Portugal após o 25 de Abril de 1974 e cujo rumo lhe desagrade. Com a descrição parcial de figuras e ocorrências do momento proporciona ao leitor uma certa experimentação da realidade focada, valiosa para este porque lhe dá a oportunidade de participar no comunitário com uma opinião que vai formando, favorável ao escritor por gerar naquele uma aceitação maior das suas ideias do que sucederia com uma mera comunicação política. Porque se sente a sua posição partidária, ainda não é com total naturalidade que se acede à realidade a modificar, embora se detecte agora cada vez mais alguma lassidão no formato neo-realista, para a qual contribuem a decepção e o afastamento gradual da política portuguesa e até indirectamente o contexto europeu, após a queda do muro de Berlim em 1981.

Na sua actividade de historiar o presente, Antunes da Silva procede não apenas à cronística tarefa de observação e registo, deixando o público perceber as investigações que realiza para apurar a verdade dos factos e assim convencê-lo melhor, como a ultrapassa com o exercício literário, visto que pelas reflexões que ele lhe autoriza tenta agir sobre o momento colectivo. A expectativa de aumentar a consciência dos cidadãos portugueses acerca do respectivo panorama histórico divide-a, por exemplo, com José Saramago, que em *Memorial do Convento* (1982) igualmente os questiona sobre o acerto da actualidade, se bem que o faça a partir de uma abordagem centrada no passado, atitude que JI e II não

tomam.¹⁸⁵ Todavia, o passado não se esquece e inscreve-se nestes textos como fundo que se quer destruir em boa parte por se desejar um presente democrático completamente limpo dos resquícios ditatoriais. Na limpeza necessária emerge a remoção da nódoa do obscurantismo que o Estado Novo espalhou, a qual passa por pôr em xeque alguns valores históricos da nação. Desde 1952 que com o poema «Esse Mar das Tormentas» de ETN, o autor desmitifica a heroicidade lusíada cantada a propósito da aventura marítima de quinhentos, que o mesmo é dizer que contabiliza os custos em vidas humanas das Descobertas, época que o regime salazarista eleva por aí se ter iniciado o imperialismo português que tenta, entretanto, manter com a guerra de Ultramar. Com SV (1982) esclarece-se a alusão ao mar épico de Camões, convocado de novo em JI, a 7 de Setembro de 1985, através de «O Mostrengo», de Fernando Pessoa. Atente-se no que se diz, principalmente nos três últimos versos: «Ou o Mostrengo, que Pessoa/em versos engrandeceu,/história bem acabada/desse Cabo Bojador/tão distante de Lisboa/mal usada ou contada/por outrem que não Pessoa/a quem do Mar é cultor».

2.4. Paradoxalmente reticências iguais às causadas pelos dogmas da História oficial não entram na reflexão do discurso antunino acerca de si próprio. Por outras palavras, este não duvida da capacidade da sua dimensão histórica de transmitir a verdade do comunitário contemporâneo, nem sequer da literatura e do género diarístico adoptado o poderem fazer. Resulta esta constatação do que comparativamente se observa em *Bolor* (1968) e em *Finisterra. Paisagem e Povoamento* (1978). Naquele diário de Augusto Abelaira, um jogo confuso de personagens, que são diaristas, faz o leitor concluir ser impossível as palavras de alguém reflectirem com exactidão o real. Já na obra de Carlos de Oliveira, onde se confirma uma evolução relativamente ao neo-realismo precedente do autor, consubstancia-se a mesma numa «[...] escrita narrativa problematizada no plano metaficcional, interrogando a representação do real em função da singularidade de quem o observa e do labor de uma memória extremamente aguda» (Reis, 2005:289).

A presença do confronto de perspectivas em S, o qual afirma a pluralidade da verdade, não significa que Antunes da Silva tenha regredido neste aspecto, mas é provável, pela honestidade com que sabe redigir, que considere os textos diarísticos de cariz político mais verídicos do que os restantes.

Ainda no domínio metaliterário, temos a avaliação aos críticos de literatura, ao estilo de certos autores e respectivos livros, os quais indiciam as influências na escrita de Antunes da Silva. Ao separar o que aprecia do que menospreza, a crítica autoral surge como um dado de identificação da respectiva literatura e de quem a tece.

¹⁸⁵ José Saramago sublinha o contributo da História no romance para a compreensão da actualidade:

Simplemente, se a leitura histórica, feita por via do romance, chegar a ser uma leitura crítica, não do historiador, mas da História, então essa nova operação introduzirá, digamos, uma instabilidade, uma vibração, precisamente causadas pela perturbação do que poderia ter sido, quiçá tão útil a um entendimento do nosso presente como a demonstração efectiva, provocada e comprovada do que realmente aconteceu. (excerto de «História e ficção», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano x, 400, p.19, in Carlos Reis [dir.], *História Crítica da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Verbo, 2005, vol.IX, p.323).

Presente em tantos pares contemporâneos (Agustina Bessa Luís, Maria Gabriela Llansol...), a metaliteratura integra também no nosso escritor a indicação dos propósitos com que se escrevem os dois diários, porque completam as definições dadas acerca do próprio género textual. Por outro lado, nomeia-se no sujeito da enunciação os efeitos físicos, psicológicos e sociais do labor desta literatura, sendo a poesia motivo de consideração especial dentro do género em causa. Lugar de pureza, a poesia exige ao criador idêntica condição, compensando-o com a mesma moeda, «um rasto purificador» (JII, pp.59 e 140) que alivia. O luar da noite pensa-se ser agora «[...] archote necessário à purificação do pensamento» (JII, p.183), acto que também a «paciência e solidão» (JII, p.203) propiciam. Descreve-se o processo de criação literária na sua demora e dificuldade de concretização e fala-se da compensadora procura das «palavras desejadas» (JII, p.254), contando-se entre elas as que melhor substituem «poeta», pois «a palavra tornou-se corredia» (JII, p.26).¹⁸⁶ Tempos antes, a 6 de Abril de 1984 já se auscultara a fraca noção social do valor da literatura nas opiniões de vários portugueses acerca da leitura, perspectivas múltiplas a que a voz do autor junta a sua.

2.5. A demonstração com abertura desta pluralidade óptica é rara, mas em sua substituição sucede contarem-se episódios do quotidiano social, adoptando ou não a perspectiva que se pressupõe ser a dos envolvidos. A narração da História portuguesa pós-25 de Abril faz-se quase sempre segundo o parecer autoral, que escolhe antes de mais o que conta e elimina, e assim emana uma forte presença que produz a sensação de não ficcionalidade do relato. Em segundo lugar realiza-se aquele parecer através do ponto de vista (talvez imaginado) do cidadão vulgar mais frágil, aproximando-se o escritor de novo de *Memorial do Convento*, onde se dá voz principal aos que a História esquece. Esclareça-se, porém, que quando a discreta polifonia narrativa de JI e II se revela é no todo textual de um determinado dia e não instala dentro da frase diferentes expressões, como sucede no romance de Saramago.

A ligação entre os escritores que acabamos de realizar levanta uma questão: qual a forma polifónica que tem maior consideração pela alteridade, a evidente, ao estilo do Nobel, ou a que se esconde num único sujeito, mas resulta da assimilação de perspectivas de terceiros, tipo as prevacentes em JI e II? Acreditamos parecer tão fácil a resposta quanto enveredarmos nela por maus raciocínios. Se não nos esquecermos de que a cada ser (escritor ou não) e a cada contexto corresponde uma realidade, facto que multiplica infinitamente a verdade, concluímos incorrer-se no risco de injustiça em qualquer comparação, o que nos obriga a responder de modo individualizado. Limitemos por isso a questão e tentemos perceber que consideração pela alteridade nos mostra a polifonia antunina.¹⁸⁷ No fundo, é preciso pensar no grau de distanciamento do escritor face ao «outro», sendo ponto

¹⁸⁶ As dificuldades do processo literário podem ler-se em JII, nas pp.182, 188 e 203.

¹⁸⁷ No final de «Riscar Fronteiras» respondemos a uma questão semelhante. Então tentamos avaliar a consideração de Antunes da Silva pelos estrangeiros, enquanto neste momento nos preocupa a consideração da polifonia do escritor em relação aos portugueses.

assente que qualquer postura polifónica perde sempre o grosso da óptica da humanidade e a inerente empatia. Longe desta nota conter algum desapareço pelo ensaio de um discurso mais democrático que a polifonia representa, queremos aqui deixar até a nossa admiração pelo contributo desta estratégia discursiva para a construção da imagem de uma realidade nacional datada, quer pela atenção ao leque colectivo de juízos, quer até pelo diálogo que promove entre o popular e o erudito.¹⁸⁸

A expressão antunina do ponto de vista da população desfavorecida viabiliza-se por um contacto empírico do escritor com as circunstâncias existenciais daquela.¹⁸⁹ Por abrangerem os menos favorecidos um patamar alargado da comunidade lusa, as circunstâncias acabam por ser em parte também as de Antunes da Silva, que ao falar pelos outros, fala igualmente por si, e vice-versa. Todavia, só numa posição externa se reporta a certos problemas. O caso da exploração cooperativa ou privada da terra cultivável comprova-o.

Por esta proximidade e envolvimento pessoal e pela relevância dada aos desfavorecidos, ao fazer deles o eixo humano de toda a sua escrita, cremos ser justo interpretar nos diários a diluição na voz narrativa da perspectiva alheia como significativa de grande consideração pelo «nós» acima delimitado. À hipótese de encarar esta amálgama plurivocal como uma demonstração de desrespeito e até de domínio sobre o «outro», contrapõe-se o objectivo da luta em prol do bem da maioria que lhe preside, paga com alguns constrangimentos do escritor. Contudo, reconhece-se ser a atitude narrativa em causa sinal de que este tem uma imagem forte de si, imprescindível aliás à coragem de dedicar a vida inteira a tão grande desafio.

2.6. Em continuidade da diluição dos limites dos diferentes géneros textuais que se observa desde os primórdios do memorialismo, com as crónicas históricas, descobrem-se nos dois diários em estudo reflexões, memórias e ficções, textos aos quais se somam crónicas, narrativas de viagem e poemas. Modalidades autobiográficas que, ao colocarem o «eu» em diferentes situações de comunicação, lhe permitem alargar-se e consolidar-se existencialmente.

À parte o emprego desta diversidade de tipos textuais em JI e II, interessa notar o constante desrespeito pelas fronteiras de cada um deles, ou seja, poder ser um único texto uma miscelânea de géneros.¹⁹⁰ Acrescente-se que ambas as observações encontram ao longo do percurso literário de Antunes da Silva validade. A hesitação do próprio escritor em classificar os textos de *Uma Pinga de Chuva*, visível na transição da primeira edição para a segunda (1972 e 1983), prova-o e a crítica João Pedro de Andrade acerca de G (1945)

¹⁸⁸ Manuel Gusmão assim o explica na *História Crítica da Literatura Portuguesa. Do Neo-Realismo ao Post Modernismo* [dir. de Carlos Reis], Lisboa, Verbo, 2005, vol. IX, p.333.

¹⁸⁹ Note-se que nos diários o autor alarga o conjunto daqueles que defende, não se referindo apenas ao campesinato, como antes sucedia.

¹⁹⁰ Veja-se, por exemplo, logo o primeiro texto de JI, onde recordações, reflexões pessoais e imaginação se reúnem em prosa e em verso; ou então o dia 7 de Fevereiro de 1984, que ao lado da autobiografia do presente se faz uma crítica ao novo negócio dos coveiros.

pode-se também interpretar nesse sentido.¹⁹¹ Por outro lado, a exploração do território autobiográfico antunino assume-se com a escolha do género «diário» para JI e II, mas ocupa partes, mais ou menos evidentes, nas outras obras, conforme dissemos na leitura de *O Amigo das Tempestades*, em *Paisagens do Interior Ibérico*. Nos dois diários em estudo devemos ainda ver o epílogo de tudo o que fica para trás – vida e obra – esclarecendo eles, não declaradamente, a literatura anterior, cuidado que vimos iniciar-se com a poesia próxima da revolução.

O emprego da fragmentação linguística, evidenciada nos sociolectos, bem como na prosa poética e na prosificação do verso, apoia a polifonia e a fluidez genológica, características para que o título nos prepara de imediato. Pelo nome «Jornal» logo cria o público, sem decepção posterior, um horizonte de expectativas que abrange no conteúdo vozes, textos, temáticas e lugares vários, sem que as lembranças do escritor deixem cair em esquecimento outros tempos que não os actuais. Para além de se inscreverem nesta diversificada fragmentação discursiva, a heterocronia e a heterotopia, recordemos, são meios a que recorre o «eu» para se sentir mais completo, enquanto o saltitar e o deambular no interior de um texto, referente a um lugar único ou a vários, constituem alíneas do último meio para a sua extensão. Ao lado destes recursos espaço-temporais está ainda a etnografia, que incorpora o passado colectivo na identidade do sujeito do enunciado e na do respectivo leitor, efectuando-se isso num movimento de distensão/condensação do «eu» comunitário.

Sem um desenvolvimento ininterrupto como o da acção narrativa, os diários têm uma sequência de datas que ordena os apontamentos, mas que é incapaz de desinstalar o caos semântico fruto da redacção parcelar do «eu» e da comunidade. Oferecendo a liberdade de leitura pela ordem que se quiser, cabe ao público dar um sentido à totalidade das passagens dos diários e assim atenuar as reticências comunicativas que no presente afectam o emissor – representadas até pelos retalhos textuais – e a sua consequente solidão. Para efectuar o acto significativo deve aquele proceder a um exercício de concentração informativa idêntico ao que o criador executa, quando num único texto toca elementos díspares para em simultâneo os possuir a todos. O conhecimento contido nos dois livros resulta assim em boa parte deste tipo de construção de sentidos requerido ao leitor.

No ensaio «Conta-Corrente 3 de Vergílio Ferreira», produzido em 1986 por Maria Alzira Seixo, quando JII se começa a escrever, dá-se conta que obras, como esta antunina, que se sustentam num «campo criativo» (p.221) que em meados do século XX não cabe na literatura, induzem então à reformulação genológica.¹⁹² Ao sentimento apreensivo que alguns críticos revelam perante a inclusão do diário na ficção, responde Vergílio Ferreira em *Conta-Corrente* por desencadear a dúvida com a candidatura do seu diário ao prémio literário da Casa de Mateus. Para ele o diário pode ser tão ficcional quanto o romance, não cabendo à invenção ou à veracidade do conteúdo distinguir literário de não literário, mas ao investimento estilístico. E assim afirma Vergílio Ferreira: «O puro registo dos factos não é uma obra literária», há que tratá-los esteticamente, segundo continua a dizer (citado em

¹⁹¹ João Pedro de Andrade diz: «*Gaimirra* é um livro do Alentejo. Contos são-no *A Rosária*, *Regresso* e *A Paga*. Do primeiro direi que é um dos mais belos contos que ultimamente tenho lido» in *Diário de Lisboa*, 27 de Fevereiro de 1946.

¹⁹² Este ensaio encontra-se em *A Palavra do Romance. Ensaios de Genologia e Análise*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

Brauer-Figueiredo, 2002:14). Provas claras do labor formal em JI e II dão-se neste estudo em capítulo próprio, em parceria com exemplos iguais extraídos de G e S para que se veja não terem sofrido os diários desmazelo estético.

Entre os motivos encontrados por Marcello Duarte Mathias para o crescimento da produção diarística nos últimos tempos, acha-se um que se encaixa na perfeição no discurso antunino: «[...] a derrocada dos modelos ideológicos junto ao sentimento de desenraizamento proveniente das transformações sociais de toda a ordem, vividas como forma de alienação» (1997:59).

Em desarmonia com o panorama democrático português, ele próprio em fase de afinação, Antunes da Silva vive, não apenas por isso, mas também, um estado de crise. À sua inadaptação ao espaço exterior, em Lisboa e sobretudo em Évora, corresponde a desarticulação do seu íntimo, posto que os sonhos políticos que durante décadas consubstanciaram a sua identidade, se desfazem penosamente.

Enquanto lugares de autobiografia estes diários escrevem o «eu» com o «nós», constroem-nos construindo-se. À espreita na crónica, no retrato pessoal, no relato de viagens e até na crítica de qualquer género, o «outro» coloca palavras suas na boca do escritor, gera nele opiniões, causa-lhe impressões e sentimentos, enfim, encarna a subjectividade antunina. Integra-se no «eu». JI e II são a prosa e a poesia que Antunes da Silva lê no «outro» e na situação que os abraça ou aperta. O exterior (social ou natural) encara-se como um livro que estabelece uma intertextualidade com a vida que se escreve – via paralela à de Augusto Abelaira para tornar indistintos real e literário – e cujo herói é a pessoa que compõe a sua própria personagem.

APÊNDICES

1. ENTREVISTA SOBRE O MDP/CDE

*A entrevista em baixo transcrita teve como objectivos alargar em geral o conhecimento acerca do MDP/CDE, confirmar alguns dados anteriormente fornecidos e esclarecer outros. Tendo sido o entrevistado, o **Dr. António Branco Filipe**¹⁹³, «um dos principais responsáveis pelo sector da organização distrital do MDP/CDE» (conforme se lê no Notícias do Sul de 2 de Novembro de 1978, p.1) e amigo de Antunes da Silva, assim como conhecido de outros colaboradores do jornal, aproveitamos o encontro que ocorre na sede da ARPIE em Évora, a 5 de Março de 2009, para conversarmos também sobre o periódico observado e o respectivo director.*

Quando chegámos, o Dr. Filipe aguardava-nos com o número de estreia do Notícias do Sul e também com a entrevista dada no exemplar que entre parênteses indicamos. Começa de imediato a apresentar-se, remetendo-nos para esta.

A entrevista que dei em 2 de Novembro de 1978 foi sobre as eleições municipais a que o MDP concorreu em aliança com o PC. Particpei em 1969 na campanha eleitoral para a Assembleia Nacional (então não se chamava Assembleia da República) e fui dirigente do MDP logo a seguir ao 25 de Abril.

(pega no jornal e lê uma das perguntas e a resposta que deu)

«– Com a prática política decorrente, qual a posição dos militantes do MDP/CDE da nossa região perante a crise e as alternativas que têm para defender a Revolução de Abril?

– A prática política decorrente dos militantes do MDP/CDE na nossa região, perante a crise, é a do esclarecimento das várias camadas da população, em especial entre os trabalhadores de serviços, os quadros e os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, sem esquecer outros sectores da população que necessitam desse esclarecimento» *(interrompe para comentar)*. Nós entendíamos, tal como agora, que não eram as classes menos favorecidas e a classe média, que tinham de pagar a factura da crise...

Éramos um pequeno partido. Concorremos primeiro para a Assembleia Constituinte (chamava-se «Constituinte» porque fez a Constituição) individualmente e tivemos cinco deputados. Apontávamos muito para a defesa dos valores de Abril. Falava-se na Reforma Agrária, na necessidade de o latifúndio desaparecer, em desenvolvimento da sociedade toda, do Serviço Nacional de Saúde. Defendíamos a regionalização. Depois participámos aqui nas eleições municipais. Vou-lhe só dizer os Princípios... *(começa novamente a ler o que em 1978 afirmou, mas antes diz qual a questão colocada)*

¹⁹³ À data da entrevista o nosso entrevistado, formado em Sociologia e reformado da ARS do distrito de Évora, conta setenta e quatro anos e ocupa-se da direcção da Associação de Reformados, Pensionistas e o Idosos de Évora (ARPIE).

«– Como irá o MDP/CDE actuar no futuro, tendo em conta o que se aprovou no recente III Congresso Nacional. *Não comunistas, mas também não anticomunistas* e a favor da propriedade privada desde que não colida com os interesses da grei?» *(explica logo)*

Éramos a favor da propriedade privada, mas não a dos grandes latifúndios. Estou-me a referir ao uso e posse da terra *(continua a citar)*

«– A esta pergunta prefiro responder com o projecto de sociedade preconizada pelo MDP/CDE e suas bases programáticas aprovadas no III Congresso:

1. Apropriação social dos principais meios de produção e troca, caracterizada pela sua posse colectiva e por uma gestão largamente participada pelos trabalhadores.

2. Coexistência das diferentes formações económicas» *(enumera-as)* Cooperativa, privada, pública... «atribuindo ao sector nacionalizado papel determinante na criação de condições de passagem ao socialismo...» pela via democrática, eleitoral *(esclarece)* «...reconhecendo o importante papel do sector privado na área das pequenas e médias empresas», era nelas que apostávamos!

«3. Respeito pela propriedade privada e sua livre disposição e transmissão por morte...» Qual era a diferença do PC? Para nós a propriedade não voltava para o Estado, era da família... *(continua)*

«4. Passagem ao socialismo por via pacífica, assente na vontade popular e no respeito das liberdades individuais.

5. Existência da pluralidade de partidos com expressão dos diferentes grupos sociais ou correntes de opinião, cujas actividades, mesmo as da oposição, não sofrerão restrições desde que exercidas no respeito da legalidade democrática.

6. Promoção de todas as formas de organização popular que abram aos trabalhadores e outros estratos populares, além do exercício do direito de voto, outras formas de intervenção na orientação dos destinos da Pátria».

Nós não nos ficávamos só pela participação do voto. Queríamos as pessoas a participar nas organizações. Defendíamos outras formas de participação para em conjunto trabalharem.

Em Évora, que organizações de base existiam?

Havia as Comissões de Moradores e as Associações de Moradores e várias cooperativas de Consumo, de Habitação que ainda hoje existem.

Qual era a função dessas organizações populares?

Organizarem-se para junto dos órgãos de poder exercerem pressão para solucionar as suas necessidades... *(prossegue na leitura)*

«7. Exercício do poder político de todos os partidos que se reclamam do socialismo (*e da Democracia*) de acordo com a sua expressão eleitoral.

8. Desenvolvimento das relações de amizade com todos os povos, fomentando a cooperação e o intercâmbio, especialmente com os países recém-libertados do colonialismo português e com os países socialistas (*e democratas, acrescenta*).

9. Formação da consciência socialista do nosso povo, fruto das transformações estruturais da própria sociedade, do combate ideológico e do movimento cultural».

Nós tínhamos a formação dessa consciência, estávamos na Revolução, a meta era o socialismo, o próprio CDS defendia o socialismo nessa altura... «pensando bem, o anticomunismo tem sido uma das mais potentes armas das forças reaccionárias...» (*interrompe outra vez para explicar a palavra*) «reaccionárias» quer dizer que não querem avançar, retrocedem. Não lhes chamávamos fascistas, eram conservadores, pessoas que não queriam que a sociedade avançasse... «contra o qual temos lutado, claramente e sem desvios ou paragens o MDP/CDE, singulariza-se como partido que, não sendo comunista, não é anti-comunista».

Em síntese, a principal diferença entre o MDP e o PCP...

Era o respeito pela propriedade privada, pela sua passagem para a família. Não passava para o Estado. Os comunistas defendiam a estatização de tudo.

E as coligações com o PC...

Em 1975 foram as eleições para a Constituinte, concorremos sós. Em 1976 para a Assembleia da República. Formámos a coligação chamada FEPU (Frente Eleitoral Povo Unido). Aqui não era só o PCP com o MDP. Era também a organização do Manuel Serra...

A coligação APU não foi apoiada por todos os militantes do MDP, pois não?

Não; houve várias discordâncias e depois a ruptura. Em 1987 rompemos a coligação, já concorremos sozinhos. É o caso do Antunes da Silva. É contra a coligação. Nós entendíamos que uma aliança é sempre circunstancial, é sempre de uma forma conjuntural. É uma necessidade. Eu e o Antunes fomos os primeiros a romper a aliança. Mais tarde era a aliança com o PS... Ele era muito amigo do Dr. Mário Soares. O Antunes da Silva defendia a colaboração com o PS.

O desagrado de alguns militantes com a coligação APU devia-se a quê?

Às diferenças de opinião. Nós entendíamos que a esquerda devia ser mais plural. Ele defendia a ruptura com o PCP.

Haveria uma tentativa de imposição da parte do PCP?

Havia mesmo uma imposição. Eles procuraram sempre controlar o aparelho do MDP e deixaram lá dentro os seus homens de mão... Actualmente estou no PS e o Antunes da Silva ultimamente (*entenda-se nos seus últimos anos de vida*) foi mandatário do PS por Évora nas eleições legislativas para a Assembleia da República.

Quem eram os militantes do MDP?

Eram de todas as camadas sociais, mas a maioria era de classe média. Intelectuais, médicos, profissões liberais, muitos advogados, funcionários públicos, sociólogos, economistas e havia mais gente... há sempre as franjas. Era uma classe que não precisava de nada, mas que lutava por uma ideologia que pensava que era a melhor, aberta a todos os países e não só aos de leste.

Mas houve uma grande aposta nos países de leste...

Era mais o PCP. Nós defendíamos uma abertura a todos os países, tirando aqueles que na altura tinham ditaduras.

Havia alguma região do país onde o MDP se destacasse?

Estava igualmente distribuído por todo o país. Teve uma votação a nível nacional de seis a sete por cento, mas distribuída uniformemente. Os militantes eram pessoas conceituadas que vinham da Oposição Democrática antes do 25 de Abril.

E os resultados eleitorais terão sido tão baixos porquê?

Nas primeiras eleições para a Constituinte em 1975, o PCP teve doze por cento, o MDP teve cinco por cento, o PS foi o mais votado, teve trinta e não sei quantos... Fizemos um erro, devíamos ter continuado como partido. Era um partido que servia de ponte entre o PS e o PCP, era um partido de charneira... ao não concorrer afastou muita gente. Depois fez-se a APU e quando o MDP saiu, o PCP teve onze por cento. Levava muita gente. Quando saiu, deu-se o colapso total. As pessoas gostavam de votar nos partidos de poder e o MDP não era um partido de poder. Era um partido que se encostava a outro.

As ligações com o autarca comunista Abílio Fernandes eram boas?

Ah!... não eram más, nós trabalhávamos dentro de um determinado espírito, embora diferente do deles. Eles tinham uma forma de actuar...procuravam logo abafar os nossos focos. Tivemos divergências. Entendíamos que o nosso candidato devia ser o Presidente da Assembleia Municipal e eles não queriam.

Quando e porquê se desligou o Antunes da Silva do partido?

Ele não se chegou a desligar do MDP. Só quando este acabou em 1989...1990. Veio depois a dar origem à Política XXI, comandada pelo Dr. Miguel Portas. Ficou ele, e outros, o herdeiro do MDP, procuraram rapazes mais jovens e fizeram uma aliança com indivíduos da UDP, que vai dar mais tarde o Bloco de Esquerda. Em 1987 concorremos pela última vez, não metemos ninguém, porque foi a primeira maioria do Cavaco Silva. Em 1989...1990, o MDP acabou por completo. O Antunes da Silva manteve-se connosco no apoio ao PS. Até foi mandatário a nível distrital nas eleições para o PS.

Em 1984, no *Jornal I*, o primeiro diário, já se nota uma certa decepção com o partido. Era a tal linha que era a nossa e que estava em ruptura com a outra, a dos infiltrados ...

E o Dr. Tengarrinha, que tipo de líder era ele?

O Dr. Tengarrinha não gostava do PCP. Até certo ponto andou ali... não foi capaz de...é uma excelente pessoa, um historiador de grande gabarito, um intelectual. Teve grandes divergências com o Dr. Álvaro Cunhal, chegou a fechar-lhe a porta, mas faltou-lhe dar o murro na mesa. A determinada altura, o Dr. Pereira de Moura, um grande economista, afastou-se. Depois o Dr. Tengarrinha afastou-se por completo.

Porque não se conseguia impor ao Dr. Álvaro Cunhal...

Porque não concordava com a linha de domínio que queriam, rompeu nessa altura. Em 1987 foi cabeça de lista.

O Dr. Tengarrinha estava sozinho à frente do partido ou havia outras figuras que se destacavam?

Havia três ou quatro figuras, principalmente destas bases de Évora, Setúbal, Braga, Viana do Castelo, Porto e alguns de Faro que apoiavam o Dr. Tengarrinha. Depois este teve de se afastar e passou para a nossa linha e a Dra. Helena Cidade Moura também.

A nível distrital havia autarquias do MDP?

Não a nível distrital. Aqui tivemos militantes em Arraiolos, Alcáçovas... Sozinhos só tivemos a autarquia de Sousel que não era do nosso distrito.

Para o Alentejo e para Évora, em particular, quais eram as prioridades do partido?

Assentávamos muito no cooperativismo. Eu fui dirigente de uma cooperativa de consumo. Apostávamos muito na classe média e na pequena e média propriedade.

Os objectivos primeiros do partido estavam, portanto, mais direccionados para o sector da economia.

Economia e sector social. Habitação, Serviço Nacional de Saúde e Educação. Os nossos militantes participaram activamente nas acções de alfabetização por todo o Alentejo.

Faziam exactamente o quê nessas acções de alfabetização?

Ensinávamos as pessoas a ler, a escrever. Tínhamos documentação própria. Levámos muita gente a fazer exame da quarta classe. Aqui no concelho de Évora, por exemplo, na Graça do Divor, em São Sebastião da Giesteira... Sentíamo-nos bem. Gostávamos muito! Não ganhávamos nada e gastávamos gasolina (*ri-se*). Tal como estou aqui... (*refere-se à ARPIE*).

Falemos agora da Reforma Agrária um pouco mais. A Liga dos Pequenos e Médios Agricultores existia na sede do MDP?

Não, faziam lá umas reuniões, mas eles tinham sede própria. A Liga nunca existiu lá. Não me lembro onde era. A nossa sede era na Rua do Raimundo, n.º 48.

E que ligações tinham à Liga?

Apoiávamos os pequenos e médios agricultores. Éramos mais virados para estes do que para as UCPs. Isso era mais com o PCP.

Quando se deram as ocupações alguns dos pequenos e médios agricultores também ficaram sem terras?

Não, porque eles até participaram... Não sei, se calhar também ficaram sem terras... houve um desvario. Penso que o PCP a determinada altura se desviou de um caminho que tinha muito mais democrático e foi forçado pela extrema-esquerda. Nós não ocupámos nada, não participámos em nada disso.

A extrema-esquerda era a UDP, o PSR, o MES, o PRPP, o FSR. Os comunistas deixaram-se conduzir por esta via extrema porque quiseram.

Houve abusos nas ocupações?

Houve abusos e de que maneira! Uma revolução é uma forma violenta...quando se deu o 25 de Abril, os trabalhadores (*rurais*) não ganhavam quase nada. Não sei se sabe qual foi o primeiro salário mínimo para Portugal. Foi de 3.300\$00 e foi proposto por um indivíduo do MDP, muito longe de ser comunista, o Professor Pereira de Moura, Ministro da Economia.

As ocupações começaram porque parte dos detentores das terras, alguns agrários que tinham e ainda têm milhares de hectares, não quiseram pagar e os trabalhadores foram forçados a ocupar e a partir deste momento deu-se um desvario e ocuparam tudo.

Houve ocupações espontâneas? Ou todas resultaram das manipulações do PCP?

Não quer dizer que não houvesse ocupações espontâneas, mas estas coisas são sempre manipuladas.

Que tipo de contacto tinha o MDP com os trabalhadores rurais e fabris?

Tínhamos menos do que o PCP mas, parece mentira, tínhamos mais com os trabalhadores rurais do que com os operários. Era mais fácil. Nunca estávamos muito nas fábricas. Era sobretudo naquelas acções de alfabetização que a gente falava... eles aderiam connosco. Não tínhamos UCPs, tínhamos cooperativas a quem apoiávamos na escrita, na contabilidade. Tínhamos a das Cortiçadas...

Por que meios é que o MDP veiculava a sua ideologia?

Tínhamos um jornal de grande envergadura a nível nacional, o *Unidade*. Era distribuído pelas sedes distritais e por algumas concelhias.

A ideia-base, como já lhe disse, é que o *Notícias do Sul* é um jornal não oficial do partido...

Não, tem de tirar essa ideia. O Sr. Silva Godinho, o dono do jornal, convidou-me e ao Antunes da Silva para participar. Havia também um actor do Cendrev que era o Leandro Vale... Havia quatro ou cinco militantes do partido que eram responsáveis pelo jornal.

Esta ideia resulta da grande atenção cedida pelo jornal ao MDP/CDE e, por outro lado, da imagem veiculada dos outros partidos. Registam-se muitos ataques ao Governo soarista e às forças da direita. Quanto ao PCP, não parece haver apoios claros.

Exactamente... ao PCP nenhuns apoios.

Pelo que lemos nos artigos do *Notícias do Sul* e no programa partidário, parece que as ideias se cruzam...

É natural! O jornal não tinha nada a ver com o PCP.

Havia comunistas lá dentro? E socialistas?

Não sei, não me consta. Podia haver socialistas. Havia fortes ataques ao Dr. Mário Soares, porque entendíamos que o PS se desviou do caminho que ainda hoje penso que era o mais coerente de todos.

Acharam que se estava a aproximar da direita...

Sim, tanto que depois fez aquele acordo com o CDS.

E a «Lei Barreto», que avaliação teve ela da vossa parte? Respeita a transmissão da propriedade para os familiares...

Nós condenámos a «Lei Barreto». Respeita a transmissão, mas veio reconstituir o latifúndio. Nos Centros de Reforma Agrária todos os indivíduos que lá foram admitidos eram filhos de senhores...O Dr. António Barreto abriu o caminho. Ainda hoje a Reforma Agrária tem que se lhe diga. A estrutura agrária aqui em Portugal...vamos entrar numa crise grave...

Já lá estamos...

Ainda vai ser maior! Quando entrámos na Comunidade Europeia as imposições para não se produzir isto e aquilo...mundialmente a crise de cereal é muito grande. Cada vez há menos e há sempre falta de cereais. Temos de retomar a produção. Isto é uma planície de cereais que pode ser aproveitada. O problema hoje já não se põe no uso e posse da terra. As pessoas não podem ter terra abandonada! Então um país tão pequeno, com tão poucos recursos...

O Alqueva também era um ponto de honra do partido ou era-o apenas de Antunes da Silva?

Defendemos sempre. Também era do partido. O Antunes foi um grande dinamizador do Alqueva, mas nós tínhamos de o defender porque a escassez de água é muito grande.

As preocupações ambientais também estavam na vossa agenda?

Nós até estivemos ligados aos ecologistas.

Que problemas vos preocupavam?

A poluição e a exploração de determinados produtos que conduzem à desertificação.

Plantação de eucaliptos...

Por exemplo, é o caso da Serra d'Ossa.

Tem ideia de quem eram os leitores do *Notícias do Sul*?

Nem chegámos a ter assinaturas ou poucas tínhamos. Nós é que o distribuíamos.

Quando acabou o jornal e porquê?

Não tenho a mais pequena ideia. Acabou de repente. Existiu quatro ou cinco anos no máximo. A determinada altura a gente já não foi capaz. O Antunes não estava cá (*em Évora*). Veio para cá depois que a esposa morreu e o filho. Ele vinha cá muito.

Em Évora havia mais algum jornal do género?

Este era um semanário. Havia o *Diário do Sul* que era um diário, o *Notícias d'Évora*, *A Defesa*, cada um na sua área. O *Notícias d'Évora* era o mais fraquinho, quanto a mim. O *Diário do Sul* era o mesmo que é hoje. Faz a transcrição de artigos de outros jornais. Não quer dizer que nós não fizéssemos isso também. Éramos um jornal muito doutrinário. E também virado para o Alentejo (*chama a atenção para passagens do Editorial n.º 1 vistas neste livro que comprovam o que declara*).

De que fontes se socorriam? Aparece muito «Novosti»...

Seriam os jornais nacionais. A Novosti era uma agência noticiosa russa. O Piçarra (*o Director do Diário do Sul*) também utiliza muito a Novosti, ainda hoje.

Haveria textos comuns ao jornal *Unidade* e ao *Notícias do Sul*?

Não, nada disso. Muito longe, não tem nada a ver uma coisa com a outra. O *Unidade* era um jornal partidário, mesmo da vida do partido, com noticiário. Este (*pega no Notícias do Sul*), embora tivesse elementos do MDP, não foi com intenção. Por acaso juntaram-se... o Sr. Silva Godinho era um homem do teatro, um intelectual; era actor e jornalista, fez teatro no Joaquim António de Aguiar e na Dramática Eborense. Era empregado de escritório e nas horas vagas... tínhamos de ter uma pessoa que fosse profissional e não tínhamos. Daí as dificuldades económicas... E a publicidade?! Não tínhamos (*muita*) e era local.

Fale-me do Antunes da Silva como pessoa.

O Antunes da Silva era um indivíduo muito solidário, íntegro, muito honesto e por uma linha política nada sectária. Procurava defender a terra e essa coisa toda, mas era um verdadeiro democrata. Ele foi convidado pela Oposição Democrática em 1969, uma altura difícil, com o Mário Ventura Henriques, que já faleceu, o arquitecto Bagulho e o Joaquim Ventura Trindade, que está em Elvas e era da Acção Católica. Era uma excelente pessoa.

Tinha uma paixão tremenda pelo Juventude de Évora, era uma paixão! Era sócio, chegava ao pé de mim e dizia: «Já paguei as quotas todas». Quando o Juventude começava a perder, vinha-se embora. Era também pescador. Era uma pessoa extraordinária. Teve a infelicidade de lhe morrer o filho muito novo. Era médico no Hospital de Santa Maria. Depois enviuvou. Esta senhora (*a segunda esposa*) tratava-o maravilhosamente bem. Foi uma «coisa» boa que ele arranjou. Também era um coleccionador de numismática. Tinha uma colecção fabulosa, fabulosa! Devia valer uns milhares.

E Sines?

Tinha uma casa que comprou lá, ia para lá passar as suas férias. Gostava muito. De todo o Alentejo. Gostava também quando nos juntávamos a comer os nossos petiscozinhos do Alentejo. Íamos ao Machado que era ao Degebe. Ainda há o Machado... Ah! E tinha um amigo íntimo, o Sr. Domingos de Oliveira. Às vezes chateava-se de Lisboa e vinha para cá para a casa dele às tantas da noite. O Sr. Domingos era um autodidacta extraordinário, um homem também da democracia. Era responsável do laboratório *Sanitas*. Depois teve uma casa de mobílias ao cimo da Igreja da Misericórdia.

Contactou com o Antunes durante muitos anos? Conheceu a vida dele em Lisboa?

Muitos anos. Quando íamos lá aos Congressos em Lisboa, estávamos sempre com ele.

2. LEITURAS E AMIZADES¹⁹⁴

«Numa linguagem despida de retórica, lírica e verdadeira como a vida, colorida e exacta como se fosse a própria voz da terra, recriaste a angústia, a fome, a sede, a força e a esperança desse teu Alentejo de chaparraís, malteses e cavadores erguendo as gadanhas sobre o próprio medo.

Sim, *o povo vive e não morre, amigo!*»

(Carta de Papiano Carlos, redigida no Porto a 13 de Maio de 1957, onde fala de *Canções do Vento*).

«Agradeço-lhe sinceramente o exemplar de *Suão*, que teve a gentileza de me oferecer e cuja leitura profundamente me impressionou: pela segurança e clareza da forma, pelo conteúdo, de um realismo sem desequilíbrios, comunicativo, convincente, e pela vibração humana de que está impregnado, sem falso lirismo nem qualquer tom demagógico. Vida autêntica, num meio determinado e circunstâncias correntes! Figuras reais, marcadas pelas suas condições de existência, deformadas, em vários sentidos, mas tal como se movem, no domínio, na riqueza, na pobreza de um trabalho rude, incerto e mal pago, ou na miséria extrema de todos os aviltamentos. [...] E além de tudo o que literária e humanamente me interessou, senti que só um homem verdadeiramente consciente dos problemas angustiosos que se debatem no mundo – e neste caso, em especial, os das populações rurais alentejanas – poderia, assim, realizar uma obra tão válida, de tão flagrante exactidão e dramática vulgaridade (quero dizer quotidiana). Bem haja por haver escrito este romance! Bem haja pela sua fraterna compreensão e solidariedade para com os que arrastam uma existência de que todos nós temos de nos envergonhar! Porque, na verdade, todos nós somos responsáveis pela *sub-humanidade* em que permanece a grande maioria da espécie humana. E, sobretudo, pelos que constituem o *nosso povo*, o povo deste País que amamos e que ardentemente desejamos ver próspero, feliz, liberto de todas as misérias e de todos os medos.

Sim, acredito no futuro, no valor da bondade consciente, da pura Democracia! Acredito, sem desfalecimento, numa vida melhor para todos, num mundo em Paz!»

(Carta de Maria Lamas, escrita em Évora, após a recepção de *Suão*).

«Há uns anos que venho seguindo com atenção os seus contos publicados nos jornais. Confesso-lhe que o considero um dos melhores contistas da geração do após-segunda guerra mundial. Não conhecia, porém, nenhum dos seus livros; por isso o *Suão*, creio que sua estreia em romance, foi por mim recebido com grande simpatia e alvoroço. [...] o ambiente

¹⁹⁴ Todos os textos aqui transcritos se encontram no espólio do autor no Museu do Neo-Realismo. Decidimos não usar aqui o *sic* depois de qualquer incorrecção para não perturbar a leitura, tal como antes fizemos em relação à entrevista de Filipe Branco.

alentejano em que as personagens se movem é de uma realidade impressionante. Homem e paisagem fundem-se no mesmo todo. As figuras dir-se-iam moldadas nesse mesmo barro que, em épocas de estiagem, quando sopra o tal diabólico vento suão, se transforma em fina poeira que se infiltra em toda a parte: na folhagem ressequida das plantas, nos lares mais resguardados, no céu, acinzentando-o, nas almas, envenenando-as e alucinando-as. Poucos escritores alentejanos (e recorde ao acaso um Fialho, um Manuel Ribeiro) conseguiram aproveitar tão escrupulosamente, sem perder uma partícula, esse todo magnífico, que é o Alentejo e as suas gentes, e plasmá-lo num livro de ficção. O Simplício, o Crespim, o Zé Patalarga são pessoas e não personagens. [...] Para justificar certos acontecimentos capitais do entrecho ou para melhor informar o leitor sobre o temperamento de algumas personagens, recorre o meu prezado Camarada a longos capítulos de evocação de factos anteriores à época em que a história vai decorrendo. Ora, este processo retrospectivo quebra a fluência da narração, desorientando um pouco o leitor, que não gosta de ver partido o fio da meada».

(Carta de António Domingues, enviada da Costa da Caparica, no dia 17 de Agosto de 1961).

«Prezado Senhor:

Em primeiro lugar queria apresentar-me: sou a tradutora checa do «Suão», romance seu que me cativou com a sua melancolia e sua fôrça e que me inspirou saudade inconsolável da terra que nunca vi, do povo que não encontrei, porém, os quais conheço já do «Suão». O Alentejo talvez se possa comparar com a nossa Eslováquia Oriental, planície aberta ao sol e aos ventos, campos solitários, silenciosos, o céu sem fim, o sol mais ardente do meu frio país». (De Pavla Lidmilová, remetido em Praga a 10 de Setembro de 1963).

«Olhe, e desde já, um grande OBRIGADO: pelas notícias que me foi dando, sobretudo pela evolução da sua vida, com coisas terríveis que não importa aqui lembrar, mas também com um *passo final* que, pelo que me deu a entender, lhe trouxe (pelo menos) serenidade e conforto moral; pela oferta dos seus livros (um dos quais, o de poemas, referi na ex-minha secção de *Livros sobre a Mesa da Colóquio* – soube disso?); pelo envio em duplicado (um deles para o Artur) do seu convincente (e em muitos aspectos oportuno e útil) Diário, *Jornal I*; finalmente, pelas referências que nesse diário faz à minha pessoa (Talvez excessivas, mas que me emocionaram) e, sobretudo, por me incluir no trio de amigos a quem, em letra impressa, dedica o *Jornal I*, coisa de que não me julgo merecedor».

(Carta de João Rui de Sousa, escrita em Lisboa a 3 de Fevereiro de 1988).

«Na época da dessagração frenética de todos os valores, era fatal que a Arte se transformasse em indústria profana. Daí que, como assinalava há dias uma revista na reportagem sobre a Feira de Francoforte, os livros vendem-se, antes mesmo de serem escritos!, consoante as campanhas publicitárias.

Como se pretendesse dessagrar a própria «modernidade», saiu agora, quase clandestinamente, o 2.º volume do *Jornal* de Antunes da Silva.

Não sei se, nessas condições, o livro se venderá. Mas sei outrossim que aqueles que se vendem sem estarem escritos são efémeros como todas as modas e que, *par contre*, estas obras de «artesanato» perdurarão. Porque foram cerzidas com amor pelo que amamos e nelas, e só nelas, encontraremos um dia, passado o atordoamento das lantejoulas artificiais, lenitivos da nostalgia e estímulos de anseios frustrados. E inadiáveis». (Texto enviado a 15 de Outubro de 1990 por Pires Campaniço e publicado em «*Jornal* - 2 do amor 1.º», in *Planície*, Moura, a 1 de Dezembro, 1990).

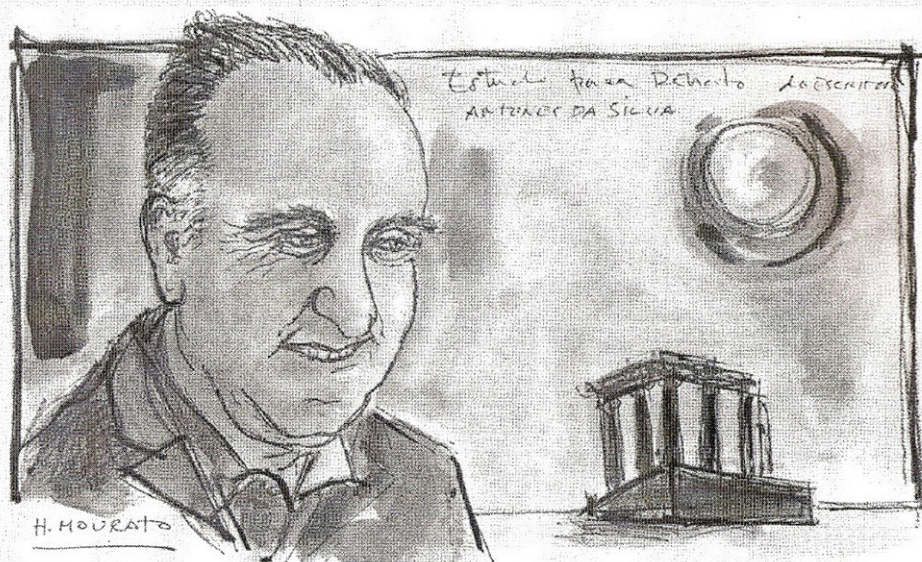
«Querido amigo e companheiro dos anos malvados, dos dias consumidos no fervilhar do cérebro e na audácia do coração. [...] Relembrar o que fomos capazes de construir desde a juventude em prol da comunidade emancipadora não é saudosismo, é exemplo. E nós ganhámos esse direito na luta contra a opressão resistindo à ditadura e acumulando um insuficiente mas honrado património moral e cívico. Transmitimos à nossa e a outras gerações o melhor dos nossos sentimentos. Pagámos com a cadeia e com humilhações que acabaram por ficar impunes, enquanto os torcionários gozam os aconchegos, ainda sorridentes.

Cultivaste o teu feitio introvertido, surpreendentemente cáustico, por vezes, mas... ninguém, nem antes nem depois dos grandes debates e das acintosas análises, teve a coragem de negar a qualidade do homem sério que não renegou nem empenhou o carácter. Respeitado por uns, odiado pelos contrários, esquecido pelos confrades, aí fica a tua obra. Limpa, cristalina, interveniente. Nos aspectos mais profundos do conhecimento regional, talvez difícil de superar. Nunca o Alentejo poderá esquecer o que foi esquecido no inventário geral dos grandes autores: foste um ilustre ignorado nas «tertúlias» académicas; mas, para além da tua morte, «sobreviverá» um dos melhores interpretes das temáticas alentejanas, do povo sacrificado condenado a emigrar para vencer a fome. Alqueva «escorrerá» (!?) no teu «país alentejano» que, até ao último fluído da energia mental, amaste e defendeste».

(Texto de Domingos Carvalho, a propósito do desaparecimento de Antunes da Silva, presente em «*O País Alentejano* de Antunes da Silva», in *Diário do Alentejo*, Beja, 9 de Janeiro, 1998, p. 23).

ANTUNES DA SILVA

....A PLANÍCIE CALOU-SE, DURANTE UM MINUTO DE SILÊNCIO



"Calou-se a Planície. Por uns segundos de pena. Ao redor tudo se calou também. As águias voaram mais alto, como se dessem um recado à humanidade" "ninguém diga nada!".

GAIMIRRA, página 141 da edição de 1983, com ilustração de Manuel Ribeiro de Pavia.

As águias voaram mais alto num dia em que a planície se calou e quando tudo e todos se curvaram em homenagem ao homem que um dia escreveu e sentiu que era preciso dar um recado à humanidade.

"Ninguém diga nada!" escreveu Antunes da Silva naquele livro que lemos

quando começámos a descobrir o Mundo, conhecendo melhor o Alentejo, através da sua prosa e da sua poesia.

Ninguém diga nada, agora, dizemos nós, porque este amigo que na Casa do Alentejo nos abraçou, nos ofereceu e autografou o "GAIMIRRA" quando presidiámos à direcção daquela instituição, partiu...

Ninguém diga nada! Ou então, gritemos bem alto, este recado à humanidade que Antunes da Silva nos transmitia através dos seus (nossos) livros sobre um Alentejo que desejava com futuro.

Ninguém diga nada... durante um minuto!...

Pela nossa parte jamais esqueceremos a amizade que nos ligava, a admiração que nos merecia o artista, poeta e escritor, o alentejano, o Homem.

Bem hajas, amigo, DESCANSA EM PAZ. Pois que a tua (nossa) Pátria Alentejana jamais te esquecerá e vai cumprir o teu desejo: Será livre, fraterna, solidária e terá a "Grande Barragem de Alqueva" como tu sempre desejaste.

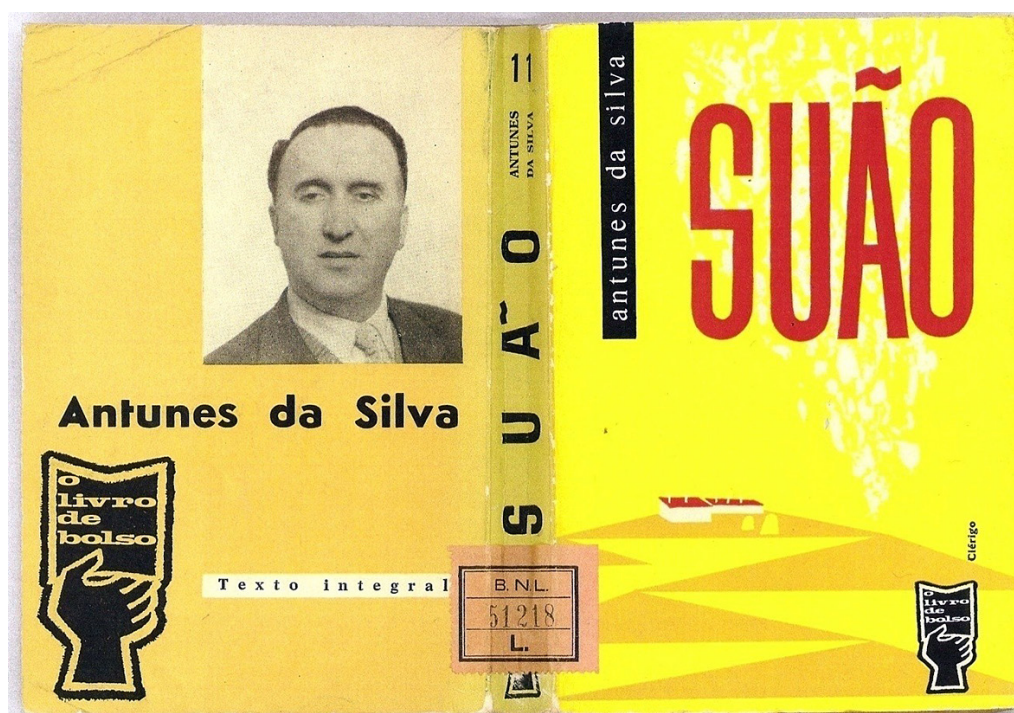
Domingos António
Xarepe

fig. 2 _ Domingos Xarepe despede-se do companheiro em
«A Planície Calou-se, durante um Minuto de Silêncio», in *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 8,
Maio, 1998, p.11.

ANEXOS

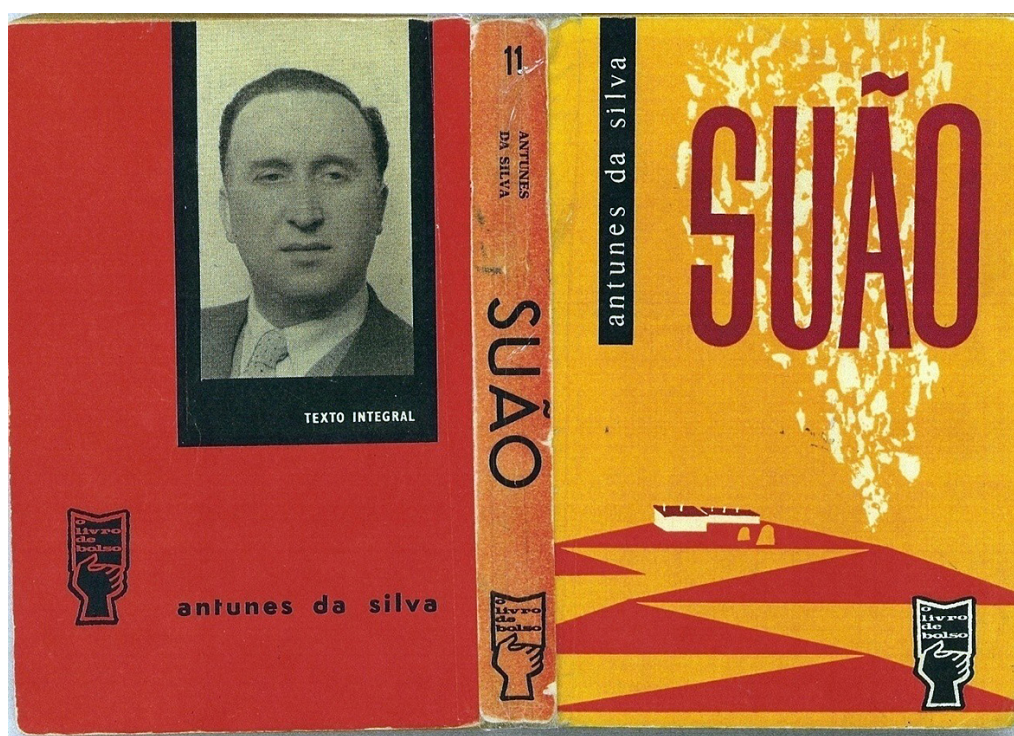
ANEXO I

1. CAPAS E CONTEÚDOS



▲ fig. 3 _ 1.ª capa de *Suão*

▼ fig. 4 _ 2.ª capa de *Suão*



1.1. Embora pertençam a ilustradores diferentes, as sete capas de S têm em comum o concretismo do desenho e o calor dos tons que o animam. A *princeps* e a 2.^a edição (1960 e 61) recebem a mesma capa, lendo-se o apelido «Clérigo» apenas na original. Pela época na direcção dos serviços de cenografia da RTP, Octávio Clérigo segue neste trabalho aquilo que posteriormente, em 1986, numa palestra sobre a respectiva arte, indica como a primeira fase do grafismo: «[...] é a criação de mensagens em termos gráficos, sintéticos, claros, *telegráficos*, facilmente entendíveis pelo receptor».¹⁹⁵

Escrita sempre «a sangue», com letras vermelhas esguias, a palavra «Suão» ocupa a metade superior da capa, sobrepondo-se na 1.^a edição a um fundo amarelo vivo que seca na lombada e, na seguinte, ao laranja que se transforma ali em encarnado. Quase imperceptíveis, umas manchas brancas que debaixo do título parecem esfarelar a cartolina procuram talvez desenhar os efeitos do Sol visíveis pelo olho humano encandeado. Este também descobre assim o astro que o colorido só por si coloca aqui sem o habitual arredondar. Como se uma fita fina estivesse a marcar as páginas, o nome do escritor lê-se em cima, na vertical e à esquerda, em equilíbrio com o logótipo da colecção, igualmente preto nos cantos contrários. A mão que segura o livro repete-se na parte de trás em ambas as publicações, à semelhança do nome «Antunes da Silva» e de uma fotografia deste. Ainda nas costas das duas consta «texto integral».

Da geometria que se apodera da metade inferior da capa, elege-se o triângulo para marcar as divisões do chão da planície, acastanhadas (1.^a ed.) ou vermelhas (2.^a ed.), de acordo com a sua geologia barrenta. Se desviarmos a leitura desta imagem para o plano ficcional, leva-nos esta figura geométrica que divide a terra ao conflito amoroso-laboral entre o seareiro Simplício, Olímpia e o latifundiário Maldirro. Todavia, no ermo traçado à régua, só no único monte alentejano se adivinha alguma gente.

O calor e a vastidão da planície com o ponto branco da habitação são, pois, os três apontamentos privilegiados pela ilustração de Octávio Clérigo, componentes paisagísticos que se não destoam da veracidade regional, novidade alguma lhe acrescentam, por serem os que constantemente a representam. O chamamento comercial via capa faz-se então com uma imagem conhecida, capaz de informar sobre o conteúdo da obra de imediato o público, mas de forma mínima, deixando lugar para as surpresas do interior. Sem que os elementos seleccionados (calor, monte e planície) se encontrem muito destacados no desenvolvimento textual, colocam ainda assim o leitor à porta da casa de Simplício Varandas para onde Antunes da Silva nos leva logo na página de abertura. Da leitura do princípio do romance, ignora o ilustrador a figura do seareiro e a cena do milhafre a caçar o pinto, parágrafo que pela sugestiva descrição visual poderia até constituir um ponto de partida para o rosto da obra. Atente-se no que destacamos em itálico numa passagem desse parágrafo: «[...] o voo da ave de rapina é *um traço negro* na paisagem *morena* da planície» (S, p.9). Contudo, e respeitando o preceito da clareza da mensagem (tele)gráfica enunciado atrás, Octávio Clérigo acaba por auxiliar o escritor na aproximação de um determinado público que espera dele um certo tipo de conteúdo. As duas capas iniciais de S dirigem-se, portanto, às suas expectativas de leitura, juntamente com os dados diegéticos que asseguram a função

¹⁹⁵ In *Falando do Ofício* [textos de vários gráficos], Lisboa, Sociedade Tipográfica, 1989.

fática do discurso. Toda esta previsibilidade figurativa e ficcional pretende no fundo, como já antes dissemos, garantir a presença do leitor que até ao fim se quer preparar criticamente através da estratégia da surpresa.

1.2. Fernando Felgueiras não se desvia muito dos tons empregues na capa pelo colega na 3.^a e 4.^a publicações de S (1970 e 74). Na inicial, um contorno rectangular ao alto dá a sensação de olharmos o campo por uma janela. Lá fora, o entardecer obtém-se com a cor de tijolo do horizonte límpido, só interrompida pela árvore negra que nele se centra e por uns arbustos que a rodeiam, também eles de preto, como a terra de aspecto incendiado a que todos se agarram. É naquele contorno, parede pintada de uma suposta casa em que nos situamos, que se escreve no cimo «Antunes da Silva», enquanto no rodapé e em letras brancas «Suão», «publicações dom quixote». Já na lombada do livro a fantasia de estarmos dentro de uma casa ganha de novo consistência, quando à mesma janela aparece o autor a escrever (foto). Fernando Felgueiras diz-nos assim ser do espaço interior de Antunes da Silva que olhamos o Alentejo a escurecer. Mais uma vez nesta terra não se regista vivalma. Representará este vazio a emigração de que fala Crispim ou é apenas a imponente das condições geográficas da região a ofuscarem a presença humana?

Quem pode agora também saber se não é a força de Abril de 1974 que traz para o invólucro da 4.^a edição, saída em Maio, os terríveis cães de Maldirro? Em oposição à negra quietude das árvores, dois lobeiros musculados correm em direcções contrárias, a preparar o cerco ao inimigo. Vão no encalço da mãe que em desespero afoga os filhos, antes de se lançar ao poço.

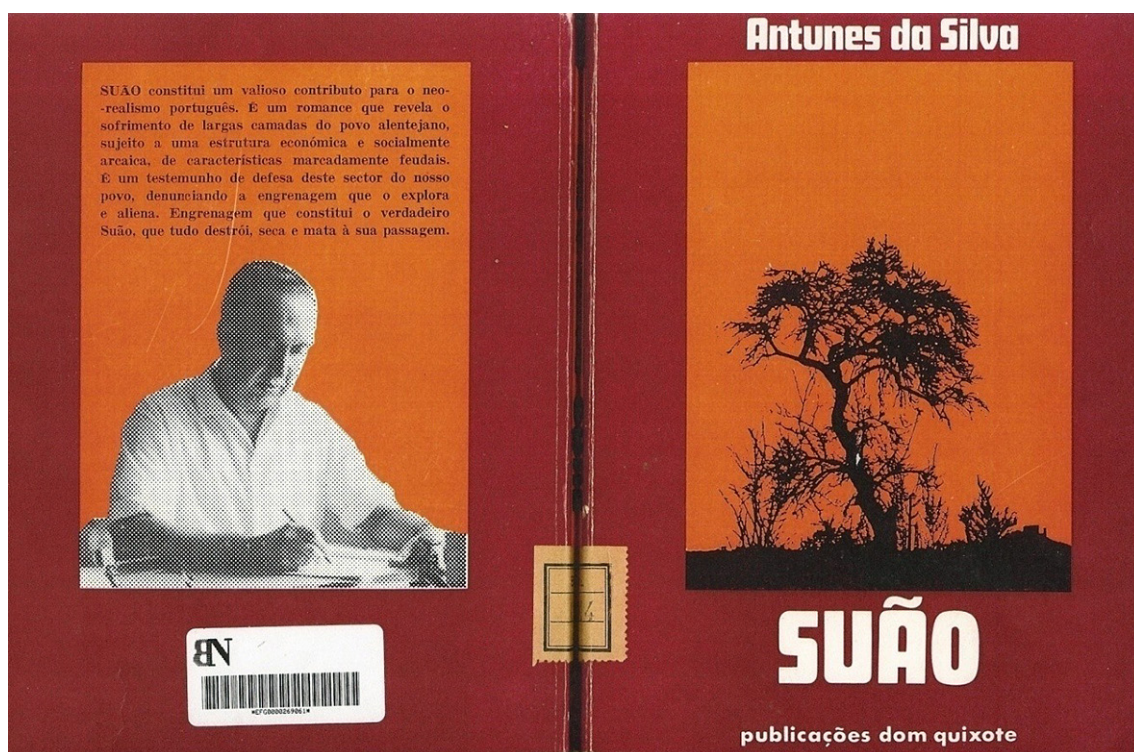


fig. 5 _ 3.^a capa de *Suão*

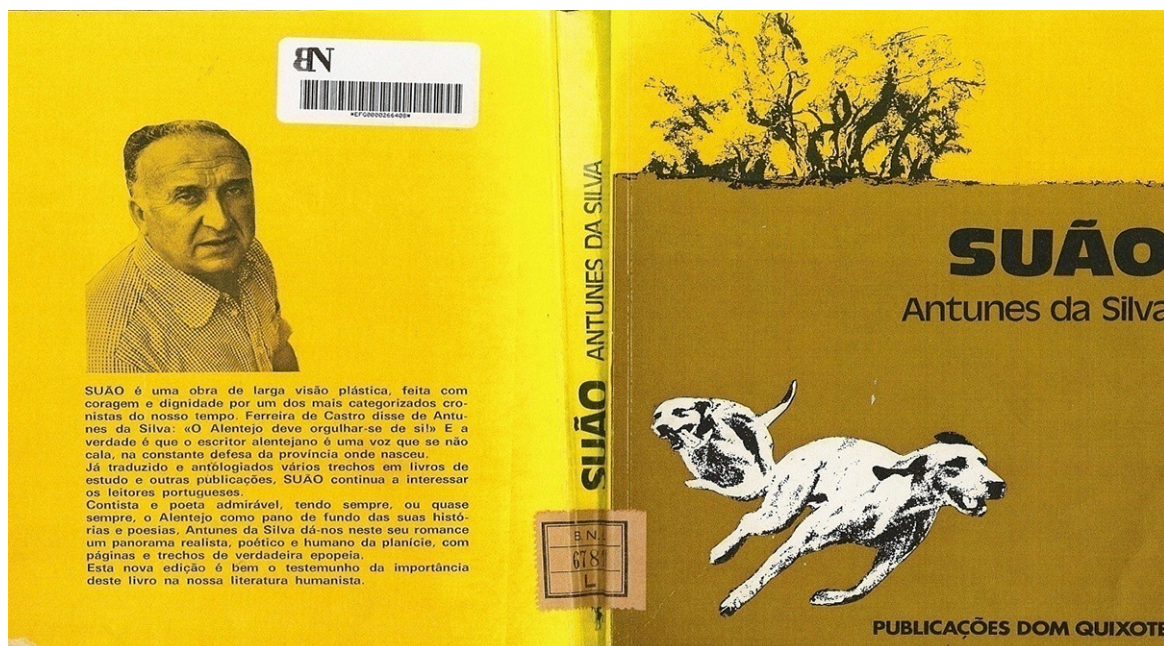


fig. 6 - 4.ª capa de *Suão*

Subtilmente a quarta capa vinca o que não se pode esquecer – desemprego, fome, perseguições – explicando o momento histórico em que surge e harmonizando-se com o empenho político do texto verbal. Caso o público desconheça o que o espera nos campos de S, o apontamento da lombada cor-de-girassol esclarece-o ideologicamente com menções à «coragem e dignidade» de Antunes da Silva, [...] a voz que se não cala, na constante defesa da província onde nasceu».

1.3. Sem estar assinada, nem termos conseguido que o Círculo de Leitores nos informasse da sua autoria, a capa da 5.ª edição (as costas estão em branco) é a nossa favorita. Data de Setembro de 1974 e nela vê-se, ao centro, umas mãos que irrompem na esfera terrestre e solar. Magras, vigorosas e unidas, pertencem por isso a quem trabalha a terra que por trás se risca a tinta-da-china ou se sulca em troncos e ramos no laranja base. A ligação a estas mãos que nos agarram, na promessa de conquistarem o espaço natural em volta, fortalece-se, quando aos nossos pés emerge uma seara igualmente estilizada. Passando nas árvores por uma forma intermédia de figuração, o ilustrador caminha para a ideia de se ganhar o pão, ao progredir do concreto das mãos para as linhas abstractas das espigas. Conquanto nada nesta capa remeta directamente para o conteúdo de S, destaca ela o valor do trabalho agrícola, o qual sustenta o enredo romanceado e é ponto sensível por alturas da revolução.

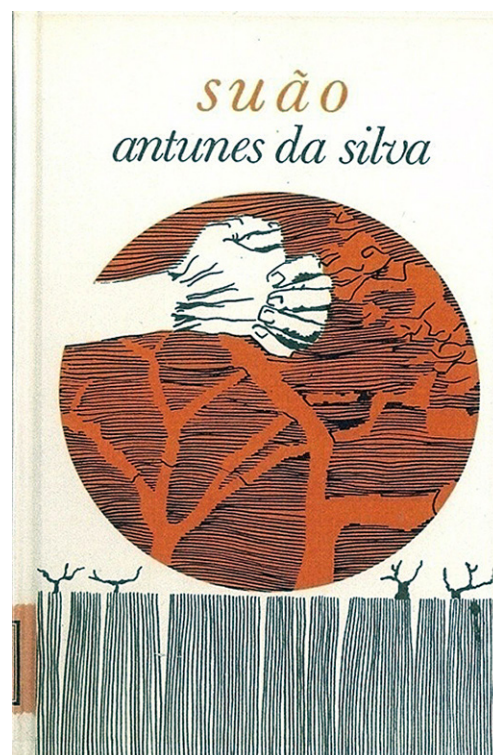


fig. 7 - 5.ª capa de *Suão*

1.4. Descansados os olhos por momentos com o branco e o preto que dominam a encadernação da 5.^a publicação, voltam na editada em 1978 pela Bertrand a arregalar-se com uma paleta intensa de cores. Henrique Ruivo pincela a vermelho, amarelo e verde o quadro do Alentejo, espaço que somente a temperatura oriunda das tonalidades indicia e o nome «Suão» mal confirma. Temos aqui tão-só umas ervitas a salpicar o chão e, mais uma vez, um belo Sol cujas tremuras da mancha que é lhe conferem realismo, por lembrarem os raios que dele saem. Pelo investimento total na cor e num número reduzido de caracteres paisagísticos, o trabalho de Henrique Ruivo aproxima-se do de Octávio Clérigo e ambos conseguem assim, com mais rapidez do que os restantes companheiros, localizar a história para o público. Nada mais, porém, neste desenho respeita ao que encontramos nas páginas do livro. Apenas no texto presente nas suas costas, um excerto que chama a atenção para a actualidade da obra ([...] *Suão continua a interessar os leitores portugueses, já que o tema abarca o drama das gentes da portentosa terra transtagana* [...]) fornece, em simultâneo, uma pista vaga sobre o que ela trata.

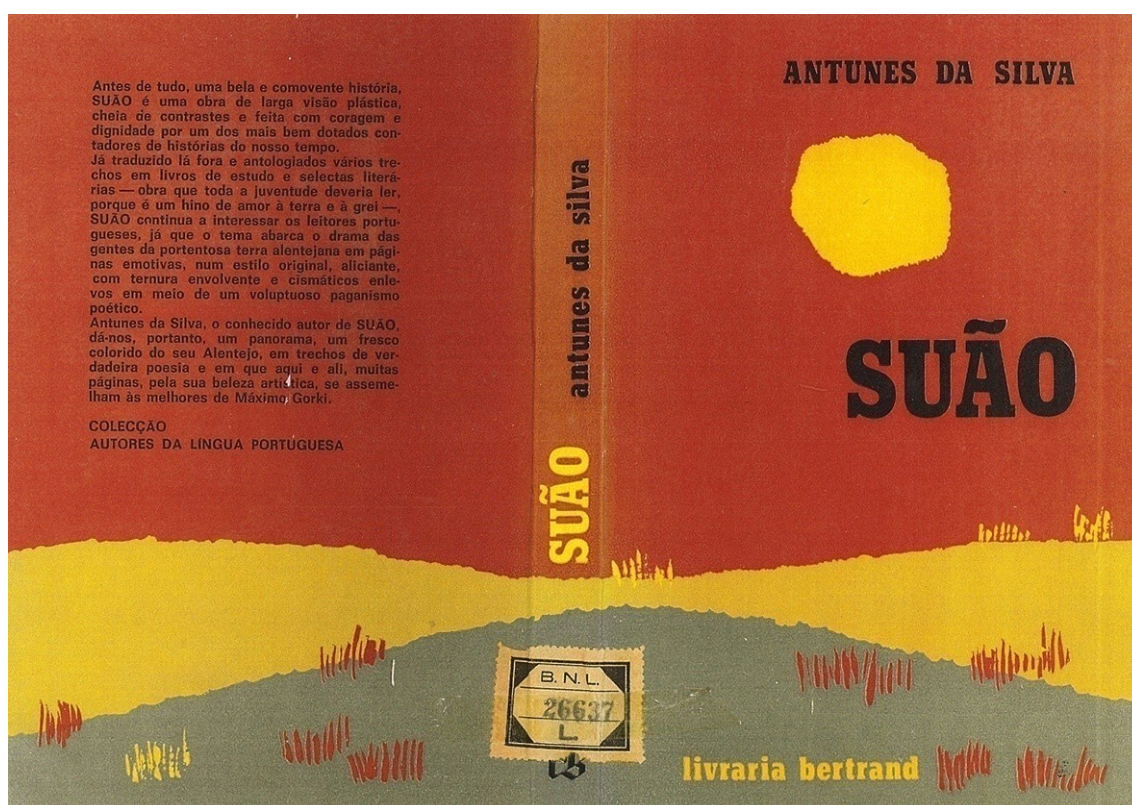


fig. 8 _ 6.^a capa de *Suão*

1.5. Deve ter sido a associação de Manuel Ribeiro de Pavia a um rancho de figuras populares na sua labuta diária, bem como a assídua colaboração deste nos quatro trabalhos iniciais de Antunes da Silva, que determina que a Livros Horizonte, com descuido, escolha desadequadamente uma antiga ilustração do artista para a capa do 7.^o *Suão*.¹⁹⁶ Os pescadores

¹⁹⁶ Até à data da sua morte, em 1957, Manuel Ribeiro de Pavia ilustra os quatro trabalhos iniciais de Antunes da Silva, ou seja, as primeiras edições de *Gaimirra* (1945); *Vila Adormecida* (1947); *Sam Jacinto* (1950) nas capas, e *O Aprendiz de Ladrão* (1955) no interior.

Já traduzido e antologado, SUÃO continua a interessar os leitores portugueses. É um livro recheado de páginas emotivas, escrito num estilo vigoroso, com ternura envolvente e cismáticos enlevos no meio de um voluptuoso paganismo poético, e que o Autor refundiu agora definitivamente com o possível rigor, como de resto tem acontecido com os restantes textos seus saídos sob a chancela de Livros Horizonte.

É indiscutível que Antunes da Silva nos dá um panorama, um fresco colorido da terra, em trechos de empolgante desenho paisagístico e humano, trazendo à literatura portuguesa um dos testemunhos mais válidos e do melhor que se tem escrito sobre o Alentejo.

LH

OBRAS DE
ANTUNES DA SILVA

SUÃO



LIVROS HORIZONTE

fig. 9 _ 7.^a capa de *Suão*

enleados nas cordas, a puxar redes que não se vêem, e as mulheres a aguardar na areia a chegada do peixe, com cestos na mão, nada têm a ver com o universo de sequeiro do romance antunino.

Existe em S, todavia, um breve excerto, sem qualquer pertinência no desenrolar da história, que poderia até certo ponto representar-se com este desenho de Pavia. Na recordação da sua mocidade, Olímpia volta a sentar-se nos bancos da escola primária para, atenta, escutar Dona Perpétua, numa lição de geografia que a faz viajar na imaginação até ao mar distante.¹⁹⁷ Só que enquanto no sonho a ingenuidade de Olímpia menina cobre de encanto a estranha realidade, Manuel Ribeiro de Pavia contorna a gente do mar com rostos carregados (observem-se os lábios) e expectantes e gestos de cansaço (três figuras da frente), carregando-lhes igualmente na cor e na beleza das formas esculturais do corpo. Regista-se, portanto, entre a fantasia da rapariga e a de Manuel algum desencontro.

¹⁹⁷ No S de 1961 lê-se: «A senhora professora apontava no mapa um ponto negro com o ponteiro e dizia: *Ali, fica Lisboa, com o seu porto de mar!* E todas as raparigas se punham atentas [...] Sonhando com céus muito azuis, com praias de areia de prata onde, mal escavava uma pá, apareciam conchas de cristal, búzios vermelhos que formosos marinheiros sopravam na bruma» (p.82).

Porque *Gaimirra* é não só um livro lido aqui, como até se encontra na sua origem, achamos oportuno reuni-las duas publicações à leitura pictórica que neste momento empreendemos da obra antunina¹⁹⁸.

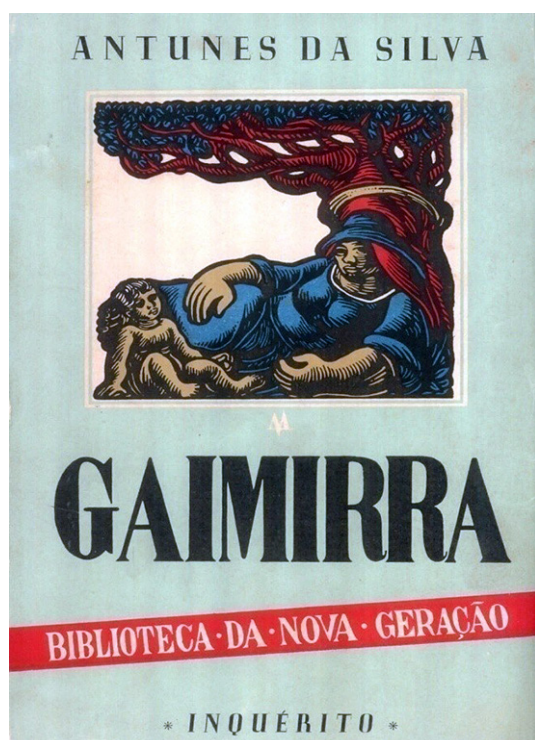


fig. 10 _ 1.ª capa de *Gaimirra*

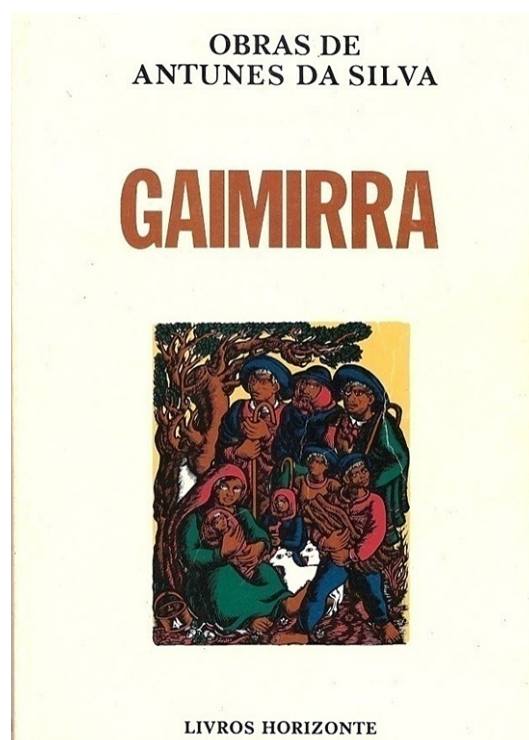


fig. 11 _ 2.ª capa de *Gaimirra*

1.6. Conquanto o discurso da 2.ª edição de *Gaimirra* se tenha reformulado de acordo com a liberdade expressiva que Portugal conhece depois de Salazar, o essencial do Alentejo transmitido em 1945 persiste em 1983 e por este motivo as figuras de ar grosseiro da ilustração da última capa – provindas do rosto do n.º27 da revista *Panorama* de 1946 – sintonizam-se bem quer com o espaço focado, quer com a camponesa deitada na moldura da *princeps* e contemporânea daquelas figuras. Pavia imagina assim a rudeza da humanidade da planície, descortinada na prosa antunina.

Além deste contacto, ambas as ilustrações de *Gaimirra* anunciam desde logo o relacionamento íntimo e fértil entre o Homem e a Natureza descrito nos textos do nosso escritor. Observe-se nas duas capas o resguardo que as figuras populares e trigueiras procuram debaixo das árvores de tronco portentoso. As bolotas e o tarro (fig. 11, canto inferior esquerdo) situam os retratados no campo alentejano e os seus pés descalços juntamente com aquele utensílio de cortiça fazem-nos recuar algumas décadas na cronologia da região. Denunciado pelo fundo amarelo e pelo tisonado da pele humana, o Sol abrasador da planície exige chapéus e

¹⁹⁸ As capas de JI e II não são aqui tratadas por não oferecerem qualquer imagem do Alentejo. A segunda é apenas uma fotografia de um campo que pode pertencer a qualquer zona do país. A primeira não está assinada, mas sabemos ser da autoria de Joaquim Rodrigo (n. 1912 - m. 1997) e ser parte do primeiro quadro da série *Portugal* «[...] virada, como a anterior, para a consecução de uma representação global de um *tópos* a partir de diferentes momentos de viagens, distantes no tempo e no espaço, e dos signos com que estes se inscreveram nos quadros da década passada» (Lapa e Ávila, 1999:229).

lenços nos labores pastoris e noutros campestres. A dureza implicada nestas lides terrenas (fig. 11), ou mesmo no descanso da camponesa (fig. 10), tempera-se com algo espiritual e por isso redentor. A criança (fig. 10), que mais parece um querubim de mármore, alivia o cansaço materno. Carnudo e pujante, o corpo feminino (fig. 10) remete não só para o esforço físico que lhe é exigido no trabalho do campo, como também para a maternidade e inerente aconchego. A mulher protege a criança, mas a árvore protege a mulher. A Natureza também é mãe. A vida aqui custa, mas continua, como esta mulher e o seu menino-anjo o demonstram. Com expressividade e acerto, Manuel Ribeiro de Pavia desenha os berberes do Sul da Ibéria sem risos nem lágrimas. No trabalho ou na pausa deste, à calma, olham de frente, em tranquilidade.

A associação da segunda ilustração à imagem do presépio faz-se com facilidade. Num plano avançado temos outra vez uma mãe (a Mãe). Esta está agora acompanhada, entre outros, de três pastores a lembrarem-nos inevitavelmente os três reis magos. O colo que a mulher dá ao filho quase fecha o círculo composto pelos vários elementos do quadro (árvore, pastores grandes, figuras mais pequenas, mulher e bebé) em disposição harmoniosa. De igual modo, a árvore, a mulher e o menino formam na figura inicial um semicírculo. Não obstante as ilustrações estarem contidas num rectângulo, esta apetência pelo arranjo circular dos elementos visuais, o colorido quente e o predomínio de formas arredondadas, levam à já referida ideia de fertilidade numa reminiscência do ventre materno, lugar do princípio da vida.

Guiados no Alentejo pelo lápis poético de Manuel Ribeiro e enlevados nas linhas líricas de Antunes da Silva sobre a sua pátria de cardos, regressamos à origem, sentimento que enlaça os dois criadores numa união ímpar, na medida em que com o trabalho de nenhum outro artista alcançam as palavras antuninas semelhante grau de reflexividade.

2. OS ILUSTRADORES¹⁹⁹

2.1. Nascido em 1933, em Setúbal, Octávio Clérigo estuda na Escola de Artes Decorativas António Arroio. A elaboração de cenários para teatro começa nos anos 50, contemplando desde o momento da estreia, no teatro Avenida, casas de espectáculo como o Dona Maria II, a Empresa Vasco Morgado e a Cooperativa Repertório. A Companhia de Bailado da Gulbenkian também acolhe em «Petruchka» a sua arte de cenógrafo. De 1964 a 1973 administra e dirige a Agência de Publicidade PROMO e a Empresa de Produção Cinematográfica CINEPROMO, as duas criadas por si. Segue-se em 1975 um regresso ao teatro com a fundação da Companhia Bloco e colaborações com outras. Em 1979, é a vez de voltar à RTP, entidade onde dez anos depois exerce o cargo de Director do Departamento de Artes Visuais. Entretanto em 1986 começa a presidir à APOIARTE (Associação de Apoio aos Artistas).

2.2. Fernando Felgueiras nasce em 1941 no Porto. Com dezassete anos começa a pintar e a expor, colaborando nalguns jornais. Autodidacta, em 1965 chega a Lisboa, onde pouco depois começa a ilustrar capas para as publicações Dom Quixote, a par do trabalho que desenvolve na área da publicidade. Participa em várias exposições:

1981 _ «Salão de Primavera», no Estoril;

1982 _ «I Exposição de Arte Moderna ARUS», no Porto;

1983 _ «O Papel como Suporte», na SNBA em Lisboa;

«Artistas da SNBA», no mesmo local;

1984 _ «Exposição Colectiva 1974/1984», na SNBA;

«Portugal em Abril», em Cascais;

«Exposição Nacional de Pequeno Formato», Cooperativa Árvore, no Porto;

«IV Bienal de Vila Nova de Cerveira»;

«II Bienal de Lagos»;

«Homenagem dos Artistas Portugueses a Almada Negreiros», em Lisboa;

1985 _ «II Bienal Nacional de Desenho da Cooperativa Árvore», no Porto;

«Exposição Nacional de Pequeno Formato», no Estoril;

1986 _ «GRAFIPORTO 86/ I Bienal Gráfica do Porto»;

«III Bienal de Lagos»;

2000 _ «MARCA», no Funchal, Madeira;

«FAC» (Feira de Arte Contemporânea), em Lisboa;

¹⁹⁹ A quantidade de informação disponível acerca dos ilustradores em questão é muito variável, resultando assim aqui uma desproporção semelhante no tratamento dos mesmos.

- 2001 _ «Papéis», na Galeria Trema, em Lisboa;
- 2002 _ «Papéis», na Galeria Trema, em Lisboa;
- «La Gioconda»;
- 2003 _ «Artelisboa», na FIL, em Lisboa;
- 2006 _ «Um Percurso de uma História sem Título», no Museu Jorge Vieira, em Beja;
- 2007 _ «Um Percurso de uma História sem Título», na Casa da Cultura da CM de Castro Verde; no Museu Municipal Professor Joaquim Vermelho, em Estremoz; na Casa das Artes Mário Elias, em Mértola; na Galeria de Exposições da Praça, em Almodôvar; na Galeria Municipal de Arte, em Moura.

Na abertura do catálogo desta última exposição no Alentejo, o Director Artístico do Museu Jorge Vieira, Rui Almeida Pereira, apresenta o trabalho deste artista referindo a exploração das potencialidades do papel nele empreendida, bem como o aproveitamento de bocados de utensílios e *bibelots* de cerâmica tradicional. Materiais com que a criatividade de Fernando Felgueiras gera peças que oferecem singularmente uma pluralidade de leituras resultante em parte da atracção do criador pela etnologia, mas também da disparidade de sentimentos aí descobertos: alegria e violência, ironia e crítica social e política. Sobre a capacidade comunicativa das capas ilustradas por Felgueiras afirma aquele Director:

No mesmo sentido, as suas capas, despoletam-nos, para o interior: o texto construído! Com efeito, o artista, no seu trabalho oficial, não cessa a procura da essência comunicativa – imagens que se somam ao texto, que se justapõem, mas que, ao mesmo tempo, se libertam, autonomizam... do próprio criador!... – a ilustração é, sem dúvida e muitas vezes, um factor que amplifica o imaginário artístico ou literário!

2.3. Henrique Ruivo conta somente dez anos quando apresenta ao público as primeiras obras em Évora, terra que o acolhe até à adolescência, depois de em 1935 vir ao mundo em Borba. Assim «Largo das Portas de Moira», «Paisagem» e «Casa de Soure» dão nome aos três quadros que prepara para a «IX Missão Estética de Férias». É neste evento, cuja orientação cabe a Dordio Gomes, que o interesse do menino Henrique pela laboração pictórica desperta, ao observar alguns dos participantes na experimentação de diferentes técnicas e na preparação das tintas. Mais tarde, depois de ter andado quatro anos em Medicina, decide em 1956 matricular-se em Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, curso que conclui. Durante este período universitário vai frequentando em Évora as tertúlias realizadas na livraria Nazareth, no café Arcada e até em casas particulares. Reúnem-se aqui figuras não só ligadas à literatura – António Gancho e Vergílio Ferreira – como às artes plásticas – António Charrua, António Palolo e João Cutileiro – ou às duas áreas – Júlio dos Reis Pereira, cujo pseudónimo poético é Saúl Dias, Apeles Espanca, Álvaro Lapa e Joaquim Bravo.

Henrique Ruivo une-se aos companheiros que acabam por constituir o seu grupo informal de pertença, por quase todos concretizarem uma obra anti-académica que defende a subjectividade e aprecia um colorido estridente, a par da pobreza dos materiais. Além destes conhecimentos locais, a capital alentejana proporciona-lhe ainda o contacto com artistas estrangeiros que em 1958 vêm para a «Missão Internacional de Arte», a cargo de Júlio Resende. Conhece então o *dripping* e inicia a procura de «formas estruturais e texturais» (Dias, 2009:692) com tintas de diversos géneros, numa atitude que o aproxima de Max Ernst. Por outro lado, o convívio com Charrua leva-os até algumas exposições de pintura em Lisboa. Tápies e outros mestres espanhóis vistos influenciam-no em «Areias» (1959-60), o primeiro conjunto de pinturas que deve a designação a um dos materiais com que é elaborado. Pouco antes o gesso e o arame dão forma a algumas esculturas. Segue-se um período de vida em Roma entre 1962 e 1974, no qual estuda com o historiador Julio Carlo Argan e realiza várias exposições quer em Portugal, quer noutros países da Europa. Data de 1963 a sua estreia individual com «Desenhos e Colagens», em Cogne, Itália, a que sucedem em 1965 outras duas exposições na Galeria Latina de Estocolmo e na Galeria 111 de Lisboa, obtendo em 1968 o segundo prémio Guérin de Artes Plásticas.

As coloridas colagens infantis que realiza por alturas da revolução de Abril aproximam-se da capa que reveste *Suão* em 1978. Sobre elas Fernando Dias escreve: «O corte e rasgão de planos de cor marcavam a posterior concepção figurativa e cenográfica através da colagem destes na superfície» (2009:712). A atenção dada naqueles trabalhos ao relevo das superfícies obtém-se precisamente no rosto do romance com «o rasgão de planos de cor» e continua a perseguir-se nos anos 80. Porém, nesta época o relevo situa-se nas figuras que se albergam num espaço mínimo do caixilho. As paisagens efectuadas em 1981 e 1982 são cíclicas e representam, segundo o próprio criador, uma concretização da memória sensitiva e dos elementos essenciais através do retorno da noite e do dia, do girar dos meses e das estações do calendário. A vivência pessoal do tempo transforma-se assim nos lugares pintados, de onde a cor expulsa a textura. Regista-se, portanto, dos anos 60 para o início da década de 80 uma evolução que parte das experiências com a matéria e alcança por fim o destaque das formas simplificadas. Fontana e Matisse são as influências desta época que Henrique Ruivo põe desta maneira ao serviço das suas recordações de infância pelo Alentejo. Em 1987, na Galeria Ana Isabel «Anamnesis» apresenta uma série de quadros com máscaras, ocupando as figuras o lugar anterior da paisagem.

2.3. Manuel Ribeiro nasce em 1907, em Pavia, vila do distrito de Mora, no Alto Alentejo. Abandonado pelos progenitores, é criado por uns tios que em 1916 o levam para Évora, onde entra no Liceu Central André de Gouveia, frequentando já depois de 1923, na mesma cidade, a Escola Industrial e Comercial Gabriel Pereira. Segundo o depoimento de uma prima, presente no livro *Pavia*, o estudo mais completo sobre o artista, Manuel nunca termina o curso geral dos liceus porque falta às aulas para desenhar. Após uns tempos empregado num escritório, a tropa leva-o para Lisboa em 1926 e aí fica a viver. Passa cerca de uma década, quando inicia com regularidade a actividade de ilustrador de livros, em *Imagens do Alentejo: Documentário da Vida Alentejana* (1936), de Henrique Zarco, e colabora

no semanário *Acção*. Por essa altura assina apenas «Manuel», conforme se lê debaixo do título «Haron, o Mercador», banda desenhada saída a 21 de Abril de 1936, em *O Mosquito*, n.º 15. Ao lado desta reprodução do livro *Pavia* (p.190), encontra-se o exemplar artístico mais antigo aqui inserido, uma tira de 1933. Nos vinte anos que se seguem até ao seu desaparecimento, embeleza as obras de muitos escritores contemporâneos, entre os quais se destacam os neo-realistas, facto determinante para a divulgação pública do seu trabalho, bem como para a respectiva identidade. A partir de 1924, estende a colaboração na imprensa a diferentes publicações – *Vértice*, *Ver e Crer*, *Atlântico*, *Horizonte* e *Panorama* – e em 1946 participa pela primeira vez numa exposição colectiva no Paço Ducal de Vila Viçosa, a que se somam, entre várias, todas as Exposições Gerais de Artes Plásticas. Entretanto sai, em 1950, o seu álbum de desenhos *Líricas*, com um texto de José Gomes Ferreira. É ainda em vida que o arquitecto Castro Rodrigues e Zeferino Cruz organizam em 1954-55, no Lobito, Benguela e Luanda, a única mostra individual deste labor artístico, sob o título «Exposição de Obras de Manuel Ribeiro de Pavia». Também naquela primeira cidade angolana um painel de azulejos a reproduzir um desenho seu reveste um enorme edifício, concretização parcial de um sonho do ilustrador, que engloba a pintura mural e o fresco, a tapeçaria e o vitral, e que o mesmo nunca chega a materializar em Portugal. Por isso, aquando das comemorações do centenário do seu nascimento, Pavia inaugura, em justa homenagem a um filho ainda hoje muito ignorado, um painel de azulejos com uma composição do próprio.

Conquanto se tenha aventurado pela produção poética e ficcional e ainda na crítica cinematográfica, desconhece-se até ao momento a localização destes textos de Manuel Ribeiro, que aguardam assim uma vontade de investigação.

ANEXO II

1. SINOPSE DA VIDA DE ANTUNES DA SILVA²⁰⁰

1921 _ Armando Antunes da Silva nasce em Évora a 31 de Julho. É filho de António Antunes da Silva, carpinteiro, e de Guilhermina Maria da Silva.

1933 _ Morre a mãe e por isso tem de ir viver com a avó paterna Rosalina, dona de uma pequena loja, e com as tias Mariana e Bia. Separa-se nessa altura do irmão que vai para a Casa Pia.

As dificuldades financeiras da família limitam-lhe a escolaridade à conclusão do curso comercial da Escola Gabriel Pereira. O ano lectivo de 1936-37 é o último que aqui frequenta.

1933-41 _ Trabalha no escritório de solicitação de António Manuel Pascoal e na seguradora *Ultramarina*.

1940 _ Inicia a carreira jornalística no periódico *Democracia do Sul*. Ao longo de anos colabora em várias revistas (*Colóquio*, *Vértice*, *Seara Nova*...) e assiduamente em jornais como o *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *República*, *Diário de Notícias*, *Diário do Alentejo*, ou o moçambicano *Notícias da Beira*.

1941-47 _ Oriundo da Junta Nacional do Vinho, transita como escriturário para o Grémio da Lavoura de Évora e Viana do Alentejo.

1948 _ Perde o emprego em Évora e é preso como consequência de pertencer aos quadros do MUD Juvenil, vendo-se obrigado a ir morar para Lisboa. Primeiro vive na Damaia e depois em Benfica.

Na prisão de Caxias encontra outros resistentes ao regime salazarista (Mário Soares, Júlio Pomar, Rui Grácio, Ramon de la Féria, Pulido Valente, Nuno Fidelino de Figueiredo...) e fica amigo de alguns.

Emprega-se entretanto na CEL-CAT, uma fábrica de condutores eléctricos.

1961 _ Vence com *Suão* o primeiro «Prémio dos Leitores», uma iniciativa do *Diário de Lisboa*.

²⁰⁰ Nesta sinopse não se citam os livros por estes constarem da bibliografia apresentada posteriormente.

1966 _ Começa a assinar quinzenalmente aos domingos no *Comércio do Porto* artigos que, antes do desaparecimento de José Régio, são da responsabilidade deste.

1969 _ Candidata-se pela CDE na Oposição Democrática pelo distrito de Évora.

1974 _ É promovido na CEL-CAT a chefe da secção de vendas (publicidade) no dia 1 de Julho.

1975 _ *Suão* surge no RCP (Rádio Clube Português) em teatro radiofónico. Jorge Ferreira fez a adaptação.

1976 _ Começa a dirigir em Évora, no dia 5 de Outubro, o semanário *Notícias do Sul*.

Uma deslocação em serviço ao Funchal vale-lhe um louvor da CEL- CAT.

1979 _ Candidata-se pelo MDP/CDE às eleições intercalares para a Assembleia da República, pela coligação eleitoral APU (Aliança Povo Unido).

1980 _ O grupo dramático «Praça Pública», da Amadora, leva à cena *Suão*, cuja história foi adaptada ao teatro por Santos Chambino. Também Jorge Ferreira adaptou *Terra do nosso Pão* não só ao teatro como à rádio.

1981 _ Perde o filho no dia 4 de Março. Luís Manuel, vítima de doença súbita, tem então trinta e seis anos e é médico na zona de Lisboa.

1985 _ Participa na «Semana Cultural Alentejana» de Toronto, no Canadá, onde recebe uma homenagem feita pela Casa do Alentejo daquela cidade.

Pouco depois, Arlete, a primeira esposa e mãe do seu único filho, falece de repente na casa de Sines.

1986 _ Casa-se em segundas núpcias com Maria Gisela no dia 26 de Julho. Após um longo e doloroso anseio, regressa a Évora e habita com a mulher na Alcárcova de Baixo, n.º 7-A.

- 1987 _ Ganha o primeiro «Prémio Alentejo de Jornalismo», por um conjunto de oito textos dedicados à qualidade do vinho do Alentejo e à relevância da água, e da barragem de Alqueva, nesta região, publicados no *Notícias d' Évora* e no *Diário de Lisboa*.
- 1988 _ Viaja até Macau, passando por Paris, ao encontro de Mariazinha, a enteada, e do marido Virgílio. Conhece então um pouco da China e da Tailândia. No final do ano assiste ainda nos Açores à geminação de Angra do Heroísmo e de Évora.
- 1991 _ Torna-se mandatário do PS (Partido Socialista) em Évora.
- 1991 _ A Câmara Municipal de Évora a 29 de Junho atribui-lhe a «Medalha de Mérito Municipal», pela sua dedicação à província natal, quer no empenhamento cívico, quer literário.
- 1992 _ É galardoado, por Mário Soares, no dia 10 de Junho, dia de Portugal e das comunidades de língua portuguesa, com o grau de «Comendador da Ordem do Infante Dom Henrique».
- 1996 _ A edilidade eborense celebra o meio século de actividade literária de Antunes da Silva com uma mesa-redonda na Universidade de Évora, a qual conta com a participação de Urbano Tavares Rodrigues, João Rui de Sousa e Luís Amaro, entre outras individualidades da cultura. Desta homenagem resulta ainda o livro *Comemorações dos 50 Anos de Vida Literária do Escritor Eborense Antunes da Silva*.
- 1997 _ Morre a 21 de Dezembro. Jaz no cemitério do Espinheiro em Évora.



fig. 12 _ Capa do livro *Comemorações dos 50 anos de Vida Literária do Escritor Eborense Antunes da Silva* com a sua fotografia.

BIBLIOGRAFIA

1. DE ANTUNES DA SILVA

1.1. Livros

1.1.1. Conto

Vidas, 1.^a ed., Beja, Minerva Comercial, 1941.

Gaimirra, 1.^a ed., Lisboa, Inquérito, 1945; 2.^a ed. rev., Lisboa, Livros Horizonte, 1983 [capas de Manuel Ribeiro de Pavia].

Vila Adormecida, 1.^a ed., Lisboa, Portugália, 1947 [capa de Manuel Ribeiro de Pavia]; 2.^a ed. rev., Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

Sam Jacinto, 1.^a ed., Lisboa, Portugália, 1950 [capa de Manuel Ribeiro de Pavia]; 2.^a ed., Lisboa, Caminho, *Série Letras*, n.º 31, 1978.

O Aprendiz de Ladrão, 1.^a ed., Lisboa, Tipografia Garcia e Carvalho, 1955 [ilustrações de Manuel Ribeiro de Pavia]; 2.^a ed. rev., Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

O Amigo das Tempestades, 1.^a ed., Coimbra, Tipografia Atlântida, *Textos Vértice*, 1958; 2.^a ed., Lisboa, Portugália, 1962; 3.^a ed. revista e aumentada, Lisboa, Estampa, col. *Novas Direcções*, 1980 [prefácio de José Manuel Mendes].

Infância, 1.^a ed., Lisboa, Oficinas Gráficas de Neogravura, col. *Mosaico*, n.º 84, 1959 [conjunto de três contos já antes publicados; capa de Bernardo Marques].

A Visita, 1.^a ed., Porto, Livraria Divulgação, col. *Imbondeiro*, n.º 34, 1962 [capa de Fernando Marques].

Alentejo É Sangue, 1.^a ed., Lisboa, Portugália, col. *O Livro de Bolso*, n.º 93 e 94, 1966 [capa de João da Câmara Leme]; 2.^a ed. revista e aumentada, Lisboa, Editores Associados, *Livros Unibolso*, n.º 92, 1975; 3.^a ed. revista e aumentada, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

Uma Pinga de Chuva, 1.^a ed., Lisboa, Prelo, 1972; 2.^a ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 1983 [capa de Luís Correia].

Exilado e Outros Contos, 1.^a ed., Porto, Inova, col. *Duas Horas de Leitura*, n.º 18, 1973 [conjunto de dez contos já publicados noutros livros].

1.1.2. Romance

Suão, 1.^a e 2.^a ed., Lisboa, Portugalíia, col. *O Livro de Bolso*, n.º 11, 1960 e 1961 [capas de Octávio Clérigo]; 3.^a e 4.^a ed., Lisboa, Dom Quixote, col. *Romances Exemplares*, n.º 18, 1970 e 1974 [capas de Fernando Felgueiras]; 5.^a ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 1974; 6.^a ed., Lisboa, Bertrand, 1978 [apresentação de José Manuel Tengarrinha e capa de Henrique Ruivo]; 7.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1985 [capa com ilustração de Manuel Ribeiro de Pavia].

Terra do nosso Pão, 1.^a ed., Lisboa, Portugalíia, col. *Contemporânea*, n.º 63, 1964 [capa de João da Câmara Leme]; 2.^a ed., Lisboa, Bertrand, 1975.

A Fábrica, 1.^a ed., Lisboa, Estampa, col. *Novas Direcções*, n.º 36, 1979 [capa de Rogério Ribeiro].

1.1.3. Verso

Esta Terra que É nossa, 1.^a ed., Lisboa, Tipografia Ideal, col. *Cancioneiro Geral*, n.º 11, 1952.

Canções do Vento, 1.^o ed., Lisboa, Europa-América, Tipografia Ideal, col. *Cancioneiro Geral*, n.º 19, 1957 [capa com desenho de Júlio Pomar].

Rio Degebe, 1.^a ed., Lisboa, Prelo, 1973 [capa de Dorindo de Carvalho].

Senhor Vento, 1.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982 [capa de Guilherme Parente].

Breve Antologia Poética, 1.^a ed., Évora, CM Évora, 1991 [ilustrações de António Couvinha (filho)].

1.1.4. Diário

Jornal I, 1.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1987 [capa de Joaquim Rodrigo].

Jornal II, 1.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

1.1.5. Reportagem

Terras Velhas Semeadas de Novo, 1.^a e 2.^a ed., Amadora, Bertrand, 1976 e 1977 [capa de José Cândido].

Alqueva a Grande Barragem, 1.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982 [fotografias de Rui Pacheco].

1.2. Colaborações em Antologias²⁰¹

A Vida Rural no Romance Português [António A. Dória], Lisboa, Junta Geral das Casas do Povo, 1950.

O Alentejo. Antologia da Terra Portuguesa [organização de Urbano T. Rodrigues], Lisboa, Bertrand, 1958.

Os Melhores Contos Portugueses [João Pedro de Andrade], Lisboa, Portugália, 1959.

Contistas Portugueses Modernos [organização de João Alves das Neves], São Paulo, Difel, 1960.

Carosello di Narratore Porthogesi, Milão, editora (?), 1963.

Seis Contistas Alentejanos [Américo Paiva], Sá da Bandeira, Gráfica Huíla, col. *Imbondeiro*, 1963 [O Baptizado, de Antunes da Silva, ocupa as pp.18-37].

Europaishe Balladen, Estugarda, Reclam, 1967.

Antologia do Moderno Conto Português [organização de Temístocles Linhares], Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

800 Anos de Poesia Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 1973.

Erkundungen 30 Portugiesische Erzähler [organização de Ilse Losa], Berlim, editora (?), 1973.

O Desporto e as Letras, Lisboa, Ministério da Educação e da Cultura, 1975.

Uma certa Maneira de Cantar [coordenação de V. Costa, L. Martins e A. Cabral], Lisboa, Avante, 1977.

Antologia de Contos e Ensaios da Universidade de Toronto [organização de Ivana Versiani], Indiana, The American Hispanist, 1977 (?).

Portugal – A Terra e o Homem [D. M. Ferreira e M. Alzira Seixo], Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1980.

Textos Teóricos do Neo-Realismo Português [organização e notas de Carlos Reis], Lisboa, Seara Nova, 1981.

Português Contemporâneo: Antologia e Compêndio Didático, Mendes da Silva, Lisboa, Ministério da Educação, 1983.

Poemabril. Antologia Poética, Lisboa, Nova Realidade, 1984.

Mundus. Anthologie de Textes en Langue Portugaise [organização de Solange Parvaux e outros], Rouen, Mont-Saint-Aignan, CDRP, 1984.

Poetas Alentejanos do Século XX [organização de Francisco D. da Costa], Lisboa, 1985.

²⁰¹ Embora nos tenhamos esforçado por completar as indicações bibliográficas destas antologias, não conseguimos obter mais informações.

O Trabalho: Antologia Poética, Lisboa, Sindicato dos Bancários, 1985.

A Infância Lembrada [organização de M. Rosa Araújo], Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

Antologia de Poetas Alentejanos [selecção e notas de Orlando Neves], Vila Viçosa, CM Vila Viçosa, Cadernos Culturais da CMVV, n.º 1, 2.ª série, 1986.

1.3. Colaborações em Jornais e Revistas²⁰²

«Esquecidos», *Democracia do Sul*, Évora, 8 de Fevereiro, 1940, p.4.

«Desprotegidos», *Democracia do Sul*, Évora, 16 de Fevereiro, 1940, p.4.

«O Inocente», *Democracia do Sul*, Évora, 18 de Fevereiro, 1940, p.3.

«Um Amigo Infeliz», *Democracia do Sul*, Évora, 28 de Fevereiro, 1940, p.4.

«Mãi...» (*sic*), *Democracia do Sul*, Évora, 3 de Março, 1940, p.3.

«O Interêsse!» (*sic*), *Democracia do Sul*, Évora, 31 de Março, 1940, p.6.

«A minha Terra», *Democracia do Sul*, Évora, 7 de Abril, 1940, p.6.

«Duas Datas», *Democracia do Sul*, Évora, 14 de Abril, 1940, p.1.

«Desleixo Moral», *Democracia do Sul*, Évora, 25 de Abril, 1940, p. 4.

«Percursos», *Democracia do Sul*, Évora, 14 de Maio, 1940, p.4.

«Instantâneos», *Democracia do Sul*, Évora, 16 de Maio, 1940, p.4.

«Hoje!», *Democracia do Sul*, Évora, 4 de Junho, 1940, p. 4.

«Humilhado», *Democracia do Sul*, Évora, 15 de Junho, 1940, p. 4.

«Justa Homenagem», *Democracia do Sul*, Évora, 18 de Junho, 1940, p. 4.

«O teu Sorriso...», *Democracia do Sul*, Évora, 19 de Junho, 1940, p. 4.

«Aljubarrota», *Democracia do Sul*, Évora, 23 de Junho, 1940, s/p [caderno].

«Glória», *Democracia do Sul*, Évora, 26 de Junho, 1940, p. 4.

«O Drama da Feira», *Democracia do Sul*, Évora, 5 de Julho, 1940, p. 4.

«O Corcunda», *Democracia do Sul*, Évora, 17 de Julho, 1940, p. 4.

«O Graxa», *Democracia do Sul*, Évora, 24 de Julho, 1940, p. 4.

«Crónica», *Democracia do Sul*, Évora, 31 de Julho, 1940, p. 4.

²⁰² Investigação realizada na Biblioteca Municipal de Évora, no Centro de Documentação da Câmara Municipal de Évora e na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

«A Inveja», *Democracia do Sul*, Évora, 7 de Agosto 1940, p. 4.

«Facciosismo», *Democracia do Sul*, Évora, 8 de Agosto, 1940, p. 1.

«A Exposição!?!», *Democracia do Sul*, Évora, 17 de Agosto, 1940, p. 1.

«Portugal e Brasil», *Democracia do Sul*, Évora, 20 de Agosto, 1940, p. 1.

«No Campo!», *Democracia do Sul*, Évora, 22 de Agosto, 1940, p. 4.

«A Rua...», *Democracia do Sul*, Évora, 24 de Agosto, 1940, p. 4.

«Eborenses!», *Democracia do Sul*, Évora, 27 de Agosto, 1940, p. 1.

«O Cauteleiro», *Democracia do Sul*, Évora, 28 de Agosto, 1940, p. 4.

«Vitalidade», *Democracia do Sul*, Évora, 4 de Setembro, 1940, p.1.

«Confiança», *Democracia do Sul*, Évora, 6 de Setembro, 1940, p. 1.

«Bairrismo», *Democracia do Sul*, Évora, 12 de Setembro, 1940, pp.1 e 5.

«Lamentos...», *Democracia do Sul*, Évora, 13 de Setembro, 1940, p. 4.

«O Palhaço... », *Democracia do Sul*, Évora, 19 de Setembro, 1940, p. 6.

«Évora suas Necessidades», *Democracia do Sul*, Évora, 21 de Setembro, 1940, pp. 1-2.

«Ansiedade», *Democracia do Sul*, Évora, 29 de Setembro, 1940, p. 6.

«A Naturêsa (*sic*) e a Paisagem», *Democracia do Sul*, Évora, 2 Outubro, 1940, p. 4.

«Virtudes», *Democracia do Sul*, Évora, 5 Outubro, 1940, s/p. [caderno].

«O Caminheiro», *Democracia do Sul*, Évora, 10 de Outubro, 1940, p. 4.

«Évora – suas Fôrças Vivas», *Democracia do Sul*, Évora, 11 de Outubro, 1940, p. 1.

«Pensamentos», *Democracia do Sul*, Évora, 17 de Outubro, 1940, p. 1.

«Reflexões», *Democracia do Sul*, Évora, 18 de Outubro, 1940, p. 1.

«Batalha do Salado», *Democracia do Sul*, Évora, 27 de Outubro, 1940, p. 1

«Pátria», *Democracia do Sul*, Évora, 30 de Outubro, 1940, p. 1.

«Instrução», *Democracia do Sul*, Évora, 1 de Novembro, 1940, p. 1.

«Invernias...», *Democracia do Sul*, Évora, 2 de Novembro, 1940, p. 4.

«Farrapos...», *Democracia do Sul*, Évora, 6 de Novembro, 1940, p. 4.

«Ele Voltou...», *Democracia do Sul*, Évora, 8 de Novembro, 1940, p. 4.

«A Vontade», *Democracia do Sul*, Évora, 10 de Novembro, 1940, p. 5.

«Trocadilhos», *Democracia do Sul*, Évora, 13 de Novembro, 1940, p. 4.

«Foi na Taberna...», *Democracia do Sul*, Évora, 17 de Novembro, 1940, p. 5.

«O Livro», *Democracia do Sul*, Évora, 19 de Novembro, 1940, p. 1.

«O Livro», *Democracia do Sul*, Évora, 24 de Novembro, 1940, p. 1.

«1640-1940 Portugal!», *Democracia do Sul*, Évora, 1 de Dezembro, 1940, p. 5.

«O Sentimento!», *Democracia do Sul*, Évora, 7 de Dezembro, 1940, p. 1.

«As Mães!», *Democracia do Sul*, Évora, 12 de Dezembro, 1940, p. 4.

«Fracas Venturas...», *Democracia do Sul*, Évora, 20 de Dezembro, 1940, p. 4.

«Natal!», *Democracia do Sul*, Évora, 25 de Dezembro, 1940, p. 5.

«Má Vingança», *Democracia do Sul*, Évora, 1 de Janeiro, 1941, s/p. [caderno].

«Jornas», *Democracia do Sul*, Évora, 19 de Agosto, 1942, p. 4.

«Diário», *Democracia do Sul*, Évora, 20 de Agosto, 1942, p. 4.

«Apologia!», *Democracia do Sul*, Évora, 29 de Agosto, 1942, p. 4.

«Diário», *Democracia do Sul*, Évora, 1 de Setembro, 1942, p. 4.

«Paisagem», *Democracia do Sul*, Évora, 5 de Setembro, 1942, p. 4.

«Jornal», *Democracia do Sul*, Évora, 24 de Setembro, 1942, p. 4.

«Paisagem», *Democracia do Sul*, Évora, 27 de Setembro, 1942, p. 6.

«Adoração», *Democracia do Sul*, Évora, 1 de Outubro, 1942, p. 4.

«Diálogo», *Democracia do Sul*, Évora, 3 de Outubro, 1942, p. 4.

«Paisagem», *Democracia do Sul*, Évora, 14 de Outubro, 1942, p. 4.

«Diário», *Democracia do Sul*, Évora, 22 de Outubro, 1942, p. 1.

«Diário», *Democracia do Sul*, Évora, 29 de Outubro, 1942, p. 4.

«A Culpa», *Democracia do Sul*, Évora, 3 de Novembro, 1942, p. 4.

«Passado...», *Democracia do Sul*, Évora, 11 de Novembro, 1942, p. 4.

«Paisagem», *Democracia do Sul*, Évora, 13 de Novembro, 1942, p. 4.

«Paisagem», *Democracia do Sul*, Évora, 20 de Novembro, 1942, p. 4.

«Diário», *Democracia do Sul*, Évora, 8 de Dezembro, 1942, p. 4.

«Diário», *Democracia do Sul*, Évora, 9 de Dezembro, 1942, p. 4.

«Diário», *Democracia do Sul*, Évora, 17 de Dezembro, 1942, p. 1.

«Natal», *Democracia do Sul*, Évora, 25 de Dezembro, 1942, p. 4.

- «Breve Apontamento sobre uma Nova Literatura Regional», *Vértice*, Coimbra, n.º 56-57, 1948, pp. 312-313.
- «Férias no Mar», *Diário Ilustrado*, Lisboa, 1.^a ed, 28 de Agosto, 1957, p. 12
- «A Coisa Anónima», *O Comércio do Porto*, Porto, 30 de Outubro, 1966, p. 1.
- «Uma Figura Moral» [sobre Ferreira de Castro], *O Comércio do Porto*, Porto, 13 e Novembro de 1966, p. 1.
- «Cidade ao Frio», *O Comércio do Porto*, Porto, 27 de Novembro, 1966, pp. 1 e 4.
- «A Técnica e os Poetas», *O Comércio do Porto*, Porto, 11 de Dezembro, 1966, pp. 1 e 8.
- «Tradição do Natal», *O Comércio do Porto*, Porto, 25 de Dezembro, 1966, pp. 1 e 10.
- «Das Gerações», *O Comércio do Porto*, Porto, 8 de Janeiro, 1967, pp. 1 e 2.
- «O Culto da Paisagem», *O Comércio do Porto*, Porto, 22 Janeiro, 1967, pp. 1 e 7.
- «A Riqueza Pensa-se», *O Comércio do Porto*, Porto, 19 de Fevereiro, 1967, pp. 1 e 7.
- «A Morte de um Escritor» [Manuel do Nascimento], *O Comércio do Porto*, Porto, 5 de Março, 1967, pp. 1 e 5.
- «Os Vinhos da Região da Vidigueira», *O Comércio do Porto*, Porto, 19 de Março, 1967, pp. 1 e 3.
- «Os Homens das Relações Públicas», *O Comércio do Porto*, Porto, 2 de Abril, 1967, pp. 1 e 3.
- «Primavera Azul», *O Comércio do Porto*, Porto, 16 de Abril, 1967, pp. 1 e 6.
- «Os Ociosos», *O Comércio do Porto*, Porto, 23 de Abril, 1967, pp. 1 e 6.
- «A Educação dos Filhos», *O Comércio do Porto*, Porto, 7 de Maio, 1967, pp. 1 e 6.
- «Os Inadaptados», *O Comércio do Porto*, Porto, 21 de Maio, 1967, pp. 1 e 9.
- «O Bombeiro», *O Comércio do Porto*, Porto, 4 de Junho, 1967, pp. 1 e 8.
- «Um Grande Escritor Nortenho», *O Comércio do Porto*, Porto, 25 de Junho, 1967, pp. 1 e 3.
- «Os Suseranos», *O Comércio do Porto*, Porto, 2 de Julho de 1967, pp. 1 e 8.
- «As Bandas de Música», *O Comércio do Porto*, Porto, 16 de Julho, 1967, pp. 1 e 3.
- «A França Eterna», *O Comércio do Porto*, Porto, 30 de Julho, 1967, pp. 1 e 6.
- «Música Portuguesa», *O Comércio do Porto*, Porto, 6 de Agosto, 1967, pp. 1 e 7.
- «Mãe Natureza», *O Comércio do Porto*, Porto, 20 de Agosto, 1967, pp. 1 e 3.
- «O Campo, agora», *O Comércio do Porto*, Porto, 27 Agosto, 1967, p. 1.
- «A Crise do Livro», *O Comércio do Porto*, Porto, 3 de Setembro, 1967, pp. 1 e 6.
- «Os Amores Indefesos», *O Comércio do Porto*, Porto, 17 de Setembro, 1967, pp. 1 e 5.

«O Ar e o Sol», *O Comércio do Porto*, Porto, 8 de Outubro, 1967, pp. 1 e 6.

«As Férias dos Portugueses», *O Comércio do Porto*, Porto, 22 de Outubro, 1967, pp. 1 e 6.

«Falta de Palavra», *O Comércio do Porto*, Porto, 5 de Novembro, 1967, pp. 1 e 7.

«Sines, S.Torpes, Porto Covo e Vila Nova», *O Comércio do Porto*, Porto, 12 de Novembro, 1967, pp. 1 e 7.

«Os Pescadores e os Camponeses», *O Comércio do Porto*, Porto, 26 de Novembro, 1967, pp. 1 e 4.

«Os Barbeiros», *O Comércio do Porto*, Porto, 10 de Dezembro, 1967, pp. 1 e 8.

«Aguarela do Natal», *O Comércio do Porto*, Porto, 24 de Dezembro, 1967, pp. 1.

«O Artesanato», *O Comércio do Porto*, Porto, 7 de Janeiro, 1968, pp. 1 e 4.

«O Inverno Roxo», *O Comércio do Porto*, Porto, 21 de Janeiro, 1968, pp. 1 e 6.

«O Uso do Gabão e do Capote», *O Comércio do Porto*, Porto, 4 de Fevereiro, 1968, pp. 1 e 2.

«O Alentejo à Chuva», *O Comércio do Porto*, Porto, 3 de Março, 1968, pp. 1 e 4.

«As Aves no Inverno», *O Comércio do Porto*, Porto, 17 de Março, 1968, pp. 1 e 8.

«Mensagem de um Dia Consertado em Nuvens», *O Comércio do Porto*, Porto, 31 de Março, 1968, pp. 1 e 8.

«Os Pavões», *O Comércio do Porto*, Porto, 14 de Abril, 1968, pp. 1 e 7.

«Porto de Sines», *O Comércio do Porto*, Porto, 28 de Abril, 1968, pp. 1 e 9.

«A Raiz da Alegria», *O Comércio do Porto*, Porto, 12 de Maio, 1968, pp. 1 e 6.

«Época Apressada», *O Comércio do Porto*, Porto, 26 de Maio, 1968, pp. 1 e 8.

«As Férias Estão aí», *O Comércio do Porto*, Porto, 9 de Junho, 1968, pp. 1 e 12.

«Crónica de Circunstância», *O Comércio do Porto*, Porto, 23 de Junho, 1968, pp. 1 e 7.

«Os Peixes dos Rios», *O Comércio do Porto*, Porto, 7 de Julho, 1968, pp. 1 e 8.

«A Mulher no Mundo», *O Comércio do Porto*, Porto, 21 de Julho, 1968, pp. 1 e 7.

«A Gravata no Verão», *O Comércio do Porto*, Porto, 4 de Agosto, 1968, pp. 1 e 4.

«Uvas no Quintal», *O Comércio do Porto*, Porto, 18 de Agosto, 1968, pp. 1 e 6.

«Os Relógios das Torres», *O Comércio do Porto*, Porto, 1 de Setembro, 1968, pp. 1 e 6.

«Após as Férias», *O Comércio do Porto*, Porto, 15 de Setembro, 1968, pp. 1 e 8.

«Passeio aos Montes», *O Comércio do Porto*, Porto, 29 de Setembro, 1968, pp. 1 e 11.

«Sines, Zona de Turismo não Tem Porto de Mar», *O Comércio do Porto*, Porto, 13 de Outubro, 1968, pp. 1 e 3.

«Outono de Cinza», *O Comércio do Porto*, Porto, 20 de Outubro, 1968, pp. 1 e 6.

«Homens Dignos», *O Comércio do Porto*, Porto, 3 de Novembro, 1968, pp. 1 e 6.

«Morreu um Homem na Estrada», *Boletim Cooperativista*, Lisboa, 15, Novembro, 1968.

«As Mantas de Reguengos», *O Comércio do Porto*, Porto, 17 de Novembro, 1968, pp. 1 e 8.

«As Escolas Superiores de Veterinária e Agronomia», *O Comércio do Porto*, Porto, 1 de Dezembro, 1968, pp. 1 e 8.

«Profissões Diferentes», *O Comércio do Porto*, Porto, 15 de Dezembro, 1968, pp. 1 e 8.

«Velhos no Jardim», *O Comércio do Porto*, Porto, 29 de Dezembro, 1968, pp. 1 e 8.

«Escaladas Sociais», *O Comércio do Porto*, Porto, 12 de Janeiro de 1969, pp. 1 e 9.

«Temporal em Sines», *O Comércio do Porto*, Porto, 26 de Janeiro, 1969, pp. 1 e 3.

«Alentejanos», *O Comércio do Porto*, Porto, 9 de Fevereiro, 1969, pp. 1 e 13.

«Temas Alentejanos», *O Comércio do Porto*, Porto, 23 de Fevereiro, 1969, pp. 1 e 12.

«Temas Literários», *O Comércio do Porto*, Porto, 9 de Março, 1969, pp. 1 e 4.

«Vinhos do Alentejo», *O Comércio do Porto*, Porto, 23 de Março, 1969, pp. 1 e 6.

«Primavera Estação Moça», *O Comércio do Porto*, Porto, 6 de Abril, 1969, pp. 1 e 6.

«À roda de uma Reportagem», *O Comércio do Porto*, Porto, 20 de Abril, 1969, pp. 1 e 11.

«Nova Universidade em Évora», *O Comércio do Porto*, Porto, 4 de Maio, 1969, pp. 1 e 6.

«A Odisseia do Escritor», *O Comércio do Porto*, Porto, 18 de Maio, 1969, pp. 1 e 6.

«Sines – a Praia das Crianças», *O Comércio do Porto*, Porto, 1 de Junho, 1969, pp. 1 e 6.

«Seareiros», *O Comércio do Porto*, Porto, 15 de Junho, 1969, pp. 1 e 5.

«Sines e Vasco da Gama», *O Comércio do Porto*, Porto, 29 de Junho, 1969, pp. 1 e 6.

«O Desporto como Base de Acesso à Opinião Pública», *O Comércio do Porto*, Porto, 13 de Julho, 1969, pp. 1 e 6.

«As Ideias dos outros», *O Comércio do Porto*, Porto, 27 de Julho, 1969, pp. 1 e 6.

«O Vandalismo nos Rios», *O Comércio do Porto*, Porto, 10 de Agosto, 1969, pp. 1 e 9.

«A Província Portuguesa», *O Comércio do Porto*, Porto, 24 de Agosto, 1969, pp. 1 e 4.

«O Sol de Sines Rejuvenesce», *O Comércio do Porto*, Porto, 7 de Setembro, 1969, pp. 1 e 4.

«Os Dias que Passam», *O Comércio do Porto*, Porto, 21 de Setembro, 1969, pp. 1 e 4.

«Do que mais Gostamos», *O Comércio do Porto*, Porto, 5 de Outubro, 1969, pp. 1 e 7.

«Demarcação Vitivinícola da Vidigueira», *O Comércio do Porto*, Porto, 19 de Outubro, 1969, pp. 1 e 2.

«Lê-se menos. Parece que sim», *O Comércio do Porto*, Porto, 2 de Novembro, 1969, pp. 1 e 2.

«Dinamizar o Esforço», *O Comércio do Porto*, Porto, 16 de Novembro, 1969, pp. 1 e 7.

«Inverno Burguês», *O Comércio do Porto*, Porto, 30 de Novembro, 1969, pp. 1 e 3.

«Ideias à Roda do Natal», *O Comércio do Porto*, Porto, 14 de Dezembro, 1969, pp. 1 e 6.

«Críticos e Autores», *O Comércio do Porto*, Porto, 28 de Dezembro, 1969, pp. 1 e 3.

«A Rua – Campo Povoado de Sonhos», *O Comércio do Porto*, Porto, 25 de Janeiro, 1970, pp. 1 e 6.

«Bom-Senso e Investimentos», *O Comércio do Porto*, Porto, 8 de Fevereiro, 1970, pp. 1 e 6.

«Valorização Regional», *O Comércio do Porto*, Porto, 8 de Março, 1970, pp. 1 e 3.

«O Dia do Teatro Amador», *O Comércio do Porto*, Porto, 22 de Março, 1970, pp. 1 e 9.

«O Busto de Florbela Espanca», *O Comércio do Porto*, Porto, 5 de Abril de 1970, pp. 1 e 7.

«Primavera É Paz», *O Comércio do Porto*, Porto, 26 de Abril, 1970, pp. 1 e 4.

«Uma Nova Cidade Universitária», *O Comércio do Porto*, Porto, 10 de Maio, 1970, pp. 1 e 3.

«Ao Correr da Pena», *O Comércio do Porto*, Porto, 24 de Maio, 1970, pp. 1 e 4.

«Lamiré à roda das Férias», *O Comércio do Porto*, Porto, 21 de Junho, 1970, pp. 1 e 3.

«O Cheiro das Flores», *O Comércio do Porto*, Porto, 5 de Julho, 1970, pp. 1 e 4.

«A Definição de Escritor», *O Comércio do Porto*, Porto, 7 de Junho, 1970, pp. 1 e 6.

«A Magia da Natureza», *O Comércio do Porto*, Porto, 19 de Julho, 1970, pp. 1 e 8.

«Correndo Estradas Visitando Pombais», *O Comércio do Porto*, Porto, 2 de Agosto, 1970, pp. 1 e 8.

«Férias Novas», *O Comércio do Porto*, Porto, 16 de Agosto, 1970, pp. 1 e 2.

«As Barragens Poluídas», *O Comércio do Porto*, Porto, 30 de Agosto, 1970, pp. 1 e 3.

«Saudade – só uma Palavra Bonita», *O Comércio do Porto*, Porto, 13 de Setembro, 1970, pp. 1 e 6.

«Nem já nos Deixam Aproveitar o Tempo», *O Comércio do Porto*, Porto, 27 de Setembro, 1970, pp. 1 e 5.

«Praias e Acessos no Litoral Alentejano», *O Comércio do Porto*, Porto, 11 de Outubro, 1970, pp. 1 e 4.

«Poluição e Pesca Intensiva», *O Comércio do Porto*, Porto, 25 de Outubro, 1970, pp. 1 e 2.

«Os Feriados Necessários», *O Comércio do Porto*, Porto, 8 de Novembro, 1970, pp. 1 e 3.

«Tempos de Paz?», *O Comércio do Porto*, Porto, 22 de Novembro, 1970, pp. 1 e 5.

«As Cidades-Satélites», *O Comércio do Porto*, Porto, 6 de Dezembro, 1970, pp.1 e 4.

«Uma Teoria do Natal», *O Comércio do Porto*, Porto, 20 de Dezembro, 1970, pp. 1 e 3.

«A Alegria de Viajar», *O Comércio do Porto*, Porto, 3 de Janeiro, 1971, pp. 1 e 10.

«Um Inverno Agreste», *O Comércio do Porto*, Porto, 17 de Janeiro, 1971, pp. 1 e 2.

«Tristeza das Ruas», *O Comércio do Porto*, Porto, 31 de Janeiro, 1971, pp. 1 e 5.

«Rolhas de Cortiça», *O Comércio do Porto*, Porto, 14 de Fevereiro, 1971, pp. 1 e 2.

«Festivais e outros Espectáculos», *O Comércio do Porto*, Porto, 28 de Fevereiro, 1971, pp. 1 e 9.

«Certas Leis que nos Atingem», *O Comércio do Porto*, Porto, 14 de Março, 1971, pp. 1 e 2.

«Cabelos Compridos», *O Comércio do Porto*, Porto, 28 de Março, 1971, pp. 1 e 6.

«De novo: Cabelos Compridos», *O Comércio do Porto*, Porto, 11 de Abril, 1971, pp. 1 e 6.

«Cortiça – Riqueza da Nação», *O Comércio do Porto*, Porto, 25 de Abril, 1971, pp.1 e 9.

«Homens Capazes», *O Comércio do Porto*, Porto, 16 de Maio, 1971, pp. 1 e 6.

«Cortiças, Rolhas – e que mais?», *O Comércio do Porto*, Porto, 30 de Maio, 1971, pp. 1 e 8.

«Ratos de Automóveis», *O Comércio do Porto*, Porto, 13 de Junho, 1971, pp. 1 e 8.

«Vida Fácil», *O Comércio do Porto*, Porto, 27 de Junho, 1971, pp. 1 e 5.

«Cidades Infelizes», *O Comércio do Porto*, Porto, 11 de Julho, 1971, pp. 1 e 5.

«Hoje, só um Apontamento na Paisagem», *O Comércio do Porto*, Porto, 25 de Julho, 1971, pp. 1 e 2.

«Praias Sujas», *O Comércio do Porto*, Porto, 8 de Agosto, 1971, pp. 1 e 5.

«Rios Devassados», *O Comércio do Porto*, Porto, 22 de Agosto, 1971, pp. 1 e 4.

«Cortiça: em Demanda de uma Justa Situação», *O Comércio do Porto*, Porto, 5 de Setembro, 1971, pp. 1 e 5.

«É Bom Ter Opinião», *O Comércio do Porto*, Porto, 19 de Setembro, 1971, pp. 1 e 2.

«Os Abelhudos», *O Comércio do Porto*, Porto, 3 de Outubro, 1971, pp. 1 e 7.

«Automobilistas ou Doidos?», *O Comércio do Porto*, Porto, 17 de Outubro, 1971, pp. 1 e 4.

«Os Artistas Empregados», *O Comércio do Porto*, Porto, 31 de Outubro, 1971, pp. 1 e 11.

«Burocracias», *O Comércio do Porto*, Porto, 14 de Novembro, 1971, pp. 1 e 4.

«O Alentejo Espera», *Diário do Sul*, Évora, 17 de Novembro, 1971, pp. 1 e 4.

«Cortiça, Rolhas e que mais?», *Diário do Sul*, Évora, 21 de Novembro, 1971, pp. 1 e 7.

«Pessoas que não Sabemos quem São», *Diário do Sul*, Évora, 27 de Novembro, 1971, pp. e 5.

«Aspectos da Crise da Lavoura», *O Comércio do Porto*, Porto, 28 de Novembro, 1971, pp.1 e 8.

«Cidade ao Frio», *Diário do Sul*, Évora, 1 de Dezembro, 1971, pp. 1 e 5.

«Inverno Burguês», *Diário do Sul*, Évora, 4 de Dezembro, 1971, pp. 1 e 7.

«Os Dias que Passam», *Diário do Sul*, Évora, 10 de Dezembro, 1971, pp. 1 e 5.

«É Preciso Continuar esta Conversa», *O Comércio do Porto*, Porto, 12 de Dezembro, 1971, pp.1 e 7.

«Esta Força que Vem da Terra», *Diário do Sul*, Évora, 14 de Dezembro, 1971, pp. 1 e 4.

«O meu Tio Luís», *Diário do Sul*, Évora, 16 de Dezembro, 1971, pp. 1 e 3.

«Os Ociosos», *Diário do Sul*, Évora, 23 de Dezembro, 1971, pp. 1 e 7.

«A Falta de Palavra», *Diário do Sul*, Évora, 9 de Janeiro, 1972, pp. 1 e 8.

«Horizontes Brancos», *O Comércio do Porto*, Porto, 9 de Janeiro, 1972, pp. 1 e 4.

«Os Suseranos», *Diário do Sul*, Évora, 19 de Janeiro, 1972, pp. 1 e 7.

«Abalo e pronto, tudo se Compõe», *Diário do Sul*, Évora, 23 de Janeiro, 1972, pp.1 e 4.

«É Preciso Andar depressa», *O Comércio do Porto*, Porto, 23 de Janeiro, 1972, pp. 1 e 6.

«As Talhas Estão Abertas», *Diário do Sul*, Évora, 25 de Janeiro, 1972, pp. 1 e 7.

«A Província Portuguesa», *Diário do Sul*, Évora, 30 de Janeiro, 1972, pp. 1 e 6.

«Escombros da Cidade», *O Comércio do Porto*, Porto, 6 de Fevereiro, 1972, pp. 1 e 20.

«Os Abelhudos», *Diário do Sul*, Évora, 13 de Fevereiro, 1972, pp. 1 e 3.

«Sentimento de Culpa», *O Comércio do Porto*, Porto, 20 de Fevereiro, 1972, pp. 1 e 2.

«Vinhos da Vidigueira», *O Comércio do Porto*, Porto, 5 de Março, 1972, pp. 1 e 6.

«A Nova Universidade de Évora», *Diário do Sul*, Évora, 14 de Março, 1972, pp. 1 e 3.

«Ladainhas e Cantorias», *O Comércio do Porto*, Porto, 19 de Março, 1972, pp. 1 e 13.

«Concursos de Beleza», *O Comércio do Porto*, Porto, 2 de Abril, 1972, pp. 1 e 6.

«A Primavera Recorda a Vida», *O Comércio do Porto*, Porto, 16 de Abril, 1972, pp. 1 e 2.

«A Nova Universidade de Évora», *O Comércio do Porto*, Porto, 30 de Abril, 1972, pp. 1 e 6.

«Sentimento de Culpa», *Diário do Sul*, Évora, 3 de Maio, 1972, pp. 1 e 6.

«As Palavras e os Poetas», *Diário do Sul*, Évora, 7 de Maio, 1972, pp. 1 e 3.

«A Lei e a Acção Social», *O Comércio do Porto*, Porto, 14 de Maio, 1972, pp. 1 e 7.

«Não tarda Saber-se dos Novos Centros Universitários», *O Comércio do Porto*, Porto, 28 de Maio, 1972, pp. 1 e 11.

«Sines e a Poluição», *Diário do Alentejo*, Lisboa, 10 de Julho, 1972, pp. 2 e 7.

«Discurso de Poesia ou só Saudade», *O Comércio do Porto*, Porto, 18 de Junho, 1972, pp. 1 e 10.

«Vamos Falar num Homem, no Final desta Crónica», *O Comércio do Porto*, Porto, 2 de Julho, 1972, pp. 1 e 6.

«A Tolerância como Base do Desenvolvimento», *O Comércio do Porto*, Porto, 16 de Julho, 1972, pp. 1 e 4.

«As Cidades», *O Comércio do Porto*, Porto, 30 de Julho, 1972, pp. 1 e 8.

«As Cidades», *Diário do Sul*, Évora, 9 de Agosto, 1972, pp. 1 e 4.

«Regiões Demarcadas», *O Comércio do Porto*, Porto, 13 de Agosto, 1972, pp. 1 e 7.

«O Descanso dos Homens», *O Comércio do Porto*, Porto, 27 de Agosto, 1972, pp. 1 e 7.

«Vinhos no Alentejo e depois?», *O Comércio do Porto*, Porto, 10 de Setembro, 1972, pp. 1 e 4.

«Queixumes», *O Comércio do Porto*, Porto, 24 de Setembro, 1972, pp. 1 e 2.

«Aguarela Doméstica», *Diário do Sul*, Évora, 3 de Outubro, 1972, pp. 1 e 5.

«Crónica de Outono», *O Comércio do Porto*, Porto, 8 de Outubro, 1972, pp. 1 e 2.

«Opções em Sines», *Diário Popular*, Lisboa, 8 de Outubro, 1972, p. 7.

«Barragens sem Árvores», *O Comércio do Porto*, Porto, 22 de Outubro, 1972, pp. 1 e 6.

«Regiões Demarcadas no Alentejo», *Diário do Sul*, Évora, 4 de Novembro, 1972, pp. 1 e 7.

«Cidades mal Calçetadas», *O Comércio do Porto*, Porto, 19 de Novembro, 1972, pp. 1 e 2.

«Dos que Falam e não Gostam que se Diga», *O Comércio do Porto*, Porto, 5 de Novembro, 1972, pp. 1 e 8.

«Um Grande Jornalista», *O Comércio do Porto*, Porto, 3 de Dezembro, 1972, pp. 1 e 8.

«Árvores em Sines», *O Comércio do Porto*, Porto, 17 de Dezembro, 1972, pp. 1 e 4.

«Novo Ano à frente da nossa Vida», *O Comércio do Porto*, Porto, 31 de Dezembro de 1972, pp. 1 e 8.

«Da Linguagem Escrita», *O Comércio do Porto*, Porto, 14 de Janeiro, 1973, pp. 1 e 6.

«Árvores de Sines», *Diário do Alentejo*, Beja, 27 de Janeiro, 1973, pp. 2 e 6.

«Perguntas e Respostas que se Ouvem», *O Comércio do Porto*, Porto, 28 de Janeiro, 1973, pp. 1 e 9.

«A Técnica e o nosso Tempo», *O Comércio do Porto*, Porto, 11 de Fevereiro, 1973, p. 1 e 6.

«O Pesadelo do Trânsito», *O Comércio do Porto*, Porto, 25 de Fevereiro, 1973, pp. 1 e 6.

«O Pesadelo do Trânsito», *Diário do Sul*, in *Diário do Sul*, Évora, 4 de Março, 1973, pp. 1 e 3.

«Andar nos Transportes Colectivos», *Diário do Sul*, Évora, 10 de Março, 1973, pp. 1 e 4.

«A Moda do Capote», *O Comércio do Porto*, Porto, 11 de Março, 1973, pp. 1 e 12.

«A Vida perto de nós», *O Comércio do Porto*, Porto, 25 de Março, 1973, pp. 1 e 6.

«Texto para a Primavera», *Diário do Sul*, Évora, 3 de Abril, 1973, pp. 1 e 3.

«Um Grande Jornalista», *Diário do Sul*, Évora, 6 de Abril, 1973, pp. 1 e 5.

«Vinhos e Rolhas», *O Comércio do Porto*, Porto, 8 de Abril, 1973, pp. 1 e 7.

«Uvas e Vinho no Alentejo», *Diário do Sul*, Évora, 10 de Abril, 1973, pp. 1 e 7.

«A Vida perto de nós», *Diário do Sul*, Évora, 15 de Abril, 1973, pp. 1 e 6.

«As Pessoas Idosas», *O Comércio do Porto*, Porto, 22 de Abril, 1973, pp. 1 e 8.

«Clima e Turismo», *O Comércio do Porto*, Porto, 6 de Maio, 1973, pp. 1 e 6.

«Sines em Foco», *O Comércio do Porto*, Porto, 20 de Maio, 1973, pp. 1 e 4.

«Vinho e Rolhas», *Diário do Sul*, Évora, 22 de Maio, 1973, pp. 1 e 5.

«Defender o Ambiente», *Diário do Sul*, Évora, 24 de Maio, 1973, pp. 1 e 5.

«As Pessoas Idosas», *Diário do Sul*, Évora, 27 de Maio, 1973, pp. 1 e 8.

«A moda do Capote», *Diário do Sul*, Évora, 30 de Maio, 1973, pp. 1 e 4.

«Novos Professores», *O Comércio do Porto*, Porto, 3 de Junho, 1973, pp. 1 e 11.

«Novos Professores», *Diário do Sul*, Évora, 13 de Junho, 1973, pp. 1 e 2.

«Universidades Novas», *O Comércio do Porto*, Porto, 17 de Junho, 1973, pp. 1 e 13.

«Demarcação e Plantio da Vinha. Áreas Esquecidas», *O Comércio do Porto*, Porto, 1 de Julho, 1973, pp. 1 e 7.

«Andar na Rua e nos Transportes», *O Comércio do Porto*, Porto, 15 de Julho, 1973, pp. 1 e 8.

«Ainda, sim Senhores, os Vinhos Alentejanos», *O Comércio do Porto*, Porto, 12 de Agosto, 1973, pp. 1 e 6.

«Rolhas nas Garrafas», *O Comércio do Porto*, Porto, 26 de Agosto, 1973, pp. 1 e 9.

«Este País Azul», *O Comércio do Porto*, Porto, 9 de Setembro, 1973, pp. 1 e 8.

«Da Repartição da Riqueza», *O Comércio do Porto*, Porto, 23 de Setembro, 1973, pp. 1 e 8.

«Sines em Setembro», *Diário Popular*, Lisboa, 1 de Outubro, 1973, p. 7.

«Acabou-se o Vinho», *O Comércio do Porto*, Porto, 7 de Outubro, 1973, pp. 1 e 6.

«A Terra e o Mar», *Diário do Sul*, Évora, 13 de Outubro, 1973, pp. 1 e 4.

«Este País Azul», *Diário do Sul*, Évora, 16 de Outubro, 1973, pp. 1 e 6.

«Cortiça? Pois então!», *O Comércio do Porto*, Porto, 21 de Outubro, 1973, pp. 1 e 11.

«Rolhas nas Garrafas», *Diário do Sul*, Évora, 23 de Outubro, 1973, pp. 1 e 4.

«Vinhos do Alentejo», *Diário do Sul*, Évora, 3 de Novembro, 1973, pp. 1 e 5.

«Da Repartição da Riqueza», *Diário do Sul*, Évora, 9 de Novembro, 1973, pp. 1 e 5.

«É Verdade: quem nos Acode?», *Diário do Sul*, Évora, 14 de Novembro, 1973, pp. 1 e 5.

«Cortiça? Pois então!», *Diário do Sul*, Évora, 22 de Novembro, 1973, pp. 1 e 5.

«Évora uma Cidade no Caminho», *Diário do Sul*, Évora, 2 de Dezembro, 1973, pp. 1 e 3.

«Defesa da Cortiça», *Diário do Sul*, Évora, 21 de Dezembro, 1973, pp. 1 e 5.

«Férias no Mar», *Cel-Cat*, 48, 1973, pp. 24-25 [crónica com ilustrações de Senna Fernandes].

«Novo Ano à frente da nossa Vida», *Diário Popular*, Lisboa, 24 de Janeiro, 1974, p. 7.

«A nossa Vida e a dos outros», *Diário do Alentejo*, Beja, 24 de Janeiro, 1974, p. 2.

«Táxis no Alentejo», *Diário Popular*, Lisboa, 12 de Fevereiro, 1974, p. 7.

«Importância da Cortiça», *Diário do Sul*, Évora, 23 de Abril, 1974, pp. 1 e 5.

«Angústia e Noção de Paz», *Diário do Sul*, Évora, 1 de Junho, 1974, pp. 1 e 4.

«Sines, em Abril», *Diário do Alentejo*, Beja, 30 de Abril, 1974, pp. 2 e 6.

«Expropriações em Sines», *Diário Popular*, Lisboa, 7 de Agosto, 1974, p. 9.

«Nós, os Alentejanos», *Diário do Alentejo*, Beja, 24 de Outubro, 1974, pp. 2 e 7.

«Espírito de Missão», *Diário do Alentejo*, Beja, 7 de Novembro, 1974, pp. 2 e 7.

«Os Impostos e o Povo», *Diário do Alentejo*, Beja, 14 de Novembro, 1974, pp. 2 e 7.

«Brigadas Agrícolas», *Diário do Alentejo*, Beja, 28 de Novembro, 1974, pp. 2 e 7.

«Fazer as Pazes com Deus», *Diário do Sul*, Évora, 30 de Março, 1975, p. 4.

«O Destino da Terra», *Diário do Sul*, Évora, 6 de Abril, 1975, pp. 1 e 3.

«Alentejo – Direito à Vida e à Esperança», *Diário do Sul*, Évora, 10 de Abril, 1975, pp. 1 e 4.

«Apontamentos sobre Eleições», *Diário do Sul*, Évora, 11 de Maio, 1975, pp. 5 e 6.

«As Colheitas», *Diário do Sul*, Évora, 13 de Maio, 1975, pp. 1 e 4.

«O Gosto da Leitura», *Diário do Sul*, Évora, 14 de Maio, 1975, pp. 1 e 5.

«Autarquias Locais», *Diário do Sul*, Évora, 25 de Maio, 1975, pp. 1 e 4.

«A Carta do Zé Bento», *Diário do Sul*, Évora, 27 de Maio, 1975, pp. 1 e 4.

«Do Oportunismo», *Diário do Sul*, Évora, 29 de Maio, 1975, pp. 1 e 4.

«As Aves no Campo», *Diário do Sul*, Évora, 30 de Maio, 1975, pp. 1 e 4.

«Nem nos Deixavam Aproveitar o Tempo», *Diário do Sul*, Évora, 3 de Junho, 1975, pp. 1 e 2.

«Expropriações em Sines», *Diário do Sul*, Évora, 4 de Junho, 1975, pp. 1 e 4.

«Esta Força que Vem da Terra», *Diário do Sul*, Évora, 5 de Junho, 1975, pp. 1 e 4.

«A Água que nos Faz Falta», *Diário do Sul*, Évora, 19 de Junho, 1975, pp. 1 e 4.

«Os Ociosos», *Diário do Sul*, Évora, 2 de Julho, 1975, pp. 5 e 6.

«Grãos de Fortuna», *Diário do Sul*, Évora, 17 de Julho, 1975, pp. 1 e 5.

«Tempo de Férias», *Diário do Sul*, Évora, 21 de Agosto, 1975, pp. 1 e 4.

«Grão de Fortuna», *Diário do Sul*, Évora, 28 de Agosto, 1975, pp. 1 e 4.

«Vamos Semear, Cidadãos», *Diário do Sul*, Évora, 3 de Setembro, 1975, pp. 1 e 4.

«Crónica Amena», *Diário do Sul*, Évora, 9 de Setembro, 1975, pp. 5 e 6.

«Do Oportunismo», *Diário do Sul*, Évora, 7 de Outubro, 1975, pp. 1 e 4.

«Os Alqueives», *Diário do Sul*, Évora, 8 de Outubro, 1975, pp. 1 e 2.

«Alarme nos Campos», *Diário do Sul*, Évora, 12 de Outubro, 1975, pp. 5 e 6.

«Reconversão da Vinha», *Diário do Sul*, Évora, 21 de Outubro, pp. 1 e 4.

«O Trabalho não É Pecado», *Diário do Sul*, Évora, 25 de Novembro, pp. 1 e 4.

«A Dignidade dos Homens», *Diário do Sul*, Évora, 30 de Novembro, pp. 1 e 4.

«Eanes, não!», *Diário do Sul*, Évora, 23 de Maio, 1976, pp. 1 e 4.

«Reconversão da Vinha», *Diário do Sul*, Évora, 16 de Julho, 1976, pp. 1 e 2.

«Água: a Fome dos Campos», *Diário do Sul*, Évora, 3 de Agosto, 1976, pp. 1 e 4.

«A Morte dos Peixes», *Diário do Sul*, Évora, 12 de Agosto, 1976, pp. 1 e 4.

«Primeiras Palavras», *Notícias do Sul*, Évora, 5 de Outubro, 1976, pp. 1 e 4.

«Os Oportunistas», *Notícias do Sul*, Évora, 28 de Outubro, 1976, pp. 1 e 2.

«Crise de Leitura», *Notícias do Sul*, Évora, 4 de Novembro, 1976, pp.1 e 3.

«Venho com uma Tocha Acesa», *Notícias do Sul*, Évora, 18 de Novembro, 1976, p. 3 [este poema foi enviado para o jornal por Álvaro Salema, porque fora censurado aquando da sua publicação no periódico *A Capital*, a 4 de Agosto de 1968].

«O País e a Produção – que nos Valia a nós Mentir?», *Notícias do Sul*, Évora, 18 de Novembro, 1976, pp. 1 e 3.

«Aguarelas – Outono de Cinza», *Notícias do Sul*, Évora, 25 de Novembro, 1976, pp.1 e 2.

«As Aves no Inverno», *Notícias do Sul*, Évora, 2 de Dezembro, 1976, p. 1.

«Aguarela Rústica», *Notícias do Sul*, Évora, 9 de Dezembro, 1976, pp. 1 e 2.

«O Alentejo e o seu Povo», *Notícias do Sul*, Évora, 23 de Dezembro, 1976 pp. 1 e 7.

«Um Novo Governador», *Notícias do Sul*, Évora, 6 de Janeiro, 1977, pp. 1 e 2.

«Demita-se Sr. Governador», *Notícias do Sul*, Évora, 6 de Janeiro, 1977, pp. 1 e 8.

«Obras Paradas», *Notícias do Sul*, Évora, 13 de Janeiro, 1977, pp. 1 e 5.

«Fazer as Pazes com Deus», *Notícias do Sul*, Évora, 3 de Fevereiro, 1977, pp. 1 e 2.

«Ajudar os Camponeses», *Notícias do Sul*, Évora, 20 de Fevereiro, 1977, pp. 1 e 3.

«Intervalo para Contar uma História», *Notícias do Sul*, Évora, 24 de Fevereiro, 1977, pp. 1 e 2.

«Produzir – mas como?», *Notícias do Sul*, Évora, 3 de Março, 1977, pp. 1 e 2.

«Peixes, Rios e Barragens», *Notícias do Sul*, Évora, 10 de Março, 1977, pp. 1 e 2.

«A minha Cidade», *Notícias do Sul*, Évora, 31 de Março, 1977, p. 8.

«Os Tartufos», *Notícias do Sul*, Évora, 21 de Abril, 1977, p. 18.

«Um Novo 25 de Abril», *Notícias do Sul*, Évora, 21 de Abril, 1977, p.4.

«O 1.º de Maio É nosso», *Notícias do Sul*, Évora, 28 de Abril, 1977, pp. 1 e 2.

«Terra de Saudade», *Notícias do Sul*, Évora, 5 de Maio, 1977, p. 8.

«A Gula dos Fascistas – Envergonhados», *Notícias do Sul*, Évora, 19 de Maio, 1977, pp. 1 e 2.

«Casos Insólitos», *Notícias do Sul*, Évora, 2 de Junho, 1977, pp. 1 e 4.

«Editorial», *Notícias do Sul*, Évora, 9 de Junho, 1977, p. 1.

«Uma Vergonha!», *Notícias do Sul*, Évora, 9 de Junho, 1977, p. 5.

«Demitam-se, por Favor!», *Notícias do Sul*, Évora, 16 de Junho, 1977, pp. 1 e 2.

«Terra de Saudade», *Notícias do Sul*, Évora, 23 de Junho, 1977, p. 10.

«Ceifeiro», *Notícias do Sul*, Évora, 23 de Junho, 1977, p. 12.

«Os Alentejanos não Merecem isto», *Notícias do Sul*, Évora, 7 de Julho, 1977, pp. 1 e 2.

«As Rosas Brancas do Campo», *Notícias do Sul*, Évora, 14 de Julho, 1977, p. 9.

«Elegia dos Muros – Passei no Tejo à Noitinha», *Notícias do Sul*, Évora, 21 de Julho, 1977, p. 3 [dedicado a Alves Redol].

«Que Estranha Democracia É esta?», *Notícias do Sul*, Évora, 4 de Agosto, 1977, pp. 1 e 2.

«Sim – pela Unidade dos Portugueses contra o Fascismo», *Notícias do Sul*, Évora, 11 de Agosto, 1977, pp. 1 e 2.

«Ecos da Nossa Terra», *Notícias do Sul*, Évora, 18 de Agosto, 1977, p. 8.

«No Sol me Informo de Notícias do meu País», *Notícias do Sul*, Évora, 18 de Agosto, 1977, p. 3.

«A Farsa Continua», *Notícias do Sul*, Évora, 25 de Agosto, 1977, p. 8.

«Quem Paga o Preço da Crise?», *Notícias do Sul*, Évora, 25 de Agosto, 1977, p. 1.

«Se isto não É Fascismo – então o que É?», *Notícias do Sul*, Évora, 8 de Setembro, 1977, pp. 1 e 5.

«Páginas quase Esquecidas – No meu Tempo do MUD Juvenil», *Notícias do Sul*, Évora, 15 de Setembro, 1977, pp. 1 e 2.

«O que nos Espanta», *Notícias do Sul*, Évora, 15 de Setembro, 1977, p. 1.

«Jardim de Tulipas», *Notícias do Sul*, Évora, 22 de Setembro, 1977, pp. 1 e 2.

«É Tempo de Ver Cidadãos», *Notícias do Sul*, Évora, 29 de Setembro, 1977, pp. 1 e 2.

«O que nos Espanta», *Notícias do Sul*, Évora, 29 de Setembro, 1977, p. 1.

«O que nos Espanta», *Notícias do Sul*, Évora, 5 de Outubro, 1977, p. 12.

«Apontamento – O que nos Vai Acontecer a Seguir?», *Notícias do Sul*, Évora, 5 de Outubro, 1977, pp. 1 e 2.

«O que nos Espanta», *Notícias do Sul*, Évora, 13 de Outubro, 1977, p. 8.

«E a Palhaçada Continua», *Notícias do Sul*, Évora, 13 de Outubro, 1977, pp. 1 e 7.

«O que nos Espanta», *Notícias do Sul*, Évora, 20 de Outubro, 1977, p. 10.

«O que nos Espanta», *Notícias do Sul*, Évora, 27 de Outubro, 1977, p. 8.

«O Saco Corde Feno» e «Nos Campos de Sines, Olhando», *Notícias do Sul*, Évora, 3 de Novembro, 1977, p. 3.

«O que nos Espanta», *Notícias do Sul*, Évora, 15 de Dezembro, 1977, p. 1.

«O que nos Espanta», *Notícias do Sul*, Évora, 22 de Dezembro, 1977, p. 1.

«O que nos Espanta», *Notícias do Sul*, Évora, 4 de Maio, 1978, p. 8.

«O que nos Espanta», *Notícias do Sul*, Évora, 11 de Maio, 1978, p. 8.

«Hospital», *Notícias do Sul*, Évora, 11 de Maio, 1978, p. 1.

«Elegia dos Muros», *Notícias do Sul*, Évora, 18 de Maio, 1978, p. 4 [poema dedicado a Armindo Rodrigues].

«Postal - Viva o MDP/CDE», *Notícias do Sul*, Évora, 6 de Julho, 1978, p. 1.

«Não Pode Ser!», *Notícias do Sul*, Évora, 12 de Outubro, 1978, p. 1.

«Que Defendemos nós?», *Notícias do Sul*, Évora, 16 de Novembro, 1978, p.1.

«Intervalo para Contar uma História», *Notícias do Sul*, Évora, 16 de Novembro, 1978, p. 2.

«No Rescaldo da Contenda», *Notícias do Sul*, Évora, 30 de Novembro, 1978, pp.1 e 5.

«Não Pode Ser», *Notícias do Sul*, Évora, 22 de Março, 1979, p. 1.

«Uf! Assim, não», *Notícias do Sul*, Évora, 29 de Março, 1979, pp. 1 e 2.

«Postal – Évora Faltou!», *Notícias do Sul*, Évora, 5 de Abril, 1979, pp. 1 e 2.

«Essa do Gonçalvismo», *Notícias do Sul*, Évora, 19 de Abril, 1979, pp. 1 e 2.

«Sim. O 25 de Abril», *Notícias do Sul*, Évora, 25 de Abril, 1979, pp. 1 e 2.

«Terra de Saudade», *Notícias do Sul*, Évora, 25 de Abril, 1979, p. 8.

«Aljustrel», *Notícias do Sul*, Évora, 19 de Julho, 1979, p. 6.

«Pequeno Romance», *Notícias do Sul*, Évora, 11 de Outubro, 1979, p.6.

«A Cigana e o Pastor», *Notícias do Sul*, Évora, 1 de Novembro, 1979, p. 6.

«O que nós Sabemos», *Notícias do Sul*, Évora, 29 de Novembro, 1979, pp. 1 e 4.

«O Mar e a Terra», *Notícias do Sul*, Évora, 13 de Dezembro, 1979, p. 6.

«Venho a Cavalo no Vento», *Notícias do Sul*, Évora, 17 de Janeiro, 1980, p. 6.

«Antologia» e «Campo Mobilado», *Notícias do Sul*, Évora, 22 de Janeiro, 1979, p.3.

«A Vinha no Alentejo», *Notícias do Sul*, Évora, 7 de Fevereiro, 1980, p. 6.

«Bilhete Postal», *Notícias do Sul*, Évora, 28 de Fevereiro, 1980, p. 1.

«Gosto da América», *Notícias do Sul*, Évora, 6 de Março, 1980, p. 6.

«Notícia», *Notícias do Sul*, Évora, 3 de Abril, 1980, p. 6.

«Vietnã», *Notícias do Sul*, Évora, 10 de Abril, 1980, p. 6.

«Bilhete Postal», *Notícias do Sul*, Évora, 17 de Abril, 1980, pp. 1 e 2.

«E Alqueva», *Notícias do Sul*, Évora, 22 de Maio, 1980, pp. 1 e 2.

«Recado», *Notícias do Sul*, Évora, 12 de Junho, 1980, p. 6.

«Todavia eu Sou Pastor», *Notícias do Sul*, Évora, 24 de Julho, 1980, p. 6.

«A Protecção da Terra», *Notícias do Sul*, Évora, 21 de Agosto, 1980, pp. 1 e 3.

«Terra da Saudade», *Notícias do Sul*, Évora, 28 de Agosto, 1980, p. 6.

«Os Dias que Passam», *Notícias do Sul*, Évora, 28 de Agosto, 1980, pp.1 e 6.

«Reconversão da Vinha», *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 466, Ag.-Out., 1980, p. 4.

«Se Quiserem Ler Façam Favor», *Notícias do Sul*, Évora, 11 de Setembro, 1980, pp. 1 e 2.

«Gente que Passa», *Notícias do Sul*, Évora, 18 de Setembro, 1980, pp. 1 e 2.

«Passeio aos Montes», *Notícias do Sul*, Évora, 2 de Outubro, 1980, pp. 1 e 2.

«As Estátuas», *Notícias do Sul*, Évora, 9 de Outubro, 1980, pp. 1 e 2.

«Conversa no Comboio», *Notícias do Sul*, Évora, 23 de Outubro, 1980, pp. 1 e 2.

«Invocação» e «Devo Saber se Foi Deus», *Notícias do Sul*, Évora, 23 de Outubro, 1980, p. 6.

«Exílio», *Notícias do Sul*, Évora, 30 de Outubro, 1980, p. 4.

«O nosso Convidado de Honra», *O Cardo*, Beja, Novembro, 1980.

«Sul e Sueste», *Notícias do Sul*, Évora, 6 de Novembro, 1980, p.6.

«Cidade ao Frio», *Notícias do Sul*, Évora, 20 de Novembro, 1980, pp.1 e 3.

«O Saco Cor de Feno», *Notícias do Sul*, Évora, 20 de Novembro, 1980, p. 6.

«Cantiga», *Notícias do Sul*, Évora, 27 de Novembro, 1980, p. 6 [dedicado à Carolina e ao Pedro Martins].

«As Talhas Estão Cheias», *Notícias do Sul*, Évora, 25 de Dezembro, 1980, pp. 5 e 6.

«Alqueva», *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 468, Jan.-Mar.1981, p. 6.

«Se Quiserem Ler...Façam Favor!», *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 469-470, Abr.-Set., 1981, pp. 3-4.

«Alentejo Abandonado», *Notícias do Sul*, Évora, 9 de Julho, 1981, pp. 1 e 5.

«O Assalto», *Notícias do Sul*, Évora, 9 de Julho, 1981, p. 3.

«Alegoria», *Notícias do Sul*, Évora, 30 de Julho, 1981, p. 2.

«Exílio», *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 471, Out.-Dez., 1981, p. 13.

«Inquérito – Responde Antunes da Silva», *O Diário*, Lisboa, 20 de Dezembro, 1981.

«Gente que Passa», *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 472, Jan.-Mar., 1982, pp. 5-6.

- «Alqueva», *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 473-474, Abr.-Jul., 1982, pp. 5-6.
- «Fazer as Pazes com Deus», *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 475, Ag.-Set., 1982, pp. 6-7.
- «A Província», *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 476, Out.-Nov., 1982, pp. 5-6.
- «Folhas de um Diário», *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 84, Março de 1985, pp. 74-77.
- «Por Alqueva. Sem Água não Há Desenvolvimento», *Notícias d'Évora*, Évora, 1 de Fevereiro, 1987, pp. 1 e 2.
- «A Água», *Notícias d'Évora*, Évora, 12 de Fevereiro, 1987, pp. 1 e 2.
- «Ciclo da Água», *Notícias d'Évora*, Évora, 15 de Fevereiro, 1987, p. 1.
- «O que Vamos Fazer?», *Notícias d'Évora*, Évora, 22 de Fevereiro, 1987, pp. 1 e 2.
- «Sonho», *Notícias d'Évora*, Évora, 29 de Março, 1987, p. 1.
- «Alqueva», *Notícias d'Évora*, Évora, 5 de Abril, 1987, p. 1.
- «Casas nos Ermos», *Notícias d'Évora*, Évora, 12 de Abril, 1987, p. 1.
- «Olha que Noite e Cuidados», *Notícias d'Évora*, Évora, 21 de Abril, 1987, p. 1.
- «O Saco Cor de Feno», *Notícias d'Évora*, Évora, 3 de Maio, 1987, p. 1.
- «Colho a Música Virgem», *Notícias d'Évora*, Évora, 17 de Maio, 1987, p. 1.
- «Creio no Sonho dos Homens», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 9 de Outubro, 1990, p. 22.
- «Mário Beirão: Preito Sumário», *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 132-133, Abril, 1994, p. 227.

1.4. Traduções²⁰³

- Krutývitr* [tradução checa de *Suão* feita por Pavla Lidmilová; prefácio de Zdenek Hampjs], Praga, Ed. Política?, 1964.
- Terra do nosso Pão* [traduzido por Margarita Denrsra] Plovdiv [Bulgária], Hristo G. Dánov, s/d.
- Alentejo É Sangue, Suão e Terra do nosso Pão* [traduzidos para polaco], Cracóvia, Ed. Wydawnictwo, s/d.

²⁰³ Todas as informações fornecidas em relação às traduções e algumas respeitantes aos artigos dos jornais e revistas (2.2.) foram retiradas de recortes de jornais, sem indicação completa do título, data ou página, que se encontram no espólio do autor no Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira. Recorrendo à *Internet* não nos foi possível encontrar os dados que faltam nas indicações bibliográficas que acima fornecemos.

2. SOBRE A OBRA DE ANTUNES DA SILVA

2.1. Livros (ou artigos em livro)

Comemorações dos 50 Anos de Vida Literária do Escritor Eborense Antunes da Silva [organização de Monarca Pinheiro e coordenação de Rui Arimateia; textos literários de Antunes da Silva e textos críticos de Abílio Fernandes, Monarca Pinheiro, António Cândido Franco, António Valentim Marques, Luís Jordão, entre outros] Évora, CM Évora, 1996.

Marques, Maria João Pereira, *Na Pátria do Cardo*, Évora, Licorne, 2009.

Ribeiro, Cristina A., *Suão, de Antunes da Silva*, Lisboa, Direcção Geral de Educação de Adultos, 1980 [ficha de animação de leitura, n.º 9].

Rodrigues, Urbano Tavares, «Terra do nosso Pão, de Antunes da Silva», in *Ensaio de Após – Abril*, Lisboa, Morais ed., 1975.

Tavares, J. Correia, *O Timbre das Vozes*, Alpiarça, Garrido ed., 2001 [entrevista a Antunes da Silva].

Ventura, Mário, *Outro Tempo, outra Cidade. A Memória como Romance*, 2.ª ed., Lisboa, Notícias, 1997 [referências à participação antunina nas eleições de 1969].

2.2. Artigos de Jornais e Revistas

Não Assinados

«A Cidade de Évora Evoca Antunes da Silva», *Diário do Alentejo*, Beja, 28 de Agosto, 1987, p. 15.

«A Fábrica Novo Livro de Antunes da Silva», *Notícias do Sul*, 20 de Dezembro, 1979, p. 1.

«Agora, o Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 26 de Março, 1976, p. 1.

«Alentejo É Sangue de Antunes da Silva», *Notícias da Amadora*, Amadora, 16 de Julho, 1966, p. 3.

«Antunes da Silva» [entrevista onde se refere ao neo-realismo], suplemento «Vida Literária», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 2 de Julho, 1959, pp. 1 e 4.

«Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 9 de Junho, 1992, p. 12.

«Antunes da Silva – 50 Anos de Escritor» [assinado «Leitor assíduo»], 20 de Maio, 1996, p. 4.

«Antunes da Silva Dirige *Notícias do Sul*», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 9 de Outubro, 1976, p. 18.

«Antunes da Silva É Homenageado amanhã», *Notícias d'Évora*, Évora, 28 de Junho, 1991, p. 4.

«Antunes da Silva em Folhetim no RCP», *A Capital*, Lisboa, 21 de Fevereiro, 1975, p. 18.

- «Antunes da Silva Homenageado», *Diário do Alentejo*, Beja, 28 de Junho, 1991, p. 11.
- «Antunes da Silva Homenageado em Évora», *Correio da Manhã*, Lisboa, 15 de Junho, 1991, p. 10.
- «Antunes da Silva Homenageado em Lisboa» [pelo MDP/CDE], *Diário do Alentejo*, Beja, 8 de Abril, 1993, p. 11.
- «Antunes da Silva (1921-1997)», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 31 de Dezembro, 1997, p. 3.
- «Antunes da Silva na TV», *Diário do Sul*, Évora, 27 de Novembro, 1974, p. 4.
- «Antunes da Silva Regressa à Poesia» [sobre *Rio Degebe*], *A Capital*, Lisboa, 9 de Outubro, 1973, p. 22.
- «Antunes da Silva – um Escritor do Alentejo» [o escritor responde por escrito a seis perguntas do editor], *Terras de Cante*, Alcáçovas, Fevereiro, 1995, p. 16.
- «Ao Sair do Prelo *Vila Adormecida*», *Répública*, Lisboa, 19 de Outubro, 1947, p. 3.
- «Armando Antunes da Silva Agradecimento», *Diário do Sul* [obituário], Évora, 20 de Janeiro, 1998, p. 12.
- «As Letras em Dia» [sobre *Alentejo É Sangue* e *Vila Adormecida*], suplemento «Ler Escrever», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 15 de Novembro, 1984, p. 4.
- «Comemorações dos 50 Anos de Vida Literária do Escritor Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 2 de Maio, 1996, pp. 1 e 3.
- «Comendador Antunes da Silva», *Notícias d'Évora*, Évora, 12 de Junho, 1992, p. 12.
- «De Caras» [sobre o prémio de jornalismo], *Diário de Lisboa*, Lisboa, 22 de Maio, 1987, p. 20.
- «Desencantar o Alentejo», *A Capital*, Lisboa, 30 de Abril, 1973, p. 21.
- «Dez Minutos com Antunes da Silva», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 30 de Novembro, 1961, p. 22.
- «Diálogo com Antunes da Silva», suplemento «Letras, Artes, Actualidades», *Jornal do Comércio*, 23 de Julho, 1966, p. 1.
- «Dispensado», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 3 de Abril, 1976, p. 20.
- «Duas Reedições de Obras de Antunes da Silva» [sobre *Terra do nosso Pão* e *Alentejo É Sangue*], suplemento «Letras e Artes», *Jornal do Comércio*, Lisboa, 26 de Julho, 1975, p. 10.
- «Estremoz 2.º Aniversário da Constituição» [sobre a FEPU], *Diário do Alentejo*, Beja, 7 de Abril, 1978, p. 2.
- «Évora Comemora Meio Século de Vida Literária de Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 28 de Maio, 1996, pp. 1 e 2.

- «Exilado», *Diário do Sul*, Évora, 29 de Maio, 1973, pp. 4 e 8.
- «Exilado e outros Contos», *Notícias da Amadora*, Amadora, 2 de Junho, 1973, p. 11.
- «Faleceu o Escritor Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 23 de Dezembro, 1997, p. 3.
- «Feita Justiça. Antunes da Silva Recebeu Homenagem da sua Cidade», *Notícias d'Évora*, Évora, 2 de Julho, 1991, pp. 1 e 4.
- «Homenagem a Antunes da Silva», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 28 de Março, 1983, p. 8.
- «Homenagem a Antunes da Silva», *Diário do Alentejo*, Beja, 7 de Junho, 1991, p. 3.
- «Jornal I Diário», *Notícias da Amadora*, Amadora, 26 de Novembro, 1987, p. 11.
- «Jornal I Diário», *O Diário*, Amadora, 2 de Janeiro, 1988, p. 10.
- «Jornal I – Diário Livros Horizonte», *Notícias d'Évora*, Évora, 6 de Março, 1988, p. 3.
- «Jornal II Diário Antunes da Silva Livros Horizonte», *Notícias da Amadora*, Amadora, 8 de Novembro, 1990, p. 11.
- «Jornal II, de Antunes da Silva, já Está nas Livrarias», *Notícias d'Évora*, Évora, 25 de Setembro, 1990, p. 4.
- «Lançamento de Duas Obras de Antunes da Silva» [sobre *Alqueva a Grande Barragem e Senhor Vento*], *Diário do Alentejo*, Beja, 21 de Janeiro, 1983, p. 10
- «Lançamentos de Livros de Antunes da Silva», *Notícias da Amadora*, Amadora, 15 de Janeiro, 1983, p. 11.
- «Lançamentos de Livros de Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 21 de Janeiro, 1983, p. 5.
- «Lançamentos de Livros de Antunes da Silva», *Diário Popular*, Lisboa, 21 de Janeiro, 1983, p. 26.
- «Livro de Antunes da Silva na Rádio», *Diário do Alentejo*, Beja, 19 de Fevereiro, 1975, p. 8.
- «Morreu o Escritor Alentejano Antunes da Silva», *Diário de Notícias*, Lisboa, 22 de Dezembro, 1997, p. 35.
- «Mostra Biobibliográfica Alusiva ao 10.º Aniversário da Morte de Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 8 de Janeiro, 2008, p. 3.
- «Muito Tempo, chixa» [poema para Antunes da Silva], *Notícias do Sul*, Évora, 7 de Abril, 1977, p. 8.
- «Notícias do Livro» [sobre *A Fábrica*], *O Diário*, Amadora, 15 de Dezembro, 1979, p. 25.
- «Notícias do Livro» [sobre *O Amigo das Tempestades*], *O Diário*, Amadora, 13 de Junho, 1980, p. 21.
- «Notícias do Sul», *O Diário*, Amadora, 13 de Outubro, 1976, p. 2.

«*Notícias do Sul* – Semanário Alentejano, *Diário Popular*, Lisboa, 9 de Outubro, 1976, p. 17.

«Nova Edição de *Gaimirra* de Antunes da Silva», *Notícias da Amadora*, Amadora, 27 de Outubro, 1983, p. 8.

«Novelas *Sam Jacinto*», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 9 de Março, 1950, p. 9.

«O Escritor Antunes da Silva em Évora», *Diário do Sul*, Évora, 18 de Setembro, 1976, p. 3.

«Obras Completas de Antunes da Silva», *O Diário*, Amadora, 11 de Janeiro, 1983, p. 13.

«Obras de Antunes da Silva» [sobre *Alentejo É Sangue* e *Vila Adormecida*], *O Diário*, Amadora, 30 de Dezembro, 1984, p. 12.

«Os Editores Aconselham *Terras Velhas Semeadas de Novo*», *O Diário*, Amadora, 20 de Setembro 1976, p. 6.

«Os Livros» [sobre *Suão*], *O Século*, Lisboa, 13 de Outubro, 1970, p. 19.

«Os nossos Colaboradores», *Democracia do Sul*, Évora, 24 de Novembro, 1940, p. 1.

«Por que Sou Republicano», *República*, Lisboa, 24 de Setembro, 1960, pp. 1 e 2.

«*Praça Pública* Apresenta *Suão*», *Notícias da Amadora*, Amadora, 4 de Dezembro, 1980, p. 3.

«*Praça Pública* uma Experiência Viva de Teatro na Amadora», *Notícias da Amadora*, Amadora, 23 de Fevereiro, 1980, p. 5.

«*Praça Pública* Leva *Suão* à Amadora», *O Diário*, Amadora, 13 de Dezembro, 1980, p. 21.

«Prémio Alentejo de Jornalismo», *Notícias d'Évora*, Évora, 19 de Maio, 1987, p. 1.

«Prémio Alentejo de Jornalismo para Antunes da Silva», *Diário do Alentejo*, Beja, 22 de Maio, 1987, p. 10.

«Recordando Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 19 de Janeiro, 1998, p. 7.

«*Rio Degebe*», suplemento «Letras e Artes», *Jornal do Comércio*, Lisboa, 3 de Novembro, 1973, pp. 17 e 18.

«*Rio Degebe*», *Notícias da Amadora*, Amadora, 8 de Dezembro, 1973, p. 11.

«*Senhor Vento*», suplemento «Ler Escrever», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 27 de Janeiro, 1983, p. 1.

«*Senhor Vento*», *Diário de Notícias*, Lisboa, 3 de Fevereiro, 1983, p. 16.

«Serões na Casa do Alentejo», *O Diário*, Amadora, 9 de Maio, 1980, p. 20.

«*Suão* de Antunes da Silva», *Jornal do Comércio*, Lisboa, 11 de Julho, 1970, p. 10.

«*Suão* de Antunes da Silva», *Diário Popular*, Lisboa, 12 de Julho, 1970, p. 25.

«*Suão* de Antunes da Silva», suplemento «Literatura e Arte», *A Capital*, Lisboa, 12 de Agosto, 1970, p. 7.

- «*Suão* de Antunes da Silva em Folhetim no RCP», *Diário Popular*, Lisboa, 21 de Fevereiro, 1975, p. 5.
- «*Suão*, de Antunes da Silva em *Teatro Livre*», *Républica*, Lisboa, 21 de Fevereiro, 1975, p. 19.
- «*Suão*, de Antunes da Silva em *Teatro Radiofónico*», *A Capital*, Lisboa, 30 de Janeiro, 1975, p. 19.
- «*Suão* (romance) de Antunes da Silva. *O Aprendiz de Ladrão* (contos). Livros Horizonte», *Notícias da Amadora*, Amadora, 11 de Julho, 1985, p. 11.
- «Tenho Esperança de Voltar um Dia à minha Pátria», suplemento *Diário do Alentejo*, Beja, 30 de Dezembro, 1983, p. III.
- «*Terras Velhas Semeadas de Novo*» [publicidade], *Diário de Lisboa*, Lisboa, 29 de Setembro, 1976, p. 20.
- «*Terras Velhas Semeadas de Novo*» [publicidade], *Diário Popular*, Lisboa, 30 de Setembro, 1976, p. 24.
- «*Uma Pinga de Chuva*», *Notícias da Amadora*, Amadora, 24 de Junho, 1972, p. 11.
- «*Uma Pinga de Chuva*», suplemento «*Literatura e Arte*», *A Capital*, Lisboa, 28 de Junho, 1972, p. 8.
- «*Uma Pinga de Chuva*», suplemento «*Letras e Artes*», *Jornal do Comércio*, Lisboa, 1 de Julho, 1972, p. 10.
- «*Uma Pinga de Chuva*», suplemento «*Letras e Artes*», *Jornal do Comércio*, Lisboa, 8 de Julho, 1972, pp. 9 e 10.
- «*Uma Pinga de Chuva*», *Diário do Sul*, Évora, 24 de Setembro, 1972, pp. 7 e 8.
- «*Uma Pinga de Chuva* – de Antunes da Silva», *Diário Popular*, Lisboa, 2 de Julho, 1972, p. 10.
- «*Uma Pinga de Chuva* – Livro de Antunes da Silva», *Diário do Alentejo*, Beja, 16 de Junho, 1972, p. 4.
- «*Universidade de Évora Antunes da Silva 50 Anos de Actividade Literária*», *Diário do Sul*, Évora, 22 de Maio, 1996, p. 2.

Assinados

- Amaral, Manuel, «Um Homem Entalado na Emissora Nacional», *Jornal de Amarante*, Amarante, 25 de Julho, 1991.
- Amaro, Luís, «Antunes da Silva – 50 Anos de Vida Literária – uma Voz do Alentejo», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 19 de Julho, 1996.
- Amorim, Guedes, «O Autor desta Semana – Antunes da Silva», *Século Ilustrado*, Lisboa, 14 de Julho, 1973.

- Andrade, João Pedro, «Três Livros de Estreantes» [sobre *Gaimirra* de Antunes da Silva e duas outras obras de Manuel Ferreira e Natercia Couto], *Diário de Lisboa*, Lisboa, 27 de Fevereiro, 1946, p. 7.
- Baptista, Josué S., «*Jornal II – Diário*», *Diário do Sul*, Évora, 6 de Dezembro, 1990, p. 4.
- _____ «*Jornal II – Diário*», *Diário do Sul*, Évora, 25 de Fevereiro, 1991, p. V.
- Benjamim, Filipe, «Canto Esquerdo. Breve (C)/Antologia Pró-ética», *Notícias d'Évora*, Évora, 8 de Julho, 1991, p. 3.
- _____ e Maneta, Luís «Chama-se Armando Antunes da Silva...», *Notícias d'Évora*, Évora, 11 de Setembro, 1992, pp. 1-4.
- Campaniço, Pires, «A Fábrica dos Cravos Murchos», *Notícias do Sul*, Évora, 10 de Janeiro, 1980, pp. 2 e 5.
- _____ «Jornal – 2 do Amor 1.º», *Planície*, Moura, 1 de Dezembro, 1990.
- Carvalho, Domingos, «*O País Alentejano* de Antunes da Silva», *Diário do Alentejo*, Beja, 9 de Janeiro, 1998, p. 23.
- Carvalho, João, «A propósito de Literatura Alentejana», *O Giraldo*, Évora, Novembro, 1990, p. 21.
- Castrim, Mário, «O Alqueva É uma Obra Vital...», suplemento literário, *Diário de Lisboa*, Lisboa, 27 de Janeiro, 1983.
- Cautela, Afonso, «*Jornal II – Diário*», *A Capital*, Lisboa, 2 de Abril, 1991, p. 29.
- Conrado, Júlio, «O Eco das Origens», *Jornal da Costa do Sol*, 9 de Dezembro, 1972.
- _____ «A Vida Literária em 1973» [menção de *Rio Degebe*], 1 de Janeiro, 1974, p. 10.
- _____ «Antunes da Silva, Poeta: Têm Ressaibos Lorquianos os Poemas de *Rio Degebe*», *O Século*, Lisboa, 1 de Janeiro, 1974.
- _____ «*A Fábrica*, de Antunes da Silva», *Colóquio/Letras*, Lisboa, nº 58, Novembro, 1980, pp. 81-82.
- Cunnículo, «Armando Antunes da Silva – Homenagem de Militância Artística», *A Defesa*, Évora, 29 de Maio, 1996.
- Falcato, João, «Antunes da Silva – Escritor do Alentejo», *O Dia*, Lisboa, 29 de Dezembro, 1990.
- _____ «Um Gato no Alentejo», *Diário do Sul*, Évora, 2 de Fevereiro, 1995, p. 2.
- Fernandes, Borges, «Medalha de Mérito Municipal Atribuída a Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 3 Julho, 1991, p. 3.
- Ferreira, Mira, «Antunes da Silva o Escritor do Alentejo», *Diário do Sul*, Évora, 12 de Dezembro, 1990, p. 5.

- Ferro, P. e Correia, Dorcas, «Guardo Saudades pelas Coisas que me Comovem», *Imenso Sul*, Beja, n.º 7, Jul.-Set., 1996, pp. 6 e 7.
- Fonseca, J. e Manuel, J., «Antunes da Silva – Recordação da Gabriel Pereira», *Eco*, Évora, Julho, 1996.
- Fonseca, Lília da, «Postal de Lisboa», *A Província de Angola*, Luanda, 29 de Outubro, 1973.
- Franco, António Cândido, «Um Sonhador na Planície», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 19 de Maio, 1996, p. 17.
- _____ «Cinco Notas sobre um Poema de Antunes da Silva» [também em separata], *A Cidade de Évora: Revista de Cultura da Câmara Municipal*, Évora, n.º 2, 1996-97, pp. 501-505.
- _____ «Adeus ao Moçárabe», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 14 de Janeiro, 1998, p. 25.
- Geraldo, Manuel, «Antunes da Silva ao DL» [sobre *Terras Velhas Semeadas de Novo*], *Diário de Lisboa*, Lisboa, 4 de Outubro, 1976, p. 8.
- _____ «Suão em 6.ª Edição», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 13 de Março, 1979, p. 14.
- _____ «Um Escritor em Livro de Viragem – Antunes da Silva Salta do Alentejo para *A Fábrica*», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 11 de Janeiro, 1980, p. 19.
- _____ «O Amigo das Tempestades – de Antunes da Silva», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 20 de Agosto, 1980, p.16.
- _____ «Suão de Antunes da Silva, pelo Grupo *Praça Pública*», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 3 de Dezembro, 1980, p. 19.
- Gomes, Raul, «Jornal Livros», *Seara Nova*, Lisboa, n.º 976, 27 de Abril, 1946, pp. 277 e 278.
- Honrado, João, «Jornal II – Diário, de Antunes da Silva – uma Vida ao Encontro de muitas outras Vidas», *Notícias de Odemira*, Nov.-Dez., 1990.
- J. M., «O Jornal de Antunes da Silva», *Diário do Alentejo*, Beja, 16 de Novembro, 1990, p. 19.
- J. S. C., «Peço a Palavra – sobre Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 28 de Maio, 1996.
- Jordão, Luís, «Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 20 de Dezembro, 2006, p. 11.
- Leal, J. A., «Entrevista com Antunes da Silva», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 11 de Agosto, 1965.
- Letria, José Jorge, «Não se Alcança a Felicidade sem Grandes Esforços e Sacrifícios», *O Diário*, Amadora, 12 de Outubro, 1980, p. 17.
- Lopes, F. Pires, «Jornal II – Diário», *Brotéria*, Lisboa, n.º 132, 2.ª série, Fevereiro, 1991, p. 224.
- Luz, Torquato da, «Notícias de Livros Antunes da Silva», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 15 de Junho, 1972, p. 10.

Maneta, Luís, «Homenagem a Antunes da Silva», *Notícias do Alentejo*, Évora, 31 de Maio, 1996, p.13.

_____ «A Ruralidade Alentejana na Obra de Antunes da Silva», *Notícias do Alentejo*, Évora, 6 de Maio, 1997, pp. 4 e 5.

_____ «A Ruralidade Alentejana na Obra de Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 27 de Outubro, 1997, p. 8.

_____ «Morte de Antunes da Silva», *Público*, Lisboa, 22 de Dezembro, 1997, p. 23.

Martins, Pedro, «Ainda que longe do Alentejo», *A Voz do Povo*, Amadora, 15 de Maio, 1980.

_____ «Apresentação de Antunes da Silva» [texto lido na Casa do Alentejo por ocasião da homenagem prestada a Antunes da Silva], *Notícias do Sul*, Évora, 22 de Maio, 1980, pp. 1 e 2.

_____ «A Fábrica de Antunes da Silva», *Notícias do Sul*, Évora, 29 de Maio, 1980, pp. 1 e 5.

_____ «Casa do Alentejo Homenageia Antunes da Silva», *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 466, Ag.-Out, 1980, pp. 8-9.

_____ «Alqueva É a Raiz da nossa Luta», *Diário do Alentejo*, Beja, 11 de Fevereiro, 1983, p. 11.

_____ «Alqueva É a Raiz da nossa Luta Colectiva», *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 477- 479, Dez.-Maio, 1983, pp. 6-7.

Meira, V. e Rebocho, N., «Falando com Antunes da Silva», *Diário de Lisboa Juvenil*, Lisboa, 2 de Fevereiro, 1965.

Mendes, José Manuel, «O Ano Literário», *O Diário*, Amadora, 2 de Janeiro 1980, p. 21.

Mendes, M. N., «Escrever sobre o Alentejo É a minha Sina», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 5 de Maio, 1962.

M. E. S., «O Espírito da Letra – Antunes da Silva – *Uma Pinga de Chuva*», suplemento «Artes e Letras», *Diário de Notícias*, Lisboa, 5 de Outubro, 1972, pp. 17 e 19.

_____ «O Espírito da Letra – *Exilado* e outros Contos», suplemento «Artes e Letras», *Diário de Notícias*, Lisboa, 28 de Julho, 1973, p. 2.

Mestre, Caetano, «Recado para Antunes da Silva», *Diário do Alentejo*, Beja, 3 de Setembro, 1973, pp 5 e 8.

_____ «Mirante – Recado para Antunes da Silva», *Diário do Alentejo*, Beja, 7 de Abril, 1978.

_____ «*Suão* em 6.ª Edição», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 13 de Março, 1979, p. 14.

- _____ «O Amigo das Tempestades – de Antunes da Silva», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 20 de Agosto, 1980.
- M. X., «*Suão em Teatro*», *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 468, Jan.-Mar., 1981, p. 9.
- Nolasco, Pedro, «*Sam Jacinto* a Literatura do nosso Quotidiano», *Notícias do Sul*, Évora, 20 de Abril, 1978, p. 17.
- Olímpio, Eduardo, «Recado – Todavia eu Sou Poeta...», *Diário do Alentejo*, Beja, 26 de Novembro, 1974, p. 2.
- _____ «Uma no Cravo», *Diário do Alentejo*, Beja, 2 de Dezembro, 1983, p. 13.
- _____ «Quem é quem no Alentejo (3)», *Diário do Alentejo*, Beja, 31 de Dezembro, 1993, p. 15.
- P. C., «Crítica de Livros», *O Cardo*, Beja, Novembro, 1980.
- Percheiro, Cláudio, «Antunes da Silva Condecorado no Dia de Camões», *Diário do Sul*, Évora, 17 de Julho, 1992.
- _____ «Quem é quem no Alentejo», *Diário do Alentejo*, Beja, 6 de Janeiro, 1994.
- Pereira, Arnaldo, «*Terra do nosso Pão* de Antunes da Silva, Visão Antecipada da Reforma Agrária», *Vida Rural*, Lisboa, 19 de Julho, 1975.
- _____ «Antunes da Silva: Tolero todas as Escolas mas...», *Diário do Sul*, Évora, 26 de Março, 1976.
- Pestana, Manuel Inácio, «A propósito... a Antunes da Silva uma Saudação, uma Homenagem e um Abraço», *Diário do Sul*, Évora, 10 de Maio, 1996, pp. 1 e 3.
- _____ «A propósito...ainda Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 29 de Maio, 1996, pp. 1 e 2.
- Piçarra, Manuel, «Nota do Dia», *Diário do Sul*, Évora, 9 de Julho, 1991, pp. 1 e 4.
- _____ «Nota do Dia», *Diário do Sul*, Évora, 12 de Janeiro, 1998, p. 1.
- Pimentel, Fernando, «A Circunstância do Neo-Realismo Português», *República*, Lisboa, 17 de Fevereiro, 1972.
- _____ «O Homem e a Planície», *República*, Lisboa, 7 de Fevereiro, 1974.
- Pinheiro, Monarca, «Espantos de Alma», *Imenso Sul*, Beja, n.º 7, Jul.-Set., 1996, p.8.
- Rocha, Luís, «Em Évora – Medalha de Mérito Atribuída a Antunes da Silva», *Diário do Alentejo*, Beja, 3 de Julho, 1991.
- _____ «Antunes da Silva 50 Anos de Vida Literária», *Diário do Alentejo*, Beja, 24 de Maio, 1996, p. 15.
- _____ «Um Escritor do Povo», *Diário do Alentejo*, Beja, 31 de Maio, 1996, p. 12.

Rodrigues, Urbano Tavares, «Uma Pinga de Chuva», *Jornal do Comércio*, Lisboa, 1 de Julho, 1972.

_____, «Rio Degebe de Antunes da Silva», *O Século*, Lisboa, 19 de Novembro, 1973, p. 2.

_____, «Jornal II e Breve Antologia Poética de Antunes da Silva», *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 125-126, Julho de 1992, p. 301.

Rosado, A., «A Poesia e a Beleza Dramática da Vida Alentejana», *Notícias*, Lourenço Marques, 7 de Maio, 1961.

Rosmaninho, Rosa, «Recordando Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 19 de Janeiro, 1998.

Sacramento, Mário, «Alentejo É Sangue, Crónicas e Narrativas de Antunes da Silva», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 14 de Julho, 1966.

Salema, Álvaro, «Reescrita Criativa» [crítica a *Gaimirra*], *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 81, Setembro, 1984, p.74.

_____, «Obra Renovada» [crítica a *Alentejo É Sangue*], *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 86, Julho, 1985, p.77.

_____, «Memória do Presente» [crítica a *Jornal I*], *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 100, Novembro, 1987, p.150.

Sampaio, Maria Olívia Diniz, «Recordando Antunes da Silva», *Diário do Sul*, Évora, 22 de Março, 2006, p. 9.

Serrano, Miguel, «Arquivo – Suão», *República*, Lisboa, 9 de Julho, 1970.

_____, «Gaimirra de Antunes da Silva», *Notícias d' Évora*, Évora, 23 de Novembro, 1983.

Silva, Jorge Ferreira da, «Ler e Reler Antunes da Silva», *A Cidade de Évora: Revista de Cultura da Câmara Municipal*, Évora, n.º 67 e 68, 1984-1985.

Simões, João Gaspar, «Livros e Autores», *Sol*, Lisboa, 31 de Janeiro, 1948.

Soares, Fernando Luso, «Intervenção Crítica Rio Degebe de Antunes da Silva», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 7 de Fevereiro, 1974.

S. G., «Dois Novos Livros de Antunes da Silva», *Notícias d' Évora*, Évora, 25 de Janeiro, 1983, p. 1.

Sousa, João Rui, «Alentejo, sempre», *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 75, Setembro, 1983, p. 90.

T. R., «O seu Póximo Livro», suplemento «Artes e Letras», *Diário de Notícias*, Lisboa, 8 de Março, 1973, pp. 1 e 2.

Teófilo, Eduardo, «Crónicas de Acaso. Eu e o Livro de Antunes da Silva *Alentejo É Sangue*», *A Província de Angola*, Luanda, 10 de Julho, 1966, pp.1 e 6.

Vasco, Nuno, «Pertenci a uma Geração de Explorados» [sobre *Terras Velhas Semeadas de Novo*], in suplemento «Letras e Artes», *Diário Popular*, Lisboa, 7 de Outubro de 1976, p. III.

Vilaverde, Manuel, «Crónica *Senhor Vento*», *Diário do Alentejo*, Beja, 13 de Julho, 1990, p. 3.

Xarepe, Domingos, «A Planície Calou-se, durante um Minuto de Silêncio», *Revista Alentejana*, Lisboa, n.º 8, Maio, 1998.

OUTRA BIBLIOGRAFIA

LITERATURA

Abelaira, Augusto, *Bolor*, Barcarena, Presença, 2005.

Abdala Júnior, Benjamin, *A Escrita Neo-Realista. Análise Sócio-Estilística dos Romances de Carlos de Oliveira e Graciliano Ramos*, São Paulo, Ática, 1978.

Almeida, Fialho de, *O País das Uvas*, Lisboa, Livraria Clássica Ed., 1946.

_____ *Ceifeiros*, Lisboa, Livraria Clássica Ed., s/d.

Andrade, Garibaldi de, *Sete Espigas Vazias*, Lisboa, Orion, 1955.

Andrade, João Pedro de, *Ambições e Limites do Neo-Realismo Português*, Lisboa, Acontecimento, col. Natália Correia, 2002.

Antologia Fialho de Almeida [selecção de textos e introdução de Manuel da Fonseca], Beja, Associação de Municípios do Distrito de Beja, 1984.

Barcellos, José Carlos, *O Herói Problemático em Cerromaior: Subsídios para o Estudo do Neo-Realismo Português*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1997.

Belchior, Maria de Lurdes, Rocheta, Maria Isabel, e Seixo, Maria Alzira, *Três Ensaio sobre a Obra de Manuel da Fonseca*, Lisboa, Seara Nova, ed. Comunicação, 1980.

Besse, Maria Graciette, «La Représentation du Monde Rural dans la Ficción Néo-Réaliste Portugaise», *Intercâmbio*, n.º 7, 1996, pp.115-126.

_____ *Alves Redol. O Espaço e o Discurso*, Lisboa, Ulmeiro, 1997.

_____ *José Saramago e o Alentejo entre o Real e a Ficção*, Évora, Casa do Sul, 2008.

Blasco, Pierre, *Reflexions sur l'Oeuvre de Fernando Namora* [separata de *Le Roman Portugais Contemporain*], Paris, Fond. C. Gulbenkian/Centre Cult. Portugais, 1984.

Bourdon, Albert-Alain, «L'Alentejo sous le Regard, de quelques Romanciers Néo-Realistes», in *L'Enseignement et L'Expansion de la Littérature Portugaise en France*, Paris, Fond. C. Gulbenkian/Centre Cult. Portugais, 1986.

Branco, Camilo Castelo, *Novelas do Minho*, Lisboa, Bertrand, 2009.

Brauer-Figueiredo, Maria de Fátima Viegas e Hopfe, Karin, *Metamorfoses do eu: O Diário e outros Géneros Autobiográficos na Literatura Portuguesa do Século XX*, Frankfurt/M, TFM, 2002.

Bruckner, Heidrun, «Sobre o Neo-Realismo – I. A Herança da Tradição» e «Os Fundamentos Materiais e Intelectuais do Neo-Realismo – III», *Vértice*, n.º 390-391, pp. 320-329 e 470-85.

- Calheiros, Pedro, «Neo-Réalisme et Néo-Naturalisme», *Le Romain Contemporain Portugais*, Paris, Fond. C. Gulbenkian/Centre Cult. Portugais, 1984.
- «Carta Inédita de Mário Beirão a Manuel Lopes» [notas de António Cândido Franco e Luís Amaro], *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 132-133, Abril, 1994, pp. 223-226.
- Chalendar, Pierrette, *Temas e Estruturas na Obra de Fernando Namora* [trad. Álvaro Salema], Lisboa, Moraes Ed., col. *Margens do Texto*, n.º 6, 1979.
- 100 Cartas a Ferreira de Castro* [selecção, transcrição, comentários e notas de Ricardo António Alves], 2.ª ed., Sintra, CM Sintra, 2007.
- Centenário do Nascimento de Armindo Rodrigues «Voz Arremessada ao Caminho»*, Vila Franca de Xira, Associação Promotora do Museu do Neo-Realismo, 2004.
- «Centenário do Nascimento de Armindo Rodrigues (2004)», *Nova Síntese*, Porto, n.º 1, Campo das Letras, 2006, pp-185-216.
- Coelho, Trindade, *Os meus Amores*, Porto, Porto Ed., s/d.
- Contribuição para o Estudo da Comunicação Social na Região Alentejo*, Évora, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, Min. Administração Interna, 1981.
- Dias, Augusto da Costa, *A Crise de Consciência Pequeno-Burguesa. O Nacionalismo Literário da Geração de 90*, 3.ª ed., Lisboa, Estampa, 1977.
- Em Évora – Fialho de Almeida* [organização e apresentação, sinopse biográfica de Joaquim Palminha Silva], Évora, *Diário do Sul*, 2002.
- Ferreira, Ana Paula, *Alves Redol e o Neo-Realismo Português*, Lisboa, Caminho, col. *Universitária*, 1992.
- Figueiredo, Maria Jorge Vilar de e Belo, Maria Teresa, *Comentar um Texto Literário*, Lisboa, Ed. Presença, 1985.
- Florêncio, Manuela, *Dialecto Alentejano Contributos para o seu Estudo*, 2.ª ed., Lisboa, Colibri, 2005.
- Franco, António Cândido, *O Essencial sobre Fialho de Almeida*, Lisboa, IN-CM, 2002.
- Gago, Cândido Matos, *Jogos e Brincadeiras: Contributo para o Estudo dos Jogos, Desportos e Brincadeiras Infantis do Alentejo Litoral, na Obra de Manuel da Fonseca*, Santiago do Cacém, CM Santiago do Cacém, 1997.
- Gomes, Soeiro Pereira, *Esteiros*, Lisboa, Caminho, 1993.
- Gonçalves, Paulo, *Discurso de Intervenção nos Contos da Montanha de Miguel Torga* Porto, Papiro ed., 2007.
- Gordo, António da Silva, *A Escrita e o Espaço no Romance de Vergílio Ferreira*, Porto, Porto Editora, col. *Mundo de Saberes*, n.º 13, 1995.

- Guerra da Cal, Ernesto, *Língua e Estilo de Eça de Queirós*, Coimbra, Almedina, 1981.
- Gusmão, Manuel, *A Poesia de Carlos de Oliveira*, Lisboa, Seara Nova, ed. Comunicação, 1981.
- História Crítica da Literatura Portuguesa. Do Neo-Realismo ao Post-Modernismo*, [direcção de Carlos Reis], Lisboa, Verbo, 2005, vol. IX.
- História Ilustrada das Grandes Literaturas* [direcção de Óscar Lopes], Lisboa, Estúdios Cor, 1973, vol. II
- Lejeune, Idalina Maria S. Matos, *Memória e Arte de Contar em Manuel da Fonseca*, Lisboa, Colibri, 2007.
- Lopes, Óscar, *Fernando Namora: Ensaio Crítico Seguido de um Inquérito ao Autor Criticado* [separata de *Lusíadas*, vol. 3], Porto, 1957.
- Losa, Margarida, «O Herói Colectivo: um Espaço da Estratégia Romântica do Romance Neo-Realista», *Vértice*, II série, n.º 21, 1989, pp. 33-42.
- Lourenço, Eduardo, *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*, Lisboa, Gradiva, 2007.
- Lugares Alentejanos na Literatura Portuguesa* [projecto e realização de «Estação Imagem»; textos de vários autores], Mora, CM Mora, 2009.
- Machado, Álvaro Manuel, *A Novelística Portuguesa Contemporânea*, 2.ª ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
- Magalhães, Isabel Allegro de, *Capelas Imperfeitas* [prefácio de Eduardo Prado Coelho], Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- Margarido, Alfredo, «Uma Geografia da Ficção Neo-Realista, «Letras e Artes», *Diário Popular*, Lisboa, 14 de Dezembro de 1978, p. XVI.
- _____ «A Origem Social dos Escritores Neo-Realistas, «Letras e Artes», *Diário Popular*, Lisboa, 1 de Março de 1979, pp. IV-V.
- Mário Beirão, *Poesias Completas* [organização de António Cândido Franco e Luís Amaro; prefácio José Carlos Seabra Pereira], Lisboa, IN-CM, col. *Biblioteca Autores Portugueses*, 1996.
- Mathias, Marcello Duarte, «O Diário Íntimo ou a Procura da Identidade», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 23 de Abril de 1991, pp. 16-17.
- _____ «Autobiografias e Diários», *Colóquio/Letras*, n.º 143/144, 1997, pp. 41-61.
- Mendonça, Fernando, «Breve Diagnose da Obra de Fernando Namora: Excertos», *Fernando Namora – 40 Anos de Vida Literária* [ed. comemorativa], Amadora, Bertrand, 1978.
- Obras Completas de Fialho de Almeida*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991-92.

- Oliveira Lopes, João de, *Estruturas da Narrativa na Seara de Vento de Manuel da Fonseca*, Coimbra, INIC, 1980.
- Ribeiro, Manuel, *A Planície Heróica*, 1.^a ed., Lisboa, Ed. Guimarães, 1927.
- _____*Sarça Ardente*, 1.^a ed, Lisboa, Ed. Guimarães, 1942.
- Redol, Alves, *Gaibéus*, Lisboa, Caminho, 1993.
- Reis, Carlos, *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*, Coimbra, Almedina, 1983.
- _____*«O Espaço Rural no Romance Queirosiano: A Ilustre Casa de Ramires»*, separata *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930*, 1982, Paris, Fond. C. Gulbenkian/Centre Cult. Portugais, 1985.
- Rocha, Clara, *Máscaras de Narciso. Estudos sobre a Literatura Autobiográfica em Portugal*, Coimbra, s/n, 1992.
- Rodrigues, Urbano Tavares, *O Rosto e a Máscara na Obra de Fernando Namora* [sep. Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras, tomo 21], Lisboa, Academia das Ciências, 1980.
- _____*«O Neo-Romântico Dolorista Mário Beirão e a sua Visão Telúrica do Alentejo»*, *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 143-144, Janeiro, 1997, pp. 225-227.
- Saraiva, António José e Lopes, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 13.^a ed, Porto, Porto Ed., 1985.
- Seixo, Maria Alzira, *A Palavra do Romance. Ensaios de Genologia e Análise*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- Simões, Manuel, *Garcia Lorca e Manuel da Fonseca, Dois Poetas em Confronto*, Milão, Instituto Ed. Cisalpino – La Goliardica, 1979.
- Textos Teóricos do Neo-Realismo Português* [organização e notas de Carlos Reis], Lisboa, Seara Nova, ed. Comunicação, 1981.
- Torres, Alexandre Pinheiro, *O Neo-Realismo Literário Português*, Lisboa, Moraes ed. 1977.
- _____*O Movimento Neo-Realista na sua Primeira Fase*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, col. *Biblioteca Breve*, n.º 10, 1977.
- Vaz, Maria Isabel A. Antunes, *Imagens da Vida (Presença: Poesia e Artes Plásticas)*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 1996.
- Verdelho, Evelina, *Linguagem Regional e Linguagem Popular no Romance Regionalista Português*, Lisboa, INIC, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1982.

CONTEXTO

Agrobio e outros, *A Eucaliptização em Portugal, Análise da Situação e Propostas de Resolução*, Lisboa, Instituto Nacional do Ambiente, 1989.

Alvarenga, Fernando, *Afluentes Teórico-Estéticos do Neo-Realismo Visual Português*, Porto, Afrontamento, 1989.

Alentejo na Arte Portuguesa Contemporânea, Lisboa, Direcção Geral de Acção Cultural, 1986.

Barreto, António, *Memórias da Reforma Agrária*, Mem Martins, Europa-América, col. *Estudos e Documentos*, s/d.

_____ e Pontes, Joana, *Portugal, um Retrato Social*, Lisboa, ed. Público, 2007.

Carmo, Renato Miguel do, «As Desigualdades Sociais nos Campos: o Alentejo entre as Décadas de 30 e 60 do Século XX», *Análise Social*, Lisboa, vol. XLII, n.º 184, 2007, pp. 811-835.

Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia [texto de José Gomes Ferreira], Mora, CM de Mora, 1984.

Cháinho, António Gamito, *Ruralidades*, Santiago do Cacém, CM Grândola e Junta de Freguesia de Azinheira de Barros, 2002.

Cuche, Denys, *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século, 1999.

Cutileiro, José, *Ricos e Pobres no Alentejo*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

Decreto-Lei n.º 406-A/75, de 29 de Julho [Reforma Agrária].

«Do MUNAF à CEDE. A Unidade na Resistência Anti-Fascista» [entrevista a José Manuel Tengarrinha], *Seara Nova*, Lisboa, n.º 1691, Primavera 2005, pp. 3-12.

Duarte, Ana, *Educação Patrimonial*, 1.ª ed., Lisboa, Texto Ed., col. *Educação Hoje*, 1993.

Encontro Prosseguir Alqueva para Desenvolver o Alentejo e o País, 2, Moura, 1984 [vários autores], Lisboa, ed. Caminho, col. *Poder Local*, 1985.

Exposição Antológica Manuel Ribeiro de Pavia [coordenação e catálogo de Rogério Ribeiro], Mora, Casa da Cultura de Mora, 1996.

Exposição de Manuel Ribeiro de Pavia [textos Mário Dionísio e José Gomes Ferreira], Seixal, CM do Seixal, 1996.

Exposição Neo-Realismo/Neo-Realismos, Almada, CM Almada, Casa da Cerca, Centro de Arte Contemporânea, 1996.

Fernandes, Abílio Dias, «A Contra-Revolução em Portugal, na Área do Poder Local Democrático», *Vértice*, n.º 138, Janeiro-Fevereiro 2008, pp. 5-14.

Fernando Felgueiras [n/a] Lisboa, Galeria Trema, 2003.

Falando do Ofício [textos de vários gráficos], Lisboa, Sociedade Tipográfica, 1989.

França, José-Augusto, *A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972.

_____ *A Arte em Portugal no Século XX*, Lisboa, Bertrand, 1974.

_____ «Joaquim Rodrigo ou o Pintar Certo» in *Colóquio/Artes*, n.º 60, Março, 1984, pp. 12-23.

Gonçalves, Antero, *O Eucalipto ou o Homem*, s/l, s/n, 1987.

Gonçalves, Rui Mário, *Pintura e Escultura em Portugal – 1940-1980*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

Henrique Ruivo [exposição na Galeria Municipal dos Escudeiros], Beja, CM Beja, 1996.

Henriques, Renano, *Alentejo: que Futuro? História Agrária do Alentejo. Contribuição para o seu Estudo*, Beja, Associação de Municípios do Distrito de Beja, 1992.

Honrado, João, *Falando Alentejo*, Beja, Associação de Municípios do Distrito de Beja, 1999.

Ilustração e Literatura Neo-Realista, Vila Franca de Xira, Museu do Neo-Realismo, 2008.

Koscinski, Mansueto E., *ABC do Lavrador Prático, O Eucalipto*, 2.ª ed., n.º 1, São Paulo, Ed. Melhoramento, s/d.

Lacerda, Manuel, «(Outros) Patrimónios», *Cais*, Março, 2008.

Lapa, Pedro e Ávila, María Jesús, *Joaquim Rodrigo, Catálogo Raisonné*, Lisboa, Museu do Chiado, 1999.

Lei n.º 77/77, de 29 de Setembro [Reforma Agrária].

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro [Património].

Lourenço, António Dias, *Alentejo Legenda e Esperança I*, Lisboa, Caminho, 1997.

Magalhães, Fernando, «Património e Educação que Relação?», *A Página da Educação*, Março de 2005.

Marques de Almeida e outros, *O Património Local e Regional – Subsídios para um Trabalho Transdisciplinar*, 1.ª ed., Lisboa, DES, 1998.

Neves, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta da China, 2008.

O Eucalipto em Portugal na Óptica de um Desenvolvimento Sustentável [vários autores], Lisboa, Instituto Nacional do Ambiente, 1989.

Pavia, 100 Anos do Nascimento do Pintor [comissário Rogério Ribeiro; textos de vários autores], Mora, CM Mora, 2007.

Pavia, Manuel Ribeiro de, *Líricas*, Mora, CM Mora, Junta Freguesia de Pavia, s/d.

- Pinharanda, João e Machado, José Sousa, «*Joaquim Rodrigo: o Único Quadro-Tipo Possível*», *Artes e Leilões*, Lisboa, n.º 2, Dez. 1989- Jan. 1990, pp. 45-52.
- Portela, Artur, *Salazarismo e Artes Plásticas*, 2.ª ed., Lisboa, ICALP, Ministério da Educação, col. *Biblioteca Breve*, 1987.
- Portugal Contemporâneo* [direcção de António Reis], Lisboa, Publicações Alfa, 1990, vol. IV e V.
- Portugal Século XX. Portugueses Célebres* [coordenação de Leonel de Oliveira, textos de vários autores], Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.
- Programa e Estatutos do Movimento Democrático Português*, MDP/CDE, s/l e s/n, 1974.
- Programa e Estatutos do PCP*, Lisboa, ed. Avante, 1974.
- Programa para um Governo PS. Vencer a Crise. Reconstruir o País*, Partido Socialista, Lisboa, Centro de Documentação do PS, 1976.
- Programa. Estatutos. Outras Resoluções, IV Congresso MDP/CDE*, Lisboa, MDP/CDE, 1981.
- Resoluções, Estatutos, Orgãos Eleitos, V Congresso do MDP/CDE*, Lisboa, MDP/CDE, 1984.
- Rodrigo, Joaquim, *O Complementarismo em Pintura. Contribuição para a Ciência da Arte*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.
- Rosa, Eugénio, *O Fracasso dos Governos de Direita em Portugal 1978 e 1981 do Governo PS – CDS ao Governo Pinto Balsemão-Freitas do Amaral*, Lisboa, ed. 1 de Outubro, col. *Realidade Social Portuguesa*, 1982.
- Rosas, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976) Pensamento e Acção Política. Ensaio Histórico*, 1.ª ed., Lisboa, ed. Notícias, 2004.
- Santos, David, «O Erotismo e a Estética Visual Neo-Realista», *Nova Síntese*, Porto, n.º 2-3, Campo das Letras, 2007-2008, pp. 228-239.
- Santos, Luísa Duarte, «Desenho no Feminino – a Utopia Neo-Realista e o Lirismo de Cipriano Dourado», *Nova Síntese*, Porto, n.º 2-3, Campo das Letras, 2007-2008, pp. 240-249.
- Saraiva, José Hermano, *História Concisa de Portugal*, 16.ª ed., Mem Martins, Europa-América, col. *Saber*, 1993.
- Simpósio sobre o Aproveitamento de Alqueva*, Lisboa, Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, 1981.
- Stock, Maria José, *Os Partidos do Poder Dez Anos depois do «25 de Abril»*, Évora, Universidade de Évora, 1986.
-
- _____ e outros, *Os Partidos em Congresso 1981* [separata de *Economia e Sociologia*, n.º 38/39], Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico e Social, 1985.

Um Percurso de uma História sem Título [catálogo com introdução de Rui Almeida Pereira], Beja, Museu Jorge Vieira, 2008.

Vértice, Coimbra, n.º 164, Maio, 1957 [textos de vários autores em homenagem a Manuel Ribeiro de Pavia, desaparecido em Março].

Vieira, Joaquim, *Portugal Século XX. Crónica em Imagens 1930-1940 e 1950-1960*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

Vieira, Maria do Carmo, *A Arte, Mestra da Vida – Reflexões sobre a Escola e o Gosto pela Leitura*, 1.ª ed., s/n, Quimera, 2009.

POLICOPIADOS

Literatura

Domingos, Manuel Abrantes, *Conta-Corrente: 1974-1980 – Um Diário (A Perspectiva Vergiliana do 25 de Abril e da Pós-Revolução)*, Covilhã, Universidade da Covilhã, 2005.

Marques, Maria João Pereira, *Paisagens do Interior Ibérico*, Évora, Universidade de Évora, 2007.

Silva, Gabriel Rui de Oliveira e, *Manuel Ribeiro e o Romance da Fé*, Lisboa, Universidade Aberta, 2008.

Outros Assuntos

Bastos, Mário Fernando R. C. Pereira, *O Problema Venatório no Alentejo: Caça, Costumes e Tensões Sociais (1974-2000)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2005, vol.I.

Dias, Fernando Paulo Rosa, *A Nova-Figuração nas Artes Plásticas em Portugal: 1958-1975*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2009.

Machado, Ana Maria G. Saias, *1958: Discurso(s) de Oposição na Imprensa Eborense*, Évora, Universidade de Évora, 2006.

DICIONÁRIOS, ENCICLOPÉDIAS, GRAMÁTICAS E PRONTUÁRIOS

Bergström, Magnus e Reis, Neves, *Prontuário Ortográfico e Guia de Língua Portuguesa*, 21.ª ed., Lisboa, Ed. Notícias, 1990.

Biblos Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1995.

Borregana, António Afonso, *Gramática Universal Língua Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa, Texto Ed., 1996.

Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1997.

Dicionário Biográfico de Notáveis Eborenses 1900/2000 [recolha e selecção de Joaquim Palminha da Silva], Évora, ed. *Diário do Sul*, 2004.

Cunha, Celso e Cintra, Lindley, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 4.^a ed., Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1987.

Dicionário de História de Portugal [direcção Joel Serrão, coordenação António Barreto e Filomena Mónica], Porto, Figueirinhas, 1984-2000.

Dicionário de Literatura [direcção de Jacinto do Prado Coelho], 4.^a ed., Porto, Mário Figueirinhas Ed., 1994.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

Dicionário Universal de Língua Portuguesa, 3.^a ed., Lisboa, Texto Ed., 1995.

D'Silvas Filho, *Prontuário Universal*, 1.^a ed., Lisboa, Texto Ed., 2001.

Machado, José Pedro, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, Horizonte/Confluência, 1993.

Neves, Orlando, *Dicionário de Nomes Próprios*, Lisboa, Ed. Notícias, 2002.

Nogueira, Rodrigo Sá, *Dicionário de Verbos Portugueses Conjugados*, 9.^a ed., Lisboa, Clássica Editora, 1991.

Oliveira, Luísa e Sardinha, Leonor, *Saber Português Hoje. Gramática Pedagógica de Língua Portuguesa*, Lisboa, Didáctica Ed., 2006.

Reis, Carlos e Lopes, Ana Cristina M., *Dicionário de Narratologia*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 1990.

SITES da INTERNET

Arquivo Electrónico da Democracia Portuguesa do Centro de Documentação 25 de Abril
<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=AEDP>

Dicionário de Termos Literários [edição e organização de Carlos Ceia]
<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/>

Entrevista a António Barreto in *Diário de Notícias*, 5 de Agosto de 2007
http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=662549

Entrevista a Regina Marques in *Setúbal na Rede*, 17 de Abril de 2000
<http://www.setubalnarede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=5413>

Governos Constitucionais

http://www.mne.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/

Programas Disciplinares

www.min-edu.pt

Vocabulário de Filosofia [coordenação de A. R. Gomes]

<http://ocanto.no.sapo.pt/lexicon/dcionarp.htm>